

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES
AGRÁRIAS

DEMOCRATIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ORDEM NA
TRANSIÇÃO DA DITADURA MILITAR À NOVA
REPÚBLICA (1974 - 1985)

DAVID MACIEL

ORIENTADOR

Prof. Dr. HOLIEN GONÇALVES BEZERRA

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado em História das Sociedades
Agrárias como requisito para obtenção
parcial do grau de Mestre.

Área de concentração: História e Região

GOIÂNIA

1999

Maciel, David.

Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República / David Maciel; Orientador Holien Gonçalves Bezerra. – Goiânia, 1999. 418 p.

Tese (Mestrado) — Universidade Federal de Goiás, 1999.

1. Democratização e manutenção da ordem. I. Título.

**DEMOCRATIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ORDEM NA TRANSIÇÃO DA
DITADURA MILITAR À NOVA REPÚBLICA (1974 - 1985)**

DAVID MACIEL

Dissertação defendida e aprovada em 6 de abril de 1999, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Holien Gonçalves Bezerra - UFG
(Orientador)

Prof. Dr. Luiz Carlos Soares - UFF
(Doutor em História)

Prof. Dr. Noé Freire Sandes - UFG
(Doutor em História)

Prof. Dr. Barsanufio Gomides Borges - UFG
(Doutor em História)
(suplente)

Este trabalho é dedicado aos que combateram a autocracia burguesa por atos e idéias, durante a transição.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível, e nem teria a abrangência que possui, sem a colaboração de inúmeras pessoas, que me apoiaram de diversas maneiras. Devo a elas a realização deste trabalho, desde o início do processo de pesquisa até a redação final.

Inicialmente, gostaria de agradecer o apoio institucional, o estímulo intelectual e a contribuição prestada pelo meu orientador, Prof. Dr. Holien Gonçalves Bezerra.

Sem seu apoio, certamente este trabalho seria bem mais modesto do que é, pois a abrangência da pesquisa e da temática desanimaria o mais bem intencionado dos pesquisadores. No entanto, o Prof. Holien sempre demonstrou inteira convicção acerca da validade de nossa proposta de trabalho, garantindo sua realização não só através do necessário apoio institucional junto ao programa de pós-graduação, mas também com suas inestimáveis contribuições no processo de pesquisa e de redação. Sua experiência como pesquisador e professor, com larga vivência no ofício da orientação, serviu como um guia seguro nos meandros da pesquisa e da elaboração de nosso trabalho. A ele devo meu batismo como historiador.

No curso de Mestrado da Universidade Federal de Goiás, contei com a colaboração e a atenção dos professores Luiz Sérgio Duarte, Barsanufu Gomides Borges, Heliane Prudente, Nasr Fayad Chaul e Leandro Mendes Rocha, sempre dispostos a ouvir minhas considerações e debatê-las. Devo também à coordenação do Mestrado, nas pessoas dos professores Nasr F. Chaul e Dulce O. Amarante dos Santos, o acesso à bolsa da Capes, da qual usufruí por pouco mais de um ano, o apoio e a disposição à colaboração, sempre que necessário. Aos colegas de minha turma, agradeço pela contribuição ao processo de discussão que tornou possível este trabalho, garantindo o avanço do debate com suas posições, nem sempre próximas das minhas. Agradeço também às sugestões e críticas feitas pelos membros da banca do exame de qualificação, professores Noé Freire Sandes e Barsanufu Gomides Borges, que contribuíram para melhorar este trabalho com suas considerações. A revisão deste trabalho contou com a leitura séria e atenta de Sueli Dunck, a quem agradeço pela colaboração.

Entre as pessoas que colaboraram com a pesquisa, permitindo, gentilmente, o acesso às suas bibliotecas e arquivos pessoais agradeço ao Isidoro Revers, ao Paulo Faria, ao Prof. Sílvio Costa, ao Prof. Walmir Barbosa, ao Prof. Manoel Jesus de Oliveira, que me acessou a Revista Visão, ao Prof. Cláudio Lopes Maia e ao Prof. Ugo Gianotti. Agradeço também a profa. Mitzi Segovia pela colaboração na tradução do resumo. Na estadia em São Paulo, foram fundamentais a disponibilidade e a generosidade do pessoal do Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro, especialmente Leonor Marques da Silva, sempre disposta a me tirar do apuro e a providenciar tudo aquilo de que eu precisava. Além do enorme acervo disponível, o companheirismo dos que lá trabalham tornam o CPV uma das principais referências

na pesquisa sobre os movimentos sociais e as classes subalternas. Ainda em São Paulo, contei com a amizade fraterna, o estímulo e o carinho de Suely, Zezé e Carlinhos, que me hospedou generosamente em sua casa. Sem seu apoio “logístico”, a etapa de coleta de documentos teria sido difícil e penosa.

Ao longo da elaboração deste trabalho contei com a leitura crítica e as sugestões dos companheiros Cláudio Lopes Maia, José de Lima Soares e Paulo Faria, que, generosamente, contribuíram não só com suas considerações teóricas, ajudando na definição dos seus possíveis acertos, mas também com informações decisivas sobre a dinâmica política da esquerda brasileira no período tratado, no que contei, também, com o auxílio do companheiro Alberto Gomes de Oliveira. Agradeço a sua contribuição e considero que aspectos decisivos da formulação contida neste trabalho se devem às considerações desses companheiros, porém, devo isentá-los de qualquer erro que este trabalho venha a ter, sendo de responsabilidade exclusiva de seu autor.

Finalmente, gostaria de agradecer à Neide, por ter carinhosamente datilografado meus garranchos por muito tempo, à Telma, por continuar gostando de mim, ao Manoel Antonio, por me ensinar a perseverar e a ter compromisso com o mundo, à Maria de Lourdes, por me fazer compreender que a generosidade é fundamental nas relações humanas e por me introduzir o gosto pela leitura, e à Ana Maria, pelo amor e pelo companheirismo de assumir as dificuldades desta empreitada comigo. A todos, minha gratidão sincera.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	13
CAP. 1- A Institucionalização da Ditadura Militar: do golpe à direção política do governo militar (1964-1974)	24
1 - Introdução temática e conceitual	24
2 - Do Golpe Militar à Constituição Autoritária (1964-1967)	37
2.1 - O golpe e a nova correlação de forças	38
2.2 - O AI-2 e a redefinição da esfera de representação política	50

3 - Da Constituição à posse de Médici (1967-1969)	58
3.1 - Rumo ao AI-5	59
3.2 - O AI-5 e a composição militar	72
4 - A consolidação da institucionalidade autoritária (1969-1974)	79
4.1 - O Milagre Brasileiro: monopolização capitalista e expansão econômica	80
4.2 - Consolidação da institucionalidade autoritária: nacionalização da repressão e sufocamento da arena política	83
4.3 - O papel da esfera de representação política na legitimação da institucionalidade autoritária e do <i>cesarismo militar</i>	90
CAP. 2 - A etapa inicial da transição: da emergência do Projeto Distensionista ao Pacote de	
Abril (1974-1977)	98
1 - O caráter da transição sob a <i>Distensão</i>	98
2 - As condições e os passos iniciais da <i>Distensão</i> (1974)	103
2.1 - As origens do projeto distensionista	103
2.2 - A reativação da representação política e o projeto distensionista	116
2.3 - As eleições de 1974 e o avanço da oposição	121
3 - As contradições da <i>Distensão</i> (1975-1976)	130
3.1 - A campanha “antiestatista” e o II PND	132
3.1.1 - A campanha	132
3.1.2 - A reação do governo, das empresas estatais e da burguesia nacional do setor de bens de capital	136
3.1.3 - A crise do Milagre Brasileiro e o II PND	141
3.2 - A dinâmica política: entre a <i>passivização</i> da disputa política e a intervenção seletiva do governo	148
3.2.1 - Os partidos e o Congresso	148
3.2.2 - O MDB, os movimentos sociais e a seletividade da arena política	155
4- Rumo ao Pacote de Abril (1977)	166
4.1 - A correlação de forças se altera: a demissão de Severo Gomes	167
4.2 - O fim da estratégia de <i>contenção</i> e a cisão militar	171
4.3 - Prorrogando a <i>Distensão sob cesarismo militar</i> : o Pacote de Abril	175

CAP. 3 - Reformas Institucionais e ampliação da arena política: do Pacote de Abril à Lei de	
Anistia (1977-1979)	182
1- Da <i>Distensão</i> à <i>Abertura</i>	182
2 - As reações ao Pacote de Abril (1977)	185
2.1 - A oposição e a questão da Assembléia Constituinte	186
2.2 - Novas contradições no bloco no poder	189
2.3 - A “Missão Portella” e as dissensões no campo governista	193
3 - A sucessão de Geisel, a emergência do protesto popular e as <i>reformas institucionais</i> (1978-1979)	203
3.1 - Os partidos, a disputa sucessória e o reforço do <i>cesarismo militar</i>	203
3.2 - A emergência do protesto popular e o avanço da oposição <i>antiautocrática</i>	215
3.3 - Preservando o <i>cesarismo militar</i> : sucessão presidencial e <i>reformas institucionais</i>	226
3.4 - As eleições de 1978	238
4 - A composição do governo Figueiredo e a Lei de Anistia (1979)	241
4.1 - O governo Figueiredo e a “conciliação revolucionária”	241
4.2 - A campanha pela Anistia e a Lei de Anistia	248
CAP. 4 - Reformas Institucionais e ampliação da arena política: da Reforma Partidária às	
Eleições de 1982 (1979-1982)	252
1- A <i>Abertura</i> e a consolidação das <i>reformas institucionais</i>	252
2 - Recomposição do bloco no poder e contenção da <i>crise conjuntural</i>	252
2.1 - O governo e a recomposição do bloco no poder	252
2.2 - A oposição <i>antiautocrática</i> diante da estratégia de contenção da <i>crise conjuntural</i>	258
2.2.1 - A Igreja Católica e a autocracia burguesa	258
2.2.2 - O movimento sindical e popular e a perspectiva <i>antiautocrática</i>	265
3 - A reforma partidária e a formação dos novos partidos na estratégia de contenção da <i>crise conjuntural</i> (1979-1981)	281
3.1 - A perspectiva autocrática da reforma partidária	281
3.2 - Em direção à criação de <i>partidos institucionais</i>	286
3.3 - Os novos partidos	298

3.3.1 - O Partido Democrático Social	298
3.3.2 - O Partido Popular	300
3.3.3 - O Partido Trabalhista Brasileiro	303
3.3.4 - O Partido Democrático Trabalhista	304
3.3.5 - O Partido do Movimento Democrático Brasileiro	306
3.3.6 - O Partido dos Trabalhadores	312
4 - Da alteração da correlação de forças no governo às eleições de 1982 (1981-1982)	322
4.1 - Recessão econômica e estratégia de acomodação	323
4.2 - A bomba do Riocentro e a queda de Golbery do Couto e Silva	325
4.3 - O predomínio dos “duros” no governo e a continuidade da <i>Abertura</i>	329
4.4 - O Pacote de Novembro e a fusão PMDB-PP	332
4.5 - A emenda constitucional de junho e as eleições de 1982: consolidação da institucionalidade autoritária reformada	334
CAP. 5 - A etapa final da transição: crise do <i>cesarismo militar</i> e sucessão presidencial (1982-1985)	344
1- Da <i>Abertura</i> à Nova República	344
2 - A arena política após as eleições de 1982 (1983-1984)	346
2.1 - Crise econômica e recrudescimento da <i>crise conjuntural</i>	346
2.2 - O <i>campo de interlocução liberal</i> sob a lógica da conciliação política	357
3 - A campanha das Diretas Já: entre a ruptura institucional e a <i>passivização</i> do conflito político (1984)	369
3.1 - Mobilização popular e perspectiva <i>antiinstitucional</i>	370
3.2 - A institucionalidade autoritária reformada derrota as Diretas	373
4 - Rumo à Nova República: colapso do <i>cesarismo militar</i> e preservação da <i>autocracia burguesa</i> (1984-1985)	378
4.1 - A candidatura da oposição burguesa e a implosão do PDS	378
4.2 - A criação da Aliança Democrática	382
4.3 - A <i>composição pelo alto</i> e a preservação da institucionalidade autoritária reformada	389
CONSIDERAÇÕES FINAIS	398

REFERÊNCIAS	407
1 - Fontes	407
2 - Bibliografia	412

RESUMO DO TRABALHO

Este trabalho tem por objeto central o processo de transição política da Ditadura Militar à Nova República, desdobrado entre os anos de 1974 a 1985 no Brasil, a partir da análise do processo de disputa política, abordado numa perspectiva integrada e ampliada com base no método da Economia Política. Sustentado por fontes que abrangem desde depoimentos, memórias e biografias, até documentos de organizações políticas e entidades civis e reportagens jornalísticas, este trabalho procura compreender de que modo a mudança política operada neste período possibilitou a manutenção da ordem social burguesa e do conteúdo autocrático do Estado, mesmo em condições de acirramento das contradições sociais e da luta de classes. Denominado “Democratização e manutenção da ordem na transição da

Dictadura Militar à Nova República (1974-1985)”, este trabalho propõe, no capítulo 1, uma análise sobre o processo de implantação da institucionalidade política autoritária, ocorrido entre os anos de 1964 e 1974, em cujo núcleo se destaca como característica central o cesarismo militar. É com base nesta institucionalidade, que se desenvolve a primeira etapa do processo de transição, ocorrida entre 1974 e 1977. Nesta etapa, tratada no capítulo 2, a democratização passa, fundamentalmente, pela reativação da esfera de representação política, definida para conter as contradições político-sociais nos marcos da ordem. Na etapa seguinte, discutida nos capítulos 3 e 4, ocorrida entre 1977 e 1982, o processo de democratização se amplia e complexifica, pois as reformas institucionais determinam a ampliação e pluralização da esfera de representação política, através, principalmente, da substituição do AI-5 por mecanismos de “salvaguarda da ordem e do Estado”, da reforma partidária e da preservação do cesarismo militar. Na etapa final do processo de transição, abordada no capítulo 5, ocorrida entre 1982 e 1985, o cesarismo militar entra em crise, permitindo sua superação através de uma ampla composição política, que viabiliza a ascensão da oposição burguesa ao executivo federal, preservando a institucionalidade autoritária reformada e o caráter autocrático-burguês do Estado. A análise deste processo de transição permite a constatação dos limites da democracia implantada a partir da Nova República, discutida na conclusão, e do caráter autocrático que a informa.

RESUMEN DEL TRABAJO

Este trabajo tiene por objeto central el proceso de transición política desde la Dictadura Militar hasta la Nueva República, desdoblado entre los años de 1974 a 1985 en Brasil, a partir del análisis del proceso de disputa política, abordado desde una perspectiva integrada y ampliada com base en el método de la Economía Política. Sustentado por fuentes que abarcan desde declaraciones, memorias y biografías, hasta documentos de organizaciones políticas e entidades civiles y reportajes de prensa, este trabajo trata de comprender de que manera el cambio político operado en el periodo posibilitó la mantención del orden social burgués y del contenido autocrático del Estado, a pesar de la agudización de las contradicciones sociales y de la lucha de clases. Denominado “Democratización y mantención del orden en la transición de la Dictadura Militar a la Nueva República (1974-1985)”, este trabajo propone, en el capítulo 1, un análisis sobre el

proceso de implantación de una institucionalidad política autoritaria, ocurrido entre los años de 1964 y 1974, cuya característica central es el cesarismo militar. Com base en esta institucionalidad se desarrolla la primera etapa del periodo de transición, ocurrida entre 1974 y 1977. En dicha etapa, tratada en el capítulo 2, la democratización pasa, fundamentalmente por la reactivación de la esfera de representación política, definida para refrenar las contradicciones político-sociales en los marcos del orden. En la etapa siguiente, discutida en los capítulos 3 y 4, ocurrida entre 1977 y 1982, el proceso de democratización se amplía y se torna mas complejo, pues las reformas institucionales determinan la ampliación y pluralización de la esfera de representación política através de, principalmente, de la substitución del AI-5 por mecanismos de “salvaguardar el orden y el Estado”, de la reforma partidaria y de la preservación del cesarismo militar. En la etapa final del proceso de transición, abordada en el capítulo 5, ocurrida entre 1982 y 1985, el cesarismo militar entra en crisis, superandose através de una amplia composición política, que viabiliza la asención de la oposición burguesa al ejecutivo federal, preservando la institucionalidad autoritaria reformada y el carácter autocrático burgués del Estado. El análisis de este proceso permite constatar los limites de la democracia a partir de la Nueva República, discutida en la conclusión, y del carácter autocrático que la informa.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objeto central o processo de transição política da Ditadura Militar à Nova República, desencadeado entre os anos de 1974 a 1985 no Brasil, procurando compreender de que modo a mudança política operada nesse período possibilitou a manutenção da ordem social burguesa e do conteúdo autocrático do Estado, mesmo em condições de acirramento das contradições sociais e da luta de classes. Sob o impulso das intensas transformações econômicas e sociais vivenciadas pelo capitalismo brasileiro nos anos 70, a referida mudança política teve como núcleo um movimento tortuoso de desativação do cesarismo militar, ao mesmo tempo em que eram estabelecidas condições institucionais capazes de dinamizar e pluralizar o conflito político, sem permitir a expansão das forças capazes de desagregar a ordem social vigente. Este movimento se inicia com o chamado projeto de *Distensão*, anunciado pelo governo Geisel em 1974, e se encerra com o fim do processo de *Abertura*, por meio da eleição indireta de Tancredo

Neves para suceder o general Figueiredo na presidência da República, em 1985. O êxito deste movimento garantiu a passagem lenta e gradual da forma ditatorial para a forma democrática do Estado burguês no Brasil, completada, posteriormente, com a substituição da institucionalidade política autoritária, vigente desde 1964, pela institucionalidade democrática, através da Constituição de 1988 e das eleições diretas para presidente da República em 1989.

A **grade temporal** deste trabalho é delimitada pelos dois últimos governos militares, Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), porém não se define pela temporalidade dos mandatos presidenciais. Ao contrário, a temporalidade é definida pelo referido movimento de desativação do cesarismo militar e de dinamização/pluralização do conflito político em suas diversas etapas. Esta temporalidade também determina o **método de exposição** adotado neste trabalho, na medida em que se fez a opção por expor a dinâmica do processo da luta política, desencadeado através das diversas conjunturas e correlações de força, em lugar de uma exposição temática, em que o objeto fosse dissecado em diversos temas, tratados particularmente. Sem pretender que tenha havido qualquer lógica evolucionista e pré-determinada perpassando os acontecimentos, também não se pretende que esta opção signifique a compreensão de que o processo histórico independe de determinantes estruturais. Ao invés disso, compreende-se que os acontecimentos se realizam dentro de um campo de possibilidades, definido estruturalmente, porém aberto a variações, algumas vezes decisivas para viabilizar alterações estruturais, e à ação de todos os agentes políticos e sociais e não só aos detentores do poder. Desta forma, pretende-se evitar tanto o conjunturalismo quanto o estruturalismo, ambos desvios do método dialético de compreensão do processo histórico.

Deste modo, localizamos a existência de **três etapas** ao longo deste processo de transição, todas elas definidas por alterações significativas na institucionalidade autoritária em vigor. A primeira inicia-se com o desencadeamento do projeto distensionista pelo governo Geisel, em 1974, e se encerra com a edição do Pacote de Abril em 1977. A segunda etapa é marcada pela passagem da *Distensão* à *Abertura*, que começa com a sucessão de Geisel e a aprovação das reformas institucionais e termina com as eleições de 1982. A terceira e última etapa é a que se desdobra entre 1982 e a sucessão presidencial de 1985.

A centralidade do cesarismo militar na institucionalidade política autoritária, estabelecida com a Ditadura Militar, e no próprio processo de transição à Nova República,

obriga a análise proposta a recuar até o golpe militar de 1964. Apesar de extrapolar o objeto de análise do trabalho, tal procedimento se justifica não por existir qualquer identificação metodológica entre a gênese e o desenvolvimento de um processo histórico, por si mesma anti-histórica, mas porque o processo de transição se dará no terreno político estabelecido pela institucionalidade autoritária e sob a influência determinante do cesarismo militar. Deste modo, introduz-se, inicialmente, uma discussão sobre o processo de estabelecimento e consolidação da institucionalidade autoritária e do cesarismo militar ocorrido entre os anos de 1964 a 1974. Em outras palavras, para que se compreenda por que o próprio governo militar emerge no processo de transição, a partir de 1974, como seu principal condutor e propositor, é necessário compreender o papel por ele exercido nas relações entre as classes dominantes e o Estado e na arena da disputa política. Este papel será avaliado no **capítulo 1**, onde também serão detalhados alguns dos principais conceitos que sustentam este trabalho. Nesse capítulo, a análise do processo político se concentrará basicamente na evolução e na caracterização da institucionalidade autoritária e do cesarismo militar. A abrangência dessa análise, portanto, será mais suscinta que a dos capítulos posteriores.

A primeira etapa do processo de transição da Ditadura Militar à Nova República será abordada no **capítulo 2**. Esta etapa configura uma unidade, na medida em que a Distensão se articula organicamente com o acirramento das contradições interburguesas no seio do bloco no poder, a partir da crise do Milagre Brasileiro, colocando em questão aspectos importantes da institucionalidade autoritária, como o centralismo decisório do governo nas questões econômicas e a presença determinante do Estado na economia. Deste modo, o projeto distensionista proposto pelo governo militar emerge como um instrumento de ampliação dos canais de interlocução e representação das classes dominantes com o Estado, particularmente, através da reativação dos mecanismos de representação política como o Legislativo, os partidos e as eleições. Este processo, no entanto, coloca em cena novas contradições, particularmente com o colapso da tentativa governamental de viabilizar um novo padrão de acumulação capitalista e com o agravamento das contradições no seio do bloco no poder, até mesmo entre os militares, e deste com as classes subalternas. Os primeiros sinais do *protesto popular*, expressão da mobilização contra-hegemônica das classes subalternas, já se fazem sentir nesta etapa, mesmo que canalizados, em grande parte, para o sistema eleitoral, através do chamado “voto de protesto”. A reação do governo a esta dinâmica se dá através do Pacote de Abril,

que não só reforça o potencial de controle seletivo do conflito político exercido pela esfera da representação política, como também fortalece e prorroga o próprio cesarismo militar para o mandato presidencial seguinte, encerrando a etapa inicial do processo de transição.

A etapa seguinte inicia-se com a conjuntura pós-Pacote de Abril e se desdobra até as eleições diretas para governadores de estado em 1982. Neste período as contradições sociais herdadas da etapa anterior são amplificadas, com o aguçamento das divergências no seio do bloco no poder e no campo governista e com a emergência das classes subalternas à cena política, levadas pela necessidade de se constituírem como sujeitos políticos independentes e alimentadas por uma perspectiva de democratização antagônica àquela pretendida pelo governo militar. Esta situação potencializa a eclosão de uma crise de hegemonia, que poderia colocar em questão tanto a forma ditatorial do Estado, como o próprio caráter autocrático-burguês do modelo de transformação capitalista desenvolvido no Brasil. As iniciativas operadas pelo governo militar e pelo bloco no poder, para sufocar esta potencialidade, avançam de acordo com o propósito original de desativação paulatina do cesarismo militar e de dinamização/pluralização seletiva do conflito político, porém se desdobram em diversas frentes e por caminhos tortos

A proposta de reforma da institucionalidade autoritária, com a substituição do AI-5 pelas chamadas “salvaguardas do Estado” e por medidas de dinamização/pluralização da esfera de representação política, como a reforma partidária e a Lei de Anistia, não abole o cesarismo militar, apesar de retirar parte expressiva dos instrumentos de controle à sua disposição. Além disso, o processo de efetivação das reformas institucionais ocorre paralelamente à sucessão presidencial e à substituição do governo Geisel pelo governo Figueiredo, em que há uma recomposição das diversas frações do bloco no poder com o Estado. Esta recomposição se deve a uma estratégia de acomodação, sedimentada entre as diversas frações do capital monopolista e o governo, em torno de uma política econômica expansiva e do abandono definitivo das tentativas de substituir o padrão de acumulação capitalista. Ela se deve também à própria capacidade, apresentada pela institucionalidade autoritária reformada, de conter o conflito político nos marcos da ordem. Isto é conseguido através do controle do protesto popular, por meio de medidas políticas específicas, como a repressão sobre o movimento operário e popular, a chamada política de “abertura sindical”, as pressões sobre a Igreja Católica, entre outras. E também através da transferência, para a esfera da representação política dinamizada, ampliada e pluralizada, de instrumentos

decisivos de controle seletivo do conflito político, antes concentrados nas mãos do governo graças ao cesarismo militar.

É neste plano que se inserem a reforma partidária e as iniciativas tomadas de 1979 a 1982, com vistas a submeter a estrutura partidária e a própria disputa político-eleitoral ao imperativo da manutenção da ordem e da “imunização” da arena da disputa política institucionalizada às perspectivas de desagregação da ordem. Este processo permite que, mesmo com o início da crise do cesarismo militar, a partir de 1981, devido à alteração da correlação de forças no interior do governo, a transição política continue sob a referida perspectiva, graças à formação e à consolidação de um *campo de interlocução liberal*, localizado, fundamentalmente, na esfera de representação política e fortalecido com as eleições de 1982. Devido à complexidade e à abrangência das questões tratadas nesta etapa, decidiu-se optar pela elaboração de dois capítulos distintos, apenas para facilitar a exposição do assunto, porém mantendo sua unidade. Assim, o **capítulo 3** abordará a fase que se inicia com a conjuntura imediatamente posterior ao Pacote de Abril, marcada pelas reformas institucionais e pela disputa sucessória, e vai até a formação do novo governo e a aprovação da Lei de Anistia. O **capítulo 4** tratará inicialmente das iniciativas tomadas pelo governo no sentido de recompor o bloco no poder e de controlar o protesto popular, depois passará pela reforma partidária e pela caracterização do sistema partidário, chegando, finalmente, à alteração da correlação de forças no governo e ao processo da disputa eleitoral de 1982.

A última etapa, que se desdobra das eleições de 1982 até a sucessão do governo Figueiredo, será tratada no **capítulo 5** deste trabalho.

Esta etapa é marcada pela substituição definitiva do cesarismo militar pelo campo de interlocução liberal na direção política do processo de transição, através da realização de uma ampla aliança política, em torno da candidatura presidencial de Tancredo Neves. Isto possibilitou o fim do cesarismo militar, e preservou o caráter autocrático-burguês do Estado e do modelo de transformação capitalista vigente no Brasil.

O **referencial teórico** utilizado nesta pesquisa sustenta-se na compreensão de que a dinâmica da luta política se articula organicamente ao processo da luta de classes em suas diversas dimensões, econômico-social e político-ideológica, sem, no entanto, perder sua especificidade e relativa autonomia diante da totalidade social. Deste modo, a luta política não é mero reflexo da dinâmica econômico-social de uma dada formação social, como a expressão imediata dos distintos interesses sociais. Mas também não é o simples

resultado de distintas concepções jurídicas sobre a forma do Estado (democracia x autoritarismo, por exemplo) ou da dinâmica definida pelo processo eleitoral, pela disputa partidária ou pela ação dos chamados “políticos profissionais”. Numa ponta cairíamos no “economicismo”, que tudo deriva do imperativo econômico, e na outra no “politicismo”, que entende a política como expressão específica do jogo realizado em determinados *loci* da arena da disputa política e da materialização do chamados “interesses nacionais”, localizados acima das classes e dos interesses específicos. Na verdade, ambas as formulações negam a compreensão da realidade social, a partir da perspectiva da totalidade, e expressam uma concepção ideológica que sustenta o Estado Burguês como “Estado acima das classes”, representante de todo o Povo-Nação e não como instrumento da dominação social de determinada classe ou bloco de classes sobre o resto da sociedade.

Esta concepção alimenta tanto uma dada compreensão da história política, como o próprio método de institucionalização do conflito político desencadeado pelo Estado burguês, em especial pelo Estado autocrático-burguês no Brasil. Ao longo da pesquisa, esta questão foi se evidenciando com bastante força, aparecendo como método privilegiado da estratégia de controle seletivo do conflito político presente nos processos de *Distensão e Abertura* dirigidos pelo governo militar e pelo campo de interlocução liberal. O tratamento diferenciado entre o que era considerado “interesses políticos”, mercedores de legitimidade política desde que imbuídos dos pretensos interesses nacionais, e “interesses de classe”, reduzidos à condição de interesses específicos e particulares, expressa uma variante da hegemonia burguesa. Isto devido ao fato de que, por “interesses nacionais”, entende-se os interesses vinculados à defesa da ordem burguesa e do Estado autocrático, conforme os princípios de Segurança e Desenvolvimento, definidos pela Doutrina de Segurança Nacional. Isto se evidencia, particularmente, na distinção concebida pelos governos militares, a partir da doutrina de Segurança Nacional, entre *oposição* e *contestação*. A primeira legitimamente aceita na arena de disputa política institucionalizada pelo Estado, pois apenas expressa uma variante política da perspectiva de defesa da ordem estabelecida a partir de 1964. A segunda é combatida como ação subversiva pelo aparato de repressão e de informações, conforme o princípio de guerra interna, e, por isso, concebida como politicamente ilegítima e nefasta para a garantia da Segurança e do Desenvolvimento.

Sendo assim, a opção por abordar a história da luta política no Brasil, durante a transição, pelo prisma da Economia Política, expressa não só a vinculação a um dado

referencial teórico, mas a própria necessidade de revelar atores políticos e iniciativas, principalmente derivadas das classes subalternas, que se achavam excluídos ou impedidos de se inserir na arena da disputa política, definida pela institucionalidade autoritária, mesmo após a sua reforma nos anos de 1978-1979. Nas condições históricas do desenvolvimento capitalista no Brasil, este método foi essencial para a preservação da autocracia burguesa, mesmo sob o processo de transição da Ditadura Militar à Nova República. No entanto, o processo de transição não foi produto exclusivo das iniciativas do governo militar e das diversas frações do bloco no poder, apesar da presença constante de um “projeto estratégico” em operação, mas da interação entre os diversos agentes políticos e sociais. Seria um erro avaliar o processo de transição apenas em função da capacidade de direção da arena da disputa política assumida pelo governo militar, ou em função do êxito do bloco no poder em manter sua unidade orgânica, pois esta visão corrobora o próprio método de institucionalização do conflito político adotado no Brasil, além de desprezar na análise todo um elenco de problemas decisivos para o processo da luta de classes. De outro modo, os avanços e recuos dos movimentos sociais das classes subalternas também devem ser levados em conta, caso se queira compreender a luta política sob a perspectiva da totalidade. Daí a atenção dedicada aos atores e instituições políticas que possuíam uma inserção marginal, ou até nenhuma inserção, na arena da disputa política institucionalizada, por carregarem uma perspectiva contra-hegemônica. Na perspectiva deste trabalho, a luta política também é travada nesses *loci*, mesmo que os donos do poder não concordem com isto e procurem impedi-la.

De acordo com este referencial teórico, dentre os inúmeros autores e trabalhos citados, este trabalho incorpora, como núcleo de sua estrutura conceitual, a contribuição teórica de Antonio Gramsci, Florestan Fernandes e Décio Saes. Da reflexão teórico-política de Gramsci foram incorporadas as formulações relativas à teoria do Estado ampliado, ao método para a análise das situações e relações de força e aos conceitos de revolução passiva, cesarismo e transformismo. Da produção acadêmica de Fernandes foram incorporadas as formulações acerca da teoria da revolução burguesa no Brasil e os conceitos de modelo autocrático-burguês de transformação capitalista e Estado autocrático-burguês. Da produção acadêmica de Saes foram incorporadas as formulações sobre o Estado burguês e os conceitos de representação política e representação burocrática. As outras contribuições limitam-se a aspectos específicos, embora não menos importantes, do amplo leque das questões abordada.

A **metodologia de pesquisa** deste trabalho também foi definida de acordo com a grade temporal adotada. A cada etapa eram realizadas a pesquisa documental, grande parte da pesquisa bibliográfica e a redação inicial de cada capítulo, de modo a agilizar o trabalho. A **pesquisa bibliográfica** baseou-se em acervo relativamente numeroso, formado pelo autor nos últimos oito anos. A **pesquisa documental** exigiu viagem à cidade de São Paulo (SP), em julho de 1997, quando grande parte das fontes foi coletada no Arquivo do CPV (Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro — antigo Centro Pastoral Vergueiro). O processo de redação dos capítulos foi sendo complementado ao longo do trabalho

As **fontes** utilizadas classificam-se em livros, documentos coletados em arquivos, jornais, revistas e entrevistas. Os livros que se enquadram na condição de fonte se dividem em depoimentos e pronunciamentos de personalidades políticas e militares deste período, relatos jornalísticos e reportagens, biografias, coletâneas de documentos de grupos e organizações políticas e em publicações de órgãos públicos ou organizações políticas. O restante dos documentos foi consultado fundamentalmente no arquivo do CPV, local onde se encontra volumoso acervo documental e bibliográfico sobre este período da História do Brasil, particularmente em relação aos movimentos sociais. Alguns documentos utilizados, além de determinadas publicações, são oriundos de arquivos pessoais, relativos principalmente às organizações de esquerda, gentilmente cedidos ao autor.

Os depoimentos, memórias e biografias constituem-se em fontes importantes na medida em que revelam, muitas vezes, fatos e informações cujo conhecimento é limitado a círculos restritos de pessoas, participantes dos processos relatados. Deste modo, este tipo de fonte é fundamental para a captação de dados e informações que complementam o elenco de dados manipulados, especialmente por conta do caráter excessivamente exclusivista e elitista da prática política no Brasil, sempre legitimada como atividade de notáveis, mais ainda no período da Ditadura Militar. Também, para que se compreenda a articulação entre a intervenção dos indivíduos e grupos no processo histórico e a dinâmica social mais ampla. No caso dos depoimentos, memórias e biografias que usamos, eles são importantes porque revelam aspectos cruciais da dinâmica política ocorrida no período, particularmente devido à posição ocupada pelos seus autores, personagens e depoentes na institucionalidade autoritária. Foram-nos particularmente relevantes os relatos e impressões pessoais dos agentes sobre episódios e processos vinculados ao nosso objeto, bastante reveladores das motivações e perspectivas definidoras

de suas ações. Neste tipo de fonte, destacam-se os dois livros do general Hugo Abreu (1979 e 1980), a trilogia de depoimentos militares organizada por D'Araújo, Soares e Castro (1994a, 1994b e 1995), o depoimento do ex-presidente Ernesto Geisel, organizado por D'ARAÚJO, CASTRO (1997), e a biografia de Ulysses Guimarães, escrita por Gutemberg (1994). Nestas fontes predomina uma perspectiva bastante voluntarista e personalista do processo histórico, que exige o devido distanciamento crítico do historiador para que não se desqualifiquem. Esta perspectiva não raro se baseia numa visão heróica dos agentes envolvidos, que toma fatos e iniciativas individuais e isoladas como definidoras de toda uma gama de acontecimentos e processos. Esta visão é particularmente decisiva nos depoimentos militares, em que a idealização do papel social e político do militar se confunde com a idealização de suas próprias iniciativas. Daí a valorização excessiva de critérios como virtude, honradez, compromisso profissional, entre outros, para explicar episódios e processos ditados por interesses e projetos socialmente estratégicos. Chama a atenção a enorme resistência de muitos depoentes em assumir a responsabilidade das Forças Armadas, como um todo, e dos comandantes militares, em particular, na repressão política e em seus desdobramentos.

Os relatos jornalísticos e reportagens também possuem importância dada a perspectiva relativamente objetiva com que procuram tratar o objeto. Além disso, contribuem para publicizar informações nem sempre reveladas pela imprensa, particularmente antes do processo de *Abertura*. A proximidade de alguns jornalistas responsáveis por estes relatos com os centros políticos decisórios permite-lhes acessar determinadas informações restritas aos pequenos círculos, contribuindo para o cruzamento de informações com os depoimentos, memórias e biografias. Além disso, estes trabalhos costumam trazer documentos relacionados ao tema tratado, geralmente transcritos na íntegra. O problema básico destas fontes também é a presença de um certo personalismo, aliado à supervalorização de episódios e iniciativas nem sempre relevantes ao longo do processo ou apenas indicativas de projetos e processos que em sua operacionalização extrapolaram em muito a ação e as intenções de seus mentores e protagonistas. Também é importante destacar a presença de uma perspectiva que consideráramos bastante institucionalista, por limitar-se a dar voz apenas aos agentes políticos e sociais inseridos na arena política legitimada pela institucionalidade autoritária, desprezando os inúmeros agentes localizados nos mais variados *loci* de ação política. Deste modo, estes trabalhos também tendem a reproduzir, em certa medida, a visão autocrática que concebe a ação

política somente a partir dos canais definidos pela institucionalidade autoritária. Assim, é necessário ao historiador ter clara a distinção entre o seu ofício e o do jornalista, particularmente no tratamento dos dados e na interpretação do processo social, pois ao historiador cabe a visão retrospectiva e global, imune ao “presentismo” e ao relativo “oficialismo” do relato jornalístico. Entre os relatos jornalísticos e reportagens pesquisados destacam-se os trabalhos de Castello Branco (1977 e 1978), Chagas (1985) e Dimenstein (1985).

As coletâneas de documentos configuram um tipo de fonte bastante útil para a pesquisa historiográfica, particularmente em relação às organizações de esquerda e aos movimentos sociais, pois selecionam e organizam os materiais mais representativos na enorme massa documental relativa a estas entidades. Também são importantes as coletâneas de discursos e pronunciamentos públicos de personalidades políticas, fontes inestimáveis para o cruzamento de informações e o esclarecimento de posições políticas. Das coletâneas de textos e documentos pesquisadas são de extrema valia para o estudo do movimento operário e da esquerda brasileira a trilogia organizada por Frederico (1987, 1990 e 1991) e os livros organizados por Carone (1982 e 1984). Também foi de extrema valia a coletânea de discursos e pronunciamentos de Tancredo Neves, organizada por Delgado (1988).

As consultas realizadas em jornais e revistas basearam-se em material coletado em grande parte no CPV, onde se encontra grande acervo de periódicos, particularmente os jornais da chamada imprensa alternativa (*Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*). Embora as fontes de origem jornalística apresentem limites para a pesquisa histórica, porque o enfoque excessivamente voltado para o presente pode, muitas vezes, valorizar, demasiadamente, fatos e articulações que se revelam de menor importância no curso de um processo histórico, e por isso levar o historiador a erros graves de interpretação, mesmo assim, incluíram-se essas fontes nesse estudo. A importância da imprensa alternativa neste trabalho, e no estudo deste período da História do Brasil, se justifica pelo seu conteúdo crítico diante do processo político. Isto determinou que temas e assuntos que extrapolavam e aprofundavam o debate político dominante na época fossem abordados, através de um estilo jornalístico diferenciado, que se poderia chamar de informativo/formativo, pois os conteúdos tratados eram inseridos no contexto histórico em que aconteceram, muitas vezes estabelecendo conexões com episódios e processos relativamente recuados no tempo e vinculados a outra conjuntura histórica. Deste modo, guardados os critérios de objetividade

e o relativo distanciamento do historiador diante das fontes consultadas, este tipo de fonte revela grande importância para o estudo deste período.

Ainda no âmbito dos jornais e das revistas, destaca-se a consulta realizada na revista *Visão*, também de arquivo pessoal, gentilmente cedido ao autor, e nos dossiês do CPV. No caso de *Visão*, sua importância se justifica como painel privilegiado do debate político-econômico travado entre o governo e o empresariado por ocasião da chamada “campanha antiestatista”. Os dossiês que utilizamos, organizados pelo CPV, baseiam-se, fundamentalmente, em reportagens, editoriais e pronunciamentos veiculados pela imprensa a respeito de determinado assunto durante certo período. No caso deste trabalho, utilizamos os dossiês “A transição conservadora e o pacto”, de 1985, “A Igreja, os movimentos e o Estado” e “A queda de Golbery”, os dois últimos de 1995.

Finalmente, as entrevistas foram realizadas com a finalidade de checar e complementar dados e informações relativos a algumas organizações de esquerda, caracterizando-se como um recurso complementar no âmbito das fontes utilizadas.

CAP. 1- A Institucionalização da Ditadura Militar: do golpe à direção política do governo militar (1964-1974)

1 - Introdução temática e conceitual

O processo de transição à democracia iniciado em 1974 originou-se de um projeto de distensão política gestado, proposto à sociedade e encaminhado em grande medida pelo governo militar e, em especial, pelo seu núcleo central: a presidência da República. Este fato é de muitos conhecido e já foi por muitos analisado, mas o que surpreende ainda hoje é a relação de continuidade presente entre o projeto e o processo de transição à democracia, em que pesem suas contradições, suas idas e vindas e suas mudanças de rota. O fato de que o governo militar conseguiu dirigir o processo de transição a maior parte do tempo e de que em certa medida lhe definiu o ritmo e a amplitude confere ao mesmo características decisivas, de grande envergadura, até mesmo para a institucionalidade democrática instalada posteriormente. O papel desempenhado pela presidência da República no processo de transição não foi apenas o de propor a transição da ditadura à democracia, mas o de dirigir politicamente este processo num ambiente progressivamente contraditório e conflituoso. Esta capacidade de direção é notória, sob o governo Geisel (1974-1979), e se mantém até os anos iniciais do governo Figueiredo (1979-1985), num processo em que cada novo passo só pode ser dado sob a concordância e a chancela do executivo federal. Mesmo depois, quando a presidência da República perde a direção política da transição, na sua fase final, sua capacidade de veto mantém uma força considerável, mantendo-o como um agente privilegiado até o fim.

Esta capacidade de direção política não se deve apenas à habilidade política ou à disposição para o diálogo do presidente e de seus auxiliares próximos, mas fundamentalmente a uma determinada institucionalidade que foi construída nos anos anteriores e que transformou o executivo federal no foco estratégico de poder de toda a arena política, válido tanto para os civis quanto para os militares. Esta institucionalidade foi criada e consolidada ao longo dos primeiros dez anos de ditadura militar e tal como a transição democrática também passou por um processo cheio de percalços, de contradições e de avanços e recuos, abrangendo os governos de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Diferentemente da transição à democracia, na institucionalização da Ditadura Militar não havia um projeto claramente definido por algum setor político-social e que, bem ou mal, que tivesse orientado todo o processo. Aqui, a institucionalização da ditadura militar foi aparecendo como solução para os sucessivos impasses e crises políticas que a ruptura da institucionalidade democrática ia gerando a partir de 1964. Para cada crise política era dado um passo adiante no processo de desmontagem da institucionalidade democrática, instalada em 1946, e de configuração da institucionalidade autoritária.

De Castelo Branco a Médici há uma linha de continuidade que aprofunda o caráter militar da ditadura e submete progressivamente a arena da disputa política à vontade e à autoridade do executivo federal e das forças repressivas que agem em seu nome. Na verdade, a institucionalização da ditadura redefine as relações entre as instâncias que compõem a sociedade política (Estado em sentido estrito) e as relações entre Estado e sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia).¹ Portanto, quando falamos em institucionalização da ordem política não estamos compreendendo apenas e tão somente as

¹ — Antonio Gramsci (1976, p.87) estabelece uma distinção metodológica entre Estado e sociedade civil, que é bastante útil para nossos propósitos analíticos. Segundo ele, “Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados”, ou seja, é o conjunto das superestruturas que garantem a dominação social (Estado ampliado). Porém, para o desenvolvimento da teoria da hegemonia, o Estado é metodologicamente dividido em dois, em “duas formas em que o Estado se apresenta na linguagem e na cultura de épocas determinadas, isto é, como sociedade civil e como sociedade política; como “autogoverno” e como “governo dos funcionários” (“Estadolatria” in SADER, 1992, p.141). Com base nesta divisão, o Estado passa a se limitar à sociedade política (“governo dos funcionários”, burocracia), distinguindo-se do campo da superestrutura onde se desenvolvem os aparelhos privados de hegemonia, a sociedade civil. Nas reflexões gramscianas sobre o fenômeno da hegemonia, esta distinção é decisiva, pois o caráter privado dos aparelhos da sociedade civil se baseia na sua independência material (social e institucional) em relação à sociedade política, o que confere à sua ação hegemônica um caráter voluntário e autônomo decisivo para a conquista do consenso ativo. É no exercício da hegemonia e da reprodução da ordem social que a sociedade política e a sociedade civil se fundem como Estado ampliado (COUTINHO, 1989, p.73-81). Operaremos com

medidas legais adotadas com a finalidade de modelar a arena da disputa política. Estamos compreendendo também as relações políticas que permeiam esta arena, relações estas capazes de delimitar tanto a participação política dos diversos setores sociais, quanto suas opções políticas e ideológicas. Na verdade, conforme Florestan Fernandes (1987, p.299-353), a institucionalização da ordem autoritária equivaleu a uma verdadeira “revolução institucional”, que estabeleceu uma “ditadura de classe burguesa aberta e rígida” e redefiniu as relações entre classes sociais e Estado — no âmbito da preservação e do aprofundamento da autocracia burguesa e conforme o padrão de articulação entre dominação burguesa e transformação capitalista vigentes, no Brasil, na fase do capitalismo monopolista. Este padrão, denominado por Fernandes *modelo autocrático-burguês de transformação capitalista*, atingiu o auge com a Ditadura Militar. Configurou-se como um movimento histórico autodefensivo e contra-revolucionário do conjunto das frações burguesas, que limita a ação do Estado ao horizonte dos interesses burgueses e exclui as demandas por sua democratização. Também fortaleceu a solidariedade entre classes dominantes e aparelho estatal, destruiu os mecanismos políticos que obstruíam as potencialidades da dominação burguesa e criou as condições necessárias para o avanço do desenvolvimento capitalista no país em sua fase monopolista, particularmente porque o Estado aparece não só como a estrutura principal, mas como o dínamo do poder burguês.²

esta distinção para dissecar as diversas instâncias e determinações que compõem a dominação burguesa no Brasil neste período.

² — Explicitando melhor a formulação de Fernandes, para ele o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista é produto de uma dada combinação entre dominação burguesa e transformação capitalista, fundindo infra-estrutura e superestrutura, que expressa um tipo de “Revolução Burguesa”. Este tipo é distinto do tipo clássico, democrático-burguês, realizado em determinados países capitalistas, e específico de países de capitalismo dependente e subdesenvolvido, como o Brasil. Segundo ele, “essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer probabilidade de “repetição da história” ou de “desencadeamento automático” dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burguês. Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia. Assim, o que é “bom” para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, nas orientações de valor menos que nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evolução democrática da ordem social. A noção de “democracia burguesa” sofre uma redefinição, que é dissimulada no plano dos *mores*, mas se impõe como uma realidade prática inexorável, pela qual se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa. (...) A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a conseqüente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões à democratização da participação econômica, sociocultural e política produzem, isoladamente e em conjunto, conseqüências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (quer em sentido autodefensivo, quer numa direção puramente repressiva). Criaram-se e criam-se, desse modo, requisitos sociais e políticos da dominação burguesa que não encontram contrapartida no desenvolvimento capitalista das nações centrais e hegemônicas (mesmo onde a associação de fascismo com

A institucionalização da ordem política autoritária é, então, um componente fundamental do processo de preservação e aprofundamento da autocracia burguesa, que articula organicamente os determinantes econômico-sociais e políticos da dominação burguesa (infra-estrutura e superestrutura), num só movimento histórico, e expressa uma estratégia de *revolução passiva*.³

Na verdade, a institucionalização da ordem política autoritária desempenha uma função fortemente *passivizadora*, da ordem social neste período, derivada da estratégia de revolução passiva, pois impede que as contradições sociais geradas pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista explodam numa crise catastrófica. Esta função é exercida através da repressão pura e simples e do controle militar do governo, mas também por meio de diversos instrumentos de *cooptação e domesticação do conflito político*, como os partidos, o processo eleitoral ou a estrutura sindical oficial. Por isto, nos diferenciamos de diversos autores e dos próprios termos que orientaram o debate político durante a transição, que antagonizaram os instrumentos “institucionais” do arcabouço jurídico-político da Ditadura Militar (oriundos dos Atos Institucionais e Complementares) à legalidade constitucional. Para nós, as duas fontes da legalidade autoritária fazem parte de uma só institucionalidade autoritária e, além disso, não a esgotam como fenômeno político e social.

O papel assumido pelo Estado como estrutura principal e dínamo do poder burguês exigiu sua redefinição e uma nova articulação entre suas instâncias, num processo decisivo para a conformação da nova institucionalidade. No plano das relações no interior

expansão do capitalismo evoca o mesmo modelo geral autocrático-burguês). Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político” (FERNANDES, 1987, p. 292-293).

³ — O conceito de revolução passiva é formulado por Gramsci (1976, p. 75) a partir de dois princípios marxistas: “1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolverem encontrarem lugar para um ulterior movimento progressista; 2) a sociedade não assume compromissos para cuja solução ainda não tenham surgido as condições necessárias”. A partir destes princípios, Gramsci desdobra o conceito de revolução passiva para explicar processos de mudança histórica baseados em “modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição precedente das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações”(op. cit., p.77). Este processo desencadeia um específico movimento dialético, uma “dialética mutilada”, em que a tese incorpora parte da antítese para não se deixar superar. Segundo Gramsci, “na oposição dialética só a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até atrair para si os chamados representantes da antítese: exatamente nessa formulação consiste a revolução passiva ou revolução-restauração”(op. cit., p.77-78). Deste modo, a revolução passiva constitui-se numa estratégia das classes dominantes para domesticar o conflito político numa conjuntura de mudança, evitando que suas potencialidades transformadoras “fujam do controle” e explodam numa crise catastrófica que venha a solapar as bases de sua dominação. Gramsci utiliza esta formulação para compreender tanto a passagem de uma ordem social a outra (o *Risorgimento* italiano), quanto a passagem de uma etapa a outra dentro de uma mesma ordem social (o Fascismo na Itália e o Americanismo-Fordismo nos EUA), situação que se assemelha ao nosso objeto de análise.

do Estado (sociedade política), a “revolução institucional”, determinada pela preservação da autocracia burguesa, gerou o esvaziamento progressivo das instâncias originadas da consulta política popular como arena decisória e sua transformação em um apêndice do governo, cujo núcleo central era o executivo federal. Este processo expressa uma das condições para o estabelecimento de uma ditadura burguesa: a supremacia da representação burocrática sobre a representação propriamente política do Povo-Nação no Estado, ou seja, o esvaziamento formal e substantivo dos mecanismos e processos de consulta política à sociedade, particularmente aqueles mediados pelo sufrágio universal. Esta supremacia significa que o papel ideológico representado pelo Estado burguês, em correspondência com as relações capitalistas de produção, se expressa muito mais através da representação mediada pelo direito burguês e pelo burocratismo do que pela representação baseada em algum tipo de consulta política popular. Esta questão é complexa e exige aqui uma explicação um pouco mais detalhada. Para tal nos basearemos no conceito de Estado burguês utilizado por Décio Saes (1994, p.3-51).

A função ideológica básica do Estado burguês, da qual deriva sua correspondência com as relações capitalistas de produção, é desagregar a identidade de classe dos trabalhadores, identidade que as relações de produção potencializam, e reagregá-los enquanto Povo-Nação, enquanto cidadãos. Cidadãos dotados de direitos e de capacidade subjetiva para realizar contratos, pois são homens juridicamente livres, o que transfere para as relações capitalistas de produção a aparência de uma troca de equivalentes (salário por força de trabalho), definida livremente pelos agentes econômicos (capitalistas e trabalhadores), mascarando sua condição de troca desigual, pois baseada na extração da mais-valia.

O que confere a aparência de troca de equivalentes, entre o salário e a força de trabalho nas relações capitalistas de produção, é o direito burguês, que trata de modo juridicamente igual os economicamente desiguais. Ou seja, ao tratar todos os cidadãos como homens livres dotados de vontade subjetiva, o direito burguês confere tanto ao trabalhador quanto ao capitalista a capacidade de estabelecer as relações capitalistas de produção, como se ambos fossem livres para travá-las ou rompê-las quando quisessem. O que é realmente falso, pois ao trabalhador não é dado o direito econômico de optar, porque a venda de sua força de trabalho é o único meio que lhe garante a sobrevivência. Portanto, o direito burguês confere à venda da força de trabalho pelo trabalhador a aparência de opção livremente tomada.

Este direito burguês é aplicado normativamente à sociedade pela burocracia de Estado, corpo de funcionários encarregado das tarefas administrativas e repressivas, que aparece, então, como guardião da estrutura jurídica que trata igualmente os desiguais. Esta posição ocupada pela burocracia permite que ela apareça perante a sociedade como representante de todos os cidadãos, de todo o Povo-Nação, e não apenas da burguesia. Isto é possível devido ao burocratismo, que é o modo específico de organização da burocracia no Estado burguês. O burocratismo organiza a burocracia pelas normas fundamentais de não-monopolização das tarefas do Estado, pela classe exploradora, e de hierarquização das tarefas burocráticas pelo critério da competência. Isto permite que a burocracia não se confunda socialmente com a burguesia, pois o exercício das tarefas de Estado é aberto a todos os cidadãos e não apenas à classe dominante — e estes são escolhidos para compor a burocracia não pela sua origem social ou por seus compromissos político-ideológicos, mas por sua competência. Daí o papel exercido pela burocracia como representante de todo o Povo-Nação dentro do Estado, o que configura a representação burocrática.

No entanto, a representação burocrática, que é estrutural no Estado burguês, pode ser insuficiente para garantir a reprodução da dominação burguesa. A luta de classes pode tensionar a sociedade ao ponto da exigência de uma representação paralela à representação burocrática dentro do Estado, e do estabelecimento de uma representação propriamente política, assentada em algum tipo de consulta política. Portanto, neste caso, a representação popular no interior do Estado burguês se divide em duas: a burocrática e a propriamente política (usamos o termo “propriamente”, para destacar sua especificidade, pois, a rigor, a representação burocrática também é uma forma de representação política). Entre ambas há uma contradição permanente e a forma como elas se relacionam determina a forma do Estado burguês. Esta, por sua vez, pode variar entre as formas fascista, plebiscitária, liberal-democrática e ditatorial. No nosso caso, nos interessam as duas últimas, pois o processo de institucionalização da ditadura militar significou, sumariamente, a passagem da forma liberal-democrática para a forma ditatorial do Estado burguês no Brasil. Na primeira, a representação propriamente política é fundada no sufrágio universal e convive contraditoriamente com a representação burocrática, e, na segunda, a representação popular é fundada puramente na representação burocrática. Obviamente, estes tipos variam em cada formação social, dificilmente apresentando-se em estado puro. No Brasil, por exemplo, a institucionalização da ditadura militar não aboliu

totalmente a representação política e o sufrágio universal, cabendo-lhe, então, uma devida caracterização desta forma específica de ditadura.⁴

Desse modo, a redefinição das relações entre as instâncias de representação no interior do Estado passou pelo esvaziamento da representação política em favor da supremacia da representação burocrática. Isto alterou as relações entre o governo, propriamente dito, e o Parlamento, mas também as relações internas à burocracia, determinando a supremacia da burocracia ligada ao executivo federal sobre a burocracia do sistema judiciário. Por sua vez, no interior da burocracia do executivo federal, percebe-se a ascensão progressiva dos militares como grupo dirigente do Estado e do bloco no poder, mesmo que em aliança com a chamada tecnocracia. Este processo configura-se como um componente decisivo na constituição da institucionalidade autoritária, moldando-lhe a abrangência e definindo-lhe o caráter. Deste modo, a institucionalidade autoritária expressa

⁴ — Conforme Saes (1994, p. 13-51), sua reflexão sobre a problemática da correspondência entre o Estado burguês e as relações capitalistas de produção é uma tentativa de reconstrução e desenvolvimento do conceito de Estado capitalista teorizado por Nicos Poulantzas em *Poder político e classes sociais*. A influência da reflexão de Poulantzas sobre a autonomia relativa do Estado também pode ser percebida nas formulações de Fernandes (1987, p.321-353) sobre a autocracia burguesa no Brasil, quando este destaca o papel assumido pelo Estado na unificação das frações burguesas e na dinamização do seu poder e quando considera que este, enquanto “superentidade política”, restringe a sociedade civil às classes burguesas e isola-a do restante da nação. A incorporação das referidas formulações em nossa análise poderia suscitar sérias confusões metodológicas, particularmente quando combinada com as formulações gramscianas do Estado ampliado e da articulação orgânica entre infra e superestrutura. Buci-Glucksmann (1980, p. 69-153) destacou os limites da concepção estruturalista, que amplia o conceito de Estado somente em função da reprodução das relações de produção, obscurecendo a compreensão das práticas políticas concretas das classes, seu processo de constituição e as reservas políticas e ideológicas de poder articuladas na sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia). Silveira (“Poulantzas e o Marxismo” in SILVEIRA, 1984, p.7-39) também criticou a concepção poulantziana da autonomia relativa do Estado, por considerar que ela secundariza as relações de produção capitalistas como elemento teórico essencial à fundação do Estado, separa as estruturas sociais (econômica, política e ideológica) das práticas e das lutas de classes e transfere para o Estado a capacidade de transformar as estruturas sociais por ele ser uma estrutura na qual as diversas contradições sociais se condensam. De nossa parte é necessário dizer que a incorporação “indireta” de elementos analíticos de matriz estruturalista, em nossa discussão, não implica na absorção de todos esses desdobramentos teóricos, como entendemos também não ser o caso dos autores que citamos. A função ideológica exercida pelo Estado burguês na reprodução das relações de produção capitalistas de modo algum esgota suas funções hegemônicas e coercitivas. Prova disto é o destaque dado por Saes à contradição existente entre a representação burocrática e a representação política no Estado burguês, definida a partir da luta de classes. Fernandes (op. cit.), por outro lado, incorpora a problemática da autonomia relativa do Estado à análise de uma ordem burguesa específica, que de modo algum reproduz o padrão típico da dominação burguesa, pois trata-se de uma sociedade onde a debilidade hegemônica das frações burguesas se expressa justamente em sua incapacidade de realizar a “revolução democrática” e a “revolução nacional”, “nacionalizando” a sociedade civil burguesa. Daí o papel do Estado como dínamo do poder burguês e sua relativa autonomia. Além disso, a autocracia burguesa é uma condição da transformação capitalista, fundindo organicamente infra e superestrutura num mesmo movimento. Deste modo, entendemos que a incorporação destas contribuições não nos desloca do campo teórico que escolhemos. São instrumentos importantes para a compreensão das relações orgânicas entre sociedade política (Estado em sentido estrito) e sociedade civil, apesar de sua debilidade, particularmente porque há toda uma corrente interpretativa do processo de transição democrática no Brasil que opõe mecanicamente Estado e sociedade civil, obscurecendo o papel dos aparelhos hegemônicos das classes dominantes na articulação entre democratização e manutenção da ordem burguesa.

o amadurecimento da autocracia burguesa no Brasil em uma nova etapa, nuclearmente marcada pela direção política dos militares e configurada por uma situação de *cesarismo militar*.⁵

Obviamente, este processo também determinou alterações nas relações entre Estado e sociedade civil, com o dismantelamento e/ou tutela dos aparelhos privados de hegemonia ligados a uma perspectiva contra-hegemônica (sindicatos, entidades estudantis, entidades culturais, imprensa alternativa, partidos de esquerda), particularmente os que defendiam um projeto de reformas do capitalismo e a ampliação da participação política dos trabalhadores e das classes subalternas, mesmo que nos marcos do populismo. Mas, também, com o enquadramento dos aparelhos de hegemonia vinculados à defesa da ordem social burguesa (entidades patronais, grande imprensa, mídia eletrônica, partidos conservadores, entre outros), principalmente daqueles que apoiavam a preservação da

⁵ — Neste ponto é necessária uma delimitação teórica. Diversos autores utilizaram-se do conceito marxista de bonapartismo para caracterizar o Estado brasileiro sob a Ditadura Militar (ver, por exemplo, ANTUNES, 1992; MARTINS, 1977 e OLIVEIRA, 1984). Porém, nos utilizamos do conceito gramsciano de cesarismo. Sabemos da distinção feita por Marx entre cesarismo e bonapartismo no prefácio à segunda edição de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, segundo a qual o primeiro conceito era inadequado às condições da luta de classes na sociedade moderna, em que a massa dos produtores (o proletariado) emergia como força política antagônica à burguesia (MARX, 1978, p.7-9). No entanto, Gramsci resgata o conceito de cesarismo e amplia-o em relação ao bonapartismo, pois mesmo incorporando o conceito de equilíbrio utilizado por Marx, aplica-o a distintos tipos de Estado e a distintas personalidades “heróicas” como César, Cromwell, Napoleão I e Napoleão III (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.391-396). A ampliação do conceito de cesarismo por Gramsci é mediada pelo papel exercido pelo cesarismo, tanto nas passagens de um tipo de Estado a outro, quanto nos processos de preservação de determinado tipo de Estado e de manutenção da ordem. Nesta perspectiva, Gramsci associa o fenômeno do cesarismo à problemática da dialética da revolução passiva (revolução-restauração), entendendo-o como uma “solução arbitral” que pode atuar progressivamente (passagem de um estado a outro) ou regressivamente (preservação do Estado). A partir de Napoleão III, Gramsci considera que o cesarismo moderno assume um papel fundamentalmente regressivo na sociedade burguesa, atuando de modo “policial” na preservação da ordem vigente, seja mantendo a debilidade relativa da força progressiva antagônica, seja potencializando as possibilidades de desenvolvimento da referida ordem social que ainda não tinham se esgotado (GRAMSCI, 1976, p.66). Este aspecto é fundamental para justificar a incorporação do conceito de cesarismo em nossa análise, pois consideramos que a construção da institucionalidade autoritária obedeceu ao propósito de potencializar o desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil, além de sufocar as perspectivas transformadoras representadas pela movimentação das classes subalternas e pelas próprias contradições interburguesas. O fato de que no colapso do populismo não houvesse um “equilíbrio catastrófico” entre as classes dominantes e as classes subalternas (particularmente entre burguesia e proletariado) não desqualifica o caráter de crise de hegemonia assumido pela crise do poder burguês no processo e não invalida a emergência do cesarismo, pois a “solução arbitral” pode fazer-se necessária mesmo quando a força dominante passa por uma “deficiência momentânea” e não por uma “deficiência orgânica necessariamente insuperável” (idem, p.65-66). Além disso, Gramsci (p. 66-67) ainda destaca que “seria um erro de método considerar que, nos fenômenos do cesarismo, (...), qualquer novo fenômeno histórico derive do equilíbrio entre as forças ‘fundamentais’; também é necessário examinar as relações supervenientes entre os grupos principais das classes fundamentais e as forças auxiliares guiadas ou submetidas à influência hegemônica”. Por fim, é necessário destacar que no caso brasileiro o cesarismo adquiriu um caráter militar, pois o poder “arbitral” e a direção política da institucionalidade autoritária foram exercidos pelas Forças Armadas em seu conjunto, como grupo dirigente no interior do Estado. As soluções cesaristas “sem um César” também são consideradas por Gramsci nas condições do cesarismo moderno, podendo ser

autocracia burguesa, mas que tinham divergências quanto à exacerbação de suas potencialidades autoritárias (no plano político) e monopolistas (no plano econômico).⁶

A processualidade da institucionalização da ordem autoritária obedeceu tanto às contradições sociais e políticas vigentes nas relações interburguesas, quanto àquelas estabelecidas entre o conjunto das classes dominantes, dirigidas pela burguesia dependente-associada e orientada para a preservação da autocracia burguesa, e o conjunto das classes subalternas, polarizadas por um projeto reformista e com relativo poder de mobilização social. Estas contradições já se manifestavam na conjuntura de colapso do populismo e perpassam todo o período pós-64, com o avanço do caráter concentrador de renda e de

desempenhadas tanto por governos de coalizão, quanto por “aparelhos” estatais e privados baseados em amplas burocracias como partidos e sindicatos (idem, ibidem, p.64-65).

⁶ — Os aparelhos privados de hegemonia localizam-se na sociedade civil e atuam no sentido de fortalecer determinada perspectiva hegemônica, embasada pela ação de determinada classe ou agrupamento de classe (e suas frações) e orientada por determinado projeto histórico. Sua independência material diante do Estado (em sentido estrito) é fundamental na configuração de seu projeto político, de sua práxis e de sua própria potencialidade hegemônica. Nas condições da sociedade burguesa, podemos definir genericamente os aparelhos hegemônicos como sendo aqueles que defendem a ordem social burguesa e o Estado burguês, viabilizando a reprodução das relações sociais capitalistas e da própria condição burguesa do Estado, através da subordinação da sociedade em seu conjunto e dos trabalhadores, em especial, ao capital. Obviamente, nem todos os aparelhos hegemônicos pertencem à classe burguesa, ao contrário, é comum a existência de aparelhos hegemônicos de outras classes e até mesmo dos trabalhadores. No entanto, sua ação fortalece a reprodução da ordem social burguesa, desde que impeça que as outras classes adquiram autonomia política e ideológica e coloquem-se na disputa política de modo antagônico à dominação burguesa. Isto não impede que estes aparelhos não-burgueses entrem em contradição com a ordem burguesa e nem que sua ação evolua para uma perspectiva contra-hegemônica. Mas enquanto forem hegemônicos sua ação, no entanto, limita-se a realizar *pressões dentro da ordem* e até a impulsionar “revoluções dentro da ordem”, mas nunca “contra a ordem”, conforme termos usados por FERNANDES (1987). Ao contrário, os aparelhos contra-hegemônicos atuam no sentido de fortalecer a autonomia política e ideológica dos trabalhadores, particularmente do operariado, diante do capital, e de viabilizar a construção de sua própria hegemonia na sociedade e no Estado. Também estes aparelhos não se limitam às classes trabalhadoras e nem estão isentos de agir conforme as *pressões dentro da ordem* e a “revolução dentro da ordem”, mas sua ação é organicamente antagônica à dominação burguesa e vislumbra a perspectiva da “revolução contra a ordem”. Um último ponto importante diz respeito à qualidade dos aparelhos de hegemonia. Conforme a formulação gramsciana, a luta política se desenvolve em três “momentos” ou “graus” das relações de força políticas. No primeiro momento, econômico-corporativo, os indivíduos se solidarizam “economicamente” com seu grupo profissional; no segundo momento, se solidarizam com seu grupo social e já começam a se colocar a questão do Estado, lutando para a obtenção de sua igualdade político-jurídica com os grupos dominantes e do direito de participação legislativa e administrativa; finalmente, no terceiro momento, os indivíduos conscientizam-se de que seus interesses corporativos identificam-se com os interesses de outros grupos sociais, emergindo daí um processo de unidade (político-econômica e intelectual-moral), que “universaliza” a perspectiva histórica de um grupo social e fundamenta sua hegemonia sobre outros grupos (GRAMSCI, 1976, p.49-50). Os aparelhos de hegemonia não precisam atingir o terceiro momento para configurar-se enquanto tais, pois os três momentos não constituem uma linha evolutiva rígida, ao contrário, eles podem articular-se ao mesmo tempo numa determinada ação concreta. Além disso, um aparelho de hegemonia que se encontra formalmente no primeiro momento pode conter potencialidades hegemônicas que já se manifestam em sua práxis política. A práxis política de um aparelho de hegemonia pode ser tão decisiva para o caráter de sua ação quanto o projeto ético-político que defende. No caso dos aparelhos hegemônicos, a separação entre governantes e governados é valorizada e reproduzida. Nos aparelhos contra-hegemônicos, ela deve ser negada e abolida, pois na sociedade burguesa o fundamento da ação antiburguesa é a socialização da riqueza, da política e do poder, pela autogestão dos homens livres. Por isto, entidades corporativas podem exercer funções hegemônicas tanto quanto partidos políticos e entidades culturais (“partidos intelectuais”).

poder do capitalismo brasileiro. A partir de 1964, a configuração da forma ditatorial do Estado burguês, através da institucionalidade autoritária, significou a consolidação da autocracia burguesa no Brasil. Portanto, o compromisso com o avanço do desenvolvimento capitalista no país determina não só a reposição da dominação burguesa sobre o conjunto da sociedade, especialmente dos trabalhadores, mas a captura plena do Estado pelo conjunto das classes dominantes. Por isto, todo o processo de construção da ordem autoritária foi determinado pela dinâmica da luta de classes, particularmente pelo conflito entre capital e trabalho, mesmo nas conjunturas em que isto não era imediatamente visível.

Este conflito atinge forte radicalidade já no início dos anos 60, em função das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo dependente-associado no Brasil, que já se apresentavam antes, mas que explodem na conjuntura de crise do populismo e se arrastam até o final da década numa crise de hegemonia. Apesar de caracterizar-se como uma situação potencialmente pré-revolucionária, pois se baseava muito mais num processo de “desagregação, desarticulação e desorientação da própria dominação burguesa” do que numa “rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas” (FERNANDES, 1987, p.322), a crise do poder burguês exigiu um movimento de unificação das frações burguesas, capaz de se contrapor às pressões particularistas de cada uma delas, à “contaminação” do Estado pelas demandas populistas e nacionalistas e ao “desafio externo” representado pelo próprio imperialismo (p.322-353). As contradições múltiplas que abalavam o poder burguês, e que exigiam a institucionalização da ordem autoritária mediada pelo cesarismo militar, emanavam diretamente da dinâmica do padrão de acumulação capitalista monopolista instalado no Brasil a partir de meados dos anos 50, e no qual se assentava o capitalismo dependente-associado.

A partir de 1956, no governo de Juscelino Kubistchek, o padrão de acumulação dependente-associado desenvolve sua etapa inicial de expansão monopolista, até 1961, vive uma crise recessiva de 1962 a 1967, etapa marcada politicamente pelo colapso do populismo e pelo golpe de 1964, e retoma uma dinâmica fortemente expansiva com o chamado Milagre Brasileiro, entre 1968 e 1973, já no contexto político da institucionalidade autoritária (MANTEGA e MORAES, 1979). A articulação dialética entre a evolução do padrão de acumulação e o processo de preservação e aprofundamento da autocracia burguesa explica a crise do poder burguês e o desencadeamento da institucionalização autoritária.

Podemos afirmar, em termos gerais, que o padrão de acumulação instalado em meados dos anos 50 viabiliza um processo de crescente monopolização capitalista, puxada pelo dinamismo industrial do setor de bens de consumo duráveis (departamento III),⁷ baseado na forte presença do capital externo. Este processo não só redefine o modelo de industrialização e a supremacia definitiva da indústria sobre a agricultura, como reinsere a economia brasileira na divisão internacional do trabalho de forma dependente, além de aprofundar o papel desenvolvimentista desempenhado pelo Estado. Este atua tanto como esteio do financiamento requerido por tal dinâmica de acumulação, quanto através da ampliação de suas funções produtivas, particularmente no setor de bens de capital. Além disso, a associação com o capital externo torna-se condição do novo padrão, tanto pelas inversões crescentes de capital, e por seu papel no financiamento do processo, através de empréstimos mediados pelo Estado e pela importação de bens de produção e intermediários, dos quais carecia a industrialização brasileira (OLIVEIRA, 1984, p. 76-113).

A etapa inicial de monopolização promove uma inflexão no processo de industrialização tardia da economia brasileira, na medida em que elege o setor de bens de consumo duráveis como o pólo dinâmico da acumulação. Esta medida é carregada de implicações para o padrão de acumulação, pois responde satisfatoriamente no sentido de superar os estrangulamentos econômicos e político-sociais do padrão de acumulação anterior e atua no sentido de restaurar um tipo de relacionamento com os centros hegemônicos do capitalismo, que reexternaliza o destino final do processo de reprodução e acumulação de capital. Isto, porque, no padrão anterior de acumulação, o pólo dinâmico era o setor de bens de capital (Departamento I), impulsionado pela presença decisiva das empresas estatais e pelo papel privilegiado que ocupava na política intervencionista do Estado. Esta posição do DI permitiu a internalização, mesmo que parcial, do processo de reprodução e acumulação de capital, nacionalizando parte da acumulação, pois substituíria parcialmente a importação dos bens de capital demandados pelo parque industrial em expansão. Seu caráter parcial devia-se à incompletude do processo de internalização do DI,

⁷ — Utilizaremos a divisão entre os três departamentos industriais adotada por Francisco de Oliveira em seu artigo “Padrões de acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)” (1984, p. 76-113). Segundo ele a divisão é a seguinte: “Departamento I, produtor de bens de capital ou, em sentido lato, de bens de produção, pois inclui os chamados bens intermediários que são *também* capital constante; Departamento II, produtor de bens de consumo para os trabalhadores, que estamos chamando de bens de consumo não-duráveis; e Departamento III, produtor de bens de consumo para os capitalistas, que estamos chamando de bens de

que convivia com dificuldades estruturais, como o baixo grau de capitalização da economia brasileira como um todo, do capital privado nacional em particular. Também a resistência do capital externo em transferir para países dependentes processos produtivos com fortes potenciais emancipadores, e, ainda, aos limites da capacidade de financiamento do Estado, sempre às voltas com as contradições geradas pela política de confisco cambial e com as resistências das diversas frações do capital a uma política fiscal que realmente o taxasse (OLIVEIRA, 1984, p.76-113).

Com o novo padrão de acumulação, a ênfase passa a ser dada ao DIII, estagnando relativamente o desenvolvimento do DI e impedindo, na prática, que se completasse seu amadurecimento de acordo com as demandas do parque industrial, agora em franca expansão no setor de bens de consumo duráveis. Se, por um lado, esta inflexão resolveu conjunturalmente os problemas de financiamento — pois as inversões de capital externo eram crescentes e o endividamento do Estado é viabilizado pela situação de grande liquidez internacional e pelas disputas interimperialistas do final dos anos 50 — por outro lado, empurrou o capitalismo brasileiro para um processo irreversível de monopolização, ditado pelas altas taxas de remuneração do capital externo aqui investido (OLIVEIRA, 1984, p.76-92). Além disso, agregou ao tipo tradicional de crise do balanço de pagamentos em países dependentes um novo tipo de crise. Se antes a crise se devia às dificuldades que as exportações de produtos primários enfrentavam no mercado internacional — com claras implicações na capacidade da economia nacional em obter as divisas necessárias ao financiamento da substituição de importações — agora a crise passa a se dar também pelas dificuldades da economia nacional em gerar os meios de pagamento necessários à remuneração do capital externo, aqui investido direta ou indiretamente, permitindo o seu retorno à circulação internacional. Isso gerava uma crise recorrente no balanço de pagamentos, com graves conseqüências não só para o processo de acumulação do capital externo, mas para todo o padrão. A demanda crescente por bens de capital estimulada pelo processo expansivo, diante da atrofia relativa do DI internalizado, agravava a situação, obrigando o governo à adoção da inflação como mecanismo de financiamento.

Daí a expressão “Restauração Kubitschek”, utilizada por Francisco de Oliveira (1984, p.86-87), para designar a etapa inicial do novo padrão, ocorrida no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Na verdade, a inflexão na política industrial gerada

consumo duráveis” (p.77). Em nosso trabalho o Departamento I aparecerá abreviado como DI, o Departamento II como DII e o Departamento III como DIII.

pelo novo padrão restaurou uma relação de dependência da economia brasileira ao capital internacional, que a vulnerabilizava progressivamente, pois transferia para o exterior setores decisivos do DI da economia nacional, como também os mecanismos fundamentais de financiamento da acumulação, intermediados pelo Estado.

A partir desta nova dinâmica, o ponto nevrálgico das crises econômicas no Brasil passa a ser a incapacidade cíclica da economia brasileira de gerar os excedentes necessários à realização do capital em sua escalada monopolista, derivada da “contradição entre uma industrialização voltada para o mercado interno mas financiada ou controlada pelo capital estrangeiro”(OLIVEIRA, 1984, p.87). Mantega e Moraes (1979) também corroboram esta leitura, na medida em que interpretam os ciclos de recessão e crise deste período (1962-1967) e do período posterior (a partir de 1974) como crises de acumulação devidas à queda na taxa de lucros e não como crises motivadas por subconsumo, apesar de criticarem também as visões que privilegiam o desequilíbrio entre os três departamentos da indústria brasileira.

O primeiro momento recessivo deste padrão articula-se com a crise política, marcada pelo colapso do populismo e do regime democrático, e pelos anos de institucionalização da Ditadura Militar. Em linhas gerais, a crise deve-se a uma combinação explosiva entre o comprometimento do ritmo de acumulação, pelas crescentes dificuldades de financiamento e pela redução das inversões externas, de um lado, e as contradições sociais geradas pela contenção salarial, intensificada pelo efeito erosivo da inflação e pelo encarecimento dos produtos agrícolas que compunham o custo de reprodução da força de trabalho, de outro (MANTEGA, MORAES, 1979, p.19-50). Esta combinação, além de estimular as ações particularistas das respectivas frações burguesas, trazia a contradição entre capital e trabalho para o centro da luta de classes, agregada ainda às contradições sociais aguçadas no campo, contrapondo perspectivas históricas distintas quanto à dinâmica da transformação capitalista e as funções do Estado. O antagonismo social decorrente deste processo marcou a crise de hegemonia que levou de roldão o populismo, indesejado pela burguesia em seu conjunto e fustigado pelas pressões dos trabalhadores, e exigiu das classes dominantes uma opção claramente orientada para o desenvolvimento capitalista dependente e associado e para o estabelecimento da Ditadura Militar, como instrumento da dominação e de afirmação burguesa sobre a sociedade.⁸ O

⁸ — Extensa bibliografia trata deste período articulando a crise econômica à crise política. Em especial ver, OLIVEIRA, 1987; IANNI, 1986 e 1978; MANTEGA e MORAES, 1979 e FERNANDES, 1987.

golpe de Estado de 1964 é resultado desta opção, e momento inicial do processo de construção e consolidação da institucionalidade autoritária, que se desenrolará em três etapas ao longo dos primeiros 10 anos da Ditadura Militar.

2 - Do Golpe Militar à Constituição Autoritária (1964-1967)

A etapa iniciada em 1964, com o golpe militar, e encerrada no início de 1967, com a edição da nova constituição, é marcada por uma contradição central no plano político: uma arena da disputa política modelada por uma ordem democrático-liberal, mas em cujo centro havia um governo autoritário. Esta contradição tensiona progressivamente as relações entre o governo militar, configurado por uma ruptura golpista da legalidade, e as outras instâncias da sociedade política regidas pela institucionalidade democrático-liberal como o Parlamento, os governos estaduais (eleitos) e o Judiciário. Mas também entre o governo militar e os aparelhos privados de hegemonia (sociedade civil), particularmente os que abraçavam uma perspectiva contra-hegemônica e entre os aparelhos hegemônicos que tinham divergências com o autoritarismo. Esta contradição se manifesta em questões como: o cumprimento do calendário eleitoral, as restrições às atribuições legislativas do Congresso, a criação de uma institucionalidade paralela no plano dos direitos civis e políticos (os atos institucionais), a intervenção punitiva e repressiva sobre a oposição e até sobre setores da burocracia (civis e militares), as restrições à ação dos partidos, entre outras.

No campo das relações sociais, a luta de classes gerava contradições não só entre as classes dominantes, polarizadas pela perspectiva golpista e pelo horizonte do capitalismo dependente-associado, e as classes subalternas, denunciando o pacto populista e mobilizadas em torno de uma perspectiva reformista (nacionalista e distributivista). Gerava também contradições entre os próprios setores sociais e políticos que apoiaram o golpe desde o primeiro momento, de frações da burguesia e da classe média, passando pelos militares, pelos partidos conservadores, pela grande imprensa e pela Igreja Católica. No plano geral, é necessário dizer que os movimentos de oposição ao governo militar, particularmente os de caráter contra-hegemônico e ligados às classes subalternas, não foram derrotados logo em 1964. Eles foram sendo derrotados ao longo de

todo o processo de institucionalização da ditadura, pois recompunham-se ou desenvolviam novas formas e métodos de luta política. E, no plano específico das forças sociais e políticas golpistas, as contradições apareciam tanto entre os militares e os civis, quanto entre os próprios militares. As contradições sociais eram mediadas pelas posições divergentes a respeito da intervenção política dos militares e de seu impacto na institucionalidade democrática, e também pela própria política econômica desenvolvida pelo governo Castelo Branco, na conjuntura de recessão do padrão de acumulação capitalista.

2.1 - O golpe e a nova correlação de forças

Nos anos que vão do golpe de Estado de 1964 ao início do novo ciclo expansivo em 1968, são gestadas as condições econômicas, sociais e políticas para o novo e irresistível salto no processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista, representado pelo chamado Milagre Brasileiro. A tentativa de manter a crise sob controle, por meio de uma recessão calculada e do equilíbrio monetário para contenção da inflação, através da política econômica de Roberto Campos e de Otávio G. de Bulhões, combinou-se com um processo de adaptação do Estado e da economia às novas demandas monopolistas, numa ação decisiva para o desenvolvimento posterior do padrão de acumulação. Das medidas desenvolvidas nesta linha são fundamentais aquelas referentes à subordinação do trabalho ao capital, à ampliação do instrumental interventor do Estado e ao desenvolvimento de um novo sistema financeiro.

Na primeira frente de ação ocorre o aprofundamento do processo de subordinação do trabalho ao capital, pela política extremamente repressiva desencadeada sobre o movimento dos trabalhadores, particularmente o movimento operário, e pela contenção salarial. O salário-mínimo cai em cerca de 20% nos três primeiros anos após o golpe (MANTEGA, MORAES, 1979, p.53) e a repressão se dá sobre o movimento operário e sobre o sindicalismo com prisões e cassações de seus representantes políticos. Nos anos de 1964 e 1965, contabilizam-se cassações dos direitos políticos de 63 dirigentes sindicais e intervenção em 4 confederações, 45 federações e 383 sindicatos (FREDERICO, 1987, p.17). Além disso, diversas medidas legalizam a política de contenção salarial, como o controle policial das eleições sindicais, a “lei de greve” (junho de 1964) — que limita drasticamente o direito de greve —; a lei dos acordos salariais

(1965) — que transfere para o governo federal a definição da política salarial e diminui a autonomia dos tribunais trabalhistas nesta questão —, e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) — que põe fim à estabilidade no emprego (SAES, 1985, p.163). Este último se revela como mais um instrumento financeiro de transferência de renda do trabalho ao capital e como estimulador da rotatividade dos trabalhadores no emprego, o que contribui mais ainda para o rebaixamento do valor da força de trabalho. Estas medidas de controle do mercado da força de trabalho pelo Estado, para o capital, somam-se ao papel tradicional exercido pela legislação trabalhista e pelo sindicalismo tutelado, vigentes desde o padrão de acumulação anterior. Aliás, sua eficácia era tanta que o regime autoritário não só a preservou como procurou estendê-la ao campo através do Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado desde 1963 (IANNI, 1986, p.229-316). No campo, a ação repressiva do governo se abateu sobre as Ligas Camponesas do Nordeste e também sobre o movimento sindical rural, com a intervenção na Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais) em 1965, e com o enquadramento da reforma agrária, conforme a orientação capitalista do Estatuto da Terra, aprovado em 1965 (MEDEIROS, 1989, p.86-91).

A segunda frente de ação representou um aprofundamento do papel intervencionista do Estado numa perspectiva *desenvolvimentista*. De modo algum esta perspectiva se chocava com o caráter dependente e associado do capitalismo brasileiro. Na verdade, o regime autoritário significou a derrota política, e talvez também teórica, do projeto *desenvolvimentista nacionalista* que mobilizou setores relevantes das forças sociais e uma parcela expressiva da burocracia estatal no período pós-Segunda Guerra. O projeto desenvolvimentista vitorioso foi aquele que fundiu a corrente *desenvolvimentista não-nacionalista* da burocracia estatal e a corrente desenvolvimentista do setor privado (leia-se, da burguesia nacional), superando até mesmo as resistências reacionárias dos *neoliberais*, que criticavam a prevalência da indústria e sonhavam com o resgate da “vocaçãõ agrícola” do país, e soldando mais ainda a solidariedade do Estado com o padrão de acumulação. Nesta perspectiva, a ação do Estado estava a serviço da acumulação privada, em associação com o capital externo desde que necessário, e não em função de um projeto nacionalista, reformista e distribuidor de renda.⁹

⁹ — Todos os termos destacados são utilizados por Bielchowsky (1996), para identificar as diversas políticas e intelectuais que participaram do debate econômico e da disputa política, acerca dos rumos do processo de industrialização brasileira, dos anos 30 aos anos 60 do século XX.

Deste modo, a intervenção do Estado é ampliada para novos setores e novas políticas, e novos órgãos são criados, assim como também a racionalidade burocrática tecnicista ganha foros de verdadeira concepção de mundo, e o processo de tomada de decisões se centraliza e hierarquiza, particularmente centrado no poder Executivo. Enfim, ocorre a hipertrofia do Estado, que Ianni (1986, p. 257-258) chama de *tecnoestrutura estatal*, encadeando dominação política e apropriação econômica. A institucionalização do padrão de acumulação exige do Estado novos papéis e novas funções.

A terceira frente de ação, por fim, procurou dar respostas a um dos fatores de estrangulamento do padrão de acumulação em sua etapa inicial: o sistema financeiro. Nesta fase há um processo de reestruturação financeira que procura ampliar a liquidez da economia brasileira tanto em nível interno, quanto em nível externo. No entanto, esta reestruturação não altera o padrão de financiamento em vigor desde os anos 30, que, por se assentar no Estado ou no capital externo, dispensa a criação de um mercado de capitais doméstico (GOLDENSTEIN, 1994, p.57-96). Nesta etapa, há a tentativa do governo de criar um sistema privado de financiamento, alavancando a formação de um capital financeiro nacional, capaz de assumir o mesmo papel assumido pelo capital financeiro no processo de monopolização ocorrido nos países centrais (OLIVEIRA, 1984, p.94). Porém, uma série de facilidades contribuíram para o sistema bancário nacional não assumir este papel. Em primeiro lugar, o governo consegue recuperar seu potencial financiador direto e indireto, através da criação de uma série de fundos e mecanismos que permitiam a captação de renda, junto à sociedade, criando uma poupança compulsória, como o FGTS, o PIS/PASEP e o BNH. Além disso, o governo institui a correção monetária, como forma de proteger seus fundos, os títulos que joga no mercado de capitais e o próprio capital do potencial erosivo da inflação. Para potencializar o mercado de capitais, o governo lança títulos, como as obrigações reajustáveis do tesouro nacional (ORTN) e as letras do tesouro nacional (LTN), papéis seguros e protegidos. Por fim, o governo cria uma reforma fiscal generosa, que amplia os impostos, mas os devolve gratuitamente ao capital, em incentivos e créditos fiscais centralizados pelo BNDE (OLIVEIRA, 1984, p. 94). Somado a isto, no final da década de 60, a obtenção de créditos externos por países, como o Brasil, torna-se cada vez mais facilitada, devido à enorme liquidez internacional da nova etapa que se iniciava (GOLDENSTEIN, 1994, p.97-166).

Diante da extrema facilidade de obtenção de liquidez para a expansão monopolista, seja através dos fundos públicos, seja através do endividamento externo, de

quem o Estado torna-se o fiador em última instância, o sistema bancário nacional prefere preservar seu caráter meramente mercantil, abortando a tentativa do governo de criar um sistema de financiamento privado (GOLDENSTEIN, 1994, p.97-166). Na verdade, através dos papéis e títulos financeiros do Estado (ORTN e LTN), o Tesouro Nacional torna-se uma espécie de fiador e avalista de todo o sistema financeiro, enfim, funciona como capital financeiro geral, pressuposto e garantia do lucro privado (OLIVEIRA, 1984, p.94). Esta orientação garante o apoio do capital bancário aos governos militares, viabiliza sua rápida monopolização e sedimenta sua aliança orgânica com o capital industrial monopolizado (nacional e estrangeiro) no seio do bloco no poder (SAES, s.d.).

Desse modo, o padrão de financiamento desenvolvido em todo o processo de industrialização se preserva, impedindo que o processo de monopolização criasse um sistema financeiro privado, internalizado e relativamente autônomo diante da capacidade de financiamento do Estado e/ou do capital externo. Se por um lado este padrão de financiamento combina-se com o próprio processo tardio de industrialização desenvolvido no Brasil, por outro lado sua viabilidade é condicionada pela vitalidade financeira destes dois agentes. Nos anos 70/80, o esgotamento da capacidade de financiamento do Estado e a retração dos créditos externos transformam o sistema financeiro, que ora se cria, num dos fatores mais graves de estrangulamento do padrão de acumulação, contribuindo poderosamente para sua crise (GOLDENSTEIN, 1994, p. 97-166).

Nesta etapa, as ações desenvolvidas nas três frentes de que falamos são mais do que suficientes para a superação dos limites institucionais, político-sociais e econômicos que geraram sua crise, criando as condições favoráveis para uma nova etapa de expansão monopolista, a etapa do chamado Milagre Brasileiro. No entanto, o apoio dos setores monopolistas do capital à política econômica do governo Castelo Branco não se estende a todos os setores sociais que apoiaram o golpe militar. A política econômica do governo restringia as possibilidades de expansão do médio capital industrial, dificultando a obtenção de créditos com o aumento da taxa de juros e reduzindo o consumo de baixa renda, principal mercado para a indústria de bens de consumo não-duráveis, com a política de contenção salarial. Além disso, ao apoiar a monopolização capitalista, o governo vulnerabilizava a posição do médio capital industrial, diante do grande capital industrial e bancário. Esta situação empurra esta fração do capital para uma posição de resistência ao esvaziamento da esfera de representação política no interior do Estado e à tendência cesarista (representada pela perspectiva “não-moderadora” da intervenção militar). Com

base numa concepção política que Saes (1985, p.162-171) denomina *liberalismo conservador*, pois ao mesmo tempo antipopulista e antipopular, presente também em outros setores das classes dominantes, o médio capital industrial se constitui numa das bases sociais da oposição burguesa na primeira e na segunda etapas da institucionalização da ordem autoritária. No entanto, se este liberalismo conservador resiste ao esvaziamento da representação política, é importante dizer que ele não se choca com o caráter *autocrático* do Estado no Brasil; ao contrário, a apóia. Por ser antipopulista e antipopular, limita, pois, a participação política às frações burguesas e suas aliadas.

Esta perspectiva de resistência e de oposição burguesa também será assumida pelas camadas tradicionais da classe média urbana, representadas pelos profissionais liberais e pequenos empresários, por exemplo, que, conforme Saes (1985, p. 162-171), abraçam um “liberalismo oligárquico” (faceta do liberalismo conservador) bastante influenciado pela ação político-ideológica das oligarquias rurais. Os problemas econômicos que afetam o médio capital também afetam estes setores, na medida em que vulnerabilizam suas posições econômicas diante do processo de monopolização, causando um rebaixamento de sua situação social, particularmente diante das novas camadas médias, geralmente empregadas no Estado e nas grandes empresas.

Os grandes proprietários rurais (representados politicamente pelas oligarquias rurais) perdem progressivamente sua autonomia no seio do bloco no poder, colocando-se numa posição subalterna diante do grande capital (SAES, 1985, p. 162-171). A própria ação do governo na questão agrária evidenciava a orientação de subordinação da renda da terra ao capital monopolista, na medida em que o Estatuto da Terra, aprovado em 1965, valorizava a criação de empresas agrícolas em lugar do tradicional latifúndio e do minifúndio. Porém, procuram manter sua representação política no interior do Estado, através de mecanismos clientelistas, mediados pela estrutura partidária, das eleições e também através de sua participação no Congresso Nacional. Sua postura diante da oposição burguesa foi mais ambígua, devido à própria perda de autonomia diante do capital monopolista. Nesta conjuntura, sua ação foi capaz de esvaziar o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural de seu conteúdo reformista, além de defender maciçamente a intervenção repressora realizada pelo regime frente aos trabalhadores rurais e camponeses no sentido de “pacificar” o campo (MEDEIROS, 1989, p.86-91).

Ao longo da exposição, veremos as conseqüências políticas dessas contradições no seio do bloco no poder, e das forças sociais que apoiaram o golpe, e a evolução da

oposição burguesa, até sua passivização pela ordem política autoritária. De imediato, é possível adiantar que é o conjunto das contradições sociais geradas pelo padrão de acumulação capitalista entre as classes dominantes e entre estas e as classes subalternas que afasta progressivamente a perspectiva “moderadora” da intervenção militar, conforme Stepan (1975, p. 53-126), alimentada pelos militares moderados e pelos civis. Ao contrário, viabiliza-se uma ação saneadora que se prolonga no tempo e se aprofunda na abrangência, constituindo uma nova institucionalidade. A perspectiva moderadora vislumbrava que a intervenção militar em 1964 reproduziria o padrão das intervenções anteriores, ou seja, os militares trocavam os grupos civis no poder e restauravam a ordem política “saneada” de seus elementos desestabilizadores. No entanto, esta perspectiva torna-se cada vez mais arriscada e inviável, ameaçando a unidade dos militares, principais fiadores institucionais do governo e a própria intenção saneadora original, pois percebe-se que as impurezas da ordem institucional eram maiores do que se imaginava. Deste modo, a escalada autoritária e a tendência cesarista tomam corpo já nos primeiros meses do governo Castelo Branco, adquirindo uma dinâmica que extrapola em muitos momentos a direção política do presidente.

No momento do golpe a chamada “ação saneadora” abrange desde as prisões e cassações dos opositores mais variados (sindicalistas, parlamentares, governadores de estado, militantes de esquerda e militares), possível graças à edição do ato institucional (chamado depois de AI-1), até a ruptura da cadeia sucessória com a eleição indireta de Castelo Branco, passando pela intervenção em vários governos estaduais e pela abertura de Inquéritos Policiais Militares (IPM's) encarregados de investigar atos de corrupção e subversão. Estas primeiras iniciativas unificavam os diversos setores que compunham a articulação civil-militar que viabilizou o golpe, de governadores de estado e lideranças dos dois principais partidos conservadores (UDN e PSD), aos militares e setores da sociedade civil, como a grande imprensa e as entidades patronais. Na verdade, o antipopulismo unificava as diversas classes e frações de classe componentes do bloco no poder e suas aliadas secundárias; desde as várias frações da burguesia e dos grandes proprietários de terra, às camadas tradicionais e às camadas novas da classe média urbana (SAES, 1985, p.151-194). No momento do golpe, as forças sociais derrotadas foram realmente o conjunto dos trabalhadores e seus aliados, o operariado urbano e os trabalhadores assalariados das cidades, incluindo as camadas baixas da classe média (p.151-194), o campesinato pobre e os trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989, p. 86-91).

A idéia de uma intervenção militar de caráter moderador foi o que determinou a escolha de Castelo Branco para ocupar a presidência. Seu nome foi referendado por um grupo de governadores de estado que apoiavam o golpe, como Carlos Lacerda (Guanabara), Ademar de Barros (SP), Magalhães Pinto (MG), Ildo Meneghetti (RS), Mauro Borges (GO), entre outros. Em seu livro de memórias, Carlos Lacerda afirma que a indicação de Castelo Branco contrariou profundamente a Costa e Silva, que havia se automeado “comandante supremo da Revolução”, ocupando o cargo de ministro da Guerra na presidência interina de Ranieri Mazzilli e comandando o governo de fato (LACERDA, 1978, p.292-298). A perspectiva moderadora era defendida pelos civis, e também pelos setores militares do Exército vinculados à ESG (Escola Superior de Guerra) e à doutrina de segurança nacional, como o próprio Castelo Branco e os generais Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel, Cordeiro de Farias dentre outros. Nos primeiros meses do governo, este setor consegue assumir o comando, porque sua perspectiva moderadora combina-se com a intenção das lideranças civis — que tiveram um papel decisivo na articulação do golpe —, pois possuíam um contato político-ideológico estreito com empresários, políticos conservadores e lideranças da sociedade civil, através dos cursos da ESG (STEPAN, 1975, p.53-126). Isto não quer dizer que já naquela época houvesse uma articulação militar que apontasse uma perspectiva “não-moderadora” ou “militarista”, conforme Stepan. A contrariedade de Costa e Silva se devia muito mais à sua vaidade pessoal do que à derrota de uma articulação em torno de seu nome e da perspectiva “não-moderadora” no interior das Forças Armadas. No entanto, isto evidencia que a tendência ao cesarismo militar, que se fortalece ao longo do tempo, aparece já nos primeiros momentos do regime ditatorial. Nesta fase essa tendência é expressão do conflito entre as classes fundamentais, burguesia e trabalhadores, mas também dos conflitos entre as classes dominantes e seus aliados políticos. O projeto político elaborado pelos militares que ascendem com Castelo Branco, já na ESG, evidencia a opção clara pela perspectiva do capitalismo dependente-associado e, obviamente, pelo aprofundamento do padrão de acumulação monopolista (STEPAN, 1975, p.53-126).

No entanto, a própria orientação que unificou os militares que promoveram ou que apoiaram o golpe era em si mesma potencialmente desestabilizadora da perspectiva moderadora. Segundo diversos depoimentos dados por oficiais militares que participaram do golpe, tanto os de orientação moderada, quanto os que ficaram conhecidos como de *linha dura*, as razões básicas que levaram setores expressivos das Forças Armadas a

romperem com a legalidade foram o anticomunismo, o combate à corrupção e a defesa da hierarquia, da disciplina e da coesão nas Forças Armadas (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO,1994a). O anticomunismo era uma noção ampla o suficiente para abarcar os setores políticos vinculados à tradição comunista ou ao marxismo e a toda e qualquer ação ou articulação desestabilizadora da ordem social numa perspectiva contra-hegemônica. Neste arco entram o sindicalismo urbano e rural mais combativo, os partidos de esquerda ou vinculados ao nacionalismo e ao distributivismo, o movimento estudantil, as entidades culturais e setores da intelectualidade. Em suma, enquadram-se no anticomunismo os grupos e as iniciativas vinculadas à mobilização das classes subalternas, orientados pelo ideal de sua autonomia político-ideológica, portanto, de orientação contra-hegemônica. Em segundo lugar, o combate à corrupção era uma das principais demandas da oposição conservadora polarizada pela UDN desde o final do Estado Novo, e ponto de destaque em seus ataques aos governos do PSD e do PTB. Entre os militares golpistas esta questão era radicalizada por uma concepção corporativa de longa data, que valorizava o patriotismo, o desprendimento e o espírito público do militar. Porém, a presença estrutural da corrupção, do clientelismo e do patrimonialismo no Estado brasileiro ampliava o alcance deste problema, instalando-o no seio da própria articulação golpista e no bloco histórico que sustentou o governo militar.

Na verdade, uma ação anticorrupção conseqüente levaria a ação saneadora do governo militar a cortar a própria carne, atingindo os setores políticos conservadores e também os aliados de primeira hora, o que estenderia esta ação saneadora por um futuro indeterminado e potencializaria contradições latentes. Finalmente, a defesa da hierarquia, da disciplina e da coesão nas Forças Armadas foi o principal motivo propriamente corporativo a mobilizar os militares golpistas. Para os oficiais de alta patente e para os oficiais de postura conservadora a mobilização dos soldados, cabos e sargentos em torno de demandas corporativas e da defesa das reformas propostas pelo governo Goulart gerou uma situação intolerável, só resolvida por um golpe e por amplos expurgos, conforme depoimentos de militares, tanto moderados, quanto duros (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994a). Antes do golpe, o próprio Castelo Branco, então no Estado Maior das Forças Armadas, alertava para o caráter desestabilizador da mobilização dos baixos escalões e aventava a necessidade de uma intervenção militar, em instrução reservada enviada aos generais e publicada por Daniel Krieger em suas memórias (KRIEGER, 1977, p.166-169).

O problema é que, após o golpe, os militares vitoriosos desencadearam uma repressão terrível, seguida de expurgos definitivos, sobre os soldados, cabos e sargentos mobilizados, e sobre todos os militares que apoiavam o governo Goulart (SILVA, 1988). Este método de tratamento das dissensões militares conviveu durante todo este período com uma postura potencialmente insubordinada dos oficiais de média patente (coronéis para baixo), ardentes por uma aceleração da perspectiva não-moderadora (CASTELLO BRANCO, 1977). Na verdade, este problema trazia a questão da defesa da hierarquia, da disciplina e da coesão para o seio do próprio campo golpista das Forças Armadas, tornando-se um foco permanente de contradições entre os militares e empurrando os comandantes militares e o presidente a se anteciparem, assumindo atitudes repressivas sob o risco de perderem o controle da situação.

Portanto, as motivações da intervenção militar eram tão abrangentes que é possível sugerir a inviabilidade do fim da intervenção militar num curto espaço de tempo. Sabe-se que Castelo Branco assumiu a presidência originalmente para completar o mandato presidencial iniciado por Jânio Quadros e que se previa que em dois meses o Ato Institucional poderia expurgar da arena política os setores derrotados pelo golpe. No entanto, logo se descobriu a exigüidade deste prazo e se iniciaram as pressões para a prorrogação do mandato presidencial. Deste modo, a perspectiva moderadora era solapada pela própria motivação da intervenção militar, que a rigor a sustentava como proposta.

As primeiras medidas saneadoras contaram com expressivo apoio de amplos setores políticos e sociais, mesmo aquelas medidas que já antecipavam a construção de uma nova institucionalidade, como as contidas no AI-1, que davam ao executivo federal primazia sobre o Congresso em questões decisivas. Ao presidente da República foi dado o direito de cassar mandatos e direitos políticos, apresentar emendas constitucionais ao Congresso — emendas essas que deviam ser examinadas no prazo máximo de 30 dias — decretar estado de sítio por 30 dias — prorrogáveis por mais 30 — e a exclusividade de legislar sobre as questões orçamentárias do governo. Tais medidas unificaram os militares como um todo, e geraram apoio maciço dos partidos no próprio Congresso. A UDN aparecia como a principal força partidária de apoio ao governo, mas o PSD e até mesmo o PTB, expurgado de seus elementos mais combativos, compunham o bloco governista no Congresso, formando um verdadeiro bloco castelista, suprapartidário e subserviente, que abrangia a enorme maioria dos parlamentares (CASTELLO BRANCO, 1977, p. 24-26 e 32). Esta postura se explica tanto pelo apoio convicto ao que se fazia, quanto por um

“instinto de sobrevivência” bastante arraigado, mediado por interesses fisiológicos, pelo medo de novas cassações e por um raciocínio realista, que calculava a possibilidade de sobrevivência do Congresso pela sua disposição colaboracionista com o governo. Esta situação de não-enfrentamento do Congresso e dos partidos com o governo permitiu que parte da sociedade política continuasse a ser determinada pela institucionalidade liberal-democrática e agisse conforme o padrão de disputa política definido por ela. Ou seja, os partidos e o Congresso continuaram a agir conforme a institucionalidade anterior e a práxis política que esta concretamente gerou na realidade brasileira. Por isso, o apoio ao governo Castelo Branco era calculado com vistas à obtenção de cargos e favores no governo e à viabilidade eleitoral deste ato nos próximos embates previstos pelo calendário eleitoral.

Este amplo apoio político-partidário ao governo configurava-se como uma fonte de contradições, pois pluralizava excessivamente as demandas que o governo se dispunha a atender, mantinha em postos-chave da sociedade política políticos identificados com a velha ordem que se queria extirpar (particularmente do PSD) e reproduzia a inviabilidade eleitoral da UDN, particularmente no embate com o PSD. Além disso, socialmente, a arena política saneada ainda estava congestionada pelas diversas classes e frações de classes que apoiaram o golpe. O antipopulismo que as unificava se desdobrava em diversas perspectivas políticas: se o grande capital monopolista e as novas camadas da classe média, favorecidas pelo processo de monopolização, tendiam a identificar seus interesses sociais com a escalada autoritária e com a tendência cesarista, o médio capital industrial, os grandes proprietários de terras e as camadas tradicionais das classes médias tendiam a defender a manutenção da representação política definida pela institucionalidade liberal-democrática, como instrumento de defesa de seus interesses junto ao Estado. É claro que esta postura liberal era condicionada pelo desmonte do aparato populista de mobilização das classes subalternas, caracterizando o liberalismo conservador de que falamos. No entanto, explica as contradições entre o governo militar e a institucionalidade liberal-democrática e a permanência de contradições interburguesas no seio do bloco no poder (SAES,1985, p.151-195). Deste modo, a ação destes grupos se configura como *pressões dentro da ordem*, que, apesar de não se antagonizarem com a preservação da autocracia burguesa, criavam uma situação de instabilidade que reproduzia a crise política a cada momento.

O grande embate que se avizinhava era a eleição presidencial prevista para o final de 1965, para a qual já havia dois candidatos definidos: Carlos Lacerda pela UDN e

Juscelino Kubistchek pelo PSD. A esperança de que as eleições presidenciais se realizassem foi um componente importante no apoio de Lacerda a Castelo Branco, mas também determinou o apoio de Juscelino. No entanto, já em meados de 1964, a previsível derrota da UDN passa a ser vista como uma certeza, seja devido à política econômica de austeridade adotada pelo governo, que acentuava a recessão e com o qual a UDN era o partido mais identificado, seja devido à popularidade do concorrente pelo PSD. A partir daí, as demandas por uma intervenção do governo nesta questão se intensificam, unificando todos os setores militares e a quase totalidade da UDN. A cassação de JK, em junho de 1964, e a aprovação, em agosto, da emenda constitucional que prorrogava o mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967, resolvem por uma via não-moderadora esta questão. É interessante perceber que nesta questão tanto os setores moderadores dos militares, quanto aqueles que já começam a se constituir como linha-dura se mobilizam pela prorrogação (CASTELLO BRANCO, 1977, p.94-95, 99 e 100). Ernesto Geisel afirma que ele e Golbery do Couto e Silva defenderam a prorrogação junto a Castelo Branco e ainda vislumbraram a possibilidade de realizar manobras políticas no Congresso, caso as resistências fossem muito grandes (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.178-179). O apoio da UDN é praticamente unânime. Aliás, segundo suas memórias, a fórmula prorrogacionista parte de Daniel Krieger, líder do governo no Senado, que usa uma velha bandeira udenista, a da realização conjunta de eleições para presidente e para o Congresso, para convencer Castelo Branco a aceitar a prorrogação. São os caminhos tortuosos do liberalismo conservador (e instrumental) no Brasil (KRIEGER, 1977, p.179-180). Reação mesmo houve de Lacerda, que se sente traído e rompe com o governo Castelo Branco, pois acredita que a prorrogação é o primeiro passo para a suspensão das eleições diretas, como de fato aconteceu (LACERDA, 1978, p.303-304).

Esta dinâmica de intervenção do executivo federal, não eleito pelo voto popular, sobre as instâncias e procedimentos da sociedade política regidos pela consulta política, evidencia desde cedo a tendência de supremacia da representação burocrática sobre a representação política no Estado burguês e a tendência ao cesarismo militar de que falamos. Por ocasião das eleições estaduais de outubro de 1965, previstas para acontecer em 11 estados da federação, novamente esta dinâmica se apresenta, quando se sabe que candidaturas consideradas “indesejáveis” foram impugnadas em manobras oportunistas, para evitar a ascensão a executivos estaduais de setores políticos não comprometidos com o regime e claramente identificados com o que se queria extirpar da arena política

(subversão, corrupção e desagregação das Forças Armadas). Mais uma vez as motivações da intervenção militar aguçam os mais radicais, mas também encobrem o indisfarçável oportunismo político da UDN, ao apoiar a eliminação de candidaturas do PSD e do PTB em Minas Gerais (Paes de Almeida do PSD) e na Guanabara (Hélio de Almeida e Marechal Lott da coligação PSD/PTB). Há também na crise de 1965 a intensificação das dissensões entre os moderados e os linha dura no meio militar, com o agravante de que as pressões mais radicais pela não-realização das eleições diretas vinham dos setores da média oficialidade, claramente se autonomizando da orientação dos comandantes. A realização das eleições e a vitória do PSD em Minas e na Guanabara intensificam a crise que já se dava antes. A chamada “crise dos coronéis” instabilizou o governo Castelo Branco, nos meios militares, levando Costa e Silva (ministro da Guerra) a uma ação temporizadora, sustando uma conspiração golpista na Vila Militar do Rio de Janeiro, o que o qualificou como verdadeiro fiador de Castelo Branco junto aos setores de linha dura (CASTELLO BRANCO, 1977, p.346). Se houve na ação de Costa e Silva a intenção de se fortalecer como previsível candidato à sucessão de Castelo Branco, também houve o determinante da restauração da hierarquia e da coesão no interior das Forças Armadas, já constituídas como principal eixo de sustentação institucional do governo. A tendência ao cesarismo militar no interior da autocracia burguesa transformava toda crise política, necessariamente, numa crise militar, e vice-versa. Por isto, durante todo o processo de construção e consolidação da institucionalidade autoritária este problema estará presente, transformando a questão militar num aspecto decisivo na arena da disputa política.

As eleições fortalecem a estrutura partidária, particularmente o PSD, e a própria mobilização da sociedade civil, apesar de amplamente amputada de consideráveis setores contra-hegemônicos. Isto também demonstra as contradições entre as frações dominantes, particularmente o descontentamento de determinados setores, como o médio capital e as camadas tradicionais da classe média urbana, com a política econômica de austeridade e abertura ao capital externo do governo. Há o fortalecimento do próprio Congresso, que resiste à aprovação de uma série de reformas institucionais enviadas pelo governo, que iam desde a ampliação dos casos de intervenção federal nos estados, até a extensão do foro militar aos civis nos casos de crime contra a segurança nacional, passando pela reforma do judiciário e pela proibição de apreciação judicial para os atos do governo (CASTELLO BRANCO, 1977, p.338-341).

2.2 - O AI-2 e a redefinição da esfera de representação política

A crise institucional advinda do embate entre a esfera da representação burocrática e a esfera da representação política no interior do Estado, nesta conjuntura, é resolvida com a edição do AI-2. Este fortalece a intervenção institucionalizadora do executivo e abre uma segunda fase nesta etapa que estamos analisando, em que a perspectiva moderadora é progressivamente afastada, empurrando setores do bloco no poder para a oposição burguesa. A edição do segundo ato institucional em outubro de 1965 é consequência direta do embate, entre as duas formas de representação, expresso pelas eleições estaduais. A recomposição da coesão militar se deu com base numa barganha que pagou a realização das eleições estaduais e a posse dos eleitos, com o cancelamento das eleições diretas para presidente em 1966 (CASTELLO BRANCO, 1977, p.328, 330-332 e 360). Este acordo, simbolizado pelo chamado “pacto Castelo/Costa e Silva”, foi fértil de consequências, pois significava a ruptura com um aspecto decisivo da institucionalidade democrática; no topo da burocracia passaria a haver um presidente não escolhido pela consulta política mediada pelo sufrágio universal. Esta mudança reduzia drasticamente a abrangência das instâncias e dos *loci* decisivos na escolha do novo governante, com um claro esvaziamento do papel dos partidos e de seu papel mobilizador na sociedade civil. Por isto, o AI-2 inaugura uma fase em que os elementos essenciais da institucionalidade liberal-democrática vigente desde 1946 serão eliminados. Os aspectos que sobrevivem, como o sufrágio universal (para cargos parlamentares e executivos municipais) e os partidos, não mais se orientam pela reprodução de uma institucionalidade liberal-democrática, mas são mecanismos reprodutores de uma institucionalidade autoritária.

O AI-2 (e os posteriores atos complementares) estabelece eleições indiretas para presidente da República e para governadores de estado, extingue os partidos existentes, permite a aprovação dos decretos do executivo no Congresso por decurso de prazo, amplia as prerrogativas presidenciais para a cassação de mandatos e a decretação do estado de sítio e interfere no Judiciário — aumentando o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16 e transferindo para o foro militar o julgamento de civis acusados de crime contra a segurança nacional. Estas duas últimas medidas tentam estabelecer a supremacia da burocracia do executivo sobre a burocracia do judiciário e tentam também quebrar a lógica liberal-democrática que vinha informando algumas posições do judiciário relativas à institucionalização da ordem autoritária, como a

concessão de *habeas corpus* para acusados de crimes contra a segurança nacional ou o não-reconhecimento legal das exigências impostas aos investigados pelos IPMs. Conforme Krieger (1977, p. 195-197), o aumento do número de ministros do STF foi uma típica manobra para diminuir o peso dos ministros liberais e/ou não comprometidos com o governo, pois os cinco novos ministros foram indicados por Castelo Branco.

A extinção dos partidos também foi decisiva na quebra da institucionalidade anterior e na construção da institucionalidade autoritária. Sabe-se que os partidos nascidos em 1945, com a crise do Estado Novo, possuíam uma forte ligação com o Estado, alguns deles nascendo da própria estrutura burocrática estatal (PSD) ou da burocracia sindical tutelada pelo Estado (PTB) (SOUZA, 1983). Isso sem falar na debilidade estrutural dos partidos no Brasil, muito mais dependentes da ocupação de nichos de poder no interior do Estado do que da mobilização da sociedade civil. No entanto, os partidos de 1945 evoluíram ao longo da experiência democrática, e a própria crise do populismo aproximou bastante estes partidos da condição de aparelhos privados de hegemonia, enraizados na sociedade civil. Em particular, os partidos de caráter popular e nacionalista tiveram um papel mobilizador importante nos momentos mais críticos do populismo e tenderam a crescer eleitoralmente, paralelo ao processo de urbanização e proletarização de amplos segmentos sociais. Alguns autores identificam uma tendência de queda do voto conservador e, em contrapartida, de aumento do voto progressista entre 1945 e 1962, evidenciando esta dinâmica mobilizadora (PEREIRA, CAROPRESO, RUY, 1984, p.52-53; SOARES, 1984, p.44-55).

Deste modo, a extinção dos partidos significou uma intervenção brutal do governo militar sobre a organização autônoma da sociedade civil, atingindo especialmente os segmentos ligados à mobilização popular. Nas mesmas tabelas que medem a tendência de queda do voto conservador, prolongando-a até 1982, aparece um “solução” em 1966 (e também em 1970) com uma subida conjuntural em função da vitória acachapante da ARENA. Deste modo, a extinção dos partidos se configura como mais um episódio no processo de desmonte da institucionalidade anterior, modelando a arena da disputa política pela nova institucionalidade autoritária. Os atos complementar número 4 (novembro de 1965) e institucional número 3 (fevereiro de 1966) estabelecem as regras para a criação de novos partidos, o que praticamente limita-os a dois: a ARENA (governista) e o MDB (oposição). Aproveitando as duras condições para o registro dos partidos, criadas pela lei orgânica dos partidos e pelo código eleitoral, ambos de julho de 1965 (que exigia o mínimo

de 3% dos votos nas eleições legislativas, de novembro, em 11 estados, a eleição de 12 deputados federais por 7 estados e a formação de diretórios estaduais em 11 estados), os atos complementar e institucional aumentam as exigências: no mínimo, 120 deputados federais e 20 senadores no Congresso. Com isso, o governo militar forçou os setores políticos aliados a se reunirem numa única estrutura partidária, além de aumentar enormemente seu bloco de apoio no Congresso, pois a Arena foi engrossada por diversos setores que teriam outra opção, mas que, por instinto de sobrevivência ou oportunismo, resolveram incorporar-se em seu interior. Enquanto isso, temia-se a possibilidade de que os minúsculos setores de oposição que sobram sequer conseguissem organizar-se num partido. Esta hipótese preocupava o governo, pois inviabilizaria a reestruturação partidária que lhe interessava, levando a cogitar-se a diminuição das exigências legais para o partido de oposição poder se organizar (CASTELLO BRANCO, 1977, p.366). Apesar da entrada maciça dos maiores partidos na ARENA (UDN, PSD, PSP, e até setores do PTB), o MDB conseguiu formar-se com a participação majoritária de egressos do PTB e em menor medida do PSD em sua composição. No entanto, o MDB era claramente minoritário no Congresso e foi derrotado nas eleições legislativas de 1966: teve menos votos do que a soma dos brancos e nulos (p.602). Quando havia possibilidade de vitória emedebista, como no caso da sucessão indireta a governador do Rio Grande do Sul, o governo cassou o mandato de sete deputados estaduais do MDB, para garantir a vitória da ARENA, em junho de 1966 (CHAGAS, 1985, p.106).

Com o bipartidarismo, o governo militar partidariza a subordinação da esfera de representação política à esfera de representação burocrática, pois a ARENA torna-se um apêndice do governo nas outras instâncias da sociedade política (Congresso, governos estaduais e municipais, legislativos estaduais e municipais). A “castelização” da ARENA era tão grande que nas indiretas para governador em 1966 o partido limitou-se a entregar uma lista tríplice de candidatos, por estado, para a escolha definitiva de Castelo Branco (CASTELLO BRANCO, 1977, p.510). Segundo seu primeiro presidente nacional, Daniel Krieger (1977, p. 205-208), a função do partido era obter legitimidade para o governo junto à sociedade e continuar a “obra revolucionária”. Ou seja, a ARENA era um *partido institucional*: ao invés de ser um aparelho privado de hegemonia, localizado na sociedade civil, com vistas à ocupação do Estado, era, ao contrário, um aparelho do Estado, com

vistas a obter legitimidade junto à sociedade para o reforço de seu caráter autocrático.¹⁰ Legitimidade obtida através do voto e não da mobilização social.

Isto explica por que a ARENA não se constituiu num partido de tipo fascista, apesar de ela ser um instrumento importante de articulação de segmentos das classes dominantes com o Estado, especialmente seus setores economicamente mais atrasados e com maior dificuldade de integração nos chamados *anéis burocráticos* que se formavam (voltaremos a isto posteriormente). Mas explica também o caráter desta hegemonia assentada na autocracia burguesa, pois não se configura uma situação de conquista do consenso ativo, com base na ação autônoma de aparelhos privados de hegemonia sólidos e em algum tipo de *equilíbrio desigual*, entre classes dominantes e classes subalternas, mediado pelo Estado, de acordo com a formulação gramsciana (GRAMSCI, 1976, p.3-102). Ao contrário, conforme Fernandes (1987, p. 321-353), predomina um “padrão agregado” de hegemonia burguesa, a nosso ver, muito próxima do conceito gramsciano de *dominação*, que transfere para o Estado (burocracia civil e militar) a condução do movimento autocrático numa perspectiva autodefensiva e contra-revolucionária. Nestas condições, o Estado se fecha totalmente para as demandas das classes subalternas, além de estigmatizar as *pressões dentro da ordem* como se fossem *pressões contra a ordem*, forçando a solidariedade e a unidade das frações burguesas, impedindo a autonomia dos aparelhos privados de hegemonia e inviabilizando a possibilidade de obtenção de um consenso ativo. Deste modo, configura-se uma hegemonia de tipo distinto, de caráter

¹⁰ — Neste ponto é importante esclarecer que o conceito de partido institucional, que adotamos, não nega o conceito de partido burguês desenvolvido por Saes. A partir do conceito de partido de quadros formulado por Maurice Duverger em seu livro *Os partidos políticos*, Saes destaca que, além da hegemonia de classe exercida em seu interior e do caráter político-ideológico de seu programa, o partido burguês possui características político-organizativas específicas, como o “cupulismo”, marcado pelo predomínio da direção nacional e de sua fração parlamentar sobre o restante do partido, a frouxidão organizacional, marcada pela fugacidade e circunstancialidade da vida partidária, e uma estrutura de funcionamento “desmobilizadora”, que impede o estabelecimento de um vínculo orgânico entre o partido e sua massa eleitoral, especialmente em relação aos movimentos reivindicatórios, e favorece o “eleitoralismo” (Décio Saes, “De quem é o MDB?” in *Em Tempo*, 01/3/1979, p.3). O caráter institucional da ARENA e do MDB também se justifica porque, nas condições da institucionalidade autoritária, eles funcionam como instrumentos para a legitimação e perpetuação de uma ordem política autocrática. Porém, uma das condições para que ambos exerçam esta função é justamente o caráter burguês que apresentam, tanto em seu conteúdo de classe, quanto em sua estrutura político-organizativa, pois ambos são hegemonizados por distintas frações burguesas do bloco no poder, que corroboram a reprodução da autocracia burguesa e funcionam conforme as características levantadas acima. Uma diferença importante é que, na ARENA, acima da direção nacional e de sua fração parlamentar, o predomínio sobre o conjunto do partido é exercido pelo governo militar, enquanto que, no MDB, esta característica específica não se apresenta, devido ao seu caráter anticesarista. Deste modo, o conceito de partido institucional incorpora o conceito de partido burguês, porém concebe a estrutura partidária nas condições políticas específicas definidas pela institucionalidade autoritária, vigente durante a Ditadura Militar.

“negativo”, assentada muito mais no sufocamento puro e simples das classes subalternas do que em alguma forma de consenso, mesmo que passivo. O caráter *institucional* do partido governista explicita os limites deste tipo de hegemonia.

Enquanto isto, também o MDB é um *partido institucional*, pois foi criado para referendar o jogo de cartas marcadas, que era a busca de legitimidade para o governo por parte da ARENA. Sua sobrevivência dependia de sua resignação em comportar-se conforme a perspectiva autocrática da Ditadura, ou seja, aceitar a participação subalterna que lhe cabia no Congresso e renunciar a qualquer perspectiva de mobilização popular mais conseqüente. Aliás, até a crise do final de 1968 a postura predominante no MDB em relação ao governo, dita em diversas ocasiões pelos seus líderes e representantes, foi de colaboração, pois a ilusão com a perspectiva moderadora ainda era considerável. Em suma, o MDB também é um partido institucional como a ARENA, um partido de oposição institucionalizado pelo Estado, de cima para baixo, que não traz legitimidade ao governo, mas dá legitimidade à institucionalidade autoritária. Por isto, um partido de *oposição consentida*, composto predominantemente pela oposição burguesa, mas capturado em sua existência orgânica pelo *transformismo*.¹¹

Após o AI-2, outras medidas são tomadas para sufocar a sociedade civil e controlar a arena política, como a Lei de Imprensa. Esta lei, baseada nos princípios da doutrina de Segurança Nacional, atingia outro importante aspecto da institucionalidade democrático-liberal, pois instituía a censura e o direito de intervenção governamental nos órgãos de imprensa, além de possibilitar a instauração de processos criminais pela divulgação de notícias. Esta medida atingia particularmente os órgãos da grande imprensa, que geralmente adotavam uma postura de apoio ao governo, mas às vezes divulgavam notícias e opiniões indevidas, expressando relativamente o liberalismo conservador e o

¹¹ — O transformismo é agregado por Gramsci (1876, p. 75-81) ao conceito de revolução passiva (revolução-restauração) como um movimento desencadeado pela classe dirigente para a cooptação dos intelectuais (dirigentes políticos e ideológicos) de suas forças sociais auxiliares ou das classes subalternas. Este movimento visa decapitar a direção política destes setores para neutralizá-los e deste modo impedir qualquer compromisso político com eles. Deste modo, realiza-se uma “dialética mutilada”, em que a perspectiva oposicionista destes setores (antítese) diante da ordem (tese) é esvaziada de seu conteúdo antagônico (real ou potencial), permitindo a conservação da ordem numa qualidade superior (a tese não é destruída, ela é conservada na síntese). No caso do MDB esta situação se evidencia com clareza ao longo da institucionalização da ordem autoritária, pois exercerá a função de canalizar o conflito político e as demandas dos setores hegemônicos descontentes (médio capital, classe média tradicional e setores da grande propriedade rural) e das classes subalternas, para uma arena política em que a esfera de representação política é progressivamente submetida à esfera de representação burocrática, sob cesarismo militar. Deste modo, as pressões dentro da ordem são mantidas sob rígido controle e esvaziadas de seu potencial instabilizador, e as pressões contra a ordem são excluídas da arena política institucionalizada.

descontentamento do médio capital e das camadas tradicionais da classe média . A partir de agora, cumpririam o papel de conquista da “opinião pública” para o regime, conforme Eliézer Rizzo de Oliveira (1976, p.69). Porém afetava também a chamada “imprensa alternativa”, que atingia círculos restritos, mas adotava geralmente uma postura bastante crítica diante do governo (KUCINSKI, 1991, p.3-22).

A perspectiva moderadora torna-se cada vez mais distante no arco de possibilidades dos diversos setores político-sociais que sustentam o regime autoritário, após o AI-2. A extinção dos partidos e as indiretas para presidente reforçaram a lógica desencadeada pela recomposição dos grupos militares após a “crise dos coronéis” (outubro de 1965) e que vai se cumprir com a sucessão de Castelo Branco, por outro militar: Costa e Silva. Este processo recompõe a articulação política que sustenta o regime em novas bases, mas gera também defecções importantes.

Com o fim dos partidos, a UDN finalmente resolve sua debilidade eleitoral crônica, pois torna-se a força dirigente da ARENA, só que ao custo do seu desaparecimento. Esta estranha dialética tem o apoio de algumas das principais lideranças do partido — como Daniel Krieger, Pedro Aleixo, Bilac Pinto e Rondon Pacheco —, mas gera a ruptura definitiva com o governo por parte de outras — como a de Carlos Lacerda. Sua ruptura com o governo se baseia na avaliação de que a extinção da UDN acabou de enterrar sua candidatura presidencial, que já vinha abalada desde a prorrogação do mandato de Castelo Branco, mas ainda alimentava a possibilidade da via indireta (LACERDA, 1978, p.347-351 e 355). No interior da UDN, descontenta-se também Magalhães Pinto, que alimentava pretensões presidenciais, mas não rompe com o governo. No PSP descontenta-se outro aliado de primeira hora do governo Castelo Branco: Ademar de Barros (CASTELLO BRANCO, 1977, p.445).

No entanto, é Carlos Lacerda quem desencadeia os maiores ataques ao governo, expressando sua discordância com o abandono da perspectiva moderadora, que afinal determinou sua pregação golpista desde os anos 50. Além das críticas à ação política do governo, Lacerda criticou acidamente sua política econômica, expressando o descontentamento de frações da burguesia (médio capital industrial) e da classe média (camadas tradicionais), penalizadas pela crise econômica (que se arrastava desde de 1962) e pela política de austeridade, de conteúdo recessivo, adotada pela equipe econômica. Criticou também a excessiva atenção dada ao capital externo, em detrimento das empresas nacionais e do fortalecimento do mercado interno (LACERDA, 1978, p.331-332). Na

verdade, o governo Castelo Branco preparava as condições institucionais e econômicas que permitiriam a arrancada do Milagre Brasileiro anos depois. Naquele momento, no entanto, aparecia como uma política dura e de baixos dividendos eleitorais numa eleição presidencial direta. O fato é que a movimentação política de Lacerda significou uma séria defecção no bloco no poder, engrossando a oposição burguesa e criando novas contradições para o regime autoritário, particularmente com a articulação da Frente Ampla no final de 1966. Mas seu isolamento político, em relação aos velhos aliados (civis e militares), significou também que a institucionalidade desejada pelo bloco de poder caminhava num sentido diferente do que ele esperava.

O fato político mais marcante do início de 1966 é o lançamento da candidatura do general Costa e Silva, o então ministro da Guerra de Castelo Branco. Este fato antecipa uma disputa sucessória que fatalmente se daria exclusivamente no interior do governo e das Forças Armadas, levando Castelo Branco e seu grupo moderado ao esforço de enquadramento institucional da candidatura Costa e Silva. Este, por sua vez, polarizava o apoio dos setores de linha dura, desejosos por um aprofundamento do processo de militarização do regime, conquistando o apoio de importantes comandantes militares. Entre os comandantes afinados com a candidatura Costa e Silva, contam-se Amauri Kruel (II Exército), Justino Alves Bastos (III Exército) e Damasceno Portugal (IV Exército) (CHAGAS, 1985, p.98). É interessante notar que as duas orientações se complementaram na evolução institucional que levou à nova constituição, pois, se por um lado, Costa e Silva acata fielmente as condições institucionais impostas por Castelo Branco para aceitar sua candidatura (desincompatibilização do ministério da Guerra, apresentação da candidatura à ARENA, aceitação da eleição indireta pelo colégio eleitoral) (CASTELLO BRANCO, 1977, p.423), por outro lado, o presidente e seu grupo iniciam o esforço de institucionalização constitucional do regime, incorporando as medidas de exceção ao corpo da nova constituição. Ou seja, a ação saneadora se institucionaliza de uma vez, as medidas deixam de ser ações conjunturais para resolver problemas conjunturais, para se tornarem uma legislação definitiva, que passa a reger a nova institucionalidade. Neste aspecto concordam tanto os militares de linha dura quanto os de orientação moderada, o que atenua sobremaneira a tese bastante difundida de que a sucessão de Castelo Branco se constituiu numa derrota dos segundos e numa vitória dos primeiros.

Obviamente este processo não se deu sem contradições. Diversas tentativas foram feitas por Castelo Branco para inviabilizar a candidatura Costa e Silva, como pregar

a coesão das Forças Armadas acima de qualquer ambição pessoal com a esperança de indicar uma terceira via, como fica explícito em seu “Memorando presidencial a chefes militares” (CHAGAS, 1985, p. 93-96), ou tentar uma manobra política impondo a escolha de um candidato da Arena numa lista sêxtupla que continha o nome de Costa e Silva, mas também nomes de sua confiança (generais Ademar de Queiroz e Cordeiro de Faria, além de Nei Braga, Bilac pinto e Milton Campos). O amplo apoio da ARENA a Costa e Silva indica não só a força de sua articulação militar no ambiente civil — ou o erro estratégico do grupo de Castelo Branco em dispersar suas forças em cinco nomes, ou ainda a subserviência oportunista do partido governista (CASTELLO BRANCO, 1977, p.470-472) — mas a concordância das forças sociais e políticas hegemônicas, orientadas para a aceleração da transformação capitalista, com a inevitabilidade de uma nova institucionalidade, que aprofundou a tendência ao cesarismo militar. Até porque, em sua campanha, Costa e Silva comprometeu-se a fazer do seu governo uma continuação do governo de Castelo Branco. Para todos aqueles desejosos de estabilidade social e política, isto era mais do que suficiente.

A nova constituição foi fundamentalmente elaborada pelo governo e enviada para o Congresso para ser referendada. O caráter de outorga era evidente. No entanto, este processo não se deu sem que antes estourasse uma nova crise institucional entre o governo e o Congresso. A recusa do Congresso em aceitar novas cassações de parlamentares (seis deputados federais), levou o governo a decretar o seu recesso forçado (seguido de ocupação militar) e só reconvocá-lo um mês depois para a votação, praticamente formal, da proposta constitucional. O Congresso reaberto votou a constituição em menos de 40 dias: 80% dos artigos foram votados em bloco, da forma como vieram do Executivo, e o restante foi discutido sob a direção política da ARENA (CASTELLO BRANCO, 1977, p.623 e 638). No início de 1967, em janeiro, a constituição que rotinizou as medidas de exceção e legalizou a institucionalidade autoritária foi aprovada e entrou em vigor em março, junto com a Lei de Segurança Nacional (LSN). Esta, por sua vez, *militariza* a política, pois considera a disputa política, à luz da doutrina de segurança nacional, ambiente privilegiado para a guerra subversiva interna, que ameaça os objetivos estratégicos de segurança e desenvolvimento (MARTINS, 1986, p.62-70). É a autocracia burguesa na letra da lei.¹² Também em março, tomava posse o governo do General Costa e Silva.

¹² — Esta concepção fundamenta um método de tratamento do conflito político, que não reconhece legitimidade em nenhuma demanda política que se apresente na arena da disputa política — definida pela

3 - Da Constituição à posse de Médici (1967-1969)

Nesta etapa da institucionalização da ordem política autoritária, a crise de hegemonia instalada com o colapso do populismo se prolonga e aprofunda, pois o crescimento da oposição burguesa combina-se com a retomada da oposição popular nos anos de 1967 e 1968, fortalecendo a luta antiditatorial. Apesar da inexistência de uma articulação orgânica entre as duas perspectivas oposicionistas, a crise política e militar que advém deste processo exige do governo autoritário um novo elenco de ações e de medidas para reforçar o cesarismo militar e solidarizar ainda mais o Estado e o grande capital monopolista, aprofundando a autocracia burguesa.

3.1 - Rumo ao AI-5

O governo de Costa e Silva inicia-se com amplo apoio da média oficialidade de linha-dura, confiante que o novo mandatário não iria titubear diante da necessidade de novas medidas de endurecimento. Em declarações dadas à imprensa ainda na condição de

institucionalidade autoritária — como representativa de interesses sociais específicos, particularmente como interesses de classe. Deste modo, os interesses sociais específicos são remetidos para os mecanismos corporativos localizados na esfera de representação burocrática, como a estrutura sindical, em que são tratados diretamente pelo governo militar, por sua vez informado pela doutrina de segurança nacional. Esta situação reforça a hegemonia burguesa no interior da sociedade política e dificulta absolutamente o encaminhamento das demandas populares, sendo mais uma faceta do chamado *padrão agregado de hegemonia* discutido por Fernandes (1987, p.321-353) e já destacado anteriormente. Em primeiro lugar, porque os objetivos estratégicos da doutrina de segurança nacional se identificam com o *modelo autocrático-burguês de transformação capitalista*, através da consolidação do capitalismo monopolista e da institucionalidade autoritária. Em segundo lugar, porque na esfera de representação burocrática, para onde são deslocadas as demandas sociais específicas, as distintas frações burguesas possuem mecanismos de representação muito mais numerosos, variados e melhor localizados que as classes subalternas, como veremos. E, por fim, porque na esfera de representação política, os interesses contraditórios com os objetivos estratégicos da doutrina de segurança nacional, partidos principalmente das classes subalternas, são deslegitimados e estigmatizados como mera “contestação” e “ação subversiva”. Portanto, nas condições da autocracia burguesa vigente no Brasil, a institucionalidade autoritária consolida um método de tratamento do conflito político que separa, no plano político-ideológico, a *política da economia*. A primeira é compreendida como espaço de manifestação e realização dos “interesses nacionais” — interesses burgueses —, unificados acima das diferenças sociais pelo Estado-Nação, e a segunda como espaço dos interesses específicos, definidos por distintas posições sociais, até mesmo admitidas como divergentes. Em outras palavras, a *política* unifica o que a *economia* divide, mascarando o caráter de classe do Estado e da institucionalidade autoritária, bem como a limitação da comunidade nacional à sociedade civil burguesa, numa variante do *politicismo* e do *economicismo* específica da autocracia burguesa instalada no Brasil durante a Ditadura Militar. Como veremos, ao longo do processo de transição da ditadura à democracia, este método será

candidato, Costa e Silva afirmava que manteria as medidas de exceção em seu governo e adotaria outras, caso fossem necessárias. Nas semanas que precederam a sua posse, havia a perspectiva de que o novo governo já se iniciaria baixando novos atos institucionais, numa verdadeira “operação impacto” (CASTELLO BRANCO, 1977, p.670). No entanto, a legalização da institucionalidade autoritária com a Constituição tornava a dita operação desnecessária, naquele momento.

O novo governo, porém, também alimentou expectativas otimistas quanto ao retorno da democracia, atraindo o apoio, ou pelo menos a simpatia do MDB e da Frente Ampla, recém fundada por Lacerda, Kubistchek e Goulart. Contraditoriamente, tais ilusões foram alimentadas por um discurso dito “pacificador”, de “conciliação nacional”, emitido pelo presidente e por seus ministros (OLIVEIRA, 1976, p.107-116) e por alterações concretas na orientação política do governo em relação à questão econômica e à política externa. Nas duas questões, o governo Costa e Silva procurou demarcar uma posição distinta em relação ao governo de Castelo Branco, procurando desenvolver uma política econômica que priorizasse a retomada do desenvolvimento — o que, aliás, era facilitado pela abertura de um novo ciclo expansivo — e flexibilizando o compromisso do Brasil com a chamada “aliança ocidental”, particularmente diante dos EUA (STEPAN, 1975, p.166-183). Em relação à austeridade econômica e à vinculação incondicional ao bloco ocidental desenvolvidas no governo anterior, o governo Costa e Silva parecia desanuviar o clima político. Nos últimos meses do mandato de Castelo Branco, o ritmo da institucionalização autoritária tomou impulso, com o governo intervindo em diversos episódios com base na legislação autoritária. Tomem-se como exemplos a cassação de Ademar de Barros, em junho de 1966, para garantir o controle do governo na sucessão paulista, a cassação dos mandatos de deputados emedebistas no Rio Grande do Sul, também em junho, o fechamento do Congresso e a cassação de 6 deputados federais, em outubro, e a cassação do governador de Mato Grosso, Pedro Pedrossian, em março de 1967 (CASTELLO BRANCO, 1977, p.670-671).

No entanto, as expectativas otimistas em relação ao novo governo logo se dissipam com a não-revisão das punições e cassações adotadas no mandato anterior e com a punição do jornalista Hélio Fernandes pela Lei de Imprensa (março de 1967). Na verdade, a rápida desagregação do clima de “conciliação nacional” se explica por uma

utilizado inúmeras vezes e de formas variadas, particularmente com a emergência do protesto popular no final dos anos 70.

contradição hoje visível: de um lado um governo deseioso de legitimação popular, — pois a legitimidade obtida com o golpe e com a perspectiva moderadora já havia se esvaído, porém sustentado por uma institucionalidade autoritária extremamente desmobilizadora e impeditiva de qualquer iniciativa política que ocorresse por fora da aparelhagem institucional criada. Ou seja, é um regime que não pode conviver com mobilizações massivas como instrumento de legitimação, preferindo muito mais um consenso passivo, reforçado por uma armadura repressiva. Mais uma vez a contradição entre a representação burocrática e a representação política empurra o regime autoritário a aprofundar a institucionalização de uma ordem autoritária, numa nova escalada que desemboca no AI-5, em dezembro de 1968, e dá mais um salto no aprofundamento da autocracia burguesa.

As relações entre o governo e os partidos institucionais, de um lado, e a mobilização da sociedade civil por determinados aparelhos privados de hegemonia, por outro, expressam claramente esta contradição. Os partidos institucionais (ARENA e MDB) cumprem um papel de contenção do conflito político e da mobilização da sociedade civil, pelo menos dos seus aparelhos contra-hegemônicos, mas também de aglutinação dos setores dominantes que não têm acesso aos *anéis burocráticos* que articulam prioritariamente Estado e classes dominantes (CARDOSO, 1973, p.50-103). Este papel de contenção é exercido na medida em que ARENA e MDB são os únicos instrumentos legais de canalização das demandas políticas junto ao Estado. Graças ao predomínio de um raciocínio tipicamente burocrático, que separa claramente administração de política, todas as demandas políticas reconhecidas devem ser canalizadas pelos partidos existentes, pois qualquer questão vinculada a interesses corporativos deve ser encaminhada pelos canais burocráticos competentes.

Essa noção de política e seu monopólio pelos partidos limitam acentuadamente as possibilidades de participação política e os canais de interlocução política entre Estado e sociedade civil. Limitam politicamente, pois só se admitem as *pressões dentro da ordem* e, ainda assim, de modo estreito; limitam socialmente, pois estes canais “políticos” sobre-representam os setores sociais que apoiaram o golpe em detrimento dos trabalhadores e das camadas baixas da classe média. A clareza destas limitações é fundamental para se compreender como a institucionalidade autoritária construída naquele período era extremamente instabilizadora, pois assentava-se numa *impossibilidade da mobilização* e na busca de um consenso predominantemente passivo. O que também demonstra o caráter *não-fascista* da autocracia burguesa no Brasil. Esta impossibilidade já é visível no tocante

à mobilização a favor do regime, que dirá na mobilização contrária. No entanto, a postura passiva que o regime espera da sociedade é contraditada pela própria complexidade assumida pela formação social brasileira, na sua etapa de capitalismo monopolista-dependente, e por uma nova série de contradições que começa no interior do próprio bloco no poder e se espraia para o restante das classes sociais. As relações da aparelhagem institucional com a Frente Ampla e com o movimento contestatório liderado pelos estudantes dão a medida destes problemas.

Em primeiro lugar, é importante que se diga que a função política assumida pela ARENA no governo Castelo Branco continuou no governo Costa e Silva. À chamada “castelização” seguiu-se a “costização” da ARENA, ou seja, ao partido cabia buscar legitimidade para o governo junto à sociedade. Este processo leva um semestre para se concluir e marca o período de acomodação do partido com o novo governo. Sob a “costização”, a subordinação do partido ao governo se baseou no compromisso de que a institucionalidade autoritária e as medidas repressivas que esta gerou eram irreversíveis e seriam mantidas pelo presidente em todo o seu mandato (CASTELLO BRANCO, 1978, p.75-76). Este compromisso serviu para reenquadrar um partido, cujas inúmeras facções e grupos regionais ainda estavam mal acomodados sob o unitarismo arenista, e para dissipar qualquer ilusão quanto à possibilidade de retorno à perspectiva moderadora, ainda presente na ARENA. Além disso, a costização implicou numa postura muito mais aberta do governo às demandas tipicamente fisiológicas, de cargos e benefícios, atendidas em troca do apoio do partido no Congresso e nos estados. Numa situação institucional em que o legislativo não interfere na questão orçamentária, a barganha tem que se dar diretamente com o Executivo (p.71). O conteúdo político do compromisso entre o partido e o governo, baseado na irreversibilidade da institucionalidade autoritária, e a forma clientelística do relacionamento entre ambos explicam o papel fundamental exercido pela ARENA na relação entre o governo e os setores sociais hegemônicos e, num plano mais genérico, entre Estado e classes dominantes. Explica também a hostilidade do partido à Frente Ampla, como veremos logo mais.

Em segundo lugar, o MDB também se configura como um instrumento institucional limitador da mobilização da sociedade civil. Primeiramente porque, como um partido institucional, deve sua sobrevivência à sua presença na sociedade política e não à sua capacidade de mobilizar politicamente setores sociais expressivos. Sua presença na sociedade política é mediada por um mecanismo não necessariamente mobilizador, como o

voto. Mas também porque, apesar de defender o fim da institucionalidade autoritária e a volta à legalidade liberal-democrática, o MDB acaba por ser refém desta mesma institucionalidade autoritária, não sobrevivendo por fora dela. Isto torna a situação do MDB extremamente precária, pois se por um lado sua situação de partido institucional gera sérias desconfiças entre expressivos setores de oposição que surgem neste momento, por outro lado, uma articulação orgânica com estes setores põe em risco os mandatos que exerce no Congresso e nos legislativos estaduais e municipais. Portanto, o MDB tem por função algo como o congelamento da oposição, num movimento transformista típico, pois existe para canalizá-la para uma arena potencialmente desmobilizadora e criadora de consenso passivo. Portanto, nestas condições, o MDB é inviável enquanto projeto democrático. Suas contradições com a Frente Ampla e com o movimento estudantil expressam seus limites enquanto *oposição institucional*.

Por outro lado, a captura dos partidos pela institucionalidade autoritária é tão intensa, que todas as tentativas de se sair da “camisa de força” do bipartidarismo fracassaram — tanto a direita, quanto a esquerda. A rigor, a criação de novos partidos não era proibida, mas os requisitos legais eram tão rígidos, que esta era uma iniciativa inviável naquela conjuntura e o foi ainda por muitos anos.

Deste modo, há um relativo alheamento entre a estrutura política institucionalizada e os novos instrumentos de mobilização social, surgidos nos anos de 1967 e 1968, impulsionados pelo acirramento da luta de classes, tanto no plano das classes dominantes, quanto no plano das contradições entre estas e as classes subalternas. Em primeiro lugar, gostaríamos de abordar o papel desempenhado pela Frente Ampla e as contradições que gerou na arena da disputa política.

A Frente Ampla surge no final de 1966, a partir de um acordo político estabelecido entre Carlos Lacerda e Juscelino Kubistchek, para a criação de uma frente política voltada para o restabelecimento da democracia. Nesta frente, os conflitos e divergências que marcaram a relação entre os dois líderes, desde os anos 50, seriam esquecidos, em nome da união pelo retorno da institucionalidade democrática. A institucionalidade democrática seria restaurada com a elaboração de uma constituição democrática, com o restabelecimento de eleições diretas para presidente da República e vice e com uma anistia geral. O programa da Frente Ampla não se limitava ao retorno da democracia, mas também propugnava uma política econômica voltada para a ampliação do mercado interno e não exclusivamente dependente de inversões externas; uma política

externa autônoma que desvinculasse o país de blocos mundiais e reformas sociais e econômicas que valorizassem a justiça social, a educação e a soberania nacional (CASTELLO BRANCO, 1978, p.15-16). Ou seja, o programa da Frente Ampla possuía uma evidente preocupação eleitoral, apresentando um projeto político moldado para conquistar solidariedade nos mais variados segmentos sociais, cujo eixo central de sua ação é o restabelecimento da institucionalidade liberal-democrática. Este programa é expressão dos interesses dos setores que apoiaram o golpe, mas que se ressentem do processo de monopolização capitalista e de aprofundamento da autocracia burguesa com o cesarismo militar (médio capital industrial e camadas tradicionais da classe média urbana, principalmente), conformando a oposição burguesa. Sua perspectiva é antipopulista e antipopular, pois seu liberalismo oligárquico pretende a supressão dos mecanismos mais autoritários e repressivos da autocracia burguesa — mas não a restauração do populismo e dos instrumentos de mobilização popular que suscitava —, e sua proposta de desenvolvimento econômico não carrega as tintas nacionalistas e distributivistas que os movimentos populares e a esquerda defendiam. Daí a necessidade de fortalecer a representação política no interior do Estado, como mecanismo relativamente exclusivo de pressão dentro da ordem e de barganha no interior do bloco no poder (SAES, 1985, p.195-213). Tal empreitada não descarta a ação no MDB por parte destes setores, porém seu caráter institucional torna-o um instrumento limitado.

Esta perspectiva aglutinou os militares e os setores da ex-UDN ligados a Lacerda ou os setores do ex-PSD ligados a Kubistchek, também Goulart e os setores janguistas do ex-PTB, e até mesmo o clandestino PCB (LACERDA, 1978, p.383). O interessante é que o compromisso entre setores políticos que até recentemente eram adversários irremediáveis foi baseado no princípio da irreversibilidade da ruptura política causada pelo golpe de 1964. A aceitação da chamada “ação saneadora” baseava-se no abandono de qualquer perspectiva revanchista ou restauradora da configuração anterior da disputa política. Este compromisso foi aceito por Kubistchek, que apoiou a ascensão de Castello Branco e depois foi cassado por seu governo, mas também foi aceito pelo próprio Goulart, que tinha motivos de sobra para não concordar com isso.

Esta questão é importante, porque expressa a inviabilidade crescente da chamada perspectiva moderadora, a partir do final do governo Castello Branco, pois agora não se trata mais do retorno puro e simples à institucionalidade democrática vigente desde 1946, mas de uma volta à democracia, sob uma institucionalidade autoritária. Esta situação

objetiva altera substancialmente o arco de possibilidades, em que se move uma frente democrática como a Frente Ampla, pois já não se trata mais de reformar uma ordem democrática através de uma intervenção militar, mas de desmontar uma ordem autoritária já implantada e baseada no cesarismo militar. É neste novo ambiente que a Frente Ampla vai se movimentar e é deste problema que advêm as contradições políticas com as quais vai se deparar. Em primeiro lugar, a necessidade de desmonte da institucionalidade autoritária vai afastar progressivamente a Frente Ampla, particularmente Lacerda, dos setores civis e militares que sustentam o governo militar. Se no começo as críticas de Lacerda ao governo Castelo Branco e seu apoio à candidatura Costa e Silva aparecem como evidência das divergências no interior da articulação civil-militar dominante, com o passar do tempo sua pregação democrática gera uma hostilidade progressivamente irreversível tanto do governo Costa e Silva, quanto da ARENA e dos próprios militares ditos “lacerdistas”, alguns típicos representantes do setor de linha dura. Particularmente, sua aliança com Kubistchek e com Goulart é vista simplesmente como um ato de traição (CASTELLO BRANCO, 1978, p.176-177).

Em segundo lugar, a Frente Ampla também enfrentará sérios problemas no campo da oposição. Além da recusa explícita em participar, manifestada por Leonel Brizola (que, por sua vez, considerou o apoio de Goulart à Frente Ampla uma traição) e por Miguel Arraes, e da desconfiança do movimento estudantil, a Frente Ampla enfrentou também problemas com o MDB. Com o MDB os problemas não eram de ordem programática, mas de ordem institucional. O avanço da Frente Ampla criou o que poderíamos chamar de *dualidade* no campo das oposições (particularmente da oposição burguesa) com representação na sociedade política, pois esta não era um partido institucional como o MDB. Ao contrário, a Frente Ampla assemelhava-se muito mais com um partido propriamente dito, articulado na sociedade civil e orientado para ocupar o Estado. Sua ação chocava-se com o enquadramento partidário das demandas políticas pela institucionalidade autoritária, e chocava-se com o MDB como partido legal. Para o MDB, esta dualidade se resolveria com a transformação da Frente Ampla em *movimento de oposição*, enquanto ao MDB continuaria cabendo o papel de *partido da oposição*. Ao contrário, para a Frente Ampla, os emedebistas deveriam colaborar para sua transformação em partido legal (CASTELLO BRANCO, 1978, p.16,20-21 e 27).

Assim, em ambas as propostas, a dualidade seria resolvida pela incorporação de um no outro, o que, evidentemente, não resolveria o problema. Para a Frente Ampla,

tratava-se de dar maior amplitude social para a oposição; para o MDB, tratava-se de preservar o espaço legal já conquistado pela oposição. É claro que esta problemática não era isenta de influências motivadas por interesses específicos e até pessoais. Do lado da Frente Ampla existiam pelo menos três potenciais candidatos presidenciais numa possível eleição direta, interessados em ampliar ao máximo o leque de sua influência política, enquanto que do lado do MDB os parlamentares agem conforme o imperativo da preservação de seus mandatos, potencialmente ameaçados de cassação a qualquer momento. No entanto, esta dualidade é produto do próprio processo de enquadramento da arena política pela institucionalidade autoritária, que estabelecia um papel muito claro para a estrutura partidária. Deste modo, a Frente Ampla foi progressivamente condenada ao fracasso político, em termos programáticos e em termos institucionais, porque contou com um compromisso democrático que já não havia na articulação que sustentava o governo e porque sua natureza era contraditória com a estrutura partidária institucionalizada, respectivamente. Quando a Frente Ampla foi fechada, em abril de 1968, por portaria do Ministro da Justiça, a máxima reação que gerou foi uma viagem voluntária de Lacerda ao exterior, desiludindo militantes e simpatizantes (CASTELLO BRANCO, 1978, p.331).

Ainda sobre o alheamento entre a estrutura política e os novos instrumentos de mobilização, gostaríamos de discutir o avanço do movimento de oposição popular nos anos de 1967 e 1968. Este movimento é claramente vanguardado pelos estudantes, mas também abrange uma reativação do movimento operário e impulsiona a mobilização de diversos segmentos da classe média urbana, numa escalada que adquire um caráter massivo e se desdobra em diversas iniciativas. A radicalidade deste movimento de oposição é evidenciada em suas propostas políticas, e também no caráter *antiinstitucional* de sua práxis política. Em outras palavras, este movimento de oposição adquire um potencial contra-hegemônico, porque lutava pelo fim da ditadura, com alguns segmentos enxergando neste processo a própria revolução socialista, e porque criou instrumentos de mobilização e participação política em evidente contradição com a legalidade autoritária. Isto evidencia o fato de que a autocracia burguesa e a perspectiva capitalista dependente-associada não eliminaram, pelo contrário intensificaram, o antagonismo social e a dinâmica da luta de classes.

Os estudantes, particularmente, iniciam sua mobilização em oposição aos chamados “Acordos MEC-USAID”, estabelecidos entre o Ministério da Educação e o governo norte-americano, numa perspectiva de reforma do sistema educacional orientada

para a valorização do ensino técnico e profissional (CHAGAS,1985, p.121). Havia também uma clara tentativa de *despolitizar* o ensino e esvaziar as universidades, particularmente, da sua condição de formadora de quadros políticos, geralmente orientados por uma perspectiva crítica da realidade. A Lei Suplicy de Lacerda, e o fechamento das entidades estudantis, UNE e UEE's, já haviam antecipado a nova orientação governamental, proibindo “atividades políticas” nas instituições de ensino (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994a, p.31). A luta contra a reforma educacional do governo rapidamente se amplia para uma luta contra o governo autoritário, dando à ação estudantil um caráter ético-político que extrapolou em muito a mera dimensão corporativa de sua luta, o que pode ser percebida na entrevista concedida por Luís Travassos, presidente da UNE à Revista *Realidade* (julho de 1968, p.26-38). A presença de diversos grupos clandestinos de esquerda no movimento estudantil colaborava para ligar sua luta a demandas políticas globais. Através de suas entidades, os estudantes polarizaram o enfrentamento com o governo autoritário, desencadeando manifestações, passeatas e ocupações dos *campi*, que geralmente foram reprimidas com violência pelas forças militares. Isto despertou a solidariedade de amplos segmentos sociais, particularmente da classe média, também penalizada pela política econômica dos governos militares (VENTURA, 1988). Na verdade, a mobilização estudantil expressou a radicalização política de um setor das camadas tradicionais da classe média, que extrapolou o âmbito das pressões dentro da ordem (e da oposição burguesa) e evoluiu para o campo das pressões contra a ordem (compondo-se com a oposição popular). Por isto, esta solidariedade inicial não suscitou uma aliança antitatorial orgânica, pois o restante das camadas tradicionais manteve sua postura oposicionista nos marcos da ordem, isolando-se progressivamente dos estudantes, e do resto do movimento de oposição, durante a crise de 1968 (SAES,1985, p.207).

Quanto ao movimento operário, há nos anos de 1967 e 1968 a tentativa de articular ações sindicais conjuntas no sentido de combater o arrocho salarial, desencadeado desde 1964 pelo governo, e o fim da estabilidade, com o FGTS. Neste sentido, são fundados o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), em São Paulo, e a Frente Intersindical Antiarrocho (FIA), no Rio de Janeiro, numa clara tentativa de criar alternativas à estrutura sindical legal. Estes movimentos, nascidos entre as direções sindicais, que possuíam uma perspectiva mais econômico-corporativa, também eram compostos por setores de oposição sindical, fortemente influenciados pelos agrupamentos e partidos de esquerda, que criticavam acidamente o “reformismo” do PCB e do sindicalismo

oficial. Mais à esquerda, no espectro político, estes setores também propugnavam o combate ao governo autoritário e a criação de novas estruturas sindicais, por fora do *sindicalismo de Estado*. Nesta perspectiva mais radicalizada, tais setores se aproximavam bastante do movimento estudantil, muitas vezes participando das mesmas organizações clandestinas que os estudantes (FREDERICO, 1987, p.49-65). É neste ambiente de mobilização que ocorrem os movimentos grevistas de 1968 em Contagem (MG), São Bernardo do Campo e Osasco (SP). Tais movimentos simbolizaram a contestação operária à ordem política e reforçaram a perspectiva oposicionista no interior da sociedade civil. Particularmente, a greve de Osasco assumiu um caráter bastante radicalizado de contestação e resistência à Ditadura Militar, polarizando a discussão entre “reformismo” e “esquerdismo” no seio das organizações de esquerda e do movimento operário (p.149-153). Mais do que isto, esses movimentos grevistas, que se constituíram na vanguarda do movimento sindical, avançaram uma perspectiva de ruptura com o horizonte populista sob o qual se movia todo o sindicalismo. Oriundos das grandes empresas monopolistas, estes setores operários passaram a abandonar o culto do Estado populista (paternalista e provedor de direitos) e a propugnar a destruição do sindicalismo oficial, desenvolvendo manifestações embrionárias de caráter anticapitalista (SAES,1985, p.195-202). Esta postura não foi seguida por outros setores do movimento sindical, particularmente pelo sindicalismo das camadas baixas da classe média urbana (trabalhadores não manuais), favorecendo seu isolamento (p.208-213).

A grande maioria do movimento sindical foi incapaz de ultrapassar os limites impostos pelo populismo à sua ação, atuando prioritariamente numa perspectiva restauradora, o que impossibilitou que a luta antiditatorial se caracterizasse predominantemente como uma luta anticapitalista, favorecendo a repressão do governo e a recomposição das classes dominantes. Ainda no âmbito do sindicalismo, nota-se neste período o alheamento do movimento sindical dos trabalhadores rurais em relação à luta antiditatorial. Nesta conjuntura, a estrutura sindical rural já abraça uma postura passiva e legalista diante do Estado autoritário, recorrendo à sua intermediação nos conflitos agrários e no encaminhamento de demandas, além de defender a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra e priorizar o assistencialismo como meio de ação junto aos camponeses (MEDEIROS, 1989, p.91-95).

O avanço político e organizativo dos novos instrumentos de mobilização social demonstra seu alheamento em relação à institucionalidade autoritária, devido à evidente

subordinação da representação política à representação burocrática no interior do Estado burguês, mas também cumpre a função de potencializar a representação política. Como vimos, a representação política não foi totalmente eliminada da institucionalidade autoritária; portanto, a contradição entre ambas não foi abolida. A dinâmica institucional estabelecida foi capaz de subordinar a esfera de representação política à esfera de representação burocrática, mas o avanço dos movimentos de oposição dá um novo alento à representação política, mesmo que dentro dos limites em que foi enquadrada. É esta situação que empurra o governo militar para um novo salto na institucionalização autoritária, pois as medidas aplicadas ainda não são suficientes para garantir a estabilidade política. A perspectiva de fortalecimento da representação política se manifesta em todo o período da crise política gerada pelo avanço dos movimentos de oposição, pois é uma clara reação ao avanço da autocracia burguesa, e desencadeia novas contradições no bloco histórico dominante e na articulação política que sustenta o governo. Esta perspectiva determina uma ação política mais autônoma do Congresso, da ARENA, de alguns governos estaduais e de lideranças governistas civis. O caráter crescentemente repressivo da ação do governo Costa e Silva, diante da oposição, faz com que diversos setores políticos componentes do governo ou solidários com ele procurassem agir no sentido de resolver a crise política no interior da institucionalidade autoritária. A mobilização da União Civilista, e o comportamento da ARENA no Congresso expressam essa tentativa.

A União Civilista, como foi chamada pela imprensa, era uma articulação de governadores de estado e de lideranças civis do governo (Abreu Sodré, Faria Lima, Viana Filho, Magalhães Pinto, Rafael de Almeida Magalhães e outros) para criar um *campo de interlocução*, entre o governo e os movimentos de oposição, que enquadrasse o descontentamento popular dentro dos limites da institucionalidade autoritária, e evitar com isso o isolamento do governo e uma radicalização repressiva (CASTELLO BRANCO, 1978, p.280,292 e 344). Nesta perspectiva, tais setores se colocavam numa posição estratégica dentro deste campo de interlocução, assumindo claramente a mediação do conflito político. Esta perspectiva, porém, passava por um fortalecimento da representação política no interior do Estado, com o reforço do papel decisório de instâncias como os governos estaduais e a ARENA, por exemplo. Esta, por sua vez, ainda manifestava em seu interior setores dissidentes com o unitarismo arenista, que alimentavam a intenção de criar novos partidos. A rebeldia da ARENA fez com que o governo fosse derrotado em alguns dos projetos que enviou ao Congresso, em 1968, e até mesmo no famoso pedido de licença

para processar o deputado Márcio Moreira Alves, em que 94 deputados federais da ARENA votaram com o MDB (*Opinião*, 26/2/1973, p.3).

A postura do governo Costa e Silva diante dos problemas com a União Civilista, foi de desautorizar as iniciativas contemporizadoras de seus líderes e de se recusar a promover qualquer reforma ministerial. Com a ARENA, tentou-se aplacar a rebeldia com a Lei das sublegendas, aprovada em julho de 1968, que permitia a criação de sublegendas no interior dos partidos e o lançamento de várias chapas de candidatos a senador. Além de atender às demandas divisionistas, localizadas nos diversos conflitos regionais que perpassavam o partido governista, ainda reforçava definitivamente o bipartidarismo, garantindo a unidade nacional no apoio ao governo (CASTELLO BRANCO, 1978, p.338-339 e 373). Obviamente, a Lei de sublegendas configura uma notória acomodação entre a institucionalidade autoritária e as práticas políticas tradicionais, como o clientelismo e o patrimonialismo, favorecendo o fisiologismo e a corrupção.

Paralelamente aos problemas políticos com a articulação governista, o governo Costa e Silva intensifica uma ação repressiva que reforça seus vínculos com os setores de linha-dura das Forças Armadas e do próprio governo. Diante do potencial de autonomização da representação política, a representação burocrática reforça suas posições, numa escalada repressiva que se inicia em março e abril de 1968, com os conflitos de rua que levaram à morte do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro, e o fechamento da Frente Ampla, passa pela repressão às greves operárias e às ações do movimento estudantil (invasão da UnB, em agosto, e prisão em massa dos estudantes no Congresso da UNE de Ibiúna, em outubro) e se completa com o desencadeamento de uma nova etapa na institucionalização da ordem autoritária a partir do AI-5.

É importante considerar que este processo de reforço da ação repressiva do governo não se deu sem a eclosão de uma nova crise militar. Como vimos, a ascensão dos militares ao executivo federal transformava toda crise política numa crise militar, e nesta ocasião as coisas não ocorreram diferentemente. Neste caso, a crise militar se manifesta em novo abalo na coesão, na disciplina e na hierarquia das Forças Armadas, com o desencadeamento de inúmeras pressões sobre o governo, partindo tanto de comandos militares, como o I Exército, quanto de setores da média oficialidade. A solidariedade dos setores de linha-dura com o Governo Costa e Silva foi relativamente rompida, diante de sua dificuldade em conter o movimento de oposição e os conflitos internos à articulação governista, através da institucionalidade vigente. As pressões pelo aprofundamento

qualitativo da institucionalidade autoritária se intensificam e orientam uma série de novas medidas. Dentro do próprio governo, os setores de linha-dura tinham uma presença importante, tendo como figuras proeminentes os generais Jaime Portela (chefe da Casa Militar), Albuquerque Lima (Ministro do Interior) e o jurista Gama e Silva (Ministro da Justiça). Já nesta época há um processo de reforço e ampliação do aparato repressivo e de informações, com a criação do Centro de Informações do Exército (CIE), em 1967, e do Núcleo do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica (N-SISA), em 1968, vinculados a cada um dos ministérios militares e paralelos ao SNI (o Centro de Informações da Marinha já existia desde 1955). No Rio de Janeiro e na Guanabara, área do I Exército, o comando militar assume o controle sobre as forças militares estaduais, numa antecipação do que iria ocorrer mais tarde em escala nacional.

Além disso, diversas medidas institucionais são tomadas ao longo do ano com o propósito de sufocar o movimento oposicionista (burguês e popular). Em janeiro de 1968, são ampliados os poderes da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, ocupada pelo Chefe do Gabinete Militar da Presidência general Jaime Portela, considerado a principal figura de linha dura do governo. Em maio, os menores de dezoito anos envolvidos em crimes contra a segurança nacional passam a ser responsabilizados criminalmente, obviamente para atingir o movimento estudantil. Em julho de 1968, 68 municípios são declarados de interesse da segurança nacional e têm suspensas as eleições municipais, e as passeatas e greves são proibidas em todo o país pelo presidente da República. Em agosto, a mesma ARENA rebelde rejeita na Câmara dos Deputados o projeto que previa anistia aos presos em passeatas e greves. Em setembro, os ministros militares entram com representação ao presidente da República contra o discurso do deputado Márcio Moreira Alves, proferido dias antes na Câmara dos Deputados, e exigem que este seja processado pela LSN. Em outubro, é criado o Conselho Superior de Censura pelo Ministério da Justiça, para intensificar a censura aos meios de comunicação. Finalmente, em 13 de dezembro, é editado o AI-5 (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994b, p.287-296).

Também a escalada repressiva é reforçada pela ação de diversos grupos terroristas de direita, como o Comando de Caça aos Comunistas, a Frente Anticomunista e o Movimento Anticomunista, que agiam com uma certa conivência das forças repressivas legais e muitas vezes contavam com membros que faziam parte do aparelho repressivo do Estado (VENTURA, 1988, p.221-237).

Esta dinâmica repressiva expressa a estratégia de antecipação adotada pelo governo, para preservar a autoridade política e militar do presidente, e garantir a coesão das Forças Armadas. O aprofundamento da institucionalidade autoritária desencadeia-se por iniciativa do próprio governo. É uma situação parecida com a que levou à edição do AI-2: o governo chama para si a responsabilidade pelas medidas de exceção. Isto explica o empenho do governo em obter a submissão completa do Congresso no caso Márcio Moreira Alves, mesmo sabendo que o Congresso dificilmente se submeteria, pois isto significaria sufocar a tênue margem de autonomia que a institucionalidade implantada em 1967 ainda reservava para o Parlamento e para a esfera de representação política. Explica também o endurecimento do governo com a recalcitrância de setores da ARENA, exigindo do partido governista uma fidelidade absoluta, como se evidencia na carta enviada por Costa e Silva aos senadores arenistas (KRIEGER, 1977, p.343). E, finalmente, explica o sólido consenso obtido pelo governo junto às Forças Armadas quando da edição do novo ato institucional. Com exceção de poucas vozes discordantes, como a do brigadeiro Eduardo Gomes, entre os militares o AI-5 foi visto como instrumento necessário no combate ao avanço irresistível da subversão. É o motor original da intervenção militar e da coesão das Forças Armadas vitoriosas em 1964, o anticomunismo, atuando fortemente mais uma vez. Em depoimento prestado nos anos 90, até mesmo o ex-presidente Geisel, notório representante da ala moderada das Forças Armadas, considerou o AI-5 produto do avanço irrefreável da subversão, o que deixou o presidente sem saída (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.207-209).

3.2 - O AI-5 e a composição militar

Editado num momento em que o movimento de oposição já havia entrado numa fase de descenso, particularmente depois de outubro, quando o Congresso da UNE foi desbaratado militarmente com a prisão em massa dos dirigentes do movimento estudantil (VENTURA, 1988, p.239-255), o AI-5 inaugurou uma nova fase no processo de institucionalização da ordem autoritária, e de aprofundamento da autocracia burguesa, que se estenderia até a posse de Médici. Entre suas principais medidas, o AI-5 concede ao presidente da República o poder de decretar o recesso do legislativo em todos os seus níveis (federal, estadual e municipal), de decretar intervenção federal nos governos estaduais e municipais, de cassar mandatos e suspender os direitos políticos de qualquer

cidadão por dez anos, além de abolir o direito de *habeas corpus* para os acusados de crimes contra a segurança nacional. Na esteira do quinto ato institucional, vieram o Ato Complementar 68, que fechou o Congresso Nacional, o AI-6, que reduziu o número de ministros do STF de 11 para 16 e transferiu definitivamente os crimes contra a segurança nacional para a justiça militar, os Atos Institucionais 7 e 8, que suspenderam toda e qualquer nova eleição por tempo indeterminado, o AI-10, que proibiu o exercício de atividades em empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos e instituições de ensino e pesquisa dos cidadãos punidos por qualquer ato institucional, e a nova LSN (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994b, p.296-300). A nova Lei de Segurança Nacional, editada em duas versões (março e setembro) em 1969, preservava a abolição do *habeas corpus*, estabelecia medidas punitivas como a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento do país, e criava uma verdadeira prisão cautelar para o crime contra a segurança nacional, pois o suspeito poderia ser preso por até 60 dias, independentemente de haver flagrante delito ou de ordem expressa de um juiz. Além disso ficaria incomunicável por dez dias, o que facilitava a prática da tortura (MARTINS, 1986, p. 67-68).

Toda esta parafernália institucional e as outras medidas que vieram a seguir redefiniram mais ainda a sociedade política em favor da supremacia da esfera de representação burocrática sobre a esfera de representação política. A pequena margem de ação do Congresso foi ainda mais reduzida, até mesmo com o seu próprio fechamento e a cassação de dezenas de parlamentares, e os partidos praticamente tiveram suas funções suspensas. Com o Congresso fechado e as eleições suspensas até segunda ordem, os partidos perderam provisoriamente o sentido. O MDB, em especial, pagou caro pela única vitória política conquistada desde sua fundação: a recusa do pedido de licença para cassar parlamentares feito pelo governo. Inegavelmente, com o avanço do movimento de oposição e com a ausência de qualquer outra alternativa partidária, o MDB conseguiu estreitar suas relações com a sociedade civil e dirigir a luta democrática no interior da sociedade política, fortalecendo sua posição, esgarçando as contradições entre o governo e a ARENA e ensaiando, embrionariamente, uma ruptura com o transformismo. No entanto, o preço a pagar foi a cassação de dezenas de parlamentares federais, estaduais e municipais, reduzindo significativamente seus quadros. Uma violenta repressão se abateu sobre os aparelhos da sociedade civil que se pautavam pelo fim da institucionalidade autoritária, o que amputou a tênue ligação orgânica que o partido vinha desenvolvendo com eles.

Ainda no interior da sociedade política, ampliaram-se os poderes do presidente sobre o conjunto da burocracia civil e militar, e o governo repôs sua supremacia sobre o judiciário. O AI-10 permitiu a aposentadoria compulsória dos servidores civis, e o AI-17, editado em outubro de 1969, possibilitou ao presidente passar para a reserva os militares que atentassem contra a coesão das Forças Armadas (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994b, p.306). No caso dos militares, muitos deles foram proibidos até mesmo de exercer profissionalmente o ofício que haviam aprendido no serviço militar (SILVA, 1988), aprofundando o acerto de contas entre golpistas e legalistas iniciado em 1964. Quanto ao judiciário, inúmeros magistrados foram aposentados compulsoriamente; o tratamento dos direitos políticos foi enquadrado pela ótica da segurança nacional e a própria atribuição do poder judiciário de poder julgar os atos do poder executivo foi abolida com a Emenda Constitucional número 1, editada em outubro de 1969, que excluiu de apreciação judicial os atos institucionais, os atos complementares e seus efeitos editados pelo governo desde 1964 (SILVA, 1988, p.167).

No entanto, também a sociedade civil foi duramente afetada, particularmente os aparelhos de hegemonia que se vincularam à luta democrática da oposição popular e que desenvolveram um potencial contra-hegemônico. Além das inúmeras prisões, aposentadorias compulsórias e cassações de direitos políticos, também entrou fortemente em ação o aparelho repressivo e de informações, que se estruturou cada vez mais, desencadeando o terrorismo de Estado. Especialmente atingidos foram o movimento estudantil e o movimento sindical grevista, mas também os professores, artistas e intelectuais, numa ofensiva não só política, como também ideológica (VENTURA, 1988, p.271-306). Atos e idéias tornaram-se passíveis de incorrer em crimes contra a segurança nacional. Nesta perspectiva, também os aparelhos de hegemonia que adotavam uma postura liberal conservadora (oposição burguesa), como os grandes órgãos de imprensa, foram atingidos pela censura e pela prisão de jornalistas e de donos de jornal, pois a conquista da opinião pública não poderia conviver com a menor dissidência. A partir do AI-5, a oposição contra-hegemônica limitar-se-á cada vez mais às organizações de esquerda que optaram pela luta armada.

Esta nova onda saneadora do governo militar, mais intensiva do que aquelas desencadeadas pelos atos institucionais 1 e 2, aprofundou o caráter autocrático da ordem burguesa e consolidou o cesarismo militar. Conviveu, porém, durante todo o ano de 1969 com contradições no interior do bloco de poder, agravadas pelo impedimento de Costa e

Silva e pelas ações espetaculares da esquerda armada, prolongando a crise política e militar. Após o AI-5, lideranças civis do governo, ligadas à ARENA, alimentaram a perspectiva de resgate do papel da representação política no interior do Estado burguês, conforme o estabelecido pela Constituição de 1967. Para tais setores, liderados pelo vice-presidente Pedro Aleixo, o AI-5 tinha um caráter provisório. Após o novo saneamento da arena da disputa política, o Congresso deveria ser reaberto, as eleições seriam marcadas novamente e os partidos institucionais voltariam à normalidade. Há quem diga, até, que a reforma constitucional preparada por estes setores, com o apoio de Costa e Silva, previa o retorno da institucionalidade democrática, com eleições diretas para presidente, após o mandato presidencial vigente, como o jornalista Carlos Chagas, na época secretário de imprensa da Presidência da República (CHAGAS,1979).

Tal perspectiva, no entanto, convivía com uma outra, antagônica, que considerava o AI-5 não só definitivo, mas o ponto inicial de uma ampla ação institucional que aprofundaria o caráter autoritário da ordem política. Esta segunda perspectiva era, obviamente, postulada pelos setores de linha dura do governo, que, como vimos, abrangia militares e civis e que vinha dirigindo a ação repressiva do governo com a edição de novas medidas. É importante salientar que estes setores também conseguem de Costa e Silva o respaldo político necessário para suas ações, o que configura no plano pessoal uma contradição que perpassava o próprio governo.

Ainda no plano das contradições no interior do bloco de poder, a coesão militar conseguida com o AI-5 não foi suficiente para debelar a crise militar. Em 1969, as contradições militares se explicitam na oposição ferrenha dos comandos militares e dos setores de linha dura à proposta de reabertura do Congresso (CHAGAS,1985, p.139) e na intensificação de atos de insubordinação e desrespeito à hierarquia. Em janeiro de 1969, o então ministro do Interior, Albuquerque Lima, sai do governo criticando acidamente a política econômico-financeira de Delfim Neto (Ministro da Fazenda), propugnando maior equilíbrio entre as regiões do país na distribuição dos investimentos e uma postura mais nacionalista diante do capital externo. A ruptura de Albuquerque Lima com o governo não se deveu apenas a discordâncias de ordem econômico-financeira. Como figura de expressão entre os militares de linha dura, o ex-ministro alimentava a intenção de suceder Costa e Silva. Daí a necessidade de qualificar-se como candidato de um setor decisivo das Forças Armadas, aparecendo como o campeão do endurecimento e do nacionalismo conservador. Tal como aconteceu com Costa e Silva na sucessão de Castelo Branco,

Albuquerque Lima contava com a aglutinação dos setores de linha dura, principalmente a oficialidade intermediária, em torno de seu nome (CHAGAS,1979, p.34). Em março, o coronel Francisco Boaventura Cavalcanti (linha dura) é reformado com base no AI-5, sob a acusação de conspirar contra a coesão das Forças Armadas e contra o governo, em função de suas atividades na Frente Ampla ao lado de Carlos Lacerda. Este, na ocasião, é preso e tem seus direitos políticos cassados (CHAGAS,1985, p.138). A punição de Boaventura é um fato novo, pois demonstra a disposição do governo de punir não só os militares que se opuseram ao golpe de 1964 e ao governo militar, mas também de punir os descontentes em suas próprias hostes. Esta situação aprofunda a crise militar e desgasta a autoridade do presidente, gerando maior descontentamento entre os militares e instabilizando a situação política. Em carta ao general Lyra Tavares, ministro do Exército, o general Moniz de Aragão acusa duramente o governo Costa e Silva de corrupção, nepotismo, frouxidão no combate à subversão e abandono dos ideais de 1964, num ato de insubordinação que demonstra o nível da perda de legitimidade de Costa e Silva entre setores militares. A réplica do ministro e a tréplica do acusador são igualmente duras e o episódio termina com a exoneração de Moniz de Aragão do cargo de diretor do Departamento de Provisão Geral do Exército (CHAGAS, 1985, p.139-148).

Estes episódios demonstram a continuidade da crise militar, após o AI-5, e reforçam a estratégia de antecipação adotada pelo governo quando da edição do quinto ato. Esta estratégia se configura na série de novos atos editados a partir do AI-5 que, como vimos, aprofundam a institucionalidade autoritária numa dimensão tão ampla que, praticamente, torna este processo irreversível naquele momento. Esta questão é importante, pois evidencia os limites objetivos da perspectiva política defendida pelos setores moderados do governo, mesmo que contando com o apoio do presidente, e explica o consenso entre os comandantes militares quanto à inviabilidade de reabertura do Congresso. Este consenso se apresenta na edição dos novos atos e na ruptura da solução constitucional, quando do afastamento de Costa e Silva e da ascensão da Junta Militar, em setembro. Após o AI-5, Costa e Silva optou claramente por se sustentar politicamente nas Forças Armadas, enfraquecendo a posição das lideranças civis dentro do governo e desenvolvendo uma tendência cesarista que já se fazia presente desde o AI-2. Portanto, sua doença e morte não são os fatores explicativos da derrota dos setores moderados, como defende uma tese elaborada naqueles anos por um membro do governo, como o jornalista Carlos Chagas (1979), mas sim a impossibilidade política de se reverter o aprofundamento

da institucionalização autoritária pelo próprio governo que a criou. Além disso, o sufocamento da sociedade civil empurrou o movimento de oposição de caráter contra-hegemônico para o militarismo. Com o fracasso da chamada perspectiva moderadora, em 1967, parte do movimento de oposição já se encontra extremamente atraído para uma estratégia militarista. Após o AI-5, no entanto, esta estratégia torna-se dominante, polarizando a ação política da grande maioria das organizações da esquerda revolucionária, que partem para a luta armada (GORENDER, 1987, p.141-160). Contraditoriamente, o enfrentamento político-militar levado por grande parte da esquerda revolucionária fortalece a perspectiva repressiva no interior do bloco de poder, que já se manifestava forte desde 1964 e que agora torna-se definitivamente hegemônica.

Em setembro de 1969, o afastamento de Costa e Silva da presidência da República, devido a doença causada por um derrame cerebral, prorroga a crise política com o veto militar à ascensão de Pedro Aleixo (vice-presidente). O veto ao vice foi o veto à ascensão de um representante do setor moderado do governo, comprometido plenamente com o projeto de recuperação da esfera de representação política através da reforma constitucional. A manobra política de exclusão de Pedro Aleixo foi dirigida pelo general Jaime Portela (chefe da Casa Militar), com o respaldo do Alto Comando das Forças Armadas e dos ministros militares, numa demonstração de coesão da alta oficialidade que posteriormente será decisiva para o desenlace da crise. Em lugar do presidente, os ministros militares assumem o governo formando uma Junta Militar. É sob o governo da Junta que são editados os atos institucionais de número 12 a 17, a versão definitiva da segunda Lei de Segurança Nacional e a Emenda Constitucional número 1, que altera a Constituição de 1967 à luz das modificações introduzidas a partir do AI-5.

Apesar da coesão de grande parte dos comandantes militares em torno da Junta Militar, esta padecia da situação de provisoriedade, pois o presidente ainda estava vivo, e da instabilidade política gerada pela crise militar. A doença de Costa e Silva estimulou o desejo de ascensão à presidência de inúmeros chefes militares, a começar pelo próprio Albuquerque Lima e pelo comandante do I Exército Sizen Sarmento. A ofensiva da esquerda armada com o seqüestro do embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, em setembro, promovido pelo MR-8 e pela ALN, intensifica a crise política e militar. A importância do seqüestrado obriga o governo a negociar a libertação de 15 presos políticos, o que desencadeia novos atos de insubordinação militar e desgasta rapidamente a legitimidade da Junta Militar, diante da média oficialidade de linha dura. A partir desta

situação de instabilidade, o Alto Comando das Forças Armadas decide acabar com o mandato de Costa e Silva e com a Junta Militar, através da ascensão de outro militar à presidência e do início de um novo mandato. A operação política que viabilizou esta transição se baseou numa solução militar e hierárquica que transferiu para os comandantes militares o direito exclusivo de indicar o novo presidente. No processo de escolha do sucessor só participaram os oficiais de alta patente das três armas (generais, almirantes e brigadeiros), excluindo o restante dos oficiais, num movimento de clara subordinação da oficialidade intermediária, tão voluntariosa e agitada naquele período. Este processo de escolha desembocou numa lista tríplice para apreciação do Alto Comando, que, por sua vez, optou pelo nome do comandante do III Exército e ex-chefe do SNI, general Emílio Garrastazu Médici (CHAGAS,1979, p.146-152).

O processo sucessório que levou ao nome de Médici e ao início de um novo mandato contou com o apoio da maior parte dos setores de linha dura e também dos setores moderados das Forças Armadas. Esta composição entre as duas grandes articulações militares foi tão sólida que esvaziou as tentativas de reação partidas dos generais Albuquerque Lima e Sizen Sarmento. Em carta enviada ao ministro do Exército, seguida de réplica e tréplica, Albuquerque Lima denunciou o processo de escolha do novo presidente, como uma manobra para derrotá-lo, pois, com o direito de voto exclusivizado pelos generais, sua principal base eleitoral, a oficialidade intermediária, não poderia se manifestar (CHAGAS,1979, p.218-223). Já Sizen Sarmento, comandante do I Exército e encarregado das ações repressivas na região militar mais conflagrada do país, devido às ações da esquerda armada, foi aconselhado por seus auxiliares a dar um novo golpe e assumir o poder, sugestão que não atendeu por saber que isto significaria a cisão militar definitiva (p.164). A escolha recaiu sobre Médici justamente por este não apresentar nenhuma ambição política, sendo, por isto, aceitável para todos os setores. Daí o caráter de verdadeira recomposição militar de que se revestiu sua escolha e até mesmo seu governo (p.177). Mais do que isto, a escolha de Médici consolidou definitivamente o cesarismo militar, através da supremacia militar na arena da disputa política, e entre os próprios militares, consolidou a direção política da alta oficialidade (presidente, ministros militares e comandantes militares). Este processo se baseou no restabelecimento da hierarquia, da coesão e da disciplina entre os militares, como ainda não havia ocorrido desde o golpe de 1964. É claro que tal recomposição não se baseou apenas no poder punitivo sobre o restante da tropa que os comandantes militares, principalmente o presidente da República,

passaram a ter após o AI-5. O combate à oposição da esquerda armada e a ampliação intensiva do aparato repressivo e de informações funcionaram como motivação central para a garantia da unidade; pois a luta antissubversiva foi enxergada como uma missão histórica e a militarização da repressão permitiu a multiplicação das instâncias de poder no interior do Estado.

Em nossa perspectiva analítica, a composição militar é uma condição decisiva para o processo de institucionalização da ordem autoritária, pois realiza uma das principais motivações que orientaram a intervenção militar em 1964 e permite a consolidação da supremacia da representação burocrática sobre a representação política no interior do Estado burguês. A evolução da arena da disputa política, após 1964, demonstra que enquanto a representação burocrática não tomou plenamente para si a direção política do Estado, a ordem autoritária conviveu com crises políticas enraizadas no processo de luta de classes e muitas vezes surgidas no interior do próprio bloco de poder. Esta situação tende a ser resolvida a partir do momento em que as Forças Armadas assumem as tarefas administrativas, além das tradicionais tarefas repressivas, e atuam de modo unificado no seio da burocracia de Estado. A Doutrina de Segurança Nacional fornece o arcabouço ideológico para um projeto ético-político polarizado pelo binômio desenvolvimento e segurança, que cimenta a aliança no interior da burocracia (civis e militares) e desta com as diversas frações da burguesia. A associação entre “terror político e milagre econômico”, no período de governo de Médici, intensifica a solidariedade entre Estado e classe dominante numa qualidade superior. Deste modo, a institucionalização da ordem autoritária aparece não apenas como produto da dinâmica da disputa política, mas como fruto das contradições sociais ditadas pelo aprofundamento da autocracia burguesa. A ascensão de Médici encerra uma etapa em que a institucionalidade autoritária já havia se estabelecido, mas que ainda convivia com dificuldades para se consolidar. Estas dificuldades foram em grande parte superadas e a institucionalidade autoritária não só se consolidou, como se aperfeiçoou.

4 - A consolidação da institucionalidade autoritária (1969-1974)

Consideramos que o governo Médici configura uma etapa de consolidação do processo de institucionalização da ordem autoritária, não por qualquer formalismo politicista, mas porque este período apresenta uma unidade. É uma etapa que tem origem num processo sucessório dirigido politicamente pelo comando militar, que hierarquiza

definitivamente o processo de tomada de decisões e estabelece o executivo federal como seu topo e que termina com um processo sucessório dirigido pelo presidente da República. Este fenômeno é importante, pois demonstra o que nos interessa: a capacidade de direção política do executivo federal e em especial do presidente da República na arena da disputa política institucionalizada. Além disso, este é o período em que definitivamente a representação política foi subordinada à representação burocrática, graças a um processo de sufocamento dos aparelhos privados de hegemonia, que possuíam uma perspectiva contra-hegemônica (oposição popular) e de controle vigilante sobre os aparelhos hegemônicos (oposição burguesa), domesticando o conflito político e inviabilizando o surgimento de qualquer projeto político alternativo ao Estado autoritário no seio das classes dominantes. Estas vivem um período de acomodação sob a supremacia do capital monopolista, impulsionada pela dinâmica expansionista do Milagre Brasileiro e pela derrota política da perspectiva liberal conservadora. Esta acomodação foi ainda mais potencializada pelo combate do governo à esquerda armada, justificando a inviabilidade de qualquer intenção liberalizante e praticamente comprando o apoio das diversas frações das classes dominantes.

4.1 - O Milagre Brasileiro: monopolização capitalista e expansão econômica

Com base na institucionalização financeira promovida pelo Estado e na “inundação de dólares”, conforme MANTEGA, MORAES (1979, p.51-82), viabilizadas pelo endividamento externo e pelas importações de bens de capital e tecnologia, a economia brasileira aprofunda o padrão de acumulação monopolista liderado pelo DIII. A própria monopolização do capital torna-se um instrumento poderoso de financiamento. Paralelamente ao avanço do DIII, controlado pelas multinacionais aqui instaladas, ocorre um grande desenvolvimento do setor público produtivo, com o crescimento monopolista das empresas estatais, em particular no DI . A tecnoestrutura estatal se expande não só em suas funções produtivas, mas também em sua ação indireta, através do planejamento econômico e da ampliação de sua capacidade extrativa e tributária (IANNI, 1986, p.229-259). Deste modo, o capital externo e o capital estatal aumentam sensivelmente seu peso e sua importância na estrutura econômica comparativamente com o peso do capital privado nacional, vinculado em grande medida ao DII. Apesar, no entanto, de possuir menor volume de capital e de não liderar o novo salto monopolista, o capital privado nacional integra-se

plenamente no novo salto monopolista do padrão de acumulação, pois além de beneficiar-se dele para gerar sua própria continuidade, também assume um papel importante na política de equilíbrio da balança de pagamentos, na medida em que também participa do esforço exportador desenvolvido no período (o que também acontece com a grande propriedade rural). Para se ter uma idéia, de 1968 a 1973, enquanto o PIB cresceu em torno de 12% ao ano, as exportações cresceram 27% (MANTEGA e MORAES, 1979, p.55). Esta unidade de interesse forma o chamado tripé do capitalismo monopolista brasileiro nesta fase (capital privado externo, capital estatal e capital privado nacional), soldando a solidariedade de classe entre as diversas frações da burguesia e seu Estado e atenuando sensivelmente a crítica liberal conservadora do médio capital industrial e dos grandes proprietários rurais ao governo autoritário (SAES, 1985, p.217-218). Como veremos, estarão soldados no sucesso e no fracasso.

Esta etapa expansiva do padrão de acumulação se baseia num frágil equilíbrio, na medida em que a liderança do DIII, sob controle do capital externo, vulnerabiliza mais ainda a economia brasileira, diante do circuito de reprodução do capitalismo internacional. Nesta etapa, a balança de pagamentos sofre pressões deficitárias terríveis, pois a remuneração do capital externo, que requer o retorno dos seus excedentes à circulação internacional para completar o seu circuito de acumulação, exige o endividamento externo progressivo, além de um esforço considerável para ampliar a pauta e o volume de exportações com produtos primários e também com manufaturados. De 1970 a 1975, o déficit das transações correntes da balança de pagamentos (balança comercial mais balança de serviços) foi de 18 bilhões de dólares, valor idêntico aos empréstimos contraídos no período (MANTEGA, MORAES, 1979, p.67), configurando a dupla dimensão do problema da balança de pagamentos após a Restauração Kubitschek. Além disso, a capacidade do DI internalizado apresenta-se claramente aquém das demandas geradas pelo processo expansivo, exigindo novas importações de bens de capital. Na verdade, este frágil equilíbrio evidencia as contradições estruturais do padrão de acumulação e do padrão de financiamento, pois o Estado aprofunda sua função de avalista de um sistema de financiamento, determinado em primeira instância pela remuneração do capital externo. O endividamento externo torna-se a solução para financiar as remessas de lucros das empresas estrangeiras e avalizar a lucratividade de todos os capitais, transformando os papéis e títulos do Estado e as empresas estatais numa espécie de lastro de todo o sistema de financiamento (OLIVEIRA, 1984, p.92-113). De 1968 a 1973, a dívida externa bruta

salta de 3,9 bilhões de dólares (11,4% do PIB) para 12,5 bilhões (17,3% do PIB), conforme dados do Banco Central (GOLDENSTEIN, 1986, p.98).

Isto impede o Estado de promover qualquer mudança fiscal, como a desindexação dos papéis e títulos públicos e o fim da correção monetária, gerando uma grande disputa pelos recursos financeiros numa perspectiva crescentemente especulativa. Até mesmo as empresas estatais precisaram se capitalizar, inserindo-se na concorrência inter-capitalista, através da disputa pelos recursos do Estado e da adoção de uma política de preços que procurava remunerar o capital estatal por si, mais do que subsidiar o capital privado através da produção de suas mercadorias a lucros negativos. Nos últimos anos desta etapa e após a crise do Petróleo de 1973, esta disputa se deu através da recorrência do endividamento externo pelas empresas privadas e públicas e por uma dinâmica inflacionária gerada no setor público do DI e esparramada por toda a economia pelo DIII. Este aumenta seus preços para contrabalançar o encarecimento dos insumos básicos de que necessitava e atinge os outros setores com sua pressão inflacionária, devido à sua centralidade no padrão de acumulação (OLIVEIRA, 1984, p.92-113).

Portanto, após o golpe de 1964, as classes dominantes e seu Estado intensificam sua solidariedade interna e sua interdependência, potencializando ao máximo as possibilidades expansivas, mas também as contradições do novo padrão de acumulação instituído após os anos 50. Isto é possível porque as demandas por reforma social e distribuição de renda, geradas no bojo do próprio processo de transformação capitalista historicamente desenvolvido, são violentamente sufocadas e anuladas socialmente (FERNANDES, 1987, p.299-353), permitindo que a dinâmica concentradora de renda e poder do capitalismo brasileiro pudesse desenvolver-se e aprimorar-se. A etapa do Milagre Brasileiro é marcada por um processo de monopolização que, além de gerar uma concentração e centralização do capital nunca antes vista, expande a lógica concentracionista do capital para as mais diversas regiões e economias da formação social brasileira, submetendo-as e ditando seu destino. E esta lógica é determinada pela altíssima taxa de lucratividade exigida pela remuneração do capital monopolista, o que impede que os excedentes gerados pela economia sejam invertidos num processo de distribuição de renda, que não só viabilizaria o fortalecimento de um mercado consumidor de massa, como desencadearia uma dinâmica econômica integradora e socialmente incluyente. Ao contrário, a lógica monopolista requer a consolidação de um sistema de transferência de renda da sociedade para o capital mediado pelo Estado, que faz o processo de acumulação

dependem muito mais dos esquemas de financiamento sustentados pelo Estado e pelo capital externo do que de um mercado de massa. Isto evidencia não só as contradições de um padrão de acumulação voltado para o desenvolvimento interno, mas controlado de fora, como suas próprias limitações no tocante à capacidade do capitalismo brasileiro em solidificar uma base interna de acumulação sólida e duradoura. A impossibilidade da criação de um sistema de financiamento interno e privado, a dupla face do problema da balança de pagamentos, o aprofundamento da dependência ao capitalismo internacional são evidências das vicissitudes e das contradições de um modelo de transformação capitalista concentrador de renda e poder, viabilizador, no entanto, da unidade orgânica entre as diversas frações do capital, necessária para a consolidação da institucionalidade autoritária.

4.2 - Consolidação da institucionalidade autoritária: nacionalização da repressão e sufocamento da arena política

Nesta etapa, a consolidação da institucionalidade autoritária requereu, em primeiro lugar, o combate repressivo aos movimentos de oposição legais e clandestinos. Vimos que o avanço dos movimentos de oposição gerou uma grave crise política para a ordem autoritária e que a luta antissubversiva foi uma forte motivação para a recomposição militar. As limitações impostas à arena da disputa política com a suspensão de eleições diretas, o esvaziamento das atribuições do Congresso e a canalização do conflito político para os partidos institucionais tornaram-se claramente insuficientes para conter a radicalização política impulsionada pela luta de classes. Fazia-se necessário combinar estas medidas com a intensificação de uma ação repressiva, que submeteria os direitos políticos e civis dos cidadãos à lógica da “guerra interna” justificada pela Doutrina de Segurança Nacional. A partir daí, há um processo de expansão do aparato repressivo e de informações, respaldado pela legalidade autoritária, que militariza a disputa política travada entre o Estado e os aparelhos contra-hegemônicos.

Esse processo já havia se iniciado na etapa anterior e se aprofunda agora tendo como alvo central a esquerda armada, que se torna o pólo da oposição contra-hegemônica no país. Há não só o crescimento dos órgãos e aparelhos do Estado voltados para as atividades de informação e de repressão, mas também a *nacionalização da repressão*. Esta nacionalização foi justificada pelo caráter nacional da ação da esquerda armada e se baseou na supremacia das Forças Armadas sobre todas as outras forças repressivas,

tradicionalmente responsável pela ordem interna. A supremacia das Forças Armadas sobre as polícias militares estaduais e sobre as polícias civis já havia sido experimentada na área do I Exército (Rio de Janeiro e Guanabara) quando da crise de 1968. Agora esta experiência é reproduzida em todo o país. Aliás, em julho de 1969, é aprovado um decreto-lei que submetia as polícias militares e os corpos de bombeiros ao controle dos Comandos do Exército e das Regiões Militares (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994b, p.301). Em janeiro de 1970 começam a funcionar os DOI (Departamento de Operações de Informações) e os CODI (Centro de Operações de Defesa Interna), que, apesar de serem estruturas distintas, trabalhavam conjuntamente e eram subordinados aos respectivos comandos do Exército, podendo mobilizar as outras forças policiais quando necessário. Em maio de 1970 entram em funcionamento o CIE, que havia sido criado em 1967, e o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), em lugar do N-SISA, que foi criado em 1968. Conforme depoimentos de diversos oficiais militares, a expansão do sistema de informações, o SNI e um centro de informação em cada uma das três armas, se fez acompanhar da criação do Plano Nacional de Informações e da Escola Nacional de Informações (EsNI), encarregados da formação profissional de quadros e do intercâmbio com os serviços de outros países como Inglaterra, EUA e França (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994b, p.66-67, 95, 134-136 e 308).

No entanto, a nacionalização da repressão não se deu sem a emergência de novos problemas, como a duplicidade de comandos, a superposição de funções e a falta de coordenação. Primeiramente, a criação de centros de informação em cada uma das três armas criava um paralelismo, que nunca foi superado, entre o SNI e as próprias divisões de informações de cada Estado-Maior. Em segundo lugar, havia uma certa disputa entre as três armas pela primazia nas ações repressivas, apesar da supremacia formal do Exército nas respectivas regiões militares. Considera-se que os CODI foram criados para superar a disputa entre os órgãos repressivos, estimada como danosa ao governo no episódio do seqüestro do embaixador dos EUA, conforme depoimento do general Octávio Costa, então assessor especial de relações públicas da Presidência da República (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994b, p.271-272). Esta situação criava em muitas ocasiões uma duplicidade de linhas de comando, com uma cadeia de comando funcional, baseada no órgão que assumiu a ação e em sua funcionalidade, e uma cadeia territorial, baseada na hierarquia formal e na divisão territorial, como, por exemplo, no combate à Guerrilha do Araguaia, conforme depoimento do general Ivan de Souza Mendes (D'ARAÚJO,

SOARES, CASTRO, 1994b, p.171). Além disso, dava uma margem de autonomia razoável para os órgãos de informação e repressão, particularmente na base da estrutura hierárquica. Se por um lado esta autonomia pode ser entendida como condição política da composição militar que marcou todo o governo Médici, por outro lado, esta será uma das fontes de contradição entre os moderados e os linha dura no posterior processo de transição democrática.

Também é importante destacar que esta autonomia gerou na memória militar do período uma postura condescendente em relação à responsabilidade dos respectivos comandantes, pelos atos criminosos cometidos pelos órgãos repressivos em suas áreas. A maioria dos depoentes do livro sobre a memória militar organizado por D'Araújo, Soares e Castro, tanto os moderados quanto os linha dura, isenta os comandantes hierárquicos de responsabilidade por desconhecimento de tudo o que se passava na área sob seu comando. Neste mesmo livro há uma análise crítica do general Meira Matos, moderado, condenando o envolvimento das Forças Armadas nas ações repressivas pela possibilidade de degeneração ética e profissional que a situação gerou, pois muitas vezes o descontrole, a isenção de responsabilidade, as relações escusas com empresários que financiavam a repressão e a certeza da impunidade alimentavam a corrupção e o enriquecimento ilícito (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994b, p.154). O caso do Esquadrão da Morte em São Paulo também ilustra este problema (BICUDO,1977).

Deste modo, a ampliação do aparelho repressivo e de informações e a nacionalização da repressão funcionaram como resposta do governo aos movimentos contra-hegemônicos, surgidos a partir das contradições político-sociais geradas pela própria institucionalidade autoritária e pelo movimento histórico de aprofundamento da autocracia burguesa. Os anos de 1969 a 1971 marcam o auge das ações da esquerda armada, fazendo desta o alvo principal das iniciativas repressivas do governo. Diversas organizações se movimentam, informadas pela estratégia militarista, e realizam novas ações, como seqüestros de diplomatas, justiçamentos e atentados a instalações militares, que deixam os militares perplexos e convencidos da necessidade de nacionalização da repressão. Além disso, há também o paciente trabalho das organizações no sentido de estruturar a guerrilha urbana e rural. Este trabalho exigia recursos e organização, condições que muitas vezes expunham as organizações à ação repressiva do governo. Esta, por sua vez, era encarada como parte de uma guerra interna, devendo ser levada com o máximo de eficiência possível. Surge aí uma disparidade entre o tamanho do aparato repressivo e o potencial

desestabilizador do regime representado pela esquerda armada. Conforme o general Adyr Fiúza de Castro, um dos criadores do CIE, o combate à esquerda armada foi como “matar uma mosca com um martelo-pilão” (D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994b, p.75).

Já em 1971, a maioria das organizações de esquerda havia sido desbaratada pelas quedas consecutivas de seus militantes ou havia abandonado a estratégia militarista. Some-se às dificuldades com a repressão a extrema debilidade do trabalho político das organizações junto aos trabalhadores, capaz de agregar uma dimensão orgânica a sua estratégia revolucionária (GORENDER, 1987, p.198-206). De 1972 a 1974 o alvo principal no combate à esquerda foi a Guerrilha do Araguaia, desenvolvida pelo PC do B, que ainda sofreu uma repressão sistemática, pelo menos, até 1976. Em 1974 e 1975, também o PCB torna-se alvo específico das investidas da repressão, que atinge até sua direção nacional. Apesar de não ter participado da luta armada e de condenar a estratégia militarista das outras organizações, o PCB não consegue escapar do “martelo-pilão”; numa prova evidente de que o aparato repressivo não foi montado apenas para combater a oposição armada, mas para aniquilar toda e qualquer oposição de caráter contra-hegemônico (GORENDER, 1987, p. 207-214 e 232-233).

A dinâmica abrangente da repressão atingiu também o movimento operário. O trabalho de organização iniciado em 1966, que levou ao ascenso do movimento em 1968, teve seus setores de vanguarda violentamente extirpados, mas pôde se manter nos anos de 1969 a 1971, com a ocorrência de algumas greves e paralisações, apesar de toda a sua debilidade. No entanto, a partir de 1971, este trabalho também é desmantelado, atingindo não só o movimento sindical, propriamente dito, mas as organizações de esquerda que tinham presença em seu interior, como o PCB, a ALN, o PCBR, a AP e a VPR, principalmente (FREDERICO, 1987, p.245-253). Somente a partir da crise do Milagre Brasileiro é que o movimento operário retoma o fôlego, através de novas práticas políticas, que combinavam o trabalho de base com formas alternativas de organização.

A ação repressiva do Estado determinou o desmantelamento dos movimentos contra-hegemônicos, a atomização do movimento de oposição, como um todo, e a domesticação de diversos aparelhos privados que assumiam uma perspectiva de crítica à ordem autoritária. O sufocamento repressivo da arena da disputa política impedia que esta perspectiva crítica se configurasse num projeto ético-político alternativo, mobilizador, e capaz de polarizar as classes sociais, particularmente as classes subalternas, e aglutiná-las num movimento amplo. Uma das características do movimento de oposição surgido nos

anos de 1967 e 1968 foi sua capacidade de obter solidariedade e de gerar mobilização. Liderados pelo movimento estudantil, amplos setores sociais se mobilizaram em oposição à ordem autoritária, desencadeando iniciativas variadas, levadas por diversos instrumentos. Não eram apenas as assembleias estudantis e as greves que expressavam o movimento de oposição; eram também as peças de teatro, os festivais de música, os comícios-relâmpagos, as passeatas massivas e os enfrentamentos de rua. É claro que nem todos os participantes destas iniciativas eram organizados em alguma entidade; mas justamente é na mobilização dos não-organizados que se expressava a capacidade de obter solidariedade e de gerar mobilização do movimento de oposição.

A ação repressiva do Estado aboliu esta capacidade e fez com que os movimentos organizados se limitassem a seus próprios membros. A incapacidade da esquerda armada em obter solidariedade junto aos trabalhadores é ilustrativa desta situação. O movimento operário também limita a sua ação ao espaço dos sindicatos e das categorias profissionais, atuando predominantemente numa perspectiva corporativa e ainda conforme o horizonte do populismo. Sua capacidade de atrair outros setores ainda vai demorar alguns anos para se manifestar. Daí a atomização do movimento de oposição e como consequência a domesticação dos aparelhos da sociedade civil, que faziam algum tipo de crítica à ordem autoritária. A quebra da solidariedade entre os setores que compunham o movimento de oposição e destes com as classes subalternas, especialmente, também atingiu o partido institucional de oposição, isolando-o mais ainda. Esta situação impedia a deslegitimação à ordem autoritária e favorecia sua legitimação pela via de um consenso passivo. Já vimos que o governo militar tinha uma dificuldade muito grande de gerar um consenso ativo, baseado numa ampla mobilização. Agora, então, esta dificuldade é ainda maior.

Por isto, a crítica à ordem autoritária feita por determinadas entidades da sociedade civil não foi capaz de deslegitimá-la aos olhos das classes sociais, particularmente das classes subalternas, e de gerar uma ação amplamente mobilizadora. Nesta situação enquadram-se a chamada “imprensa alternativa”, a Igreja Católica e a OAB, por exemplo.

A imprensa alternativa existia com muitas debilidades desde o golpe de 1964, mas teve sua ação dificultada a partir da Lei de Imprensa e das Leis de Segurança Nacional. Em 1970 entra em vigor a censura prévia limitando mais ainda o conteúdo crítico das publicações. Além das restrições impostas pela ação repressiva do Estado, havia ainda as limitações de circulação e a precariedade financeira, fazendo com que tais jornais

atingissem um número de leitores bastante reduzido. De 1968 a 1974, com algumas exceções, como o *Pasquim* e o *Opinião*, a maioria dos órgãos da imprensa alternativa tem a duração efêmera de aproximadamente um ano. Enquanto isto, a chamada “grande imprensa” perdia cada vez mais seu senso crítico e se colocava numa postura de aceitação passiva das limitações impostas à sua ação pela institucionalidade autoritária e de apoio à euforia propagandística do Milagre Brasileiro (KUCINSKI, 1991, p.1-71). A briga entre o Jornal *O Estado de São Paulo* e o governador de São Paulo, Laudo Natel, em 1974, se deveu muito mais a problemas pessoais do que a uma postura crítica do jornal diante do regime (*Opinião*, 16/4/1973, p.4).

Neste período, a Igreja Católica intensifica sua ação pastoral junto aos oprimidos, estabelecendo como eixo de sua ação a defesa dos povos indígenas, dos posseiros e dos presos políticos. Desde os anos de 1966 e 1967 os setores “progressistas” da Igreja faziam críticas à ordem autoritária, e alguns membros do alto clero tiveram um papel mediador importante na crise política de 1968 entre o governo e os movimentos de oposição (KRIEGER, 1977, p.282-286). A defesa dos direitos humanos e do direito à terra mobiliza o setor progressista da Igreja nas fronteiras da expansão capitalista e nas grandes cidades (*Opinião*, 1/1/1973, p.4 e 6/4/1973, p.5). No entanto, ainda não é neste período que o trabalho de base da Igreja surtirá um efeito mobilizador. No plano das relações institucionais com o Estado, mesmo o setor progressista da Igreja evita deslegitimar a institucionalidade autoritária, preferindo limitar-se à condenação dos aspectos mais abusivos da ação repressiva e insistindo no caráter apolítico de sua crítica, numa típica manifestação de pressão dentro da ordem (*Opinião*, 6/4/1973, p.5). Os setores do clero progressista que partem para uma ação crítica mais incisiva sofrem o mesmo tratamento que os órgãos repressivos destinavam à oposição contra-hegemônica.

Esta postura também pode ser percebida no comportamento da OAB, cuja ação no período anterior pautou-se pela defesa do liberalismo e expressou a oposição das camadas tradicionais da classe média (SAES, 1985, p.178-179), mas que no momento se limitará a criticar o desrespeito dos trâmites legais pelos órgãos repressivos. Em entrevista à imprensa o recém-eleito presidente do Conselho Federal da OAB, José Ribeiro de Castro Filho, defende o restabelecimento do *habeas corpus* para os crimes contra a segurança nacional, a comunicação obrigatória das prisões e o tratamento condigno dos presos, mas considera a reação do Estado à subversão como ato legítimo de auto-defesa (*Opinião*, 9/4/1973, p.3). A luta pelo resgate dos direitos civis combina-se com a aceitação da

legitimidade do Estado autoritário em mais uma variante dos tortuosos caminhos do liberalismo instrumental no Brasil, que após a crise de 1968 foi *passivizado* pela institucionalidade autoritária. Mais do que isto, a luta antissubversiva funciona como uma espécie de “chantagem” do governo militar com as camadas tradicionais da classe média urbana e com o médio capital industrial para conquistar sua passividade (SAES, 1985, p.217-218), chantagem essa expressa nesta postura da direção da OAB, que pode não ser a postura de toda a Ordem, mas é expressiva das relações institucionais dela com o Estado e a Justiça.

Já no plano dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, que assumiam a defesa da ordem autoritária, há um estreitamento de suas relações com a sociedade política. Geralmente compostos pelas diversas frações das classes dominantes, estes aparelhos obtêm relações privilegiadas no interior do aparelho de Estado, estabelecendo relações orgânicas com os diversos setores da burocracia. São os chamados *anéis burocráticos*, que permeiam o Estado de alto a baixo, e viabilizam a articulação entre as classes dominantes e o Estado burguês, determinando a ação econômica do Estado e a própria reprodução da ordem social burguesa (CARDOSO, 1973, p.50-103). Os referidos anéis são o resultado prático das modalidades corporativa (sindicatos e federações) e extracorporativa (associações por setor econômico) de representação dos interesses econômico-corporativos das diversas frações burguesas no interior do aparelho estatal, e muitas vezes se combinam com mecanismos menos formais como os contatos pessoais (DINIZ, BOSCHI, 1978, p.153-200). Além dos meios de comunicação de massa (televê, rádio, grande imprensa) — dependentes das verbas publicitárias do Estado —, da expansão do sistema de comunicações e da censura, também os sindicatos patronais e as entidades empresariais, em geral, solidarizam-se e imbricam-se com o Estado autoritário. Através de inúmeros mecanismos, como os ministérios, as empresas estatais, as agências de financiamento, os conselhos e departamentos estabelecidos por setores econômicos, e outros, as diversas frações da burguesia (nacional e estrangeira) articulavam-se organicamente com a burocracia de Estado. Estas relações entre classes dominantes e Estado explicam o baixo potencial de mobilização das classes subalternas desempenhado pelos aparelhos privados hegemônicos e a própria inexistência de um partido burguês no sentido clássico, enraizado na sociedade civil e conquistador do Estado. Estas relações explicam também a debilidade da sociedade civil burguesa, neste período, e seu baixo grau de autonomia diante do Estado.

A violenta repressão sobre os movimentos contra-hegemônicos, a atomização e a domesticação dos outros movimentos de oposição, alguns deles caindo no transformismo, e a forma particular de articulação entre burguesia e Estado desenvolvida no Brasil pelos anéis burocráticos explicam a precariedade da sociedade civil, seu limitado potencial de mobilização social e o caráter passivo do consenso obtido pelo regime autoritário diante da sociedade. No entanto, tais relações são insuficientes para garantir a consolidação da institucionalidade autoritária nesta etapa. A sobrevivência da esfera de representação política no interior do Estado burguês, mesmo que numa posição de absoluta subordinação à representação burocrática, é indicativa de sua importância complementar na legitimação do Estado autoritário. Nesta perspectiva, medidas institucionais importantes foram aquelas tomadas no sentido de impedir que mesmo a mínima margem de autonomia da representação política pudesse potencializar uma nova crise política e militar, como aconteceu em 1967 e 1968.

4.3 - O papel da esfera de representação política na legitimação da institucionalidade autoritária e do *cesarismo militar*

Além do fechamento do Congresso, das cassações de dezenas de parlamentares em 1968 e 1969, da lei das sublegendas e da ampliação das áreas de segurança nacional, o governo estabeleceu novas medidas para limitar mais ainda a ação do legislativo e dos partidos institucionais. A Emenda Constitucional n. 1 legalizou a hipertrofia do executivo em questões legislativas em nome da segurança nacional, reduziu o número de parlamentares do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas estaduais, e também o alcance da imunidade parlamentar e, praticamente, congelou o debate político no poder legislativo ao criar a fidelidade partidária ao voto das lideranças. Ainda em 1969, o Decreto-lei 1.063 torna inelegíveis os atingidos pelos atos institucionais. As eleições parlamentares diretas são restabelecidas em 1970, mas as eleições para governos estaduais continuam indiretas e serão mantidas em 1974 pela Emenda Constitucional n. 2, de 1972 (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994b, p.306-312).

Tais medidas garantiram a subordinação absoluta da representação política à representação burocrática e, praticamente, desvincularam o Parlamento e os partidos dos conflitos sociais que polarizavam a oposição contra-hegemônica e os órgãos repressivos. O impacto destas medidas nos dois partidos institucionais, porém, foi diferenciado. Enquanto

a ARENA cresce numericamente e ocupa, praticamente, quase todo o espaço da representação política no Estado, o MDB padece de inorganicidade, e até mesmo de falta de identidade ideológica e programática.

Neste período, a ARENA torna-se aquilo que se esperava dela quando foi criada: um instrumento de legitimação do regime junto à sociedade. Através do voto popular, confere ao governo militar um ar de representatividade que ele realmente não tem e, como instrumento político presente em todo o território nacional, articula os diversos setores das classes dominantes que não participam dos anéis burocráticos. Esta questão é importante, pois a formulação original dos anéis burocráticos parte do pressuposto, correto, de que a ARENA não funciona como um partido clássico, e, por isso, a articulação política entre as frações da burguesia com o Estado se faria pela aliança com a burocracia nos referidos anéis (CARDOSO, 1973, p. 50-103). Nesta perspectiva, a existência do partido do governo fica inexplicada neste período e a própria permanência da representação política no interior do Estado burguês também. Ao contrário, consideramos que a manutenção da representação política é determinada pela necessidade das classes dominantes de manter um órgão de representação direta no interior do Estado (SAES, 1987, p.23).

Esta necessidade se explica não só porque as diversas frações das classes dominantes possuem uma participação desigual nos anéis burocráticos, mas também porque o bloco de poder no Brasil é baseado numa composição entre setores modernos e setores atrasados. Esta particularidade da formação social burguesa no Brasil transforma a representação política no interior do Estado burguês num elemento fundamental do pacto de poder que viabilizou a transformação capitalista do país. A existência da representação política durante o auge do autoritarismo não contradiz a autocracia burguesa e nem o caráter autoritário da institucionalidade, pois esta representação é limitada aos interesses e ao horizonte das classes dominantes e a possibilidade de as classes subalternas valerem-se dela para a satisfação dos seus interesses estratégicos foi nula neste período. Além disso, se configura numa posição de absoluta subordinação à esfera de representação burocrática. Conforme Fernandes (1987, p. 321-353), o Estado, oriundo deste processo, configura-se como um *Estado sincrético*, composto por *oligarquismo, militarismo e democratismo restrito*, pela combinação entre elementos paternalistas-tradicionais, métodos fascistas de institucionalização da violência e do terror — baseados na doutrina de segurança nacional — e mecanismos de democracia representativa — como partidos, eleições e legislativo.

Porém uma *democracia de cooptação*, que se limita à representação das classes dominantes e funciona como um instrumento transformista de acomodação entre elas. Na verdade, este Estado sincrético é uma espécie de compensação pelas *dissincronias* entre as facetas da modernização capitalista no Brasil (p.321-353).¹³

Portanto, consideramos que a representação política foi mantida neste período, porque ela complementa os anéis burocráticos como mecanismo de representação dos interesses dominantes no interior do Estado. Desse modo, a ARENA cumpre um papel importante, pois ela é o instrumento que media o acesso à representação política para as classes dominantes. E para as diversas frações das classes dominantes excluídas dos anéis burocráticos, em função do seu arcaísmo sócio-econômico ou da inexistência de alguma articulação corporativa específica, a ARENA funciona como único instrumento mediador de seus interesses junto ao Estado. É isto que explica sua presença na quase totalidade dos municípios brasileiros, neste período, e o peso determinante das cidades pequenas e médias, em comparação com as grandes cidades, no coeficiente eleitoral do partido (SOARES, 1984, p.27-37). Explica também a função importante que cumpre na reprodução de práticas políticas, como o clientelismo e o patrimonialismo, tanto em relação às classes dominantes, quanto em relação às classes subalternas (p. 27-37). O esvaziamento das funções dirigentes do Congresso e da ARENA no interior da ordem autoritária, favorece uma ação política orientada pelos interesses locais e regionais por parte dos parlamentares arenistas, chamados de verdadeiros “vereadores federais” (*Opinião*, 26/2/1973, p.3).

¹³ — Fernandes caracteriza este “Estado nacional sincrético” da seguinte maneira: “Sob certos aspectos, ele lembra o modelo ideal nuclear, como se fosse um Estado representativo, democrático e pluralista; sob outros aspectos, ele constitui a expressão acabada de uma oligarquia perfeita, que se objetiva tanto em termos paternalistas-tradicionais quanto em termos autoritários e modernos; por fim, vários aspectos traem a existência de formas de coação, de repressão e de opressão ou de institucionalização da violência e do terror, que são indisfarçavelmente fascistas. (...) Ele é, literalmente, um Estado autocrático e oligárquico. Preserva estruturas e funções democráticas, mas para os que monopolizam, simultaneamente, o poder econômico, o poder social e o poder político, e usam o Estado exatamente para criar e manter a dualidade intrínseca da ordem legal e política, graças à qual o que é oligarquia e opressão para a maioria submetida, é automaticamente democracia e liberdade para a minoria dominante” (1987, p.350). Em outro trabalho, Fernandes (1979) critica a teoria política de matriz liberal por esta abandonar o conceito de ditadura de classe em favor de uma distinção ambígua entre regimes democráticos, autoritários e totalitários —compreendidos dentro de uma cadeia evolutiva—, o que tornaria obscura a análise do Estado autocrático-burguês na “periferia do capitalismo”, e reafirma seu caráter *sincrético*. Segundo ele: “Esse Estado autocrático é também um Estado heterogêneo e possui pelo menos três faces salientes. A *democrática*, que aparece como contraparte necessária de uma oligarquia perfeita (...). A *autoritária*, que aparece como conexão inevitável de uma política econômica de linha dura (...). A *fascista*, que se implanta “dentro do Estado” e nasce de necessidades ultra-repressivas e da institucionalização da opressão sistemática” (p.43-44).

A composição do governo militar e da institucionalidade autoritária, com estas práticas políticas tradicionais, evidencia mais do que uma espécie de “esquecimento” da bandeira da anticorrupção. Evidencia a própria aliança entre terra e capital, vigente na formação social brasileira de forma hegemônica (MARTINS, 1994, p.19-92) e a subordinação política dos grandes proprietários de terra à grande burguesia monopolista, abandonando qualquer pretensão hegemônica no seio do bloco no poder após 1964 (SAES, 1985, p.151-194). No início dos anos 70, a presença da ARENA no espaço da representação política é massacrante: 21 dos 22 governadores (o único do MDB, Chagas Freitas, é confiável ao governo), 59 dos 66 senadores, 223 dos 310 deputados federais, três quartos dos deputados estaduais, 3.472 dos, aproximadamente, 4 mil prefeitos (*Opinião*, 27/11/1972, p.3). O voto vinculado, o crescimento dos votos brancos e nulos e a despolíticação das disputas eleitorais favorecem-na amplamente. Porém, mais do que mera consequência do sufocamento do conflito político, a supremacia da ARENA é produto da solidariedade entre classes dominantes e Estado neste período.

Já o MDB convive com uma debilidade tão intensa, que neste período o partido vive uma espécie de “crise existencial”, oriunda de sua captura pelo transformismo. Após a única vitória política conseguida desde sua fundação, no episódio Moreira Alves (1968), o MDB tem sua bancada federal amputada em 88 deputados pelo AI-5 (*Realidade*, junho/71, p.59-65) e tem rompida a tênue relação de legitimidade que começava a construir junto ao movimento de oposição. Seu caráter institucional se reforça em função de seu isolamento diante dos movimentos contra-hegemônicos que resistem à ofensiva repressiva. Nas eleições de 1970 (de senadores a vereadores), o MDB obteve apenas 30,5% dos votos para o Congresso (SOARES, 1984, p.35). Dos aproximadamente 500 prefeitos eleitos pelo MDB em 1970, já em 1972 mais de 300 tinham-se filiado na ARENA (*Opinião*, 27/11/1972, p.3). Nas eleições municipais de 1972, o partido apresentou candidatos só em metade das cidades onde haveria disputa (*Opinião*, 13/11/72, p.3), conseguindo eleger apenas 14% dos vereadores e 12% dos prefeitos. Isto explica também a fragilidade organizativa do partido em termos nacionais, pois ele era inexistente em inúmeras cidades, apesar de possuir melhor votação nos grandes centros urbanos (SOARES, 1984, p.31-37).

Estes resultados eleitorais confirmam a função legitimadora da institucionalidade autoritária exercida pelo partido, gerando uma contradição política com seus propósitos democráticos, que deu origem a diversas propostas de auto-extinção. Esta contradição divide o partido, em 1970, entre os chamados autênticos e moderados. Os

primeiros, que eram minoria, propunham uma ação oposicionista mais conseqüente, de enfrentamento político com o governo e de maior articulação com as classes subalternas. Neste grupo também atuavam as organizações da esquerda clandestina como o PCB. Já os moderados compunham a maioria e definiam-se por uma ação mais pragmática, quando não claramente adesista, diante do governo e da ARENA (*Opinião*, 29/1/1973, p.3). Para tais setores, a recusa a uma ação oposicionista mais radical significava a garantia da sobrevivência política, e também a preservação do espaço conquistado na sociedade política, instrumento fundamental para a reprodução de práticas clientelistas e patrimonialistas mediadas pelo partido. Deste modo, a práxis política dos setores majoritários do MDB não se diferenciava qualitativamente da práxis da ARENA.

Na verdade, ambos os partidos reproduzem o papel legitimador que a institucionalidade autoritária lhes reservou. Na sucessão de Médici, os setores moderados do MDB defenderam inicialmente a adesão ao candidato governista. Mais tarde, diante do desgaste dessa adesão, passaram a defender a abstenção, e só aceitaram a tese do candidato próprio, lançando a chapa Ulysses Guimarães/Barbosa Lima Sobrinho, quando a pressão das bases aumentou e o próprio governo militar incentivou o lançamento da candidatura, obviamente para revestir de legitimidade a eleição indireta do novo general-presidente (*Opinião*, 18/7/1973, p.5; 10/9/1973, p.3 e 10/12/1973, p.2). O compromisso dos moderados com os autênticos, que lançaram a tese da candidatura própria (chamada de anticandidatura), era renunciar à postulação às vésperas da eleição, para denunciar a ilegitimidade do processo eleitoral. Porém, o acordo foi rompido diante da recusa de Ulysses Guimarães, candidato a presidência da República pelo MDB, em retirar sua candidatura, medida por ele considerada “infantil e estéril”, conforme seu depoimento (GUTEMBERG, 1994, p.134). Nem mesmo os autênticos do MDB conseguem romper com os limites impostos pela institucionalidade autoritária, regida pelo cesarismo militar, sobre sua ação. Conforme o depoimento de um de seus principais representantes, o deputado federal Francisco Pinto, a idéia inicial dos autênticos era de lançar uma candidatura militar, como forma de sensibilizar as Forças Armadas para as propostas oposicionistas. Por falta de generais dispostos a assumir a candidatura oposicionista a idéia foi abandonada, porém isto evidencia o peso significativo do cesarismo militar na arena da disputa política, pois até mesmo os setores comprometidos com a sua abolição tinham que recorrer a ele para viabilizar suas estratégias (NADER, 1998, p. 175-177).

A consolidação da institucionalidade autoritária neste período — com a subordinação da representação política à representação burocrática no interior do Estado e com o controle político e repressivo da sociedade civil pelo bloco de poder — permitiu que emergisse no seu topo a direção política do governo militar e daquele que o encarna: o presidente da República. A capacidade de direção política do governo na arena da disputa política da ordem autoritária é a expressão mais acabada do cesarismo militar, neste período, e produto de uma teia de relações políticas e institucionais que concentrou no topo da esfera de representação burocrática o poder de decisão e o poder de proposição política. Esta teia é sustentada por relações sociais que estreitaram a solidariedade entre classes dominantes e Estado, através da exclusivização da arena política pelo horizonte histórico burguês. Este processo baseou-se num pacto entre as diversas frações das classes dominantes e destas com a burocracia civil e militar, baseado na exclusão dos interesses sociais e políticos das classes subalternas do raio de ação do Estado. Daí a reprodução da autocracia burguesa, que articulou organicamente a ordem institucional ao ritmo e à dinâmica da transformação capitalista em sua fase monopolista e dependente (FERNANDES, 1987, p.299-353).

O governo militar emerge como síntese deste pacto e o presidente da República como seu *condottieri*. Ao final da última etapa do processo de institucionalização da ordem autoritária, o governo militar detém o comando hierárquico da burocracia como um todo, e especificamente de sua fração militar, que extrapolou suas funções profissionais (repressivas) para assumir funções administrativas e até empresariais. Mas também detém o comando político de uma sociedade política, em que a esfera de representação burocrática subordinou a esfera de representação política, e de uma sociedade civil onde os aparelhos hegemônicos dependem do Estado e os aparelhos contra-hegemônicos estão amordaçados.

Esta situação permite que a sucessão presidencial, sempre tão problemática nas outras ocasiões, transcorra de modo estável sob a direção do governo e, dentro deste, do presidente da República. A partir de 1973, o próprio Médici e seus principais assessores na área política e militar iniciam as consultas políticas que levarão ao nome de Ernesto Geisel. A rotinização do processo sucessório já havia se estabelecido e foi capaz, até mesmo, de abortar propostas prorrogacionistas partidas de setores do próprio governo (CHAGAS, 1985, p.204-206). O nome de Geisel foi referendado primeiramente pelo próprio comando militar, a começar por Médici, solidificando a unidade do setor do governo que decidiria

em última instância. Segundo seu próprio depoimento, Geisel foi escolhido pelo compromisso assumido com o movimento de 1964 desde o seu início, pelas relações militares que estabeleceu quando foi chefe da Casa Militar de Castelo Branco, pelos serviços prestados ao regime, como juiz do Supremo Tribunal Militar e como presidente da Petrobrás (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.257-273). A carreira de Geisel é típica dos militares que extrapolaram suas funções profissionais e assumiram funções administrativas e empresariais após 1964. Também foi importante o respaldo recebido do irmão, general Orlando Geisel, ministro do Exército do governo Médici (CHAGAS, 1985, p.201-202). No entanto, a estabilidade do processo sucessório se deveu, em primeiro lugar, à composição militar estabelecida desde o início do governo Médici e vigente em toda a fase final da institucionalização da ordem autoritária. A metodologia adotada na sucessão expressa esta unidade e foi decisiva para evitar que ela se transformasse numa nova crise político-militar. Diversas interpretações deste período estabelecem uma clivagem política entre os governos de Médici e de Geisel, caracterizando a descontinuidade entre os dois períodos como produto da ascensão dos moderados em lugar dos linha-dura no governo militar (CHAGAS, 1985, SKIDMORE, 1985). Não pensamos assim. Ao contrário, entendemos que a ascensão de Geisel só foi possível graças à unidade militar, que, por sinal, se manterá intacta na primeira fase de seu governo. O próprio Geisel considera que sua ascensão seria impossível sem a concordância do próprio Médici (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p. 257-273). E esta unidade só foi possível porque vicejou no terreno da institucionalidade autoritária criada e consolidada.

Ao tomar posse em março de 1974 Geisel declara:

nada pretendemos inovar pelo mero desejo de mudança. (...) Estamos convencidos porém de que a própria continuidade depende da capacidade de mudança, em face das alterações sensíveis do quadro conjuntural interno e externo (*Opinião*, 25/3/1974, p.4).

A condução das mudanças sob o prisma da continuidade, democratização com manutenção da ordem social burguesa, só foi possível para Geisel porque ele herdou da institucionalidade autoritária a condição de *condottieri* dos donos do poder no Brasil.

CAP. 2 - A Etapa inicial da Transição: da emergência do Projeto Distensionista ao Pacote de Abril (1974-1977)

1 - O caráter da transição sob a *Distensão*

A etapa inicial da transição da Ditadura Militar à Nova República é demarcada temporalmente pelo início do Governo Geisel, em março de 1974, e pela edição do Pacote de Abril, em abril de 1977. Esta etapa dá início ao processo de transição da forma ditatorial à forma democrática do Estado burguês, porém sem que ocorra a desmontagem da

institucionalidade autoritária. Ela, ao contrário, é mantida e alguns de seus aspectos fundamentais, como o cesarismo militar, são reforçados. A novidade desta etapa, que configura o início da transição, é a dinamização dos mecanismos de representação política previstos pela própria institucionalidade autoritária, como as eleições parlamentares, os partidos e o poder legislativo.

A limitação da transição à simples dinamização da representação política, chamada pelo governo de *distensão*, é determinada pelo caráter da crise que se instala no bloco no poder. Esta crise se expressa pela ocorrência de fissuras entre as classes e as frações componentes do bloco no poder, a começar pelas frações vinculadas ao capital monopolista, e destas com o governo, definidas pelo acirramento das contradições do padrão de acumulação de capital. A partir do fim do chamado Milagre Brasileiro, este padrão começa a entrar em crise, aguçando a disputa pelo excedente econômico entre as diversas frações do capital, e estabelecendo sérios limites à intervenção do Estado na economia e à política econômica do governo. As dificuldades advindas da crise do padrão de acumulação se desenrolam por toda esta fase, convivendo, porém, com um último esforço *desenvolvimentista*¹⁴, desencadeado pelo governo, através do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e estabelecendo uma *acomodação conflituosa* entre os interesses das diversas frações do capital no interior do Estado. Esta acomodação é ineficaz para debelar a crise, e impede a superação do padrão de acumulação em crise por um novo padrão, o que dificulta a unidade das frações do bloco no poder, potencializando a perspectiva de uma crise de hegemonia.

Esta perspectiva polariza as iniciativas do Estado e das classes dominantes nesta etapa da transição, pois o estabelecimento de limites e das chamadas “salvaguardas” que evitam a eclosão de uma *crise de hegemonia* torna-se ao mesmo tempo o impulso e o limite da *distensão*. Daí a articulação entre as fissuras no bloco no poder e o padrão da transição nesta etapa. Estes dois elementos estão imbricados, pois, se por um lado, a ocorrência de contradições internas ao bloco no poder pressionavam o governo no sentido da transição, por outro, a perspectiva de que o conflito *intra muros* se desdobrasse numa

¹⁴ — Adotamos o conceito de *desenvolvimentismo* elaborado por Bielchowsky (1996, p.5-9). Conforme este autor, o desenvolvimentismo é a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico composto pela industrialização integral, como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento, baseada na ação planejada do Estado, que define e executa a expansão dos setores econômicos e investe nos setores onde a iniciativa privada é insuficiente. Apesar de elaborar o conceito para a análise do pensamento econômico no período histórico que vai de 1930 a 1964, consideramos que esta

crise de hegemonia, com a inevitável mobilização política das classes subalternas, determinou que as classes dominantes se contentassem em limitar a transição à direção do governo militar, reforçando o cesarismo e os aspectos transformistas (GRAMSCI, 1976, p.75-81) dos mecanismos de representação política. Daí a sua reativação política nos marcos da institucionalidade autoritária, e não sob uma nova institucionalidade de tipo democrático-liberal.

A compreensão de que a *distensão* foi mediada pela manutenção da *autocracia burguesa* (FERNANDES, 1987, p.289-366) impõe-se de imediato a partir desta realidade. Mais ainda, a *revolução passiva* (GRAMSCI, 1976, p.75-81) foi preservada como estratégia de mudança histórica, definindo o alcance e os limites da transição. As contradições intra-burguesas desencadearam novas *pressões dentro da ordem*, que foram absorvidas sob limites bastante estreitos, definidos pelo governo como “oposição” em contraste a “contestação”. Esta, expressão das *pressões contra a ordem*, foi estigmatizada ideologicamente pela histeria anticomunista e politicamente pela tentativa de excluí-la dos mecanismos de representação política reativados, através da repressão pura e simples e da vigilância sobre o comportamento do partido de oposição, o MDB. Deste modo, a representação política foi reativada para absorver, numa perspectiva *passivizadora*, a pluralização dos interesses burgueses, evitando que esta evoluísse para uma ruptura do bloco no poder, tendo como consequência a “contaminação” da arena da disputa política e até do Estado pelas demandas populares ou mesmo pelo “radicalismo burguês”, conforme os termos utilizados por Fernandes (1987, p.321-353).

Nesta perspectiva, a manutenção do cesarismo militar foi decisiva, funcionando como condição da acomodação entre as classes e frações burguesas na transição à democracia, pois ao mesmo tempo em que representava uma *reserva de poder*, sempre ativada quando necessário, conduzia a *distensão*, ditando-lhe o ritmo e o alcance. Para tal, a capacidade de direção política do bloco no poder, exercida pelos militares instalados no executivo federal e herdada do processo de institucionalização da ordem autoritária, foi reforçada e desenvolvida numa nova qualidade. Nesta nova conjuntura, o cesarismo militar não mais se justificava pela necessidade histórica de fundir autocracia burguesa e transformação capitalista, com vistas à consolidação do capitalismo monopolista, mas pela necessidade de preservar a autocracia burguesa numa situação em que o modelo de

orientação desenvolvimentista se aplica ao II PND, mesmo considerando as alterações ocorridas na correlação de forças políticas e sociais e nas suas consequências políticas e ideológicas.

desenvolvimento do capitalismo monopolista já havia desenvolvido suas potencialidades, convivia com dificuldades crescentes para se reproduzir, e suas contradições já se encontravam amadurecidas ao ponto do *solapamento da própria ordem* (FERNANDES, 1987, p.353-366). O projeto *distensionista* nasce no seio da própria cúpula dirigente do Estado, num momento em que as referidas contradições da ordem burguesa ainda não se manifestavam em toda a sua plenitude, mas já indicavam a envergadura da crise através de diversos sinais. A *distensão* conduzida pelo governo militar praticamente delimita o processo da transição nesta fase, orientando-se pela perspectiva da transferência das funções de *salvaguarda da ordem e do Estado*, para as outras instâncias da sociedade política, além do Executivo federal e das Forças Armadas.

Na verdade, este processo implicava que a representação política reativada também fosse capaz de conter o conflito político nos limites aceitáveis pela ordem burguesa, funcionando como um campo de disputa flexível para a acomodação dos conflitos interburgueses, porém relativamente impermeável às demandas das classes subalternas. Por isto, o caráter *institucional* dos partidos políticos é reforçado, paralelamente à sua dinamização como *canais de interlocução política* entre o Estado e o conjunto da sociedade. As eleições são valorizadas como instrumentos de legitimação da ordem política, e o próprio legislativo, principalmente o Congresso Nacional, resgata algumas de suas atribuições políticas.

No campo da esfera de representação burocrática, o poder Judiciário é chamado a assumir funções de *salvaguarda da ordem*, adquirindo atribuições punitivas regidas pelos princípios da segurança nacional, antes concentrados plenamente no Executivo e nas Forças Armadas. Segundo depoimento do ministro da Justiça, Armando Falcão, a proposta de “reforma do Judiciário”, feita pelo governo ao Congresso em 1977, e que suscitou o Pacote de Abril, vinha sendo estudada desde o início do mandato de Geisel e era parte do projeto distensionista (FALCÃO, 1989, p.324 e 364-368).

Portanto, a condução da transição pelo governo nesta etapa, com base no cesarismo militar e conforme o projeto distensionista, implicava no esvaziamento futuro do próprio cesarismo militar e no *desengajamento relativo* dos militares como grupo dirigente do Estado. Por isto, neste momento, o sucesso desta perspectiva exigia o reforço do próprio cesarismo militar e a intervenção política *corretora* do governo. O uso regular, pelo presidente da República, dos poderes que lhe eram atribuídos pelo AI-5, e o esforço, da cúpula do governo, em submeter o conjunto das Forças Armadas e dos aparelhos de

repressão à autoridade presidencial, são evidências desta perspectiva e das dificuldades que ela enfrentou. Comparado com os outros governos militares, o uso dos atos de exceção pelo governo Geisel foi mais regular, pois não ocorreu somente em momentos críticos — em que a ordem autoritária era ameaçada por grave crise política ou por ações consideradas “subversivas”, como nos anos de 1968/69 e no combate à esquerda armada — mas como uma espécie de medida administrativa corriqueira. O processo de reforço da hierarquia militar, relativamente relaxado nos anos de combate à esquerda armada, particularmente na área dos aparelhos de repressão, perpassa toda esta etapa, até desembocar numa ação sem precedentes, como a demissão do ministro do Exército, já na etapa posterior.

Por outro lado, o projeto distensionista não passava apenas pela reativação da representação política, mas também pela diminuição e até pela eliminação da repressão e da vigilância sobre os aparelhos hegemônicos da sociedade civil. Estes aparelhos tiveram um papel importante na consolidação de um *campo de interlocução* entre o governo, os mecanismos de representação política e as classes burguesas, que viabilizou a condução da transição nos marcos da *distensão* e cuja vitalidade determinou seu ritmo nas etapas seguintes. Além disso, nesta etapa, a emergência das classes subalternas à arena da disputa política é limitada e fundamentalmente mediada pelos próprios mecanismos da representação política reativada. O descontentamento popular se expressava quase que exclusivamente por meios de votações massivas, no partido de oposição, e através de um *movimento molecular*¹⁵ de construção e reconstrução de seus aparelhos de hegemonia. Somente na próxima etapa o *protesto popular* se manifestará em toda a sua plenitude, A ação das classes subalternas, no entanto, já carrega uma perspectiva contra-hegemônica. Na medida em que suas pressões por participação política e que seus aparelhos de hegemonia se constroem e reorganizam, com características fortemente auto-organizativas, sua ação configura uma perspectiva *antiautocrática*, que vai se revelando, paulatinamente, contraditória com a estratégia dominante de transição à democracia sob a preservação da autocracia burguesa.

¹⁵ — Usamos o termo *molecular* conforme o sentido que lhe foi atribuído por Gramsci (1976, p.77), ou seja, como modificações progressivas da composição precedente de forças (econômicas, sociais e/ou políticas), que se tornam matrizes de novas modificações. Consideramos que este tipo de movimento ocorre na construção e reconstrução dos aparelhos de hegemonia das classes subalternas, pois eles inicialmente se articulam em torno de demandas essencialmente econômico-corporativas (melhores salários e condições de trabalho, reivindicações por serviços urbanos, luta pela terra, entre outros), mas avançam progressivamente uma ação ético-política, vindo a agregar-se no movimento de oposição à ditadura numa perspectiva crescentemente “contestatária”.

Nesta etapa, no entanto, a crise do bloco no poder se manifestará como *crise conjuntural*¹⁶, limitada ainda à disputa inter-burguesa; por isso, as potencialidades contestatórias e *anticesaristas* originadas por suas fissuras puderam ser mantidas sob controle através de inúmeras ações corretoras e seletivas cujo ápice foi o Pacote de Abril, em abril de 1977.

O período iniciado com a ascensão de Geisel à presidência da República e terminado com a edição do Pacote de Abril configura, portanto, a primeira etapa do processo de transição encerrado em 1985 com o fim da Ditadura Militar. Esta etapa é marcada por um determinado padrão de relacionamento, entre Estado e classes dominantes, que definiu a arena política por onde se iniciou a transição à democracia burguesa. Em nossa grade temporal, esta etapa é dividida em três fases: a fase inicial da *distensão* se desdobra até as eleições legislativas de 1974; a segunda fase é marcada pela posse do novo Congresso e pelo auge da campanha antiestatista de setores da burguesia; e a terceira fase é definida pela crise política (e também militar, em certa medida) que desemboca no Pacote de Abril.

2 - As condições e os passos iniciais da *Distensão* (1974)

2.1 - As origens do projeto distensionista

O projeto distensionista começou a ser pensado pelo presidente Geisel e seus assessores mais próximos, ainda no segundo semestre de 1973, logo após sua indicação para a sucessão de Médici. Segundo seu depoimento, formavam sua equipe os generais

¹⁶ — Gramsci diferencia os movimentos orgânicos dos movimentos “de conjuntura” em sua análise das relações de força. Os movimentos “de conjuntura” não chegam a colocar em xeque a ordem social, apesar de poderem expressar movimentos orgânicos a longo prazo, limitando-se muito mais a aspectos “ocasionais” relacionados a interesses imediatos, que levam à crítica das “personalidades imediatamente responsáveis pelo poder”, mas não à “crítica histórico-social”. A crise conjuntural pode ser um momento de uma crise orgânica prolongada, na medida em que expressa os “esforços incessantes e perseverantes” das forças em luta, para organizar-se e resolver a crise em seu favor. Ou seja, a crise conjuntural limita-se à movimentação imediata e ocasional das forças antagônicas, cada qual procurando posicionar-se (guerra de posição) melhor na arena da disputa política, sem que isto desencadeie um processo de desagregação da ordem. Quando isto acontece, a crise conjuntural evolui para uma crise orgânica (ou crise de hegemonia) (GRAMSCI, 1976, p.45-46). Consideramos que as contradições interburguesas nesta etapa limitam-se a produzir o questionamento de aspectos da institucionalidade autoritária e da ação econômica do Estado, mas não o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista. Por isto, as iniciativas políticas das diversas frações do bloco no poder

Golbery do Couto e Silva, Moraes Rego e o capitão Heitor Aquino Ferreira, que já havia sido seu comandado na Petrobrás. Particularmente com Golbery do Couto e Silva é que a distensão começou a ser planejada, como uma meta de “normalização” do país, a ser cumprida ao longo do governo (D’ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.261-264). Além disso, durante o processo de montagem e composição do novo governo, Geisel e seus assessores desenvolveram um trabalho político intenso de contato com empresários e com entidades da sociedade civil, como a Igreja Católica, e fizeram uma verdadeira campanha eleitoral, percorrendo diversas regiões do país. De tal modo este trabalho político foi realizado, que mesmo antes da posse já se sabia das intenções distensionistas do novo governo (*Opinião*, 23/7/1973, p.3 e 10/12/1973, p.2). Este fato foi considerado por alguns analistas como uma evidência de que o projeto distensionista não foi produto de uma crise de hegemonia e nem derivação imediata da crise econômica, pois, quando foi pensado e começou a ser trabalhado politicamente, a chamada crise do Petróleo e o fim do Milagre Brasileiro ainda não haviam ocorrido. Ao contrário, a economia brasileira vivia ainda numa conjuntura plenamente expansiva. Daí as interpretações que limitam a origem e o motor da transição a uma demanda especificamente militar, motivada pela intenção de profissionalizar novamente as Forças Armadas após o auge da repressão (OLIVEIRA, 1990, p.44 e STEPAN, 1987,p.30). Ou ainda, aquelas que a derivam da sobrevivência das tradições democráticas e liberais das elites dirigentes do país, até mesmo dos militares, mesmo no auge do período repressivo (LAMOUNIER, 1988, p.83-134).

Consideramos que esta é uma perspectiva limitada, que restringe um processo fundamental para a manutenção da ordem burguesa no Brasil a demandas específicas de um dos grupos componentes do bloco no poder ou a compromissos ideológicos das classes dominantes com a democracia liberal que, na verdade, sempre foram instrumentais. Consideramos, ao contrário, que a gênese do projeto distensionista vincula-se a uma perspectiva de crise no bloco no poder, a partir de uma situação em que a consolidação do *modelo autocrático-burguês de transformação capitalista* foi possível graças ao estabelecimento do *cesarismo militar*, no interior da institucionalidade autoritária, e a um processo de expansão do Estado e de sua intervenção na economia jamais visto. Na verdade, nas condições do capitalismo dependente-associado e da institucionalidade autoritária, esta situação articula organicamente as questões econômica, política e militar

colocam-se no campo de mudanças previsto pelo projeto distensionista do governo e dirigido pelo cesarismo militar. Daí o caráter conjuntural da crise.

como uma só e mesma *questão da ordem social e do poder*. Abstrair disto uma questão militar por si mesma ou a vitalidade dos compromissos liberais independente de sua viabilidade como estratégia de poder é impossível. De fato, o desenvolvimento no capitalismo monopolista no Brasil associou de modo irremediável a questão do Estado à questão econômica (OLIVEIRA, 1984, p.104). Por outro lado, a dinâmica da distensão obedeceu ao processo de acirramento das contradições interburguesas durante esta etapa e às possibilidades de acomodação política entre as diversas classes e frações do bloco no poder. Este era o eixo central do projeto distensionista e, portanto, a questão militar insere-se nele como um de seus aspectos.

A emergência do projeto distensionista já na passagem do governo Médici para o governo Geisel, conseqüentemente, deve ser entendida como uma resposta da cúpula dirigente do Estado e do bloco no poder aos diversos sinais de que as contradições do modelo autocrático-burguês de transformação capitalista já estavam maduras e carregavam potencialidades instabilizadoras. Estes sinais não foram suficientes para instabilizar o processo de sucessão presidencial, que, como vimos, foi produto da consolidação do cesarismo militar, e nem para abalar a unidade política do bloco no poder neste momento. Mas, ao longo de toda esta etapa as contradições interburguesas se intensificam, afetando esta unidade e dando progressivamente à crise conjuntural do bloco no poder aspectos de uma crise de hegemonia. Esta evolução da crise, particularmente quando se evidencia a emergência de uma perspectiva popular contra-hegemônica e antiautocrática, na etapa posterior, confirma a justeza do projeto distensionista do governo como *estratégia de antecipação* adequada à manutenção da ordem social burguesa. Aliás, é esta capacidade de antecipação que sedimenta, no plano prático, a direção política do bloco no poder pelo governo militar, durante quase todo o processo de transição, preservando o cesarismo militar. Em 1975, Golbery do Couto e Silva anunciou secretamente aos deputados do MDB Thales Ramalho e Ulysses Guimarães, conforme relato de Luiz Gutemberg a partir de depoimento deste último, que o projeto distensionista do governo pretendia nada menos que a substituição do AI-5 por mecanismos legais que garantissem a “salvaguarda da ordem e do Estado”, o fim do bipartidarismo, com o surgimento de um sistema de partidos situado entre o conservadorismo, o liberalismo e a social-democracia, que excluísse os “radicais” de direita e de esquerda, e até mesmo a possibilidade da anistia política. A substituição do AI-5 pelas salvaguardas legais era compreendida por Golbery do Couto e Silva, e também por Geisel, como uma forma de desarmar a radicalização política que a

“legislação revolucionária” suscitava, ao mesmo tempo que restabeleceria a “normalidade” política no país sem deserdar o presidente do uso de “poderes excepcionais” para “ocasiões excepcionais” (GUTEMBERG, 1994, p. 145-151). Em conferência na Escola Superior de Guerra, em julho de 1980, sobre as razões da chamada “abertura política”, Golbery do Couto e Silva reafirma esta orientação:

Paradoxo estranho parece, sem dúvida, querer-se levar adiante uma liberalização democratizante desde o campo político, logo agora quando tão negativas são as condições vigorantes na área econômica. [Mas, completou] em realidade, não nos resta outra opção. Momentos muito mais favoráveis não foram, dantes, aproveitados (...). Além do que, as pressões contrárias, hoje fortes e quase insuportáveis, voltariam a acumular-se aceleradamente, pondo em risco a resistência de todo o sistema nessa enorme panela de pressão em que, como já teria sido assinalado em tempos passados, veio a transformar-se o organismo nacional, após década e meia de compressão (*Movimento*, 15/9/1980, p.7).

Em primeiro lugar, já vimos que as contradições do padrão de acumulação de capital, consolidado com o Milagre Brasileiro, se manifestavam através do acirramento da disputa intercapitalista, pelo excedente econômico, e de uma forte pressão deficitária sobre as balanças comercial e de serviços, com conseqüências decisivas para a continuidade do processo expansivo. Já em meados de 1973, Singer faz uma análise das contradições do Milagre, localizando sérios desequilíbrios no processo de crescimento econômico, pois a importância da importação de capitais, tecnologia e produtos para a continuidade da expansão criava graves pontos de estrangulamento na economia, particularmente na relação entre os departamentos industriais e na escassez de matérias-primas essenciais. A ocorrência destes pontos era mascarada, pois o controle de preços pelo governo reprimia uma forte pressão inflacionária, gerada pela escassez de produtos e matérias-primas e pela própria “importação da inflação” vigente no mercado internacional (SINGER, 1982, p.5-22). As críticas do empresariado à política antiinflacionária do governo e à intervenção estatal não demoraram a ocorrer — particularmente o controle de preços, as restrições à exportação dos produtos escassos e a limitação à obtenção de novos empréstimos externos foram atacados publicamente na grande imprensa (principalmente no Jornal *O Estado de São Paulo*) — gerando uma resposta pública do próprio presidente (*Opinião*, 9/11/1973, p.8). Meses antes, o ministro da Agricultura, Cirne Lima, renuncia, acusando o ministério da Fazenda de privilegiar a indústria “enquanto o povo estava faminto”, e indicando as divergências de setores da grande propriedade rural, produtores de alimentos, com a

política econômica do governo (KUCINSKI, 1982, p.15). Deste modo, a crise do petróleo só fez agravar uma situação de desequilíbrio que já dificultava a continuidade da expansão anteriormente.

A crise do Milagre Brasileiro ocorre como crise de acumulação, na medida em que, conforme Mantega e Moraes (1979, p.51-82), a inundação de dólares cessa após a crise do petróleo de 1973, e a relação deficitária da balança de pagamentos dificulta progressivamente a capacidade de financiamento do Estado. Além disso, no cenário internacional, desaparecem os termos favoráveis de troca para os produtos de exportação brasileiros, pressionando deficitariamente a balança comercial mais ainda. Esta conjuntura abre uma “guerra de preços” entre as diversas frações do capital, impulsionando a corrida inflacionária e acelerando a disputa intercapitalista. Por sua vez, esta disputa solapa a solidariedade de classe entre as diversas frações do capital e seu Estado, gerando rachaduras no bloco no poder e fundindo dialeticamente a crise econômica a uma crise política (p.51-82). O papel estratégico assumido pelo setor público e pelas empresas estatais na expansão monopolista do período do Milagre faz com que a crise econômica se desdobre numa crise de Estado também (OLIVEIRA, 1984, p.104), aguçando as contradições entre o governo autoritário e a burguesia e definindo o campo político por onde se operou o projeto de transição em sua primeira etapa. Mais do que isto, a crise do Milagre também definiu os limites e as possibilidades das alternativas econômicas no período de crise.

Antes mesmo da posse do novo governo e logo após a indicação de Geisel, os dois temas que orientaram a edição de 1973 do “Quem é Quem na Economia Brasileira”, edição especial da revista *Visão* (ago.1973, v.43, n.6), foram o avanço da estatização e o “renascimento do nacionalismo”. O primeiro tema foi tratado no “Fórum dos Homens de Visão”, deste número (p.13-36), que debateu o modelo brasileiro de desenvolvimento, envolvendo empresários, economistas e tecnocratas, que ocuparam ou ocupam funções no governo. No debate, sobressaíram-se as preocupações com a possibilidade de desenvolvimento de um “capitalismo de Estado” no Brasil, devido ao avanço da estatização. Apesar de alguns entrevistados considerarem remota esta possibilidade, houve unanimidade quanto à função submissa que a intervenção do Estado deve assumir como “alavanca” da acumulação privada, pois, segundo eles, o estatismo não deve impedir o pleno desenvolvimento da livre empresa, considerada o fundamento da democracia. Além disso, consideraram o estatismo antagônico à perspectiva da “Revolução de 1964”

(conforme apresentação da revista, participaram do “Fórum” os empresários Augusto Trajano de Azevedo Antunes, Giordano Romi e Jorge de Souza Rezende; os engenheiros Glycon de Paiva e Lucas Lopes; os economistas Daniel Faraco, Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto de Oliveira Campos e o administrador Nestor Jost, presidente do Banco do Brasil).

O segundo tema foi assunto de um longo artigo chamado “O renascimento do nacionalismo” (*Visão*, ago.1973, v. 43, n.6, p. 73-84), que se iniciava levantando as preocupações com a possibilidade de a política dita “nacionalista” do governo militar reverter o modelo econômico vigente desde 1964, de aproximação com o capital externo. Segundo o artigo, o “nacionalismo conservador”, já em voga no Brasil e com tendência previsível de crescimento devido às necessidades do “Sistema” de alargar suas bases de sustentação e lealdade, gerava inquietação e perplexidade, pois feria os princípios originais da “Revolução”. Em sua intenção de sufocar o “nacionalismo popular”, anticolonialista e anticapitalista, o “nacionalismo conservador” convivia com uma contradição entre a retórica liberal do governo militar e a intervenção reguladora do Estado. Esta última se manifesta no crescimento “determinista” do estatismo — pois o estatismo não é uma opção convicta do governo — e no poder de indução sobre o setor privado, exercido pelo governo, em função da centralização da tomada de decisões (o artigo chega a dizer que os empresários são meros “gerentes” da política econômica do governo). Neste ponto, o artigo avança para a crítica de uma proposta tida como “nacionalista conservadora”, feita por Mário Henrique Simonsen (economista renomado e futuro ministro da Fazenda), numa verdadeira antecipação das críticas que seriam dirigidas posteriormente ao II PND. Segundo o artigo, a proposta de Simonsen, de fortalecimento do capital privado nacional, para evitar que este seja absorvido pelo setor público e pelo peso do capital externo, é inviável, pois além de reforçar uma perspectiva nacionalista de Estado ainda acarretaria a necessidade de ampliação da participação política popular e de liberalização política, para garantir base social ao projeto. Ambas as conseqüências eram indesejáveis, pois numa economia capitalista, como a brasileira, a interdependência tecnológica era inevitável, de modo que o estatismo decorrente seria prejudicial ao próprio desenvolvimento econômico. Por outro lado, a participação popular poderia forçar o “nacionalismo conservador” a evoluir para uma posição popular e “socializante”, principalmente a partir da viabilização da pequena e da média empresa. Deste modo, o nacionalismo, mesmo o conservador, é inviável para o capitalismo brasileiro — conclui o artigo.

Na conjuntura pré-posses, a escolha e o tratamento dados a esta temática por uma revista como *Visão*, são expressivos das preocupações que afligiam parte substantiva das diversas frações burguesas, particularmente aquelas vinculadas ao capital monopolista. *Visão* era uma publicação de circulação nacional, cujo “Quem é Quem” era uma verdadeira referência na área do jornalismo econômico e da pesquisa estatística sobre a economia brasileira. Naquele momento, a referida edição funcionava como uma espécie de “recado” das frações do capital mais comprometidas com o padrão de acumulação (o grande capital monopolista localizado na indústria e no sistema financeiro) ao novo governo, tanto no que tange às relações entre Estado e economia, quanto no que diz respeito aos limites da chamada “liberalização política”. Buscando legitimidade para sua candidatura, e num esforço para debelar prováveis desconfianças em torno de si e de sua equipe ministerial, durante sua movimentação como candidato do governo, Geisel insistiu em rebater as críticas de que teve uma postura estatizante na Petrobrás, afirmando que se ateu aos limites do que a lei estabelecia como atividades do Estado (*Opinião*, 23/7/1973, p.3).

Na verdade, toda esta movimentação é indicativa de que o projeto distensionista emergiu num ambiente conflituoso no terreno das relações entre Estado e classes dominantes, determinado pelas próprias contradições do padrão de acumulação e criador de expectativas preocupantes sobre o novo governo. O próprio trabalho de diálogo e convencimento político, desenvolvido por Geisel e seus assessores no longo período entre a indicação e a posse, é indicativo de que o novo governo não receberia solidariedade automática do bloco no poder. Além disso, há que se considerar que a derrota da esquerda armada, quase absoluta em 1973 — ainda restava a Guerrilha do Araguaia — (GORENDER, 1987, p.198-214), deslocava a ação repressiva como centro da legitimidade do cesarismo militar para alguns setores não-hegemônicos do bloco no poder, que se *integraram passivamente* à institucionalidade autoritária, com base nos ganhos econômicos da fase do Milagre e na chantagem militarista do combate à subversão. Setores expressivos do médio capital industrial e da média propriedade agrícola, por exemplo, não só alimentam dissensões com o caráter antinacional e pró-monopolista da política do governo militar, como apoiarão, posteriormente o partido da oposição consentida (MDB) e outros instrumentos oposicionistas nesta etapa da transição (SAES, 1985, p.217-218).

Toda esta problemática recoloca a questão militar no projeto distensionista do governo Geisel. Em primeiro lugar, há uma demanda especificamente militar, corporativa, informando a perspectiva distensionista, que é o controle do aparato repressivo e o

tratamento da chamada “guerra interna” com outros mecanismos. Como vimos, durante o governo Médici, o processo de nacionalização da repressão determinou a expansão e pluralização do aparato repressivo e de informações. Neste processo, a duplicidade de comandos, a superposição de funções e a falta de coordenação tornaram-se sérios problemas, que recolocaram na agenda militar a necessidade de re-hierarquizar as Forças Armadas. A autonomia do aparato repressivo e de informações, diante da cadeia de comando tradicional, tornava-se um grave problema dentro da institucionalidade autoritária regida pelo cesarismo militar. Durante o combate à esquerda armada, a ação repressiva do governo tornava-se fonte de legitimidade deste, junto ao bloco no poder em seu conjunto. Derrotada a esquerda armada, porém, a continuidade da repressão funcionava como mecanismo de deslegitimação. Além disso, esta autonomia conferia ao aparato repressivo e de informações uma força política própria, capaz de disseminar dissensões militares e de instabilizar o processo decisório concentrado na alta cúpula das Forças Armadas e no governo militar. Esta situação entrava em contradição com o próprio cesarismo militar, pois uma das condições de sua consolidação foi o restabelecimento da hierarquia e da unidade no campo militar. Portanto, do ponto de vista corporativo, o projeto distensionista do governo Geisel reforça o cesarismo militar, submetendo o aparato repressivo e de informações, e mesmo a alta cúpula militar, à direção política e militar do presidente da República. Durante o governo Geisel, houve um processo de autonomização da presidência em relação ao Alto Comando das Forças Armadas. Em ocasiões decisivas, como a demissão do comandante do II Exército e a escolha do sucessor, Geisel não consultou o Alto Comando para respaldar suas ações (STEPAN, 1987, p.54). Além disso, paralelamente, ocorre um processo de esvaziamento do Ministério do Exército, como núcleo do poder militar, em benefício da presidência (OLIVEIRA, 1994, p.91).

Em segundo lugar, esta demanda corporativa combina-se com uma perspectiva mais ampla, que é a canalização do conflito político, agora já substancialmente *saneado* de sua dimensão “subversiva” e contra-hegemônica, para os mecanismos de representação política. Esta perspectiva é diretamente informada pela movimentação das frações burguesas, nesta conjuntura, e visa a ampliação dos seus canais de participação direta no Estado, através dos partidos, das eleições e do legislativo. Deste modo, o conflito político precisa ser desmilitarizado, a distância entre “oposição” e “contestação” precisa ser ampliada com a canalização institucional das *pressões dentro da ordem*, para que não se desdobrem em *pressões contra a ordem* e na eclosão de uma crise de hegemonia. Por isto,

a autonomia do aparelho repressivo e de informações precisa ser sustada, com a *politização* dos militares limitando-se à alta cúpula, encarnada na figura do general-presidente, e o *profissionalismo* nas Forças Armadas deve ser resgatado e com ele todo um elenco de *soluções técnicas* e de decisões políticas legitimadas hierarquicamente. Conforme esta orientação, já no início do governo (em julho de 1974), o Ministério do Exército recomendava que os pronunciamentos militares só seriam admitidos nas transmissões de comando e chefia dos postos mais importantes do Exército e, ainda assim, limitados a assuntos profissionais (*Visão*, 22/07/1974, p.16). Nos dias seguintes, um tenente-coronel foi punido com a reforma, por ter protestado publicamente contra a indicação de Aureliano Chaves para o governo de Minas Gerais (p.16). Além disso, esta perspectiva também determinou o veto à indicação de oficiais do Exército sem vida política anterior nas sucessões estaduais, numa clara intenção de *desmobilizar* os militares de participação na representação política o máximo possível (*Opinião*, 26/6/1974, p. 3).

Deste modo, o cesarismo militar busca outro centro de legitimação, não mais o sufocamento repressivo do conflito político, mas o seu controle nos marcos da manutenção da ordem. Consideramos que o reforço do cesarismo militar, sob o governo Geisel, se deveu justamente à sua capacidade de dirigir a arena da disputa política, de mantê-la sob controle e de demonstrar sua força por meio de atitudes discricionárias metodicamente calculadas. Na questão militar, em especial, a supremacia do presidente sobre a autoridade do Ministro do Exército, consolidada com a demissão deste último, indica claramente esta capacidade.

No entanto, os propósitos do projeto distensionista para a questão militar não são evidenciados logo de início, até porque o combate à esquerda armada não estava de todo encerrado, pois a Guerrilha do Araguaia, desencadeada pelo PC do B no Pará, ainda estava sendo combatida. Ao contrário, na esfera militar, o Governo Geisel apresenta um caráter de composição entre duros e moderados, repetindo a conciliação já havida no Governo Médici. Além de incorporar membros eminentes do governo anterior em sua equipe, como o general João Figueiredo, que passa da Casa Militar para a chefia do SNI, e o brigadeiro Araripe Macedo, que permanece no Ministério da Aeronáutica, também participam do novo ministério militares vinculados à ação repressiva ou tidos como duros. Nesta situação, encontram-se os generais Adalberto Pereira dos Santos, Dale Coutinho e Hugo Abreu.

O primeiro, foi indicado para a vice presidência pelo próprio Médici (CHAGAS, 1986, p.218), além de ser considerado o sucessor ideal, caso o combate à subversão ainda fosse um problema grave, segundo depoimento de Geisel (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p. 258). Dale Coutinho, indicado para o Ministério do Exército, tinha sido organizador da chamada “Operação Bandeirantes” (OBAN), em São Paulo, e era tido como “radical” pelo próprio Geisel, que o escolheu pelas relações pessoais que havia entre ambos e por contar com sua adesão posterior ao projeto distensionista (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.268). Já Hugo Abreu, que comandou a Brigada Pára-quedista no combate à Guerrilha do Araguaia, foi indicado para a chefia da Casa Militar, em substituição ao general Dilermando Monteiro, militar de confiança de Geisel que se acidentou antes da posse. Segundo Geisel, a troca na Casa Militar se baseou num critério “técnico”, pois Abreu foi indicado por suas qualidades profissionais (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p. 268). O mesmo critério determinou a indicação do general Sílvio Frota, em maio de 1974, em substituição a Dale Coutinho no Ministério do Exército, que havia falecido. Sílvio Frota havia comandado o I Exército, durante o auge da repressão, e assumiu o Ministério do Exército, por ser o chefe do Estado Maior do Exército, o que o tornava o substituto imediato do ministro. Há uma discussão sobre os compromissos de Frota com a linha-dura, durante seu comando no I Exército. Diversos militares e estudiosos destacam a sua atuação no sentido de coibir a tortura e os excessos cometidos contra os presos políticos em sua área de comando, como evidência de que ele só se tornou um duro posteriormente. No entanto, consideramos que este não é um critério plausível, pois o próprio Geisel, inegavelmente um moderado, admite o uso da tortura “para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior” (p.225). Na verdade, Frota exerceu funções importantes no aparato repressivo e de informações, como a presidência da Comissão de Investigações Sumárias do Exército e o próprio comando do I Exército a partir de 1971, além de manter estreitas ligações com notórios duros, como o general Adyr Fiúza de Castro, um dos criadores do CIE, que foi seu auxiliar direto nessas duas atividades, segundo seu próprio depoimento (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994, p.57). Além disso, Geisel afirma que sua confiança de que Dale Coutinho aceitaria prontamente e cumpriria suas idéias não se estendia a Frota (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.271).

Além da composição entre duros e moderados no novo governo, havia a preocupação de evitar qualquer tipo de desgaste com o governo que saía e de assegurar o máximo de continuidade, mantendo a unidade militar. Geisel afirma que escolheu

Figueiredo para a chefia do SNI para evitar que o órgão vasculhasse os problemas do governo anterior, criando “caso” e “focacas” em torno deles, conforme expressões do próprio Geisel, pois tendo sido ele membro do mesmo, sabia exatamente o que tinha acontecido (p. 272).

Deste modo, podemos afirmar que durante quase toda esta etapa do processo de transição, a unidade militar não será rompida drasticamente. A orientação distensionista do governo nesta questão se baseará no reforço da autoridade presidencial sobre o conjunto das Forças Armadas. Este se dará de modo paulatino, com um processo chamado de “geiselização” dos comandos militares (principalmente dos comandos de segunda linha, exercido pelos generais de brigada, em contraponto aos comandantes de exército) e de consolidação da ascendência do presidente da República sobre o ministro do Exército (OLIVEIRA, 1994, p.91). Geisel usará suas prerrogativas de comandante hierárquico das Forças Armadas para definir os ocupantes dos postos de comando conforme sua preferência, porém obedecendo aos critérios legais de rotatividade dos comandantes. Deste modo, haverá militares de confiança de Geisel e de seus assessores diretos no comando do I Exército, como o general Reynaldo de Melo Almeida (D’ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.226), na subchefia de gabinete do Ministério do Exército, com o general Octávio Costa (D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1995, p.105-107) e no CIE, com Confúcio de Paula Avelino. Segundo o próprio general Costa, a escolha de Avelino de Paula foi influenciada pelo general Figueiredo (chefe do SNI) e mantida por Geisel após a ascensão de Frola, como uma forma de manter o serviço de informações do Exército sob controle.

Mais tarde, este procedimento será adotado para desmontar o chamado “dispositivo frotista”, particularmente após os problemas havidos na área do II Exército. Esta estratégia confere legitimidade à ação presidencial e impede que os descontentamentos gerados aflorem através de dissensões e disputas abertas, até mesmo as contradições com o ministro do Exército, que ficam submetidas à disciplina hierárquica. O desmonte do aparato repressivo fica vinculado à ação direta dos respectivos comandantes, mediando o enfrentamento entre os duros e o governo. Esta mediação só será rompida no episódio da demissão do comandante do II Exército, em janeiro de 1976, e de modo definitivo na demissão do próprio ministro do Exército, em outubro do ano seguinte. Por outro lado, isto não impede que entre 1973 e 1974 ocorra a maior parte dos “desaparecimentos” de presos políticos (STEPAN, 1987, p.51) e que o próprio governo desencadeie uma nova onda repressiva durante o ano de 1975, tendo por alvo principal o

PCB. Portanto, o processo de fissura definitiva entre duros e moderados demorará mais algum tempo, para explodir numa crise militar que pusesse a distensão em perigo.

A formação do restante do governo também caracterizou-se por uma composição do bloco no poder, particularmente na área econômica. Nesta área, havia desde um representante da indústria nacional com opiniões fortemente nacionalistas, como Severo Gomes (ministro da Indústria e Comércio), até um economista renomado, como Mário Henrique Simonsen (ministro da Fazenda), com posições mais conciliadoras frente ao capital externo, passando por um remanescente da equipe ministerial da fase do Milagre, como Reis Veloso (continuou no Ministério do Planejamento). Na área propriamente política, se por um lado foi dado um papel de destaque na condução política da distensão a um “civil linha-dura”, como Armando Falcão (ministro da Justiça), por outro, políticos arenistas de postura mais independente tiveram participação no ministério, como Nei Braga na Educação e Arnaldo Prieto no Trabalho, e nas articulações do governo com o Congresso, como Petrônio Portella e Célio Borja (*Opinião*, 26/08/1974, p.3-4).

Outro ponto importante na configuração do projeto distensionista do governo Geisel foi o papel imaginado para os aparelhos hegemônicos da sociedade civil. Já antes da posse, Golbery do Couto e Silva teve conversas importantes, sobre os propósitos distensionistas do governo, com membros da cúpula da Igreja Católica, representativos tanto de seus setores mais conservadores, como o cardeal Brandão Vilela, quanto dos setores progressistas, como o cardeal Evaristo Arns (*Opinião*, 22/7/1974, p.5). Contatos importantes também ocorreram com setores da grande imprensa, procurando sensibilizá-los para a perspectiva da distensão, até mesmo com a promessa de fim da censura prévia. Armando Falcão relata um encontro, organizado por ele, entre o general Golbery do Couto e Silva e jornalistas ligados aos principais órgãos de imprensa, antes mesmo da posse do novo governo (FALCÃO, 1989, p.333-334). Um passo importante neste sentido foi a transferência, de fato, da responsabilidade pela censura da área militar para o Ministério da Justiça. Segundo Falcão, dois militares ligados ao Ministério do Exército conferiam diariamente o trabalho da censura, além de inúmeras outras interferências externas, numa evidência do tratamento *militar* dado à questão. Com o controle direto da censura, pelo Ministério da Justiça, o aparato de repressão e de informações perde uma área de ação importante, apesar de não perder o poder de pressão. Este ficou evidente quando Falcão recuou da liberdade que havia dado à revista *Veja*, no início do governo, devido à pressões de setores militares ofendidos por uma charge publicada (FALCÃO, 1989, p.372-373).

Porém, apesar deste revés, a censura prévia vai sendo paulatinamente suspensa da grande imprensa, a começar pelo jornal *O Estado de São Paulo* em fevereiro de 1975. Enquanto isto, os jornais da chamada imprensa alternativa, que tinham uma postura crítica diante do governo e alinhavam-se com a perspectiva da oposição popular, como *Opinião*, *Movimento* e outros, não só não terão a censura abrandada, como sofrerão a apreensão de diversas edições durante quase todo o governo Geisel. A partir de meados de 1977, se tornarão o alvo preferido da ação terrorista de setores de linha-dura, com os atentados às bancas de jornais (KUCINSKI, 1991, p.119-120).

Na verdade, o governo pretendia que a Igreja e a grande imprensa funcionassem como instrumentos auxiliares no combate à linha-dura, pois as denúncias dos crimes contra os direitos humanos e sua divulgação pública serviriam para frear os excessos repressivos (STEPAN, 1987, p.48-49). A postura favorável de ambas à proposta da distensão conferiu-lhe maior legitimidade e abriu um campo de interlocução importante na condução da transição nesta etapa. Além disso, sua ação, particularmente da Igreja, por meio das Comissões de Justiça e Paz, deu cobertura à busca de informações, sobre os “desaparecidos” e sobre os presos políticos, e ao fortalecimento das reivindicações pela anistia política e pelo pleno restabelecimento dos direitos civis e jurídicos. Este movimento agregava socialmente setores da classe média urbana (tradicionalistas e baixos) e do próprio proletariado urbano, e entidades como a OAB e o CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia), além de ter desdobramentos na imprensa com a publicação de artigos e protestos. Em agosto de 1974, a OAB realiza a V Conferência Nacional dos Advogados. Denúncias de irregularidades no tratamento dos presos políticos e a defesa da criação de um Conselho de Defesa dos Direitos Humanos tornam-se seus temas principais (*Opinião*, 28/8/1974, p.4). Neste mesmo mês, o cardeal Evaristo Arns encaminha ao General Golbery do Couto e Silva um pedido de esclarecimento sobre o paradeiro de 22 “desaparecidos”, forçando o governo a cumprir os compromissos assumidos. No entanto, a postura do governo é mais cautelosa, pois a versão oficial sobre o paradeiro dos “desaparecidos”, divulgada em fevereiro do ano seguinte, é uma reprodução dos relatórios dados pelos próprios órgãos repressivos (KUCINSKI, 1982, p. 44-46). Esta postura do governo expressa sua estratégia de enfrentar a linha-dura, através da manutenção da unidade militar e do reforço do presidente como seu guardião e comandante supremo, o que não deixa de gerar contradições com este movimento, na medida em que a lógica gradualista do governo se choca com suas demandas imediatas. Não é de se estranhar que este movimento tenha

maior identidade e aproximação com o partido de oposição, fortalecendo-o como instrumento de manifestação das pressões dentro da ordem e unindo-se a ele na direção do movimento de oposição, numa perspectiva *liberal e anticesarista*.

Nos primeiros meses do novo governo, o projeto distensionista vai sendo operacionalizado, tendo por eixo central a reativação da representação política. Neste plano, as eleições legislativas de 1974 e a indicação de novos governadores de Estado são a grande referência, determinando as ações do governo. Em primeiro lugar, o governo procura estreitar relações com a ARENA, fortalecendo-a como *partido institucional*, como instrumento de conquista de legitimidade junto à sociedade e de articulação com o bloco no poder. Neste sentido, o governo não só transfere para a ARENA maior responsabilidade política, estabelecendo uma mecânica de consulta ao partido e aos líderes do governo no Congresso para a aprovação de projetos do seu interesse (*Visão*, 8/7/1974, p.19-20), como procura convencê-la da justeza do projeto distensionista. Por outro lado, o processo de escolha dos novos governadores foi controlado diretamente pelo governo federal, através do trabalho de articulação política realizado pelo senador Petrônio Portella, mostrando que a autonomia do partido ainda era bastante limitada. Segundo Geisel, o senador tornou-se seu verdadeiro porta-voz no Congresso e na Arena, desde o início do governo (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.273). Sua missão era evitar que a disputa pela indicação ao governo estadual esgarçasse as relações internas na ARENA nos diversos estados, buscando uma composição entre suas diversas correntes. Porém, nota-se uma orientação política definida pela indicação de políticos arenistas identificados com a perspectiva distensionista. Esta orientação prevaleceu, mesmo quando a disputa interna na ARENA sugeria uma solução mais conciliadora, como no caso da indicação de Paulo Egydio Martins ao governo de São Paulo, à revelia dos setores que apoiavam a candidatura de Delfim Neto, este bastante identificado com o governo Médici (*Opinião*, 8/4/1974, p.3). Aureliano Chaves, em Minas Gerais, e Moura Cavalcanti, em Pernambuco, são outros exemplos de arenistas escolhidos para assumir os governos de seus estados por sua identificação com o projeto distensionista (*Visão*, 8/7/1974, p. 21-24).

2.2 - A reativação da representação política e o projeto distensionista

Após o início do governo, o primeiro pronunciamento de Geisel sobre o projeto de distensão se deu num encontro com o partido, em agosto de 1974. As possibilidades e os

limites da distensão foram estabelecidos com clareza, particularmente em resposta a um intenso debate político sobre os rumos da transição que mobilizou a conferência da OAB, o encontro nacional da SBPC e um seminário sobre “Legislativo e democracia” realizado na Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro, reunindo políticos e intelectuais (*Visão*, 9/9/1974, p.19-20). Em primeiro lugar, Geisel destacou a firmeza do governo na direção política do processo distensionista. Segundo ele,

[o governo] não aceita, nem poderia admitir jamais pressões indevidas e campanhas reivindicatórias de indivíduos ou de grupos quaisquer que, sob variados pretextos (...) pretendem forçar mudanças e revisões inconvenientes, prematuras ou imprudentes, do quadro político nacional. (...) Tais pressões [sobre a opinião pública] servirão apenas para provocar contrapressões de igual ou maior intensidade. [E ainda que, não pretendia abrir mão dos] instrumentos excepcionais de que o governo se acha armado para a manutenção da atmosfera de segurança e ordem.[Em segundo lugar, reforçou a estratégia adotada frente à “linha dura” militar quando afirmou que para evitar crimes contra os direitos humanos] os órgãos de segurança continuarão atuantes, no combate perseverante, rigoroso, mas sem excessos condenáveis, duro porém sem violências inúteis, pois lhes compete agir para a salvaguarda das instituições e da ordem pública (*Opinião*, 2/9/1974, p.3).

Por fim, definiu o papel dos partidos e do processo eleitoral na reativação da representação política. Segundo ele, a criação de mais partidos ou a instituição do partido único seriam fatos nefastos para o país. Ao contrário, os dois partidos existentes devem ser instrumentos

exclusivos na participação do povo na organização do poder e como responsáveis pela continuidade do sistema representativo. [Para tal] impõe-se dotá-los de capilaridade suficiente para que sua mensagem seja capaz de chegar até as menores e mais distantes unidades administrativas e possam eles captar, com fidelidade, as reais aspirações da população brasileira. [Como] “chefe político da Aliança Renovadora Nacional” [Geisel destacou que a ARENA deve ser o] suporte político da Revolução, [sua vitória em 1974 significaria] a aprovação popular aos postulados básicos que enformam os governos revolucionários (*Opinião*, 2/9/1974, p.3).

Estas considerações indicam claramente o papel desempenhado pela reativação da representação política no projeto de distensão imaginado pelo governo. Em síntese, os partidos e as eleições funcionam como mecanismos exclusivos de canalização do conflito político. Qualquer outro mecanismo de articulação e mobilização política é reputado como “pressão inconveniente” e nocivo à manutenção da ordem, contra o qual cabem as devidas

“contrapressões”. Esta perspectiva também fica clara na já citada conferência de Golbery do Couto e Silva na ESG sobre as razões da distensão. Segundo ele, para levar a *abertura* adiante eram precisos partidos que esvaziassem “instituições não políticas que haviam extravasado de sua área operacional [como], as associações culturais leigas, sindicatos e a Igreja”(Movimento, 15/9/1980, p. 7). Nestas condições, a reativação da representação política, conforme o projeto distensionista do governo, não rompe com a institucionalidade da ordem política autoritária; apenas dinamiza os instrumentos de mobilização e de legitimação política já previstos. A representação burocrática, particularmente a de matriz militar, mantém sua supremacia no interior da sociedade política, transferindo, porém, responsabilidades, no tocante às tarefas da manutenção da ordem. Esta mudança é diretamente determinada pelas contradições interburguesas no seio do bloco no poder, que pressiona a ordem autoritária para o reforço da representação *direta* das diversas classes e frações dominantes no interior do Estado (SAES, 1987, p.52-54), porém, *paralelamente* à sua representação por meio dos *anéis burocráticos*.

No entanto, este processo funciona também no sentido de *passivizar* os conflitos interburgueses, pois ao mesmo tempo cria canais suficientemente flexíveis para absorver as variadas demandas burguesas, porém fortemente exclusivizados por elas. Isto evitaria que esses canais funcionassem como uma caixa de ressonância das demandas das classes subalternas e, particularmente, que permitissem alianças verticais — de alto a baixo — capazes de alterar correlação de forças políticas ao ponto da ruptura institucional, preservando a *autocracia burguesa*, ainda que sob uma forma democrática de Estado burguês. Assim, voltamos à formulação de Fernandes (1987, p. 321-353) sobre a simbiose entre *democratismo restrito* e *oligarquismo* no interior do *Estado sincrético* brasileiro, onde os mecanismos representativos não funcionam como instrumentos de integração política para *baixo*- em direção às classes subalternas —, mas como instrumentos de *cooptação e acomodação* entre as classes e frações do bloco no poder.

Obviamente o processo de reativação da representação política não se deu isento de novas contradições, particularmente porque as classes subalternas não só teimaram em participar dos mecanismos reativados, expressando suas demandas e sua perspectiva *antiautocrática* (e também anticesarista) por meio deles, como extrapolaram seus limites autocráticos, criando e recuperando inúmeros aparelhos de contra-hegemonia no seio da sociedade civil, como as comunidades eclesiais de base, as associações de moradores, os sindicatos, entre outros. Nas condições do capitalismo dependente-

associado, concentrador de renda e vulnerável diante do capital externo, o caráter autocrático burguês de transformação capitalista é ontologicamente instável, pois seu modelo de desenvolvimento radicaliza as contradições da sociedade burguesa, na mesma medida em que a expande e consolida. O crescimento econômico acelerado da época do Milagre Brasileiro aprofundou, de tal modo, a contradição entre capital e trabalho, que ela permeará todas as relações sociais, de alto a baixo, de um lado a outro, seja na periferia das grandes cidades, seja no campo, ou ainda nos gabinetes dos tecnocratas (OLIVEIRA, 1978, p. 65-76). Por isto, mais do que consequência de uma esperteza política, destinada a manobrar os militares de linha-dura, ao sabor do tempo e dos acontecimentos da transição “lenta, gradual e segura”, o reforço do cesarismo militar é extremamente funcional, para conter a radicalidade que aflorará à arena da disputa política e para limitar o processo de democratização aos marcos da manutenção da ordem burguesa.

Com base nesta perspectiva, não só a ARENA deveria dinamizar-se como *partido institucional do governo*, como o MDB também deveria fortalecer-se como *partido institucional da oposição*, adquirir “capilaridade”, conforme expressão de Geisel, e canalizar as variadas demandas oposicionistas existentes na sociedade. Já vimos o estímulo dado pelo próprio governo à participação do partido na eleição indireta do sucessor de Médici. Esta perspectiva vai aparecer também na disputa eleitoral de 1974, em que o governo visivelmente concede maior liberdade de ação ao MDB em sua campanha, até mesmo com acesso à televisão. Após as eleições, lideranças do MDB, como os senadores Franco Montoro e Marcos Freire, este último eleito em 1974, reconhecem a importância do clima de maior liberdade na campanha vitoriosa do partido (*Opinião*, 22/11/1974, p.5-7). Para o governo, o MDB cumpre um papel fundamental no projeto distensionista, que é o de contribuir para que a disputa pela representação política seja realmente representativa dos diversos conflitos sociais e políticos existentes na sociedade. Isto evitaria que a ARENA se transformasse num partido único, que implodisse por suas próprias contradições, e garantiria que o esforço oposicionista se dirigisse para disputa parcial de uma instância do Estado, a representação política, claramente subordinada e sujeita à direção política da representação burocrática. É importante considerar que em 1974 diversas esferas da representação política ainda estavam vetadas ao MDB em função de eleições indiretas, como os executivos estaduais, e de inúmeros municípios, além do próprio executivo federal. Portanto, a valorização da estrutura partidária pelo governo não significa uma

mudança qualitativa do papel exercido pelos partidos no bojo da institucionalidade autoritária.

No caso do MDB, sua ação será estimulada na mesma medida em que será vigiada, por meio de inúmeras ameaças e constrangimentos, para evitar que este ultrapasse o limite da “oposição” e passe para a “contestação”. Durante toda esta etapa, o MDB não consegue romper efetivamente com a *armadilha institucional* imposta pelo governo, pois continuará funcionando como um instrumento de mobilização meramente eleitoral e de intervenção parlamentar, com baixo nível de organicidade, de vínculos tênues com os movimentos sociais ascendentes, mesmo depois de sua vitória em 1974, e convivendo com a falta de identidade política.¹⁷ O avanço do MDB como uma alternativa eleitoral-parlamentar, e não como alternativa de poder, após as eleições de 1974, foi muito mais determinado pela sua exclusividade como oposição institucional do que propriamente por uma alteração substancial em sua práxis política ou pela criação de vínculos orgânicos com as classes subalternas.

É inegável que a chamada “anticandidatura” da chapa Ulysses Guimarães/Barbosa Lima Sobrinho, na eleição presidencial indireta que referendou o nome de Geisel, foi um passo importante para a consolidação do MDB como o partido da oposição no quadro partidário institucionalizado. O tom de denúncia da ilegitimidade democrática da eleição já se evidenciava pelo próprio sentido do termo anticandidatura. Além disso, a campanha foi uma oportunidade para o partido divulgar seu programa político e suas propostas. Aprovado pela Convenção Nacional de 1972, o programa do MDB assentava-se na defesa do “Estado de Direito”, com o restabelecimento da liberdade de imprensa, de organização partidária, de pensamento e ideologia, com a revogação do AI-5, do Decreto-Lei 477 (que proibia atividades políticas nas instituições de ensino), com a revisão (e não revogação) da Lei de Segurança Nacional e da Lei de Imprensa e com a instituição da autonomia dos sindicatos e dos direitos de greve e de sindicalização. Na questão econômico-social, o programa criticava acidamente o modelo de desenvolvimento econômico, particularmente a concentração de renda e a desnacionalização da economia, e

¹⁷ — Diversas análises realizadas no período localizam a debilidade orgânica e estrutural do MDB como partido, e os vínculos tênues desenvolvidos com as classes subalternas, dinamizados apenas durante os embates eleitorais e sem continuidade posterior. Esta situação perpassa toda a trajetória do MDB nesta etapa, apesar dos esforços implementados por seus setores minoritários. Citaríamos Fernando Henrique Cardoso, “Os partidos e a participação popular”, in: FLEISCHER, 1981, p. 47-66 e “Um ponto sem retorno”, in: *Opinião*, 29/11/1974, p.3; KUCINSKI, 1982, p. 59 e Francisco C. Weffort, “O impasse da oposição”, in: *Opinião*, 28/03/1975, p.3).

defendia melhoria salarial para os trabalhadores, distribuição de renda e acesso dos cidadãos à saúde, educação e moradia (MDB, 1976, p.23-47). O conteúdo crítico do programa serviu para solidarizar inúmeras camadas sociais com o partido. Tanto entre as classes subalternas, quanto entre as frações descontentes do bloco no poder, o programa do MDB apresentava uma perspectiva de mudança importante, que gerou o apoio eleitoral surpreendente de 1974.

No entanto, o MDB ainda convivía com os dilemas de ser um partido institucional, cuja prioridade máxima era a preservação dos espaços conquistados na arena da disputa política. O episódio da cassação indireta do deputado federal Francisco Pinto, líder combativo da ala dos autênticos, é expressivo das ambigüidades e receios do partido. Em março de 1974, Francisco Pinto pronunciou na Câmara dos Deputados um discurso contra a presença do general Pinochet, presidente do Chile, na posse de Geisel. Numa demonstração de que estava disposto a abandonar o uso do AI-5 e transferir a responsabilidade de “salvaguarda da ordem” para o poder judiciário e para o Congresso, o governo solicitou que a procuradoria geral da República entrasse com um processo contra o deputado no Supremo Tribunal Federal, ao invés de simplesmente cassá-lo pelo AI-5, com base na Lei de Segurança Nacional. Em outubro, o STF condena Francisco Pinto a seis meses de prisão sem cassar o seu mandato, o que será feito pela Câmara no mesmo mês. A forma como o governo tratou o problema, recorrendo à legislação ordinária e aos trâmites do poder judiciário, desarmou a crítica do MDB contra o uso discricionário dos chamados “atos de exceção” pelo governo. Além disso, o receio de que a condenação se desdobrasse numa crise política, que poderia atrapalhar a realização das próprias eleições de novembro, determinou a postura compreensiva das lideranças do partido, diante das manobras da presidência da Câmara, para impedir o acesso do deputado punido à tribuna antes de ser preso (*Visão*, 13/1/1975, p. 14-18).

2.3 - As eleições de 1974 e o avanço da oposição

De todo modo, a identidade oposicionista do partido se confirma durante 1974, se expressando numa vitória eleitoral surpreendente, com a conquista de 16 das 22 cadeiras do Senado Federal que estavam em disputa. De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na Câmara dos Deputados, as cadeiras da ARENA caem de 223 para 203 e as do MDB aumentam de 87 para 161 (LAMOUNIER, 1990, p. 183). A queda da ARENA

só não é maior porque houve um aumento do número total de deputados federais, de 310 para 364. Além disso, o MDB cresceu em todos os estados, atingindo a maioria das Assembléias Legislativas de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Guanabara e Acre. Com exceção de Bahia, Mato Grosso, Maranhão e Piauí, em todos os outros estados e também no Congresso Nacional o partido oposicionista poderia constituir Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), independentemente do apoio da ARENA, pois havia atingido pelo menos um terço das cadeiras parlamentares. Além dos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Guanabara, onde o MDB tradicionalmente era melhor votado, foram justamente os do Centro-Sul, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná, que tiveram o maior crescimento de votos oposicionistas (*Opinião*, 22/11/1974, p. 3-5).

Com esse resultado, o MDB foi claramente fortalecido como partido institucional, pois a conquista de maior espaço na esfera de representação política ampliava consideravelmente a responsabilidade do partido, diante do projeto distensionista do governo. A perspectiva de fortalecimento da representação política em relação à representação burocrática, através do crescimento parlamentar da oposição, com a inevitável revitalização do legislativo, orientou o voto oposicionista das mais variadas classes sociais. O caráter *policlassista* do voto emedebista evidenciou-se pela diversificação do avanço eleitoral do partido. O MDB cresceu eleitoralmente não só nas grandes cidades, mas também nas cidades do interior e em diversas regiões do país. Isto evidencia que o voto oposicionista não se limitou ao proletariado urbano e aos setores sociais que se colocavam numa postura de oposição à Ditadura Militar desde o início, como as camadas tradicionais e baixas da classe média urbana, mas que atingiu também classes sociais componentes do bloco no poder. Neste plano há que se destacar, em especial, as frações burguesas do médio capital industrial e os médios proprietários rurais, que compõem a *oposição liberal* (oposição burguesa) nesta etapa, juntamente com as camadas tradicionais da classe média urbana (SAES, 1985, p.225-226). O programa do partido era suficientemente amplo para absorver não só as demandas pelo restabelecimento da forma democrática do Estado burguês, mas também as demandas por distribuição de renda e por autonomia diante do capital externo. No limite, a perspectiva alimentada pelas frações e classes do bloco no poder que apoiaram a oposição em relação a este programa é distinta daquela alimentada pelas classes subalternas, pois trata-se de um meio para ampliar sua representação direta no interior do Estado e viabilizar a consecução de seus interesses corporativos, e não para viabilizar a participação popular efetiva e autônoma. Ou seja, sua

perspectiva oposicionista limita-se à defesa do “Estado de Direito” e de todas as condições necessárias para o seu estabelecimento, como a anistia política, o fim dos atos institucionais e a restauração do *habeas corpus*, das eleições diretas (p.225-226).

Por isto, a oposição liberal se move numa perspectiva autocrático-burguesa, apesar de anticesarista; portanto, não antagônica com o projeto distensionista. Mas a contradição entre a perspectiva das classes subalternas e a das frações oposicionistas do bloco no poder só se manifestará posteriormente, colocando em xeque a própria condição de *frente oposicionista* do MDB. Neste momento ela é amortecida, muito em função das dificuldades encontradas pelas classes subalternas para emergir independentemente à cena política. Esta situação impede que o MDB ultrapasse efetivamente a condição de partido institucional, voltado para a canalização eleitoral do conflito político, prolongando sua ambigüidade e dificultando enormemente a sua transformação num instrumento orgânico de mobilização popular. O impacto desta limitação na práxis política do partido é expressivo do tipo de oposição que ele expressa, ou seja, um instrumento de canalização das pressões dentro da ordem.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar destes limites, o MDB recebeu o apoio de inúmeros aparelhos de hegemonia com uma perspectiva antiautocrática, como os movimentos sociais que começavam a se organizar e alguns partidos da esquerda marxista. Como já adiantamos, nesta etapa ocorre um processo de construção e reconstrução de inúmeros aparelhos de hegemonia das classes subalternas na forma de diversos movimentos sociais, como as comunidades eclesiais de base, as associações de moradores, os clubes de mães, as articulações por uma ação sindical independente e os movimentos por segmentos específicos (estudantes, mulheres, negros) (SINGER, BRANT,1980). Geralmente surgidos nas grandes cidades (de maneira exemplar, na Grande São Paulo), mas com influência no meio rural, estes movimentos se articulam inicialmente em torno de demandas específicas, que definiríamos como econômico-corporativas (melhores salários e condições de trabalho, serviços urbanos, assistência social pública) e/ou de formas novas de sociabilidade, que possuem um conteúdo ético antiburguês e individualista e resgatam a ação comunitária, a solidariedade, a ajuda mútua e a auto-organização (SADER, 1988, p.17-60).

No entanto, o enfrentamento cotidiano, com a lógica capitalista e com a institucionalidade autoritária, promove o amadurecimento político e ideológico destes movimentos, fazendo com que eles avancem na valorização de sua capacidade de auto-

organização e de autonomia diante do Estado, principalmente, e dos partidos. Mais do que isto, às suas demandas econômico-corporativas vão sendo agregadas reivindicações de caráter ético-político, como a defesa da democracia e de um modelo econômico alternativo (distributivo e antiimperialista), a luta pelo estabelecimento de mecanismos democráticos de participação popular junto ao Estado, entre outros. Estes movimentos ultrapassam o momento econômico-corporativo das relações de forças políticas e atingem o momento ético-político (GRAMSCI, 1976, p.43-54), *universalizando* suas demandas específicas e engrossando o movimento de oposição numa perspectiva antiautocrática e popular. Este processo de *ultrapassagem* perpassa toda esta etapa, constituindo-se claramente na etapa seguinte do processo de transição. Porém, desde cedo, ele é liderado pelo operariado urbano, influenciando outras classes como a classe média urbana, o proletariado rural e o campesinato pobre (SAES, 1985, p.229-230).

É importante destacar que o surgimento destes movimentos sofre uma influência decisiva de determinadas instituições e da ação consciente de inúmeros militantes, vinculados à perspectiva da organização popular e da transformação social. Muitas vezes as relações entre movimentos e instituições eram contraditórias, pois a autonomia dos primeiros às vezes se chocava com a orientação das segundas, porém o papel cumprido por elas foi fundamental. As instituições que se destacam neste trabalho são, principalmente, a Igreja Católica e as organizações da esquerda marxista. Como uma instituição policlassista, a Igreja Católica se relaciona com as mais diversas e antagônicas classes sociais, podendo assumir tanto uma postura de defesa, quanto de negação da ordem social. Por isto, se em muitos lugares a Igreja funciona como um aparelho hegemônico, em outros ela pode assumir uma postura de oposição e até uma perspectiva contra-hegemônica. Deste modo, a postura do conjunto da Igreja diante da Ditadura Militar foi diversificada, indo desde o apoio ou uma postura passiva, no caso do clero dito “conservador”, até a luta pelo seu fim, no caso do clero dito “progressista”. Nesta posição, localiza-se que a Igreja tanto participa da *oposição liberal*, com a defesa dos direitos humanos e do “Estado de Direito”, quanto da *oposição popular*, buscando organizar as classes subalternas e fortalecendo seu compromisso ético com valores antiburgueses. Nesta perspectiva, se destacam as comunidades eclesiais de base, enraizadas em todo o país, a pastoral operária, com forte influência no movimento operário (CAMARGO, SOUZA, PIERUCCI, 1983, p.59-81), e a pastoral da terra, vinculada à luta pela reforma agrária (MEDEIROS, 1989, p.111-114). Todas estas iniciativas evidenciam a aproximação de setores da Igreja Católica,

com as classes subalternas, e sua vinculação ao processo de construção e reconstrução dos seus aparelhos de hegemonia, numa perspectiva progressivamente contra-hegemônica e antiautocrática.

As organizações da esquerda marxista procuram se refazer do processo de desagregação sofrido no período anterior, desenvolvendo um trabalho de base junto às classes subalternas, particularmente a classe operária, contribuindo para sua organização e politizando sua inserção social. Muitas das articulações das classes subalternas com o MDB e com a estrutura sindical, instrumentos de ação institucional, são mediadas por essas organizações e pela Igreja. Portanto, há um progressivo imbricamento dos movimentos sociais no *campo da oposição*, determinando que sua dupla face, liberal e popular, se manifeste também no MDB. Por isto, apesar dos limites de sua vinculação orgânica com os movimentos sociais, o MDB receberá o apoio de algumas organizações da esquerda marxista já em 1974.

Entre elas, destaca-se o PCB (Partido Comunista Brasileiro), que prestou apoio orgânico ao partido oposicionista, integrando-se em suas fileiras, montando diretórios emedebistas pelo país (FREDERICO,1990, p.145) e atuando para transformá-lo no instrumento político da “Frente Patriótica Antifascista”. A constituição desta frente foi a principal proposta do PCB nesta etapa da transição, derivada da caracterização do regime militar como fascista e antinacional, devido à hipertrofia dos órgãos repressivos e à vinculação aos monopólios estrangeiros. O combate ao Estado fascista exigia a constituição de uma ampla frente político-social que incorporaria não só a classe operária, o campesinato e a pequena burguesia urbana, mas também setores da burguesia em choque com o regime. Em suma, todos os setores oposicionistas e, até mesmo, setores divergentes da própria ARENA. O programa da Frente se aproximava bastante do programa político do MDB. Além de defender os requisitos necessários para a constituição de um regime democrático-liberal — como o fim da legislação de exceção, as eleições diretas gerais, o resgate das prerrogativas do legislativo e do judiciário e a anistia geral para os chamados “crimes políticos” —, o programa do PCB dava maior peso às questões sociais — como o combate ao arrocho salarial, a luta pela reforma agrária, a defesa do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária no campo, a melhoria do nível de vida das massas trabalhadoras e a defesa dos interesses e das riquezas nacionais e de uma política externa pacífica (CARONE,1982, p. 144-149).

A participação no processo eleitoral era uma ação estratégica para o partido. Além de criticar as posições políticas que defendiam o voto branco/nulo ou a abstenção, o Comitê Central orientava seus militantes para o apoio aos candidatos que se posicionassem contra a ditadura e a favor das bandeiras antifascistas (CARONE, 1982, p.149-152). Em dezembro de 1974, o partido faz uma avaliação bastante positiva das eleições, afirmando o caráter policlassista do voto oposicionista e a necessidade de manutenção da unidade política do campo de oposição. O novo papel a ser cumprido pelo MDB e pelo Congresso é destacado ao lado da denúncia dos propósitos *transformistas* do governo sobre o MDB com as propostas de “colaboração construtiva” e de “união nacional”. Daí a elaboração da tarefa principal a ser cumprida pelos comunistas: criar os embriões da frente patriótica antifascista, para a construção de uma estrutura oposicionista que viabilizasse a canalização do voto popular em 1976 (CARONE, 1982, p.152-155). Consideramos que esta proposta configura uma estratégia de desgaste do regime militar pela via eleitoral, explorando as possibilidades abertas pela reativação da representação política. Esta mesma estratégia fica mais evidenciada ainda quando um ano depois o partido avalia que a forte repressão desencadeada pelo governo sobre suas fileiras configura uma tentativa de separar a “oposição ao governo” da “oposição ao regime”. Diante deste quadro, o partido deve reforçar o trabalho de constituição da frente, defender o calendário eleitoral e organizar a participação das massas nas eleições de 1976 e 1978, apoiando o MDB e abrindo negociação com setores da ARENA, com vistas a futuras composições em governos estaduais de oposição (nesta ocasião o Pacote de Abril ainda não havia suspenso as eleições diretas para governador em 1978) (CARONE, 1982, p.164-172).

A estratégia do PCB, de apoio orgânico ao MDB e de formação de uma ampla frente social e política de oposição e de valorização do processo eleitoral, como instrumento fundamental de combate à ditadura não foi seguida por outros agrupamentos da esquerda marxista que apoiaram o MDB, em 1974. Estes agrupamentos tinham uma relação condicional com o MDB, pois privilegiavam um trabalho organizativo de base, voltado para a constituição de instrumentos independentes de luta dos trabalhadores. Deste modo, enquanto a linha política do PCB se baseia na constituição de uma frente política, aliando o conjunto das classes subalternas com setores da burguesia, os outros partidos marxistas privilegiam uma linha política classista, orientada pela independência política dos trabalhadores e pela elaboração de um projeto político alternativo. Já em 1974, os partidos marxistas que participaram das eleições lançando ou apoiando candidatos pelo

MDB foram a Ação Popular Marxista Leninista (APML) (FREDERICO, 1990, p. 223-231) e a Liga Operária (que adotará o nome de Partido Socialista dos Trabalhadores, a partir de 1977) (OZAÍ, s.d., p.184-190). Antecipando a postura da maioria dos agrupamentos da esquerda marxista após as eleições, estas duas organizações inserem-se no processo eleitoral, como um mecanismo de aproximação com as massas populares e de divulgação de suas teses. Esta tática é uma tentativa de ruptura com o isolamento político a que foram levadas estas organizações, por conta da experiência da luta armada e/ou da repressão do governo no período anterior.

Esta postura diferenciada se apresenta na questão da disputa político-partidária, e também na questão sindical. Enquanto o PCB defende a “unidade sindical” e a estrutura sindical oficial, os outros agrupamentos fazem severas críticas ao “peleguismo” e ao “burocratismo” dos sindicatos, que funcionam como um instrumento de controle do movimento operário pelo governo, e defendem a criação de oposições sindicais, ou até mesmo de estruturas sindicais alternativas. Influenciada pela Igreja Católica, a APML desenvolveu o trabalho de proletarização de seus militantes, deslocando-os para o trabalho nas fábricas, com vistas à criação de oposições sindicais baseadas na auto-organização e na auto-pesquisa dos trabalhadores, fazendo o inventário de suas pequenas lutas cotidianas (FREDERICO, 1990, p.155). A Liga Operária também desenvolve o trabalho de “proletarização” de militantes, principalmente estudantes, e apóia as oposições sindicais (OZAÍ, s.d., p.184-190).

Esta mesma perspectiva também se apresenta em agrupamentos marxistas, que não apoiaram o MDB (pelo menos enquanto uma linha política assumida, pois seu enraizamento nos movimentos sociais tornava sua participação praticamente inevitável), mas que faziam duras críticas à experiência da luta armada, e procuravam aproximar-se da classe operária. Entre aquelas que abandonaram a luta armada e partiram para uma nova linha de ação, citaríamos o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) — que propunha a formação de grupos operários independentes (CARONE, 1984, p. 96-111), a Ala Vermelha (PC do B- Ala Vermelha) — que procurava ligar o movimento sindical ao movimento popular de bairro (OZAÍ, s.d., p.131-134, FREDERICO, 1990, p.215-222)—, a Organização de Combate Marxista Leninista-Política Operária (OCML-PO) (CARONE, 1984, p. 148-156) e o Partido Operário Comunista (POC). Este último defendia uma política sindical independente combatendo a burocracia sindical pelega por dentro dos próprios sindicatos (OZAÍ, s.d., p.124-125, CARONE, 1984, p. 193-211). Ao lado destes

havia ainda os agrupamentos que não participaram da luta armada, mas criticavam a estratégia militarista do mesmo jeito, particularmente devido à sua orientação trotskista. Além da Liga Operária, já citada, destacaríamos o Partido Operário Revolucionário (POR) (OZAÍ, s.d., p.119-122) e a Organização Socialista Internacional (OSI), que surgirá em 1975 pela fusão entre dissidentes do POR e o grupo Primeiro de Maio. Com forte penetração no movimento estudantil, através da tendência “Liberdade e Luta”, a OSI defende a posição mais extremada dos grupos que lutam pela independência política dos trabalhadores, pois não apenas impulsiona as oposições sindicais e as comissões de fábrica, mas também se recusa a participar do MDB e das eleições, defendendo o voto nulo (p.178-183).

A principal experiência de crítica e combate ao burocratismo e ao “peleguismo” da estrutura sindical oficial foi a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Surgida no bojo da resistência operária nos anos de 1967 e 1968, a OSM-SP consegue manter-se durante o auge da repressão e articular-se contra a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SADER, 1988, p.225-261), defendendo um sindicalismo de base, democrático e representativo no movimento operário (FREDERICO, 1990, p.235-243). Além disso, a OSM-SP expressa exemplarmente as articulações e o amadurecimento ético-político dos movimentos sociais, pois era uma frente político-ideológica (reunia de católicos e marxistas aos chamados “trabalhistas de esquerda”), que procurava contactar e solidarizar-se com outros movimentos, defendendo sua autonomia diante do Estado. Sua influência far-se-á sentir em outras oposições sindicais e também nos sindicatos de oposição pelo país afora (p. 235-243).

Estas distintas posições diante do processo eleitoral, da estrutura partidária e da estrutura sindical são demonstrativas dos dilemas enfrentados pela ação político-social das classes subalternas, diante do projeto governista de distensão sob a institucionalidade autoritária. Este problema afeta os agrupamentos da esquerda marxista, e também os inúmeros movimentos sociais que emergem nas grandes cidades, muitas vezes devido ao trabalho subterrâneo destes mesmos agrupamentos e dos setores progressistas da Igreja Católica. A potencialidade antiautocrática que os movimentos sociais carregam empurra-os para sua inserção na arena da disputa política, particularmente na representação política reativada. Porém, neste momento, este processo é mediado politicamente pelo MDB, por sua viabilidade eleitoral e por sua inserção na instância da representação política. O MDB *unifica eleitoralmente* as diversas demandas corporativas e específicas dos movimentos

sociais e das classes subalternas em geral, porque o direito de voto era o único instrumento de ação política acessível para muitos segmentos e porque, afinal, o MDB era o único partido da *oposição legal*.

No entanto, a relação do MDB com os movimentos sociais e com as classes subalternas é predominantemente inorgânica. Como vimos, o MDB não é o instrumento de organização e de mobilização desses setores sociais: sua relação com os mesmos é determinada pela disputa eleitoral e pela separação entre representantes e representados, relação essa que, reproduz a práxis burguesa da separação entre governantes e governados. Na verdade, os movimentos sociais surgidos neste período alimentavam uma perspectiva distinta, pois o compromisso com a auto-organização e com a independência política não se reduzia aos agrupamentos da esquerda marxista, mas orientava a práxis política de inúmeros movimentos sociais. Portanto, há uma contradição entre a práxis e o projeto político dos movimentos sociais, que expressam a perspectiva das classes subalternas, e sua representação político-partidária pelo MDB. Esta contradição se expressa na desconfiança que inúmeros setores e agrupamentos alimentam diante do MDB, e também em seu próprio interior, na luta dos autênticos contra os moderados e os adesistas, vinculados à *oposição liberal*. Defendendo uma ação oposicionista conseqüente, os autênticos eram os que mais defendiam a coerência entre o programa do partido e sua ação prática e o próprio esforço permanente de organização partidária, para que o MDB não funcionasse só nos pleitos eleitorais. Proporcionalmente, foi o grupo que teve as votações mais expressivas no partido em 1974 (*Opinião*, 13/12/1974, p.6-8), talvez devido ao fato de possuir uma vinculação orgânica com os movimentos sociais mais organizados e com os agrupamentos da esquerda marxista que apoiaram o MDB, numa evidência da perspectiva política que alimentou o voto de oposição mais consciente. Porém, como veremos posteriormente, o grupo dos autênticos jamais será hegemônico no partido e ainda por cima passará por inúmeras dificuldades políticas e ideológicas para se manter coeso.

A contradição entre a perspectiva política dos movimentos sociais e sua representação político-partidária pelo MDB é resultado da direção política da transição pelo governo militar, com base do projeto de distensão, pois este processo carrega um conteúdo fortemente *passivizador*, porque a supremacia da esfera de representação burocrática limita a reativação da esfera de representação política, baseada na dinamização de partidos institucionais. Enquanto para as classes componentes do bloco no poder este processo permite a ampliação dos seus canais de interlocução, junto ao Estado, e a

flexibilização de suas contradições internas, para as classes subalternas, isto significa a monopolização de suas demandas políticas por um único canal legalmente aceito, o MDB, cuja ação é limitada a uma instância subordinada do Estado, a esfera de representação política. Portanto, a possibilidade de as classes subalternas fazerem valer seus interesses na arena da disputa política institucionalizada, pelo projeto distensionista, vai depender de sua capacidade de ultrapassar a *armadilha institucional* imposta pelo governo, seja transformando o MDB no que ele não era, um partido popular, seja criando alternativas políticas a ele. Esta contradição está presente no processo de transição, desde a emergência do projeto distensionista, e se agrava mais ainda após as eleições de 1974.

Após o pleito, o governo faz uma avaliação positiva do processo eleitoral, procurando demonstrar a vitória política e a justeza do projeto de distensão. Em comunicado oficial, o governo considera que a derrota da ARENA já era relativamente esperada — devido às dificuldades econômicas e às divisões do partido governista —, reafirma que as mudanças políticas ocorrerão naturalmente — e não por pressões resultantes do pleito —, e demonstra preocupação com a hostilidade que a oposição e alguns eleitos venham a assumir diante do governo, gerando reações contrárias (*Opinião*, 22/11/1974, p.5). A tentativa de enquadrar a ação do MDB aos limites da “oposição”, e não da “contestação”, já havia sido anunciada antes mesmo da eleição, com a proposta de não-radicalização da campanha feita por setores da ARENA identificados com a distensão, como o deputado Célio Borja (*Visão*, 05/08/1974, p. 18). Em seu pronunciamento de fim de ano, Geisel reafirma esta perspectiva, quando declara que os resultados eleitorais não aconselham a eliminação da legislação de exceção, acionada sempre que necessário. Porém, vai além, considerando que as eleições reforçavam o bipartidarismo, como instrumento de canalização das aspirações populares (*Opinião*, 03/01/1975, p.3), desautorizando as propostas de criação de novos partidos oriundas de políticos governistas, como Daniel Krieger (*Visão*, 22/07/1974, p.17-18). Ao mesmo tempo, rebate também as críticas ao projeto distensionista emitidas por Dinarte Mariz, representante da ala mais conservadora da ARENA, bastante sensibilizada com a vitória eleitoral do MDB (*Visão*, 13/11/1975, p. 14-19). Portanto, não é de se estranhar que, para o governo, as eleições de 1974 fortaleçam a perspectiva de distensão *sob o reforço do cesarismo militar*.

3 - As contradições da *Distensão* (1975-1976)

A fase iniciada em 1975 evidencia os limites e as contradições do processo de reativação da representação política, imaginado pelo projeto distensionista, pois, num ambiente crescentemente contraditório, a *intervenção seletiva* do governo na arena da disputa política torna-se uma condição para manter a transição à democracia nos marcos da ordem. Nesta fase o projeto de distensão é delimitado pelo desencadeamento da chamada “campanha antiestatista” pelas frações hegemônicas do bloco no poder, principalmente a burguesia do setor de bens de consumo duráveis (com forte presença do capital externo), pelo reforço da ação repressiva sobre os aparelhos de caráter contra-hegemônico e pela dinamização das funções políticas dos partidos e do Congresso. Estes fatos se relacionam mutuamente, pois, se por um lado a disputa interburguesa impõe ao Estado um processo de ampliação e flexibilização dos seus canais de interlocução com as classes dominantes — o que inevitavelmente dinamiza os partidos e o Congresso —, por outro lado, este mesmo processo precisa ser mediado pela capacidade do governo de intervir seletivamente, saneando a arena da disputa política de seus fatores instabilizadores e “contestatórios”.

Ao mesmo tempo em que mantêm sob controle a dinamização da representação política reativada e impede que entre as classes dominantes emergja uma perspectiva política antidistensionista (pela volta à situação anterior, ou pelo fim do cesarismo militar), a intervenção seletiva do governo adia a cisão militar e prorroga a estratégia de *contenção* dos duros. Portanto, inicialmente, poderíamos adiantar que a proposta de distensão convive com a radicalização das potencialidades geradas por ela própria, numa situação de agravamento da contradição entre Estado e classes dominantes e de ambos com as classes subalternas, exigindo do governo o reforço de sua capacidade de direção política, por meio do cesarismo militar — o que foi confundido por diversos políticos e analistas, na época, como uma evidência do abandono pelo governo de seus propósitos iniciais em relação à distensão. Ao contrário, consideramos que a radicalização das potencialidades distensionistas e as iniciativas do governo, para reforçar sua direção política, se inserem no mesmo *campo de possibilidades*, aberto com o desencadeamento de um processo de transição da forma ditatorial à forma democrática do Estado burguês, que preservou o cesarismo militar e se deu sob a necessidade de manter o modelo autocrático burguês de transformação capitalista (FERNANDES, 1987, p.289-366). Nesta condições, a *revolução passiva* (GRAMSCI, 1976, p.75-81) é reafirmada como estratégia de mudança histórica pelo governo e pelo bloco no poder. Por isto, consideramos importante iniciar com a avaliação das possibilidades e opções assumidas pelas diversas frações do bloco no poder,

no auge da campanha antiestatista, para em seguida avançarmos na dinâmica política desta fase.

3.1 - A campanha antiestatista e o II PND

Em primeiro lugar, a estratégia de revolução passiva é ditada pelo avanço das contradições interburguesas nesta fase, agravando a instabilidade no bloco no poder e aprofundando a *crise conjuntural*. A disputa entre as diversas frações do capital, particularmente do capital monopolista, se amplia, pela conjunção entre a certeza de que as taxas de crescimento do Milagre Brasileiro não se repetiriam, devido às crescentes dificuldades econômicas internas e externas, e a confirmação da orientação econômica do governo com o anúncio do II PND, de reforçar a economia diminuindo a vulnerabilidade externa, consolidando o departamento I da indústria (bens de capital e bens intermediários) e alavancando novos investimentos por meio das agências e empresas estatais. As incertezas e desconfianças que aguçaram a disputa interburguesa na questão econômica desdobraram-se politicamente num movimento dúplice. Crítica aguda à presença do Estado na economia, de um lado, flexibilização e ampliação dos canais de interlocução e inserção corporativa das frações do capital monopolista, principalmente, com o Estado, de outro. Este processo acirra as fissuras no bloco no poder, mas estas não suscitam a criação de uma alternativa política ao projeto distensionista do governo, que mobilizasse parte substancial de seus componentes, e pudesse alterar a posição relativa das diversas frações em seu interior. Deste modo, o agravamento da crise conjuntural nesta fase não impede que o processo de transição continue sendo conduzido pelo governo. No entanto, sua direção política foi condicionada por sua capacidade de manter as contradições interburguesas e o próprio processo de transição sob controle, por meio do reforço do cesarismo militar.

3.1.1 - A campanha

A campanha antiestatista, veiculada pela grande imprensa, é iniciada em dezembro de 1974 pelo discurso de Eugênio Gudin na cerimônia de entrega do prêmio “Homem de Visão” do ano, patrocinado pela revista *Visão*. Conhecido economista, Gudin participou ativamente do debate sobre a industrialização nos anos 40 e 50, defendendo uma posição *neoliberal*, conforme os termos de Bielchowsky (1996, p.37-76), além de ocupar o

ministério da Fazenda no período de governo de Café Filho (1954-55). Influência importante nas reformas econômicas operadas por Campos-Bulhões no governo Castelo Branco, Gudin voltava sua crítica ao regime que apoiou. Em seu discurso, Gudin associava o autoritarismo à ineficiência, ao empreguismo e à ingerência política nas empresas estatais, ressentindo-se da onipotência política e econômica do governo e do abandono, pelos militares, de sua função moderadora. Nesta linha de raciocínio, defendia o diálogo e a perspectiva distensionista do governo ao mesmo tempo que criticava seu “hermetismo”. Segundo ele:

Seria uma imprudência cedermos à tentação ideológica — conquanto de certo sedutora — de um regime de plena democracia, sem os necessários parapeitos de resguardo contra os abusos que poderiam destruí-la. (...) Estas reflexões não são estranhas ao espírito do presidente Ernesto Geisel. Em seu discurso inaugural comprometeu-se S.Exa. a ‘envidar sinceros esforços para o gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo e estimulando uma maior participação das elites’. Acrescentou, com real sabedoria, que precisamos adaptar as práticas democráticas às características de nosso país e ao estágio alcançado por sua evolução social e política. É difícil dizer melhor. A execução é sem dúvida delicada. Mas as diretrizes estão aí traçadas. O que tem dificultado a execução é o hermetismo (...). É preciso abrir o diálogo. Havemos de caminhar, dentro da filosofia exposta pelo presidente, para um sistema que não se afasta dos princípios da Constituição de 1967 (...). Começando por devolver ao Judiciário as garantias de inteira independência inerente a sua função em um país civilizado. Restabelecendo a vigência dos direitos fundamentais, mas ao mesmo tempo formulando e promulgando as leis eficazes de salvaguarda e de remédios legais, prontos e seguros, indispensáveis à garantia da ordem e da segurança para o exercício do governo.” (*Visão*, 30/12/1974, p. 19-25).

Finalmente, o estatismo era mal visto como um elemento dificultador do afluxo de capital externo e investimentos neste momento de crise.

O discurso de Gudin é extremamente representativo da postura do conjunto das classes burguesas, diante do governo, e do projeto distensionista nesta etapa da transição. A distensão era bem-vinda, desde que garantisse a manutenção da ordem e ampliasse os canais de participação das diversas frações burguesas no processo de tomada de decisões, particularmente no que se refere à política econômica e à intervenção do Estado na economia. Neste aspecto, o discurso é ao mesmo tempo a síntese de todo um debate econômico desdobrado desde meados de 1973 e é uma resposta ao anúncio do II PND pelo governo. As ações do governo no sentido de manter o ritmo de crescimento econômico e

de equilibrar a balança de pagamentos, através do resgate do chamado “modelo de substituição de importações”, gerava muitas dúvidas quanto ao impacto que teria no reforço do estatismo.

Diversas avaliações localizam a burguesia do setor de bens de consumo duráveis (DIII), fortemente monopolizada e com presença dominante do capital externo, como principal animadora da campanha antiestatista entre as frações do bloco no poder, até por comandar o pólo dinâmico do padrão de acumulação em crise (MANTEGA, MORAES, 1979, p.95-98; *Opinião*, 15/09/1975, p.11; CARDOSO, 1993, p. 242-244). A burguesia do setor bancário também não tinha razões para apoiar a criação de um novo padrão de acumulação, na medida em que o maior índice de monopolização do capital, desde o golpe de 1964, ocorreu neste setor, ampliando sua inserção na esfera de serviços em detrimento de sua ação como capital financeiro. A baixa incidência do capital bancário privado, no processo de financiamento da indústria, coloca em questão a própria definição deste capital como financeiro, conforme o conceito clássico, e o posiciona favoravelmente pela manutenção do padrão de acumulação vigente, pois as altas taxas de juros, a associação com o capital externo, o endividamento externo e o papel de fiador assumido pelo Tesouro Nacional no sistema de financiamento garantiam a sua remuneração sem que este fosse obrigado a assumir funções financeiras, necessariamente mais arriscadas (SAES, s.d., p. 2-19; OLIVEIRA, 1984, p. 94). As frações burguesas do médio capital industrial, particularmente aquelas localizadas no setor de bens de consumos não-duráveis e que sofriam as dificuldades da crise e as pressões do capital monopolista (privado e estatal), também se ressentiam do excesso de centralismo decisório e do avanço da estatização, conforme Diniz e Boschi (1978, p.153-220). Mesmo os empresários do setor de bens de capital (DI), setor que seria beneficiado pelo plano do governo, recebavam que a estatização fosse privilegiada com o II PND e preocupavam-se com o compromisso governamental de garantir o mercado interno para a produção nacional, através da proteção aduaneira, de incentivos fiscais e do consumo das empresas estatais, como fica evidenciado nas posições da ABDIB (Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base) e de empresários como Einar Kok (presidente do Sindicato de Máquinas do Estado de São Paulo) e Paulo Villares (*Visão*, 8/7/1974, p. 54-62).

Na edição do “Quem é quem na economia brasileira” de 1974, a revista *Visão* elaborou um questionário para o ministro Reis Velloso, elaborado a partir de consultas ao empresariado. As principais preocupações levantadas foram relativas ao crescimento da

intervenção do governo na economia, ao predomínio do capital externo em alguns setores, à capacidade financeira do governo diante da magnitude dos investimentos programados, com destaque especial para o risco de aumento da carga tributária, e ainda as preocupações quanto ao funcionamento do sistema de decisões, que dificultava o acesso dos empresários (*Visão*, 31/8/1974, p. 9-12).

Ao longo dos anos de 1975 a 1977 a campanha antiestatista se desenvolve em alguns dos principais órgãos de imprensa, como a revista *Visão* e o jornal *O Estado de São Paulo*, e é abraçada por representantes importantes do empresariado nacional, como a FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo) e a ACSP (Associação Comercial de São Paulo), associando de modo bastante particular liberalismo político com liberalismo econômico (*Opinião*, 15/9/ 1975, p.11). O liberalismo político era entendido nos moldes do que o projeto distensionista propunha (os empresários antidistensionistas eram minoritários), e como acesso ao processo de tomada de decisões, e o liberalismo econômico era pensado como subordinação da empresa estatal à acumulação privada e supressão do setor estatal nos setores em que este concorria com a empresa privada. Particularmente, nos editoriais e reportagens de *Visão*, a crítica ao estatismo se desenrolava na denúncia de que o nem sempre o Estado se limitava a ocupar os chamados “espaços vazios” da economia, penetrando nos “espaços ocupados” e concorrendo com a empresa privada. Ao contrário, ele deveria criar condições para que a empresa privada ocupasse todos os espaços (*Visão*, 10/2/1975, p.15 e 24/2/1975, p.11). A administração pública era tida como inepta e incapaz, sustentada por um “tecnicismo inútil”, devendo ser “desinchada” e descentralizada, até porque a Constituição de 1967 e o Decreto-lei n. 200, do mesmo ano, previam estas medidas. O centralismo político era produto do centralismo econômico, o que negava a Constituição de 1967 e dificultava a criação de uma “sociedade politicamente aberta” (*Visão*, 10/3/1975, p.9 e 28/4/1975, p.8 e 80-86). Nesta linha, o Congresso era chamado a fiscalizar as contas das empresas estatais junto com o Tribunal de Contas da União, o que já era garantido por lei, segundo a matéria (*Visão*, 4/8/1975, p.46).

Logo após um pronunciamento importante de Geisel reafirmando o compromisso do governo com o anticomunismo, o editorial de *Visão* dava lições de anticomunismo ao governo. A democracia e a livre empresa eram identificadas ideologicamente. A livre empresa era considerada não só a condição para garantir a

democracia e combater o capitalismo de Estado, mas instrumento para evitar o avanço do próprio comunismo (*Visão*, 18/8/1975, p.7 e 10/11/1975, p.9).

3.1.2 - A reação do governo, das empresas estatais e da burguesia nacional do setor de bens de capital

Por outro lado, o governo respondia aos ataques da campanha antiestatista, reafirmando seu compromisso com o crescimento econômico e com a acumulação privada de capital. As respostas de Reis Velloso ao questionário do “Quem é quem”, de 1974, tem um conteúdo fortemente *desenvolvimentista*: vão da defesa da intervenção do Estado em setores não produtivos (áreas de infra-estrutura), à afirmação do compromisso do governo com a empresa privada através da política de financiamento desenvolvida pelo BNDE, por meio de suas subsidiárias (Finame, Fibase, Embramec e Ibrasa), e através dos recursos do PIS/PASEP. Velloso ainda reafirma os compromissos da política econômica do governo de estabilizar o déficit da balança de pagamentos com a redução das importações, por meio da substituição de importações, e do aumento das exportações. Diante das preocupações do empresariado acerca das possibilidades de crescimento da economia diante do quadro de crise, Velloso nega a idéia de “parar para tomar fôlego” e defende a continuidade do crescimento com a correção das distorções. Sobre a questão do excessivo centralismo decisório do governo, Velloso afirma que a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, pelo governo Geisel, contribuiu para despersonalizar os centros decisórios, cabendo aos empresários dirigirem-se aos ministérios e secretarias com suas demandas (*Visão*, 31/8/1974, p. 9-12).

Simonsen e Marcos Vianna (este último presidente do BNDE) também rebatiam as críticas antiestatistas, defendendo a ocupação dos “espaços vazios” pelo Estado (*Visão*, 18/8/1975, p. 22). No entanto, a defesa mais contundente do modelo de “substituição de importações” e do potencial nacionalista que este implicitamente carregava era feita por Severo Gomes, ministro da Indústria e Comércio. Em seus pronunciamentos, alguns deles em conferências internacionais, Severo Gomes associava, de modo orgânico, a diminuição da vulnerabilidade externa do país ao desenvolvimento do mercado interno e da indústria nacional à necessidade da intervenção do Estado, até se atingir o “desenvolvimento autopropulsionado” (GOMES, 1977, p. 3-12). O alvo principal de suas críticas eram as relações econômicas com os “países ricos” e o papel do capital

externo na economia brasileira. Segundo ele, havia uma contradição entre a dependência externa e o esforço industrializador, pois “subsiste uma estrutura de dependência externa que inibe e condiciona os esforços nacionais de desenvolvimento industrial. Industrializar-se significa, num certo sentido, modificar esse sistema de dependência, que se manifesta no campo comercial, financeiro e tecnológico” (GOMES, 1977, p.16). Além disso, os investimentos externos nem sempre são positivos para o desenvolvimento econômico, isto porque “grande parte dos recursos importados por esses países [países em desenvolvimento] destina-se não a financiar o seu processo de industrialização, mas a cobrir os déficits em suas transações de bens e serviços, resultantes, em parcela substancial, daqueles mecanismos e instrumentos restritivos” (p.18).

Deste modo, esta contradição se transfere para a própria economia nacional com a presença das empresas multinacionais. Conforme a argumentação de Severo Gomes, a racionalidade das multinacionais nem sempre se harmoniza com os interesses da sociedade, devendo o Estado estabelecer as regras de compatibilização entre ambos. Segundo ele,

[esta situação] reforça, ainda uma vez, a conveniência ou necessidade, para o país, de estabelecer normas de conduta para os investimentos estrangeiros, considerando indesejáveis aqueles que contrariem os interesses da sociedade como um todo (...). A captação de poupanças externas em investimentos de risco convém ao país, é fato, mas o Estado não pode abdicar de sua função essencial de orientar tais recursos para atividades que não firam a consciência da Nação e onde a participação externa possa efetivamente representar contribuição positiva (GOMES, 1977, p.77).

Na verdade, esta perspectiva também era alimentada por setores das Forças Armadas, até mesmo por Geisel, que tinha uma visão relativamente negativa do papel do capital externo no desenvolvimento nacional e defendia a ação reguladora do Estado. Já em seu primeiro pronunciamento como presidente, avaliando a conjuntura econômica, Geisel defendia a entrada de capitais externos e sua manutenção, mas em áreas não estratégicas (*Opinião*, 25/3/1974, p.4). Em diversas ocasiões, declarou ter dúvidas se as multinacionais eram “um bem ou um mal” e, mesmo após sair do governo, manteve sua posição de crítica ao comportamento meramente especulativo do capital externo e defendeu não só a intervenção estatal, mas a existência de empresas estatais em áreas onde o capital privado nacional não tinha condições de ocupar (D’ARAÚJO, CASTRO, 1977, p.235-254). No entanto, também rebatia as críticas antiestatistas afirmando o apoio “decidido e vigilante”

do governo à empresa privada (*Opinião*,03/01/1975, p.3). As contradições do governo Geisel com os Estados Unidos evidenciam esta perspectiva, primeiramente com a adoção da política externa do *pragmatismo responsável*, em que o Brasil buscou aproximar-se comercialmente de países socialistas como a China, Angola e Moçambique. Além disso, a questão energética — fortemente vinculada à questão da indústria bélica e que levou à assinatura do Acordo Nuclear com a Alemanha —, a questão dos Direitos Humanos — cujo desrespeito no Brasil foi denunciado pela administração Carter — e o rompimento do Acordo Militar com os EUA — geraram fricções importantes e o reforço de uma perspectiva nacionalista e até antiamericana nas Forças Armadas (BANDEIRA, 1989, p. 217-248).

Esta postura acerca do capital externo e do papel do Estado também se encontra na chamada “burguesia de Estado”(os executivos das empresas e agências estatais). Além do centralismo decisório, o comportamento desta e o crescimento excessivo das empresas estatais eram os alvos principais da campanha antiestatista. De fato, desde 1964, há um processo de expansão e crescimento do setor público, caracterizado por Luciano Martins (1985, p.41-82) como um *modo de expansão do Estado*. Este modo adquire uma dupla dimensão: por um lado há uma vigorosa expansão estatal no setor produtivo, por fora do que ele chama de “setor governo” e da burocracia tradicional (setor administrativo, propriamente dito), através das empresas estatais, de suas subsidiárias e das agências estatais voltadas para setores específicos. Por outro lado, este setor adquire uma autonomia muito grande diante do governo e da própria sociedade. A dinâmica desta expansão é viabilizada pela expansão da capacidade extrativa do Estado (recursos orçamentários e extra-orçamentários) e pelo desenvolvimento de uma ação tipicamente empresarial. Apesar de criticar o conceito de “burguesia estatal”, preferindo o termo “executivo de Estado”, Martins define este grupo como um tipo sociológico distinto, muito mais assentado na racionalidade empresarial do que na racionalidade burocrática. Segundo ele, a autonomia orçamentária e financeira das empresas estatais permite que elas atuem muito mais conforme a lógica capitalista de acumulação, buscando novas áreas de investimento com base em critérios de lucratividade, do que conforme a política econômica do governo ou conforme critérios baseados em suas “funções sociais”(p. 41-82).

A lógica capitalista destas empresas faz com que elas entrem em contradição com a política econômica do governo, e atuem através de “lobbys” junto a ele e às agências estatais, na defesa de seus interesses empresariais (MARTINS, 1985, p.72-80). Sua

distinção em relação à burocracia tradicional se deve também ao seu próprio nível de remuneração (mais alto e semelhante ao encontrado nas empresas privadas) e ao seu modo de inserção nas funções públicas. Segundo Martins (p.199-225), os “executivos de Estado” inserem-se nas funções públicas muito mais através da indicação pessoal e por métodos clientelistas e personalistas, do que por concurso público. A mobilidade vertical de carreira, neste setor, é muito menor do que a mobilidade havida na burocracia tradicional, caracterizando dois tipos de carreira dentro do Estado: um empresarial, que ele chama de “executivos de Estado”, e outro burocrático, definido por ele como funcionários públicos.

Isto tem conseqüências no próprio conteúdo do centralismo decisório. No governo Geisel, a saída para se tentar estabelecer um relativo controle sobre as empresas estatais foi o reforço das soluções autoritárias e paternalistas com a centralização das principais decisões econômicas na cúpula do executivo e com a nomeação de executivos de confiança do presidente e de seus auxiliares para a direção das empresas estatais. No entanto, isto não foi suficiente para garantir a subordinação das empresas estatais à orientação industrializante do II PND, que pensava fortalecer o setor privado produtor de bens de capital, com a compra de sua produção pelas empresas estatais, mais situadas no setor de bens intermediários (GOLDENSTEIN, 1986, p.109-114). Em entrevista realizada com “executivos do Estado”, Martins identifica não só uma tendência à discordância com o modelo de desenvolvimento (MARTINS, 1985, p.231-235), como uma preferência empresarial pela importação de bens de capital devido aos prejuízos que teriam ao priorizar o setor nacional como fornecedor (p.80).

Este ponto é importante, pois será um dos elementos da contradição entre a burguesia do setor nacional de bens de capital e o governo militar. Quando, porém, questionados sobre as opções de desenvolvimento, predominam as tendências que privilegiam a empresa privada nacional e/ou a associação desta com a empresa estatal em detrimento das que privilegiam as empresas estrangeiras (MARTINS, 1985, p.225-231). Este movimento de defesa contra a empresa estrangeira e de valorização da empresa nacional indica a ressonância da perspectiva ideológica do governo frente ao modelo de desenvolvimento encarnado no II PND. No entanto, as conseqüências mais estatizantes e centralizadoras deste modelo, alimentada por setores do governo, como Severo Gomes e o próprio Geisel, não são abraçadas pelos “executivos de Estado”. Além das críticas ao excessivo centralismo e da preferência por relações diretas com as outras empresas estatais e com as empresas privadas, por fora dos canais institucionais (p.219-225), os “executivos

de Estado” demonstram não possuir uma ideologia estatizante que justificasse sua ação. Ao contrário, esta é impulsionada pela própria racionalidade empresarial e pela lógica capitalista de acumulação de capital, portanto, segundo Martins, “há estatização sem ideologia estatizante” (p.72). Conforme o autor, isto impede que tanto a expansão da empresa pública, quanto a ação dos seus administradores consigam legitimar-se perante a sociedade, facilitando os ataques da campanha antiestatista.

Estas considerações sobre o modo de expansão do setor produtivo estatal e sobre a morfologia e o comportamento da burguesia estatal são fundamentais para se compreender tanto a *inviabilidade hegemônica do “nacionalismo conservador”* quanto o acirramento das contradições interburguesas sob a égide do II PND e no bojo da campanha “antiestatista”. Em primeiro lugar, o temor da revista *Visão* — no referido artigo do “Quem é quem” de 1973 — de que o crescimento da estatização viabilizasse um projeto “nacionalista conservador” no seio do Estado, de conseqüências “desastrosas” para os interesses burgueses no Brasil não se realizou na prática. Consideramos que a inviabilidade desta perspectiva se deve à ausência de uma aliança burguesa que a sustentasse no interior do bloco no poder. Na verdade, esta aliança poderia se basear na unidade de ação entre a burguesia de Estado, a burguesia nacional do setor de bens de capital e setores da burocracia civil e militar. Mesmo que sua implementação não viabilizasse uma temida aliança com as classes subalternas, em torno de um projeto econômico nacionalista e distribuidor de renda, e de um processo de democratização (com o fim do cesarismo militar), no mínimo seria possível viabilizar outro padrão de acumulação capitalista, tendo como pólo dinâmico o setor de bens de capital e intermediários (DI) e diminuindo sensivelmente a vulnerabilidade externa da economia brasileira. No entanto, esta aliança não se efetivou, pois de um lado a burguesia de Estado não possuía um projeto nacionalista e nem uma ideologia estatizante e, de outro lado, a burguesia nacional do setor de bens de capital manteve uma postura cautelosa diante do II PND.

Apesar de se omitir na campanha antiestatista, liderada pelos setores da burguesia monopolista vinculados ao capital externo e apoiada pela burguesia do médio capital industrial nacional (setor de bens de consumo não-duráveis, principalmente), já vimos que a burguesia nacional do setor de bens de capital alimentava o receio de que a reedição do modelo de substituição de importações acarretasse maior estatização e maior centralização decisória. Mais tarde, a resistência das empresas estatais em priorizar o consumo da produção nacional de bens de capital e intermediários configurou-se em outro

elemento de fricção entre a burguesia deste setor com o governo. Como veremos, a demissão de Severo Gomes, em fevereiro de 1977, expressou simbolicamente o início do acirramento maior ainda de suas contradições. Deste modo, a perspectiva do II PND de viabilização de um novo padrão de acumulação vai sendo lentamente abandonada, em função da ausência de apoio político para a sua implementação e das próprias dificuldades econômicas vivenciadas no período (FIORI, 1990, p.41-61). Este processo instabiliza as relações entre Estado e classes dominantes, pois aguça as contradições do *conjunto da burguesia* com o governo militar. No entanto, contraditoriamente, *reforça a proposta distensionista do próprio governo*, conforme os limites que este lhe impunha. Entendemos que é esta situação que impede a eclosão de uma crise de hegemonia nesta etapa, determinando uma fissura irremediável no bloco no poder, mesmo que sob condições econômicas cada vez mais difíceis.

3.1.3 - A crise do Milagre Brasileiro e o II PND

Já vimos que o governo Geisel começa sob o signo das contradições geradas pela agonia do padrão de acumulação consolidado no período do Milagre Brasileiro e baseado na liderança do setor de bens de consumo duráveis (DIII) como pólo dinâmico da acumulação (OLIVEIRA, 1984, p.104). O eixo mais visível das dificuldades de manutenção das taxas de crescimento acelerado do período anterior se localizava na insuficiência do DI internalizado diante das demandas por bens de produção e bens intermediários, o que exigia maiores importações de bens de capital, pressionando a balança de pagamentos para o déficit, e alimentando o circuito de financiamento sustentado pelo endividamento externo. Após 1973, a conjuntura de crise internacional reduz a oferta de recursos de que dispunha a economia brasileira, acelerando a disputa interna pelos recursos do Estado, a chamada “guerra de preços” e as próprias contradições intraburguesas que já se manifestavam. Diante desta situação, o II PND é proposto em fins de 1974, a partir do diagnóstico de que o principal ponto de estrangulamento da economia se localizava na insuficiência do DI internalizado, propondo sua ampliação e amadurecimento, como forma de preservar o processo de monopolização e crescimento econômico acelerado, completando, assim, o processo de “substituição de importações”. O Estado aparecia como o principal mecanismo de alavancagem do DI, o novo pólo dinâmico da acumulação, dentro de uma estratégia de *desenvolvimentismo* (BIELCHOWSKY, 1996)

conforme este se definia após a derrota do nacionalismo e do reformismo no período pós-64.

Desse modo, o Estado procurou alavancar o DI, através de investimentos maciços diretos e indiretos neste setor, através das demandas criadas pelas empresas estatais, e também de uma política de “substituição de exportações” (OLIVEIRA, 1984, p.108). Isto agregou os bens intermediários à pauta de exportações, para reforçar o financiamento da importação dos bens de capital necessários à nova expansão. As inversões públicas neste setor e a intervenção desenvolvimentista do Estado cumpriram um papel decisivo na estabilização do ritmo de crescimento, num momento em que as inversões do capital privado, nacional e externo, se reduziram razoavelmente, particularmente após 1975 (REICHSTUL, COUTINHO, 1983, p. 38-58). Pelo menos até 1976, as inversões do setor público como um todo foram crescentes, mas foram particularmente maiores e mais duradouras no setor produtivo estatal. Neste subsetor, que abrangia principalmente empresas do DI, as inversões foram crescentes em todo o governo Geisel (até 1979), fazendo com que a ação estatal neste aspecto tivesse um papel claramente anticíclico e anti-recessivo, principalmente nas áreas de energia elétrica, petróleo e siderurgia.

Na questão da política econômica desenvolvida pelo governo, se em 1974 este adotou uma orientação considerada “ortodoxa” nas políticas monetária e fiscal visando a conter o superaquecimento da economia e o excesso de demanda herdados do período anterior, já no final deste mesmo ano passa a desenvolver uma política claramente expansionista e desenvolvimentista. Sob o signo do II PND e objetivando a sustentação do crescimento acelerado, o governo adota uma política de crescimento com inflação que intensifica a obtenção de empréstimos externos, apesar do déficit da balança comercial, devido em grande parte às importações de petróleo (FISHLOW, 1988, p.137-197). De 1974 a 1976, a inflação aumenta de 34,5% para 46,3% e a dívida externa bruta cresce de 17,1 (17,9% do PIB) para 25,9 bilhões de dólares (18,2% do PIB), de acordo com dados do Banco Central (GOLDENSTEIN, 1986, p.116). Esta orientação evidencia o privilegiamento do endividamento externo como instrumento preferido para o financiamento do projeto desenvolvimentista em face das dificuldades criadas pelo ciclo recessivo (FISHLOW, 1988, p.137-197). Na verdade, este aspecto é ilustrativo de um fenômeno mais amplo: o fracasso do II PND em criar um novo padrão de acumulação.

As implicações deste fracasso são inúmeras e graves, pois significaram a inviabilidade de outro padrão de acumulação naquelas condições, o colapso do Estado *desenvolvimentista* e o estabelecimento de uma dinâmica econômica crescentemente perversa e predatória. As causas deste fracasso não são apenas econômicas, não residem apenas nas contradições estruturais do padrão de acumulação vigente; são também políticas.

Em primeiro lugar, a própria postura antiestatista da burguesia nesta etapa, localizada por diversos autores (OLIVEIRA, 1984, p.128; DINIZ, BOSCHI, 1978, p.108-200; KUCINSKI, 1982, p. 27-34, FIORI,1990, p.41-61), reforça esta inviabilidade. Em franca disputa pelos recursos financeiros avalizados pelo Estado, as diversas frações da burguesia se ressentem quando as empresas estatais procuram se capitalizar na fase do Milagre, elevando seus preços e entrando na disputa intercapitalista pelos excedentes socialmente gerados. É claro que as empresas estatais cumpriam um papel estratégico ao subsidiar os custos de produção do capital privado, oferecendo bens a preços subsidiados. Mas quando as contradições do sistema de financiamento lastreado pelo Estado geram uma disputa entre os capitais pelos recursos financeiros, as empresas estatais passam a atuar como mais uma fração do capital geral, entrando na concorrência entre os capitais individuais. A “guerra de preços”, que desencadeou a escalada inflacionária, foi apenas uma expressão disto (OLIVEIRA, 1984, p.92-113; MANTEGA, MORAES, 1979, p.51-82).

Na verdade, a estratégia desenvolvimentista do II PND projetava um fortalecimento do capital estatal, pois dando primazia ao DI reforçava as posições das empresas estatais no setor onde elas tinham maior presença do que o capital privado. Mesmo a expansão do DI tendo sido planejada em associação com o capital privado, o crescimento do capital estatal seria inevitável. E naquelas condições de financiamento era também indesejável. Além disso, a criação do novo padrão de acumulação implicava não só uma reestruturação produtiva entre os setores industriais, mas a diminuição do ritmo de crescimento do DIII e um processo de transferência de renda deste para o DI, através da incorporação dos adicionais de produtividade, do primeiro pelo segundo, com valorização de seus produtos no mercado (OLIVEIRA, 1984, p.92-113).

Em segundo lugar, o novo padrão de acumulação requeria um novo padrão de financiamento para amadurecer de modo estável e duradouro. Um padrão que não dependesse do financiamento mediado pelo endividamento externo do Estado, que no

fundo servia prioritariamente para remunerar o capital das empresas estrangeiras e pressionar a balança de pagamentos para o déficit permanente. Para se ter uma idéia, de acordo com dados do Banco Central, o déficit das transações correntes da balança de pagamentos (balança comercial mais balança de serviços), sobe de 562 milhões de dólares em 1970 para 7,1 bilhões em 1974. Apresenta uma tendência de queda, entre 1975 e 1977, devido aos esforços do governo em conter o ritmo da economia, pois cai para 6,7 bilhões de dólares, em 1975, 6,0 bilhões, em 1976 e 4,0 bilhões em 1977. No entanto, em 1978, volta a subir novamente, chegando em 6,9 bilhões de dólares (GOLDENSTEIN, 1986, p.100 e 114). O padrão de financiamento em vigor apresentava claros sinais de esgotamento, pois a queda no ritmo de crescimento da economia e a inflação orientavam parcelas crescentes da massa de lucros para as aplicações financeiras, ao invés de serem reinvestidas produtivamente. Protegidas pela correção monetária e avalizadas pelos títulos públicos, as aplicações financeiras ofereciam baixo risco e alta lucratividade, particularmente para o capital bancário, desencadeando uma dinâmica especulativa na disputa pelos recursos financeiros que tendeu a se aprofundar nos anos seguintes (GOLDENSTEIN, 1994, p.57-96). Isto, além da óbvia resistência do capital externo aqui instalado em contribuir para a substituição de um padrão de financiamento que o beneficiava e permitia sua reprodução monopolista em nível internacional (MANTEGA, MORAES, 1984, p.83-103). Daí seu papel de liderança na campanha antiestatista.

Apesar do crescimento efetivo do DI nesta fase, o que implicou num aumento dos seus índices de nacionalização e reforçou a política de exportação de bens intermediários, o esforço do II PND foi insuficiente para completar a substituição de importações e amadurecer o departamento no volume exigido pela economia brasileira. Mais ainda, não conseguiu superar a vulnerabilidade congênita da balança de pagamentos, dificultando a própria capacidade do governo de manter o ritmo das inversões públicas no setor produtivo. Para preservar o ritmo de crescimento, combater o desequilíbrio externo e controlar a inflação, a partir de meados de 1976, o governo adota uma política econômica, que amplia enormemente a dívida externa e a dívida pública interna, elevando a taxa de juros e indexando os títulos públicos, conforme avaliação de Fishlow (1988, p.141-167). Na verdade, a saída para as dificuldades de financiamento do período passou pela intensificação das contradições do padrão de financiamento e não pela sua reversão. Esta orientação econômica conseguiu prorrogar a fase de crescimento até o final do governo, porém sob condições cada vez piores.

Deste modo, a postura antiestatista e até mesmo predatória das diversas frações da burguesia diante do projeto desenvolvimentista do governo não foi obra do acaso e nem produto da irresponsabilidade ou da cegueira histórica. Na verdade, reproduz um tipo de comportamento orgânico, presente em várias conjunturas da trajetória histórica da industrialização brasileira, e que combina forte pragmatismo com grandes doses de oportunismo e senso de sobrevivência diante do desenvolvimentismo estatal (BIELCHOWSKY, 1996; DRAIBE, 1985; SOARES, W., s.d.). Este é um tipo de comportamento com notórias limitações para qualquer pretensão hegemônica, mas que tende a se aguçar sensivelmente nos momentos de ditadura burguesa aberta. Por isto o fracasso do II PND em viabilizar um novo padrão de acumulação não distancia o governo da burguesia, pelo contrário, limita sua ação mais ainda ao horizonte histórico burguês, reforçando a dimensão concentracionista de renda e poder de sua ação econômica. O exclusivismo desta relação entre Estado e classe dominante determina tanto a evolução futura da economia brasileira, quanto o próprio projeto de transição à democracia. Nas duas perspectivas, a política e a econômica, as possibilidades de estabelecimento de novas relações com as classes subalternas tornam-se progressivamente inviáveis, soldando os interesses das diversas frações das classes dominantes, na conjuntura de crise econômica e política que se aprofunda, e diluindo mais ainda as fronteiras entre o público e o privado (OLIVEIRA, 1984, p.132-133).

Mesmo no bojo da disputa interburguesa e da campanha antiestatista as diversas frações burguesas mantêm uma interlocução exclusiva com o governo, procurando ampliar seus canais de representação e articulação com o Estado, ao invés de ampliá-la junto às classes subalternas, conforme Sebastião C. Velasco e Cruz (1988, p.256-258). Além das limitações decisivas que pesavam sobre a possibilidade de uma aliança entre a burguesia de bens de capital e a burguesia de Estado em torno de um novo padrão de acumulação capitalista, este comportamento impede a emergência de uma alternativa política de democratização que se opusesse ao projeto de *distensão sob o reforço do cesarismo militar*, conduzido pelo governo, e que fosse hegemônica para o conjunto das classes burguesas ou, pelo menos, para suas frações monopolistas. Além disso, limita sensivelmente a independência e autonomia dos diversos aparelhos de hegemonia das classes dominantes diante do Estado e da institucionalidade autoritária. Mesmo a burguesia do setor de bens de consumo duráveis, que alimentava as críticas mais ácidas ao estatismo, ao centralismo e ao dito “nacionalismo conservador” do governo, reportava-se

constantemente aos compromissos da chamada “Revolução de 64” com a livre empresa e com a interdependência econômica internacional. Podemos dizer que a burguesia do médio capital industrial alimentava uma perspectiva *anticesarista*, porém sua debilidade no interior do bloco no poder e seu sectarismo liberal o impede de dar plena consequência política a esta perspectiva, assumindo uma postura *antiautocrática* com base numa aliança orgânica com os setores mais organizados das classes subalternas. Deste modo, sua intervenção mais radicalizada limita-se à *oposição liberal*, juntamente com os setores da média burguesia rural e com as camadas tradicionais da classe média urbana (SAES, 1985, p. 217-226).

Sendo assim, os canais de articulação entre Estado e classes dominantes tiveram que se pluralizar e ampliar, para expressar as diversas demandas burguesas, e manter sua unidade. No plano das relações corporativas e extra-corporativas, mediadas diretamente pela representação burocrática através dos *anéis burocráticos* (CARDOSO, 1973, p.50-103), os novos instrumentos de representação assumem uma importância crescente. Ao lado dos sindicatos patronais, instrumentos tradicionais de representação corporativa, os novos instrumentos, de tipo extra-corporativo como as associações paralelas e que agregam setores específicos da produção industrial, expressam um processo de pluralização de interesses extremamente funcional nesta conjuntura (DINIZ, BOSCHI, 1978, p.170). Diante do acirramento da disputa interburguesa e do reforço do centralismo decisório pelo governo Geisel, as associações paralelas permitem que as frações burguesas utilizem-se das negociações setoriais com os órgãos burocráticos para ampliar sua margem de manobra e seu poder de pressão. Deste modo, o centralismo pode ser relativizado, o poder de veto do empresariado às políticas específicas para cada setor é aumentado e a própria disputa inter-burguesa se desdobra dentro do Estado, por meio da disputa entre os respectivos anéis burocráticos, o que reforça a autonomia das empresas e agências estatais.

Na pesquisa sobre o empresariado nacional realizada por Diniz e Boschi (1978, p. 170-185) esta situação é claramente percebida pelos grandes empresários, quando afirmam que a representação, por meio de associações paralelas, é uma forma de manobrar, com o excessivo centralismo decisório do governo, e de preservar a autonomia da ação empresarial diante do Estado, pois a estrutura sindical é tutelada pelo governo. Além disso, as associações paralelas são um mecanismo de poder nas próprias disputas interburguesas, pois nos sindicatos os pequenos e médios empresários têm um peso numérico expressivo, enquanto nas associações paralelas eles são praticamente inexistentes. Mais do que isto, as

associações paralelas permitem uma relação mais pragmática e técnica do empresariado com o Estado, enquanto a estrutura sindical tem um caráter mais político, pois se dedica às questões políticas e econômicas globais. As frações burguesas do capital monopolista, porém, fazem uso das duas estruturas conforme as demandas a serem encaminhadas e o interlocutor em questão (p.178-182).

Essas considerações permitem a compreensão de que há uma clivagem nas formas de representação das frações burguesas frente ao Estado, determinada pelo poder econômico respectivo de cada fração, e um relativo desequilíbrio entre elas. Se por um lado as frações burguesas ligadas ao capital monopolista ampliam e flexibilizam seus mecanismos de representação burocrática, por meio da estrutura extra-corporativa, e fazem uso do projeto distensionista, para veicular suas reivindicações e pressionar o governo, por outro lado, as frações vinculadas ao médio e ao pequeno capital não possuem a mesma amplitude de canais de representação, vendo-se limitadas à estrutura sindical e/ou aos mecanismos de representação política. Isto aguça as contradições entre as diversas classes e frações burguesas e *qualifica o processo de reativação da representação política*, pois este também passa a expressá-las mais francamente, ao mesmo tempo que reforça o projeto distensionista do governo. Isto explica a ressonância destas contradições na dinâmica política desta fase, com ressonância nos partidos e no Congresso.

3.2 - A dinâmica política: entre a *passivização* da disputa política e a intervenção seletiva do governo

3.2.1 - Os partidos e o Congresso

Em primeiro lugar, a reativação do Congresso no início da nova legislatura foi marcada pela recuperação de sua capacidade de discutir as grandes questões. A agenda desta discussão foi claramente definida pelas contradições interburguesas. O MDB, particularmente, interviu com base nesta dimensão. Graças à ampliação de sua bancada, o partido consegue patrocinar duas comissões parlamentares de inquérito (CPI), que resgatavam temas de crucial importância para o debate político: a CPI das multinacionais e a CPI dos salários. Particularmente na CPI das multinacionais, os ecos da campanha

antiestatista e das contradições interburguesas fizeram-se sentir visivelmente, gerando posições divergentes até mesmo entre os políticos arenistas. De um lado posicionavam-se os que condenavam o avanço da estatização e o “nacionalismo”, por favorecerem a emergência de uma orientação socialista, como o presidente do Senado (e banqueiro) Magalhães Pinto (*Visão*, 22/12/1975, p.29-30) e o deputado federal José Roberto Faria Lima, do grupo “renovador”, da ARENA (*Visão*, 26/01/1976, p.28-31). De outro lado, posicionavam-se os que defendiam a estatização e o papel dinamizador do Estado, como processo inelutável na conjuntura, devido à própria ineficiência e à “tendência anárquica” da empresa privada, como o senador Jarbas Passarinho (*Visão*, 12/01/1976, p.21). No MDB, a postura foi de denúncia do processo de desnacionalização da economia e da dependência financeira e tecnológica, e de crítica à ausência de mecanismos de controle das multinacionais pelo governo (*Movimento*, 10/11/1975, p.5-6). No entanto, em sua cúpula não faltavam posições críticas do processo de estatização e centralização decisória, como as de Ulysses Guimarães, presidente do partido, que considerava excessiva a intervenção do Estado na economia (*Visão*, 9/02/1976, p.23-26).

A estrutura partidária também vive um processo de reativação nesta fase, tanto no sentido da ampliação do debate e da disputa interna, quanto no sentido da formulação de programas políticos com maior nível de unidade político-ideológica. No MDB, este processo já vinha ocorrendo anteriormente, desde o surgimento do grupo dos autênticos em 1972 e da anti-candidatura de 1973, e se aprofunda agora. Mas é na ARENA que ele acontece como uma verdadeira inovação. Além das tradicionais disputas fisiológicas, determinadas principalmente pelas relações clientelistas e patrimonialistas das classes dominantes diante do Estado, surgem, na ARENA, clivagens políticas definidas pela postura do partido diante da distensão. Motivados pela definição do papel dos partidos no projeto de distensão, emitida diretamente pelo próprio presidente da República, diversos políticos arenistas passam a vislumbrar a transformação da ARENA num *verdadeiro partido* das classes dominantes no Brasil, capaz até mesmo de possibilitar a direção do Estado no lugar dos militares. Nesta perspectiva, o projeto de distensão torna-se a condição para a ARENA assumir seu novo papel.

Já na avaliação da derrota do partido em 1974, diversos parlamentares arenistas entrevistados pelo jornal *Opinião* levantavam as dissidências locais e o processo de escolha dos candidatos, claramente orientado pelo governo, como as principais dificuldades enfrentadas. Magalhães Pinto, senador, coloca a necessidade de se privilegiar as

“lideranças naturais” e a influência dos parlamentares na escolha dos candidatos para as eleições de 1976; Célio Borja, deputado federal, condena as divergências locais e propõe sua superação. Nesta linha se dão as intervenções de Virgílio Távora, senador, que critica a entrega da liderança política do partido a “técnicos”, de Jarbas Passarinho, também senador, que localiza uma crise nas lideranças locais devido às dissensões criadas pelas sublegendas, e de José Roberto Faria Lima, deputado federal, que condena a “mentalidade discricionária, criadora de ‘igrejinhas’, dentro do partido”. Este último vai além em suas considerações, quando defende o fortalecimento das instituições políticas e a estruturação da ARENA como instrumento político do governo, “no lugar dos militares”, como meios para a ascensão do partido ao poder (*Opinião*, 06/12/1974, p. 4-5).

Esta orientação crítica se reforça quando o senador Teotônio Vilella inicia um processo de mobilização no partido, no Congresso e na sociedade civil, em defesa do projeto distensionista do governo. Depois de uma conversa com Geisel, em março de 1975, em que este reafirmou seu compromisso com a distensão, Vilella propõe a criação de um amplo debate institucional e aproxima-se de intelectuais e de membros do governo como o ministro Severo Gomes (ALVES, 1983, p.114-127). Sua mobilização gera reações dentro da ARENA, seja por parte dos setores mais conservadores e antidistensionistas, como o senador Dinarte Mariz, ligado aos militares de linha-dura, seja por parte de governadores que apoiavam a distensão, como Paulo Egydio Martins (SP), Aureliano Chaves (MG) e Sinval Guazelli (RS). A reação destes, e do próprio ministro da Justiça, Armando Falcão, foi a de reafirmar o apoio ao governo na condução do processo e a obediência ao ritmo por ele estabelecido, como se sabe, “lento, gradual e seguro” (*Opinião*, 27/06/1975, p.3). Na verdade, a defesa da distensão por Teotônio Vilella movia-se autonomamente num campo definido pelo governo, que corroborava o projeto distensionista, mas que comportava contradições com o mesmo. Os principais elementos de contradição eram a excessiva autonomia com que Vilella e o grupo de renovadores da ARENA se moviam diante do governo e de suas lideranças no partido e no Congresso (como o deputado José Bonifácio, presidente da Câmara, e o senador Petrônio Portella) e uma leitura extremamente mais ampla da distensão, imaginada como restabelecimento puro e simples do “Estado de direito” e como fim do cesarismo militar. Esta leitura é reafirmada quando o senador afirma que “esperava mais do governo” após o pronunciamento de Geisel, em agosto de 1975, que desfaz as ilusões quanto à abolição imediata dos instrumentos de exceção, como o AI-5 (*Opinião*, 18/8/1975, p.7).

O grupo dos renovadores forma-se rapidamente dentro do partido, criticando seu imobilismo e defendendo o debate institucional sobre a distensão. Inicialmente com 52 deputados federais, o grupo logo aumenta para 82, motivado pelas divergências internas e pela perspectiva eleitoral aberta por sua identificação com um discurso muito parecido com o do MDB, apesar de manter-se como base de sustentação do governo (*Movimento*, 15/12/1975, p.5). O papel dos renovadores é importante na convenção da ARENA, que aprova seu primeiro programa partidário, obrigando os conservadores a um recuo tático (*Opinião*, 10/10/1975, p.3).

Após quase dez anos de existência, com dois milhões e oitocentos mil filiados, 70% dos senadores, 65% dos deputados federais e 55% dos deputados estaduais, o partido do governo só elaborou seu primeiro programa partidário em 1975 (*Movimento*, 01/09/1975, p.5). O ineditismo da iniciativa não se explica pelo abandono dos “ideais da Revolução de 1964”; pelo contrário, mas pelo processo de reativação da estrutura partidária ocorrido nesta fase. A convenção do partido, ocorrida em setembro de 1975, expressou os impulsos por autonomia e estruturação orgânica, presentes em alguns setores arenistas, e o próprio apoio do governo ao seu fortalecimento. Nesta linha, em fins do mesmo ano, é criada a Fundação Milton Campos, um instituto de estudos do partido voltado para a promoção cursos e seminários, para seus militantes e para assessorar o governo (*Visão*, 26/01/1976, p.20-22). O programa aprovado trazia como objetivo geral a implementação da democracia representativa e a estruturação do “Estado de Direito”, baseado na pluralidade da sociedade política, na rotatividade do poder e no respeito aos direitos do homem. No plano da agenda distensionista, o programa propunha, além da realização de eleições diretas para governadores de estado em 1978 (já definidas por lei), a reforma do poder judiciário, e avançava em relação ao governo, como na defesa do direito de greve. Nos planos econômico e social, o programa era mais fiel às posições do governo, defendendo desde o crescimento econômico acelerado com base na economia de mercado, até o controle do capital estrangeiro e da remessa de lucros, passando pelo apoio à empresa nacional, pela defesa do monopólio estatal do petróleo e até da reforma agrária nos latifúndios improdutivos. No entanto, a subordinação ao governo continuava forte, pois a nova direção nacional do partido foi indicada pessoalmente por Geisel, com Francelino Pereira na presidência e Nelson Marchezan na secretaria geral (*Opinião*, 26/09/1975, p.3).

Toda esta movimentação da ARENA fortalece a criação de um *campo de interlocução liberal* no interior da sociedade política, dirigido pelo projeto distensionista

do governo e com fortes repercussões no MDB, particularmente entre seus setores dominantes.¹⁸ Setores variados do partido respondem, positivamente, às conclamações do presidente da República e de lideranças da ARENA, para que o MDB assumia uma postura de oposição “responsável e construtiva” após as eleições de 1974. Enquanto o senador Franco Montoro, coordenador nacional da campanha do partido, fala em “transigência sem adesismo”(*Opinião*, 22/11/1974, p.5-6), o senador eleito Marcos Freire, autêntico, destaca o compromisso do MDB com o esforço de “união nacional” (p.6-7). Apesar de condicionar a atitude construtiva do MDB ao respeito aos direitos humanos e à abertura do diálogo, o senador eleito Saturnino Braga considera positivos os “sinais de aproximação” demonstrados pelo governo Geisel e destaca seu caráter nacionalista (p.7). O “pragmático” Orestes Quércia, conforme definição de *Opinião*, senador eleito por São Paulo, vai além e afirma que o governo já executa a plataforma do MDB através do II PND (p.8).

Esta postura conciliatória e confiante diante dos propósitos distensionistas do governo levou o partido, até, a procurar aproximar-se dos militares. Vislumbrando a perspectiva de ascensão do MDB aos governos estaduais e federal e à maioria do Congresso em 1978, os dirigentes do partido, particularmente Ulysses Guimarães (presidente nacional) e Thales Ramalho (secretário geral), procuraram tranquilizar os militares e conquistar sua confiança afirmando a impossibilidade de “volta ao passado” ou

¹⁸ — Definimos como campo de interlocução liberal o conjunto de setores políticos identificados com o projeto de transição à democracia, que assumem a função de interlocução junto ao governo na operacionalização do projeto distensionista e de mediação do conflito político junto aos diversos setores inseridos na arena da disputa política, institucionalizada ou não. Já constatamos o aparecimento de um campo de interlocução numa das etapas de consolidação da institucionalidade autoritária, em 1967-68. Porém, neste momento, o surgimento do campo de interlocução liberal é resultado direto do processo de reativação da esfera de representação política, ocorrido nesta fase da distensão, e se baseia na perspectiva de transferência de parte das funções de “salvaguarda da ordem” do poder Executivo federal, sob cesarismo militar, para outras esferas da sociedade política. Deste modo, as funções de interlocução e de mediação assumidas por este campo são potencializadas neste momento, como parte da própria estratégia distensionista do governo. Por isto, ele emerge fundamentalmente nos partidos institucionais (ARENA e MDB), no poder legislativo (Congresso Nacional, principalmente) e nos governos estaduais, porém com capacidade de dialogar com setores da esfera de representação burocrática, como os militares e o Judiciário, e até com aparelhos de hegemonia localizados na sociedade civil. As relações deste campo com o governo militar são ambíguas. Ao mesmo tempo em que colaboram no encaminhamento do projeto distensionista, submetendo-se à direção política do governo e fortalecendo estratégias de superação da institucionalidade autoritária por dentro dela mesma, pressionam pelo avanço do processo de transição, assumindo até um comportamento crítico em algumas conjunturas. Seu conteúdo liberal se define pelo compromisso com o fim do cesarismo militar e com o restabelecimento da democracia burguesa, através do fortalecimento da esfera de representação política por meio da rotina eleitoral, do pluralismo partidário, da independência entre os poderes e da garantia das liberdades individuais. É importante destacar que este compromisso, porém, não se estende à abolição da autocracia burguesa, o que se evidencia pela sua própria composição política — setores renovadores da ARENA e setores moderados e adesistas do MDB. Este limite é o que lhe qualifica para assumir responsabilidades políticas crescentes no âmbito da institucionalidade autoritária, e até dirigir politicamente o

de “ascensão de inimigos do regime” com o avanço emedebista. Mais do que isto, chegaram a vislumbrar o lançamento de candidaturas de militares a governos estaduais e até à presidência da República pelo MDB, num movimento de respaldo do cesarismo militar, mesmo que por vias transversas (*Opinião*, 13/06/1975, p.3). Apesar da tentativa ter sido abortada pela virulenta reação do governo e de parte da grande imprensa (jornal *O Globo*), este episódio indica o nível de acomodação do MDB ao projeto distensionista do governo e de aposta numa estratégia de ascensão ao poder que reforça seu caráter de *partido institucional*.

Isto fica especialmente claro, se levarmos em consideração que a tentativa de aproximação com os militares é uma resposta defensiva do partido a uma nova onda repressiva, desencadeada pelo governo e pelos órgãos de repressão e informações no início de 1975, contra as organizações da esquerda marxista e contra setores dos movimentos sociais, como a Oposição Metalúrgica de São Paulo. Ou seja, além de colocar-se claramente diante da institucionalidade autoritária como um canal de manifestação política das pressões dentro da ordem, auto-excluindo as demandas “contestatórias” presentes em seu interior, o MDB imagina sua viabilização política através dos mecanismos de ação política tolerados por esta mesma institucionalidade e dinamizados pelo projeto distensionista. Ao mesmo tempo em que reforça um *campo de interlocução liberal*, essencialmente localizado na sociedade política e definido política e ideologicamente pela *operacionalização do processo de transição à democracia dentro dos limites da ordem social*, esta postura do MDB (pelo menos de seus setores hegemônicos) corrobora a dimensão *passivizadora* do projeto distensionista do governo. A estratégia de mudança assentada numa *revolução passiva*, que o projeto distensionista contém, se mostra em toda a sua clareza na medida em que impõe ao MDB uma *armadilha institucional*. Para viabilizar-se como partido de oposição, este precisa abdicar de toda e qualquer perspectiva “contestatória” e *antiautocrática* que contenha, ou que venha a conter, por conta de sua identificação com as classes subalternas. Daí, o princípio distensionista de canalizar o conflito político para uma arena controlada e relativamente *immune* às contradições sociais.

É importante perceber como este movimento passivizador, mediado pela inserção do partido na instância da representação política através de sua viabilidade eleitoral, atinge até mesmo os setores mais combativos e conseqüentes do partido,

processo de transição à democracia em sua etapa final, como veremos. Nesta etapa, este campo está em formação, consolidando-se plenamente nas etapas seguintes do processo de transição à democracia.

identificados como grupo dos autênticos. Como já adiantamos, o partido de oposição também vivencia um processo de dinamização, iniciado antes mesmo desta fase. Após as eleições de 1974, seu caráter frentista se aprofunda e, obviamente, as distintas perspectivas de oposição que o compõem também buscam se fortalecer. Proporcionalmente, o grupo que obteve as votações mais expressivas nos estados onde o MDB tinha maior penetração (São Paulo, Guanabara e Rio Grande do Sul) foi o dos autênticos, chegando a aglutinar entre 25 e 40 deputados federais conforme os momentos (KUCINSKI, 1982, p.59). No entanto, os representantes do grupo que conseguiram se reeleger, e que se vinculavam a ele desde 1972, adotam uma perspectiva de ação cada vez mais moderada e “responsável” (conforme o jargão da época), seja diante da direção do partido, seja diante do governo e da ARENA. Sua ação partidária e parlamentar passa a ser claramente condicionada pela ascensão, de muitos líderes autênticos, à condição de lideranças da oposição, com fortes chances de vitória (às vezes, favoritismo mesmo) nas eleições diretas para governos estaduais de 1978.

Deste modo, a viabilidade política deste grupo, e de suas possibilidades de ascensão, depende cada vez mais da aceitação do projeto distensionista do governo e da sobrevivência do MDB como *partido institucional* localizado na sociedade política. Daí os esforços dos líderes autênticos para costurar um acordo com os moderados na direção do partido, em nome da unidade partidária (*Opinião*, 06/06/1975, p.3). Por isto os autênticos eleitos em 1974 buscam diferenciar-se dos outros sob a alcunha de neo-autênticos, definidos não só por serem parlamentares estreantes no Congresso Nacional, mas, principalmente, por uma postura de oposição mais radicalizada. Os neo-autênticos podem ser considerados expressão do apoio dado pelos inúmeros movimentos sociais ao MDB, por isso defendiam a unidade programática do partido e criticavam acridamente os setores moderados e adesistas, acusados de autoritarismo nas relações internas do partido e de desvio do programa da oposição. Daí sua postura crítica diante da aproximação dos autênticos com os moderados e a necessidade de se diferenciar dos primeiros (*Opinião*, 6/6/1975, p.3).

No entanto, a aproximação dos autênticos com os moderados é carregada de contradições, na medida em que os primeiros ainda defendem um processo de estruturação orgânica do partido, com base numa ideologia partidária, na democracia interna e na obediência ao programa partidário. A referência para esta perspectiva partidária foi o documento “O MDB aproximando o futuro”, editado pelo diretório regional do Rio Grande

do Sul, onde o MDB mais se aproximava da condição de *partido*. Além do maior enraizamento nos diversos segmentos sociais e de sua maior organização, no Rio Grande do Sul o MDB desenvolvia um amplo trabalho de conscientização e politização. O MDB gaúcho era o único que possuía estruturas organizativas específicas em seu interior, voltadas para a articulação com os diversos movimentos sociais, como os setores Jovem, Feminino e Trabalhista. Além disso, o partido possuía um centro de estudos, o IEPES (Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais), que desenvolvia um amplo debate político reunindo militantes e intelectuais com as mais diversas posições políticas e ideológicas (*Movimento*, 01/09/1975, p.5). A intenção dos autênticos, e dos neo-autênticos também, era nacionalizar a experiência gaúcha, aprovando na convenção do partido um programa partidário que contemplasse esta perspectiva (*Movimento*, 15/09/1975, p. 7). Daí suas divergências com os moderados e, principalmente, com os adesistas, para quem a estruturação orgânica do MDB como partido não interessava, apesar deste já contar com mais de 700 mil filiados em 1975 (*Movimento*, 01/09/1975, p.5). Numa manifestação de lucidez e, ao mesmo tempo, de intenção política, Thales Ramalho, secretário-geral e membro destacado dos moderados, chega a afirmar que o MDB não era um partido de oposição, mas apenas uma frente ampla, devendo extinguir-se quando a democracia retornasse (*Movimento*, 18/08/1975, p.7).

Por outro lado, os setores adesistas do partido se fortalecem com a estratégia distensionista do governo, atingindo um caráter estrutural em estados como o Rio de Janeiro e a Bahia. No Rio de Janeiro, o grupo ligado ao ex-governador Chagas Freitas domina a estrutura do partido por meio de métodos fisiológicos e clientelistas. Sua postura colaboracionista com o governo descaracteriza a condição de oposição do partido, apesar da resistência dos “amaralistas”, ligados ao moderado Amaral Peixoto, em aliança com os autênticos (*Movimento*, 08/03/1976, p. 3,4 e 5 e DINIZ, 1981, p. 26-46). Na Bahia, nem mesmo a presença de um autêntico, como o ex-deputado Francisco Pinto, é capaz de impedir o predomínio dos setores adesistas, que chegam, até mesmo, a contar com o apoio velado de políticos da ARENA, como Antonio Carlos Magalhães (*Movimento*, 8/3/1976, p.3,4 e 5). O “adesismo” chega a extrapolar a função de *partido institucional da oposição* exercida pelo MDB, pois sua ação é muito mais orientada pela *acomodação com a ordem* do que pela canalização de pressões dentro da ordem. Este setor é a expressão política de frações do bloco no poder, que só estão no MDB em função de problemas locais e/ou fisiológicos com a ARENA.

A postura ambígua da direção moderada e o veto dos adesistas impedem que os autênticos assumam cargos na direção executiva do partido e determina sua subrepresentação no diretório nacional. Mesmo sendo aprovado um programa partidário com base na experiência do MDB gaúcho, a supremacia moderada e adesista na direção nacional impede sua implementação orgânica (*Movimento*, 01/09/1975, p.5; 08/09/1975, p.4 e 15/09/1975, p.5). Esta situação evidencia os limites institucionais da transformação do MDB num partido, rigorosamente falando, enraizado na sociedade civil e articulado organicamente com os aparelhos privados de hegemonia, particularmente aqueles de caráter contra-hegemônico e antiautocrático.

3.2.2 - O MDB, os movimentos sociais e a seletividade da arena política

Na verdade, a relação entre o MDB e os movimentos sociais surgidos nesta conjuntura é de relativa *exterioridade*, pois além de serem instrumentos políticos essencialmente distintos, estão localizados em instâncias diferentes da arena da disputa política. Enquanto *partido institucional*, inserido na sociedade política por meio da representação política, o MDB se estrutura predominantemente a partir da dinâmica de sua ação parlamentar e do processo eleitoral e não de sua capacidade de criar, organizar ou, pelo menos, dirigir os aparelhos privados de hegemonia. Sua relação com eles é mediada por esta dinâmica, reprodutora do princípio liberal de representação política (relação entre representantes e representados) e não por uma ligação orgânica entre ambos. Para se ter uma idéia desta relação, conforme o próprio estatuto do partido, aprovado pela Convenção Nacional de 1975, os emedebistas possuidores de mandatos parlamentares têm representação automática nas convenções partidárias, independentemente das delegações municipais e regionais. Ou seja, há um claro privilegiamento da representação dos militantes detentores de cargos políticos, em detrimento do militante comum, mesmo daquele com forte representatividade social, particularmente os ligados aos movimentos sociais (MDB, 1976, p.56-58). Este privilegiamento era previsto pela própria Lei Orgânica dos Partidos, de 1971, com o intuito de institucionalizá-los, impedindo que as convenções partidárias fossem realmente representativas e que os partidos fossem realmente orgânicos, pois as delegações dos estados e territórios às convenções nacionais eram definidas pelas respectivas bancadas do partido no Congresso Nacional. Deste modo, um estado populoso e com muitos diretórios municipais do partido (evidência de organização e mobilização)

podia ter uma baixa representação na convenção nacional, caso tivesse um número pequeno de parlamentares, ou pior, caso não tivesse nenhum (SOARES,1984, p.80-84). Assim sendo, até mesmo em suas relações internas o MDB reproduz o papel institucional reservado aos partidos pela ordem política autoritária.

Na verdade, para as classes dominantes isto não é um problema, pois através dos anéis burocráticos suas diversas frações conseguem acessar o Estado diretamente com seus aparelhos privados de hegemonia, tendo nos partidos e no parlamento mais uma opção de representação de seus interesses. Vimos que nesta etapa as diversas frações do bloco no poder não só ampliam e flexibilizam sua estrutura corporativa, como também influenciam os partidos com suas demandas. Isto sem falar nos diversos aparelhos privados de hegemonia que ampliaram sua influência com a distensão e que defendem uma perspectiva hegemônica, como a grande imprensa, a OAB, a ABI e setores da Igreja Católica. No entanto, para as classes subalternas, esta é uma limitação decisiva, pois além de estarem excluídas dos anéis burocráticos, seus aparelhos privados de hegemonia são débeis, e/ou passam por uma fase de organização molecular, e elas dependem quase que exclusivamente dos partidos e do parlamento para viabilizar *institucionalmente* a representação de seus interesses junto ao Estado. Além disso, estes aparelhos privados de hegemonia, condutores dos diversos movimentos sociais, surgiram *independentemente* do MDB, ou seja, sua organização se faz sem o concurso do partido da oposição, pelo menos enquanto linha política definida e generalizada. A postura predominante do partido é muito mais de dar *cobertura política* a estes movimentos, dentro do amplo *campo da oposição democrática* (e anticesarista), do que propriamente de vincular-se a eles (SAES, 1985, p.217-230).

Por isto, a votação massiva obtida em 1974 indica a perspectiva de que o processo eleitoral viabilizasse esta articulação orgânica, forçando o partido a assumir uma identidade político-ideológica, a organizar-se democraticamente a partir da *base* e a buscar uma aproximação com os movimentos sociais. O crescimento eleitoral dos autênticos e neo-autênticos expressa esta perspectiva, pois estes eram os setores do partido que possuíam a maior articulação com os movimentos sociais e que propugnavam claramente a transformação do partido. No entanto, esta perspectiva vai sendo sistematicamente abortada pela inserção do MDB na arena da representação política institucionalizada. A possibilidade de transformação do partido foi aberta pela massiva votação obtida pelo partido em 1974, mas a dinâmica da sociedade política vai afastando e anulando as perspectivas transformadoras que ela carregava.

Após as eleições, mesmo reativado e dinamizado, o MDB continua sendo um partido institucional. A derrota política dos autênticos e neo-autênticos, na convenção do partido em 1975, e sua subrepresentação na direção nacional significam um descompasso evidente entre seu peso eleitoral e sua influência política, e *os limites objetivos da tentativa de transformar o MDB num partido de oposição de caráter popular pela via eleitoral*. Isto expressa, de modo exemplar, a contradição entre uma sociedade política reativada em sua esfera de representação política para canalizar os conflitos sociais e absorvê-los aos limites das *pressões dentro da ordem*, e uma sociedade civil rapidamente expandida e agilizada pela emergência de aparelhos de hegemonia, progressivamente condutores de *pressões contra a ordem*. Esta contradição, que está na essência do projeto distensionista do governo, atinge a própria existência dos setores do MDB, que pretendem rompê-la em favor de sua transformação num partido popular. Um ano após a convenção, a debilidade política e a falta de identidade e articulação dos autênticos e neo-autênticos são reconhecidas por eles mesmos (*Movimento*, 09/08/1976, p.3), numa demonstração melancólica das dificuldades que afetavam toda a movimentação político-parlamentar das classes subalternas, sob as condições impostas pelo projeto distensionista.

Deste modo, a reativação da representação política sob a institucionalidade autoritária e com o reforço do cesarismo militar, conforme o projeto distensionista, ocorre de forma limitada e *socialmente seletiva*. Há uma reativação sob controle da representação política que possibilita que ela funcione como *filtro* das contradições sociais, desdobrando politicamente apenas aquelas que não impliquem em *pressões contra a ordem*. A ausência de democracia interna nos partidos e no Congresso — manifesta pelo *cupulismo* do processo decisório, a subordinação do partido majoritário ao governo, a preservação do MDB como *partido institucional* e a criação de um campo de interlocução política limitado à mudança nos marcos da ordem social — demonstram que, mesmo reativados, o Congresso Nacional e os partidos permanecem submissos à representação burocrática exercida pelo poder executivo no interior da sociedade política. Demonstram, ainda, que a representação política reativada é muito mais acessível às frações do bloco no poder do que ao conjunto da sociedade.

Esta perspectiva é claramente definida quando o governo e os órgãos de repressão e de informações desencadeiam uma nova onda repressiva sobre os movimentos populares e as organizações da esquerda marxista logo após as eleições de 1974. Além do rescaldo da luta antiguerrilha, contra o PC do B (GORENDER, 1987, p.207-213), e do

combate aos setores do movimento operário que desenvolviam uma perspectiva contra-hegemônica, como a Oposição Metalúrgica de São Paulo (FREDERICO, 1990, p.235-243), o alvo principal são as organizações de esquerda que participaram do processo eleitoral, particularmente o PCB. Já vimos que das organizações marxistas o PCB era a única que dava um apoio orgânico ao MDB, dentro de sua estratégia de constituição da “frente patriótica antifascista”. Deste modo, o partido envolveu-se profundamente no trabalho de organização e na campanha eleitoral do MDB. A crítica tradicional feita pelo partido à luta armada, as condições de maior liberdade vigentes na campanha de 1974 e a vitória do MDB pareciam indicar a justeza da opção pecebista pela estratégia de desgaste político da ditadura, através das eleições, e a sua imunidade relativa diante dos órgãos repressivos. No entanto, em janeiro de 1975, o ministro da Justiça anuncia a descoberta de gráficas clandestinas do partido, usadas na campanha eleitoral (*Visão*, 10/02/1975, p.18-19), o que desencadeia uma ação repressiva sobre o partido com a prisão e morte de inúmeros militantes. No final de 1975, o inquérito sobre o PCB indiciava 105 pessoas, inclusive os deputados federais Marcelo Gatto e Nelson Fabiano e o deputado estadual paulista Alberto Goldman (*Movimento*, 12/01/1976, p.4).

Por toda esta fase, inúmeros pronunciamentos e ações indicam os limites do projeto distensionista e da reativação da representação política por ele proposta. A histeria anticomunista se desdobra em violentas críticas aos chamados “radicais da oposição” e à sua postura “revanchista” feitas por políticos governistas, como Jarbas Passarinho, e por órgãos da grande imprensa, como os jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo* (*Opinião*, 28/03/1975, p.3). A intenção do MDB de criar uma CPI dos Direitos Humanos e de convocar o ministro da Justiça para depor sobre o tema foi desautorizada pelo governo, e acatada pela oposição, como um fator intolerável de tensão política (*Visão*, 10/02/1975, p.18-19). A intenção de limitar a ação institucional do MDB se evidencia quando o presidente decreta a intervenção federal no município de Rio Branco (capital do Acre), anulando a resistência da maioria emedebista na Assembléia Legislativa à nomeação do prefeito pelo governo estadual arenista. As distinções entre “oposição” e “contestação” voltam a ser claramente definidas pelo governo e por membros da ARENA. Em agosto de 1975 o próprio presidente da República denuncia a “infiltração comunista em órgãos de comunicação, órgãos de classe, na administração pública, particularmente na área do ensino e também nos partidos políticos” (*Opinião*, 08/08/1975, p.3) e confirma que o governo tem efetuado prisões (*Movimento*, 11/08/1975, p.5). Em outubro de 1975, o

jornalista Vladimir Herzog é preso pelo DOI-CODI de São Paulo, por conta das investigações sobre o PCB, e acaba morrendo, em função das torturas que sofreu. Em janeiro de 1976, o governo utiliza o AI-5 pela primeira vez contra parlamentares da oposição, desde o início do mandato de Geisel, cassando os mandatos e os direitos políticos dos deputados Gatto e Fabiano, por suas ligações com o PCB. Também em janeiro é preso e morto pelos órgãos repressivos o operário e sindicalista Manoel Fiel Filho, em São Paulo. Em março de 1976, os deputados federais emedebistas Amaury Muller e Nadyr Rosseti têm seus mandatos cassados, por criticarem a “Revolução de 1964”, e em abril o deputado Lysâneas Maciel têm cassados seu mandato e seus direitos políticos por protestar contra as cassações anteriores.

Dias após Geisel critica “(...) as ambições dos saudosistas, que vivem, muitas vezes, num mundo irreal, sonhando com um passado que não voltará”. Mais adiante afirma, “ nós temos um regime livre, todos os cidadãos são livres e todos vivem com ou pela liberdade. Só não há liberdade para os irresponsáveis” (*Movimento*, 12/04/1976, p. 4). Em nota emitida no mesmo dia a ARENA foi ainda mais explícita afirmando que “o MDB insiste em negar a realidade revolucionária (...)”. Em seguida ameaçou:

O que não se deseja, e não se permitirá, é que pela agitação subversiva o país seja desviado desses rumos [da realidade revolucionária] e perturbada a paz. (...) É deplorável verificar que a oposição persiste em não distinguir o campo legítimo em que lhe cumpre atuar, do outro — intolerável — que a coloca em confronto desafiador à Revolução. Esta não recua e, por isso mesmo, em sua defesa e para combater a subversão e a corrupção, haverá de utilizar-se sempre dos instrumentos legais de que dispõe. Deles não abrirá mão (*Movimento*, 12/4/1976, p. 4).

Toda esta movimentação indica o esforço do governo para enquadrar a representação política reativada, limitando-a aos marcos da preservação da ordem, confundida com a própria “Revolução de 64”, e estigmatizando como “subversão” e “contestação” as demandas antiautocráticas que emergiram à arena da disputa política institucionalizada. Por isto, a repressão ao PCB expressa exemplarmente uma ação repressiva de tipo distinto daquela desencadeada contra a esquerda armada. Trata-se, pois, de reprimir uma perspectiva contra-hegemônica, localizada nos próprios mecanismos de disputa política reativados pelo projeto distensionista (partidos, eleições e parlamento), e não fora deles. Esta verdadeira *intervenção seletiva* promovida pelo governo nos mecanismos de representação política acarretava conseqüências diversas, que no conjunto

reforçavam o cesarismo militar e a sua capacidade de direção política do bloco no poder. De um lado esta ação seletiva cumpria a função de atemorizar o MDB, particularmente os setores que não alimentavam uma perspectiva contra-hegemônica — com a possibilidade de perda do mandato, fechamento do Congresso e/ou cancelamento das eleições — e de reforçar sua subordinação passiva à condução da distensão pelo governo. De outro lado, ela preservava a unidade do bloco no poder, em torno de uma *perspectiva autocrático-burguesa de transição à democracia*, que substituía a forma ditatorial pela forma democrática do Estado burguês, sem permitir a ascensão autônoma e independente das classes subalternas à arena política institucionalizada. Com isto evitava-se que a crise conjuntural e as contradições interburguesas se desdobrassem numa crise de hegemonia de conseqüências incontroláveis. Particularmente entre os militares, esta perspectiva funcionava como um elemento de contenção do conflito, entre duros e moderados (distensionistas), e reforçava a unidade militar regida por critérios hierárquicos e disciplinares.

Diante deste processo de intervenção seletiva e da explicitação, por atos e falas, dos limites do projeto distensionista, as reações do *campo de oposição* oscilam entre a submissão passiva e a indignação impotente. A resposta do MDB à denúncia de participação do PCB nas eleições, já no início de 1975, foi cautelosa e corroborou a distinção entre “oposição” e “contestação”. Conforme Ulysses Guimarães, presidente do partido,

O MDB também condena e combate as ideologias totalitárias, de esquerda ou de direita. Todos sabem que o Partido Comunista existe, como organização adestrada para a atividade clandestina. Sempre será possível encontrar um aparelho subversivo, pois eles sempre existem. Quando um é descoberto, há outro em montagem para substituí-lo. Mas isso não pode servir de pretexto para perturbar a realização dos anseios democráticos do país, que é o compromisso fundamental do MDB (*Visão*, 10/02/1975, p.18).

Os setores adesistas do MDB pressionavam os autênticos e neo-autênticos com a onda anticomunista, exigindo sua depuração do partido. Apesar do isolamento político e ideológico e da repressão que sofreu, que ceifou a vida de dirigentes importantes e obrigou o comitê central a se exilar, o PCB mantém a linha de desgaste político da ditadura militar pela via eleitoral. A “Resolução Política do Comitê Central”, de dezembro de 1975, denuncia a onda repressiva, como uma estratégia do governo para isolar os setores de “oposição ao regime” da “oposição ao governo”, e propõe a aceleração do processo de

formação e consolidação da “frente patriótica antifascista”. O apoio ao MDB e a defesa do calendário eleitoral são elementos importantes para organizar a participação política das massas populares nas eleições de 1976 e 1978. A proposta de negociação com setores da ARENA visando a futuras composições em governos estaduais de oposição continua válida (CARONE, 1982, p.164-172).

Já vimos que o MDB recua diante das pressões do governo contra a criação da CPI dos Direitos Humanos. A cada momento de tensão motivado pelas cassações e pronunciamentos do governo acerca dos limites da distensão, sua direção atua no sentido de atenuar as críticas e esvaziar a ação dos autênticos e neo-autênticos. Seja manobrando para evitar pronunciamentos radicalizados no Congresso e na *Opinião* pública, seja se antecipando na crítica ao governo, a direção “moderada” do MDB procurava “conter seus radicais” (expressão do general Golbery do Couto e Silva), para evitar o colapso da esfera de representação política reativada. Este método de antecipação foi utilizado na resposta ao pronunciamento de Geisel em agosto de 1975. Pela primeira vez, a direção do MDB reconhece que a sua perspectiva de distensão é distinta da do governo, porque pressupõe a eliminação dos instrumentos de exceção e o fim da subalternidade do legislativo e do judiciário ao executivo, porém aceita a “gradualidade” do processo. Segundo a nota de Ulysses Guimarães,

‘Distensão’ não é o rumo para a democracia, mas a continuidade do AI-5, do decreto-lei 477, a inaceitabilidade da anistia. Surpreendidos pela inversão de sinal, os que pensavam que trafegavam para a liberdade ficaram na contramão e ameaçados de penas furibundas. (...) a revogação do AI-5 e a reforma da constituição de 1969 são premissas inafastáveis para a implantação do Estado de Direito no Brasil. (*Opinião*, 16/8/1975, p. 3).

No entanto, na nota, ele também evidencia o compromisso com a criação do *campo de interlocução* para a condução do processo de transição nos marcos da própria institucionalidade definida pelo projeto de distensão e dos princípios de *salvaguarda da ordem*. Continuando, diz a nota:

Assumindo a responsabilidade de prosseguir na luta, [o MDB] aguarda o diálogo, o escalonamento em etapas, se isso for requisito para a emancipação final a proposta substitutiva de mecanismos de defesa do Estado, que não impliquem em irresponsabilidade e em ameaças à vida, à liberdade, à integridade física e ao patrimônio dos cidadãos (*Opinião*, 16/08/1975, p.33).

Esta postura de colaboração na formação de um campo de interlocução e o esforço de diálogo em torno da distensão vão se desdobrar em diversas propostas de “constitucionalização” da legislação de exceção. Partindo da distinção entre a “legalidade constitucional” e a “legalidade institucional” (dos atos institucionais), setores variados do MDB propuseram anular a supremacia da segunda incorporando-a na primeira. Logo após as cassações dos deputados Rossetti, Muller e Maciel, o deputado Tancredo Neves, líder do setor moderado do MDB, avançou uma formulação nesta linha. Perguntado pelo jornal *Movimento* se também era a favor da tese da substituição do AI-5 por outros instrumentos jurídicos de força, Tancredo respondeu:

O dia em que for revogado o AI-5 isto seria inevitável. Com o AI-5 o governo se encontra superarmado. Sem o AI-5, simplesmente desarmado. O Estado de sítio é hoje um instrumento deficiente para a defesa do Estado face às modernas técnicas de subversão. Entre permanecer o ato e revogá-lo pura e simplesmente há um abismo. O AI-5 tem que ser revogado por um instrumento jurídico que preencha as necessidades de segurança nacional. (*Movimento*, 12/04/1976, p.5).

Poucos meses antes o autêntico Marcos Freire, senador, propôs a eliminação do AI-5 com a manutenção de alguns de seus objetivos, através da elaboração de uma constituição que permitisse ao Executivo dispor de poderes excepcionais. Segundo ele,

Podia-se prever do simples ‘estado de alerta’ ao ‘estado de guerra’, como situações extremas entre as quais outras escalas deveriam corporificar diferentes graduações na suspensão de direitos e garantias constitucionais. Acredito que qualquer normalização da vida constitucional terá de partir deste ponto capital, que é a reformulação deste capítulo de medidas emergenciais, seja na atual, seja em uma nova constituição. (*Movimento*, 15/12/1975, p.5).

É importante lembrar que a posição do programa do MDB e, particularmente, dos setores autêntico e neo-autêntico, era pela revogação pura e simples das medidas de exceção, sem paliativos ou arranjos. Portanto, estas propostas são consequência direta do processo de intervenção seletiva, desencadeado pelo governo sobre a esfera de representação política reativada, e corroboram, em linhas gerais, à própria estratégia distensionista de transferir a *salvaguarda da ordem* para outras instâncias da sociedade política, como o legislativo e o judiciário.

Na questão dos direitos humanos e das garantias e liberdades individuais, particularmente, esta postura conciliadora do MDB chocava-se com o avanço do movimento de oposição, através da ação de diversos aparelhos privados de hegemonia. Por

ocasião da morte do jornalista Vladimir Herzog, organiza-se em São Paulo uma clara manifestação de repúdio à continuidade das ações repressivas e à tolerância do governo com esta situação. Capitaneada pela Arquidiocese de São Paulo, o culto ecumênico pelo sétimo dia da morte do jornalista realizou-se em novembro de 1975 e mobilizou diversas entidades e movimentos sociais, desobedecendo à proibição do governo e confrontando-o claramente (KUCINSKI, 1982, p.48). A defesa dos direitos humanos era uma das bandeiras do movimento de oposição que aglutinava seus diversos setores políticos e sociais, apesar de ser hegemônica pelas camadas tradicionais das classes médias e pelo médio capital, e conduzida por uma perspectiva hegemônica e liberal através de entidades como a Igreja Católica e a OAB. Esta situação também demonstra um relativo descolamento do MDB como partido institucional em relação aos aparelhos de caráter hegemônico localizados na sociedade civil.

Desta forma, os limites do potencial transformador e *antipassivo* da reativação da esfera de representação política vão se evidenciando lentamente conforme a dinâmica da disputa política. Na verdade, o que se manifestam são as contradições do processo de transição à democracia sob a perspectiva do projeto distensionista do governo. As eleições municipais de 1976 suscitaram posturas diversas. Por um lado, localiza-se um relativo desinteresse pelo processo eleitoral, principalmente entre os estudantes, até com a expectativa de que os votos brancos e nulos crescessem em relação ao pleito de 1974 (*Movimento*, 12/04/1976, p.5). Por outro lado, amplia-se a inserção dos grupos organizados no processo eleitoral, até mesmo daqueles que passam a prestar um apoio orgânico ao MDB como o PC do B e o MR-8, aproximando-se da orientação do PCB também na questão sindical (FREDERICO, 1990, p.144-156). As outras organizações de esquerda que participaram das eleições de 1974 mantêm-se na posição de *apoio condicional* ao MDB, acrescidas do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), dissidência da OCML-PO surgida em 1976, que chega a lançar candidaturas pelo partido (entrevista realizada com Paulo Faria em fevereiro de 1998).

De fato, as eleições municipais de 1976 possuem um caráter distinto das de 1974. Primeiramente, o caráter local da disputa desnacionaliza o debate político, favorecendo os mecanismos fisiológicos e clientelísticos de obtenção de votos e agregando de forma mais evidente as clivagens “familiares” e “coronelistas” aos conflitos de classe, conforme definição de Soares (1984, p.27-30). Em segundo lugar, na disputa municipal a estrutura partidária tem um peso mais decisivo, definindo uma clara vantagem para a

ARENA. Enquanto esta apresentou candidatos em todos os 3.789 municípios onde houve eleições, o MDB deixou de apresentar em mais de 1.500. Além disso, se no Acre um vereador se elegia com 27 votos, em São Paulo eram necessários mais de 32 mil, devido às disparidades no coeficiente eleitoral que beneficiavam claramente os redutos arenistas, mais atrasados e ruralizados (*Movimento*, 22/11/1976, p.3-7). Finalmente, em 1976, o governo enfrentaria o teste das urnas pela primeira vez depois da eclosão da campanha antiestatista e da explicitação dos limites da distensão. Por isto, a vitória arenista seria importante para respaldar politicamente o projeto distensionista do governo e a viabilidade do bipartidarismo. Para evitar surpresas o governo retirou da oposição um instrumento decisivo na vitória de 1974: a campanha na televisão. Em julho de 1976, o governo instituiu a Lei 6.339, conhecida como “Lei Falcão”, e proíbe que os candidatos defendam suas posições políticas na campanha gratuita pelo rádio e televisão, limitando-os ao anúncio do nome, do currículo e do número de sua candidatura (PEREIRA, CAROPRESO, RUY, 1984, p.35-37).

Os resultados eleitorais são mais complexos do que os de 1974. O MDB avança consideravelmente nas grandes cidades em relação a 1972 (última eleição municipal). No conjunto das 100 maiores cidades do país, a votação emedebista cresce de 31% para 59% dos votos; nas 34 cidades com mais de 250 mil habitantes, cresce de 27% para 62%; e nas 15 cidades com mais de 500 mil habitantes o crescimento é impressionante, passando de 13% para 67% (*Movimento*, 22/11/1976, p. 3-7). Porém, em relação a 1974, o partido de oposição retrocede, de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pois a porcentagem de votos para vereadores (37%) é menor que a porcentagem obtida para deputados federais (37,8%) e deputados estaduais (38,8%) nas últimas eleições. Por outro lado, a ARENA cresce, pois a porcentagem de votos para vereador em 1976 (52,9%) foi muito maior que a porcentagem de votos obtida para deputados federais (40,9%) e para deputados estaduais (42,2%) em 1974 (LAMOUNIER, 1990, p.183-184).

É importante levar em consideração as condições desfavoráveis enfrentadas pelo MDB nas eleições de 1976 e o próprio favoritismo estrutural da ARENA numa disputa local. Condições essas localizadas na transferência do voto de setores do bloco no poder do MDB para a ARENA, como dos proprietários rurais e do médio capital, e nas evidentes limitações ao trabalho político da oposição parlamentar no plano municipal. No município de São Paulo, o MDB conquista a maioria na Câmara dos Vereadores, pois nas

capitais de estado o prefeito era nomeado. Quanto ao potencial opositor da bancada majoritária a expectativa, no entanto, era bastante negativa (*Movimento*, 22/11/1976, p.8). Mais do que isto, logo após as eleições as propostas de “conciliação nacional”, de apoio do MDB ao governo e de entendimento entre as cúpulas partidárias, voltam a mobilizar os dirigentes moderados do partido como Thales Ramalho, Tancredo Neves e Amaral Peixoto (*Movimento*, 29/11/1976, p.2 e 06/12/1976, p. 3). Durante a campanha eleitoral mais uma vez a direção “moderada” procurou esvaziar a ação dos autênticos e neo-autênticos. Estes propunham a edição de uma cartilha eleitoral que orientasse o conjunto do partido na campanha com um mínimo de unidade programática. Após aprovação relutante da direção, a cartilha editada saiu amputada das propostas elaboradas pelos autênticos e neo-autênticos de participação popular nas administrações municipais, levando-os a editar uma cartilha alternativa (*Movimento*, 11/10/1976, p.6). Deste modo, as eleições de 1976 não só não alteraram substantivamente os rumos da transição à democracia sob as condições do projeto distensionista, como reforçaram a estratégia passivizadora de reativação controlada da representação política. O campo de interlocução se consolidou, o avanço da oposição nos planos eleitoral e parlamentar manteve-se no limite das pressões dentro da ordem e as pressões contra a ordem permaneceram relativamente excluídas da sociedade política, seja pela dinâmica da disputa política institucionalizada, seja pela repressão pura e simples. Este processo de controle e intervenção seletiva vai ser novamente operado na fase seguinte, consolidando o cesarismo militar na condução da distensão e prorrogando-o para o novo mandato presidencial.

4 - Rumo ao Pacote de Abril (1977)

A edição do Pacote de Abril, em abril de 1977, é resultado direto das contradições inerentes ao projeto distensionista, de permitir a reativação da esfera de representação política, porém limitando-a às *pressões dentro da ordem*. Como vimos, esta perspectiva convive com inúmeras contradições, motivadas tanto pelo acirramento da disputa inter-burguesa, quanto pela movimentação política das classes subalternas. De um modo ou de outro, a sociedade política é dinamizada por um processo de mobilização e politização que expressa as contradições sociais desta etapa. Por isto, a reativação da representação política ocorreu sob um processo de intervenção seletiva, que reforçou o cesarismo militar e preservou a quase totalidade da institucionalidade autoritária. Na

verdade, a reativação da representação política implicou na *potencialização* dos próprios mecanismos previstos pela institucionalidade vigente. As mudanças efetivas na institucionalidade autoritária se limitaram ao fim da censura sobre os grandes meios de comunicação, mas não sobre a imprensa alternativa, e à estratégia de contenção das ações do aparato repressivo e de informações, sem que ocorresse, no entanto, sua desmobilização.

No entanto, a partir de 1976 novas contradições se agregam à dinâmica da distensão, pois de um lado o colapso do II PND e a possibilidade de criação de um padrão de acumulação capitalista alternativo acirram a campanha antiestatista e determinam uma alteração na correlação de forças no bloco no poder, iniciando uma nova fase de conflitos interburgueses. Por outro lado, a estratégia de contenção dos militares de “linha dura”, instalados especialmente nos órgãos de repressão e de informações, através da manutenção da unidade militar e do poder de pressão da sociedade civil, mostra-se insuficiente e relativamente ineficaz. Isto exige uma estratégia de desmobilização, com o inevitável desgaste da autoridade presidencial e com a emergência de uma verdadeira cisão nos meios militares, que vai se prolongar durante a etapa posterior. Diante desta situação o cesarismo militar precisa ser reforçado mais ainda, demonstrando a capacidade do governo de continuar a intervir seletivamente na arena da disputa política e de conduzir o processo de distensão. O Pacote de Abril, que muitos consideravam inevitável e outros consideravam necessário, é a demonstração desta capacidade.

4.1 - A correlação de forças se altera: a demissão de Severo Gomes

Vimos que durante os anos de 1975 e 1976 as contradições no bloco no poder são mantidas dentro dos limites de uma *crise conjuntural*. Por um lado, a ausência de uma aliança burguesa, em torno da viabilização de um novo padrão de acumulação capitalista, enfraquece o esforço desenvolvimentista do governo, proposto pelo II PND. A aliança entre a burguesia de Estado e a burguesia nacional do setor de bens de capital torna-se inviável, devido à própria autonomia política e econômica do setor estatal da economia e às contradições da burguesia nacional de bens de capital com esta autonomia e com o excessivo centralismo decisório do governo. Por outro lado, porém, a campanha antiestatista, capitaneada pelas frações do capital monopolista ligadas ao capital externo e situadas, particularmente, no setor de bens de consumo duráveis, não é capaz de

estabelecer uma ruptura destes setores com o governo e nem de viabilizar uma alternativa política ao projeto distensionista. Por isto, há uma composição das diversas frações do capital monopolista no governo Geisel e uma situação de *equilíbrio instável*, num ambiente econômico de crescentes dificuldades, mas de condução sob controle do processo de transição à democracia, o que impede a ruptura do bloco no poder e a emergência de uma crise de hegemonia.

No entanto, a partir de 1976, esta situação de equilíbrio tende a se romper, na medida em que a perspectiva desenvolvimentista do II PND vai sendo paulatinamente afastada, e o governo é forçado a assumir medidas cada vez mais contraditórias com os interesses da burguesia nacional do setor de bens de capital. A demissão de Severo Gomes do Ministério da Indústria e Comércio, em fevereiro de 1977, expressa uma recomposição das frações do capital monopolista no governo, em prejuízo de uma orientação mais nacionalista e mais firmemente vinculada à proposta de diminuição da vulnerabilidade externa da economia brasileira, através do avanço do processo de substituição de importações e da intervenção reguladora do Estado. Além disso, Severo Gomes expressava uma concepção do projeto distensionista, que radicalizava a perspectiva de fortalecimento do campo de interlocução liberal conservador e a clivagem entre duros e moderados nas Forças Armadas. Neste aspecto é importante lembrar suas ligações com o grupo renovador da ARENA, particularmente com Teotônio Vilela, e o episódio que gerou sua demissão. Numa recepção oferecida por um empresário paulista, Severo Gomes teceu críticas ao avanço da repressão no governo Médici e ao apoio dado por inúmeros empresários a este processo, rompendo o compromisso do governo Geisel de não emitir críticas públicas aos governos anteriores da “Revolução de 64”. A repercussão das críticas de Severo foi extremamente negativa nos meios militares, levando chefes militares ligados ao antigo governo a exigirem sua demissão, prontamente acatada por Geisel e Golbery do Couto e Silva (*Movimento*, 14/02/1977, p.7).

Na verdade, a posição de Severo Gomes no governo já vinha sendo debilitada desde algum tempo antes, particularmente em função de suas divergências com o ministério da Fazenda, ocupado por Simonsen, e com a própria orientação econômica do governo. Na medida em que as dificuldades econômicas se ampliavam, particularmente no tocante ao déficit da balança de pagamentos e da balança comercial, a postura desenvolvimentista e nacionalista de Gomes tornava-se alvo da campanha antiestatista e se chocava com as medidas tomadas pelo governo para equilibrar a economia e manter o

ritmo de crescimento econômico. Isto fica claro nas críticas que recebeu por vetar a compra da empresa brasileira Consul pela Phillips (multinacional) (*Visão*, 18/08/1975, p. 46) e na sua posição discordante em relação a medidas de atração do capital externo, como a liberação para as empresas estrangeiras realizarem contratos de risco com a Petrobrás na prospecção de petróleo, em outubro de 1975 (*Movimento*, 14/02/1977, p.8), e a realização pelo governo brasileiro no mesmo ano, na Áustria, do “Seminário Internacional de Investimentos no Brasil” (*Visão*, 09/06/1975, p.38-40). Outro momento de divergência acontece quando o Conselho de Desenvolvimento Econômico, órgão interministerial do governo, extingue a isenção de imposto para a importação da maioria das matérias-primas e estabelece um corte de 25% nas importações das empresas estatais para conter o desequilíbrio da balança comercial (*Visão*, 22/12/1975, p.26). Obviamente o setor industrial mais atingido por estas medidas era o departamento I, onde se localizavam as grandes empresas estatais e as empresas privadas do setor de bens de capital.

O problema é que a posição de Severo Gomes vai sendo isolada até mesmo em relação aos setores do governo que poderiam defendê-la com a mesma radicalidade, como o próprio presidente. Em seu depoimento, Geisel insiste em afirmar que, quando haviam divergências, as decisões finais do Conselho de Desenvolvimento Econômico eram tomadas pessoalmente pelo presidente (D’ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.282-284). Na questão dos contratos de risco da Petrobrás, Geisel afirma que tinha uma posição contrária, mas que foi “convencido” de sua necessidade, devido às dificuldades com a importação de petróleo (p.306-308). Esta postura é indicativa do compromisso do chefe de um governo cesarista com o conjunto das frações do capital monopolista e não apenas com parte delas, o inverso do que indica a posição de Severo Gomes. Portanto, na medida em que as condições econômicas dificultam a transição para um novo padrão de acumulação de capital, sem levar o bloco no poder a uma situação de esgarçamento e ruptura, a opção foi a de *acomodar-se* a esta situação e garantir a preservação do processo de acumulação de capital e o ritmo de crescimento econômico. Isto, bem ou mal, atendia aos interesses do conjunto das frações burguesas, configurando-se uma *estratégia de acomodação*, conforme definição de Lídia Goldenstein (1994, p.57-96), mesmo que para isto os propósitos desenvolvimentistas do governo tivessem que ser readequados ou, até mesmo, abandonados. Esta postura se evidencia quando se percebe que, apesar do fracasso das intenções originais do II PND e do avanço da crise econômica, o padrão de financiamento da acumulação capitalista não só não é revertido como é aprofundado.

Além das dificuldades estruturais para a realização da perspectiva desenvolvimentista do II PND, as contradições do padrão de financiamento se agravam nesta conjuntura, aprofundando, mais ainda, sua dependência ao lastro representado pelo Tesouro Nacional, e transformando o circuito financeiro no *locus* privilegiado de valorização da riqueza, de remuneração do capital. Esta perspectiva gera um *circuito especulativo* que sobrecarrega a estrutura pública de financiamento, em lugar da estrutura privada. O circuito especulativo que se estabelece vai da elevação dos juros, como mecanismo de captação externa de recursos, passa pelo aprofundamento do endividamento externo mediado pelo Estado e pela inundação do mercado financeiro com títulos públicos, para lastrear o sistema, e termina no estímulo à espiral inflacionária, com a elevação dos custos das mercadorias e do próprio capital. Como todo o sistema financeiro é sustentado pela capacidade de endividamento do Estado, o que havia na verdade era um esquema em que este captava os recursos a altos custos — até mesmo através do endividamento das empresas estatais — e o emprestava barato ao capital privado, na medida em que a compra de títulos públicos era não só um negócio atraente, devido às altas taxas de juros, mas seguro também, pois a correção monetária protegia-os da erosão inflacionária (FISHLOW, 1985, p. 141-167). A chamada “ciranda financeira” estabelecida transformava a inflação num mecanismo fabuloso de concentração de renda, pois enquanto protegia e assegurava a remuneração financeira do capital, beneficiando a burguesia, desprotegia o restante da sociedade diante da erosão inflacionária, particularmente os segmentos de baixa renda que não possuíam recursos para participar minimamente do mercado financeiro (p.141-167). Por isto, a manutenção do padrão de financiamento era parte fundamental da estratégia de acomodação, pois reforçava a acumulação de capital protegendo as diversas frações do capital privado, até mesmo as mais atrasadas, diante do aprofundamento da crise do padrão de acumulação.

Nestas condições, a deterioração progressiva das contas públicas passava a centralizar as preocupações do governo, levando-o a uma política de corte de gastos de efeitos sociais devastadores. A partir de 1976, diminuem progressivamente os gastos públicos dentro de uma política de contenção orçamentária. Os setores mais atingidos são as empresas estatais não diretamente ligadas à produção (transportes, comunicação e outros), a administração direta do governo (funcionalismo e gastos com o funcionamento dos órgãos públicos) e principalmente os serviços sociais (saúde, educação, habitação). Conforme Reischstul e Coutinho (1983, p. 38-58), até 1979, só o setor produtivo estatal é

relativamente preservado, o que explica o papel anticíclico assumido pelos investimentos públicos no período, mas depois também começa a sofrer cortes. Estes dados demonstram que a opção político-econômica adotada procurou preservar a intervenção do Estado na função de alavancagem da acumulação de capital, mas reduziu-a nas funções que exercia junto às classes subalternas e que tinham uma importância central para a reprodução de suas condições de vida.

É nesta situação que emerge a *estratégia de acomodação*, que baliza a intervenção econômica do Estado e permite a recomposição orgânica das diversas frações do capital e das classes dominantes (GOLDENSTEIN, 1994, p.57-96), mesmo que a transição para um novo padrão de acumulação seja abortada. Recomposição esta potencializada pela emergência do protesto e da radicalidade populares na etapa seguinte, o que determina que as diversas frações do capital voltem a orbitar em torno da condução da transição à democracia pelo governo. No entanto, neste momento, a demissão de Severo Gomes desencadeia o início do processo de incompatibilização da burguesia nacional do setor de bens de capital com o governo, amplificando suas críticas à política econômica com censuras aos limites do projeto distensionista. O próprio Severo Gomes torna-se um expressivo porta-voz destas críticas, transferindo-se para o partido da oposição na etapa seguinte e associando cada vez mais sua perspectiva desenvolvimentista à instalação da democracia política, (GOMES, 1977, p.159-163). Portanto, a inviabilização progressiva da perspectiva desenvolvimentista do II PND, com a inevitável orfandade do setor industrial de bens de capital, acirra as contradições interburguesas, empurra as frações deste setor para uma postura oposicionista que avançou em relação à campanha antiestatista, e agrega à sua crítica da política econômica a crítica do chamado “modelo político”. Na etapa seguinte esta postura se evidenciará com toda clareza suscitando, até, a elaboração de um *programa* com pretensões hegemônicas, como foi o “Primeiro Documento dos Empresários”, de junho de 1978.

4.2 - O fim da estratégia de *contenção* e a *cisão militar*

Outro elemento de recrudescimento das contradições no bloco no poder é o fim da relativa unidade que imperou nas Forças Armadas desde a ascensão de Médici em 1969. Como vimos, os processos de consolidação do cesarismo militar e, mais tarde, de início do processo de transição à democracia, com o projeto distensionista, não foram suficientes

para romper a composição militar havida nos governos Médici e Geisel. Apesar das clivagens existentes entre duros e moderados, podemos afirmar que a ampliação das ações repressivas, a indicação de Geisel para a sucessão de Médici e a reativação da esfera de representação política não estabeleceram uma cisão militar que ferisse a própria *condição operacional* do cesarismo militar, qual seja, a subordinação do conjunto das Forças Armadas à autoridade do presidente da República, ou pelo menos do governo militar. Mesmo considerando que no governo Médici quem detinha a autoridade, em termos concretos, era o ministro do Exército, é importante ressaltar que esta não se estabelecia por si própria e à revelia da autoridade presidencial, mas como seu complemento. É claro que a perspectiva de *contenção* dos aparelhos de repressão e de informação e que a recuperação da supremacia do presidente sobre o ministro do Exército, contemplada pelo projeto distensionista, alimentavam contradições com os setores militares, que se opunham à distensão, e com o próprio ministro do Exército. Mas estas contradições vão se manter nos limites da unidade e da hierarquia militares, até que o governo Geisel passe da *contenção* para a *desmobilização* do aparelho repressivo.

Esta mudança de estratégia se evidencia claramente quando o comandante do II Exército, General Ednardo D'Ávila, é demitido de seu comando em janeiro de 1976. Neste momento, a linha que separa a composição, mesmo que crescentemente precária, da cisão militar é rompida, polarizando os dois comandantes militares politicamente mais importantes, o presidente da República e o ministro do Exército. A demissão sumária de Ednardo D'Ávila, logo após o anúncio da morte do operário Manuel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, foi iniciativa pessoal do presidente da República, ultrapassando a autoridade do ministro do Exército e desprezando sua consulta, conforme depoimento do próprio Geisel (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.375). Esta iniciativa arranhou a autoridade do general Frota (ministro do Exército) e gerou reações no Alto Comando do Exército, particularmente dos comandantes do III e do IV Exércitos. No entanto, a unidade militar prevaleceu e a medida presidencial foi acatada (CHAGAS, 1985, p.228-229).

O episódio serviu como uma espécie de “recado” de Geisel aos comandantes militares e aos duros, numa conjuntura em que o governo parecia corroborar suas iniciativas, dando respaldo político à ofensiva contra o PCB e as outras organizações de esquerda em 1975. Esta aparente contradição se desfaz se levarmos em conta que, para o projeto distensionista do governo, os chamados “elementos subversivos” devem ser

punidos duramente, sem, no entanto, ferir os procedimentos previstos por lei. Ou seja, o combate à subversão deve dispor dos métodos legais já garantidos pela institucionalidade autoritária, que o governo insistia em defender, mas não extrapolar para métodos que feriam a própria legalidade, como as prisões arbitrárias, as mortes e os “desaparecimentos”. Este *legalismo* é importante para a estratégia distensionista, pois reforça o campo de interlocução com setores da oposição, particularmente com a oposição liberal, ciosa do respeito aos direitos humanos, mas favoravelmente sensível ao anticomunismo dos ditos “governos revolucionários”. Além disso, a intervenção presidencial na questão da repressão ocorre no sentido de reforçar seu comando hierárquico e político, procurando anular a autonomia de setores militares neste campo. Portanto, faz parte da estratégia de reforço do cesarismo militar, através do reforço da autoridade presidencial sobre as Forças Armadas.

A demissão de Ednardo D’Ávila foi seguida de mudanças importantes na correlação de forças entre duros e moderados nos postos de comando. A chamada “geiselização” dos comandos militares se aprofunda com a nomeação do general Dilermando Monteiro para o II Exército e com a mudança na chefia do CIE (Centro de Informações do Exército). Porém, é importante ressaltar que, apesar desta mudança, os duros continuavam ativos, pois foi na área do II Exército (cidade de São Paulo) que ocorreu a “Chacina da Lapa”, que eliminou ou prendeu a quase totalidade do Comitê Central do PC do B, em dezembro de 1976 (GORENDER, 1987, p.207-213). Porém, paulatinamente, o chamado “dispositivo frotista” no ministério do Exército e nos comandos militares vai sendo desmontado através do mecanismo de substituição regulamentar a cada dois anos, conforme depoimento do general Moraes Rego, (D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1995, p. 61-63). Além da Brigada de Campinas (SP), para a qual ele mesmo foi transferido substituindo um “frotista” logo após a morte de Herzog, outros comandos também passaram por substituições. No caso dos generais Mário O’Reilly e Coelho Neto, que comandavam uma brigada de infantaria em Petrópolis e a Vila Militar do Rio de Janeiro, respectivamente, Geisel afirma, em seu depoimento, que a substituição foi feita somente após ter pressionado o ministro do Exército para fazê-lo (D’ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.373).

De fato, se já não havia confiança, por parte de Geisel, de que o general Frota (ministro do Exército) apoiaria plenamente os propósitos distensionistas do governo, após o episódio da demissão do comandante do II Exército o afastamento entre ambos se aprofunda. Frota torna-se um pólo de resistência dos duros dentro do governo, açodados

mais ainda pela perspectiva da sucessão presidencial. Já anteriormente, havia descontentamentos de setores militares com a política externa de “pragmatismo responsável”, particularmente no tocante à aproximação com países socialistas, o que deixa claro tanto o depoimento de Geisel sobre as reações ocorridas nos ministérios militares (D’ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.363-365), quanto a nota emitida por Frota por ocasião de sua demissão em outubro de 1977 (CHAGAS, 1985, p.263-270). Porém, em dezembro de 1976, as contradições entre Geisel e Frota ficam claras, justamente numa solenidade que reuniu o conjunto dos generais do Exército. De um lado, Geisel faz um discurso condenando as divergências militares. Segundo ele,

os pregoeiros da discórdia, os arautos da intriga, geradores da intranqüilidade, os que visam estabelecer confrontos e suscitar incompatibilidades entre os altos chefes militares (...). [E adverte:](...) na qualidade de comandante supremo, sinto-me no dever de alertar-vos (...) contra as mesmas e eternas manobras dos pescadores de águas turvas e ambiciosos vulgares, os quais já começam a rondar os quartéis como vivandeiras impenitentes (...) buscando aqui e ali despertar aspirações e estimular ambições, dessa forma espalhando a cizânia, a desconfiança e a discórdia, capazes de enfraquecer, pela desunião que propagam, a estrutura militar. Tempo há, bastante ainda, para que se venha a cuidar, na hora própria, do problema sucessório (...) que a mim, pela posição em que estou situado e pela responsabilidade que me foi conferida, caberá conduzir, no seu justo e devido tempo. (CHAGAS, 1985, p.231-232).

Em resposta, e já em campanha junto a quem decide em última instância num regime de cesarismo militar, Frota diz: “Aqui estamos, senhor presidente, para hipotecar nosso integral apoio à sua permanente fidelidade aos ideais da Revolução de março de 1964, dos quais vossa excelência é o legítimo executor, na busca das melhores soluções que angustiam a comunidade nacional” (CHAGAS, 1985, p.232). Numa situação de polaridade no chamado “campo revolucionário”, remeter o apoio ao presidente, à fidelidade, aos ideais da “Revolução de 64” é sintomático do grau de questionamento da supremacia presidencial sobre as Forças Armadas. Esta situação abalava não só a capacidade de condução da distensão pelo governo, como poderia pôr a perder todo o processo já avançado. Deste modo, além de resolver a contradição criada pelo avanço eleitoral do MDB na esfera de representação política reativada, o Pacote de Abril é uma demonstração inequívoca de reforço do cesarismo militar nas condições do projeto distensionista, numa resposta tanto aos militares, quanto às diversas frações das classes dominantes.

4.3 — Prorrogando a *Distensão sob cesarismo militar*: o Pacote de Abril

A perspectiva de que alguma reforma política seria implementada antes das eleições de 1978 já era alimentada logo após as eleições de 1974. Para muitos, os rumos assumidos pela distensão se chocavam com a possibilidade de o MDB eleger a maioria dos parlamentares do Congresso Nacional e os governadores de estados importantes, além de poder promover alterações na constituição e de possuir um peso decisivo na composição do colégio eleitoral que indicaria o novo presidente da República. Estes desdobramentos eram considerados inaceitáveis para diversos setores militares e frações do bloco no poder, e ultrapassavam bastante a capacidade de intervenção seletiva do governo na esfera de representação política. Deste modo, é possível localizar a crítica incisiva às eleições diretas para governadores em 1978 e a defesa de mudanças no colégio eleitoral em políticos arenistas tão distintos quanto o antidistensionista Dinarte Mariz e o liberal Célio Borja, já em 1975 (*Movimento*, 06/10/1975, p. 9).

No bojo do debate criado por ocasião da demissão de Severo Gomes, vem à luz um documento intitulado “Considerações sobre os resultados da eleições de 1976 e a futura atitude política a tomar” atribuído ao empresário Jorge Oscar de Melo Flores, antigo colaborador do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), junto com o general Golbery do Couto e Silva. O documento destacava a perda de legitimidade e eficiência do “modelo brasileiro” com a crise do Milagre Brasileiro e receava que em 1978 houvesse o fim do “ciclo revolucionário”, devido à sensibilidade do eleitorado às pregações esquerdistas e ao seu descompromisso com a “Revolução”, possibilitando uma guerra civil com a ascensão dos radicais esquerdistas ao poder. Para impedir este processo, o documento sugeria a transformação do Congresso Nacional vigente em assembléia constituinte, para “constitucionalizar” os instrumentos de exceção, aliás, como diversos setores da oposição propunham. Além disso, sugeria o adiamento das eleições de 1978 e um novo ato institucional prorrogando o regime militar por mais dois mandatos de quatro anos, entre outras propostas (*Movimento*, 21/03/1977, p.8). Portanto, a edição do Pacote de Abril foi antecipada por uma expectativa que se ampliava em diversos setores, na mesma medida em que ocorriam as contradições do processo de transição à democracia sob a distensão.

Desde o final de 1976, o governo procurava atrair o MDB para a discussão da “reforma do Judiciário” e inserir na negociação reformas políticas mais amplas. A reforma do Judiciário inseria-se no projeto distensionista do governo, na medida em que transferia para o poder judiciário parte da função de *salv guarda da ordem*, localizada essencialmente no poder executivo. O projeto do governo foi encomendado à procuradoria geral da República, logo no início do mandato, a partir de um diagnóstico do judiciário feito pelo Supremo Tribunal Federal e complementado por Geisel e pelo ministério da Justiça. A ausência de debate público em torno do projeto foi uma das principais críticas que recebeu, pois nem a OAB e nem mesmo a presidência do STF foram consultadas. Além desta, foram criticadas as propostas de criação de um conselho nacional de magistratura, que assumiria a função de fiscalizar e punir os juízes, em lugar do uso do AI-5 pelo presidente, o esvaziamento do poder decisório dos tribunais do júri, instância do judiciário mais próxima do cidadão comum, e a eliminação do recurso ordinário ao STF no que tange às decisões do Supremo Tribunal Militar. Este expediente foi utilizado por muitos civis, particularmente, para atenuar ou anular decisões tomadas pelo STF, com base na Lei de Segurança Nacional (*Movimento*, 11/10/1976, p.7). Além disso, o projeto do governo previa a continuidade da Lei Falcão nas eleições de 1978, com algumas modificações (*Movimento*, 08/11/1976, p.7), e não contemplava uma reivindicação essencial do conjunto da oposição: o resgate do direito de *habeas corpus*. Na verdade, conforme o projeto distensionista, a reforma do Judiciário pretendia reativar uma instância da esfera de representação burocrática, o direito e o judiciário, mas para lhe transferir a responsabilidade pela *defesa da ordem*, também, e os instrumentos de exceção que a garantem, dando-lhes maior legitimidade e desconcentrando-os do poder executivo.

Como a reforma do Judiciário implicaria numa emenda constitucional, a bancada emedebista poderia vetá-la, pois contava com mais de um terço do Congresso Nacional. O previsível impasse que esta situação geraria levou o governo e a ARENA a pressionarem o MDB, com ameaças e com a possibilidade de negociação, até mesmo das chamadas “reformas políticas” (*Movimento*, 04/04/1977, p.4). O ambiente criado em torno das propostas emedebistas de “conciliação nacional”, após as eleições de 1976, favorecia o processo de negociação e mais uma vez colocava o MDB diante de uma crise de identidade. Desde o início de 1977, o comando moderado do MDB procurava entendimentos com o governo, através de reuniões de líderes, como Thales Ramalho e Ulysses Guimarães com Petrônio Portella (*Movimento*, 31/01/1977, p.3 e 28/02/1977, p.3).

Desses entendimentos saíram propostas que iam do cancelamento das eleições diretas em 1978 e a prorrogação de todos os mandatos até 1980, à criação de um “conselho de Estado” que absorveria os poderes atribuídos ao presidente pelo AI-5, sem sua extinção definitiva (*Movimento*, 21/03/1977, p.3).

As reações no MDB não se fizeram esperar, dividindo o partido mais ainda. Enquanto os adesistas apoiavam o cancelamento das eleições diretas, a maioria do partido considerava esta medida o “suicídio político” do MDB, apesar de até aceitar a criação do “conselho de Estado” (*Movimento*, 21/03/1977, p.3). As divergências em torno da negociação das “reformas políticas” combinaram-se com o processo de disputa pela liderança da bancada na Câmara dos Deputados, que seria renovada naquela conjuntura, e antagonizaram mais ainda os autênticos e neo-autênticos com a direção “moderada”. Desde o episódio da cartilha eleitoral e das eleições municipais, os autênticos e neo-autênticos vinham fortalecendo sua posição, impulsionada pela participação expressiva das diversas organizações de esquerda nas eleições (KUCINSKI, 1982, p.59). A direção nacional era acusada de “imobilismo” e “cupulismo”, dando margem à emergência da candidatura alternativa do deputado Alencar Furtado. Esta era apoiada por uma aliança “antimoderada”, que reunia de autênticos e neo-autênticos a setores adesistas como os deputados “chaguistas” (ligados à Chagas Freitas) (*Movimento*, 17/01/1977, p.2). A inusitada aliança que sustentava a candidatura de Alencar Furtado impedia-o de colocar-se caracteristicamente ao lado dos autênticos e neo-autênticos, em favor de uma postura de unidade do partido. No entanto, a base de sua campanha foi a defesa do programa partidário, particularmente na questão da reforma do Judiciário, e a democratização da liderança (*Movimento*, 14/02/1977, p.4 e 07/03/1977, p.3). O comando moderado, mais o restante dos adesistas, apóia a manutenção do deputado Laerte Vieira na liderança, que é derrotado por 79 a 72 votos. Além do líder da bancada, a nova liderança conta com ampla maioria de autênticos e neo-autênticos (sete vice-líderes), tirando-os do isolamento político e fortalecendo sua posição. O conjunto dos moderados e adesistas ficam com apenas quatro vice-lideranças (*Movimento*, 07/03/1977, p.3).

Esta situação coloca a nova liderança em confronto com o processo de negociação da reforma do judiciário e das “reformas políticas” que já vinha se desenvolvendo, particularmente devido ao baixo índice de transigência do governo. A firmeza e unidade de ação dos autênticos e neo-autênticos conseguem polarizar o partido, especialmente a defesa das eleições diretas para governos estaduais em 1978, atraindo o

apoio de setores moderados (como o senador Paulo Brossard) e isolando os setores adesistas e as lideranças moderadas que defendiam a aprovação do projeto do governo de reforma do Judiciário, mesmo com as poucas alterações que sofreu (*Movimento*, 04/04/1977, p.4-9).

As alterações aceitas pelo governo se limitaram a suprimir os dois itens que davam ampla supremacia jurídica e política ao Supremo Tribunal Federal, sobre o restante dos tribunais, permitindo que ele evocasse para si qualquer causa processual, perante qualquer juiz e/ou tribunal a partir de pedido do Procurador-Geral da República (importante para centralizar o julgamento dos crimes contra a segurança nacional) e dando-lhe poder para interpretar a constitucionalidade das leis. As outras mudanças reivindicadas pelo MDB, como a extinção do Conselho Nacional de Magistratura e o restabelecimento do *habeas corpus*, foram recusadas. O diretório nacional do MDB fechou posição contra o projeto, particularmente em sua versão original, restaurada pelo substitutivo do senador arenista Eurico Rezende. No entanto, havia a expectativa de que a cúpula moderada do partido recuasse, desautorizando a liderança de Alencar Furtado. A resistência dos autênticos e neo-autênticos manteve o veto ao projeto, tanto no “colégio de líderes” (lideranças do partido na Câmara e no Senado), quanto no conjunto da bancada. Devido à fidelidade partidária, na votação final do projeto do governo no Congresso, em 30 de março de 1977, toda a bancada emedebista posicionou-se contra (157 votos), derrotando-o, pois os votos arenistas (241) foram insuficientes para atingir o quórum mínimo favorável de dois terços (FALCÃO, 1989, p.351-352).

A vitória das posições favoráveis ao enfrentamento com o governo no MDB evidencia um duplo processo. Por um lado, o desgaste da postura conciliadora predominante no partido, diante da intenção explícita do governo de alterar as regras do jogo criadas por ele mesmo no projeto distensionista. A *passivização* do MDB chegou a um tal nível que a concordância com mais esta *intervenção seletiva* do governo na representação política reativada colocaria em risco a própria sobrevivência do partido enquanto *oposição institucional*. Conforme setores do próprio MDB, a aceitação do cancelamento das eleições diretas em 1978 significaria um “suicídio político”, pois desqualificaria o voto de oposição como um voto de protesto e de perspectiva de mudança, acarretando sério desgaste junto ao eleitorado (*Movimento*, 21/03/1977, p.3). Por outro lado, a intransigência do governo e a ambigüidade da direção partidária deram fôlego aos autênticos e neo-autênticos e à sua perspectiva de oposição conseqüente e de fidelidade ao

programa partidário. Apesar de sua intervenção se limitar ao âmbito partidário e parlamentar neste episódio, a vitalização dos autênticos e neo-autênticos terá conseqüências importantes na articulação do MDB com os movimentos sociais nas eleições de 1978.

A reação do governo à sua primeira derrota importante no Congresso reativado não se fez esperar. Com base no AI-5 e através do Ato Complementar 102 o presidente da República decreta o recesso do Congresso Nacional e passa 12 dias elaborando o Pacote de Abril, juntamente com Golbery do Couto e Silva, Petrônio Portella (presidente do Senado), o deputado federal Marco Maciel (presidente da Câmara dos Deputados), o deputado federal Francelino Pereira (presidente da ARENA) e o ministro da Justiça Armando Falcão (FALCÃO, 1989, p.352). Por meio de oito decretos-leis e da Emenda Constitucional n. 8, o governo intervém no processo eleitoral e na sucessão presidencial, e outorga a reforma do Judiciário. As principais medidas foram a suspensão das eleições diretas para governadores de estado e para um terço dos senadores (22 cadeiras) em 1978. Os colégios eleitorais estaduais, que nomeariam indiretamente os governadores e chamados senadores “biônicos”, seriam compostos pelos deputados estaduais, por um vereador a cada município e por um delegado a cada 200 mil habitantes, ambos indicados pelo partido majoritário (geralmente a ARENA). O mandato do próximo presidente foi ampliado para seis anos e sua eleição indireta foi antecipada de 15 de janeiro de 1979 para 15 de outubro de 1978, ainda na legislatura de 1974, onde a ARENA tinha maioria. Além disso, o colégio eleitoral federal foi ampliado, passando a conter toda a bancada do Congresso Nacional, três delegados em cada Assembléia Legislativa e mais um delegado em cada 1 milhão de habitantes, sobrevalorizando a representação dos estados mais atrasados e menos populosos, onde a ARENA tinha ampla margem eleitoral. As cadeiras na Câmara dos Deputados aumentaram de 364 para até 420 conforme o número de habitantes (e não de eleitores). As bancadas dos estados foram limitadas em no máximo 55 deputados federais e o mínimo foi ampliado de três para seis (*Movimento*, 18/04/1977, p.4-7).

O quórum para aprovação de emenda constitucional foi reduzido de dois terços para maioria simples (50% mais um), anulando o poder de veto do MDB. Nas eleições de senador e prefeito os partidos poderiam indicar até três candidaturas através da sublegenda, dando margem às disputas fisiológicas na ARENA e dificultando a unificação do MDB em torno de candidaturas fortes. A Lei Falcão foi estendida sem alterações para as eleições de 1978, através do Decreto-lei 1.538, prorrogando um forte mecanismo de contenção do

potencial de politização e conscientização da campanha eleitoral. O prazo de inelegibilidade de ocupantes de cargos públicos foi reduzido de seis para três meses, favorecendo o uso da máquina estatal pelos candidatos da ARENA e os critérios para inelegibilidade dos candidatos passaram a se basear em sua “vida pregressa”, fórmula suficientemente indefinida para viabilizar soluções casuísticas e prejudicar os candidatos da oposição. No intuito de reduzir a ocorrência de eleições e a politização que elas provocavam, o governo determina a coincidência dos mandatos de deputados federais a prefeitos em 1982. Por fim, o Congresso Nacional recuperou a competência para dispor do orçamento do governo, porém apenas no tocante às contribuições sociais para custear encargos como salário-família, previdência social e outros (*Movimento*, 18/4/1977, p.4-7).

Por alterar de tal modo as condições da reativação da representação política, o Pacote de Abril marca o fim de uma etapa no processo de transição à democracia, pois prorroga o projeto distensionista sob o reforço do cesarismo militar para o próximo governo. Ou seja, a intervenção seletiva promovida pelo governo através do “pacote” mantém em suas mãos o controle do processo sucessório e impede que a reativação da representação política inverta a supremacia da representação burocrática no interior da sociedade política. As novas dificuldades impostas ao MDB, a potencialização do peso político e eleitoral da ARENA, a transferência de atribuições ligadas à salvaguarda da ordem do Executivo para o Judiciário e o Legislativo permitem que o projeto distensionista continue dirigindo o processo de transição, mesmo que a sociedade política seja cada vez mais pressionada pelos conflitos e contradições sociais. Por isto, o Pacote de Abril não é um ato de reversão dos propósitos distensionistas do governo, mas um ato de afirmação da capacidade do governo de conduzi-lo, mesmo que sob o acirramento das contradições civis e militares do bloco no poder. Diante disto, o estabelecimento da democracia e o desmonte da institucionalidade autoritária só se realizariam, na melhor hipótese, a partir do próximo governo militar.

**CAP. 3 - Reformas Institucionais e ampliação da arena política: do Pacote de Abril à
Lei de anistia (1977-1979)**

1- Da *Distensão* à *Abertura*

O processo de transição da forma ditatorial à forma democrática do Estado burguês (SAES, 1994, p. 13-51) vivencia uma nova etapa após a edição do Pacote de Abril em 1977. Esta nova etapa se desdobra até as eleições de 1982 e é marcada pela implementação de diversas reformas políticas, que alteram aspectos importantes da institucionalidade autoritária e possibilitam o alargamento da arena da disputa política.

Essa é alargada através da ampliação e pluralização da esfera da representação política e da transferência definitiva de mecanismos reguladores do conflito político do Executivo para o Legislativo e o Judiciário. Este processo caracteriza a passagem da *distensão* para a chamada *abertura*, termos adotados pelo próprio governo e incorporados no debate político do período e apresenta como principais alterações na institucionalidade autoritária o fim do AI-5 e — sua substituição pelas chamadas “salvaguardas do Estado” —, a anistia política, a reforma partidária e a eleição direta para governadores em 1982.

Porém, a *abertura* não substitui a institucionalidade autoritária por uma institucionalidade democrática e nem rompe com a perspectiva autocrática original do projeto distensionista. Em primeiro lugar, porque o controle militar da esfera de representação burocrática (SAES, 1994, p. 13-51) se mantém, através de um novo governo militar escolhido nos moldes dos anteriores e com mandato de 1979 a 1985. Apesar de esvaziado de algumas funções, o Executivo continua tendo forte ascendência legal sobre o Legislativo e o Judiciário, por meio dos decretos-leis e da nomeação de magistrados, configurando a continuidade da supremacia da representação burocrática sobre a representação política. O aparato repressivo e de informações adquire novas funções, porém não é desmontado e desativado e ainda continua sob controle das Forças Armadas. Também é importante destacar que a reforma partidária de 1979 privilegiou a formação de *partidos institucionais*, com baixo nível de organicidade social e limitados ao campo de disputa política estabelecido pela passagem da *distensão* à *abertura*. Isto indica que o *cesarismo militar* não sofreu abalos consideráveis, pelo menos até meados de 1981. Mesmo tendo perdido alguns dos mecanismos legais que o fortaleciam e o viabilizavam através do poder Executivo, como o AI-5, por exemplo, o cesarismo militar demonstrou sua vitalidade na direção política de todo o processo de passagem da *distensão* à *abertura*, na tentativa (vitoriosa em alguns casos) de controle das Forças Armadas pela presidência da República, no controle da sucessão presidencial pelo governo Geisel e na recomposição do bloco no poder já no governo Figueiredo. Além disso, a continuidade da perspectiva autocrática se manifesta fortemente, na medida em que o governo militar continua dirigindo politicamente o processo de transição e intervindo seletivamente na arena da disputa política, de modo a excluir e/ou anular as *pressões contra a ordem* (FERNANDES, 1987, p. 321-353) que viessem a se manifestar na representação política ampliada. Paralelamente, as *pressões dentro da ordem* encontram maior espaço para se manifestar e fortalecer na institucionalidade reformada, consolidando o *campo de interlocução liberal*

surgido na etapa anterior e atribuindo-lhe um papel cada vez mais importante na condução da transição. Isto se tornará cada vez mais evidente na etapa posterior, mas nesta etapa é a consequência mais importante das modificações operadas na institucionalidade autoritária, o que define, inclusive, nossa periodização do processo de transição. Em nossa interpretação, as eleições de 1982 expressam a viabilização do campo de interlocução liberal como novo dirigente político do processo de transição, paralelamente ao desgaste progressivo do cesarismo militar, em particular após o episódio do Riocentro e seus desdobramentos posteriores, em meados de 1981. Daí a especificidade desta etapa como período em que o cesarismo militar ainda detém a direção política do processo, mas são criadas as condições institucionais para a direção do campo de interlocução liberal. Como veremos na etapa posterior, a direção do campo de interlocução liberal se consolida ao ponto de superar as resistências do governo militar à sua substituição por um governo civil de oposição.

O conjunto de modificações na institucionalidade autoritária é informado pela perspectiva autocrática de canalização das contradições sociais e, por sua vez, do conflito político para uma arena política controlada e domesticada. Esta orientação torna-se imperativa nesta etapa, pois há um aprofundamento da *crise conjuntural* iniciada na etapa anterior. O agravamento da crise econômica e o colapso definitivo da possibilidade de implementação de um novo padrão de acumulação capitalista acirram as contradições entre setores do capital monopolista e o governo militar. Estas contradições também atingem a esfera militar, contribuindo fortemente para o acirramento das dissensões e da cisão militar. Paralelamente, ocorre nesta conjuntura a emergência do protesto popular, tanto na cidade, quanto no campo. Na etapa anterior a oposição popular já manifestava uma perspectiva antiautocrática, porém esta aparecia limitada, social e politicamente, pois além dos limites institucionais à sua ação, inúmeros setores das classes subalternas encontravam-se desmobilizados. No entanto, nesta etapa ocorre um processo de ruptura com a situação anterior, pois a emergência de novos movimentos e setores sociais à arena política combina-se ao questionamento incisivo da institucionalidade autoritária vigente. Deste modo, as reformas políticas e a passagem da *distensão* à *abertura* evidenciam a necessidade de superar a *crise conjuntural*, recompondo as alianças do bloco no poder, limitando a sociedade política ao horizonte burguês pela sua *imunização* relativa em relação às demandas dos *de baixo* e preservando a autocracia burguesa.

Este processo ocorre em condições bastante difíceis, pois o acirramento das contradições no bloco no poder e a emergência do protesto popular aprofundam a *crise conjuntural*, fortalecendo a possibilidade desta transformar-se numa *crise de hegemonia*.¹⁹ A contenção desta dinâmica é o que alimenta a direção da transição pelo governo militar nesta etapa e o que explica a situação paradoxal do cesarismo militar precisar se afirmar para poder viabilizar as reformas institucionais e o fim de alguns mecanismos legais que lhe davam sustentação (como o AI-5). Deste modo, a proposição e a implementação das reformas institucionais, tendo o governo militar como principal agente político, configuram uma estratégia de contenção da crise nos marcos da ordem, evitando seu esgarçamento e a eclosão de uma crise de hegemonia. A centralidade das reformas institucionais define nossa grade temporal no interior desta etapa, que se divide em duas fases. A primeira inicia-se com a conjuntura posterior à edição do Pacote de Abril (1977) e se completa com a aprovação das reformas institucionais (1978 e 1979). Nesta fase a arena da disputa política mantém-se praticamente a mesma e o cesarismo militar preserva sua força. A segunda fase é marcada pela dinâmica de ampliação da arena da disputa política iniciando-se com o processo de reestruturação partidária (1979 e 1980) e encerrando-se com a alteração da correlação de forças no interior do governo e com as eleições de 1982.

Conforme explicitado na Introdução deste trabalho, dividiremos esta etapa em dois capítulos, cada qual abrangendo uma fase, de modo a facilitar sua exposição e compreensão. A primeira fase desta etapa, que discutiremos neste capítulo, é marcada pela passagem da *distensão* à *abertura* e abrange o final do governo Geisel e o início do governo Figueiredo. Iniciaremos esta etapa abordando a conjuntura imediata ao Pacote de Abril, em que se acirram as contradições entre diversas frações do bloco no poder e o governo, manifestas através de dissidências civis e militares no campo governista e da campanha oposicionista pela Assembléia Nacional Constituinte. Em seguida trataremos do período posterior, em que o encaminhamento político das *reformas institucionais* pelo governo convive com o problema da sucessão presidencial, com as eleições de 1978 e com a emergência do protesto popular, que agrava a *crise conjuntural* consolidando uma

¹⁹ — Mais uma vez voltamos aos conceitos utilizados por Gramsci (1976, p. 45-46). Em nossa avaliação a passagem da crise conjuntural para a crise de hegemonia se realizaria quando o processo de radicalização da luta de classes orientasse a transição da forma ditatorial para a forma democrática do Estado burguês, no sentido da ruptura com a autocracia burguesa. No entanto, este processo não ocorre, apesar da emergência de um movimento de oposição radicalmente antiautocrático, devido à estratégia de contenção da crise conjuntural desenvolvida nesta etapa. Isto mantém o processo de passagem da distensão à abertura nos

perspectiva antiautocrática no campo da oposição democrática e pressionando fortemente o próprio projeto distensionista na arena da disputa política institucionalizada. Por fim, encerraremos as considerações sobre esta etapa abordando o processo de *conciliação revolucionária* no governo Figueiredo, passo inicial da recomposição entre as diversas frações do bloco no poder e o governo militar, e a aprovação da Lei de Anistia, que reforça a pluralização e ampliação da esfera de representação política.

2 - As reações ao Pacote de Abril (1977)

O período posterior ao Pacote de Abril caracterizou-se pelo aprofundamento da crise conjuntural no bloco no poder e pelo isolamento político relativo do governo militar, apesar deste ter reforçado sua capacidade de controle da transição com o Pacote. As reações ao Pacote de Abril, que na verdade prorrogou a *distensão* e a presença militar no governo por mais um mandato presidencial, se manifestaram imediatamente no campo da *oposição democrática*, configurando tanto o avanço das posições oposicionistas no bloco no poder quanto a pluralização e o crescimento do movimento das classes subalternas. Por um lado, a *oposição anticesarista* (de conteúdo liberal e hegemônica pelas frações burguesas do médio e pequeno capital) avança tanto na postura crítica de entidades da sociedade civil — como a OAB e a CNBB —, como na radicalização política do MDB e na movimentação política de setores do empresariado — principalmente a burguesia do setor de bens de capital — ou avança ainda nas dissidências da ARENA, manifestando pressões pela volta do chamado “Estado de direito” e certa desconfiança em relação às intenções distensionistas do governo. Por outro lado, a *oposição antiautocrática* (ligada aos trabalhadores e a setores da classe média) se desenvolve consideravelmente em sua articulação e movimentação, particularmente com alguns setores como o movimento operário e popular e o movimento estudantil (SAES, 1985, p. 226-230). Este processo permite que a oposição antiautocrática cresça, reforce sua autonomia diante da oposição meramente anticesarista e se colo *que* progressivamente no centro do conflito político e da luta de classes, potencializando a crise conjuntural e criando as condições para sua transformação numa *crise de hegemonia*. Como veremos, esta possibilidade não se

marcos da manutenção do Estado autocrático burguês e do modelo autocrático de transformação capitalista, conforme os termos de Fernandes (1987, p. 289-366).

concretiza, porém sua virtualidade determina o comportamento do governo e do bloco no poder nesta conjuntura.

Paralelamente, as dissensões militares progridem dentro e fora do governo, questionando e até contrapondo-se à autoridade política do presidente da República. Esta situação crítica exige do governo capacidade de manter a disputa política sob controle, fortalecendo sua função cesarista, e ao mesmo tempo evitar o abandono do projeto distensionista e a estagnação do processo de transição. O esforço do governo Geisel para controlar a sucessão presidencial, indicando o novo presidente, e encaminhar as reformas institucionais é determinado pelo agravamento da crise conjuntural e se insere na *estratégia de antecipação* que orienta o projeto distensionista desde o seu início.

2.1 - A oposição e a questão da Assembléia Constituinte

No plano político a resposta imediata do campo da oposição democrática às alterações operadas pelo Pacote de Abril foi a proposta de realização de uma Assembléia Nacional Constituinte. Em linhas gerais, para os diversos setores de oposição a proposta da Assembléia Constituinte implicava na ruptura com a institucionalidade autoritária em termos legais e políticos, pois requeria tanto a anulação da Constituição de 1967 e dos Atos Institucionais (principalmente o AI-5), quanto a saída dos militares no governo. Além disso, a convocação da Assembléia Constituinte era contraditória com a própria lógica “lenta e gradual” dada pelo governo à *distensão* e reforçada pelo Pacote. Deste modo, o campo de oposição radicaliza sua postura anticesarista, apesar de suas divergências internas, questionando o compromisso do governo com o processo distensionista e seu próprio controle. Originalmente a proposta de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte nasce durante o período de recesso forçado do Congresso estabelecido pelo Pacote na primeira quinzena de abril. A movimentação de setores do partido institucional da oposição, o MDB, e a eleição da nova diretoria da OAB dão início à campanha pela Assembléia Constituinte, ganhando forte ressonância no conjunto da oposição antiautocrática.

Logo após o fechamento do Congresso Nacional e a edição do Pacote, em abril de 1977, a posição de independência assumida pelo partido na votação da Reforma do Judiciário suscitou o apoio de diversos setores e movimentos sociais e das bases partidárias, estimulando uma postura política mais ofensiva e conseqüente. Com base nisto,

os grupos autêntico e neo-autêntico do MDB retomam a proposta da Assembléia Constituinte, que já tinha sido feita pelos primeiros em 1971, como principal bandeira de luta para um processo de ampla mobilização popular; numa nova tentativa de vincular organicamente o MDB à luta popular. Esta postura foi inegavelmente favorecida pela aliança estabelecida entre autênticos e neo-autênticos, em torno da candidatura vitoriosa de Alencar Furtado à liderança do partido na Câmara dos Deputados, e que conquistou o apoio de setores moderados na votação da reforma do Judiciário, combatendo a postura conciliadora das lideranças “moderadas” diante da chamada “Missão Portella” (*Movimento*, 18/4/1977, p.5).

A proposta da Assembléia Constituinte também era defendida por outros setores da oposição, como a OAB. Alijada do processo de elaboração da Reforma do Judiciário, a OAB criticava o não restabelecimento das garantias da magistratura, da plenitude do *habeas corpus* e da soberania do Judiciário no projeto outorgado em abril pelo governo. Por isto a entidade aprofunda sua postura crítica e passa a defender a Assembléia Constituinte como instrumento para a reformulação da ordem jurídica e constitucional do país. Em nota divulgada em abril por ocasião da primeira reunião do Conselho Federal sob a nova diretoria, a entidade defendia a revogação do AI-5 como condição para a reformulação constitucional a ser realizada por uma assembléia livremente eleita pelo voto popular, direto e secreto, superando a polaridade entre a ordem constitucional e os Atos Institucionais (*Movimento*, 2/5/1977, p.4). Em entrevista concedida na ocasião, o novo presidente da entidade, Raymundo Faoro, defende claramente a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte como “forma de conciliação. É quase que propor um debate livre, nacional, para um grande problema. E a condição é que a Assembléia Constituinte seja eleita na maior liberdade, eliminados os ódios antigos de todas as partes” (*Movimento*, 2/5/1977, p.4).

Em agosto do mesmo ano uma articulação de advogados, políticos de oposição e intelectuais liderados pelo jurista Goffredo da Silva Telles divulga um manifesto denominado “Carta aos Brasileiros”. O documento faz uma crítica liberal-democrática da Ditadura Militar, acusando o lema “Segurança e Desenvolvimento” de ser a meta de regimes totalitários como o nazismo e a “ditadura soviética”. Por isto, os signatários defendem a volta do “Estado de Direito”, identificado como “Estado Constitucional”, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte por meio de eleições diretas, o respeito aos direitos humanos, o restabelecimento do *habeas corpus* e a independência dos

juizes e tribunais. Criticam também a censura e a tortura e defendem a criação de partidos autênticos e de sindicatos autônomos e livres (*Movimento*, 15/8/1977, p.3).

No campo da oposição antiautocrática, diversas organizações da esquerda marxista também defendiam a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e reforçaram a mobilização em torno da proposta. No plano geral a proposta se insere numa estratégia de ruptura com o controle seletivo do conflito político pelo governo militar, na medida em que implicava na abolição da institucionalidade autoritária e na liberdade de ação política para os trabalhadores e os agrupamentos de esquerda. No entanto, a compreensão sobre o papel da constituinte no processo de derrubada da ditadura e no avanço da luta dos trabalhadores gerava divergências consideráveis entre as distintas organizações. Em torno destas questões poderíamos levantar genericamente duas posições. A primeira, compreende a constituinte como um instrumento para aprofundar a aliança político-social entre os diversos setores de oposição (das frações oposicionistas da burguesia ao proletariado) e para o estabelecimento de uma legalidade democrática (mesmo que liberal) que permita a liberdade de ação política para os trabalhadores, como condição para a construção de sua hegemonia. Esta posição é defendida pelo PC do B e pelo PCB. O PC do B foi a primeira organização marxista a levantar a tese da constituinte após o início da distensão. A idéia de que o objetivo da distensão é “constitucionalizar” os atos institucionais levou o partido a defender, já em 1975, a criação de uma ampla frente de oposição contra a ditadura que lutasse por uma Assembléia Nacional Constituinte livremente eleita, pela abolição de todos os atos de exceção, pela anistia geral aos presos e condenados políticos pelo regime militar e contra o anticomunismo do governo e dos órgãos de repressão (PC do B, 1975). Esta posição é mantida posteriormente, sendo acrescida da proposta de criação de um governo democrático provisório que convoque a Assembléia Constituinte após a abolição dos atos e leis de exceção e da anistia ampla e irrestrita (PC do B, 1979). Por sua vez, o PCB mantém sua proposta de formação de uma Frente Patriótica Antifascista e aposta no crescimento da oposição e no isolamento do governo, inclusive conquistando os setores governistas vacilantes e/ou dissidentes, mesmo reconhecendo a debilidade política dos trabalhadores (FREDERICO, 1990, p. 167-173).

A segunda posição entre as organizações da esquerda marxista rejeita a proposta de constituição de uma frente ampla de oposição, critica os limites da proposta de constituinte do MDB e aposta na independência e autonomia da oposição popular diante da oposição burguesa, fortalecendo uma estratégia classista. A convocação de uma

Assembléia Constituinte é condicionada pelo fortalecimento de uma frente popular, pela liberdade de ação política dos trabalhadores e pelo estabelecimento de medidas que desagreguem a dominação burguesa. Com diferenças pontuais entre si poderíamos citar como defensores desta posição o PST (ex- Liga Operária) (CARONE, 1984, p.186-192); o MEP (MEP, 1977) e o grupo estudantil Centelha. Este grupo, de orientação trotsquista e que se fundirá em 1979 com a “Tendência Socialista” do MDB do Rio Grande do Sul formando a Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista (OZAÍ, s.d., p.191-195), adotava a posição mais extremada das organizações que apoiavam a constituinte. Sua posição era de que a Assembléia Constituinte deveria ser convocada por um governo popular provisório, sustentado por uma frente democrática que abarcava desde o proletariado e o campesinato pobre até a pequena burguesia, e adotaria medidas antiimperialistas e antimonopolistas para enfraquecer o poder político da burguesia (CENTELHA, 1977). A inserção das organizações da esquerda marxista nos movimentos operário, popular e estudantil contribui para fortalecer a proposta da Assembléia Constituinte na oposição antiautocrática ampliando-a para além dos limites da oposição burguesa (anticesarista).

2.2 - Novas contradições no bloco no poder

Paralelamente ao avanço do campo de oposição, as contradições no bloco no poder adquirem novas feições e se desdobram em diversas áreas, radicalizando a crise conjuntural. Entre as frações hegemônicas do bloco no poder as críticas ao governo e à sua política econômica se aprofundam, aproximando alguns setores, como a burguesia nacional de bens de capital, de uma postura de oposição. Como vimos, a queda de Severo Gomes em fevereiro de 1977 estabelece uma nova correlação de forças entre as frações do capital monopolista dentro do governo. A intenção de priorizar o departamento I da indústria (bens de capital) como pólo dinâmico de um novo padrão de acumulação capitalista vai se esvaziando diante do aprofundamento da crise econômica. A incapacidade do governo de cumprir as perspectivas do II PND acirra as contradições entre as frações do capital monopolista e leva a burguesia de bens de capital a explicitar de modo mais contundente o seu descontentamento na conjuntura pós-Pacote. Isto se evidencia nas posturas diferenciadas externadas pelos empresários no IV Conclap (Congresso Nacional das Classes Produtoras), realizado no período de final de outubro a início de novembro de

1977. Conforme denúncia de empresários participantes, o encontro foi preparado de modo a evitar críticas ao governo e ao modelo econômico por meio do direcionamento da pauta e do debate.

A posição predominante entre os empresários baseava-se na defesa do livre mercado e do liberalismo econômico, apesar das críticas ao estatismo serem mais tímidas, e de uma postura mais receptiva ao capital estrangeiro. No entanto, isto não impediu que posições divergentes aflorassem no encontro e gerassem alguma polêmica. Entre os pequenos e médios empresários emergiram críticas ao processo de monopolização da economia e ao favorecimento do capital externo, em detrimento das empresas nacionais, como atestam as posições de empresários do comércio varejista e da pequena indústria de alimentos. Já entre os empresários do setor de bens de capital a postura crítica foi incisiva, particularmente na defesa da tese de que o governo deveria garantir o mercado brasileiro para as empresas nacionais produtoras de bens de capital, desestimulando sua importação, como atestam as intervenções de Paulo Villares e Cláudio Bardella (respectivamente, presidente e vice-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base — ABDIB). A intervenção de Cláudio Bardella extrapolou a questão econômica e abrangeu a discussão política, causando polêmica no encontro quando defendeu uma maior participação dos empresários nacionais nas discussões com o governo e a necessidade do Congresso Nacional ser mais atuante e representativo, abrangendo todas as forças ideológicas do país, inclusive os comunistas. Em entrevista concedida posteriormente, Bardella aprofunda sua posição de defesa de um legislativo atuante como condição para se atingir a plenitude democrática e garantir a democracia política ao lado da democracia econômica, inclusive, porque deste modo os empresários podem ter maior participação nas decisões. Porém, sua posição diante do capital externo é mais flexível, pois a necessidade de que o Estado assegure o mercado nacional para as empresas de bens de capital existentes no país baseia-se na defesa do fortalecimento da empresa nacional ao lado, e não contra, das multinacionais e do Estado. Esta flexibilidade se justifica, pois a reserva de mercado também beneficiaria as multinacionais já instaladas no país e o aceleração do processo de monopolização do setor, onde sua empresa (a Bardella) se destacaria por ser de grande porte (*Movimento*, 14/11/1977, p.5-11).

Nesta conjuntura a posição de Bardella continha uma representatividade considerável, pois além de sua posição de liderança entre os empresários do setor de bens de capital por meio da ABDIB, no ano de 1977 ele foi eleito como a liderança empresarial

mais expressiva, numa enquete realizada junto ao empresariado pelo jornal *Gazeta Mercantil*, em consequência de sua movimentação política junto a diversos setores da sociedade através de debates, entrevistas, etc (*Movimento*, 14/11/1977, p. 5-11). Sua posição é expressiva tanto do avanço de setores do capital monopolista em busca de uma ação política mais propositiva e afirmativa, quanto de seus limites em relação ao processo da distensão. Por um lado, a mudança da correlação de forças dentro do governo leva a burguesia nacional de bens de capital a intensificar e ampliar sua crítica ao modelo econômico e ao centralismo decisório do governo, buscando novos interlocutores (partidos, imprensa, opinião pública e entidades da sociedade civil), ao invés de limitar sua interlocução exclusivamente ao governo por meio da esfera de representação burocrática. Esta mudança de estratégia teria como óbvia consequência a defesa do processo de ampliação e democratização da participação política, na medida em que os novos interlocutores teriam que ter alguma força decisória na estrutura política. Em outras palavras, a burguesia nacional de bens de capital necessitava ampliar os canais de representação de seus interesses junto ao Estado, particularmente pela via da representação política, pois no plano da representação burocrática a nova correlação de forças estabelecida, após a saída de Severo Gomes do governo, era-lhe mais desfavorável. Por outro lado, é nisto que residem os limites de seu compromisso com a democratização, pois a volta do “Estado de Direito”, o fortalecimento do poder legislativo e até a legalização da participação política de setores estigmatizados pela institucionalidade autoritária como “subversivos” e “contestatórios” são entendidos e defendidos dentro de uma ótica exclusivista, pois fundamentados na ampliação da participação dos empresários no processo decisório.

Deste modo, transparece uma perspectiva autocrática do processo de democratização, na medida em que este é mediado pela ampliação da representação do capital monopolista, junto ao Estado, e não pelo estabelecimento de uma ordem política que garantisse plenamente a organização, a mobilização e a participação política das classes subalternas. No limite, o tratamento dado pela burguesia nacional de bens de capital à questão democrática nesta conjuntura não é distinto daquele dado pelas outras frações do capital monopolista que desencadearam a campanha antiestatista na etapa posterior, apesar da maior amplitude de sua interlocução política. Ambas defenderam o processo de democratização dentro dos limites autocráticos previstos pelo próprio projeto distensionista

do governo, por isso não romperam com sua condução do processo político e nem com o cesarismo militar, apesar de suas contradições.

Com base em pesquisa realizada na época junto às “elites industriais” (particularmente entre os empresários do setor de bens de capital) Renato Boschi (1979, p. 155-162) localiza no pensamento liberal dos quadros dirigentes da burguesia industrial nacional traços fortemente autoritários. Segundo ele, a postura crítica diante do centralismo decisório e do intervencionismo econômico do Estado não se desdobra em crítica ao autoritarismo. Ao contrário, a competição política através do legislativo e do processo eleitoral é desprezada, quando não é rejeitada, e a supressão do conflito político é considerada condição para o desenvolvimento econômico. Este deve se limitar às relações entre Estado e burguesia, o que gera uma intervenção no debate público mediada pelo “tecnicismo” e pela valorização das questões econômicas em detrimento das políticas (BOSCHI, 1979, p.175-179). Mesmo a burguesia nacional do setor de bens de capital não foge a esta caracterização geral, o que explicita os limites autocráticos de sua intervenção no debate e na disputa política nesta conjuntura. Uma questão importante que emergiu neste momento e à qual se deu muita publicidade foi a defesa da livre negociação salarial assumida por alguns empresários. Ora, conforme Boschi mesmo esta proposta não era concebida conforme uma perspectiva democrática, mas de acordo com o princípio liberal de limitação do intervencionismo do Estado (BOSCHI, 1979, p.220-221). Esta postura autocrática ficará clara no comportamento da burguesia nacional de bens de capital por ocasião da explosão do ciclo grevista liderado pelo “novo sindicalismo” do ABC Paulista nos anos de 1978 a 1980, como veremos, quando ela submete-se politicamente ao governo na condução do enfrentamento repressivo contra o operariado.

2.3 - A “Missão Portella” e as dissensões no campo governista

De todo modo, no plano da sociedade política, esta postura crítica de setores do empresariado é alimentada pela movimentação de lideranças políticas oriundas do governo e da ARENA como Severo Gomes, Teotônio Vilela (da “ala renovadora” da ARENA) e Raphael de Almeida Magalhães (advogado de empresas e político carioca ligado ao ex-governador Carlos Lacerda). Após o Pacote de Abril, ambos rompem com o governo e passam a fortalecer as pressões pela democratização, estabelecendo uma interlocução não só com o empresariado, mas com entidades da sociedade civil e com intelectuais. Deste

processo resultam seu apoio à candidatura presidencial do general Euler Bentes e manifestações pela volta à democracia como o “Documento dos Empresários”, chamado de Documento dos Oito, e o “Projeto Brasil” (ALVES, 1983, p. 128-149). As dissidências e descontentamentos dentro da ARENA intensificam-se com o processo de indicação dos novos governadores e dos senadores “biônicos”, em que novas contradições emergirão em relação aos grupos locais preteridos.

Todo este processo de desenvolvimento das contradições no bloco no poder, a postura mais incisiva do movimento de oposição, e o isolamento político relativo do governo acirram as dissensões militares. Como vimos, a postura de Geisel na demissão do comandante do II Exército, Gen. Ednardo D’Ávila, impondo-se hierarquicamente à autoridade do Ministro do Exército, gerou contradições e um processo de dissidência crescente. O Pacote de Abril insere-se na estratégia governista de demonstração de força e de controle da situação, porém as reações ao mesmo indicavam o contrário para muitos setores militares. Com vistas à sucessão de Geisel, setores de “linha dura” começam a vislumbrar no Ministro do Exército Sílvio Frota a alternativa político-militar ao comando dos moderados no governo. Este processo se acelera particularmente com o anúncio da candidatura do chefe do SNI, Gen. João Figueiredo, em julho de 1977, pelo secretário particular de Geisel, Humberto Barreto. Como membro do chamado “grupo palaciano” (Geisel, Golbery do Couto e Silva, Heitor Aquino Ferreira, Portella) a candidatura de Figueiredo aparecia com fortes vínculos junto aos assessores diretos de Geisel e com ares de “candidatura oficial”, apesar de o presidente recusar-se a tomar posição publicamente neste momento. A candidatura Frota é anunciada em setembro pelo deputado federal Siqueira Campos, aglutinando militares duros como o general Jaime Portella. A partir disto Frota procura qualificar sua candidatura como uma imposição militar ao presidente, procurando obter o apoio do Alto Comando do Exército para incompatibilizá-lo com Geisel (CHAGAS, 1985, p. 254-255).

Paralelamente, o processo de politização da mídia oficialidade se acelera após o Pacote de Abril, liderado principalmente por coronéis e tenentes. Já vimos que na etapa inicial da distensão setores de linha dura iniciam um movimento de questionamento deste processo divulgando suas posições nos quartéis por meio de panfletos e manifestos de circulação clandestina. Nesta etapa o processo de politização se acelera, atingindo níveis não vistos desde a crise político-militar de 1968 e 1969. Ocorre não só um processo de politização da mídia oficialidade (e dos baixos escalões, por consequência), com a

divulgação de análises sobre a questão política e propostas, mas também a pluralização de posições. Além das posições de linha-dura, que continuam ativas, emergem posições moderadas que se colocam além do projeto distensionista dirigido por Geisel e Golbery do Couto e Silva. São posições que consideram o Pacote de Abril um retrocesso autoritário, que propõem a volta dos militares aos quartéis — pois o seu engajamento na política deteriorou a situação profissional e até salarial das Forças Armadas —, e que abraçam teses da oposição como a Assembléia Constituinte, o restabelecimento do *habeas corpus* e das garantias da magistratura e a anistia. O grupo mais identificado com esta posição denominava-se Movimento Militar Democrático Constitucionalista (MMDC), cujos membros, como o coronel Ruy Castro e o tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira, chegaram a expressar publicamente suas opiniões, numa clara desobediência às normas que limitavam as manifestações públicas a comandantes e ao alto escalão militar (*Em Tempo*, 20/03/1978, p. 3; *Movimento*, 20/03/1978, p.5). Além do MMDC, o Movimento Revolucionário Democrático (MRD) e o grupo “Centelha Nacionalista” abraçavam as propostas pelo aceleração da democratização, sendo que o último era o mais organizado dos grupos militares e adotava uma posição nacionalista conservadora, criticando o predomínio do capital externo e das multinacionais na economia nacional. Também os duros se organizaram em grupos como o Movimento Popular de Defesa da Revolução (MPDR), liderado pelo almirante da reserva Sílvio Heck, e o Movimento Revolucionário Autêntico (MRA). Estes grupos propugnam a utilização enérgica do AI-5 contra o avanço da subversão e da corrupção, motivadas pela política de distensão (*Movimento*, 7/8/1978, p. 4).

Ainda no plano da questão militar, considera-se que a partir de 1977 ocorre um processo de autonomização do Supremo Tribunal Militar, com o avanço das posições mais liberais. Além dos ministros tradicionalmente moderados que criticavam a tortura e acatavam muitas das reivindicações dos acusados de crimes políticos (inclusive com a concessão do *habeas corpus*, proibida pela Lei de Segurança Nacional), como os generais Rodrigo Otávio Jordão e Augusto Fragoso, duros como o almirante Júlio Bierrembach e o civil Gualter Godinho também começam a posicionar-se contra a tortura e os excessos dos órgãos de informações e repressão (*Movimento*, 28/11/1978, p. 3-4). Se por um lado esta postura do STM indica a chegada dos princípios distensionistas ao judiciário militar, até mesmo com a perspectiva de se transferir para este tribunal atribuições dadas exclusivamente ao presidente pelo AI-5, por outro lado as críticas às práticas do regime

poderiam criar susceptibilidades e ferir a autoridade presidencial, particularmente quando eram feitas publicamente como no caso do general Rodrigo Otávio. As críticas deste ministro à Doutrina de Segurança Nacional e à Lei de Segurança Nacional, além da defesa da anistia e até de uma nova constituição configuravam uma posição radicalizada e bastante autônoma diante do governo entre os militares moderados. O ímpeto cesarista do presidente Geisel levou-o a impedir a ascensão regulamentar de Rodrigo Otávio à presidência do STM em 1979 (OLIVEIRA, 1994, p. 62-63), numa demonstração de que a passagem da *distensão* à *abertura* deveria continuar sob a direção política, e militar, da presidência da República.

Todo este processo de acirramento das contradições no interior do bloco no poder, com o avanço da oposição e das dissensões militares, leva o governo Geisel a dar continuidade à estratégia distensionista através do prosseguimento da chamada “Missão Portella” e do controle da sucessão presidencial. Como vimos, a “Missão Portella” iniciou-se na etapa anterior e consistia na tentativa de negociação de reformas políticas pelo governo junto ao partido da oposição e às entidades da sociedade civil vinculadas à oposição burguesa (anticesarista). O primeiro ato deste processo, a Reforma do Judiciário, não ocorreu exatamente como o governo esperava, dado que gerou uma crise política e uma intervenção drástica na institucionalidade autoritária por meio do Pacote de Abril. No entanto, os canais de negociação estabelecidos neste primeiro momento fortaleceram-se razoavelmente junto aos setores moderados e adesistas do MDB, levando o partido da oposição a oscilar radicalmente entre a resistência e a cooptação na votação da Reforma. Após o Pacote estes canais serão retomados, e sua dinâmica de negociação exercerá forte influência sobre a ação do MDB nesta conjuntura. A perspectiva da “Missão Portella” é contraditória à proposta de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, pois implica em negociar alterações significativas na institucionalidade autoritária, sem eliminá-la em sua essência.

A principal alteração seria a “constitucionalização do AI-5”, ou seja, a inclusão de medidas de “salvaguarda e defesa do Estado” na Constituição que poderiam ser acionadas sempre que necessário pelo poder Executivo com a aprovação do poder legislativo. Além disso, este processo implicaria em transferir para os poderes Judiciário e Legislativo e para outras esferas da sociedade política (partidos, legislação eleitoral, etc) as atribuições autocráticas de controle e seletividade do conflito político concentradas basicamente no poder Executivo e, em especial, na presidência da República. Um passo

neste sentido foi dado pela reforma do judiciário outorgada pelo governo, ao transferir para os próprios magistrados o poder de fiscalizar e punir a ação de juízes e advogados. Tratava-se agora de dar continuidade a este processo promovendo alterações nas atribuições legais da presidência, na estrutura partidária e na arena da disputa política em geral. No entanto, elementos essenciais da institucionalidade autoritária seriam mantidos, como os órgãos de informação e repressão. Segundo pronunciamento de Geisel junto à ARENA e do general Belfort Bethlem, já como ministro do Exército, junto ao Alto Comando do Exército, o SNI, o CIE, o CENIMAR e o CISA não seriam desmobilizados pelas reformas que viriam e continuariam sua missão de combater o comunismo, mesmo em suas funções policiais. As reformas apenas significariam uma atualização nos métodos de combate ao comunismo (*Movimento*, 5/12/1977, p. 4). Em suma, o conteúdo autocrático da institucionalidade política não só seria mantido como “aperfeiçoado”.

Em junho de 1977, Geisel orienta os líderes da ARENA a procurarem o MDB para dar início às discussões. No partido do governo a proposta de substituir o AI-5 por mecanismos constitucionais de salvaguarda e defesa do Estado era bem aceita, particularmente na ala “renovadora”, inclusive constituindo-se como proposta explícita de lideranças como o governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazelli (*Movimento*, 27/6/1977, p. 5; 4/7/1977, p. 4 e 5 e 10/10/1977, p. 6). Mesmo as alterações mais avançadas também tinham apoio de setores governistas, como indica a postura favorável do senador Daniel Krieger e do deputado federal Célio Borja a medidas como a volta dos cassados por uma anistia, o fim da censura prévia em toda a imprensa e até a reforma partidária (*Em Tempo*, 23/1/1978, p. 5). Porém, em suas conversas com a Comissão Executiva do MDB o senador Petrônio Portella deixava claro que o Pacote de Abril era irrevogável, ou seja, as restrições ao avanço eleitoral do MDB impostas pelo governo para o pleito de 1978 seriam mantidas (*Movimento*, 5/9/1977, p. 4 e 5).

Além do MDB, diversos setores e entidades da sociedade civil também foram procuradas. Ao longo do segundo semestre de 1977 contabilizam-se contatos do senador Portella com o presidente da OAB, Raymundo Faoro, com o secretário-geral da CNBB D. Ivo Lorscheider e com o cardeal D. Eugênio Salles, com a ABI, com dirigentes de 6 confederações de trabalhadores e de 26 sindicatos, com 35 empresários, além de juristas e jornalistas (*Movimento*, 10/10/1977, p. 6 e 5/12/1977, p. 5). Esta estratégia do governo consistia em atrair os diversos setores da oposição para uma conclusão negociada do processo de distensão, esvaziando a proposta da Assembléia Nacional Constituinte. Pelos

cálculos do governo, as reformas políticas deveriam ser elaboradas no primeiro semestre de 1978, com a participação do candidato governista à sucessão já escolhido, para serem implantadas em seu governo, conforme afirmação do presidente da ARENA, Francelino Pereira, após reunião com Geisel (*Movimento*, 5/9/1977, p. 4).

No MDB esta estratégia teve um peso fundamental no recuo do partido na questão da Assembléia Constituinte. Desde o lançamento da proposta no partido pelos autênticos e neo-autênticos, a direção “moderada” procurou protelar o início da campanha sob o argumento de que primeiramente as bases partidárias deveriam ser consultadas (*Movimento*, 2/5/1977, p. 4). Na verdade, havia uma divergência tática de fundo, na medida em que os moderados pretendiam priorizar a campanha eleitoral do partido, com o argumento de que após o Pacote de Abril a obtenção da maioria simples das cadeiras no Congresso facultaria ao MDB a capacidade de alterar a constituição. Ao contrário, os autênticos e os neo-autênticos priorizavam uma ampla campanha de mobilização nacional, que romperia com a limitação da vida partidária à rotina eleitoral-parlamentar e aproximaria o partido dos movimentos sociais e do conjunto da oposição. No fundo, estas posições divergentes expressam o antigo *dilema institucional* do MDB, agravado após as eleições de 1976: continuar como *partido institucional da oposição* ou tornar-se o *partido orgânico da oposição*. Mais uma vez este dilema aparece com força, na medida em que há um avanço do movimento de oposição com o surgimento de novos atores, particularmente entre os operários e os estudantes, o que pressiona o partido para uma relação mais orgânica com os setores sociais oposicionistas.

No entanto, a perspectiva do acordo com o governo na questão das reformas políticas levou os setores moderados e adesistas a condenarem a proposta de mobilização nacional por uma Assembléia Constituinte como “confronto contraproducente”, como afirmou o senador Saturnino Braga (*Movimento*, 13/6/1977, p. 2), ou a esvaziarem seu conteúdo, como o deputado Thales Ramalho, que cogitou uma “Constituinte com Geisel” (*Movimento*, 20/6/1977, p. 3). De fato, os contatos do MDB com Petrônio Portella avançavam e já se discutia não só a extinção dos partidos, mas a revogação do Pacote de Abril e até a transformação do Congresso eleito em 1978 em Assembléia Constituinte, que incorporaria à nova Constituição os mecanismos essenciais do AI-5 e criaria um Conselho de Estado para regular a aplicação desses mecanismos. Além das lideranças “moderadas” que participavam das discussões (Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Thales Ramalho e Franco Montoro), a possibilidade de viabilizar um entendimento em

torno destas questões atraía até representantes dos autênticos como Alencar Furtado, líder da bancada na Câmara dos Deputados, e Marcos Freire, senador que já havia defendido a constitucionalização das “salvaguardas do Estado” (*Movimento*, 20/6/1977, p. 3 e 27/6/1977, p. 5). Esta postura de moderação e disponibilidade para o acordo com o governo não foi abalada, nem mesmo pela cassação do deputado federal Marcos Tito, em junho, acusado de pertencer ao PCB, o que gerou tímida reação do partido (*Movimento*, 20/6/1977, p. 3).

As relações e negociações com o governo só começam a se deteriorar no final de junho, quando o MDB apresenta um programa em rede nacional de rádio e TV, com respaldo na própria Lei Falcão. Falaram Ulysses Guimarães (presidente do partido), Alceu Collares (coordenador do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais-IEPES), Alencar Furtado (líder da bancada na Câmara) e Franco Montoro (líder da bancada no Senado). Os pronunciamentos versaram sobre aspectos do programa partidário, como a crítica à violação dos direitos humanos, a denúncia da política de endividamento externo e de arrocho salarial, e a defesa da democratização. No entanto, as reações do governo e de lideranças arenistas foram violentas, acusando o MDB de oportunismo, demagogia e subversão e de recusa à continuidade do diálogo, como atestam as declarações do senador Sarney, do presidente da Arena Francelino Pereira, e até do chefe do SNI, João Figueiredo, numa das poucas declarações públicas que tinha proferido desde o início do governo Geisel (*Movimento*, 4/7/1977, p. 4). Na seqüência vieram a cassação do líder Alencar Furtado e a proibição da apresentação na TV do programa do MDB paulista através do Ato Complementar 104 (*Movimento*, 1/8/1977, p. 6). Segundo depoimento de Alencar Furtado, o próprio Armando Falcão lhe confidenciou posteriormente que sua cassação foi um ato compensatório do presidente Geisel diante das pressões militares, levadas por Figueiredo, reivindicando a cassação dos quatro parlamentares que participaram do programa (NADER, 1998, p. 58-59). Isto indica o nível das dissensões militares no interior do governo e a movimentação política de Figueiredo como candidato, procurando fortalecer sua liderança junto às Forças Armadas.

Após esta demonstração de endurecimento do governo, a proposta da Assembléia Constituinte se fortalece no MDB. Em agosto, a comissão executiva do partido convoca uma convenção extraordinária tendo a constituinte como principal tema. Em setembro, esta convenção é realizada e aprova a tese da Constituinte e um “roteiro de campanha” proposto pelos neo-autênticos, que previa um amplo processo de interlocução e

mobilização com diversos setores sociais e políticos (*Movimento*, 22/8/1977, p. 4-5 e 19/9/1977, p. 4-8). A aprovação da proposta de convocação da Assembléia Constituinte demonstra o fortalecimento da posição dos autênticos e dos neo-autênticos, que realizaram um trabalho razoável de mobilização das bases partidárias e conseguiram neutralizar provisoriamente os setores moderados e adesistas do partido. No entanto, as posições divergentes sobre a constituinte se mantiveram e se aprofundaram, pois, se para os primeiros a convocação da Assembléia Constituinte deveria ser precedida da anistia ampla e irrestrita e baseada em ampla liberdade de expressão e organização, para os últimos bastava transformar o Congresso eleito em 1978 em constituinte, sem romper previamente com a institucionalidade autoritária e sem alterar o caráter institucional do partido (*Movimento*, 25/7/1977, p. 7). Estas divergências se explicitam com clareza na convenção, quando em nome da direção “moderada”, Tancredo Neves e Saturnino Braga vetam a proposta de criação de uma Comissão Nacional pela Assembléia Constituinte, encarregada de coordenar a campanha e composta não só pelo MDB, mas por entidades, organizações e personalidades oposicionistas (*Movimento*, 19/9/1977, p. 4-8). Mais uma vez, diante da possibilidade de desenvolver uma relação orgânica com os setores sociais oposicionistas, particularmente com as classes subalternas, o MDB opta por seu papel institucional.

Como resultado da convenção, o partido publicou uma nota moderada, em que a Assembléia Constituinte é caracterizada como momento de pacificação nacional, como “solução global, imposta (...) pela integração dos ideais e dos interesses de todos na Nação e no Estado, que pertencem a todos e não a privilegiados”, e vincula-se à anistia, “esquecimento do passado e do presente, (...) estuário cristão da reconciliação”. Porém, a resposta da ARENA foi dura, afirmando que a Assembléia Constituinte é contraditória com o regime e com a “Revolução”, pois geraria a divisão da nação. Propõe o entendimento em torno do Congresso e com o apoio do governo, pois o contrário é apelo eleitoral e não solução. E conclui afirmando: “A constituinte é o confronto sob os disfarces daqueles que anunciam a paz, mas sabem que vão provocar a guerra” (*Movimento*, 19/9/1977, p. 8).

Além da tentativa de trazer o movimento de oposição, principalmente a oposição institucional, para discutir as reformas políticas no terreno da disputa política por ele controlada (Congresso e partidos), o governo também precisava controlar o processo sucessório. Numa situação de cesarismo militar, toda a disputa sucessória adquire um caráter militar, além de sua necessária dimensão política, pois qualquer comandante e/ou liderança militar torna-se um candidato em potencial, afinal a escolha definitiva caberá aos

seus pares. Portanto, o acirramento das dissensões militares, dentro e fora do governo, instabilizava extremamente a disputa para a sucessão de Geisel, talvez como não ocorria desde 1969. A principal ameaça à intenção de Geisel, de garantir a indicação de um sucessor afinado com o projeto distensionista, partia da candidatura de seu próprio ministro do Exército.

Desde o final de 1976, o general Frota parecia movimentar-se no sentido de romper a supremacia estabelecida por Geisel sobre ele na área militar, que expressava um dos elementos do projeto distensionista: a supremacia institucional do presidente da República sobre o Ministro do Exército. Além disso, seu descontentamento com a posição subordinada que lhe foi imposta, desdobrava-se na canalização, em torno de si, do descontentamento que diversas medidas tomadas e a tomar por Geisel geravam em setores das Forças Armadas. Em nota divulgada por ocasião de sua demissão, Frota deixa claro sua divergência com medidas adotadas conforme a política externa do “pragmatismo responsável” (como a do reatamento de relações com a China, o reconhecimento do governo socialista de Angola, o voto de abstenção quanto à entrada de Cuba na Organização dos Estados Americanos, o voto anti-sionista dado pelo Brasil na ONU) e denuncia a inação do governo diante das notícias de organização de um partido socialista por exilados brasileiros, da “infiltração comunista” em órgãos do governo, nos meios de comunicação e entre os estudantes e do que ele considera uma campanha de descrédito dos órgãos de segurança e informações desenvolvida por diversos órgãos de imprensa (CHAGAS, 1985, p. 263-270). Em setembro, o comandante do III Exército, general Fernando Belfort Bethlem, emite um boletim reservado, onde também se posiciona contra o processo de redemocratização e a volta ao “Estado de Direito” (*Em Tempo*, 15/5/1978, p. 3). No mesmo mês de setembro, a visita de Frota ao Congresso Nacional, acompanhado de 43 generais, era uma indicação segura do crescimento de sua candidatura e do apoio militar que recebia (KUCINSKI, 1982, p. 68). Além disso, devido à rotatividade regulamentar dos comandos militares, no final do ano, parte do Alto Comando do Exército seria renovado, com fortes possibilidades de ascensão dos chamados “coronéis de 64”, oficiais duros que já haviam chegado ao generalato e assumiam funções de comando, em lugar dos antigos “castellistas” (moderados) (KUCINSKI, 1982, p. 69-70), como de fato ocorreu. A possibilidade de crescimento da influência de Frota no Alto Comando e, consecutivamente, de sua candidatura levaram Geisel à atitude extrema de demitir o Ministro do Exército.

Conforme o seu depoimento, Geisel afirma que havia o receio de que a candidatura Frota ganhasse adesões com o passar do tempo e lhe fosse imposta pelos generais, obrigando-o a aceitá-la. Daí a urgência de retirá-lo de sua posição de mando assim que as condições fossem favoráveis. Estas surgiram a partir da própria estratégia adotada por Geisel de deixar Frota envolver-se em sua campanha, numa clara afronta à autoridade presidencial. O momento da demissão, já definida tempos antes, ocorreu quando Geisel tinha certeza do apoio dos comandos militares, particularmente dos quatro exércitos e do Estado-Maior (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p. 403-408). Conforme relato detalhado do general Hugo Abreu em seu livro *O outro lado do poder*, a demissão de Frota no feriado de 12 de outubro envolveu uma vasta operação de guerra de posição, em que o presidente procurou esvaziar as possibilidades de reação de Frota, através de procedimentos como a colocação de tropas em prontidão, uma operação de contra-informações para atrair os comandantes para o Palácio do Planalto e não para o gabinete do ministro, entre outros (ABREU, 1979, p. 125-151).

No episódio da demissão de Frota, a disciplina e a hierarquia foram fundamentais para garantir a prevalência da posição do presidente e evitar que a cisão militar evoluísse para o confronto aberto. O processo de fortalecimento da autoridade do presidente da República sobre o conjunto das Forças Armadas, peça importante do projeto distensionista, foi sólido o suficiente para desautorizar e/ou enfraquecer qualquer movimento de quebra do comando hierárquico e institucional. O próprio Geisel reputa esta questão como decisiva para a vitória de sua posição e para o apoio amplamente majoritário que recebeu dos comandos militares (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p. 401-402). Em seu depoimento, o general Ênio dos Santos Pinheiro, então secretário geral do Exército e do Alto Comando e apoiador de Frota, confirma que havia disposição dos militares frotistas para uma resistência, porém, a mesma foi inviabilizada pelas dificuldades operacionais de sucesso, devido à adesão dos comandantes militares a Geisel. No dia decisivo, até o ex-presidente Médici foi consultado e desautorizou a empreitada (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1995, p. 233-240). Sem dúvida, o apoio de Médici à resistência poderia dar um respaldo decisivo à posição de Frota, porém prevaleceu o respeito à hierarquia e à disciplina.

A derrota da linha-dura neste episódio não significou seu ocaso definitivo e nem o predomínio dos moderados no governo. Mais uma vez prevaleceu a perspectiva da composição, pois, apesar do desmonte do dispositivo frotista e da manutenção da

supremacia do presidente da República sobre o ministério do Exército e as Forças Armadas, o próprio Geisel afirma que a escolha do general Fernando Belfort Bethlem para substituir Frota orientou-se pela necessidade de indicar um nome “palatável” para a “linha-dura”. Surpreendentemente, para Geisel, a aproximação de Bethlem com a “linha-dura” (veja-se a nota emitida por ele em setembro), além do comando do III Exército (mais importante militarmente pelo efetivo e pela tradição) e das relações de amizade entre ambos, o qualificaram para assumir o ministério do Exército (D’ARAÚJO, CASTRO, 1997, p. 409-410). Além disso, conforme Kucinski (1982, p. 70-72), na demissão de Frota diversos duros foram cooptados e aderiram ao governo, sendo premiados posteriormente com promoções e indicações para o Alto Comando no final do ano. Para aparar possíveis arestas, o próprio Geisel envia ao Alto Comando do Exército informe onde admite que o mesmo foi menos consultado do que ele gostaria e confirma que a continuidade do projeto distensionista preservará a integridade da “Revolução”.

3 - A sucessão de Geisel, a emergência do protesto popular e as *reformas institucionais* (1978-1979)

3.1 - Os partidos, a disputa sucessória e o reforço do *cesarismo militar*

Após o deslocamento de Frota do processo sucessório, o caminho se abria para a candidatura de Figueiredo. Há diversas interpretações sobre o momento específico da escolha de Figueiredo por Geisel: alguns consideram que sua candidatura já estava acertada desde a sucessão de Médici em 1973 (STUMPF, PEREIRA FILHO, 1979), outros consideram que sua candidatura foi se impondo ao presidente na medida em que era apoiada por seus principais assessores (Golbery do Couto e Silva, Heitor Aquino Ferreira, Petrônio Portella, Humberto Barreto e o próprio Figueiredo) (ABREU, 1979, p. 75-102). De uma forma ou de outra, o fato é que Figueiredo reunia os requisitos para suceder Geisel nas condições do cesarismo militar e do processo de distensão. Não só compunha o restrito “grupo palaciano”, gozando de intimidade junto a Geisel, como tinha articulações na área dos chamados “órgãos de segurança” e em setores de linha-dura que serviram no governo Médici, o que poderia servir para atenuar futuras contradições. Na verdade, Figueiredo estava na alta cúpula do governo desde 1969, primeiro como chefe do Gabinete Militar de Médici e depois como chefe do SNI de Geisel, em que uma de suas funções era evitar

problemas com o governo anterior. Sua trajetória como membro da alta cúpula do Estado (e o seu próprio governo, posteriormente) é o resultado típico da composição entre moderados e duros em todos os governos militares. Além disso, em seu depoimento Geisel confirma que a prolongada permanência de Figueiredo no governo e o contato com sua estrutura e problemas contaram a seu favor, dando-lhe a necessária legitimidade “técnica”. Porém, o critério decisivo foi a identidade de Figueiredo com o projeto distensionista de Geisel, o que o levou a não cogitar nenhum outro nome (D’ARAÚJO, CASTRO, 1997, p. 411-413).

Em janeiro de 1978, Geisel antecipa-se ao seu próprio calendário e dá por encerrada a discussão sobre a sucessão dentro do governo, indicando publicamente o nome de Figueiredo para substituí-lo (*Movimento*, 9/1/1978, p. 3 e 4). Mais uma vez, a decisão final coube ao presidente da República, numa demonstração da vitalidade do cesarismo militar, mesmo com todos os percalços da distensão. A indicação de Figueiredo como candidato do governo à sucessão presidencial reforça a estratégia distensionista de reformar a institucionalidade autoritária, preservando seu caráter autocrático. Com o sucessor escolhido, o governo poderia avançar na implementação das reformas políticas, pois o próximo presidente não retrocederia e garantiria sua consolidação.

No entanto, o caráter centralizado do processo de escolha de Figueiredo e a movimentação política do grupo que o apoiava geraram novas contradições dentro do próprio governo e alimentaram as dissidências civis e militares. Conforme o calendário estabelecido por Geisel, somente em janeiro de 1978 se iniciaria o processo de discussão e consultas sobre a sucessão dentro do governo e da ARENA. É claro que o trabalho político em prol das diversas candidaturas já havia se iniciado, levantando diversos nomes para suceder Geisel na área do governo. Além de Figueiredo e de Frota, já desqualificado, cogitavam-se os nomes dos generais Euler Bentes Monteiro, Dilermando Monteiro e Reinaldo de Melo Almeida e do senador Magalhães Pinto, que lançou sua própria candidatura em junho de 1977 (*Movimento*, 4/7/1977, p. 3). Porém, em 5 de janeiro, Geisel anuncia sua escolha às lideranças arenistas, indicando Figueiredo para a presidência e Aureliano Chaves, o governador de Minas Gerais, para a vice-presidência, sem consultar formalmente o Alto Comando do Exército (CHAGAS, 1985, p. 298-299). Daí em diante, as candidaturas alternativas terão que se articular em oposição à posição de Geisel e à sua “candidatura oficial”.

A primeira dissidência gerada por este processo de escolha ocorre antes mesmo do anúncio oficial de Geisel, quando o general Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar, pede demissão. Em relatório enviado ao presidente, Abreu faz uma avaliação do processo sucessório denunciando o que considera uma manobra do “grupo palaciano” para impor-lhe a candidatura Figueiredo e os males que a mesma causou e ainda causaria ao governo. Primeiramente, o envolvimento do presidente numa farsa, que minaria sua autoridade e macularia a lisura do processo sucessório. Em segundo lugar, a divisão que o nome de Figueiredo criaria nas Forças Armadas e no Exército, em especial, com a possibilidade de futuras reações. Por fim, Abreu denuncia os “compromissos pouco éticos” da candidatura com grupos políticos e empresariais, o que a vincularia a interesses escusos e particularistas. Em seguida sugere os nomes dos generais Bethlem, Samuel Correia, Euler Bentes e Reinaldo de Mello Almeida, além do ministro Ney Braga e do Governador Aureliano Chaves como alternativas a Figueiredo para a apreciação do presidente (ABREU, 1979, p. 284-286).

Na verdade, a discordância de Hugo Abreu com a candidatura Figueiredo se deve a duas das bandeiras mais caras do “ideário de 64”: a unidade das Forças Armadas e o combate à corrupção. Além disso, expressa uma dissidência que se fortalece na área militar e na ARENA que rompe com o governo Geisel e defende a aceleração do processo de transição com o fim da Ditadura Militar e a volta do “Estado de Direito”. Esta posição aparece explicitamente no livro *O outro lado do poder*, publicado por Abreu após sua demissão, onde ele denuncia atos de corrupção dentro do governo (o caso de Golbery com a Dow Chemical e de Delfim Neto na Embaixada do Brasil em Paris) e expõe sua posição política. Já rompido definitivamente com Geisel, que ele considera “enredado” pelo “grupo palaciano”, e comprometido com uma candidatura alternativa (Magalhães Pinto-Euler Bentes), Abreu propõe um verdadeiro “programa político”, que defende os “ideais democráticos da Revolução” como o fim do arbítrio e do esquema repressivo, as eleições diretas para todos os níveis, a austeridade administrativa e o combate à corrupção, a crítica ao favorecimento das empresas multinacionais e ainda uma política social distributiva de renda e uma reforma agrária com base no Estatuto da Terra (ABREU, 1979, p. p.187-208).

A evolução de Abreu para uma posição pró-*abertura* o aproximava de grupos militares que defendiam a aceleração do processo de democratização e de lideranças civis que tinham alguma divergência com a condução da *distensão* pelo governo. Logo após sua saída do governo, Abreu começa a se movimentar em busca da construção de uma

candidatura presidencial alternativa. Inicialmente propõe ao general Euler Bentes o lançamento de sua candidatura na ARENA, mas este recusa por considerar que a convenção partidária que indicaria o candidato presidencial seria forjada pelo governo. A partir daí Abreu estabelece contatos com Magalhães Pinto e Severo Gomes (ABREU, 1980, p. 25-26).

Desde junho, Magalhães Pinto havia anunciado sua intenção de suceder Geisel, contando com o acirramento da crise militar entre “frotistas” e “figueiredistas” e com a possibilidade da emergência de uma terceira alternativa, mesmo que civil. Em seu depoimento, Geisel afirma que considerava uma candidatura civil inviável naquela conjuntura, pois o próximo presidente deveria ter força e identidade com as Forças Armadas o suficiente para avançar na *abertura*, atributos que nenhum civil possuía, nem mesmo Petrônio Portella. Além disso, Geisel afirma que esta avaliação era consensual entre as lideranças da ARENA por ele consultadas (D’ARAÚJO, CASTRO, 1997, p. 411-412). Por isto, a candidatura de Magalhães Pinto deveria extrapolar os limites do governo e da ARENA se quisesse ter alguma viabilidade. Buscando ampliar sua base de apoio e estabelecer uma interlocução com diversos setores políticos e sociais (militares, Igreja, MDB e empresários), Magalhães Pinto defendia um processo de “pacificação” em torno de um projeto de reformas políticas que substituiria o AI-5 por mecanismos de defesa do Estado contra o “terrorismo e a subversão”, criaria o pluripartidarismo com 4 partidos “não-classistas” (direita, centro-direita, centro-esquerda e esquerda) e até vislumbrava o restabelecimento posterior de eleições diretas (*Movimento*, 3/10/1977, p. 4-5 e 12/12/1977, p. 7). Além destas propostas, Magalhães comprometia-se ainda com a revisão das punições e cassações tomadas pelos governos militares (em lugar da anistia pura e simples) e com a livre negociação salarial entre patrões e empregados (desde que não “assustasse” os empresários) (*Movimento*, 16/1/1978, p. 3).

Apesar dos limites de algumas de suas posições e do seu notório anti-estatismo, Magalhães Pinto consegue a adesão do ex-ministro Severo Gomes para sua candidatura, que traz consigo a possibilidade do apoio do pequeno e médio capital e do estabelecimento de negociações com o MDB (*Movimento*, 16/1/1978, p.3). Desde o Pacote de Abril, Severo Gomes buscava uma alternativa política ao governo por meio de uma candidatura dissidente; seu trabalho político no IV Conclap garantiu a vitória do general Euler Bentes, entre os candidatos cogitados, numa enquete feita entre os empresários sobre a sucessão presidencial (*Movimento*, 22/05/1978, p. 7). A recusa de Euler Bentes em assumir uma

candidatura levou Severo Gomes a apoiar Magalhães Pinto e a colocar-se como vice em sua chapa. No entanto, segundo Severo Gomes, para ampliar sua base de apoio a candidatura de Magalhães Pinto deveria avançar politicamente, incorporando propostas como a realização de um plebiscito para restabelecer as eleições diretas; o pleno restabelecimento do *habeas corpus*, a liberdade de organização sindical, a anistia, o respeito aos direitos humanos e o fim do decreto-lei 477 (*Em Tempo*, 6/3/1978, p. 3). Na verdade, a posição de Magalhães Pinto não ia muito além do que o próprio governo intencionava estabelecer com as reformas políticas, o que indica claramente os limites de sua dissidência e explica seu comportamento posterior.

Além das dissidências no campo governista representadas por Abreu e por Magalhães-Severo Gomes, ainda havia a “ala renovadora” da ARENA, representada pelo senador Teotônio Vilela. Após o Pacote de Abril, Teotônio Vilela se movimenta cada vez mais no sentido de viabilizar uma alternativa política à condução da *distensão* pelo governo. Além de aprofundar sua intervenção crítica no parlamento, Teotônio Vilela intensifica sua interlocução com as entidades de oposição da sociedade civil, com intelectuais e com os descontentes da ARENA. Deste processo origina-se o “Projeto Brasil”, publicado em março de 1978 por Teotônio Vilela e por Raphael de Almeida Magalhães. Apesar da pequena repercussão, o “Projeto Brasil” é indicativo do grau de discordância dos dois políticos arenistas, com o modelo político e econômico vigente, e da ressonância política das demandas de setores do empresariado, por maior participação no processo decisório. O projeto propunha um processo de reformas em que a democracia liberal fosse combinada com mecanismos de descentralização política e com um modelo de desenvolvimento capitalista “socialmente responsável”, de inspiração social-democrata, baseado na distribuição de renda e na centralidade da grande empresa privada nacional (ALVES, 1983, p. 139-149). A perspectiva política contida no projeto expressa em linhas gerais a concepção de democratização defendida pelos setores críticos do empresariado e articulava-se às suas demandas por ampliação de sua influência no processo decisório, particularmente junto aos mecanismos oficiais de financiamento e planejamento. Além disso, defendia a reestruturação partidária, mas apenas os “partidos fortes” deveriam sobreviver, numa clara vinculação à visão que o próprio governo tinha da questão. Na questão sindical, ao mesmo tempo que defendia a liberdade sindical, o projeto propunha a intervenção do Estado nos conflitos trabalhistas, o que mantinha sua posição tutelar (*Em Tempo*, 5/6/1978, p. 4).

A perspectiva de construção de uma candidatura presidencial alternativa vai aproximar estas distintas dissidências governistas, primeiramente em torno da Frente Nacional de Redemocratização e depois com a candidatura do general Euler Bentes. De janeiro a abril de 1978, Magalhães Pinto insistiu em sua candidatura pela ARENA. No entanto, a recusa do general Euler em compor a chapa na vice-presidência, o verdadeiro “bombardeio” desencadeado pela ARENA e pelo governo, acusando a candidatura de “divisionismo”, e os próprios limites de seu compromisso com a democratização enfraqueceram a posição de Magalhães e sua capacidade de ampliar apoios (*Movimento*, 5/2/1978, p. 4). Em abril, a ARENA homologa a chapa Figueiredo-Aureliano Chaves, inviabilizando as pretensões de Magalhães Pinto de conquistar o apoio do partido governista. A inviabilização do lançamento de uma candidatura alternativa pela própria ARENA leva a dissidência governista a vislumbrar a possibilidade de lançá-la pelo MDB.

Em seu livro *Tempo de crise*, Hugo Abreu relata que a dissidência governista vislumbrava uma candidatura militar para o MDB, capaz de conquistar apoio nas Forças Armadas e na ARENA, aproveitando-se de suas contradições internas, e ganhar a disputa indireta (ABREU, 1980, p.29-33). Os nomes cogitados para assumir a candidatura militar alternativa eram os do próprio Hugo Abreu, o do general Ayrton Pereira Tourinho (ex-membro do Alto Comando do Exército e ex-comandante da ESG) e do general Euler Bentes. A recusa de Tourinho fortalece o nome de Euler Bentes, também porque Abreu preferia não assumir a indicação para não ser acusado de romper com o governo em nome de seus interesses pessoais. Em maio, Euler Bentes aceita ser o candidato militar alternativo e juntamente com Magalhães Pinto lança a Frente Nacional de Redemocratização. No manifesto de lançamento da Frente, os dois signatários propõem a constituição de uma frente formada e coordenada por todas as correntes políticas comprometidas com a redemocratização, porém seu compromisso com a luta “pela imediata volta ao Estado de Direito Democrático e pela livre manifestação eleitoral do povo brasileiro” vincula-se à reafirmação dos “ideais democráticos da Revolução de Março de 1964” (ABREU, 1980, p. 98). Ao mesmo tempo em que abre a perspectiva de articulação entre a dissidência governista e o conjunto da oposição, o manifesto de lançamento da Frente expressa claramente a perspectiva autocrática dos dissidentes.

No MDB, a questão sucessória movimentava o partido desde o início de 1978. Mais uma vez os autênticos e os neo-autênticos levantam a tese da anti-candidatura como meio de mobilização política e de questionamento da legitimidade do processo sucessório,

propondo uma chapa formada pelos senadores Paulo Brossard e Marcos Freire. Já os setores moderados demonstram interesse em participar da disputa sucessória e, até mesmo, iniciam conversações com Magalhães Pinto com perspectiva de apoiá-lo (*Movimento*, 23/1/1978, p. 3 e *Em Tempo*, 4/2/1978, p. 3). Na verdade, o avanço desta perspectiva se chocaria frontalmente com a proposta oposicionista de convocação de uma Assembléia Constituinte e exerceria sobre o partido da oposição uma influência fortemente *passivizadora*, na medida em que a disputa sucessória e a própria realização das eleições de 1978 fortaleciam a *vocação institucional* do MDB. Além disso, o crescimento das dissidências civis e militares no campo governista e as promessas do “candidato oficial” de que apoiava e daria prosseguimento ao projeto distensionista faziam refluir o ímpeto de enfrentamento do MDB e até alimentavam a possibilidade de vitória no colégio eleitoral. Mais uma vez, o MDB apostaria na sua inserção institucional para chegar ao poder.

Este processo dá novo fôlego aos setores moderados e adesistas, mas também atrai o apoio de setores autênticos. Em março, na disputa pela liderança da bancada na Câmara dos Deputados, Tancredo Neves derrota a candidatura “autêntica” de Freitas Nobre, contando, até mesmo, com o voto de deputados autênticos e neo-autênticos como Sebastião Rodrigues, Aldo Fagundes e Jorge Moura. A vitória de Tancredo contou ainda com a simpatia do governo, pois significava o reforço da perspectiva de negociação das reformas no MDB. No mesmo mês, houve uma conversa de Tancredo com Geisel e a solicitude do presidente para futuras conversas (*Movimento*, 6/3/1978, p. 3 e 20/3/1978, p. 6). No Senado a disputa da liderança foi vencida por Paulo Brossard, apoiado pelos autênticos e os neo-autênticos, que derrotou a candidatura “moderada” de Franco Montoro (*Movimento*, 20/3/1978, p. 6). No entanto, isto não impediu que em maio o próprio Brossard se comprometesse a apoiar a candidatura Euler Bentes, juntamente com lideranças “moderadas”, como Ulysses Guimarães, Saturnino Braga e Tancredo Neves, conforme o relato de Hugo Abreu (1980, p. 43-48). O processo de articulação do MDB com a dissidência governista, através da candidatura Euler Bentes e da Frente Nacional de Redemocratização, evolui e passa a envolver não só os moderados, mas setores expressivos dos próprios autênticos, que passam a ser os principais apoiadores da candidatura, ainda de acordo com Hugo Abreu (p. 49-50). Isto se evidencia a partir de conversas de Euler Bentes com lideranças autênticas, como Marcos Freire e Francisco Pinto, alimentando a perspectiva institucional de que falamos (*Em Tempo*, 22/5/1978, p. 3). Esta virada na posição de setores autênticos se explica pela mesma concepção que orienta os moderados:

o apoio a uma candidatura militar alternativa como caminho mais curto para chegar ao poder e implementar o projeto democrático do partido.

Existem clivagens na compreensão que autênticos e moderados possuem do projeto democrático do MDB, mas esta situação expressa com clareza a capacidade que o processo de *distensão*, sob a institucionalidade autoritária, possui de canalizar seletivamente o conflito político, passivizando as demandas mais contestatórias e contra-hegemônicas. O apoio dos autênticos à candidatura Euler Bentes significa, na verdade, a rendição a uma perspectiva autocrática, que vislumbra o *fim do cesarismo militar pela recorrência ao cesarismo militar*. Esta posição evidencia-se na defesa da candidatura feita por Francisco Pinto. Segundo ele, o apoio a Euler era uma forma de o MDB aproximar-se dos militares e atenuar a visão de que o partido era contestatório e antimilitar, além da possibilidade concreta de acabar com a ditadura (*Em Tempo*, 29/5/1978, p. 3). Também porque o apoio a Euler e a participação do MDB na Frente possibilitariam ao partido a necessária aliança com a burguesia, e o envolvimento de diversas entidades e grupos como a OAB, a ABI, “as Igrejas”, os dissidentes militares e arenistas, tirando as forças democráticas do isolamento. Além do mais, segundo ele, nada impediria que os trabalhadores viessem a disputar a hegemonia na Frente com a burguesia, rebatendo as críticas de que a candidatura configurava um novo “pacto das elites” (*Movimento*, 16/6/1978, p. 6 e 7).

Na verdade, esta posição de Francisco Pinto é representativa da tentativa dos autênticos de resgatar a idéia de articular o MDB a um amplo movimento de oposição, tentativa já feita na proposta de criação da Comissão Nacional pela Assembléia Constituinte, que foi vetada pelo moderados. A diferença é que esta articulação se daria agora através da Frente Nacional de Redemocratização e que a Assembléia Constituinte seria convocada por um futuro governo Euler Bentes. Aliás, apesar das vacilações iniciais de Euler Bentes quanto à questão, os autênticos e os neo-autênticos conseguem comprometê-lo com a convocação da Assembléia Constituinte ou, no mínimo, a transformação do futuro congresso eleito em Constituinte (*Movimento*, 22/5/1978, p. 7 e 17/7/1978, p. 3). Esta dimensão mobilizadora torna os moderados do MDB reticentes e os adesistas claramente hostis à candidatura Euler, com o passar do tempo.

No final de maio, o MDB realiza sua IV Convenção Extraordinária para definir a atuação do partido nas sucessões presidencial e estaduais. O lançamento de candidatura presidencial é aprovado e, por pressão do grupo “chaguista”, a participação nas sucessões

estaduais seria decidida pelos respectivos diretórios regionais, apesar de a proposta de também se lançar candidatos a “senador biônico” ter sido recusada. A maioria emedebista no colégio eleitoral do Rio de Janeiro tornava real a possibilidade de vitória de um candidato emedebista ao governo estadual e, mais uma vez, o favorito era o ex-governador Chagas Freitas. Contraditoriamente, a vitória do grupo “chaguista” nesta questão fortalece sua posição de resistência à entrada no MDB na Frente Nacional de Redemocratização, pois muitos de seus membros já se comprometiam com a candidatura de Figueiredo. No entanto, a entrada do MDB na FNR é aprovada nesta convenção com base no apoio a uma candidatura alternativa e na aceitação por Euler Bentes e Magalhães Pinto do “decálogo” do partido.

O chamado “decálogo” era um programa político de dez pontos, que orientaria a atuação da Frente nesta conjuntura e seria assumido pelo candidato alternativo. Seus principais pontos eram: a revogação imediata de todos os instrumentos de exceção e leis restritivas às liberdades públicas e privadas; eleições diretas em todos os níveis; restauração constitucional plena de todos os direitos e garantias individuais; garantia da separação e independência dos três poderes e do princípio federativo; fim das penas de morte, prisão perpétua e banimento e anistia plena com propósito de reconciliação política; pluripartidarismo; liberdade sindical, reformulação das leis que garantem a tutela governamental e direito de greve; liberdade de cátedra e de atuação política não partidária das entidades estudantis e, por fim, convocação de uma Assembléia Constituinte após “atendidos os pressupostos necessários à normalização da vida política do país” (*Movimento*, 5/6/1978, p. 3). Além do conteúdo evidentemente democrático-liberal do programa, alguns aspectos indicam sua vinculação a uma perspectiva autocrática, particularmente a proposta de reformulação, e não extinção, da tutela do Estado sobre a estrutura sindical, e o limite apartidário e corporativo vislumbrado para a atuação política nas instituições de ensino. Este último ponto é uma óbvia reprodução do princípio de separação entre estrutura partidária e interesses sociais específicos, tão caro à institucionalidade autoritária e aos “ideais da Revolução de 1964”, que expressa, na verdade, o método político autocrático que separa economia e política como esferas distintas. Além disso, as condições para a convocação de uma Assembléia Constituinte são vagas o suficiente para adiá-la por tempo indeterminado e/ou substituí-la pela disputa presidencial e pela conquista do governo como prioridade política do partido neste momento (*Movimento*, 5/6/1978, p. 3).

A entrada do MDB na Frente Nacional de Redemocratização significa a consolidação institucional do *campo de interlocução liberal*, em gestação desde o início da distensão e agora plenamente constituído. Mais do que isto, o campo de interlocução liberal torna-se fator condicionante para qualquer perspectiva institucional de acesso da oposição ao poder, o que não só lhe dará legitimidade crescente, como perenidade na estratégia da oposição. Como veremos, na sucessão de Figueiredo em 1984 esta estratégia também será operacionalizada, com sucesso. A candidatura do general Euler Bentes emerge na Frente como conseqüência natural desta estratégia, na medida em que abria a perspectiva do necessário apoio militar a qualquer pretensão do MDB. Além disso, a candidatura de Magalhães Pinto era inviável no campo governista e praticamente impossível no MDB, pois teria que superar o favoritismo da candidatura oficial na ARENA ou trocar de partido e assumir todos os riscos políticos que isto implicava, como a perda do mandato. Sua saída da Frente e conseqüente aproximação com a candidatura Figueiredo indicam que Magalhães preferiu não correr riscos (*Movimento*, 17/7/1978, p. 3).

Em julho, a candidatura de Euler é lançada pelos autênticos e assumida com reticência pelo setor moderado, devido ao temor de que houvesse mobilização popular e radicalização política (*Movimento*, 24/7/1978, p. 3 e 7/8/1978, p. 3). No entanto, a candidatura se impõe e mais uma vez o MDB disputará a sucessão presidencial. Em agosto, nova convenção do MDB homologa a candidatura de Euler à presidência e de Paulo Brossard à vice, substituindo Marcos Freire, tido como “esquerdista” (ABREU, 1980, p. 133). Ao longo da campanha as posições do candidato militar do MDB evoluem, porém evidenciam sua perspectiva autocrática em diversos aspectos. Em maio, Euler Bentes defende a anistia, a instalação do “Estado de Direito” e critica o Pacote de Abril como um retrocesso no processo distensionista, mas considera que as “salvaguardas do Estado” estritamente necessárias devem ser mantidas, que a “Revolução” deve ser institucionalizada com o processo de democratização e que os partidos comunistas não devem ser legalizados (*Movimento*, 22/5/1978, p. 7-8; *Em Tempo*, 22/5/1978, p. 3).

Em julho, o candidato já aceita a proposta da Assembléia Constituinte. Apesar de não descartar a alternativa de um “Congresso constituinte”, compromete-se em presidir um governo de transição com duração de três anos, incumbido de realizar eleições diretas para governadores e presidente da República para sua sucessão, porém considera que entidades como UNE, OAB e ABI devem ter liberdade de ação desde que apartidária (*Movimento*, 17/7/1978, p. 3). Esta mesma concepção de separação entre estrutura

partidária e interesses corporativos se evidencia em sua posição sobre a proposta de uma central sindical. Segundo ele, a liberdade de organização sindical deve ser garantida, mas a proposta de uma central sindical carrega uma conotação política que fere a função corporativa dos sindicatos (*Movimento*, 18/9/1978, p. 8-10). No plano econômico, o candidato defende uma posição nacionalista conservadora, bastante difundida entre setores das Forças Armadas, propondo desde o fortalecimento da empresa privada nacional e da empresa estatal até a disciplinarização do capital externo. A crise econômica coloca como prioridade a expansão do mercado interno por meio da distribuição de renda, da diminuição dos desequilíbrios regionais da economia e de um processo de reforma agrária conforme previsto no Estatuto da Terra (*Movimento*, 22/5/1978, p. 7-8 e 18/9/1978, p. 8-10; *Em Tempo*, 22/5/1978, p. 3).

Estas posições de Euler Bentes se assemelham às posições defendidas por setores dissidentes do governo, como Hugo Abreu e Severo Gomes, e por frações importantes do bloco no poder, como a burguesia do setor de bens de capital. Como vimos, esta fração do capital monopolista aproxima-se bastante de uma posição oposicionista após a demissão de Severo Gomes e do Pacote de Abril. A movimentação das lideranças empresariais deste setor, demarcando suas posições diante do governo e publicizando-as, evolui para a elaboração e divulgação do “Primeiro Documento dos Empresários”, em junho de 1978. O documento era assinado por 8 dos 10 empresários reconhecidos como as maiores lideranças nacionais do empresariado, conforme enquete realizada pelo jornal *Gazeta Mercantil* em 1977. O setor de bens de capital tinha mais representantes, mas a totalidade dos signatários era membro das frações monopolistas da burguesia nacional, ou pelo menos, identificado com suas posições. O documento reunia nomes bastante conhecidos como Severo Gomes (ex-ministro da Indústria e Comércio e presidente do Grupo Parahyba), Cláudio Bardella (ABDIB e Grupo Bardella), José Mindlin (FIESP e Grupo Metal Leve) e Paulo Villares (ABDIB e Grupo Villares), além de Antonio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim), Paulo Vellinho (ABINEE- Associação Brasileira da Indústria de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos- e Grupo Springer-Admiral), Laerte Setúbal (Grupo Duratex) e Jorge Gerdau (Grupo Gerdau) (MOTTA, 1979, p. 125-128).

Os eixos principais do documento giravam em torno da mudança na política econômica e da defesa da democracia liberal. A constatação de que o processo de desenvolvimento econômico brasileiro conviveu com desigualdades sociais profundas era seguida da proposta de alteração da política econômica, com a defesa da distribuição de

renda para dinamizar o mercado interno, a geração de empregos e os investimentos privados. A implantação de uma política salarial justa se associava às propostas de ampliação dos gastos públicos com serviços sociais e infra-estrutura urbana, de revisão do sistema tributário, de racionalização dos gastos públicos. Tal modelo econômico fortaleceria a livre iniciativa e a economia de mercado e, por isso, deveria se combinar com o estabelecimento do regime democrático, o único flexível o suficiente para evitar que as tensões sociais se transformassem num “indesejável conflito de classes”. Daí a defesa da liberdade sindical, tanto para os sindicatos patronais quanto para os trabalhistas, e da negociação entre empresários e trabalhadores, dentro da modernização da estrutura sindical (MOTTA, 1979, p. 125-128).

O “Primeiro Documento dos Empresários” confirma as posições assumidas pelas frações dissidentes do capital monopolista desde 1977, sua proposta de liberdade sindical e livre negociação se inserem em sua proposta de redução do intervencionismo do Estado e sua concepção de democracia é determinada pela necessidade de contenção do conflito político. Quando este documento veio à luz, as primeiras greves de massa desde 1968 já haviam estourado entre os operários do ABC Paulista e se propagado por outras categorias, desencadeando um novo ciclo de ascensão do movimento operário e popular. Portanto, a proposta democrático-liberal contida no documento era uma resposta ao avanço do movimento operário e uma evidência dos limites do instrumental à disposição do Estado e das classes dominantes para tratar a questão. Mais do que isto, tal posição era expressiva das contradições que setores hegemônicos do bloco no poder tinham com o governo militar naquele momento, seja devido à condução da política econômica, seja devido à instabilidade política vivenciada nesta fase da distensão. Além disso, expressava uma nova etapa no acirramento das disputas interburguesas, que se desdobrava desde a crise do Milagre Brasileiro.

Deste modo, o apoio ao restabelecimento da democracia liberal se insere na estratégia de ampliação da participação dos empresários descontentes no processo de tomada de decisões, tanto na esfera da representação burocrática, quanto na esfera da representação política. Neste período começa a ocorrer uma clara divisão na estrutura de representação corporativa do empresariado entre as novas lideranças ligadas às associações extra-corporativas e os líderes das associações e sindicatos tradicionais, considerados excessivamente submissos ao governo. A própria proposta de liberdade sindical se baseia nesta tentativa de ampliar a margem de autonomia das frações burguesas diante do Estado,

ampliando sua capacidade de interlocução, mesmo que crítica, com o governo e seu relacionamento direto com os trabalhadores. A divisão entre as lideranças empresariais desencadeia um processo de disputa pela estrutura de representação corporativa que tem seu primeiro embate nas eleições para a diretoria da CNI (Confederação Nacional da Indústria) em 1978 e se desdobra, mais tarde, na disputa pela FIESP em 1980 (*Em Tempo*, 17/7/1978, p. 5). No plano da disputa sucessória esta divisão não se desdobra em apoio explícito a qualquer uma das candidaturas, com exceção das Federações industriais do Espírito Santo e do Paraná, que apóiam Figueiredo e pedem “prudência” no processo distensionista (*Em Tempo*, 17/7/1978, p.5). No entanto, a proximidade entre as posições das dissidências governistas e do partido de oposição institucional, representados pela candidatura Euler Bentes, e as posições dos empresários liderados pelo setor de bens de capital é evidente. Ambas procuram romper com o cesarismo militar e com os aspectos mais repressivos da institucionalidade autoritária, porém preservam a perspectiva autocrática de controle seletivo do conflito político e de contenção da radicalidade do protesto popular.

3.2 - A emergência do protesto popular e o avanço da oposição *antiautocrática*

Neste momento, a perspectiva política autocrática das frações dissidentes do bloco no poder e a estratégia institucional assumida pela candidatura Euler Bentes e pelo campo de interlocução liberal se chocavam com a emergência do protesto popular e com o avanço político e organizativo do movimento das classes subalternas. Na primeira etapa do processo de transição democrática, as classes subalternas, particularmente os trabalhadores, conviviam dramaticamente com os efeitos do longo processo de desmobilização e repressão a que foram submetidos desde o golpe de 1964 e reafirmado com a consolidação da institucionalidade autoritária e do cesarismo militar em 1968-69. No entanto, o próprio desenvolvimento acelerado do capitalismo brasileiro na fase do Milagre potencializou as contradições sociais germinadas por um processo implacável de expansão capitalista com concentração de renda e aprofundamento das desigualdades sociais (FERNANDES, 1987, p. 353-366). Este processo econômico-social afetou profundamente a materialidade das classes subalternas no Brasil, tanto nas cidades, quanto no campo, subordinando-as à lógica excludente do capital e a seu Estado autocrático. A crise deste modelo de desenvolvimento em meados dos anos 70 coloca a rebeldia popular como uma necessidade inerente à

existência das classes subalternas, daí a sua evolução de uma posição de resistência para a do enfrentamento. Este movimento objetivo foi fundamentalmente favorecido pelo trabalho lento, sistemático e molecular de organização das classes subalternas desenvolvido por inúmeros militantes, organizações e entidades ao longo da primeira etapa da transição democrática.

A emergência do protesto popular nesta etapa é resultado deste processo e das próprias contradições do processo distensionista sob cesarismo militar, o que leva as classes subalternas a transporem os limites econômico-corporativos de sua ação e assumirem uma perspectiva ético-política claramente definida. A referida perspectiva ético-política se manifesta na afirmação de uma ação claramente antiautocrática, em que o conjunto das classes subalternas busca não só fortalecer sua participação política, mas garantir sua autonomia político-organizativa, através da auto-organização e da auto-representação. Esta perspectiva se contrapõe claramente à estratégia distensionista patrocinada pelo bloco no poder e operada pelo governo militar, mas também suscita contradições profundas no campo de oposição democrática, particularmente em relação à oposição burguesa, de conteúdo anticesarista, e a seus instrumentos de mobilização e representação.

Neste momento, os setores das classes subalternas que configuram esta emergência do protesto popular são o movimento popular ligado à Igreja Católica, o movimento estudantil e o movimento operário. Já vimos que a Igreja Católica é uma instituição policlassista, que participa tanto da oposição burguesa, de conteúdo democrático-liberal e anticesarista, quanto da oposição popular, de conteúdo antiautocrático. Neste período, a luta tradicional pelos direitos humanos e pelas liberdades individuais se desdobra com muita força em seu engajamento pela anistia ampla, geral e irrestrita, até mesmo dando-lhe apoio institucional, como no caso da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo (CAMARGO, SOUZA, PIERUCCI, 1983, p. 61). Porém, a articulação da Igreja com a luta popular se fortalece organicamente nesta conjuntura com o crescimento acelerado das comunidades eclesiais de base, nas grandes cidades, e da luta pela terra, no campo. Este processo dá uma nova dimensão à ação política da alta cúpula da Igreja, representada no Brasil pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

O acirramento da luta popular e o avanço organizativo e político do movimento popular leva a CNBB a assumir uma postura cada vez mais antiautocrática diante da

institucionalidade autoritária, do processo de distensão e do próprio modelo de desenvolvimento econômico. A chamada “ala progressista” da cúpula eclesial, informada pela Teologia da Libertação, passa a deter a hegemonia na CNBB e a partir para uma posição de enfrentamento com o governo, que começa nesta fase e atinge seu auge no ano de 1980. Este processo faz, até mesmo, com que os setores conservadores avancem suas posições e intensifiquem sua postura crítica diante do governo. Na Assembléia Geral Extraordinária da CNBB, realizada em abril de 1978, em Itaiçara, para preparar a participação brasileira na Conferência Episcopal Latino-Americana de Puebla (México), a predominância da “ala progressista” fica clara, pois a orientação geral para a delegação brasileira indicou a defesa das comunidades eclesiais de base, da “evangelização libertadora” e da opção pastoral pelos “pobres e marginalizados” (*Movimento*, 24/4/1978, p.4). Inclusive, neste mesmo encontro foi recusado o documento de consulta enviado pelo Conselho Episcopal Latino-americano (Celem), órgão coordenador da Igreja em nível continental, então sob a hegemonia da “ala conservadora”, adversária da Teologia da Libertação. O documento foi acusado de pretender um recuo das posições progressistas assumidas na última Conferência de Medellín (1968), portanto, dirigido para que em Puebla as posições progressistas fossem derrotadas (*Movimento*, 24/4/1978, p.4).

Além do avanço da “ala progressista” na disputa interna com os conservadores, a Igreja publica diversos documentos em que uma postura política antiautoritária é claramente explicitada, através do binômio “igualdade e participação”. Como documentos expressivos desta postura citaríamos “Exigências cristãs para uma ordem política”, em que a participação popular é considerada condição para uma ordem política que não aliene a liberdade nas “mãos da tecnocracia de um sistema” (*O Estado de São Paulo*, 26/1/1978, p.83)²⁰, e o “ABC do eleitor”, onde a participação consciente no processo político-eleitoral é defendida (*Jornal do Brasil*, 18/3/1978, p.20). Ainda no plano da defesa da participação política, em julho, a Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB divulga nota defendendo a volta ao “Estado de direito”, com a restauração do habeas corpus, o estabelecimento da anistia e o fim das punições políticas, condenando, ainda, qualquer retrocesso no processo

²⁰ — As citações referentes aos jornais *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, relacionadas à Igreja Católica e que aparecerão de agora em diante, foram consultadas no Dossiê “A Igreja, os movimentos e o Estado” (CPV, 1995a), organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro (CPV), principalmente a partir de matérias veiculadas na imprensa. É importante destacar que a paginação adotada nas citações não é referente aos jornais e sim ao referido Dossiê, pois diversas das matérias nele contidas não apresentam a paginação original. Utilizamos este artifício para possibilitar o acesso às distintas matérias no Dossiê.

de distensão (*O Estado de São Paulo*, 2/6/1978, p.40). Em setembro, o secretário-geral da CNBB, D. Ivo Lorscheider, criticou as “reformas políticas” aprovadas pelo Congresso sob orientação do Governo, justamente por não levarem em consideração as sugestões de diversos setores sociais feitas ao senador Petrônio Portella e por não contemplarem o binômio “igualdade e participação” (*Folha de São Paulo*, 26/9/1978, p.58). A “politização” da intervenção da Igreja Católica como um todo, e da CNBB em particular, gerou reações no governo, inclusive do próprio “candidato oficial”. Em entrevista à Revista IstoÉ Figueiredo criticou a ação política da Igreja, afirmando que a mesma deveria “restringir-se à sacristia”, evidenciando com clareza a concepção dominante de que a ação política limita-se aos partidos, ao parlamento e ao governo (*Jornal do Brasil*, 3/4/1978, p.25).

No plano dos movimentos sociais, a intervenção da Igreja Católica torna-se decisiva no processo de avanço político e organizativo vivido neste período, particularmente no movimento popular das comunidades eclesiais de base e no movimento de luta pela terra. Em julho de 1978 realiza-se o III Encontro Nacional das CEBs em João Pessoa, na Paraíba, reunindo representantes de 47 dioceses do país. As orientações traçadas no encontro para a ação político-social das comunidades possuem um conteúdo nitidamente anti-capitalista. Além da perspectiva antiautocrática extremamente arraigada, baseada na defesa de uma democracia igualitária e da participação política ativa em sindicatos, partidos e associações, havia uma crítica aguda às desigualdades sociais promovidas por um sistema econômico considerado injusto e pecaminoso. A conquista da libertação é associada não só à ação política direta, orgânica e consciente dos próprios oprimidos, mas também à luta para inverter o modelo econômico excludente e concentrador de renda (CAMARGO, SOUZA, PIERUCCI, 1983, p. 66, 75-77). Neste processo a ação político-social das camadas sociais mobilizadas pelas comunidades configura claramente a articulação entre demandas econômico-corporativas e demandas ético-políticas, colocando em questão não só o problema sócio-econômico da existência cotidiana das classes subalternas, e sua inserção no capitalismo, mas sua própria relação com o Estado autocrático-burguês e com a disputa política. Deste modo, podemos considerar que o movimento social articulado pelas comunidades eclesiais de base, particularmente nas grandes cidades, se articula como um verdadeiro aparelho de contra-hegemonia.

No campo, a intervenção da Igreja Católica na luta popular pela terra se dava através da CPT (Comissão Pastoral da Terra), desde 1975, em articulação com as

comunidades eclesiais de base das zonas rurais. O apoio à auto-organização popular colocava em questão os limites dos sindicatos rurais na luta pela terra, pois geralmente eram atrelados ao Estado e valorizavam muito mais a inserção institucional do que a mobilização popular como instrumento de pressão. Neste processo, a CPT cresce pelo país e passa a estimular a construção de oposições sindicais nos sindicatos rurais existentes e a formação de novos, com vistas ao rompimento das práticas sindicais vigentes e ao resgate da estrutura sindical como um instrumento combativo, reproduzindo uma perspectiva que também se manifestava no movimento operário urbano. Esta perspectiva distinta na luta pela terra colocava a CPT e as oposições sindicais em contradição com o predomínio de direções burocratizadas e pouco combativas na Contag (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura) e nas federações de sindicatos rurais, (MEDEIROS, 1989, p.111-114), o que desencadeou no sindicalismo rural um processo de disputa interna e de revisão de suas perspectivas. Tal como nas lutas populares urbanas, a luta pela terra também assume progressivamente uma perspectiva antiautocrática e contra-hegemônica neste período, fortalecendo a oposição popular no campo.

Outro movimento importante na emergência da perspectiva antiautocrática nesta conjuntura foi o estudantil. Oriundo socialmente da classe média urbana, principalmente, o movimento estudantil intensifica sua organização nos anos de 1977-78 e avança politicamente articulando-se a outros movimentos e setores sociais (SAES, 1985, p. 229). Ao trabalho de fundação e reconstrução de inúmeras entidades pelo país afora, o movimento intensifica e amplia suas iniciativas de luta, com a realização de diversas greves, passeatas e manifestações públicas contra o governo militar. Entre estas iniciativas destacam-se as manifestações pelo Dia Nacional de Luta pela Anistia, em maio de 1977, seguida da greve estudantil de maio a setembro na UnB, onde o confronto com o governo chegou ao ponto da ocupação policial do campus, e a realização do III e do IV Encontro Nacional dos Estudantes (ENE). O III ENE foi realizado secretamente na PUC de São Paulo, em setembro de 1977, após o governo proibir sua realização na USP, e teve como principal deliberação a criação de uma comissão pró-UNE. O IV ENE realizou-se em outubro de 1978 na USP, em São Paulo, já com a participação de diversas correntes, algumas organizadas em nível nacional, e deliberou pela realização do Congresso de Reorganização da UNE no ano seguinte (ROMAGNOLI, GONÇALVES, 1979, p. 23-35).

Além das questões relativas à defesa do ensino público e gratuito e ao resgate da liberdade política nas instituições de ensino, como a luta pela anistia, pela revogação da

legislação que regula a organização estudantil e pela recuperação dos direitos legais e profissionais de estudantes e professores, o movimento se solidariza com as demandas mais gerais da oposição popular, realizando a articulação entre ação econômico-corporativa e ação ético-política. A articulação com outros setores e movimentos de oposição era mediada pela ação das diversas organizações da esquerda marxista no movimento estudantil, o que *politicava* a ação dos estudantes para além de suas demandas corporativas. Isto se evidencia no apoio dos estudantes às greves operárias, no engajamento na luta geral pela anistia e pela Assembléia Constituinte e até no intenso debate sobre a posição a tomar diante do MDB. No IV ENE a posição majoritária deliberou pelo apoio a candidatos populares e/ou socialistas do MDB nas eleições de 1978, o que evidencia uma perspectiva crítica diante dos limites políticos do partido institucional da oposição. A combatividade dos estudantes tem como resposta um tratamento extremamente repressivo da parte do governo, o que indica que a perspectiva distensionista não se generalizava para todos os setores da oposição, como demonstram a ocupação policial da UnB, a proibição de manifestações públicas, a prisão e o enquadramento de dezenas de militantes na LSN, além das punições efetivadas pelas próprias instituições de ensino (ROMAGNOLI, GONÇALVES, 1979, p. 23-25). No entanto, o movimento que polarizou o enfrentamento da oposição popular com o Estado autocrático-burguês e com o capital nesta conjuntura foi o movimento operário.

À Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo se deve a ação pioneira desenvolvida no movimento operário para romper com a estrutura sindical controlada pelo Estado e para viabilizar a emergência política dos trabalhadores. Formada ainda na greve de 1968 a OSM-SP sofreu com uma nova onda repressiva nos anos de 1974 a 1976. A partir de 1976, no entanto, vive um processo de crescimento e organização com a entrada de novos agrupamentos vinculados à esquerda marxista, fustigada pela repressão à luta armada, e à Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo. A autonomia dos movimentos sociais diante do Estado e do capital constitui-se ainda como a principal bandeira da OSM-SP, desdobrada na questão sindical na defesa do sindicalismo de base e democrático, baseado nas comissões de fábrica e na livre-negociação com os patrões (FREDERICO, 1990, p.235-243). O caráter antiautocrático da OSM-SP se manifesta claramente na proposta autonomista que defendia para o conjunto dos movimentos sociais, em especial o sindical. A ruptura com a estrutura sindical tutelada pelo Estado significava não só o controle dos trabalhadores sobre seu instrumento de luta, mas a defesa de sua afirmação

política, como sujeitos capazes de estabelecer interlocução com o Estado e com o capital em nome de seus próprios interesses. Mais do que isto, a luta nos locais de trabalho por questões concretas não era desvalorizada como um trabalho menor, mas como um elemento fundamental na constituição da classe como sujeito capaz de promover a transformação revolucionária da sociedade (SADER, 1988, p. 225-261). Portanto, a ação econômico-corporativa carrega uma dimensão ético-política conscientemente assumida por seus agentes.

Nas condições da institucionalidade autoritária, esta postura significa a recusa dos limites institucionais impostos à disputa política. Em outras palavras, significa que a luta dos trabalhadores deve ser também uma luta política e que ela não deve se limitar aos canais aceitos e formalizados pela institucionalidade autoritária, como os partidos, as eleições e o parlamento. Ao contrário, ela deve se dar em outros *loci*, até mesmo para que os canais institucionais possam romper com a passivização que lhes é imposta. Deste modo, a luta sindical, particularmente a luta pelas comissões de fábrica, adquire centralidade na perspectiva política dos trabalhadores, tanto pela sua concreticidade e imediatividade, pois inserida diretamente nas relações de produção, quanto pelo seu potencial organizativo e mobilizador. Esta perspectiva tem forte apelo entre os diversos segmentos das classes subalternas neste momento de crise conjuntural, influenciando não só os diversos movimentos sociais, mas principalmente as outras oposições sindicais do país, na cidade e no campo, e até mesmo dirigentes sindicais de sindicatos importantes (FREDERICO, 1990, p. 235-243). Aliás, é num destes sindicatos, o dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em São Paulo, que se inicia um novo ciclo grevista na História do país, com forte repercussão no processo distensionista dirigido pelo governo militar.

Localizado na região do ABC Paulista, de forte concentração operária devido à presença da indústria automobilística, o sindicato de São Bernardo e Diadema vivencia um processo de redefinição de sua ação em meados dos anos 70. A necessidade de enfrentar o arrocho salarial impulsionado pela crise do Milagre Brasileiro leva o sindicato a intensificar a luta jurídica por reajustes salariais e melhores condições de trabalho, ao mesmo tempo em que obriga-o a procurar afirmar-se como representante legítimo da categoria. Esta situação força a entidade a desvincular-se da Federação dos Metalúrgicos no encaminhamento jurídico de suas demandas, pois a especificidade da categoria no conjunto do operariado metalúrgico (mais qualificada, mais concentrada e vinculada a

grandes empresas) poderia lhe garantir ganhos superiores. Paralelamente, o sindicato procura aproximar-se da base da categoria, apoiando as experiências localizadas de luta desenvolvidas nas fábricas pelos próprios operários. Este processo de redefinição da ação sindical não foi isento de contradições, na medida em que implicava na substituição de uma postura legalista e burocrática, em que o sindicato assumia uma função meramente assistencialista e encaminhava suas demandas pelas vias exclusivamente legais, por outra mais mobilizadora e aberta à participação da base. Apesar de não implicar numa disputa aberta pelo controle do sindicato, pois o grupo dirigente se manteve, a substituição de Paulo Vidal por Luis Inácio da Silva (Lula) na presidência da entidade, em 1975, caracteriza o predomínio da nova perspectiva (SADER, 1988, p.277-310).

A experiência do Sindicato de São Bernardo e Diadema reforça a perspectiva de autonomia, organização dos trabalhadores e ruptura com o “imobilismo” da estrutura sindical que a OSM-SP pregava. No entanto, em São Bernardo e Diadema tal perspectiva amadureceu no interior da própria diretoria, indicando um processo diferenciado, pois se para a oposição de São Paulo o sindicato era considerado um entrave ao desenvolvimento das lutas, devendo ser tomado efetivamente pela categoria, aqui a atração da categoria para a entidade é considerada condição para que esta supere seus limites. Esta diferença na percepção da relação entre entidade e categoria é importante, pois definirá posturas distintas no campo do chamado “novo sindicalismo”, uma vez que para as oposições sindicais a centralidade da luta sindical estará no trabalho de base, principalmente nas comissões de fábrica, enquanto para os dirigentes sindicais estará no fortalecimento do sindicato enquanto representante legítimo e legal dos trabalhadores diante do Estado e do capital. Como veremos, mais tarde esta questão irá gerar divergências consideráveis, com conseqüências políticas significativas não só para o futuro do movimento sindical, mas para a própria manutenção da estrutura sindical. De todo modo, neste momento é importante ressaltar que as demandas por uma ação sindical diferenciada, que procurasse romper com a estrutura sindical e viabilizar uma postura de enfrentamento e mobilização, eram defendidas por diversos segmentos da classe operária. O desencadeamento da greve metalúrgica do ABC Paulista em 1978 recolocará os trabalhadores na cena política e dará início a uma nova etapa na trajetória do movimento operário brasileiro.

A greve metalúrgica de 1978 no ABC Paulista começou localizadamente numa fábrica (a Saab-Scania) em 12 de maio. Apesar da iniciativa ter sido tomada isoladamente pelos operários da fábrica, sem a preparação e mobilização do sindicato, este apoiou-a e

assumiu a negociação com a empresa. Outras poucas greves por fábrica já haviam ocorrido no início do ano, mas foi a partir desta iniciativa que o movimento grevista se espalhou por outras fábricas na região do ABC e fora dela, atingindo outras cidades como São Paulo e Osasco. Um mês depois da primeira greve a paralisação atingia o contingente de 150 mil operários, ganhando um caráter massivo. As características da irrupção operária neste movimento são indicativas da inserção da classe operária na arena da disputa política e de suas formas de ação. Conforme Antunes (1992, p. 13-38), a greve possuía um caráter espontâneo, pois iniciou-se independente da direção do sindicato, a partir da experiência localizada dos operários na fábrica e da realidade específica de enfrentamento a que estavam submetidos. O eixo central da motivação operária na greve foi a questão salarial, indicando a centralidade da questão econômico-corporativa e ao mesmo tempo uma postura defensiva, apesar de também conter de forma latente reivindicações de conteúdo político como o combate ao intervencionismo estatal no sindicato, a luta pela liberdade e autonomia sindical, pelo direito de greve, pela negociação direta com o capital, pelo contrato coletivo de trabalho. A posição do sindicato diante do movimento foi de apoio e estímulo, o que possibilitou que este evoluísse da condição de intermediário no conflito com o capital, para a de representante dos trabalhadores. Ora, esta postura do sindicato de São Bernardo e Diadema foi distinta daquela prevista pela estrutura sindical tutelada pelo Estado e do comportamento do sindicato de São Paulo, por exemplo, que se opôs à paralisação. Além do mais, é indicativa da perspectiva diferenciada que o alimentava desde algum tempo.

Esta caracterização indica que a ação política da classe operária nesta conjuntura reflete os limites impostos à sua movimentação pela institucionalidade autoritária e pelo modelo de desenvolvimento capitalista em vigor, ao mesmo tempo em que procura ultrapassá-los. Isto porque a permanência da estrutura sindical tutelada, a vigilância repressiva, a inorganicidade das relações do MDB com a classe operária, o próprio limite autocrático do projeto distensionista, além da superexploração e do despotismo a que os operários eram submetidos nos espaços da produção fabril, impossibilitavam que a irrupção operária ocorresse com base num projeto político alternativo, claramente delimitado e conscientemente defendido através de um movimento articulado e organizado em larga escala. Ao contrário, na irrupção operária representada pelas greves predominaram características como a espontaneidade, a centralidade das

reivindicações econômicas e o trabalho organizativo parcial e localizado (por fábrica e não pela categoria).

No entanto, a perspectiva de ultrapassagem dos limites institucionais e econômico-sociais impostos à ação operária era evidente e se manifestava de diversas formas. Em primeiro lugar, na adoção de uma postura de resistência diante do capital e do Estado, pois, além da recusa ao valor de sua força de trabalho imposto pelo patronato, o operariado não reconheceu a própria legitimidade da justiça do trabalho para estabelecer este valor e para mediar o conflito, particularmente quando a greve é declarada ilegal, mas não é interrompida. Em segundo lugar, porque uma greve desta dimensão torna inoperante, na prática, um dos elementos centrais da estratégia institucional do Estado para subordinar os trabalhadores: a lei de greve. Mais ainda, a irrupção operária coloca na agenda política da transição democrática demandas específicas e que eram solenemente ignoradas ou, no mínimo, desprezadas tanto pelo projeto distensionista do governo, quanto pela oposição burguesa, como a liberdade e autonomia sindical, o fim da lei de greve, a negociação direta e o contrato coletivo. Ou seja, a perspectiva autocrática do processo distensionista, não só do projeto, era questionada em sua essência elitista e conservadora. Este questionamento não ficou só no plano das demandas reivindicativas, mas evoluiu para a intenção de constituir a classe operária num sujeito político independente, auto-organizado e auto-representado politicamente, evidenciando os limites da arena política reativada pela distensão. Daí, conforme Antunes (1992, p. 13-38), a tendência ofensiva manifestada pela greve em 1978 e desdobrada nos movimentos seguintes durante esta conjuntura.

A perspectiva de constituição da classe operária (e das classes subalternas em geral) num sujeito político independente está presente desde cedo na ação da OSM-SP e se apresenta com força nas greves do ABC. Seu enraizamento em outros segmentos da classe operária e das classes subalternas se manifesta no desencadeamento de uma onda grevista pelo país no ano de 1978, abrangendo diversos estados e diversas categorias. Segundo Alves, em 1978 ocorrem 24 movimentos grevistas (por sindicato), abrangendo desde metalúrgicos, portuários e trabalhadores do transporte urbano até bancários, médicos e professores, reunindo categorias que somavam um contingente de mais de 500 mil trabalhadores em 6 estados e mais o Distrito Federal (ALVES, 1989, Apêndice-Tabela 10). Como consequência desta perspectiva, 32 sindicatos de quatro estados (SP, MG, RS, GO e RJ) e representando diversas categorias (metalúrgicos, petroleiros, bancários, setor têxtil, calçados, eletricitários, comerciários, vestuário, confecções, jornaleiros e jornalistas)

divulgam uma declaração conjunta em julho de 1978. Nesta declaração os sindicatos defendem a liberdade e a autonomia sindical, o direito de greve, a estabilidade no emprego, a livre negociação, o contrato coletivo de trabalho e o rompimento com a tutela do Ministério do Trabalho. Além disso, o projeto de reformas políticas do governo é considerado ilegítimo e limitado, pois além dos trabalhadores não terem sido consultados ele não cogita da alteração da legislação trabalhista. Segundo o documento:

Esmagados por uma política econômica que faz do trabalhador mera engrenagem do processo de espoliação nacional, o povo brasileiro já não pode mais aceitar passivamente que minorias falem em seu nome. (...) queremos afirmar às autoridades que qualquer reforma feita sem consulta à população e sem atender aos interesses dos trabalhadores não passa de uma nova forma de adiar a verdadeira solução do problema nacional. (...) entre nós, agora, convém deixar claro, que em meio a estas sugestões de reformas que só atendem aos interesses dos grupos dominantes, é preciso que se diga que a exigência número um das entidades sindicais é a plena liberdade sindical. (...) Não podemos nos conformar com as peias e restrições que nos prendem. Queremos nos libertar do AI-5 que pesa sobre o trabalhador que é a Consolidação das Leis do Trabalho. Como pensar, pois, em **reformas políticas** e/ou reformas institucionais, sem reformar a atual legislação trabalhista, copiada do modelo corporativo da Carta del Lavoro, quando imperavam as idéias de atrelar o sindicato ao Estado Novo? Deixar a **reforma sindical** para depois significa mais uma frustração das justas aspirações dos trabalhadores. (*Em Tempo*, 3/7/1978, p. 6-7).

Ainda na mesma edição, o jornal referido trazia uma entrevista com Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em que este afirmava não acreditar nos compromissos da Frente Nacional de Redemocratização (que ele chama de “Frente Ampla”) com os interesses dos trabalhadores e nem que esta viesse a absorver as demandas das greves. Mais adiante, avança seu raciocínio criticando a proibição de os sindicatos participarem do processo político e defendendo que os trabalhadores deveriam participar da vida política e criar um partido próprio, desde que não fosse uma reedição do PTB, pois este era mais um “partido empresarial” (*Em Tempo*, 3/7/1978, p.6-7).

A participação política autônoma e independente das classes subalternas, particularmente dos trabalhadores, era uma demanda presente no conjunto dos movimentos sociais que emergem nesta conjuntura, podendo ser localizada tanto nos movimentos de luta pela terra, quanto no movimento popular urbano, vinculado às CEBs ou não, no

movimento estudantil ou ainda no movimento operário. Deste modo, a denúncia do projeto distensionista e a crítica aos limites da oposição burguesa, representada principalmente pelo MDB e pelas dissidências governistas, são conseqüência de um processo de resistência que se desdobra numa perspectiva claramente antiautocrática, e por isto contra-hegemônica, na medida em que coloca como condição para a luta democrática a participação política e auto-organização dos *de baixo*. Para tal, é necessário não só permitir que os trabalhadores se organizem e criem seus instrumentos próprios de luta e mobilização, mas é preciso garantir que estes instrumentos tenham inserção no processo da disputa política sem receber o estigma da “contestação” e o tratamento da repressão pura e simples. Estas condições não eram garantidas e nem vislumbradas pelo projeto distensionista e pelos que se inseriam na disputa política institucionalizada. Por isto, a emergência do protesto popular vai aprofundar a crise conjuntural iniciada na etapa anterior, aproximando-a da condição de crise de hegemonia, e alterar o eixo da disputa política. De agora em diante a polarização política e ideológica vai se dar cada vez menos entre as distintas frações do bloco no poder e cada vez mais entre o conjunto destas e as classes subalternas. O governo militar não ficará imune a este processo e se movimentará, de acordo com sua estratégia autocrática, no sentido de esvaziar o conteúdo contra-hegemônico do protesto popular *passivizando-o* através da própria passagem da *Distensão* para a *Abertura*.

3.3 - Preservando o *cesarismo militar*: sucessão presidencial e reformas institucionais

Como já afirmamos, a estratégia autocrática do governo militar nesta conjuntura passava pela realização de duas tarefas: a vitória do “candidato oficial” na sucessão presidencial e a aprovação das reformas institucionais. Ambas requeriam a manutenção do cesarismo militar neste momento, e para tal o governo Geisel movimentou-se para preservar sua capacidade de direção política e para transferi-la para o governo seguinte. A primeira tarefa implicava na viabilização da “candidatura oficial”, superando as contradições geradas no bloco no poder, recompondo sua unidade e esvaziando as dissidências civis e militares e a candidatura oposicionista de Euler Bentes.

Às dissidências militares o governo Geisel respondeu com o uso das punições regulamentares sobre os descontentes e com o reforço da hierarquia. As punições regulamentares foram usadas contra três militares dissidentes, o coronel Rui Castro, o

tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira e o capitão Itamar Perenha, presos respectivamente em agosto de 1977, março e maio de 1978. Os militares dissidentes, os dois primeiros ligados ao Movimento Militar Democrático e Constitucionalista (MMDC), foram punidos por ferir o regulamento militar ao emitir publicamente suas posições políticas, aliás bastante críticas ao governo e seu projeto distensionista (*Movimento*, 20/3/1978, p.5 e 11/9/1978, p. 4). Mais tarde, o mesmo tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira será punido duas vezes, em junho e agosto, por manifestar-se a favor da candidatura Euler Bentes (*Movimento*, 11/9.1978, p.4). Em outubro, o mesmo procedimento será utilizado com o general Hugo Abreu, apesar do ineditismo da prisão de um general, por este ter enviado carta a chefes militares em que defende suas posições e critica o governo e o “candidato oficial”. O mesmo se repetirá quando da publicação de seu livro *O outro lado do poder*, em abril de 1979 (ABREU, 1980, p.159-179 e 215-216). Ainda segundo Hugo Abreu (1980, p. 79-82) dois oficiais ligados a ele, o tenente-coronel Kurt Pessek e o major Aduino Barreiros, serão punidos em março, após sua ruptura com o governo, com suas transferências para “regiões remotas”, Ceará e Mato Grosso, onde as possibilidades de trabalho político entre os militares e de ascensão na carreira eram mais difíceis. Em março de 1978, o próprio Abreu, além de outros generais melhor posicionados na lista de promoções e mais antigos, será preterido na promoção para general de Exército (a chamada “quarta estrela”) em favor de Figueiredo. A indicação do nome de Figueiredo foi manobrada no Alto Comando do Exército e apoiada por Geisel, numa iniciativa para qualificar a sua candidatura e que feriu a própria regularidade das promoções, pois baseada claramente num critério político. A conquista da “quarta estrela” por Figueiredo era considerada uma condição importante para as pretensões presidenciais deste, pois temia-se que na presidência da República sua legitimidade e ascendência política como comandante das Forças Armadas seria débil, caso ele não tivesse a mesma titulação que os membros do Alto Comando e que os comandantes militares (ABREU, 1980, p. 62-75).

Além das medidas punitivas aos militares dissidentes, o governo promove um verdadeiro “cerco” à candidatura Euler Bentes nas Forças Armadas, enquadrando o conjunto da oficialidade, através do reforço da hierarquia e das ameaças de retrocesso político. O próprio Figueiredo insinua esta possibilidade quando afirma, em agosto, que as Forças Armadas “poderão voltar a servir outros governos de exceção” (*Movimento*, 11/9/1978, p. 3). Aliás, em diversos momentos de sua campanha o Figueiredo manifestou o compromisso com a continuidade do processo distensionista e os limites da concepção

autocrática que o informa. Ao mesmo tempo que considera que o AI-5 não é a melhor solução para o governo, pois, segundo ele, “o ônus do autoritarismo é desgastante”, e defende as conversações com a oposição levadas pela Missão Portella, Figueiredo considera que uma nova constituição deveria corresponder ao “nosso estágio cultural” e não se colocar numa altitude elevada em relação a ele, como o liberalismo da Constituição de 1946 (*Movimento*, 9/1/1978, p. 3-4). Esta visão elitista e conservadora da democracia se manifesta novamente quando Figueiredo afirma que o povo brasileiro não estava preparado para votar para presidente da República, devido à miséria e ao baixo nível cultural. Na mesma ocasião, ameaça novamente, afirmando que os militares não estavam preparados para absorver uma vitória eleitoral do MDB em 1978, ainda mais se isto fortalecesse a proposta da Constituinte, pois, segundo ele: “aí a coisa explode, ou eu expludo junto, ou me acompanho com eles, e vamos para um regime pior do que esse” (*Movimento*, 10/4/1978, p.3-4).

Além da explicitação da possibilidade de um retrocesso, outras alternativas eram sugeridas caso a candidatura Figueiredo fosse realmente inviável. Uma delas era a continuidade de Geisel na presidência e a outra era a ascensão de um *tertius*, um terceiro nome que pudesse aglutinar as Forças Armadas e não sofresse tantas resistências quanto Figueiredo. Conforme esta alternativa, o nome do general Ariel Pacca da Fonseca, membro do Alto Comando, era ventilado (*Movimento*, 4/9/1978, p. 4-6). De todo modo, ambas as alternativas eram as piores possíveis para a estratégia autocrática do governo, pois significariam uma perda considerável em sua capacidade de direção política e um recuo no projeto distensionista, pois uma nova quebra nas regras do jogo debilitaria a institucionalidade autoritária em sua função de canalização do conflito político. Sendo assim, os comandantes militares são autorizados pelo próprio ministério do Exército a tratar a candidatura Euler Bentes como uma tentativa de subversão da ordem e defender a preservação da unidade militar, para conter seu avanço no Exército, particularmente entre a média oficialidade. Esta iniciativa se completa com uma postura tolerante frente aos inúmeros pronunciamentos emitidos em favor da candidatura Figueiredo, ferindo claramente o regulamento militar. Ao longo do ano de 1978, pronunciam-se publicamente pela candidatura Figueiredo membros expressivos da alta cúpula das Forças Armadas e representativos tanto do grupo do moderados, quanto do grupo dos duros, como o general Fernando Bethlem (ministro do Exército), o general Tácito Gaspar (chefe do EMFA), os generais Dilermando Gomes Monteiro e Samuel Alves Correia (respectivamente,

comandantes do II e do III Exércitos), os generais Venitius Notare e Antonio Bandeira (membros do Alto Comando do Exército), o general Otávio Medeiros (novo chefe do SNI), o brigadeiro Délio Jardim de Matos (ministro do STM), além dos generais Milton Tavares e Alzir Chaloub e do coronel Rubem Ludwig (*Movimento*, 11/9/1978, p.4).

Além destas iniciativas no plano militar, a candidatura Figueiredo fez intenso uso da máquina do governo e da ARENA para reverter descontentamentos e ampliar apoios. A aproximação com Magalhães Pinto, que abandona a Frente Nacional de Redemocratização e se recompõe com o governo (*Movimento*, 17/7/1978, p.3), a cooptação dos parlamentares arenistas que apoiaram a candidatura Frota (CHAGAS, 1985, p.311-312) e as manobras para “selecionar” os deputados estaduais arenistas que comporiam o Colégio Eleitoral (*Movimento*, 23/10/1978, p.9-10) são evidências deste processo e contribuíram para inviabilizar a estratégia da candidatura oposicionista de ganhar o voto dos arenistas descontentes. A ameaça de retrocesso político caso Figueiredo não se elege também foi utilizada pelo governo, particularmente no processo de votação das reformas políticas. Segundo o próprio assessor de imprensa da candidatura Euler Bentes, Ronaldo Buarque de Hollanda, estas ameaças contribuíram para esvaziar o apoio do MDB ao general, na reta final da campanha (*Movimento*, 23/10/1978, p. 9-10).

O processo de esvaziamento da candidatura Euler Bentes foi produto não só do “cerco” promovido pelo governo, mas também das vacilações do MDB e do baixo nível de ligação orgânica com o conjunto dos movimentos de oposição, particularmente os de caráter antiautocrático. Como vimos, no movimento sindical havia forte desconfiança quanto ao compromisso da Frente Nacional de Redemocratização com os trabalhadores, como atesta a posição de Lula. Além disso, setores do MDB vinculados a uma perspectiva antiautocrática criticavam o apoio a Euler e a FNR, por significarem a legitimação da eleição indireta e o esvaziamento da perspectiva de mobilização popular e das propostas oposicionistas mais conseqüentes como a Assembléia Constituinte, como indicam as posições da Tendência Socialista do MDB gaúcho (*Em Tempo*, 4/2/1978, p.3), do vereador Adelmo Genro (RS), em polêmica com Francisco Pinto (*Movimento*, 19/6/1978, p. 6-7) e do deputado neo-autêntico João Cunha (*Em Tempo*, 12/6/1978, p.3). O descrédito em relação à capacidade da candidatura Euler Bentes contrapor-se ao governo aumentou ainda mais em setembro. Convidado a participar de um debate com os estudantes na UnB, o candidato não compareceu, obedecendo a determinação do governo, que proibiu o evento através da reitoria da universidade. O episódio fortaleceu as posições contrárias a Euler no

movimento estudantil (*Movimento*, 25/9/1978, p.3) e contribuiu para jogar uma “pá de cal” na candidatura, conforme a opinião de um de seus principais apoiadores, o general Hugo Abreu (ABREU, 1980, p. 137-139). Na verdade, a resistência dos setores de oposição que carregavam uma perspectiva antiautocrática demonstrava a discordância com a própria estratégia institucional de conquista do poder esposada pelo MDB.

Na medida em que o governo demonstra manter o controle da disputa política patrocinando as reformas institucionais e viabilizando a “candidatura oficial”, a própria possibilidade de sucesso desta estratégia vai ficando distanciada no horizonte político do MDB. À resistência dos adesistas e à reticência dos moderados soma-se o abandono da candidatura de Euler pelos autênticos. Ainda segundo o assessor de imprensa de Euler Bentes, as lideranças “autênticas” não se dignavam a contribuir com o comando de campanha instalado no Rio de Janeiro e escolhido pelo candidato. Além disso, a campanha sofre um terrível golpe com o posicionamento ambíguo do partido na votação do projeto de reforma política do governo, em setembro, levando Euler a cogitar da renúncia à candidatura a menos de um mês da eleição indireta. Neste episódio, além do partido não fechar questão contra o projeto governista, liberando o voto dos parlamentares, nada menos que 41 deputados emedebistas deixaram de comparecer à votação e um deles votou a favor do governo (*Movimento*, 25/9/1978, p.3). Dias antes, Euler havia feito duras críticas ao projeto do governo, acusando-o de não restabelecer plenamente as liberdades democráticas e nem a autonomia entre os poderes, além de promover uma reforma partidária artificial e de não convocar uma Assembléia Constituinte (*Movimento*, 18/9/1978, p. 8-10).

A partir disto, Euler Bentes decide manter a candidatura apenas para denunciar a ilegitimidade da eleição, como ele próprio afirmou diante dos parlamentares emedebistas ao apresentar-se para o pleito (*Movimento*, 23/10/1978, p.9). No dia 15 de outubro de 1978, o Colégio eleitoral reunido em Brasília elege indiretamente a chapa João Figueiredo e Aureliano Chaves para os cargos de presidente da República e vice, respectivamente, com 355 votos. Os delegados arenistas votaram em peso, com exceção de Teotônio Vilela, Magalhães Pinto (sem prejuízo de sua acomodação com o Figueiredo) e Acioly Filho, que se abstiveram. Euler Bentes conquistou 226 votos, com 5 abstenções do MDB (CHAGAS, 1985, p.317). Uma das condições fundamentais para a estratégia distensionista do governo estava garantida: a manutenção do cesarismo militar no governo seguinte e o compromisso do novo governante com a continuidade do processo lento, gradual e seguro de transição à democracia.

A outra condição fundamental é a implantação das chamadas *reformas institucionais*, que marcam a passagem definitiva da *distensão* para a *abertura*. As referidas reformas dão continuidade às modificações na institucionalidade autoritária iniciadas com o Pacote de Abril. A orientação geral é a transferência da capacidade institucional de controle do conflito político para outras esferas do Estado e da sociedade política além da presidência da República. Com o AI-5, a capacidade de controle seletivo da arena da disputa política ficou essencialmente concentrada no poder Executivo, especialmente na presidência da República, tornando-se um elemento decisivo na constituição do cesarismo militar. Porém, a estratégia autocrática presente no projeto distensionista do governo Geisel previa que estas atribuições se disseminassem por diversos *loci* do Estado e da sociedade política, permitindo que a própria dinâmica da institucionalidade política cumprisse essa função seletiva. A este processo o presidente Geisel e seus principais colaboradores davam o nome de “institucionalização da Revolução de 1964” (ou “constitucionalização” do AI-5), caracterizando de modo indisfarçável seu conteúdo autocrático e indicando que as características autoritárias da ordem política não poderiam depender de um “ato de exceção”, mas integrar plenamente a legalidade.

Neste processo, o cesarismo militar poderia ser desativado no futuro, e a esfera da representação política conquistaria uma posição mais equilibrada com a esfera da representação burocrática no interior do Estado, porém a sociedade política continuaria relativamente imune às contradições sociais e à mobilização dos aparelhos contra-hegemônicos da sociedade civil. Em outras palavras, a passagem da *distensão* para a *abertura* significou o fim do AI-5 e um processo de ampliação e pluralização da esfera da representação política, porém com a preservação dos mecanismos de *auto-defesa* da ordem e do tratamento estigmatizado de toda e qualquer manifestação de conteúdo popular e antiautocrático através dos valores do anticomunismo e da contraposição entre oposição e contestação. O acirramento das contradições no interior do bloco no poder e a emergência do protesto popular com os movimentos de oposição de caráter antiautocrático levaram o governo a apostar mais ainda nas “reformas institucionais” como instrumento de contenção e *passivização* do conflito político, conforme uma estratégia de *revolução passiva* (GRAMSCI, 1976, p. 75-81) e aprofundar sua abrangência com uma nova Lei de Segurança Nacional.

O projeto de *reformas institucionais* do governo foi aprovado na íntegra em setembro de 1978 pelo Congresso Nacional e incorporado à Constituição pela Emenda

Constitucional número 11. As principais mudanças foram o fim do AI-5 e de todas as atribuições que este garantia ao presidente da República, como o direito de colocar o Congresso Nacional em recesso, de cassar mandatos parlamentares e os direitos políticos dos indivíduos, de definir as atribuições dos tribunais e violar as garantias do exercício da magistratura com a remoção de juízes. Além disso, o *habeas corpus* para prisões por motivos políticos foi restaurado, a censura prévia aos meios de comunicação foi suspensa, as penas de morte, prisão perpétua e banimento foram abolidas (na verdade, só a última foi aplicada desde o AI-5). No entanto, é importante levar em consideração que estas medidas significaram em contrapartida o estabelecimento de mecanismos de “salvaguarda do Estado” que preservaram a institucionalidade autoritária em sua essência. Entre eles o principal é o “estado de emergência”, voltado especificamente para questões internas (o “estado de sítio” valia para o caso de guerra externa) (KUCINSKI, 1982, p. 88-93).

Grande parte das atribuições permitidas ao presidente pelo AI-5 poderiam ser recuperadas mesmo após a sua extinção através do “estado de emergência”, proclamado exclusivamente pelo presidente por 90 dias, revogáveis por mais 90, sem precisar de aprovação do Congresso. Além disso, mecanismos fundamentais que garantiam a supremacia do Executivo sobre o Legislativo foram mantidos, como o decreto-lei e a aprovação dos projetos do governo por decurso de prazo. O Pacote de Abril foi mantido na íntegra, com exceção do quórum para aprovação de emendas constitucionais, que exigia a maioria simples nas duas casas do Congresso Nacional em conjunto e agora requer a mesma maioria em cada uma das casas. Esta foi uma maneira de o governo vetar a capacidade da oposição de alterar a Constituição sem o seu consentimento, pois no Senado a maioria da ARENA ainda seria reforçada pelos chamados “senadores biônicos” (KUCINSKI, 1982, p.88-93). Por fim, a própria Lei de Segurança Nacional foi reformulada visando a cumprir novas funções após o fim do AI-5.

Em outubro de 1978 o governo consegue aprovar por decurso de prazo a nova LSN. Antes, em agosto, o governo já havia incorporado como crime contra a segurança nacional as greves em serviço público e/ou essenciais, numa clara tentativa de conter a expansão da onda grevista para diversas categorias de trabalhadores. Na reformulação aprovada em outubro a aplicação da lei é ampliada, pois torna-se crime qualquer ato que diminua o ritmo normal de trabalho. O princípio norteador da reformulação da lei foi o da ampliação da sua aplicabilidade, pois, afinal, o chamado “inimigo interno” não se resumia mais aos grupos da esquerda armada, mas abrangia movimentos de massa, como o

operário, o popular e o estudantil. Daí o abrandamento do rigor das penas e o aumento dos casos previstos para facilitar e estender sua aplicação. No plano da ação político-partidária, além do enquadramento da ação armada, participação em organizações dispostas ao “uso da violência”, conforme a lei, também cometia crime quem organizasse partidos e associações atentatórias à segurança nacional e/ou auxiliadas e orientadas por governos e organizações estrangeiras, numa definição suficientemente vaga para inviabilizar qualquer perspectiva partidária mais radicalizada, particularmente de matriz marxista. No plano dos direitos individuais a idade mínima para a responsabilização criminal cai para 16 anos, devido à vinculação da lei ao Código Penal Militar, e a restauração do *habeas corpus* é limitada na prática devido à possibilidade de qualquer acusado ficar preso ou sob custódia da autoridade policial apenas mediante a comunicação reservada da prisão ao juiz. O que dificulta o pedido de *habeas corpus* pelo próprio desconhecimento público da prisão e facilita a prática da tortura. Finalmente, os poderes discricionários do ministro da Justiça foram ampliados, pois ele podia decretar a suspensão das atividades de qualquer meio de comunicação — cujo prazo foi aumentado de 30 para 60 dias —, a censura prévia podia ser restaurada e a possibilidade de apreensão de livros, jornais e revistas foi ampliada (*Em Tempo*, 23/10/1978, p. 3).

Completando o quadro de reformas, o governo também institui mudanças na legislação partidária para entrada em vigor em janeiro de 1979. Primeiramente, é suspensa a proibição de coalizões partidárias nas eleições. As condições para a criação de novos partidos são flexibilizadas em relação à legislação de 1971, porém as dificuldades continuam muito grandes. A essência da proposta do governo é a viabilização de “partidos institucionais”, fundamentalmente inseridos na disputa política definida pela institucionalidade autoritária e dependentes de sua dinâmica. Para conseguir o registro definitivo qualquer partido deveria ter pelo menos 10% dos deputados federais (42) e senadores (7) eleitos em 1978 como fundadores, ou conquistar 5% dos votos para a Câmara Federal nas eleições de 1982, distribuídos por 9 estados da federação, sendo que em nenhum deles com menos de 3%. Antes, os novos partidos precisavam coletar pelo menos 1,5 milhão de assinaturas de eleitores favoráveis ao seu registro, e o total de votos necessários era de 5%, porém distribuídos por 7 estados, no mínimo, e com pelo menos 7% dos votos em cada um. Além disso, os partidos não poderiam ter vínculos com governos, partidos ou entidades estrangeiras, numa clara cláusula de exclusão dos partidos comunistas (*Em Tempo*, 2/10/1978, p.5). Estas condições excluem a possibilidade de

criação de partidos fortemente enraizados nos movimentos populares, de conteúdo antiautocrático, porém com baixo nível de representação parlamentar ou inserção eleitoral. Como veremos, o registro definitivo do PT, que se inclui na caracterização acima, só será possível porque estas condições foram novamente flexibilizadas.

De acordo com Fernandes (1982, p. 41-94), a intenção do governo com a mudança da legislação partidária, através da “pluralização das escolhas”, é ampliar sua base de sustentação política, transferindo o encargo da defesa da autocracia burguesa também para os “partidos da ordem”, e rachar o MDB, impedindo sua transformação no partido da “contestação e da desobediência civil” e desviando os movimentos populares emergentes da criação de partidos próprios e identificados com seus interesses de classe (FERNANDES, 1982, p. 41-94). Além da preservação da ARENA surgiria um novo partido de “centro”, formado por políticos liberais, particularmente por moderados do MDB e dissidentes arenistas como Teotônio Vilela e Magalhães Pinto, com quem o governo poderia negociar e estabelecer alianças. Em nossa formulação este seria o partido do *campo de interlocução liberal*. Além disso, o MDB deveria rachar ainda mais como “frente das oposições”, desdobrando-se num novo partido trabalhista, congregando antigos petebistas, parte dos autênticos e neo-autênticos do MDB e dirigentes sindicais conservadores, e num partido de esquerda, composto pelo restante dos autênticos e neo-autênticos e com sérias debilidades em termos de inserção institucional (*Em Tempo*, 2/10/1978, p. 5). Vê-se que nesta perspectiva a emergência do protesto popular, através do avanço dos movimentos sociais, ficaria subrepresentada na sociedade política, pois as dificuldade para a constituição de um partido efetivamente orgânico e antiautocrático eram enormes.

As reações às reformas políticas implementadas pelo governo foram as mais variadas. Como vimos, entre os dirigentes sindicais que adotavam uma perspectiva combativa as mudanças foram consideradas ilegítimas e insuficientes, pois além de dispensarem a consulta efetiva aos trabalhadores, ainda não alteravam em nada a estrutura sindical tutelada pelo Estado. Os limites das reformas e o não acatamento das sugestões da CNBB também foram criticados por D. Ivo Lorscheider, secretário-geral da entidade (*Folha de São Paulo*, 26/9/1978, p.58). Em São Paulo, o I Congresso Nacional de Jornalistas pela Liberdade de Imprensa, reunido em outubro, denunciou a permanência da possibilidade de censura prévia e defendeu a sua extinção (*Movimento*, 30/10/1978, p. 4). Entre os militares também surgiram críticas e não só dos dissidentes que apoiaram a

candidatura Euler Bentes. O general Rodrigo Otávio Jordão, ministro do Supremo Tribunal Militar, também criticou duramente a nova Lei de Segurança Nacional, na cerimônia de despedida do general Augusto Fragoso, diante de membros da alta cúpula militar do governo, como o vice-presidente Adalberto Pereira dos Santos, o ministro do Exército general Bethlem, e o futuro ministro do Exército do governo Figueiredo, general Walter Pires. Como já mencionamos, isto lhe custará o veto de Geisel à sua ascensão à presidência do tribunal no ano seguinte, pois Jordão criticou o conceito de segurança nacional como “guerra permanente” e defendeu a revisão das punições impostas aos acusados de cometerem crimes políticos e a concessão da anistia (OLIVEIRA, 1994, p. 62-63). Segundo ele,

É preciso que cesse de vez a psicose deletéria da existência de uma subversão permanente, justificando uma teoria do arbítrio permanente, pois tal visão radicalizante, exprimindo a realidade do país dividido, somente poderá dificultar a distensão em curso, numa inoportuna e injustificada demonstração de que ainda há quem sustente a necessidade de vigências, sem prazo determinado, do autoritarismo escorado nas leis de exceção e nas salvaguardas incoseqüentes e ineficazes, uma vez que a segurança do Estado não pode ser alicerçada na insegurança dos cidadãos. (*Movimento*, 30/10/1978, p.4).

Apesar das reações em contrário, o governo, por sua vez, não se fez de rogado e desencadeou uma nova onda repressiva sobre o movimento estudantil e sobre a “imprensa alternativa” com base na nova LSN. Além disso, inicia-se a escalada de atentados terroristas de grupos de extrema-direita contra bancas de jornais, jornais alternativos e entidades da sociedade civil, que se prolongará até 1981 (*Movimento*, 11/12/1978, p. 4). Na verdade, o governo militar reforçou sua capacidade de direção política com a implantação das reformas institucionais, e, por sua vez, o próprio cesarismo militar. Em pesquisa realizada com os parlamentares da oitava legislatura do Congresso Nacional (1975-1979), Luiz Henrique Bahia localizou um forte “aspiração revisionista”, ou seja, uma tendência consolidada favorável à reformas na constituição. Mesmo na ARENA esta tendência era claramente majoritária, abrangendo 80% de seus parlamentares. No MDB esta tendência era mais consolidada ainda, apresentava-se no posicionamento de 98% de seus parlamentares (BAHIA, 1981, p. 275-300).

Em questões importantes a “aspiração revisionista” atingia mais de dois terços dos parlamentares dos dois partidos em conjunto como a concessão de prerrogativas ao

legislativo para criar despesas (84,5%), a modificação do AI-5 (88,5%), o estabelecimento de garantias ao judiciário (80,9%), a alteração nas condições que possibilitam o recesso do Congresso (79,7%) e a mudança do sistema partidário (79,5%). Apesar das divergências quanto à abrangência e à profundidade das alterações em cada uma destas questões, as significativas variações não impedem que o quórum mínimo de maioria simples fosse suficiente para a aprovação de grande parte das alterações numa perspectiva mais avançada do que a proposta do governo. Por exemplo, se na questão do AI-5 o MDB fecha questão pela sua revogação (96% das posições), na ARENA a soma dos que querem a revogação (22%) com os que querem alterações moderadas (57%) é muito superior ao número dos que querem a sua continuidade (21%). Deste modo, o AI-5 seria, no mínimo, alterado em favor de sua flexibilização. Em pontos específicos importantes seus dispositivos seriam rejeitados por alteração, como a questão do *habeas corpus*, os dispositivos que permitem a suspensão dos direitos políticos e os que possibilitam a censura aos meios de comunicação, ou simplesmente revogados como os dispositivos que permitem a cassação de mandatos. A posição geral do MDB é fortemente revisionista, concorde com sua perspectiva de restabelecimento do “Estado de Direito” e de convocação de uma assembléia Constituinte. Já a ARENA parece mais integrada à perspectiva distensionista do governo de transferência das atribuições de controle seletivo do conflito político para outras esferas do Estado e da sociedade política, sem uma nova constituição e sem o fim da institucionalidade autoritária, pois, segundo L.H. Bahia, o partido governista inclina-se mais a fortalecer as posições dos poderes Judiciário e Legislativo. Na verdade, a “aspiração revisionista” dos parlamentares indica a preocupação em ampliar a capacidade decisória do Congresso, particularmente nas questões econômicas (BAHIA, 1981, p. 275-300), o que demonstra a demanda de fortalecimento da esfera de representação política em relação à esfera de representação burocrática, manifestada por setores do bloco no poder desde o início da distensão.

No entanto, o controle do processo de votação das reformas pelo governo conteve a tendência mais avançada apresentada pelo Congresso, em geral, limitando o arco de possibilidades de reforma ao que seu projeto propunha. Todos os projetos do governo foram aprovados conforme seu interesse e apesar do processo de discussão de que foram objeto junto a entidades, políticos e lideranças, sua configuração final partiu do Executivo. Frente ao MDB a aprovação das reformas, conforme a perspectiva do governo, funcionou como um elemento fortemente *passivizador*, pois além de esvaziar o apoio do partido à

candidatura do general Euler Bentes, ainda tomou-lhe parte das bandeiras políticas, além de obrigá-lo a mais uma demonstração de inorganicidade interna e vacilação política. Na votação da Emenda Constitucional n. 11 o líder do MDB na Câmara, deputado Tancredo Neves, anunciou em discurso que o partido se comprometia a retirar todos os destaques que havia feito ao projeto do governo em troca da apreciação do projeto do senador Acioly Filho, que revogava o dispositivo do Pacote de Abril que instituíra a eleição indireta para 1/3 do Senado em 1978 (DELGADO, 1988, p.161). A emenda foi votada e rejeitada pois não conseguiu a maioria simples com a ausência numericamente considerável de 41 parlamentares emedebistas, cujo voto poderia aprová-la. Além disso, a posição do líder do partido na Câmara foi anunciar que o MDB não rejeitaria em bloco o projeto do governo, preferindo negociar, e de evitar que a bancada se posicionasse, exigindo a fidelidade partidária dos parlamentares. Ao contrário, como já mencionamos, o voto de cada parlamentar ficou liberado, inclusive com um emedebista votando a favor do governo, o deputado Dias Menezes (*Movimento*, 25/9/1978, p.3). Deste modo, podemos afirmar que a aprovação das reformas não enfrentou um processo de desgaste e oposição junto à arena da disputa política institucionalizada na esfera de representação política (partidos e Congresso). Ao contrário, a dinâmica desta legitimou a iniciativa do governo, dando-lhe a iniciativa política, apesar das reações e críticas aos seus limites autocráticos. O governo Figueiredo herdou este reforço da capacidade de direção política na última fase do governo Geisel.

3.4 - As eleições de 1978

Esta postura passiva dos partidos e do Congresso Nacional ainda é produto de uma composição política oriunda da primeira etapa da distensão, a etapa da reativação da representação política e da limitação das contradições político-sociais às contradições presentes no bloco no poder, basicamente. Por isto, a ressonância da emergência do protesto popular e do avanço de sua perspectiva antiautocrática é bastante limitada na dinâmica da representação política em vigor. Nas eleições parlamentares de 1978, os movimentos sociais e os aparelhos de hegemonia vinculados às classes subalternas procurarão aumentar sua influência política, participando ativamente do processo eleitoral e elegendo representantes ligados organicamente a si. Apesar de suas limitações, o MDB é o partido que recebe o voto popular e os candidatos populares, crescendo enormemente

após 1978. Apesar das limitações da Lei Falcão e das condições mais repressivas em que se deu o pleito de 1978 em comparação com o de 1974, considera-se que o grupo que mais cresceu proporcionalmente no MDB foi o dos autênticos (incorporando-se nesta qualificação também os neo-autênticos). De aproximadamente 36 parlamentares o grupo subiu para 69, com possibilidades de chegar a 80 com novas adesões. Em contrapartida os adesistas tiveram sua representação diminuída, apesar da vitória de Chagas Freitas na eleição indireta ao governo do Rio de Janeiro (*Movimento*, 21/11/1978, p. 3-6).

Todas as organizações da esquerda marxista participam das eleições lançando ou apoiando candidatos pelo MDB (*Em Tempo*, 18/12/1978, “Suplemento de cultura”, p. 1). Com exceção da OSI (Organização Socialista Internacionalista), que defende o voto nulo como forma de garantir a independência do movimento popular diante da ARENA e do MDB (CARONE, 1984, p. 204-206) todas as outras organizações aproveitam o processo eleitoral para aproximar-se das massas populares, levar suas propostas políticas e conquistar alguma inserção na representação política institucionalizada. Segundo Kucinski (1982, p.98), em 1978 a esquerda marxista elegeu aproximadamente 20 deputados federais pelo MDB. No entanto, as divergências quanto ao caráter do apoio ao MDB se mantêm. Como na questão da Assembléia Constituinte, aqui também a divergência básica gira em torno da estratégia de oposição à Ditadura. Para organizações como o PCB (CARONE, 1982, p. 230-242), o PC do B e o MR-8 (CARONE, 1984, p. 111-122) o apoio ao partido da oposição faz parte de uma estratégia de ampliação política e social da luta democrática com a constituição de uma ampla frente de oposição à Ditadura. Por isto o MDB tem um papel decisivo como mecanismo de viabilização desta frente. Para outras organizações, o apoio ao MDB é condicionado, pois prevalece uma estratégia de mobilização e organização independente dos trabalhadores com vistas à criação de um partido popular. Citaríamos como defensoras desta posição a Convergência Socialista, constituída pelo PST (Partido Socialista dos Trabalhadores) (PST,1978), o MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado) (MEP, 1978, p. 61-79), a APMML (Ação Popular Marxista-Leninista), e a OCML-PO (Organização de Combate Marxista-Leninista- Política Operária).

A preocupação em preservar a autonomia e a independência política diante do MDB, prestando-lhe um apoio condicionado, também aparecia nos movimentos sociais das classes subalternas nesta conjuntura. Segundo Sá Motta (1993, p.230-242), em 1978 se dá o auge da aproximação do MDB com os movimentos sociais, com setores do partido buscando não só a mobilização, mas a organização e a participação populares. No entanto,

esta relação mantêm-se tênue, devido aos entraves à participação popular impostos pelos setores tradicionais do partido (moderados e adesistas, principalmente), à ojeriza às instituições alimentada por muitos movimentos sociais e ainda pela perspectiva do fim do bipartidarismo, levando diversos setores a atuarem no MDB com o intuito de se fortalecerem institucionalmente para a criação de novos partidos (MOTTA, 1993, p.243-255).

Como já mencionamos, no movimento estudantil a participação no processo eleitoral foi condicionada ao apoio a candidatos populares e socialistas do MDB e no movimento sindical dirigentes importantes, como Lula, alimentavam uma postura cética diante dos compromissos do partido com os trabalhadores, apesar do apoio pessoal à candidatura do sociólogo Fernando Henrique Cardoso ao Senado por São Paulo. Mesmo em movimentos que tinham militantes candidatando-se pelo MDB, esta preocupação se apresentava com clareza. As candidaturas de Aurélio Peres a deputado federal e de Irma Passoni a deputada estadual, com o apoio do Movimento do Custo de Vida e de diversas comunidades eclesiais de base da Zona Sul da cidade de São Paulo, geraram contradições políticas interessantes. Segundo relatos coletados por Sader, a participação na política parlamentar não era aceita por diversos ativistas, demonstrando uma postura desconfiada e negativa diante da “política institucional”, vista como elitista e moralmente negativa para a luta popular, pois definida por interesses escusos e contrários aos interesses populares (SADER, 1988, 199-225). O receio com a “partidarização” do movimento ainda foi manifestado na ocasião pelo bispo de Santo Amaro (Zona Sul) D. Mauro Morelli, que declarou temer que o MCV perdesse sua autonomia como movimento (*Jornal do Brasil*, 22/10/1978, p.66-67). Estes exemplos demonstram as contradições entre a disputa política definida pela institucionalidade autoritária, mesmo reformada, e a perspectiva representada pela ação oposicionista dos movimentos sociais, de caráter antiautocrático e por isto mesmo antiinstitucional. O MDB não ficou imune a esta contradição: mesmo após a emergência do protesto popular e o avanço da inserção dos movimentos sociais na arena da disputa política, a relação do partido oposicionista com os mesmos continuou inorgânica e exterior, preservando seu caráter de *partido institucional*.

Em termos absolutos o MDB aumenta sua representação na Câmara dos Deputados, subindo de 161 em 1974 para 191 agora, porém em termos relativos seu crescimento é menor, pois há que se levar em consideração que o número de deputados aumentou de 364 para 422 em relação à última eleição. Deste modo, o MDB cresce de

44,2% para 45,3% e a ARENA cai de 55,8% para 54,7% em 1978, conforme os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Tribunais Regionais Eleitorais (LAMOUNIER, p. 183 e 185). No Senado, a vitória da ARENA é flagrante, pois além de 21 dos 22 senadores eleitos indiretamente, o partido elege 15 dos 23 disputados pelo voto direto. Ao MDB couberam um senador “biônico” (Amaral Peixoto no Rio de Janeiro) e oito eleitos pelo voto direto (*Em Tempo*, 18/12/1978, “Suplemento de Cultura”, p. 1). Há uma controvérsia sobre o impacto do Pacote de Abril nas eleições de 1978. Kucinski (1982, p.63-65) considera que a tentativa de limitar a representação dos estados mais populosos e adiantados em favor dos mais atrasados, favorecendo a ARENA, teve o efeito contrário, pois ao definir as bancadas dos estados pelo número de habitantes e não pelo número de eleitores, como era antes, favoreceu os estados mais desenvolvidos, que mais recebiam imigrantes oriundos dos estados mais atrasados. Deste modo, os imigrantes contariam para o quociente eleitoral dos estados mais desenvolvidos, como São Paulo, e não para o quociente de seus estados de origem, o que poderia beneficiar o MDB devido ao caráter predominantemente urbano do voto oposicionista.

No entanto, fazendo uma aplicação hipotética da legislação anterior ao Pacote nos resultados do pleito de 1978, Fleischer (1988, p.73-76) localiza uma ligeira vantagem da ARENA na Câmara dos Deputados, pois conquistou apenas quatro cadeiras a mais devido às mudanças de 1977, o que significa que manteria a maioria de qualquer modo. Já no Senado, a ARENA foi amplamente favorecida, pois com o Pacote preservou sua maioria, que seria ameaçada, além de impedir a vitória de governadores da oposição em estados importantes como São Paulo e Rio Grande do Sul. Desta forma, se a avalanche eleitoral a favor da oposição não aconteceu como se esperava em 1977, tampouco o governo e a ARENA poderiam dispensar os mecanismos reguladores implantados pelo Pacote de Abril para manter o controle da representação política. Em números absolutos, com 35% do total de votos para senadores (incluindo brancos e nulos) a ARENA conquistou 65,2% das vagas em disputa, enquanto os 46,5% de votos do MDB lhe garantiram apenas 34,8% das vagas. De acordo com os dados dos Tribunais Regionais Eleitorais (LAMOUNIER, 1990, p.185), nas eleições para a Câmara Federal a desproporção foi menor, mas ainda assim significativa, pois com 40% do total de votos (incluindo brancos e nulos novamente) a ARENA conquistou 54,7% das cadeiras para deputado federal, enquanto o MDB conquistou quase o mesmo percentual do total de votos (39,3%), mas apenas 45,3% das cadeiras. Na próxima legislatura o novo governo teria

condições de aprovar projetos e emendas constitucionais sem precisar do apoio da oposição, demonstrando a continuidade da supremacia da esfera de representação burocrática sobre a esfera de representação política.

4 - A composição do governo Figueiredo e a Lei de Anistia (1979)

4.1 - O governo Figueiredo e a “conciliação revolucionária”

Em março de 1979, o general João Figueiredo toma posse como presidente da República. A composição de seu governo é a síntese da unidade “revolucionária” entre duros e moderados nas Forças Armadas e no campo governista. À continuidade de figuras importantes do governo Geisel, como Golbery do Couto e Silva (continuou Chefe da Casa Civil), Petrônio Portella (novo Ministro da Justiça), Heitor Aquino Ferreira (secretário da Presidência) e Mário Henrique Simonsen (que passou do ministério da Fazenda para o ministério do Planejamento), soma-se a entrada de membros do governo Médici, como Delfim Netto (Ministro da Agricultura), Mário Andreazza (Ministro do Interior) e Eliseu Rezende (Ministro dos Transportes). Ocupando posições importantes no ministério ainda estão Karlos Rieschbieter (ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central), indicado por Nei Braga e com o apoio de Simonsen, Said Farhat (Ministro da Indústria e Comércio) e Murilo Macedo (Ministro do Trabalho) (*Movimento*, 15/01/1979, p. 3-4). Para as áreas militar e de informações, Figueiredo nomeia pessoas de sua confiança, como o general Walter Pires (Ministro do Exército) e o general Otávio Medeiros (continuou Chefe do SNI), “coronéis de 64”, como ele, e identificados como duros no espectro das posições militares. Para o Gabinete Militar nomeia o também “duro” general Danilo Venturini. E nos ministérios da Aeronáutica e da Marinha, nomeia respectivamente o brigadeiro Délio Jardim de Matos e o almirante Maximiano da Fonseca, estes mais moderados.

O caráter de “conciliação revolucionária” apresentado pelo governo, ou seja, no campo dos partidários da chamada “Revolução de 1964”, faz parte da estratégia de recomposição do bloco no poder e de contenção da crise conjuntural. Estratégia em vigor desde o Pacote de Abril e que teve como elementos políticos centrais o controle da sucessão presidencial e a aprovação das reformas institucionais. O novo governo que emerge deste processo apresenta condições de continuar dirigindo a arena da disputa política, porque herda esta capacidade do governo anterior, e porque se compromete em dar

continuidade à passagem da *distensão* para a *abertura*. No campo político-militar, o relativo *endurecimento* caracterizado pela composição do ministério Figueiredo indica a necessidade de preservar o controle seletivo da arena da disputa política, ameaçado pela emergência do protesto popular. Daí o aparelho repressivo e de informações continuar exercendo um papel importante na ação política do governo, mesmo que numa nova qualidade. Apesar dos controles institucionais do processo político terem se ampliado, e continuarem se ampliando, com o fim do AI-5, uma margem importante de capacidade repressiva continuou sob controle direto da presidência da República. Seja por meio da supremacia das Forças Armadas sobre o conjunto do aparelho repressivo e de informações, seja pelo poder discricionário transferido para o Ministério da Justiça e mantido pelo Ministério do Trabalho, o executivo federal preservou um decisivo poder de intervenção seletiva na arena da disputa política, o que caracterizou a continuidade do cesarismo militar, mesmo sem o AI-5. Por isto, a composição político-militar do governo Figueiredo demonstra ao mesmo tempo o compromisso com a continuidade do projeto distensionista, indicado pelas presenças de Golbery do Couto e Silva e de Petrônio Portella, mas ao mesmo tempo seus limites autocráticos, sempre demonstrados quando as ameaças de retrocesso eram anunciadas a cada avanço do protesto popular.

No plano militar, a chamada “conciliação revolucionária” promovida pelo governo Figueiredo conseguiu esvaziar relativamente as dissidências militares que emergiram na fase anterior, diminuindo sensivelmente sua capacidade de interlocução política com o campo oposicionista. Os descontentamentos com o governo continuaram, mas sem se desdobrarem na construção de uma alternativa político-militar que viabilizasse um novo governo, como aconteceu na articulação que patrocinou a candidatura Euler Bentes. Em 1979 vieram à luz diversos documentos de origem militar, que indicavam o avanço de uma perspectiva de ruptura com o governo Geisel em diversos setores das Forças Armadas. No entanto, sua inviabilidade é demonstrada pelo cancelamento dos planos golpistas, e pelo próprio comportamento dos dissidentes após a posse de Figueiredo. Tanto nos setores moderados, quanto entre os duros, há uma visível mudança de estratégia após o reforço do cesarismo militar, com as reformas políticas e a vitória de Figueiredo na sucessão de Geisel.

Entre os setores dissidentes de linha “moderada”, que apoiaram Euler Bentes e defendiam o desengajamento dos militares do governo e de todas as responsabilidades extra-constitucionais que assumiram para evitar seu progressivo desgaste, houve o

planejamento de uma ação militar contra o governo Geisel em fins de 1978. A estratégia de golpe contra Geisel fazia parte de um plano de ação político-militar de autoria do MMD (Movimento Militar Democrático), produto da fusão de diversos grupos militares dissidentes, como a Vanguarda Militar Democrática, o Grupo de Oficiais Democratas, o Centelha Nativista, o Linha-Dura, o Movimento Revolucionário Democrata e diversos militares não filiados a grupos. O plano previa uma ação para a derrubada de Geisel, com base na hipótese de que o Congresso fosse fechado pelo governo em caso da vitória de Euler Bentes no Colégio Eleitoral e da aprovação da Emenda Montoro, uma emenda constitucional proposta pelo senador do MDB que estabelecia eleições diretas para governadores e senadores em 1982. Além da derrubada de Geisel, o plano ainda previa a entrega do governo ao vice-presidente general Adalberto Pereira dos Santos, sob o compromisso de este garantir a posse de Euler. Os rebelados responderiam aos contragolpes dos militares governistas, através de ampla mobilização da sociedade civil e articulação com entidades representativas e personalidades políticas, além da criação de núcleos de resistência pelo país e da busca de apoio junto a lideranças militares como o ex-ministro Frota e o ex-presidente Médici. Conforme o documento do MMD, o movimento contava com ramificações nacionais, pois além de uma estrutura nacional sediada no Distrito Federal, ainda havia 12 estruturas regionais, abrangendo todos os estados do país. No entanto, as deliberações do Congresso Nacional seriam respeitadas em caso de vitória de Figueiredo no Colégio Eleitoral e de derrota do MDB na votação da emenda Montoro. Além disso, o plano orientava os rebelados a comunicarem, leal e sinceramente, a seus superiores suas posições políticas, pois, segundo o próprio documento, “é realmente muito importante que os chefes militares conheçam a opinião de seus comandados” (*Movimento*, 15/1/1979, p. 5-7).

Apesar da radicalidade das iniciativas previstas pelo plano do MMD, é evidente a sua submissão aos limites impostos pela institucionalidade autoritária, pois além da preocupação insistente com a preservação da lealdade e da hierarquia militares, mesmo num momento de ruptura, toda a operação estava condicionada à legitimidade que o Congresso conferisse, ou não, aos propósitos do governo. Ou seja, os militares dissidentes estavam dispostos a romper a unidade institucional das Forças Armadas e derrubar o presidente da República. Mas se este conseguisse legitimar seu projeto estratégico num Congresso Nacional subordinado política e legalmente e composto por partidos institucionais, as coisas continuariam como estavam. Não é à toa que após a posse de

Figueiredo a perspectiva de derrubada do governo foi abandonada em nome de uma estratégia de desgaste do governo, através da exploração de pressões e contrapressões que levassem o novo presidente à renúncia, porém estritamente dentro da legalidade. Ou seja, há um processo de acomodação com a situação vigente, pois nas condições do cesarismo militar esta estratégia possuía ténues possibilidades de sucesso devido à supremacia política e institucional do presidente da República sobre o conjunto das Forças Armadas. A promessa de ações repressivas contra os dissidentes, feita pelo novo governo, se concretizou efetivamente por ocasião da nova prisão do general Hugo Abreu sob a acusação de divulgação de “assuntos militares” em seu livro *O outro lado do poder*. Nesta época, este já havia passado compulsoriamente para a reserva em função da sua exclusão da nova lista de promoções para general de Exército (a quarta estrela), no entanto, o governo editou um novo decreto que aplicava as punições disciplinares a todos os militares cujas manifestações públicas prejudicassem a disciplina, a hierarquia, o respeito e o decoro militares, mesmo reservistas. Deste modo, o general foi submetido a uma nova prisão disciplinar em maio de 1979, sem que nenhuma reação efetiva partisse de qualquer agrupamento dissidente (ABREU, 1980, p. 204-216).

Já entre os duros, há um processo de composição com o novo governo, facilitada pelo próprio “endurecimento” da alta cúpula militar e pelo apoio à candidatura de Figueiredo contra Euler Bentes. Ao longo dos anos de 1979 e 1980, ocorre um processo de “endurecimento” do Alto Comando do Exército com a ascensão dos “coronéis de 64”. Conforme a qualificação de Kucinski (1982, p.72), entre o final de 1978, fim do governo Geisel, e meados de 1980, os duros aumentam sua representação no Alto Comando de 7 para 10 integrantes, enquanto que os “meio duros” (que ele chama de “castellistas duros”) caem de 5 para 3 e os moderados (que ele qualifica como “castellistas liberais”) desaparecem. Dos membros do Alto Comando do Exército, considera-se que o ministro Walter Pires tinha fortes ligações com sete deles, até mesmo por terem pertencido à sua turma na escola militar, o que indica a ascendência do governo sobre os militares. No entanto, os duros não abandonaram suas posições e, além de se descontentarem com as reformas institucionais de 1978, ainda sentiam-se fortemente incomodados com a perspectiva de reforma partidária e de anistia política aos chamados “subversivos”.

No bojo das “reformas”, desde o final de 1978 o governo tomava iniciativas na linha da anistia, como a extinção da Comissão Geral de Investigações e a revogação dos banimentos políticos. Em dezembro, o governo Geisel revoga os atos de banimento de uma

centena de exilados (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1995, p. 308). Porém, nomes como os de Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luis Carlos Prestes eram calculadamente excluídos deste benefício, em função das reações que gerariam. A volta de diversos líderes cassados e exilados e sua reintegração à disputa política eram tidas como intoleráveis por muitos setores militares, inclusive componentes da dissidência “moderada”, como a Centelha Nativista (*Movimento*, 5/3/1979, p. 8-9). Por isto, apesar da composição dos duros com o novo governo e da identidade destes com integrantes do próprio ministério, as contradições entre ambos não desaparecem. A crítica à “falta de progressividade” e à abrangência do projeto de anistia aparece nos depoimentos de militares duros, como os generais Coelho Neto e Ênio dos Santos Pinheiro e o brigadeiro Moreira Burnier. Segundo eles, a anistia não poderia atingir aqueles que cometeram crimes de sangue e nem possibilitar que os anistiados readquirissem direitos políticos e pudessem candidatar-se antes do final do regime militar (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1995, p. 201-251). Segundo o general Coelho Neto, que ocupou a chefia de gabinete do Ministério do Exército no governo Figueiredo, o ministro Walter Pires também concordava em termos com o projeto de *abertura*, porque segundo ele “não foi abertura, foi arrombamento”(D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1995, p.203-204). Além disso, uma outra questão crítica era a volta dos militares cassados e punidos às suas funções, o que era considerado inadmissível pelos duros e até mesmo pelos militares moderados, pois em sua ótica isto significava o retorno dos que feriram a hierarquia, a coesão e a unidade militares desde 1964.

Logo no início do governo, surgiram na imprensa especulações sobre quem seria o novo líder dos duros, particularmente em função de descontentamentos com a permanência de Golbery e outros “geiselistas” no ministério e com a excessiva predominância de Walter Pires no Alto Comando do Exército. Os nomes dos generais Antonio Carlos de Andrada Serpa, Ramiro Tavares e Arnizaut de Matos chegaram a ser cogitados como prováveis lideranças dos duros em função de suas posições políticas e ascendência sobre setores das Forças Armadas (*Movimento*, 5/3/1979, p. 8-9). No entanto, uma nova articulação em torno de uma liderança militar, nos moldes da que havia em torno do ministro Frota, foi desnecessária com o governo Figueiredo. O predomínio dos duros na alta cúpula militar vai dar a este grupo um poder de pressão que não possuíam no governo Geisel, funcionando como uma espécie de *reserva autoritária* do campo governista, com influência para diminuir o ritmo e a abrangência da passagem da distensão para a abertura

nesta fase. O reflexo disto é uma variação no cesarismo militar durante o governo Figueiredo, pois apesar da supremacia hierárquica a ascendência política sobre os militares tende a ser novamente exercida pelo ministro do Exército e não pelo presidente. Esta tendência começa agora, pois Figueiredo não possui a mesma força diante do ministério do Exército e do conjunto das Forças Armadas que Geisel possuía, e se realiza plenamente após o episódio do Riocentro em 1981 (OLIVEIRA, 1994, p. 46). Como veremos, este poder de pressão dos duros será a fonte da crise política que levará à ruptura de Golbery do Couto e Silva com o governo logo após este episódio.

A crise gerada pelo episódio do Riocentro é sintomática de uma outra forma de pressão dos duros sobre o processo de passagem da *distensão* para a *abertura*: o terrorismo. Além da influência junto ao governo, os duros patrocinam, ou pelo menos apóiam, uma escalada de atos terroristas contra os movimentos de oposição que se intensificam neste momento e atingem o seu auge nos anos de 1980 e 1981. Os atingidos vão desde os jornais da “imprensa alternativa” e as bancas de jornais que os vendiam até entidades da sociedade civil, como a OAB e ABI, partidos de oposição, como o PT, e militantes oposicionistas, por meio de atentados a bombas, seqüestros, ameaças e assassinatos (*Movimento*, 18/8/1980, p.3 ; *Em Tempo*, 3/7/1980, p.3 e 15/9/1980, p. 2-3). As relações dos grupos terroristas com o Estado eram diretas e indiretas, incluindo a participação de agentes do aparelho repressivo e de informações, a conivência do governo e dos comandos militares no tocante à apuração dos atos terroristas e punição dos autores e a utilização de recursos públicos nas ações por meio de contatos pessoais e de uma rede de solidariedade entre os extremistas. A história do “Grupo Secreto” é expressiva destas relações. Formado nos anos 50 por militares e agentes dos órgãos de repressão e informações, o “Grupo Secreto” contava ainda com o apoio de civis que participavam diretamente de suas ações ou lhe dava apoio logístico e financeiro. Conforme relatos de alguns de seus integrantes, em diversas ocasiões materiais e equipamentos necessários à realização das ações eram desviados de órgãos públicos, instalações militares por exemplo, ou utilizados “em serviço” por agentes do Estado. Nos 35 anos em que funcionou atribui-se a este grupo, entre outros, os atentados à redação do jornal *O Pasquim* (em 1970), à ABI (em 1976), ao jornal *Tribuna da Imprensa* (em 1979), ao jornal *Tribuna da Luta Operária* (em 1980), ao Conselho Federal da OAB (em 1980), além da participação decisiva no atentado do Riocentro (em 1981), todos no Rio de Janeiro e com o apoio do CIE (Centro de Informações do Exército) (ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996).

Deste modo, o papel assumido pelos militares duros e pelo aparelho de repressão e de informações no governo Figueiredo é expressivo da nova correlação de forças adquirida pelo processo distensionista após a emergência do protesto popular. Enquanto as contradições políticas mais agudas se limitavam, em grande medida, ao bloco no poder, a face mais repressiva do cesarismo militar poderia ser contida e mantida sob relativo controle. Porém, a partir do momento em que as classes subalternas emergem à cena política através de movimentos de massa e carregando uma perspectiva política fortemente antiautocrática, o aparelho repressivo e de informações teria que ser redimensionado e funcionar como um elemento a mais no controle seletivo da disputa política. Medidas de contenção dos duros como a demissão do comandante do II Exército por Geisel em 1976, não seriam repetidas no governo Figueiredo.

4.2 - A campanha pela Anistia e a Lei de Anistia

Após a aprovação das reformas políticas de 1978, faltava ainda a questão da anistia para completar a passagem da *distensão* para a *abertura* e viabilizar institucionalmente a pluralização e ampliação da representação política. Desde a década de 60, havia uma forte demanda no campo oposicionista pela anistia dos cidadãos punidos e cassados pelo regime militar e pela punição dos responsáveis pela tortura e morte de centenas de militantes, inclusive como parte da luta em defesa dos direitos humanos. Em 1975, é criado o Movimento Feminino pela Anistia (MFA) e, em maio de 1977, é realizado o primeiro “Dia Nacional de luta pela Anistia”, com a realização de manifestações em diversos estados. Entretanto, a partir de 1978, o movimento pela anistia adquire um caráter amplo e massivo com a criação de Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) em todo o país, unificando as mais diferentes posições no campo oposicionista. Desde os militantes da esquerda marxista e dos ativistas da Pastoral dos Direitos Humanos da Igreja Católica até parlamentares do MDB e dissidentes da ARENA (como o senador Teotônio Vilela, que acabará filiando-se ao MDB posteriormente), passando por estudantes, sindicalistas, advogados, etc, os CBAs reuniam todo o espectro político oposicionista em torno da proposta de anistia ampla, geral e irrestrita. Esta proposta significava o restabelecimento dos direitos civis e políticos de todos os cassados e acusados de crime contra a segurança nacional, e a restituição de cargos e funções de todos os que foram

exonerados, aposentados compulsoriamente e destituídos do serviço público, de sindicatos, de universidades etc.

No entanto, apesar da unidade em torno desta proposta, as posições do movimento pela anistia variavam quanto ao grau de pressão a ser exercido sobre o governo. O temor de um retrocesso político, em função da indisposição de setores expressivos do governo em aceitar uma anistia ampla, geral e irrestrita, levava setores da oposição a considerar a possibilidade de se aceitar uma anistia tolerável para o governo e de não romper o compromisso de “conciliação nacional” oferecido por Figueiredo à oposição ainda em dezembro de 1978. Dividindo a oposição entre setores “constitucionais”, portanto legítimos, e setores “inconstitucionais”, portanto contestatórios, o presidente anunciava à primeira a disposição de diálogo em nome da continuidade do processo distensionista. No MDB diversas lideranças do partido demonstraram disponibilidade em negociar com o governo as futuras reformas e responderam positivamente ao chamado do novo presidente, como o líder Tancredo Neves e o senador eleito Nelson Carneiro (*Em Tempo*, 18/12/1978, p. 3). Em fevereiro de 1979, esta posição é reforçada no partido com a manutenção de Thales Ramalho na secretaria-geral, derrotando o autêntico Jarbas Vasconcelos, o que evidencia que apesar do crescimento expressivo dos autênticos e dos neo-autênticos nas eleições de 1978 a direção do MDB continua sob o controle dos setores moderados e adesistas (*Movimento*, 5/2/1979, p. 8).

Esta rápida incursão nas relações internas do MDB é importante, pois indica a postura contraditória do partido diante da luta pela anistia. Em maio, o partido aprovou a criação de uma CPI dos Direitos Humanos no Congresso, com o expressivo apoio dos CBAs, visando pressionar o governo com a investigação sobre as denúncias de torturas e sobre os casos dos “desaparecidos”. No entanto, não faltaram as posições veementemente contrárias à proposta, partidas inclusive de deputados autênticos, como Alberto Goldman, Roberto Freire e Fernando Lyra, sob a alegação de que isto seria uma provocação ao governo, que poderia inviabilizar qualquer anistia (*Movimento*, 14/5/1979, p.11). Aliás, em pesquisa realizada pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), com 195 parlamentares do MDB eleitos em 1978, nada menos que 32,8% eram contrários a uma anistia ampla, geral e irrestrita, 45,2% eram a favor do abrandamento, mas não da extinção da LSN e 55,5% eram a favor do abrandamento, mas não da extinção da legislação sindical (*Em Tempo*, 18/5/1979, p. 4).

No governo, a questão da anistia era vinculada à perspectiva de reforma partidária, pois dentro do projeto de passagem da distensão para a abertura vislumbrava-se que a volta de lideranças políticas do período pré-1964 reforçaria o processo de divisão do MDB. Esta perspectiva era vislumbrada particularmente com o retorno de Leonel Brizola e de Miguel Arraes, que, acreditava-se, tenderiam a formar seus próprios partidos, ao invés de entrarem no MDB. O projeto de anistia, definido consensualmente dentro do governo, estabelecia uma anistia parcial e restrita a todos os que cometeram crimes políticos e a todos os que foram punidos pelos AIs, pelos Atos Complementares e pela LSN, apesar de continuarem inelegíveis. Porém, ficavam excluídos da anistia todos os que cometeram “crimes de sangue” (condenados pela LSN por terrorismo, assalto, seqüestro ou atentado pessoal), e os militares afastados não seriam reintegrados; só os civis seriam readmitidos nos cargos e funções que ocupavam, mediante apreciação de cada caso pela autoridade e órgãos competentes. Além disso, para acomodar-se aos militares duros, vinculados ao aparelho de repressão e de informações, e evitar seu veto à anistia parcial, o governo anistiou todos os crimes “conexos” aos crimes políticos, justamente o que abrangia os atos de tortura e outras violações dos direitos humanos (KUCINSKI, 1982, p.134-135; *Movimento*, 25/6/1979, p. 9).

Influenciado pela posição firme dos CBAs, o MDB fechou questão contra o projeto do governo, apresentado para votação pelo substitutivo do senador arenista Ernani Sátyro, e resolveu apresentar um outro substitutivo propondo a anistia ampla, geral e irrestrita. O senador Djalma Marinho também apresentou um substitutivo concedendo anistia aos “crimes de sangue”, até mesmo para os torturadores. O pedido de apreciação do substitutivo Marinho foi derrotado por 206 a 201, nem sequer indo à votação como o substitutivo do MDB; o projeto do governo, na forma do substitutivo Sátyro, acabou sendo aprovado em agosto de 1979. O impacto da votação da Lei de anistia no MDB foi desastroso, pois a posição favorável a um voto de repúdio ao projeto do governo era amplamente minoritária, não conseguindo sequer agregar todos os parlamentares autênticos. A estratégia emedebista era a de aprovar o projeto do governo pelo voto de liderança e pedir um destaque para a apreciação e votação do substitutivo Marinho, na esperança de atrair o voto de dissidentes arenistas, no entanto, a dissidência arenista não passou de 15 parlamentares. Além disso, sete parlamentares emedebistas faltaram à votação, contribuindo decisivamente para que o substitutivo Marinho fosse derrotado e o

projeto do governo fosse aprovado sem qualquer alternativa, apesar da ampla mobilização popular realizada em Brasília pelos CBAs (*Movimento*, 27/8/1979, p. 3-4).

Com a aprovação da Lei de Anistia, o governo conseguia avançar definitivamente na passagem da distensão para a abertura, pois completava o processo de ampliação e pluralização da esfera de representação política iniciado com as reformas de 1978. No entanto, sua estratégia de transição à democracia continua informada por uma perspectiva autocrática, pois além das limitações impostas à ação política de inúmeros ativistas vinculados à oposição antiautocrática, a Lei de Anistia garantia a preservação do aparelho repressivo e de informações e a sobrevivência política dos setores duros do governo e das Forças Armadas, fortemente orientados para a preservação do cesarismo militar por longo tempo ainda. Além disso, as iniciativas do governo exerciam uma forte influência passivizadora sobre o partido institucional da oposição e sobre os setores autocráticos do campo oposicionista, pois encaminharam a seu modo demandas importantes destes setores, limitando mais ainda seu poder de enfrentamento e sua capacidade de articulação orgânica com a oposição popular. A postura do MDB na votação do projeto do governo é expressiva desta influência. Finalmente, o governo preservou sua capacidade de controle seletivo da arena da disputa política, pois reservou para si a iniciativa política de aplicar a anistia aos condenados por “crimes de sangue”, o que fez paulatinamente através de indultos e comutações das penas, mas capitalizando politicamente os dividendos desta ação.

CAP. 4 - Reformas Institucionais e ampliação da arena política: da Reforma Partidária às Eleições de 1982 (1979-1982)

1- A Abertura e a consolidação das reformas institucionais

Neste capítulo continuaremos discutindo a segunda etapa do processo de transição à democracia, que abrange do Pacote de Abril às eleições de 1982, porém, tratando do período posterior à aprovação da Lei de Anistia. Conforme explicitado na Introdução deste trabalho, dividimos esta etapa em dois capítulos, afirmando, no entanto, que a unidade temporal e temática entre ambos permanece. Após as *reformas institucionais*, a aprovação da Lei de Anistia e a formação do novo governo, inicia-se a segunda fase desta etapa. Ela é marcada pelo encaminhamento do processo de *Abertura*, abrangendo o governo Figueiredo de 1979 a 1982 e dando continuidade à estratégia de contenção da *crise conjuntural*, por meio da consolidação das reformas institucionais. Nesta fase, abordaremos primeiramente o processo de recomposição do bloco no poder, principalmente de suas frações hegemônicas, em torno do projeto aberturista conduzido pelo governo, como parte desta estratégia, paralelamente ao avanço político e organizativo da oposição antiautocrática, o que muda o eixo da disputa política. As iniciativas adotadas pelo governo para esvaziar o potencial contra-hegemônico da oposição antiautocrática vão da manutenção do aparato repressivo e de informações ao desencadeamento de uma política de “abertura sindical” voltada para preservar a estrutura sindical e limitar o movimento sindical aos limites da luta corporativa. Em seguida, veremos o desdobramento destas iniciativas no plano da ampliação e pluralização da esfera da representação política, com o processo de reforma partidária e formação de novos partidos. Finalmente, abordaremos a consolidação da estratégia de contenção da *crise conjuntural* no período que

vai da alteração da correlação de forças no interior do governo militar, em 1981, até as eleições de 1982.

2 - A estratégia de contenção da *crise conjuntural*

2.1 - O governo e a recomposição do bloco no poder

Nos primeiros anos da gestão Figueiredo, o governo militar consegue recompor sua unidade com o bloco no poder, arrefecendo sensivelmente a postura crítica de determinadas frações do capital monopolista que, contrariadas pelo colapso do II PND e pela necessidade de ampliar sua influência junto ao processo decisório, engrossaram o coro oposicionista na conjuntura posterior ao Pacote de Abril. Como vimos, particularmente a burguesia nacional do setor de bens de capital amplificou suas contradições com o governo, divulgando publicamente suas críticas e buscando inserir-se no debate político do momento. No entanto, a emergência do protesto popular, particularmente do movimento operário, coloca a questão em outro patamar, pois as contradições políticas que marcaram a *crise conjuntural* desde o início da *distensão* não se limitam mais ao bloco no poder. Ao contrário, o novo eixo das contradições políticas potencializa a transformação da *crise conjuntural* em *crise de hegemonia*, (GRAMSCI, 1976, p. 45-46) com o avanço de uma clara perspectiva antiautocrática.

As reformas políticas de 1978, a sucessão presidencial e a aprovação da Lei de Anistia demonstraram a capacidade do governo de continuar controlando seletivamente a arena da disputa política, graças à preservação do cesarismo militar. Porém, a questão operária exigia um tratamento político específico, além dos mecanismos de canalização do conflito político estabelecidos pela institucionalidade autoritária reformada, particularmente porque uma das demandas centrais do movimento operário neste momento era a ruptura com a estrutura sindical, especialmente em sua faceta autoritária. Daí as iniciativas do governo nesta área, combinando sua capacidade repressiva com a alteração de alguns aspectos da estrutura sindical com vistas a aperfeiçoar o controle sobre o movimento operário. A intensificação da repressão se abate também sobre outros movimentos da oposição antiautocrática, justificando na prática o processo de *endurecimento* político-militar do novo governo. Além disso, o agravamento da crise econômica gera uma alteração na política econômica do governo, representada na substituição de Mário Henrique Simonsen por Delfim Netto no Ministério do Planejamento. A nova orientação conta com o apoio do conjunto das frações burguesas e

aprofunda a *estratégia de acomodação* (GOLDENSTEIN, 1994, p.57-96) iniciada na etapa anterior. Deste modo, não só as críticas diminuem sensivelmente, como o conjunto da burguesia se reaproxima do governo reforçando sua capacidade de condução política do processo aberturista, avançando agora com a reforma partidária.

No plano da política econômica, a mudança operada significou a continuidade da perspectiva expansiva e desenvolvimentista, mesmo que em condições internas e externas bastante pioradas. Na verdade, as contradições do padrão de acumulação se aprofundam fazendo com que a instabilidade congênita das contas públicas e da balança de pagamentos aumente, devido à manutenção do padrão de financiamento e à piora das condições financeiras internacionais após o segundo choque do petróleo, em 1979. O financiamento mediado pelo tesouro nacional vai perdendo sua eficácia em preservar o ritmo de crescimento e gerando um desequilíbrio interno tão grande que enreda a economia numa escalada recessiva e inflacionária. Diante disto, a estratégia de acomodação vai assumindo um caráter cada vez mais predatório, pois buscando preservar sua remuneração o capital monopolista (industrial e bancário-financeiro) intensifica a ciranda financeira especulativa, dilapidando o potencial desenvolvimentista do Estado e reduzindo mais ainda sua capacidade de atender às demandas das classes subalternas.

Nos primeiros meses do governo Figueiredo, Simonsen procurou adotar uma política econômica mais cautelosa, que reduzisse o ritmo de crescimento em troca do reordenamento da economia e do equilíbrio das contas públicas, pois a crise do II PND dificultou acentuadamente a capacidade de o Estado alavancar o desenvolvimento econômico. Na verdade, esta orientação dava continuidade à estratégia de contenção moderada do ritmo de crescimento da economia, adotada desde meados de 1976 em função dos desequilíbrios gerados pelo fracasso do II PND, e tentava implementar uma reforma econômica que recuperasse os instrumentos de política econômica ao mesmo tempo em que fortalecia os mecanismos de mercado (FISHLOW, 1988, p. 168-170). A recessão moderada visava principalmente ao reequilíbrio da balança de pagamentos, cujo déficit em transações correntes subiu de 6,9 bilhões de dólares, em 1978, para 10,7 bilhões em 1979, e a renegociação da dívida externa com o FMI, cujo valor bruto subiu de 32,0 bilhões de dólares em 1977 (19,3% do PIB) para 43,5 bilhões em 1978 (22,8% do PIB) e 49,9 bilhões em 1979 (22,6% do PIB), de acordo com os dados do Banco Central (GOLDENSTEIN, 1986, p. 116 e 140). Por isto procurou reduzir subsídios ao crédito e às exportações, além de tentar controlar e reduzir também os gastos das empresas estatais. As reações pelo temor

de uma recessão não tardaram, particularmente entre as frações nacional privada e estatal do capital monopolista, temerosas de uma queda ainda maior em suas taxas de lucro. Os trabalhadores também reagiram, devido à erosão dos salários pela inflação e da anualidade dos reajustes salariais, o que implicava em perdas reais (FISHLOW, 1988, p.168-182; GOLDENSTEIN, 1986, p.126-128).

A preocupação do governo em manter a estratégia de acomodação junto às classes dominantes e garantir as condições econômicas para avançar nas reformas institucionais, levou à demissão de Simonsen e à indicação de Delfim Neto para o ministério do Planejamento em agosto de 1979. A partir disto, o governo procurou desenvolver uma política considerada “heterodoxa” que combinasse a estabilização, pois a inflação aumentou de 38,7%, em 1977, para 40,8%, em 1978, e 77,2%, em 1979, conforme dados do Banco Central e da Fundação Getúlio Vargas (GOLDENSTEIN, 1986, p. 116 e 143), com a manutenção do ritmo de crescimento econômico, ainda dentro de uma estratégia desenvolvimentista. A ação estabilizadora de combate à inflação baixou a taxa de juros e criou uma nova política salarial, com reajustes semestrais conforme a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Esta foi uma forma de enquadrar a luta dos trabalhadores por melhorias salariais e submeter os reajustes aos limites do índice inflacionário passado, geralmente maquiado pelo governo. Além do achatamento salarial e das perdas reais que este mecanismo representava para o valor global da força de trabalho, havia ainda reajustes menores para as faixas salariais mais altas (SOUZA, 1983, p.139-161). No entanto apesar das perdas, este mecanismo de reajuste criava a impressão ilusória de que os salários acompanhavam a inflação e por isto cumpriu uma função importante na tentativa de cooptação dos trabalhadores (GOLDENSTEIN, 1994, p. 57-96).

A ação desenvolvimentista ainda procurou reforçar a balança de pagamentos, e também diminuir a inflação, através do apoio estatal à agricultura de exportação e ao setor energético com subsídios e créditos. Esta orientação estimulou acentuadamente o processo de modernização na agricultura e o complexo agro-industrial nesta fase (SZMRECSÁNYI, 1983, p.223-240), sedimentando o apoio dos grandes proprietários e do capital agrário ao governo. Completando a política econômica do período, o governo estimulou o consumo, facilitando o crédito, e em dezembro de 1979 decretou uma maxidesvalorização do cruzeiro, em 30%, inaugurando uma orientação à qual recorreria, posteriormente, com a finalidade de estimular as exportações e a captação de créditos externos (FISHLOW, 1988, p.168-182).

Com tais medidas, o governo imaginava conter a inflação, chegando até mesmo a prefixar a correção monetária, em 45%, e a correção cambial, em 40%, para o ano de 1980. Porém, a política heterodoxa falhou na contenção inflacionária e mesmo na manutenção do ritmo de crescimento. Apesar de a taxa de crescimento econômico ter sido de 7,9% em 1980 (GOLDENSTEIN, 1986, p. 130), o encarecimento das importações de bens e capital com o segundo choque do petróleo em 1979 piorou uma situação internacional já desfavorável, que somada a uma redução real dos índices globais de investimento e a uma ação especulativa dos capitais no mercado financeiro desequilibrou mais ainda as contas externas, disparando a inflação. Em 1980 pela primeira vez a inflação anual bateu no índice de três dígitos, 110,2%. Na verdade, o fracasso da política heterodoxa evidenciou o desacerto de uma orientação desenvolvimentista tardia, numa conjuntura de debilidade das contas externas da economia, com piora das condições internacionais de financiamento (FISHLOW, 1988, p.168-182).

No entanto, durante os anos de 1979 e 1980 esta orientação desenvolvimentista garantiu o apoio das frações do capital monopolista, hegemônicas no bloco no poder, à política econômica do governo, pois a economia continuava crescendo, mesmo sob dificuldades. Além disso, o controle do processo político pelo governo através das reformas institucionais e da preservação do cesarismo militar arrefeceu consideravelmente o comportamento crítico de setores hegemônicos do bloco no poder, como a burguesia nacional do setor de bens de capital. Com exceção de figuras isoladas como Severo Gomes, que se integra ao MDB, o comportamento das lideranças empresariais que amplificaram suas divergências com o governo nos anos de 1977 e 1978 foi de compromisso com os limites da passagem da distensão para a abertura mediados pelas reformas institucionais. A condenação da proposta oposicionista de convocação da Assembléia Constituinte por empresários como Antonio Ermírio de Moraes e Cláudio Bardella evidenciam este compromisso. Segundo eles, a Constituinte seria capaz de inviabilizar o diálogo e a continuidade da Abertura, pois estimularia o confronto e a radicalização política (DINIZ, 1988, p. 175).

Na verdade, as modificações impostas pelas reformas realizavam grande parte da perspectiva democrática defendida pelas elites industriais, que, como vimos, se limitavam a uma postura corporativa de ampliação dos mecanismos de representação política e burocrática junto ao Estado, carregando uma forte carga autoritária em sua concepção democrático-liberal (BOSCHI,1979, p.155-162). Além disso, o compromisso do

governo Figueiredo em dar continuidade ao processo de abertura e de consultar o empresariado nas decisões governamentais para as questões econômicas reforçou os laços de solidariedade entre as distintas frações burguesas e o Estado. Deste ponto de vista, seu governo foi muito mais aberto que o de Geisel, pois melhorou sensivelmente as “comunicações” com o empresariado, como atesta a opinião emitida por lideranças empresariais importantes, como o futuro presidente da FIESP, Luís Eulálio Bueno Vidigal (DINIZ, 1988, p.183).

Isto não quer dizer que as diversas frações burguesas tenham adotado uma postura meramente passiva diante do cesarismo militar do governo. A perspectiva de ampliação de sua influência junto ao Estado se apresenta pela defesa da ampliação e reativação da representação política, e também pelo aperfeiçoamento de sua representação burocrática. É sintomático que neste período os setores do empresariado que mais se distanciaram criticamente do governo Geisel em seu período final tenham disputado acirradamente o controle de posições fundamentais na estrutura corporativa de representação burocrática. Já assinalamos o processo de disputa na CNI (Confederação Nacional da Indústria) entre as novas lideranças do empresariado e os antigos dirigentes sindicais. Em 1980 esta disputa também ocorre na mais importante federação patronal do país: a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). A chapa de oposição, liderada por Bueno Vidigal, derrota a candidatura de Teobaldo de Nigris, há catorze anos na presidência da entidade, com o apoio das associações extra-corporativas, principalmente as ligadas ao setor de bens de capital e intermediários (como ABDIB, ABINEE e ABIMAQ), defendendo maior autonomia para a FIESP e para as entidades extra-corporativas diante do governo (*Movimento*, 5/5/1980, p. 12-13).

Os limites corporativos do compromisso das frações burguesas com o processo de transição à democracia ainda se evidenciam na posição dos líderes empresariais, mesmo aqueles considerados mais liberais, diante dos movimentos grevistas. Na greve metalúrgica de 1980, o empresariado não só se isenta da negociação com os trabalhadores aceitando as regras salariais impostas pelo governo, como apoia a violenta repressão que se abate sobre o movimento operário e se recusa a reconhecer a legitimidade da greve. Bueno Vidigal defendeu o “endurecimento” contra os grevistas, enquanto Cláudio Bardella só aceitava negociar com os trabalhadores após o final da greve (*Movimento*, 5/5/1980, p. 13).

Em outubro de 1980, os dez empresários eleitos como os mais representativos pelo Fórum da *Gazeta Mercantil*, além de três eleitos em anos anteriores, divulgam um

documento em que condenam uma estratégia econômica recessiva para enfrentar a crise econômica, mas apóiam vivamente a condução da Abertura pelo presidente Figueiredo. Além disso, visitam o presidente, reafirmando seu apoio e ouvindo do mesmo o compromisso de ouvir o empresariado nas decisões importantes nas áreas econômica e financeira. Entre os treze líderes que assinaram o documento, além de Bueno Vidigal contam-se sete dos oito signatários do chamado “Documento dos Oito” de 1978 (Cláudio Bardella, Antonio Ermírio de Moraes, José Mindlin, Paulo Vellinho, Paulo Villares, Jorge Gerdau e Laerte Setúbal), o que indica o grau de acomodação das frações hegemônicas do bloco no poder com o governo militar nesta conjuntura (DINIZ, 1988, p.173-175).

2.2 - A oposição *antiautocrática* diante da estratégia de contenção da *crise conjuntural*

Paralelamente, as contradições do governo militar com a oposição *antiautocrática* se aguçam nesta conjuntura, com a intensificação das ações repressivas sobre os movimentos sociais das classes subalternas. Aliás, a posição de endurecimento tomada pelo governo diante da oposição *antiautocrática* é um fator decisivo para viabilizar sua recomposição com as diversas frações hegemônicas do bloco no poder, indicando mais uma vez os limites autocráticos do processo de *Abertura*. As contradições mais agudas se manifestaram nas relações do governo com a cúpula progressista da Igreja Católica, particularmente com a CNBB, organicamente vinculada à emergência do protesto popular, e com o movimento sindical.

2.2.1 - A Igreja Católica e a autocracia burguesa

Já localizamos o avanço de uma postura *antiautocrática* na alta cúpula da Igreja Católica, na conjuntura posterior ao Pacote de Abril. Informada pelo avanço político e organizativo dos movimentos sociais das classes subalternas, particularmente aqueles ligados às CEBs, e dirigida pela “ala progressista” dos bispos brasileiros, a CNBB intensifica suas críticas em relação à passagem da distensão à abertura e ao modelo de desenvolvimento capitalista, obrigando até mesmo a chamada “ala conservadora” a adotar uma posição mais crítica. Após as reformas institucionais de 1978 e a aprovação da Lei de Anistia, a ação da Igreja passa a ser cada vez mais orientada para o fortalecimento da participação popular na disputa política, substituindo a questão dos direitos humanos como

centro de suas preocupações políticas. Dessa forma, as contradições com o governo adquirem uma nova configuração, radicalizando-se progressivamente de 1979 em diante. Na verdade, este processo consolida a evolução da postura de oposição da alta cúpula da Igreja Católica, já localizada na fase anterior, passando de uma posição anticesarista para outra, de caráter antiautocrático.

Dois meses antes da posse de Figueiredo, em janeiro de 1979, o Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) publica um documento denominado “A repressão na Igreja no Brasil. Reflexo de uma situação de opressão (1968-1978)”, a partir de uma pesquisa feita a pedido do cardeal-arcebispo de São Paulo, D. Evaristo Arns, e do bispo de Goiás, D. Tomás Balduino. O documento denunciava a prisão de 122 clérigos e de 273 agentes de pastoral nos dez anos abordados, além de elencar 30 casos de bispos pressionados de diversas maneiras pela repressão. A reação do governo foi negativa questionando os dados anunciados e desacreditando a pesquisa (*O Estado de São Paulo*, 24/1/1979, p.94). Em abril de 1979, é divulgado que o CISA (Centro de Informações da Aeronáutica) elaborou um relatório sobre a “infiltração comunista” na Igreja em 1974, confirmando que a instituição foi alvo do aparelho de repressão e de informações. O presidente da CNBB, D. Aloísio Lorscheider, rebateu a denúncia, afirmando que o marxismo nada tem a ver com o cristianismo, utilizando um argumento que será repetido diversas vezes nesta conjuntura para demarcar a ação da Igreja em relação à esquerda marxista (*Folha de São Paulo*, 11/4/1979, p.120-122). Ainda em abril, D. Evaristo Arns declara o apoio da Igreja às greves do ABC Paulista, à autonomia sindical e à luta para levantar a intervenção do Ministério do Trabalho sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (*Folha de São Paulo*, 11/4/1979, p.122). O apoio às greves dos trabalhadores foi confirmado por documento da CNBB, divulgado em maio, que denunciava a greve como consequência da injusta distribuição de renda e defendia a dignidade do trabalho e os direitos dos trabalhadores (*O Estado de São Paulo*, 18/5/1979, p.132).

Como havia uma distância entre o projeto de Lei de Anistia aprovado pelo governo e o defendido pela oposição, inclusive pela Igreja, os encontros entre Figueiredo e a cúpula da Igreja neste período foram marcados por relativo ceticismo dos bispos, quanto à melhoria das relações entre o governo e a Igreja e não avançaram efetivamente na criação de um campo de interlocução entre ambos (*Folha de São Paulo*, 11/3/1979, p.104-105; *O Estado de São Paulo*, 18/5/1979, p.132).

Em setembro de 1979, a CNBB amplifica suas contradições com o governo, criticando duramente o modelo econômico vigente e a política econômica por este adotada, divulgando o documento “Subsídios para uma política social”. Ao anunciar o documento, D. Ivo Lorscheider, novo presidente da entidade, parte do princípio de que “injustiça social é pecado” e condena o modelo econômico por ser concentrador de renda e ineficaz para combater a inflação e o crescimento da dívida externa. Além disso, denuncia a valorização da especulação financeira em prejuízo do investimento produtivo e a situação social de miséria das populações urbanas. Em contrapartida, defende o aumento dos salários e a estabilização dos preços, a reforma agrária, a revisão do processo de ocupação urbana e a valorização das pequenas e médias empresas (*Jornal do Brasil*, 7/9/1979, p.146; *Folha de São Paulo*, 7/9/1979, p.147). Mais uma vez a demarcação com a esquerda marxista é feita na medida em que o presidente da CNBB afirma que o documento não contém uma pregação marxista e que a entidade não pretende substituir o capitalismo pelo socialismo, separando claramente a “defesa do oprimido” da “ameaça comunista”, conforme avaliação de Florestan Fernandes em entrevista concedida ao jornal *Em Tempo* por ocasião do lançamento de seu livro “A ditadura em questão” (*Em Tempo*, 25/3/1982, p. 4 e 5). Porém, apesar do anticomunismo, D. Ivo expressa claramente o conteúdo antiautocrático do posicionamento crítico da Igreja, diante do governo e do processo de transição democrática, ao vincular a questão econômico-social à questão política, afirmando:

Nenhuma política social será eficaz nem criadora enquanto não se criarem mecanismos atuantes de participação, inclusive de analfabetos, através de uma autêntica liberdade e autonomia sindical, especialmente enquanto não se reconhecer e aceitar o crescimento da organização de um povo que vem criando seus canais de participação, que deseja assumir seu papel no processo de democratização. (*Jornal do Brasil*, 7/9/1979, p.146).

A consequência prática desta perspectiva antiautocrática é o apoio de diversos setores do clero progressista, muitas vezes um apoio orgânico, à criação e organização de instrumentos políticos das classes subalternas que permitissem sua inserção independente na arena da disputa política. A politização das críticas da cúpula progressista da Igreja Católica gerará, por um lado, o engajamento de alguns setores no processo de reforma partidária e, por outro lado, reações contra este processo partidas do governo, da chamada “grande imprensa” e dos setores mais conservadores do próprio clero, que procuram ampliar os canais de interlocução com o governo e limitar suas críticas. Além disso, a

questão da reforma agrária torna-se um problema central nas relações da Igreja com o governo, na medida em que o capitalismo avança no campo através do complexo agro-industrial e que o movimento sindical rural avança em sua organização e radicalidade, muito em função do trabalho político da CPT (Comissão Pastoral da Terra).

Através de dois editoriais publicados em abril de 1980, “Rumos Perigosos” e “Crise do Ativismo”, o *Jornal do Brasil* condena a adoção de “teses marxistas” pela CNBB, consideradas como evidências da crise do ativismo católico e da má formação cultural dos padres, e reproduzindo a concepção autocrática, que informou a Doutrina de Segurança Nacional e o projeto distensionista/aberturista do governo, de que instituições como a Igreja, os sindicatos, o movimento estudantil, particularmente quando ligados às classes subalternas, não podem *fazer política*, pois isto é função exclusiva dos partidos. Mais uma vez é o método autocrático-burguês que separa economia de política, definindo a legitimidade da ação política como uma ação *politicista*, desvinculada dos interesses de classes. Em 1981, o mesmo jornal volta à carga em outro editorial, “Anátema do Araguaia”, criticando a preferência da Igreja por determinados partidos e a sujeição das comunidades de base ao “patrulhamento ideológico-partidário” (*Jornal do Brasil*, 27/4/1980, p.10-11, 30/4/1980, p.13-14 e 25/2/1981, p.122). Esta postura se manifesta também com clareza em palestra proferida na Escola Superior de Guerra em junho de 1980 pelo senador Jarbas Passarinho, líder do governo no Senado, sobre “Os partidos políticos”. Em sua exposição, Passarinho acusa a Igreja de estimular a luta de classes no campo, ao estigmatizar a empresa rural capitalista e adotar uma tendência socializante. Também denuncia o interesse de alguns setores do clero na “derrubada do governo” e seu compromisso em constituir um partido do “socialismo cristão” através do PT (Partido dos Trabalhadores) (*Folha de São Paulo*, 15/6/1980, p.21 e *Jornal do Brasil*, 15/6/1980, p.22).

Em outubro de 1980, militares, como o ministro do Exército Walter Pires e o general Coelho Neto acusam a Igreja de se “imiscuir nos assuntos do Estado”, por ocasião da divulgação de um relatório do aparelho de informações, que detecta a “assimilação das teorias marxistas e sua propagação pelo país por parte da Igreja” (*Folha de São Paulo*, 29/10/1980, p.40). Em março de 1981, o deputado federal Léo Simões (PDS) divulga relatório do SNI sobre a região da Baixada Fluminense (RJ), denominada de “Nova Cuba”, em função da ação pastoral do bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano Hypólito, e da presença de organizações da esquerda marxista, como a Convergência Socialista e o Movimento

Revolucionário 8 de Outubro, no movimento popular e comunitário local (*O Estado de São Paulo*, 18/3/1981, p.124).

Estes exemplos demonstram a permanência no governo e em setores do bloco no poder do tratamento estigmatizante dos movimentos de oposição antiautocrática, enquadrados pela ótica da subversão e da contestação, mesmo após a passagem da *distensão* para a *abertura*. Conforme a avaliação de Fernandes na entrevista já mencionada, expressam também a relativa ineficácia da tentativa da cúpula católica de ultrapassar a “paralisia burguesa”, separando a “defesa do oprimido” da “ameaça comunista” para ampliar as bases populares de sustentação da ordem e fortalecer a emergência de uma “democracia de participação ampliada” sem “reforçar o extremismo” de lado a lado (*Em Tempo*, 25/3/1982, p.4 e 5). Nas condições da autocracia burguesa esta iniciativa é encarada pelo Estado e pelo conjunto do bloco no poder como uma atitude de contestação e ameaça à ordem. Por isto, esta visão estigmatizante obrigou membros da alta cúpula da Igreja a declararem diversas vezes sua discordância com o marxismo e sua posição crítica diante do comunismo e da experiência dos países do Leste Europeu, demonstrando sua funcionalidade na institucionalidade autoritária reformada. Declarações neste sentido partiam tanto de representantes da “ala conservadora”, como o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro D. Eugênio Salles, quanto da chamada “ala progressista”, como o presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheider. Enquanto D. Eugênio afirmava que a Igreja não era uma instituição classista — pois estava voltada para os pobres, mas não excluía os outros cristãos — D. Ivo afirmava a incompatibilidade entre “Deus e Marx”, condenava a possibilidade de legalização do PCB e insistia em que o modelo econômico proposto pela Igreja negava o sufocamento da dimensão social e comunitária do homem no capitalismo, mas também negava o autoritarismo marxista (*O Globo*, 8/11/1980, p.52; *Jornal do Brasil*, 22/8/1980, p.33).

A expulsão do padre italiano Vito Miracapillo do país, em outubro de 1980 com base no estatuto dos estrangeiros, gerou uma crise política entre Igreja e o governo. O padre italiano foi expulso por se recusar a rezar missa no dia da independência, pois considerava que não havia independência a comemorar com a situação social do país. Tal ato de politização de sua ação pastoral gerou a reação radical do governo de expulsá-lo e colocar sob ameaça dezenas de clérigos de origem estrangeira espalhados pelo país, alguns intensamente engajados na luta popular, como o bispo de S. Félix do Araguaia (MT), D. Pedro Casaldáliga. Apesar das tentativas de acomodação e esvaziamento da crise, com

diversos encontros entre membros do governo e representantes do clero, as posições se mantiveram. Enquanto o ministro da Comunicação Social, Said Farhat, insistia na distinção entre ação pastoral, aceita pelo governo, e manifestação política, condenada por ele, diversos documentos são emitidos pela CNBB, através de suas regionais (Regional Nordeste II- Recife, Regional Nordeste III- Salvador e Regional Sul I- São Paulo), condenando vivamente a expulsão do padre e defendendo a continuidade do compromisso pastoral da Igreja (*O Globo*, 4/1/1980, p.46 e 8/11/1980, p.55).

A opção dos setores mais progressistas da Igreja pelo fortalecimento da organização política das classes subalternas avança com a divulgação de diversos documentos visando a orientação político-partidária dos fiéis. O processo de reforma partidária leva os membros da Igreja engajados nos movimentos populares a avaliarem os partidos existentes a partir de seus compromissos com os interesses populares e com sua participação política. Bastante ilustrativo desta orientação é o documento denominado “Sugestões para a atual pastoral na política operária”, elaborado pela prelaia de S. Félix do Araguaia e distribuído por D. Pedro Casaldáliga em fevereiro de 1981 na reunião da CNBB. Primeiramente o documento afirmava que a valorização da ação política da Igreja exigia a discussão e a atuação partidária, particularmente dos leigos e agentes de pastoral. As CEBs deveriam preservar sua autonomia diante dos partidos, sem aderir a qualquer deles, porém deveriam definir exigências e condições para avaliar o conteúdo popular de partidos e governos (*O Estado de São Paulo*, 25/2/1981, p.119-120).

A partir disto, o documento elenca uma série de atribuições e condições que devem caracterizar a pastoral partidária e orientar os militantes. Os principais pontos são o apoio à educação política permanente da comunidade, a opção por um partido popular que vise a mudança social, a luta contra a ditadura e a opressão, a luta pela independência econômica do país e que o mesmo tenha uma orientação socialista, comprometendo-se a “colocar a economia nas mãos do povo”. Além disso, o apoio ao surgimento de líderes populares engajados nos partidos políticos e que mantenham seus vínculos com a comunidade demonstra a intenção de garantir a “conquista e exercício pelo povo do espaço político oficial” e “procurar que a hegemonia do trabalho político-partidário esteja nas mãos do trabalhador”. Os limites da atuação parlamentar são levantados. Segundo o documento, “a solução dos graves problemas do nosso povo é impossível acontecer dentro das regras do parlamento capitalista, por maior ‘abertura’ que possa vir a ter”, por isto, “a nossa luta é pela mudança estrutural da atual sociedade”, porém o partido legal é um

espaço importante para o povo se organizar. Após a colocação destas condições, o documento avalia os partidos políticos existentes, constatando que os movimentos populares optaram pelo PT, pela “corrente popular” do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e por “algumas áreas do PDT” (Partido Democrático Trabalhista) e que o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PP (Partido Popular) são partidos de “oposição vacilante”, pois se opõem ao governo, mas não à “estrutura injusta da sociedade” (*O Estado de São Paulo*, 25/2/1981, p.119-120).

Esta posição antiautocrática, diante da questão político-partidária, aprofunda o processo de politização da prática pastoral e da inserção social de inúmeros setores da Igreja Católica, afastando mais ainda o conjunto da instituição da perspectiva política alimentada pelo bloco no poder e pelo governo frente ao processo de abertura e ligando-a organicamente aos movimentos sociais das classes subalternas. Ao longo do ano de 1981, a defesa do engajamento político-partidário dos agentes pastorais e dos leigos — preservando a autonomia das comunidades — vai se consolidando entre os membros do clero católico, alimentando documentos de orientação pastoral e pronunciamentos públicos. Esta é a posição tirada pela XVI Assembléia do Conselho Pastoral Regional Nordeste II da CNBB em março (*Jornal do Brasil*, 24/3/1981, p.127), e também a posição pública do bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano Hypólito, no mesmo mês (*Folha de São Paulo*, 5/3/1981, p.122-123). A avaliação dos partidos presente no documento da prelazia de S. Félix, também se reproduz em um documento da prelazia de Coari (AM), acrescida da crítica ao “servilismo” do PDS (Partido Democrático Social) ao governo, ao caráter antipopular do PP, “partido dos banqueiros e testa de ferro do capital externo”, à manipulação do PTB pelo governo, ao descompromisso dos liberais do PMDB com “mudanças sociais profundas” e à tentativa de relançamento do populismo pelo PDT por não “acreditar na consciência crítica dos trabalhadores”. O PT é considerado o único partido dirigido pelos trabalhadores e voltado para a sua luta (*O Estado de São Paulo*, 19/8/1981, p.127). Entre inúmeras outras manifestações desta posição destacam-se os documentos da prelazia de Balsas (MA), da diocese de Juazeiro (BA), da CPT Centro-Sul (GO) (*Jornal do Brasil*, 20/9/1981, p.132) e da Semana dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo (*Jornal do Brasil*, 2/8/1981, p.119).

Diante deste processo, novas críticas ao processo de politização da intervenção social da Igreja partem de representantes do governo, como o senador Jarbas Passarinho (*O Estado de São Paulo*, 29/8/1981, p.190), e nem os representantes da “ala conservadora” do

clero ficam imunes. No documento “Educação política — subsídios”, lançado em fevereiro de 1982 pelo cardeal arcebispo de Salvador, D. Avelar Brandão Vilela, a politização da ação da Igreja é defendida e justificada com base na crítica à situação econômico-social do país, na defesa da democracia política, econômica e social e nos princípios da doutrina social católica, apesar da crítica à vinculação partidária dos clérigos e da insistência na liberdade de escolha dos fiéis (*O Globo*, 9/2/1982, p.147).

Diante da preservação do controle seletivo da disputa política pelo governo e pela institucionalidade autoritária, viabilizada pelo processo de *abertura*, os setores majoritários da Igreja Católica propugnaram pela ruptura com o padrão concentrador e socialmente excludente do capitalismo brasileiro e pela ampliação massiva da participação política das classes subalternas. Na arena da disputa política, sua posição foi de fortalecimento da oposição antiautocrática, em contradição aberta com a institucionalidade autoritária, mesmo depois de reformada, o que indica claramente a inflexibilidade do Estado autocrático, mesmo em relação a setores da oposição que não pretendiam ultrapassar os marcos da ordem burguesa, como a cúpula católica.

2.2.2 - O movimento sindical e popular e a perspectiva antiautocrática

Outro foco de contradições entre a oposição antiautocrática e o governo militar, nesta conjuntura, foi o movimento sindical e popular. O confronto estabelecido entre ambos indica os limites autocráticos do processo de *abertura*, e o compromisso do governo em viabilizar a ampliação dos canais de interlocução entre o bloco no poder e o Estado, sem possibilitar que o mesmo também ocorresse em relação às classes subalternas, configurando uma iniciativa central na estratégia de contenção da *crise conjuntural*.

Dando continuidade ao processo de mobilização e organização dos trabalhadores, o movimento sindical amplifica suas lutas, nos anos de 1979 e 1980. O caráter massivo das greves de 1978 se desdobra numa onda grevista muito mais abrangente em termos de categorias, regiões e trabalhadores envolvidos. Segundo Alves (1989, Apêndice-Tabela 11), em 1979 mais de 3 milhões e 200 mil trabalhadores entraram em greve em todo o país, ocorrendo movimentos em 12 estados mais o Distrito Federal e abrangendo as mais diversas categorias, desde metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, trabalhadores das indústrias têxteis e alimentícias, trabalhadores rurais e mineiros, até trabalhadores de transporte urbano, motoristas de táxi, comerciários, bancários,

professores, servidores públicos, médicos, engenheiros e jornalistas. Particularmente as últimas categorias citadas indicam a participação direta dos setores assalariados das camadas tradicionais da classe média urbana, demonstrando que a perspectiva antiautocrática do movimento grevista não se limitava aos operários e aos trabalhadores rurais. Mais uma vez a greve dos metalúrgicos do ABC Paulista, de março de 1979, adquire centralidade no movimento grevista, devido à sua influência política, à capacidade de enfrentamento com o Estado e o capital e ao número de trabalhadores que mobilizou.

Desta vez a preparação da greve contou com a ação decisiva do sindicato de São Bernardo e Diadema, não acontecendo isoladamente por fábrica, mas por toda a categoria como uma greve geral, paralisando aproximadamente 170 mil operários e configurando o avanço da capacidade de representação e de direção dos trabalhadores pela entidade. Novamente a questão econômica definiu o eixo da ação reivindicativa dos trabalhadores, através da luta por reajustes salariais e da melhoria das condições de trabalho. Porém, a dimensão política da greve foi evidente, porque desnudou o caráter de classe do Estado e o compromisso do governo com o capital monopolista, particularmente diante das iniciativas políticas e repressivas tomadas pelo último no sentido de conter o movimento e sua representatividade (ANTUNES, 1988, p. 39-62).

Em primeiro lugar, os sindicatos metalúrgicos do ABC (também os sindicatos de Santo André e de São Caetano) rompem com a condução da campanha salarial pela Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, recusando-se a aceitar o acordo firmado por esta com a FIESP, por este desconsiderar os ganhos obtidos pela categoria nas greves de 1978. Desta forma, a perspectiva da autonomia sindical se realiza na prática, na medida em que a Federação era considerada uma entidade burocratizada e subserviente ao Estado (ANTUNES, 1988, p.43). Em segundo lugar, o movimento grevista assume uma postura de enfrentamento com o Estado e seus mecanismos de controle sobre a estrutura sindical, na medida em que não aceita o “protocolo de intenções” sugerido pelo Ministério do Trabalho como caminho para o acordo, optando pela continuidade da greve, resiste à repressão policial contra os piquetes e manifestações e desconhece a intervenção decretada em 23 de março sobre os sindicatos do ABC. A intervenção visava a arrancar os sindicatos do controle dos trabalhadores e de sua diretoria. No entanto, os dirigentes cassados reassumem o comando da greve fora do sindicato, recompondo sua liderança num momento crítico de desorientação em que a possibilidade de esvaziamento do movimento era real. Esta liderança é decisiva para garantir a aprovação da proposta de suspensão

temporária da greve, em 27 de março, com base numa trégua de 45 dias para que o acordo fosse viabilizado. No entanto, neste período, novas greves por fábrica eclodiram em reação às demissões efetivadas pelas empresas, até que um acordo foi assinado em 13 de maio, suspendendo a possibilidade de uma nova greve geral. Os sindicatos foram devolvidos aos trabalhadores e suas diretorias reconduzidas às funções (ANTUNES, 1992, p. 49-54).

O enfrentamento com o Estado e o capital assumido pela greve geral metalúrgica do ABC Paulista foi decisivo para estimular o avanço do movimento sindical não só entre os metalúrgicos, mas em todo o país. Na cidade de São Paulo, a greve metalúrgica eclode, em novembro, à revelia do sindicato, sendo liderada pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), que conseguiu dirigir o movimento através de subsedes nos bairros, neutralizando a ação da diretoria (FREDERICO, 1991, p. 14). Apesar da violenta repressão — inclusive com a morte do líder operário Santo Dias da Silva nos confrontos com a polícia —, e da declaração da ilegalidade da greve, o movimento prosseguiu até conquistar parte de suas reivindicações (ALVES, 1989, Apêndice — Tabela 11), indicando o nível de ruptura com o modelo ditatorial da estrutura sindical a que o movimento operário havia chegado. As greves metalúrgicas responderam por 50% das greves ocorridas na indústria e por 18.3% do total das greves ocorridas em 1979, funcionando como uma verdadeira vanguarda do movimento operário e dos trabalhadores em geral. Se observarmos o balanço mensal das 430 greves ocorridas neste ano, veremos que o número de greves aumenta intensamente a partir do mês de março. Em janeiro, eclodem 6 greves e em fevereiro 19, mas em março seu número já sobe para 49, em abril 48 e em maio 45. Nos meses de junho e julho ocorre uma queda, 20 e 27 greves respectivamente, mas em agosto o número atinge seu pico com 68 greves, mantendo-se a tendência grevista com 47 greves em setembro, 45 em outubro e 35 em novembro. Apenas em dezembro o número volta a cair para 21 (ANTUNES, 1988, p. 56-57; NORONHA, 1991, p. 105). A onda grevista de 1979 permite que o movimento sindical ultrapasse a postura de resistência e avance a postura de afirmação de sua perspectiva antiautocrática, constituindo-se plenamente num novo sujeito político.

No sindicalismo rural este processo também se faz sentir com grande força, redirecionando sua relação com os movimentos de trabalhadores rurais e com o Estado. Mesmo a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) — considerada a síntese da postura burocratizada, assistencialista e legalista no sindicalismo rural — assume uma postura mais radicalizada e de busca de autonomia, frente ao Estado, sob o influxo das

oposições sindicais apoiadas pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). No III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em maio de 1979 e contando com 1600 dirigentes sindicais de todo o país, esta mudança de rumos do sindicalismo rural é consolidada, pois a realização de uma reforma agrária ampla, massiva e imediata aparece como condição do processo de redemocratização, como produto de um processo de distribuição de terras baseado na participação efetiva dos trabalhadores rurais na sua implementação. O Estado deixa de ser visto como mediador nos conflitos de terra e passa a ser enxergado como aliado do latifúndio, desnudando seus compromissos com a grande propriedade. Esta nova postura se evidencia na defesa da alteração da legislação sindical, de modo a garantir a liberdade e a autonomia sindicais, e na valorização da ação prática e organizada dos trabalhadores como instrumento de luta pela terra, em lugar do legalismo dos encaminhamentos administrativos e burocratizados. Além disso, o Estatuto da Terra é considerado limitado para a realização de uma reforma agrária efetiva, exigindo-se para tal novos mecanismos de desapropriação que impeçam o crescimento dos latifúndios e a especulação fundiária (MEDEIROS, 1989, p. 115-119). Considera-se que a partir deste encontro o movimento sindical dos trabalhadores rurais se consolidou, sob a liderança da Contag, não só frente ao universo dos conflitos pela terra, mas como uma referência para os outros movimentos sindicais do país, conferindo uma relativa unidade entre as lutas populares na cidade e no campo (NOVAES, 1991, p. 180-182).

O compromisso da Contag e das Federações de sindicatos rurais com uma postura mais combativa, neste momento, contrasta com o comportamento passivo da maioria das federações de sindicatos urbanos. Esta postura diferenciada garante a liderança da Contag e “atualiza” sua capacidade de direção sobre as greves que se sucedem no campo a partir do movimento grevista dos canavieiros de Pernambuco em 1979, articulando a luta pela terra à demandas trabalhistas. Apesar de não se reproduzir em muitas regiões do país, devido ao conservadorismo de muitos sindicatos e à espontaneidade de muitos movimentos, esta experiência marca uma forma de luta em que a entidade sindical assumia a condução da luta dos trabalhadores, absorvendo suas demandas e reforçando seu poder de representação (MEDEIROS, 1989, p. 122-135).

Diante do avanço político do movimento sindical, que ultrapassa claramente os limites da resistência e do protesto e assume a postura de auto-afirmação como sujeito político, o governo militar desenvolve uma série de iniciativas para dividi-lo, esvaziar seu conteúdo político e *passivizá-lo*. Através do Ministério do Trabalho, o governo

desencadeia uma política de “abertura sindical”, que abrangia uma “reforma” em alguns aspectos da estrutura sindical,²¹ inserindo modificações que ampliavam o poder de ação dos sindicatos oficiais nas negociações salariais, o comprometimento político com a não-intervenção nos sindicatos e uma nova política salarial (BOITO JR., 1991, p. 69-70). Primeiramente, as alterações na estrutura sindical visavam, por um lado, acatar determinadas reivindicações do movimento sindical mas, por outro lado, preservar o controle do Estado. Desde o final do ano de 1978, o governo pretendia implementar uma política específica que respondesse ao desafio do movimento sindical. As mudanças incorporadas na nova Lei de Segurança Nacional visavam enquadrar a luta reivindicativa dos trabalhadores no campo da contestação, legitimando a repressão do governo. Medidas, como a proibição de greves nos serviços públicos e atividades essenciais, a inelegibilidade sindical de dirigentes e militantes que tiverem direitos políticos suspensos e o enquadramento dos dirigentes sindicais na nova LSN tinham um impacto repressivo considerável sobre o movimento sindical (*Movimento*, 7/5/1979, p. 16-17). Além disso, o próprio empresariado formulava propostas que tratassem da questão conforme seus interesses, como a proposta de reajustes semestrais e de normalização das greves limitando-as por empresa ou setor, apresentada pela FIESP e que gerou reações positivas do governo (*Em Tempo*, 4/12/1978, p. 6).

Em maio de 1979, após a greve geral metalúrgica do ABC Paulista, o novo governo apresenta um projeto de alterações na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que, entre outras medidas, preserva o princípio da unicidade sindical (só um sindicato reconhecido pelo Estado por categoria definida territorialmente), mas abre a possibilidade de que uma nova entidade conquiste a representatividade da antiga, mediante a filiação dos membros da categoria. Dispensa a aprovação dos estatutos da entidade pelo Ministério do

²¹ — Conforme Boito JR., a estrutura sindical vigente no Brasil neste período é baseada na representação sindical outorgada pelo Estado, ou seja, no sindicalismo de Estado, o que permite a “subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado — do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo” (BOITO JR., 1991, p. 50-51). Este padrão de estrutura sindical é dominante no Brasil desde a década de 1930 e foi legitimado, primeiramente, pela “ideologia do populismo sindical”, tipo de “ideologia estatista” no movimento sindical associada à aspiração populista por reformas sociais (BOITO JR., 1991, p. 54-56). A partir de 1964, a estrutura sindical passa a ser regida por um “modelo ditatorial de gestão dos sindicatos oficiais”, baseado num “estatismo de direita” e associado à “manutenção da ordem capitalista dependente”, através de um “sindicalismo conservador”, definido pela despolitização e obediência ao governo, e voltado para “barrar a ascensão das correntes reformistas e revolucionárias no movimento sindical” (BOITO JR., 1991, p. 53 e 57). Por isto, um modelo muito mais rígido e autoritário de controle do Estado sobre os sindicatos. O “novo sindicalismo” combatia muito mais o “modelo ditatorial de gestão” da estrutura sindical do que a própria estrutura do sindicalismo de Estado, como fica evidenciado no caráter *passivizador* exercido

Trabalho, desde que estes estejam de acordo com os deveres e prerrogativas já definidas por lei, transfere para a assembléia geral da categoria a atribuição de aprovar os estatutos e punir os dirigentes sindicais acusados de má gestão dos fundos e também transfere para a justiça do trabalho a atribuição de legalizar e reconhecer acordos e convenções trabalhistas, mantendo o Ministério do Trabalho apenas como mediador. O FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) foi incorporado à Constituição, criaram-se medidas para evitar demissões imotivadas, como uma multa ao empregador por demissão sem justa causa e as possibilidades de uso do fundo pelo empregado foram flexibilizadas (*Movimento*, 14/5/1979, p. 12 e 13).

Além disso, a lei de greve foi incorporada à CLT e as condições para sua deflagração legal foram rigidamente normatizadas, burocratizando o processo, apesar de o quórum mínimo para aprovação da proposta de greve na assembléia geral sindical ter sido reduzido de 2/3 para metade mais um. Ainda, a justiça do trabalho poderia declarar qualquer greve ilegal se considerasse suas reivindicações improcedentes e/ou motivadas por interesses “políticos” e “partidários”. Este princípio de separação entre política e economia (interesses corporativos) também resguarda a possibilidade de o Ministério do Trabalho requerer à justiça a intervenção no sindicato e a destituição da diretoria caso a entidade viole a CLT ou “conturbe a ordem pública” (*Movimento*, 14/5/1979, p. 12-13). Na verdade, a intenção do projeto do governo era justamente *despolitizar* a ação sindical e deslocar o governo do centro da contradição entre os trabalhadores e o Estado burguês, transferindo o núcleo legal do poder tutelar estatal do poder Executivo (Ministério do Trabalho) para o poder Judiciário (Justiça do Trabalho), e reproduzindo a perspectiva presente no projeto distensionista e nas reformas institucionais.

Avançando sua estratégia de passivização do movimento sindical o governo implanta sua nova política salarial em outubro de 1979. Como vimos, ela também se insere nas tentativas de controle da inflação da nova política econômica adotada a partir de agosto deste ano, pois dimensiona os reajustes salariais pelas perdas passadas, fazendo com que o valor da força de trabalho sempre fique defasado em relação ao valor das outras mercadorias e do ritmo atual da inflação. No entanto, as preocupações principais da nova política salarial eram reduzir a massa salarial, dividir os trabalhadores e enquadrar a negociação salarial, quebrando o poder de mobilização do movimento sindical. Isto fica

pela política de “abertura sindical” sobre ele. Deste modo, a política de “abertura sindical” promoveu apenas reformas e não a extinção do modelo ditatorial de gestão da estrutura sindical (BOITO JR., 1991, p.67-71).

evidente porque a lei salarial estabelecia três patamares de reajuste: acima de 10% do índice de preços ao consumidor (INPC), que media a taxa de inflação, acumulado no semestre para os trabalhadores que ganhavam de um a três salários mínimos, reajuste idêntico ao INPC para os que ganhavam de três a dez salários mínimos e reajuste de apenas 80% do INPC para os que ganhavam acima de 10 salários mínimos. Além disso, a semestralidade do reajuste, ao invés da anualidade que havia antes, contribuía consideravelmente para diminuir o ímpeto grevista de diversas categorias (NORONHA, 1991, p. 106-107).

Além das alterações na estrutura sindical e da nova política salarial, o governo intensifica sua ação repressiva sobre o movimento sindical, recolocando o aparelho de repressão e de informações no centro do conflito político e justificando sua preservação na etapa da *abertura*. No final de 1979, o governo inicia uma escalada repressiva sobre o movimento sindical que se desdobra durante todo o ano de 1980. O primeiro alvo foi a greve dos metalúrgicos de São Paulo, em novembro de 1979, causando uma violenta repressão sobre a OSM-SP e a morte do operário Santo Dias (NORONHA, 1991, p.105). A escalada repressiva atinge o ápice no enfrentamento com o operariado metalúrgico do ABC Paulista, em abril e maio de 1980. Neste novo embate, o governo definiu o enfrentamento com o movimento grevista como o centro de sua estratégia de contenção da crise conjuntural. A cidade de São Bernardo foi sitiada pelas tropas do II Exército, comandadas pelo “duro” general Milton Tavares, os sindicatos sofreram nova intervenção pela justiça do trabalho, a pedido do Ministério do Trabalho, e os dirigentes sindicais foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional (ANTUNES, 1992. p. 63-97). Além disso, com a aceitação do empresariado, o governo dirigiu as negociações com os metalúrgicos, assumindo o comando do enfrentamento com os trabalhadores (ALVES, 1983, p. 196-218). A interferência do governo federal chegou ao ponto de desconsiderar a autonomia do governo de São Paulo, passando por cima da autoridade do governador (*Movimento*, 19/5/1980, p. 3 e 16/6/1980, p. 3).

De fato, a greve dos metalúrgicos do ABC Paulista em 1980 foi a experiência de maior enfrentamento do movimento sindical e popular com o governo e o capital em toda esta etapa do processo de transição democrática. Além da greve ter sido muito mais organizada e prolongada (41 dias) do que as anteriores, com a criação de diversas comissões que dirigiam a greve e com a realização de assembleias massivas, principalmente em São Bernardo, o movimento ainda contava com a solidariedade de

inúmeros movimentos sociais e parcelas da população, sem falar no engajamento orgânico dos familiares dos grevistas em atividades como a arrecadação de recursos para o fundo de greve. Até mesmo os parlamentares e partidos de oposição, que prestaram um apoio limitado e inorgânico ao movimento (mesmo os do PT), se mobilizaram para mediar o conflito com as forças repressivas, dar cobertura pública à posição dos grevistas e preservar sua integridade física (ANTUNES, 1992, p. 71, 75-76). Principalmente, o movimento desmascarou claramente o conteúdo autocrático do processo de abertura dirigido pelo governo militar, evidenciando sua impossibilidade de contemplar a ação independente e autônoma dos operários e demonstrando a contradição entre a dinâmica da sociedade política ampliada e pluralizada pelas reformas institucionais e as demandas político-sociais dos trabalhadores (p. 86). A derrota do movimento grevista era uma condição para o governo afirmar seu projeto de transição democrática e preservar sua capacidade de direção política do processo de abertura. Daí a virulência da ação repressiva e a intransigência diante das reivindicações operárias neste episódio.

O conjunto de iniciativas tomadas pelo governo militar para responder ao desafio operário surtiu o efeito esperado e empurrou o movimento sindical para uma fase de recuo e refluxo do ímpeto grevista, principalmente após a derrota dos metalúrgicos do ABC Paulista em maio. No ano de 1980 o número de trabalhadores paralisados pelas greves caiu significativamente em relação a 1979. Segundo Alves (Apêndice-Tabela12), o número de trabalhadores paralisados caiu para 664 mil, aproximadamente, apesar de o número de estados onde ocorreram greves aumentar para 15. Segundo Antunes (1992, p.96), a cifra de trabalhadores paralisados em 1980 é um pouco maior, 800 mil aproximadamente, porém ainda assim muito menor que os 3,2 milhões de 1979. Nos anos de 1981 e 1982, esta tendência de refluxo se mantém. Fazendo o balanço do número de greves ocorridas nas principais categorias de trabalhadores, Eduardo Noronha (1991, Tabela 1), assinala a ocorrência de 246 greves em 1979, mas uma queda acentuada nos anos seguintes, com 144 em 1980, 150 em 1981 e 144 em 1982. Só em 1983 o número de greves volta a crescer com 393 paralisações. Segundo o autor, colaborou para a continuidade desta tendência a implementação da nova política salarial do governo em dezembro de 1980, que dividiu os trabalhadores mais ainda e intensificou a compressão salarial. Pela nova lei os trabalhadores que ganhavam até três salários mínimos continuariam tendo seus salários reajustados 10% acima do INPC, porém os trabalhadores de faixas de renda superiores teriam reajustes de apenas de 80% do INPC, até cinco

salários mínimos, e de 50% do INPC, de 15 a 20 salários mínimos, respectivamente (NORONHA, 1991, p. 107).

Além das iniciativas tomadas pelo governo, é importante considerar também as próprias contradições vivenciadas pelo movimento sindical, como responsáveis pelo seu refluxo. Entre elas se destacam não só suas divisões internas, mas a própria influência *passivizadora* exercida pela estrutura sindical e pela institucionalidade autoritária reformadas. Primeiramente, é necessário destacar que além da divisão entre os chamados sindicalistas “pelegos”, identificados como subservientes ao governo e aos empresários e responsabilizados pelas práticas burocráticas e legalistas, e os sindicalistas combativos, responsáveis pela emergência do movimento sindical neste período, ainda haviam fortes clivagens entre os últimos. Podemos distinguir três grandes tendências no campo do sindicalismo combativo, também chamado de “novo sindicalismo” e definido pela defesa da autonomia sindical diante do Estado: os defensores da “unidade sindical” — identificados politicamente com as posições do PCB, do PC do B e do MR-8 —, os dirigentes sindicais autênticos — que já ocupavam a diretoria de sindicatos importantes e tinham como grande referência o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema —, e as “oposições sindicais” — que aglutinavam os diversos movimentos de oposição contra os dirigentes sindicais “pelegos” em todo o Brasil e que tinham na Oposição Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) sua principal referência. Leôncio Martins Rodrigues ainda destaca uma quarta posição, identificada por ele de “extrema esquerda”, por basear-se em pequenos partidos leninistas e defender um sindicalismo revolucionário, voltado para a luta pelo socialismo (RODRIGUES, 1991, p. 13-42). No entanto, com o avanço dos embates entre as correntes sindicais esta posição tendeu a se integrar no campo formado pelos sindicalistas autênticos e pelas “oposições sindicais”, sendo muito difícil caracterizar suas críticas às outras tendências como configuradoras de uma posição específica.

Estas distintas tendências no campo do sindicalismo combativo se definiam em relação à estrutura e ao caráter do movimento sindical, e também em relação às suas articulações com o conjunto dos movimentos sociais e com o campo de oposição ao governo militar. A tendência da “unidade sindical” defendia a unicidade sindical, ou seja, a autonomia dos sindicatos diante do Estado, porém não a liberdade de organização sindical, pois considerava que a organização de diversas entidades representativas por categoria enfraqueceria o movimento sindical. Além disso, defendia também a manutenção do imposto sindical, cujo fim era reivindicado pelas outras tendências com base na Convenção

87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Daí a necessidade do sindicato único reconhecido pelo Estado (RODRIGUES, 1991, p. 27-28; GIANOTTI, NETO, 1990, p. 40-41).

Com base nisto, criticavam a proposta de criação de sindicatos alternativos, como forma de esvaziar os sindicatos oficiais, e defendiam a conquista destes sindicatos para transformá-los “por dentro”. Daí a postura de composição dos sindicalistas identificados com esta posição frente a dirigentes “pelegos” nas disputas eleitorais em muitos sindicatos e, posteriormente, no próprio bloco da “unidade sindical” (GIANOTTI, NETO, 1990, p. 32). A experiência mais marcante neste sentido foi a aliança de militantes ligados ao PCB, ao PC do B e ao MR-8, com o antigo dirigente Joaquim dos Santos Andrade na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo após a greve de 1979 (FREDERICO, 1991, p. 15). Esta opção aguçou as contradições dos defensores da “unidade sindical” com a Oposição Metalúrgica (OSM-SP), de agora em diante em campos opostos, como indicam os respectivos textos de avaliação da greve de 1979, citados por Frederico (1991, p. 97-105 e p. 109-123). No plano geral, a “unidade sindical” vinculava a luta do movimento sindical à necessidade de viabilizar uma ampla aliança, entre os setores de oposição à Ditadura Militar, e defendia uma postura prudente nas mobilizações grevistas dos trabalhadores, de modo a evitar que a radicalização desse ao governo a justificativa para um recuo no processo de *abertura*. Daí suas críticas à proposta de greve geral partida das outras tendências sindicais como meio de enfrentamento com o governo (GIANOTTI, NETO, 1990, p. 38). A consequência desta avaliação no processo de reforma partidária foi a defesa da unidade de todos os setores de oposição no PMDB e a crítica à formação do PT (RODRIGUES, 1991, p. 27-28).

A tendência dos dirigentes sindicais autênticos e a tendência das “oposições sindicais” apresentavam maior proximidade entre si e em algumas questões tinham posições concordantes. Por exemplo, ambas defendiam a autonomia dos sindicatos diante do Estado e a liberdade sindical com o fim da unicidade sindical, porém no tocante ao trabalho de base havia uma divergência profunda. Enquanto as “oposições sindicais” defendiam a criação de comissões de fábricas como instrumentos autônomos diante dos sindicatos, os dirigentes autênticos preferiam valorizar a figura do delegado sindical e submeter as comissões à direção do sindicato (RODRIGUES, 1991, p. 28-30). A necessidade de criação de um partido político próprio dos trabalhadores, independente dos outros setores do campo de oposição, principalmente da oposição burguesa, era outro ponto

convergente e amadurece lentamente entre estas tendências sindicais, particularmente após os embates de 1979 e 1980 com o governo. Isto faz com que a postura anterior de apoliticismo e apartidarismo de muitos dirigentes sindicais, como Lula, seja abandonada (RODRIGUES, 1991, p. 20, 29 e 42), contribuindo para a construção do PT.

Deste modo, apesar das diversas iniciativas desenvolvidas neste período para articular os diversos setores do movimento sindical, e até dos movimentos populares, através de um instrumento orgânico de unidade, as divergências e contradições nunca foram superadas. Logo após a Declaração Conjunta de 32 sindicatos em julho de 1978, a perspectiva de atuação unificada entre os sindicalistas combativos aparece novamente no V Congresso Nacional dos Trabalhadores Industriais, realizado no Rio de Janeiro no mesmo mês, com a existência breve de um organismo de coordenação intersindical (RODRIGUES, 1991, p. 15-16). A partir de 1980, esta perspectiva avança com a realização de diversos encontros reunindo dirigentes sindicais, militantes das oposições sindicais, dos movimentos populares e das comunidades de base, além de agentes pastorais da Igreja Católica.

O primeiro encontro com estas características aconteceu em João Monlevade (MG), em fevereiro de 1980. No documento definido pelo encontro, denominado “Proposta para o fortalecimento da atuação sindical” e publicado pela revista *Autonomia* (1980, p.35-37), o modelo econômico vigente era criticado por favorecer apenas a burguesia nacional, as multinacionais e a classe média alta. Além disso, as possibilidades de superação desse modelo por meio da transação política, como pensava a oposição burguesa, mas também do vanguardismo político e do espontaneísmo dos movimentos populares eram consideradas bastante difíceis. Ao contrário, a oposição efetiva ao regime militar e ao seu modelo econômico só é possível através da mobilização política dos trabalhadores no plano sindical e até no plano parlamentar, apesar de suas limitações. A avaliação da situação sindical do país era bastante negativa, destacando-se o chamado “peleguismo”, o sectarismo, a repressão patronal e a legislação repressiva. Daí a necessidade de democratizar a estrutura sindical, substituir a CLT por contratos coletivos de trabalho e articular as reivindicações imediatas com as reivindicações políticas, unificando as diversas iniciativas, respeitando a vontade das bases, garantindo a autonomia dos sindicatos diante dos partidos e articulando os movimentos sindical e popular. A autonomia e a liberdade sindical são defendidas, porém preservando a unidade sindical. Esta fórmula dispensa o reconhecimento de um sindicato único pelo Estado, a unicidade sindical, mas mantém a

necessidade política de unificar a categoria numa só entidade. Por isto, as oposições sindicais são apoiadas desde que reconheçam a legitimidade do sindicato e lutem para democratizá-lo e não para criar outros, dividindo a categoria.

Em julho, um novo encontro é realizado em Taboão da Serra (SP) e denominado de Encontro de São Bernardo, pois sua realização na referida cidade do ABC Paulista foi impossível devido à intervenção no sindicato dos metalúrgicos. Conforme o documento do encontro, denominado de “Documento de São Bernardo” (*Autonomia*, 1980, p.38-42), reafirmam-se as propostas aprovadas em João Monlevade, porém incorporam-se algumas inovações. Primeiramente, a defesa da construção de um partido político das classes populares comprometido com sua libertação, reconhecendo a importância da atividade partidária e do combate ao apoliticismo, porém sem dar prioridade à atuação parlamentar e preservando a autonomia dos movimentos sociais. Também é incorporada a necessidade de criação de uma estrutura sindical autônoma e democrática, por meio de uma central única dos trabalhadores, e a articulação entre os trabalhadores rurais e urbanos é defendida, até mesmo com a inclusão da reivindicação por uma reforma agrária. Por influência dos agentes pastorais e dos militantes de movimentos populares, o movimento sindical é entendido como parte do movimento popular, avançando na perspectiva de unificação dos movimentos sociais. Por fim, é proposta a realização de um Conclat (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras), que seja a “expressão democrática do movimento sindical do campo e da cidade”.

Em setembro de 1981 acontece o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) em Nova Iguaçu (RJ), que aproxima os dirigentes sindicais autênticos e a maioria das “oposições sindicais”, buscando a unidade de ação das forças que lutavam por um “sindicalismo independente, livre, autônomo e democrático”. A participação das “oposições sindicais” num encontro que pretendia unificar os esforços dos que lutavam contra a estrutura sindical era considerada um fator de divisão do movimento pelos sindicalistas vinculados à tendência da “unidade sindical”, afastando-os mais ainda dos sindicalistas autênticos. Este afastamento era corroborado pelo processo de reforma partidária, pois os sindicalistas autênticos e as “oposições sindicais”, além dos movimentos ligados à Igreja Católica e grande parte da esquerda marxista, apoiavam a formação do PT (RODRIGUES, 1991, p. 24-27).

A unificação orgânica entre os movimentos sindical e popular era outro elemento de profunda discordância entre as tendências sindicais. Particularmente os

sindicalistas ligados à “unidade sindical” se opunham a esta iniciativa, devido à especificidade de cada um e por defenderem uma central unicamente sindical, formada pelos sindicatos, federações e confederações. Os sindicalistas ligados ao PCB já não participam do Encontro de Vitória (ES), realizado em junho de 1981. Entretanto, a participação de entidades e movimentos populares e não-sindicais, como o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), aumenta em relação às entidades sindicais, acelerando o processo de unidade. O encontro seguinte, realizado na cidade de Goiânia (GO) em junho de 1982, já foi oficialmente denominado de IV Encontro Nacional da ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical). Este encontro já ocorreu após a realização da primeira Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) e tinha por proposta principal a luta pela criação de uma “CUT pela base”, ou seja, que não se limitasse apenas às entidades sindicais da estrutura oficial, sindicatos, federações e confederações, mas que garantisse a participação orgânica dos movimentos populares em seu interior (RODRIGUES, 1991, p. 21-22). A idéia de uma central de todos os trabalhadores rompia com a perspectiva autocrática, alimentada pelo governo e pela oposição burguesa, de limitar a ação político-social dos trabalhadores a uma dimensão meramente corporativa. Ao contrário, a ação político-social dos trabalhadores adquiriria um caráter ético-político, que superava sua dimensão econômico-corporativa e se colocava na arena da disputa política como representativa de interesses *universais* (GRAMSCI, 1976, p. 49-50), abrangendo o conjunto das classes subalternas e portando uma vocação virtualmente contra-hegemônica.

No entanto, como o próprio encontro de Goiânia indica, esta perspectiva não foi vitoriosa na primeira Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), realizada na cidade de Praia Grande (SP) em agosto de 1981. Reunindo mais de 5.200 sindicalistas representantes de 1.126 entidades sindicais e pré-sindicais, a Conclat contou com a participação de todas as principais tendências do movimento sindical e com entidades representativas das mais variadas categorias e segmentos de trabalhadores (480 sindicatos urbanos, 33 federações urbanas, 384 sindicatos rurais, 17 federações rurais, 32 associações de funcionários públicos, 176 associações pré-sindicais e 4 confederações), faltando, porém, os representantes dos movimentos populares. Deste modo, a conferência teve um caráter estritamente sindical, não garantindo na prática a proposta de articulação orgânica entre os movimentos sindical e popular. As bandeiras políticas tradicionais do movimento sindical, além do direito de sindicalização dos funcionários públicos, foram aprovadas, porém a defesa da liberdade e da autonomia sindical não se fez acompanhar do apoio à

proposta da pluralidade sindical, que foi rejeitada (RODRIGUES, 1991, p.30-32). Este ponto é importante, pois evidencia o peso da estrutura sindical oficial no horizonte político do movimento sindical e os limites da unidade entre as diversas tendências sindicais na conferência. A rejeição da pluralidade sindical significava a defesa de um só sindicato por categoria, apesar da possibilidade de se criar outro sindicato que viesse substituir o oficial fosse considerada legítima e democrática. Esta posição pode ser explicada pela presença desproporcionalmente maior de dirigentes sindicais, 2/3 dos delegados, em relação aos militantes sindicais que não participavam de diretorias sindicais (*Autonomia*, 1981, p. 4-6).

Deste modo, o movimento sindical não ia muito além do que a própria reforma da estrutura sindical implementada pelo governo já estabelecia. O desdobramento desta questão se apresentava na recusa dos representantes da tendência “unidade sindical” e dos sindicalistas “pelegos” em aceitar a diminuição do peso das federações e confederações em favor da maior participação das oposições sindicais na central sindical que se queria construir (RODRIGUES, 1991, p.33). Assim, a conferência foi polarizada todo o tempo entre um bloco formado pelos representantes da “unidade sindical” (PCB, PC do B e MR-8), os “pelegos” e os representantes da Contag e outro bloco formado pelos sindicalistas autênticos, as “oposições sindicais” e os militantes ligados à Igreja Católica, com cada bloco lançando uma chapa para a formação da Comissão pró-CUT, encarregada de preparar e convocar um encontro de fundação da Central no ano seguinte (*Em Tempo*, 3/9/1981, p. 4-5). Após muitas divergências, até mesmo perpassadas pelas distintas opções partidárias assumidas pelos delegados, a Comissão pró-CUT foi criada com a composição de representantes das duas chapas, prevalecendo o critério de participação das diferentes correntes ideológicas sobre o da representatividade numérica. No entanto, a unidade presente na comissão era artificial, como indicará a relativa inércia de 1982 e o processo de convocação do congresso de fundação da CUT em 1983, do qual os sindicalistas da “unidade sindical” não participaram.

Portanto, se por um lado o governo militar e o bloco no poder desenvolvem iniciativas no sentido de conter a capacidade de enfrentamento do movimento sindical nesta conjuntura, por outro lado o próprio movimento é incapaz de viabilizar uma ação unificada contra a estrutura sindical e a estratégia governista de passivização. Aliás, o próprio processo de crítica e denúncia da estrutura sindical oficial não se desdobra em todas as suas conseqüências. Além da preservação de dirigentes “pelegos” em muitas entidades importantes, elementos fundamentais da estrutura sindical, como o sindicato

único por categoria, eram incorporados ao horizonte de reivindicações de setores expressivos do novo sindicalismo. Percebe-se esta incorporação não só entre os sindicalistas ligados à tendência “unidade sindical”, mais preocupados em resguardar a especificidade do movimento sindical diante dos movimentos populares e preservar sua estrutura orgânica, mas também entre os representantes dos sindicalistas autênticos, como indica sua posição relativamente reticente diante das “oposições sindicais”.

Além disso, o próprio fracasso das tentativas de unificação orgânica entre os movimentos sindical e popular, como é demonstrado em todo este processo e na trajetória futura da CUT, evidencia o peso de uma perspectiva corporativa, em última instância legitimada pela estrutura sindical oficial, sobre a ação político-social do novo sindicalismo. Isto sem falar em setores importantes do movimento sindical e grevista, cuja principal reivindicação era o direito de constituir sindicatos reconhecidos pelo Estado, como os funcionários públicos. Deste modo, neste período, o que ocorre é a crise do modelo sindical da Ditadura Militar, devidamente atenuada pela reforma de 1979 e 1980, e não da estrutura sindical (BOITO JR., 1991, p. 67-71), o que contribui decisivamente para a contenção da *crise conjuntural* nesta fase de abertura.

A recomposição do bloco no poder com o governo e o tratamento dado pelo Estado ao processo de afirmação da oposição antiautocrática, nesta fase de passagem da *distensão* à *abertura*, configuram seu caráter autocrático-burguês. Mais do que isto, configuram a centralidade da preservação do cesarismo militar para o bloco no poder, como elemento dirigente e mediador do conflito político, capaz de selecionar socialmente a inserção dos atores políticos na arena da disputa política ampliada e pluralizada pelas reformas institucionais. A dinâmica de seletividade do conflito político fica preservada na institucionalidade autoritária reformada, porém é tremendamente confrontada pela evolução do protesto popular de uma postura de resistência para outra, de sua autoafirmação como sujeito político e social. Neste confronto, o bloco no poder e o governo militar utilizaram todo o *instrumental repressivo e passivizador*, tornado disponível pela institucionalidade reformada e pelo cesarismo militar preservado, delimitando claramente o horizonte burguês da democratização desejada.

Para o sucesso desta empreitada, o governo contou também com os próprios limites da oposição antiautocrática, incapaz de desdobrar um compromisso orgânico com a superação da ordem social burguesa e com o modo de produção capitalista, a partir de sua perspectiva de enfrentamento com a autocracia burguesa. Diversos setores da oposição

antiautocrática assumiam este compromisso, às vezes perdendo a mediação entre luta democrática e luta socialista, porém sua postura não era majoritária e nem dirigente. A resistência da cúpula da Igreja Católica, em sua maioria, em condenar o capitalismo totalmente, e não só seus aspectos mais violentos e opressivos, além da insistência em se delimitar em relação ao marxismo e à tradição comunista são indicativos destes limites. Também indicativos destes limites são a dificuldade, quase intransponível, dos movimentos popular e sindical em articular organicamente suas lutas, e a própria resistência do movimento sindical em romper com a estrutura sindical em todas as suas dimensões, sedimentando-se unicamente a partir da organização livre e autônoma dos trabalhadores e não do aparelho sindical legalizado.

Deste modo, a transformação da *crise conjuntural* numa *crise de hegemonia* não se realiza nesta etapa. Os elementos desagregadores da ordem que aquela continha são devidamente contidos e submetidos à perspectiva de manutenção desta ordem, a começar pela recomposição do bloco no poder. Sendo assim, a estratégia da *revolução passiva*, presente originalmente no projeto da distensão, pode ser visualizada novamente neste momento em que a ampliação e pluralização da arena da disputa política configuram o processo da *abertura*. Por isto, nesta etapa ela não se esgota nas iniciativas repressivas e passivizadoras assumidas pelo governo para enfrentar a oposição antiautocrática. Pelo contrário, ela se desdobra no processo de reforma partidária e de consolidação do campo de interlocução liberal, que veremos a seguir.

3 - A reforma partidária e a formação dos novos partidos na estratégia de contenção da *crise conjuntural* (1979-1981)

3.1 - A perspectiva autocrática da reforma partidária

Como já assinalamos, o processo de reforma partidária inicia-se com as *reformas institucionais* decretadas no final de 1978 pelo governo. Naquela, ocasião ocorreu a flexibilização dos critérios exigidos para a formação de novos partidos, apontando a perspectiva de fragmentação do MDB, de ampliação da base parlamentar do governo e de canalização da oposição antiautocrática para a esfera de representação política institucionalizada. A reforma partidária feria a concepção original do projeto distensionista de afirmação e valorização do bipartidarismo, como canais exclusivos de manifestação do

conflito político, pois pressupunha a pluralização do sistema de partidos. No entanto, apesar desta alteração quanto à forma do sistema partidário, seu conteúdo continuava informado pela mesma concepção de que os partidos detêm o monopólio da representação política, em detrimento de outros instrumentos de ação política, como os sindicatos, as entidades da sociedade civil etc. Ou seja, com a reforma partidária tratava-se de adaptar o sistema partidário à dinâmica assumida pelo conflito político, na passagem da distensão para a abertura, sem que a sua finalidade original fosse alterada. Portanto, a reforma partidária é uma resposta do governo militar ao acirramento da *crise conjuntural* nesta etapa, particularmente com a emergência do protesto popular, e tem como fundamento sua contenção pela via da canalização do conflito político, para a esfera de representação política institucionalizada.

Como desdobramento disto, visa fortalecer o campo político de apoio à perspectiva aberturista do governo no interior da representação política, isolando a oposição antiautocrática e favorecendo a oposição anticesarista (oposição burguesa). Este é o *campo de interlocução liberal*, localizado fundamentalmente na sociedade política e dependente do fortalecimento institucional da representação política, pois baseado no sistema de partidos, no processo eleitoral e na ação do parlamento. Esta perspectiva fica clara na formulação do seu principal mentor, o general Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil do governo. Mais uma vez, sua famosa conferência na ESG, em julho de 1980, pode ser utilizada para a explicitação de sua posição. De acordo com sua avaliação, na conjuntura iniciada com a demissão do ministro Frota, passando pelo afastamento de Hugo Abreu e pelo esvaziamento da candidatura Euler Bentes, que para nós é a conjuntura de acirramento da crise conjuntural, a polarização entre governo e oposição atingiu uma situação crítica. Na famosa conferência de Golbery do Couto e Silva na Escola Superior de Guerra, em julho de 1980, ele afirma,

Partira-se, em verdade, de uma situação duplamente bipolar — Governo *versus* oposição, Revolução *versus* anti-revolução — sujeita, a todo momento, a perigosas radicalizações, sempre difíceis de resolver ou neutralizar. Não é que aqueles termos polares coalescessem sempre num só dilema — Governo seria, por definição, a revolução no poder ou revolução institucionalizada e legal; a oposição, bifronte, ficaria teoricamente, seja à direita, capitaneada pelos que se intitulariam revolucionários legítimos — os eternos *puros, falcões* ou *jacobinos*, a *linha dura* —, seja à esquerda, em larga faixa bem matizada onde se situariam subversivos, contestadores, insatisfeitos ou saudosistas. (...) Daí a óbvia manobra

que se oferecia ao Governo, em posição frontal forte entre os dois grupos de opositores: mantê-los, sempre que possível, separados e alternar ações de contenção, senão de contra-ataque, entre um e o outro, garantindo, para si mesmo, espaço de manobra cada vez maior e, pois, maior liberdade de ação para concretização de seus próprios objetivos políticos, sem interferências desastrosas ou perturbadoras. (...) A eliminação de um e qualquer daqueles grupos, reforçando o esquema bipolar, levaria, no entanto, à definição de uma só frente de oposição, contínua e não desbordável, contra a qual só caberiam, daí por diante, manobras medíocres de simples empuxo frontal, senão de mútuo desgaste pelo atrito. (...) A estratégia recomendaria (...) pronta desarticulação do sistema oposicionista, propiciando-se o surgimento de múltiplas frentes distintas, em relação às quais voltasse a ser possível levar a cabo novo tipo, mais ampliado, da mesma manobra em posição central que fora penhor do êxito alcançado na fase anterior. A heterogeneidade inata da oposição facilitaria alcançar-se tal objetivo (...). Em termos políticos, estaria aí, à disposição, a tese vigorosa do pluripartidarismo, instituído afinal pelas reformas dos fins de 1979.(CPV, 1995b, p.1)

Neste trecho, percebe-se que o general Golbery concebe sua estratégia de manobra a partir da aproximação entre as dissidências civis e militares do governo e diversos setores da oposição em torno da candidatura Euler Bentes. Segundo sua avaliação, a unificação destas forças numa sólida frente de oposições tiraria do governo a capacidade de direção política do processo de passagem da *distensão* à *abertura*, particularmente após a vitória do governo na sucessão presidencial. Daí a necessidade de desarticular o “sistema oposicionista”, de modo a dividi-lo para ampliar a margem de manobra do governo, o que seria possível com o pluripartidarismo. A divisão da frente única oposicionista cumpriria a função de enfraquecer a oposição em seu conjunto, e também a de desativar a bipolaridade citada, estabelecendo alianças do governo com alguns setores oposicionistas, além de esvaziar a ação política de entidades não-partidárias e de movimentos corporativos que assumem uma postura cada vez mais “contestatória”. Neste ponto, o alvo a ser atingido é indiscutivelmente a oposição antiautocrática, particularmente representada pela Igreja Católica e pelo movimento sindical dos trabalhadores, estigmatizada como “contestatória” e “ilegítima” pela concepção *autocrática e politicista* que separa os interesses sociais-corporativos dos direitos políticos. As funções cumpridas pelo pluripartidarismo na estratégia do governo ficam explicitadas no trecho seguinte da conferência do general Golbery:

Pela dissociação pluripartidária buscou-se melhor caracterização, individualização melhor das forças políticas, através de partidos mais homogêneos e mais autênticos em sua representatividade, acenando-se-lhes com o justo monopólio, entre eles e somente entre eles compartilhando, da ação política, da qual são, de direito, os únicos instrumentos especializados. Antes, pela sua indefinição dentro de um só partido extremamente heterogêneo e a precariedade de uma insegura atuação isolada, as forças políticas oposicionistas acabariam por submergir-se em conglomerados mais amplos que abarcariam desde organizações religiosas e para-religiosas, confundidas numa prática pastoral utopicamente restrita ao campo político, a associações culturais leigas, sindicatos e outras muitas entidades profissionais e até mesmo pseudofilantrópicas, aparentemente não-engajadas. Os verdadeiros agentes no campo político passaram a ser muito mais esses conglomerados do que o próprio partido único da oposição. E nesses conglomerados, (...), as organizações religiosas e para-religiosas assumiriam posição relevante, quase hegemônica.

O ressurgimento da vida partidária, não só reconhecida esta como legítima, mas protegida e mesmo acatada pelo próprio governo, é de esperar-se que recolo *que*, afinal, os partidos em seu papel original de principais atores do campo político, fazendo refluir aos leitos de suas atividades específicas aquelas muitas entidades não-políticas que haviam, extravasando de sua área operacional, usurpado espuriamente aquele mesmo papel como sucedâneos de partidos. (CPV, 1995b, p. 2).

Após elencar uma série de iniciativas condicionadoras da disputa política nas frentes militar, sindical, estudantil, parlamentar e dos meios de comunicação, o general conclui sua avaliação, sugerindo uma estratégia de cooptação de grupos oposicionistas que concretiza a perspectiva de passivização do conflito político de que falamos e avança na consolidação do campo de interlocução liberal. Segundo ele:

Cuidar-se-á de consolidar e, se possível ampliar as próprias forças, mantendo sempre dissociada a frente oposicionista, já agora, também, pelo atendimento privilegiado das pretensões deste ou daquele partido ou grupo, em detrimento dos demais. E isso será tanto mais exequível quanto mais nossos propósitos, sinceros, de liberalização democratizante incluam muitas das aspirações de outros partidos ou grupos, de maior afinidade conosco e cuja aliança ou apoio poderá vir a ser alcançado, numa hábil e esclarecida manobra de cooptação por partes. (CPV, 1995b, p. 3).

Deste modo, a perspectiva autocrática presente no projeto de reforma partidária do governo obedece claramente à tentativa de conter a *crise conjuntural*, isolando a oposição antiautocrática, canalizando sua ação política para a representação política

institucionalizada e atraindo mais ainda a oposição meramente anticesarista. Além disso, o método de separação entre economia e política aparece com toda a clareza nestas formulações. Os partidos gestados por este processo deveriam preservar a condição de partido institucional já apresentada pela ARENA e pelo MDB, pois, além de atuarem para consolidar o projeto distensionista/aberturista do governo, ainda seriam regidos pela institucionalidade autoritária reformada. Neste ponto, voltamos ao nosso conceito de *partido institucional*. Já assinalamos que na etapa inicial do processo de transição, a reativação da esfera de representação política pelo projeto distensionista teve como um de seus aspectos a dinamização da capacidade dos partidos de canalizarem as contradições sociais e os conflitos políticos decorrentes para a arena política institucionalizada. Além de preservar o cesarismo militar, a arena política institucionalizada mantinha a supremacia da esfera de representação burocrática sobre a esfera de representação política. Portanto, a reativação da representação política era determinada pela necessidade, do bloco no poder, de ampliar seus mecanismos de representação direta junto ao Estado, porém sem desativar o cesarismo militar e de modo a impedir a inserção popular nestes mecanismos. Daí o caráter institucional de ambos os partidos: a ARENA por ser o partido do governo e dos setores hegemônicos do bloco no poder, e o MDB por ser o partido da oposição burguesa, orientada pela preservação da autocracia burguesa, apesar da perspectiva anticesarista e da participação minoritária e subalterna da oposição antiautocrática em seu interior.

Consideramos que esta caracterização permite que se compreenda a especificidade dos partidos políticos nas condições da institucionalidade autoritária vigente durante a Ditadura Militar. Portanto, além da definição dos partidos existentes como *partidos burgueses*, sua caracterização como *partidos institucionais* permite a compreensão das relações políticas e sociais presentes no sistema partidário e de suas possibilidades de representação nas condições históricas específicas do cesarismo militar e da supremacia da representação burocrática sobre a representação política. Já assinalamos que o conceito de “partido burguês” é definido por Saes a partir do conceito de “partido de quadros” de Duverger, para avaliar o conteúdo de classe e as características do MDB. Segundo Saes, em seu artigo “De quem é o MDB?” (Em Tempo, 1/3/1979, p. 3), o MDB seria um partido burguês não só devido à hegemonia do médio capital industrial e da média propriedade rural em seu interior, que definiria seu programa liberal democrático, mas também por características organizativas típicas do que Duverger caracterizaria como “partido de quadros”, em seu livro *Os Partidos Políticos*. Estas características seriam o

cupulismo, a frouxidão organizacional e uma estrutura “desmobilizadora”, responsável pela ausência de vínculo orgânico entre o partido e sua massa eleitoral. Os desdobramentos destas características seriam a dominação da massa eleitoral pela direção nacional do partido e desta pela sua fração parlamentar, a fugacidade e a circunstancialidade da vida partidária, o eleitoralismo, o desprezo pelos movimentos reivindicatórios, a corrupção da máquina partidária etc.

Em nossa formulação, estas características são justamente aquelas que definem o MDB, e a ARENA também, como um partido institucional. No entanto, consideramos que este último conceito captura justamente a especificidade dos partidos burgueses inseridos historicamente na institucionalidade autoritária estabelecida pela Ditadura Militar, pois a perspectiva autocrática destes partidos caracteriza-os especialmente em relação a outras formas de partido burguês existentes historicamente no Brasil e em outras sociedades capitalistas. A perspectiva autocrática dos partidos burgueses com que estamos lidando se define justamente por sua funcionalidade como instrumentos de imunização da sociedade política e da arena da disputa política em relação às demandas e aos movimentos das classes subalternas. Esta funcionalidade é devida não só às suas características organizativas e ao seu conteúdo de classe, mas também ao monopólio exercido pelos mesmos e garantido pela institucionalidade autoritária como canais exclusivos da representação política diante do Estado. Este monopólio requer, por consequência, o esvaziamento de todo e qualquer outro instrumento que postule a função de mediação entre a representação política e os interesses sociais concretos. Como os *partidos institucionais* são *partidos burgueses* devido à sua perspectiva autocrática, isto significa, na prática, um veto à inserção das classes subalternas, particularmente as classes trabalhadoras, na esfera de representação política. Esta é a intenção fundamental do governo militar ao promover o processo de reforma partidária, como parte da estratégia de contenção da crise conjuntural e do projeto distensionista/aberturista.

3.2 - Em direção à criação de *partidos institucionais*

Porém, o impacto da reforma partidária de fins de 1978 não surtiu imediatamente o efeito esperado. Durante o ano de 1979, a questão partidária alimentou a movimentação política de diversos grupos políticos e classes sociais. Particularmente, o

MDB foi afetado por este processo, pois sob sua sigla agrupavam-se desde setores não-hegemônicos do bloco no poder, principalmente, até as classes subalternas, subordinadamente. A perspectiva de fracionamento do MDB como grande frente político-parlamentar da oposição era esperada como consequência do processo de emergência do protesto popular, do retorno ao país de diversos líderes opositores exilados, como Brizola e Arraes, e do próprio fortalecimento do *campo de interlocução liberal* após a disputa presidencial de 1978. A partir da divisão tradicional entre adesistas, moderados e autênticos, as diversas forças do partido começaram a se articular no sentido de herdar o espólio do partido após sua divisão. Este fator funcionou como um elemento de contenção da própria divisão, na medida em que cada setor evitava desencadeá-la isoladamente e desse modo deixar o partido para os grupos rivais. Isto evidencia a preocupação em preservar a inserção do partido na arena política institucionalizada, presente no cálculo político de cada grupo, e revela o peso da institucionalidade autoritária na dinâmica da reforma partidária. Mesmo os setores do MDB que propunham a articulação orgânica do partido com a chamada “oposição extra-parlamentar” (movimentos sociais das classes subalternas), dando-lhe um caráter menos institucional, também defendiam a manutenção da unidade opositora e do seu caráter *frentista*.

Esta perspectiva se localiza em representantes do grupo autêntico, como os deputados Aírton Soares, Freitas Nobre, Alberto Goldman e Francisco Pinto, além do suplente de senador Fernando Henrique Cardoso, do ex-deputado Mário Covas e de Miguel Arraes (*Em Tempo*, 4/12/1978, p. 3-5 e 8/2/1979, p. 6; *Movimento*, 5/2/1979, p. 8-9; 19/2/1979, p.10-11 e 21/5/1979, p.7). Algumas destas lideranças, como os representantes do grupo autêntico, admitiam a depuração do partido de seus setores mais moderados e adesistas, mas em nome da unidade o deputado autêntico Alberto Goldman chegava a condenar a proposta de rearticulação do grupo, com vistas à disputa pelo controle do partido, sob o argumento de que qualquer atitude divisionista enfraqueceria a oposição (*Movimento*, 14/5/1979, p.11 e 21/5/1979, p.7). Mesmo as posições mais radicais neste campo, como a do deputado autêntico Lysâneas Maciel que defendia o expurgo dos adesistas e “moderadíssimos”(como Thales Ramalho), defendiam a unidade no MDB expurgado até que este evoluísse para a condição de partido de real representatividade popular, de inspiração socialista e democrática e com a participação dos trabalhadores (*Em Tempo*, 4/12/1978, p. 3-5). Esta postura generalizada de manutenção da unidade é responsável, até mesmo, pela desistência do deputado federal Jarbas Vasconcelos em

concorrer à secretaria geral do partido em favor da permanência de Thales Ramalho no cargo em março de 1979, apesar do avanço significativo dos autênticos na bancada eleita em 1978 (*Em Tempo*, 1/3/1979, p. 3).

Entre os setores moderados, como atesta a posição do senador Franco Montoro, a proposta de manutenção do caráter frentista do MDB também se apresenta com força, com a diferença de que ao invés de defender a articulação orgânica do partido com os movimentos sociais, este setor propunha um avanço no programa do partido com o fortalecimento das demandas econômico-sociais, ao lado das reivindicações político-institucionais, como forma de se aproximar da “oposição extra-parlamentar” (*Movimento*, 5/2/1979, p. 8-9 e 11/6/1979, p. 8-9). Já entre os setores mais moderados e os adesistas, a tese de criação de outro partido adquiria maior ressonância.

Desde 1977, a perspectiva de aglutinação dos setores mais conservadores do MDB com setores dissidentes da ARENA num partido era alimentada por diversas iniciativas, como a “Missão Portella”, a formação da Frente Nacional de Redemocratização e a candidatura presidencial do general Euler Bentes. O referido partido se colocaria no campo da oposição ao cesarismo militar, porém numa perspectiva conservadora e institucional, capaz de lhe garantir amplos canais de negociação e articulação com o governo, com base no encaminhamento do projeto distensionista/aberturista. Esta é, inclusive, uma das intenções do general Golbery do Couto e Silva, ao articular a proposta governista de reforma partidária, ou seja, criar um partido auxiliar de sustentação do governo, ampliando sua base política e parlamentar e consolidando o campo de interlocução liberal. No MDB, esta perspectiva era alimentada por lideranças “moderadas”, como Tancredo Neves e Thales Ramalho, que conseguem aglutinar ao seu lado os setores adesistas, como o governador Chagas Freitas, e isolar os autênticos na composição para o que foi o último diretório nacional do partido, escolhido na Convenção Nacional de outubro de 1979. Sua interlocução com o governo, particularmente com o ministro da Justiça Petrônio Portella no encaminhamento das reformas políticas, e com setores da ARENA, como o ex-governador Magalhães Pinto e o ex-prefeito Olavo Setúbal, garantia-lhes uma base política considerável para a formação do novo partido (*Movimento*, 15/10/1979, p.3-6). No entanto, a perspectiva de herdar o espólio do MDB também se manifesta nesta articulação, como indica a movimentação para sedimentar a aliança com os adesistas na última Convenção partidária.

As posições que mais atuaram na perspectiva de formação de novos partidos tinham uma inserção parlamentar bem menor no MDB, isto quando não tinham uma relação inorgânica e até mesmo de exterioridade com este. Destacam-se nesta posição os movimentos sindical e popular sob a influência decisiva do “novo sindicalismo” e os setores remanescentes do antigo petebismo, articulados numa ponta pelo ex-governador Leonel Brizola e na outra pela ex-deputada Ivete Vargas.

As primeiras propostas de criação de um partido organicamente vinculado aos trabalhadores, nascido de *baixo para cima* e representativo de seus interesses específicos, datam de 1977 e aparecem originalmente nos documentos das organizações da esquerda marxista. Já assinalamos como estas organizações se posicionavam criticamente em relação ao MDB e à estratégia de frente ampla defendida por outras organizações como o PCB, o PC do B e o MR-8. A defesa mais articulada de criação de um partido socialista partiu do Partido Socialista dos Trabalhadores, organização de matriz político-teórica trotsquista que defendia a unidade das organizações revolucionárias num novo partido chegando, inclusive, a se auto-dissolver num movimento pró-partido socialista denominado Convergência Socialista (OZAÍ, s.d., p. 184-190). No entanto, a proposta de criação de um partido dos trabalhadores só será efetivamente fortalecida e amplamente articulada após a emergência do protesto popular em 1978, particularmente pelo movimento sindical. Em dezembro de 1978, a questão é colocada por alguns dirigentes sindicais identificados com o “novo sindicalismo”, como Paulo Skromov (Sindicato dos Coureiros de São Paulo-SP), Henos Amorina (Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco-SP), Lula (Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema-SP), José Cicote (Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André-SP) e Jacob Bittar (Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínea-SP), num encontro entre sindicalistas autênticos ocorrido em São Bernardo (MENEGUELLO, 1989, p. 66-67).

Em janeiro de 1979, a proposta avança com o seu lançamento formal no IX Congresso dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, realizado em Lins (SP). Por ocasião das comemorações do dia do trabalhador, no dia 29 de abril de 1979, Paulo Skromov, Henos Amorina, Jacob Bittar, Wagner Benevides (Sindicato dos Petroleiros de Belo Horizonte-MG) e Robson Camargo (Sindicato dos Artistas) aceleram as discussões lançando um anteprojeto de formação do Partido dos Trabalhadores dividido em “Apresentação”, “Carta de Princípios” e “Plataforma Política” (MENEGUELLO, 1989, p.66-67). Na “Apresentação”, a necessidade de criação do PT é considerada expressão e

conseqüência da ascensão das lutas populares. Na “Carta de Princípios”, as reformas institucionais implementadas pelo governo são avaliadas como uma tentativa de “auto-reforma” do regime militar, o MDB é considerado um partido de exclusiva atuação parlamentar, “juridicista” em sua crítica ao regime, portador de um programa pró-capitalista e impermeável aos interesses dos trabalhadores, e a criação de um “partido dos trabalhadores e sem patrões” é considerada condição para viabilizar a participação política popular, a efetiva democracia e o próprio socialismo. Na “Plataforma Política”, o anteprojeto avança sua perspectiva crítica defendendo melhores condições de vida e de trabalho, um programa econômico de caráter anti-imperialista e anti-monopolista que realize uma reforma agrária e passe para o controle estatal os setores econômicos essenciais, e propõe a luta pelas liberdades democráticas, abrangendo desde a liberdade de organização sindical e popular, a anistia irrestrita, a criação de uma central única dos trabalhadores e o desmonte do aparato repressivo até a convocação de uma Assembléia Constituinte e o estabelecimento de um governo dos trabalhadores (*Em Tempo*, 3/5/1979, p. 5).

Do ponto de vista político, o anteprojeto possui um conteúdo radicalmente antiautocrático e francamente anti-capitalista, avançando até mesmo à formulação da luta pelo socialismo e por um “governo dos trabalhadores”. Isto evidencia que a necessidade de garantir a autonomia dos trabalhadores na arena da disputa política e a sua inserção político-partidária apresentam-se para o movimento sindical e popular como conseqüência do seu avanço político e organizativo, nesta conjuntura, e do próprio caráter autocrático da institucionalidade autoritária reformada. Daí a recusa em manter a unidade da oposição no MDB, vista como danosa para viabilizar a defesa dos verdadeiros interesses dos trabalhadores.

Apesar das críticas aos responsáveis pelo anteprojeto, acusados de “vanguardismo” por lançarem um documento se antecipando aos outros setores que participavam das discussões sobre o PT, em outubro de 1979 ocorre um novo encontro em São Bernardo do Campo que cria um “Movimento pelo PT” e aprova a “Carta de Princípios” e a “Plataforma Política” do anteprojeto. Contando com a participação de representantes de sete estados (SP, MG, CE, PR, RS e PE), o encontro elege uma coordenação nacional provisória, para dirigir as iniciativas relativas à formação do partido, e delibera pela realização de encontros regionais e de um encontro nacional em 120 dias. Da coordenação provisória participam, entre outros, Lula, Jacob Bittar, Paulo Skromov,

Henos Amorina, Olívio Dutra (Sindicato dos Bancários de Porto Alegre-RS), Wagner Benevides, José Cicote, Arnóbio Silva (Sindicato dos Bananeiros da Região do Vale do Paraíba-SP), José Ibrahim (líder da greve de Osasco em 1968), Manoel da Conceição (ex-dirigente de sindicato de trabalhadores rurais no Maranhão retornado do exílio) e o deputado federal pelo MDB Edson Kahir (*Movimento*, 22/10/1979, p. 4).

A “Declaração Política” aprovada no encontro reafirma a necessidade dos trabalhadores superarem a luta econômica e intervirem politicamente com um projeto político e com um partido próprios, por isso repudia a extinção arbitrária dos partidos existentes pelo governo e apóia a formação de uma “frente de massas contra o regime autoritário”. Considera, porém, indispensável a preservação do direito de organização independente de cada corrente política, numa declaração evidente de que o PT se distanciava das propostas de unificação da oposição no MDB. Além disso, o documento defende a autonomia dos movimentos sociais e dos sindicatos diante dos partidos e conclui que o objetivo do PT é o exercício direto do poder político e econômico pelos trabalhadores (PT, 1979).

Nesta altura do processo de reforma partidária, a perspectiva defendida pelos autênticos e por outros setores emedebistas, de articulação no MDB entre a “oposição parlamentar” e a “oposição extra-parlamentar”, começa a ser ultrapassada pelo próprio caráter classista do PT. O princípio de que os trabalhadores deveriam garantir sua autonomia política através de seu próprio partido chocava-se com a proposta de frente oposicionista no MDB. Além disso, a composição política e social do PT, com forte participação dos movimentos sindical e popular, mas com baixa inserção institucional e recusa em abrir-se para setores das classes dominantes, tornava-o inviável para muitos setores emedebistas, preocupados em preservar o espaço político-parlamentar e a interlocução social já obtidos no MDB. Daí o afastamento progressivo entre os articuladores do PT e os emedebistas que defendiam um “MDB frentista” ou mesmo um “MDB depurado”. A pequena participação de parlamentares emedebistas nos encontros pró-PT, a aproximação dos autênticos com setores moderados do MDB para constituição do PMDB a partir do segundo semestre e as críticas à perspectiva petista feitas por parlamentares, como os deputados federais Alberto Goldman e Aurélio Peres, evidenciam este processo (*Movimento*, 30/7/1979, p. 4 e 22/10/1979, p. 4). Em agosto de 1979, o suplente de senador Fernando Henrique Cardoso e o ex-ministro Almino Affonso, retornado do exílio, saem do coletivo de intelectuais e políticos paulistas que colaboravam

no processo de formação do PT e passam a fortalecer a perspectiva de constituição do PMDB (MENEGUELLO, 1989, p. 60-62). Em fevereiro de 1980, o número de parlamentares ligados ao PT limitava-se a um senador, três deputados federais e seis deputados estaduais (MENEGUELLO, 1989, p. 206).

Entre os setores interessados em reorganizar o PTB, a inserção no MDB também é relativamente reduzida: computa-se a inclusão de um senador e 22 deputados federais emedebistas (mais um deputado arenista) no bloco trabalhista criado em 1979, oriundos principalmente do Rio Grande do Sul, da Bahia e do Rio de Janeiro, apesar da afinidade de mais de 50 parlamentares (emedebistas e arenistas) com o antigo PTB (FLEISCHER, 1988, p. 131). Além disso, os trabalhistas vivem uma divisão irremediável entre a perspectiva defendida por Leonel Brizola e a de Ivete Vargas. Ainda no exílio, Brizola participou de inúmeros encontros com exilados e políticos brasileiros, como Márcio Moreira Alves, Francisco Julião, Doutel de Andrade e os deputados emedebistas Getúlio Dias e Lysâneas Maciel, visando rearticular o PTB em novas bases. Em sua movimentação, Brizola estabeleceu efetiva interlocução com os partidos social-democratas europeus ligados à Internacional Socialista (herdeira da Segunda Internacional), como o Partido Socialista Português e o Partido Social-Democrata Alemão, incorporando a defesa do “socialismo democrático” (em contradição com o “socialismo autoritário” do Bloco Comunista) em sua plataforma partidária. Esta perspectiva também foi fortalecida pelo apoio de intelectuais marxistas independentes, em relação à tradição comunista, como Moniz Bandeira, Herbert de Souza e Theotonio dos Santos (*Em Tempo*, 22/11/1977, p. 4; 1/10/1979, p. 6-7 e 21/6/1979, p. 12). Além disso, o avanço do movimento sindical nesta conjuntura cria a expectativa de atração dos dirigentes sindicais para o novo partido, o que leva Brizola a criticar, até mesmo, a tutela estatal sobre os sindicatos, base institucional do velho PTB (*Em Tempo*, 9/7/1978, p. 12).

Enquanto Brizola procura dar uma configuração popular e de esquerda ao seu partido, Ivete Vargas se movimenta para refundar o PTB numa perspectiva diferenciada. Sua perspectiva é muito mais conservadora e fisiológica, procurando atrair até mesmo setores da ARENA paulista, como Rafael Baldacci e Maluly Neto, e dirigentes sindicais “pelegos”, como o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade. Além disso, Ivete Vargas recusa qualquer vinculação do PTB com a Internacional Socialista e critica abertamente o compromisso socialista e as posições marxistas presentes na articulação brizolista como posturas antagônicas à sua perspectiva

de nacionalismo e de trabalhismo (*Em Tempo*, 11/1/1979, p. 10). As negociações com setores arenistas contavam, inclusive, com o apoio do governo militar, o que se confirma na pressão exercida pelo governo sobre a justiça eleitoral para conceder o registro provisório do partido a Ivete Vargas, em maio de 1980 (FLEISCHER, 1988, p.154). Desde abril de 1979, as duas facções entraram com pedidos separados de registro do partido no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) demonstrando a total inviabilidade de unificação das duas facções (*Em Tempo*, 12/4/1979, p.3). Desta divisão no campo trabalhista emergirão o PTB e o PDT, em 1980.

Toda esta movimentação evidencia a insuficiência da reforma partidária aprovada no final de 1978, para submeter a arena da disputa política às tarefas político-institucionais pretendidas pelo governo em sua perspectiva de contenção da crise conjuntural. Isto porque além dos setores hegemônicos do MDB resistirem às pressões internas e externas pelo seu fracionamento, os critérios exigidos para a formação de novos partidos inviabilizavam a legalização das novas propostas partidárias, pois nenhuma delas havia conseguido a adesão de, no mínimo, 42 deputados federais e sete senadores. Esta situação tornava a existência dos novos partidos precária e permanentemente ameaçada pelo peso institucional do MDB, pois somente com as eleições de 1982 o registro definitivo poderia ser obtido mediante a conquista do número de votos exigido. Deste modo, a criação de um partido auxiliar do governo e o isolamento institucional dos movimentos sociais das classes subalternas no plano partidário poderiam não ocorrer, contidos sob a *cobertura institucional* representada pelo MDB. Por isto, o governo envia ao Congresso um projeto de lei partidária em outubro de 1979, cuja principal medida era a extinção do MDB e da ARENA, forçando a reestruturação partidária.

O projeto do governo foi aprovado em novembro de 1979 com algumas flexibilizações, incluídas pelo substitutivo do senador arenista Aderbal Jurema, por 270 a 177 votos. O MDB fechou questão contra o projeto, mas foi derrotado, com exceção do artigo que propunha a sublegenda para as eleições municipais, derrubado pela oposição com o apoio de dissidentes arenistas. Os critérios exigidos para a formação de novos partidos foram flexibilizados em alguns pontos importantes, como a redução de onze para nove do número de estados onde o partido deveria se organizar, a redução de um terço para um quinto do número de municípios por estado onde os partidos deveriam possuir diretórios, a ampliação de oito para doze meses do prazo de organização dos partidos e a redução de seis para um do número mínimo de senadores filiados exigido para o partido

obter o registro. Esta última medida facilitava o registro, pois mesmo mantendo a exigência de que 10% dos congressistas fossem fundadores do partido para que este fosse legalizado (48 parlamentares), diminuía sensivelmente o quorum exigido no Senado, muito mais difícil de se obter. A alternativa à obtenção do registro pela via da representação parlamentar era a obtenção de 5% dos votos nas próximas eleições distribuídos por nove estados com o mínimo de 3% de votos em cada um, o que só poderia ser confirmado após o pleito de 1982. Além disso, o parlamentar cujo partido não obteve o registro não mais perderia o seu mandato, podendo escolher novo partido em 120 dias. Esta medida contribuía para diminuir a reticência de muitos parlamentares, eleitos em 1978, em participar dos partidos pequenos, facilitando o fracionamento parlamentar do MDB. Finalmente, o governo exigiu que os parlamentares se agrupassem em blocos no Congresso, enquanto os partidos não fossem registrados já a partir de janeiro de 1980, pressionando pela reestruturação partidária (*Em Tempo*, 25/10/1979, p. 3; *Movimento*, 19/11/1979, p. 3 e 26/11/1979, p. 3).

Porém, apesar das medidas flexibilizadoras, a intenção do governo de estimular a criação de partidos de tipo *institucional* ficava contemplada na própria legislação. Na verdade, a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 6767 /79) preservou a lei de 1971, em sua essência, emendando-lhe apenas nos aspectos mais vinculados à conjuntura política. Em janeiro de 1980, o TSE regulamenta o processo de legalização, estabelecendo três meses para regulamentação e fundação (dezembro de 1979 a março de 1980), doze meses para organização e pedido o registro (março de 1980 a março de 1981), três meses para impugnação do registro (março a junho de 1981) e de um a até vinte meses para o funcionamento definitivo (julho de 1981 a março de 1983), caso o partido dependa do percentual de votos exigido para seu registro definitivo, o que só seria averiguado nas eleições de 1982 (*Movimento*, 14/1/1980, p. 5). No entanto, é no funcionamento dos partidos que são reforçados mais ainda os aspectos característicos do conceito de “partido burguês”, definido por Saes, e o viés autocrático que os configura como *partidos institucionais* nas condições da institucionalidade autoritária.

O funcionamento dos partidos era rigidamente definido com base numa estrutura hierarquizada e verticalizada, que descia do Diretório Nacional para os Diretórios Regionais e Municipais e ia até os Diretórios Distritais, caso o partido quisesse criá-los. As Convenções nacional, regionais e municipais eram as únicas instâncias de deliberação, excluindo-se o poder decisório de qualquer órgão de base. Os delegados para as

convenções eram eleitos, porém os parlamentares também eram delegados natos, até mesmo beneficiando-se do direito ao voto cumulativo. O voto cumulativo era aceito no caso do convencional que estava credenciado por mais de um título (por exemplo, como parlamentar e como membro do diretório), podendo votar por cada um deles. Além disso, os parlamentares eram os únicos que possuíam “candidaturas natas”, ou seja, nas chapas de candidatos que os partidos apresentavam para as eleições os detentores de mandato parlamentar tinham lugar garantido, independente de aprovação em qualquer convenção. O parlamentar que se opusesse, por voto ou atitude, às diretrizes definidas pelos órgãos de direção do partido poderia perder o mandato (TSE, 1980).

As convenções nacionais ainda careciam de legitimidade e de representatividade nacional, pois, conforme Soares (1984, p.80-84), não passavam de convenções regionais, porque o número de delegados por estados ou territórios onde os partidos estavam organizados, mas não tinham representantes no Congresso, limitava-se a dois. No entanto, nos estados e territórios onde os partidos tinham representantes no Congresso sua representação era composta pela respectiva bancada, além de mais dois delegados por cada parlamentar. Ou seja, a representação dos estados e territórios nas convenções nacionais partidárias era definida pela inserção parlamentar de cada um deles e não pelo número de eleitores ou de habitantes, privilegiando desproporcionalmente aqueles que possuíam parlamentares no Congresso Nacional.

Todas estas medidas demonstram a preocupação fundamental de dar aos partidos um caráter *institucional*, na medida em que sua viabilidade e sua vida interna dependem radicalmente de seu potencial eleitoral e de sua inserção parlamentar. Há até mesmo uma desigualdade orgânica entre o parlamentar, dotado de direitos e atribuições exclusivos, e o militante comum, dividindo o partido entre militantes de primeira e de segunda classes. Deste modo, a dinâmica dos partidos valoriza e reproduz aspectos, como o eleitoralismo, a supremacia da fração parlamentar na direção do partido, o cupulismo, a prevalência de uma relação inorgânica do partido com suas bases eleitorais e a circunstancialidade” da vida partidária. Fenômenos esses, que se devem à centralidade da rotina eleitoral na vida partidária e que caracterizam o “partido burguês”. Ora, nas condições da institucionalidade autoritária reformada, limitar a dinâmica dos partidos à sua inserção eleitoral e parlamentar, na arena da disputa política, significa canalizar o conflito político e as contradições sociais que o alimentam para a esfera de representação política passivizada pela supremacia da esfera de representação burocrática e pelo cesarismo

militar. Ou seja, significa dar aos partidos um caráter institucional e assim submeter o conflito político a uma dinâmica de disputa, que impede seu transbordamento para além da ordem burguesa e da própria institucionalidade autoritária, que garante politicamente sua reprodução social.

Para as diversas frações do bloco no poder, esta dinâmica *passivizadora* do conflito político é não só desejável, como condicional para o encaminhamento de suas demandas junto ao Estado e para a própria sobrevivência da autocracia burguesa. Porém, para as classes subalternas, especialmente para seus movimentos sociais, esta dinâmica é extremamente contraditória com sua perspectiva de autonomia e participação política, funcionando como um elemento central para sua desorganização e desmobilização. Os partidos mais articulados à perspectiva das classes subalternas, mesmo que de forma incompleta, viverão um verdadeiro *dilema institucional* nesta conjuntura, definido pelo conflito entre as demandas por democracia interna e vinculação orgânica com as classes subalternas e as demandas por viabilidade eleitoral e conquista de espaço parlamentar. A reforma partidária completada em 1979 exercerá uma pressão institucional irresistível em favor das últimas demandas, configurando-se como um elemento central na estratégia de contenção da *crise conjuntural* implementada pelo governo militar nesta etapa.

Após o envio do projeto do governo de lei partidária ao Congresso, as propostas partidárias presentes no campo da oposição se consolidam dando origem a cinco partidos. Além dos já citados PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), formam-se ainda o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o PP (Partido Popular). No campo governista, a questão é mais simples, pois 90,5% dos senadores e 86,6% dos deputados federais da ARENA entraram no novo PDS (*Movimento*, 10/3/1980, p. 3). Durante os anos de 1980 e 1981, o panorama partidário é delimitado por estes partidos, porém as disputas por parlamentares, bases e estruturas continuam acirradas, inclusive com a intervenção decisiva do governo conforme a estratégia golberiana de “cooptação por partes”.

O primeiro lance desta estratégia ocorre já em janeiro de 1980, com a morte do ministro da Justiça Petrônio Portella. O desaparecimento súbito do ministro enfraquece a área do governo mais comprometida com o processo de abertura e mais aberta às negociações com os partidos da oposição, pois este era um de seus principais condutores, ao lado de Golbery do Couto e Silva. Porém, a vaga aberta no ministério cria a oportunidade para Golbery frear o processo de debandada de parlamentares arenistas em

Minas Gerais para o PP de Tancredo Neves e Magalhães Pinto. Devido contradições políticas herdadas da estrutura pluripartidária pré-1965, o predomínio de ex-udenistas na ARENA mineira descontentava a sua ala ex-pessedista, levando-a a articular sua entrada no novo PP. A indicação de Ibrahim Abi-Ackel para o Ministério da Justiça garante a permanência de 14 deputados federais mineiros pró-PP no PDS, eliminando o risco de que o partido do governo perdesse a maioria da Câmara dos Deputados (FLEISCHER, 1988, p. 126).

Este episódio ilustra o papel imaginado para o PP, na estratégia de reforma partidária do governo e o padrão de suas contradições com o PDS. Se por um lado o governo estimula a criação do PP para ampliar sua base parlamentar e política, por outro lado, como *partido auxiliar* do governo, o PP deve cooptar os setores conservadores da oposição e não do partido do governo, pois este é o seu *partido principal*. Deste modo, quando a maioria governista na Câmara foi ameaçada pelo PP, o governo reagiu no sentido de refluir o avanço do PP sobre suas bases. A atração do PP sobre as bases governistas estará no centro das contradições entre o governo e o PDS e estimulará outras medidas reguladoras, como o chamado “Pacote de novembro” de 1981. Em março de 1980, o PDS possui uma confortável maioria de 225 deputados federais na Câmara: destes, 201 vieram da ARENA e 24 vieram do MDB. No senado, o PDS também possuía maioria absoluta, pois, dos 67 senadores, 37 eram pedessistas, sendo 36 oriundos da ARENA e um oriundo do MDB. A passagem da ARENA para o PDS foi relativamente exitosa, pois em termos absolutos o partido perdeu apenas seis deputados federais e ganhou um senador. Os 30 deputados perdidos (25 para o PP, três para o PMDB, um para o PTB e um indeciso) foram quase compensados pelos 24 deputados federais ganhos do MDB. Deste modo, a estratégia governista da reforma partidária não causou grandes perdas nas bases do governo no Congresso e ainda possibilitou a formação de um partido auxiliar, além de fragmentar a *oposição institucional* (FLEISCHER, 1988, p. 79).

Para reforçar este processo, o governo resolve transferir as eleições municipais de novembro de 1980, para novembro de 1982, prorrogando em dois anos o mandato dos prefeitos e vereadores. O projeto foi aprovado no Congresso Nacional por decurso de prazo, sob protestos dos partidos da oposição, mas contribuiu para preservar sua fragmentação, na medida em que só PDS, PP e PMDB estariam legalmente registrados para poderem concorrer, o que forçaria os partidos pequenos, PTB, PDT e PT, a abandonarem o trabalho de estruturação e integrarem algum dos grandes, principalmente o

PMDB. Deste modo, o adiamento das eleições evitaria que a estratégia presente na reforma partidária fosse derrotada pela reaglutinação da oposição, ou de grande parte dela, num só partido. Além disso, o governo temia que o PDS perdesse 80% das prefeituras sob seu controle em caso de eleição, o que o enfraqueceria demasiadamente para as eleições de 1982 (*Movimento*, 16/6/1980, p. 3 e 1/9/1980, p.5).

Paralelamente, o governo veta a aprovação da emenda Flávio Marcílio, que recuperava algumas prerrogativas do Congresso, como o fim do decurso de prazo e a capacidade de legislar sobre alocação de recursos do orçamento, indicando sua intenção de manter a supremacia da representação burocrática sobre a representação política (*Movimento*, 13/10/1980, p. 4). Estas medidas têm como contrapartida a aprovação de uma emenda constitucional, partida do governo, que estabelecia eleições diretas para governadores de estado e senadores, em 1982, acabando com a eleição indireta do chamado “senador biônico”. Por outro lado, se estas iniciativas preservavam a intenção original do processo de reforma partidária dirigido pelo governo, também geraram perdas em sua base parlamentar, pois a resistência de setores do PDS ao adiamento das eleições de 1980 e à aprovação das eleições diretas em 1982, além do agravamento da crise econômica, reduziram a bancada do partido governista na Câmara dos Deputados para 213 parlamentares, apenas dois além da maioria absoluta (*Movimento*, 16/6/1980, p. 3). Isto indica que neste momento de reestruturação partidária as relações do governo militar com o PDS são mais instáveis do que com a ARENA na etapa anterior.

3.3 - Os novos partidos

3.3.1 - O Partido Democrático Social

O PDS (Partido Democrático Social) é o maior partido do bloco no poder. Além de possuir uma estrutura de caráter nacional, estando presente em 3.080 dos, aproximadamente, 4.000 municípios do país e em todos os estados e territórios (menos no Acre), o programa do partido e seus métodos políticos evidenciam a reprodução do papel exercido pela ARENA, ou seja, a de ser um instrumento de articulação direta entre as diversas frações das classes dominantes e o Estado, através da esfera de representação política (*Movimento*, 3/11/1980, P. 4). Os métodos políticos adotados pelo partido, vitais para sua própria sobrevivência como partido do governo, reproduzem as tradicionais

práticas patrimonialistas, clientelistas e fisiológicas, típicas da não distinção entre público e privado presente nas relações entre as classes dominantes e o Estado no Brasil (FERNANDES, 1982, p. 64-66). Denúncias de uso da máquina administrativa e de empresas públicas para aliciar filiados e arregimentar recursos são feitas ao partido do governo em todo o país. As convenções partidárias tinham um caráter meramente homologatório, pois as decisões já haviam sido tomadas pelos “caciques” do partido e pelos governos estaduais e federal (*Movimento*, 11/2/1980, p. 5; 13/10/1980, p. 2, 4 e 7 e *Em Tempo*, 3/7/1980, p. 3).

O programa político do PDS refletia sua concepção liberal conservadora e seus compromissos com o cesarismo militar e com a autocracia burguesa. Segundo Abramo, o programa do PDS refletia uma perspectiva política conservadora e até reacionária em alguns pontos. As liberdades fundamentais são defendidas, desde que não firam a “segurança do Estado”, os militares são conceituados como garantidores das instituições democráticas e da soberania nacional, a democracia é identificada com o fortalecimento da liberdade empresarial e da livre iniciativa e o direito de greve é defendido, mas desde que não impeça a “liberdade ao trabalho”, ou seja, o direito dos trabalhadores furarem a greve (ABRAMO, 1980, p.7). Em suma, um programa político que reflete as posições consensuais do bloco no poder acerca do caráter do Estado, da relação entre Estado e economia e dos direitos dos trabalhadores.

O enraizamento do PDS em todo o país expressa sua importância para as diversas frações do bloco no poder como canal de representação de seus interesses. Principalmente as frações não-hegemônicas do bloco no poder, como os grandes proprietários rurais e os médios capitais de origem comercial e industrial, dependem do partido governista para viabilizar o atendimento de suas demandas junto ao Estado. Relativamente subrepresentadas nos canais de representação burocrática, os chamados *anéis burocráticos*, pois não possuem o mesmo nível de organização corporativa e extra-corporativa que as frações hegemônicas, estas frações utilizam prioritariamente os canais abertos pela esfera de representação política para o exercício de sua dominação e de sua inserção no Estado. Já assinalamos que esta é a razão para que durante a Ditadura Militar os mecanismos de representação política não fossem suprimidos, mesmo nos períodos de maior esvaziamento de suas funções em favor da esfera de representação burocrática e do cesarismo militar, pois, antes de tudo, eles funcionam como um elemento decisivo de articulação entre as frações não hegemônicas e hegemônicas do bloco no poder através do

Estado. Mesmo as frações hegemônicas do bloco no poder, como o capital monopolista de origem nacional, externa e estatal, requerem a reativação e ampliação da representação política como indica o seu comportamento após o início da crise conjuntural em 1973-1974.

Deste modo, o processo de ampliação e pluralização da esfera de representação política, do qual a reforma partidária faz parte, fortalece o PDS como instrumento de encaminhamento das demandas do bloco no poder junto ao Estado, apesar de ele ser menor que a ARENA, depender mais ainda dos “favores” do Estado e de ter que “concorrer” agora com outros partidos nesta função (FERNANDES, 1982, p. 64-66). Comparando o perfil sócio-econômico de seus parlamentares com os da ARENA, Fleischer (1988, p. 135-136) localiza o aumento de membros das “classes produtoras” (agricultura, negócios e indústria-transporte) em prejuízo dos “profissionais liberais” (professores, advogados etc). Ou seja, tomando genericamente estes dados e mesmo reconhecendo seus limites para a caracterização do conteúdo de classe do partido, podemos afirmar que o PDS é mais “burguês” e menos “classe média” que a ARENA. Além disso, as diversas crises ocorridas entre o PDS e o governo, nesta fase da reestruturação partidária, indicam seu fortalecimento como canal de representação das diversas frações do bloco no poder. As principais reclamações dos dirigentes partidários nesta fase giravam em torno da defesa de uma postura mais ativa dos parlamentares e governadores na discussão e encaminhamento dos projetos e na barganha por cargos e benefícios, dos efeitos da crise econômica sobre o desempenho eleitoral futuro do partido e das medidas tomadas pelo governo para viabilizar a formação dos outros partidos, o que muitas vezes gerava contradições nos planos local e estadual (*Movimento*, 21/7/1980, p. 3). Esta postura do PDS diante do governo militar indica as contradições entre este e as diversas frações do bloco no poder, e a sua própria eficácia como *partido institucional*, capaz de canalizar as demandas burguesas sem questionar o cesarismo militar.

3.3.2 - O Partido Popular

O PP (Partido Popular) também funciona como um partido do bloco no poder, apesar de ser bem menor do que o PDS, e de adotar uma postura de oposição moderada diante do cesarismo militar. No entanto, é justamente esta postura que o qualifica como o principal partido do campo de interlocução liberal, na medida em que pode estabelecer a

ponte entre o governo e seu partido e os setores hegemônicos da oposição. Esta perspectiva moderada e conciliadora diante do governo fica evidente no próprio discurso de Tancredo Neves, ao anunciar a formação do partido, no Senado, assim que o bipartidarismo foi extinto, em novembro de 1979. Segundo ele:

A radicalização política,(...), é o grande mal que nos ameaça. Nem o governismo, incondicional e obliterante, e nem o oposicionismo passional e subversivo. (..) Esse maniqueísmo levará a Nação à exasperação e ao caos, retardará a restauração da democracia plena, agravará todos os nossos problemas, já de si extremamente complexos, o que só pode interessar às forças da desagregação social.

Meditando e estudando este quadro, chegamos à conclusão que uma nova opção política seria um serviço, do mais alto patriotismo, ao Brasil. Ela funcionaria como força de contenção do arbítrio e de neutralização dos impactos da radicalização das oposições. Seria um centro amortecedor dos conflitos de grupos intransigentes e inflexíveis, oferecendo a grandes e numerosos segmentos de nossa sociedade a oportunidade de se situarem, participando do quadro partidário nacional, sem lesarem sua consciência e sem violentarem seus sentimentos (DELGADO, 1988, p. 177).

A vocação autocrática e o caráter institucional do PP evidenciam-se com clareza nesta verdadeira “declaração de princípios”, bastante semelhante à estratégia de contenção da crise conjuntural apresentada pelo general Golbery do Couto e Silva em sua conferência. O objetivo do partido é restaurar a democracia, por isto ele está na oposição, porém evitando a todo custo que este processo desencadeie a “desagregação social” e a ascensão política daqueles que a desejam, justamente através da ação de contenção e mediação do conflito político exercida pelo PP. Com esta perspectiva, o PP torna-se atraente para setores importantes do bloco no poder, até mesmo para setores hegemônicos, como o capital bancário, financeiro, o comercial e o industrial, aglutinando desde dissidentes arenistas até adesistas e moderados do MDB. O programa político do partido reflete esta composição social e política. Apesar de criticar a concentração de renda e a submissão da economia às multinacionais, o programa propõe apenas a regulamentação e o controle do capital externo e não a sua nacionalização. Além disso, defende a livre iniciativa, limita o “capitalismo estatal” aos setores estritamente indispensáveis e propõe um nova organização rural que favoreça a empresa capitalista, na medida em que elimina o latifúndio improdutivo e o minifúndio antieconômico (*Movimento*, 7/1/1980, p. 12-13).

No plano político, o programa defende as bandeiras democráticas da oposição, mas numa perspectiva conservadora e autocrática, pois não propõe a extinção de elementos básicos da institucionalidade autoritária, apenas a revisão da Lei de Segurança Nacional e a recomposição do Conselho de Segurança Nacional, “para compatibilizá-lo com o Estado democrático”. Esta postura conciliadora com a institucionalidade autoritária aparece também na proposta de reforma constitucional em lugar da Assembléia Constituinte. Aliás, o PP é o único partido da oposição que não propõe a Constituinte em seu programa (*Movimento*, 7/1/1980, p 12-13). Com estas propostas, o PP enquadra-se no campo da *oposição burguesa*, meramente anticesarista e não antiautocrática, caracterizando-se por ser sua fração mais moderada e conservadora, atraente para amplo arco de forças políticas.

Como assinalamos, as disputas locais e estaduais no campo governista eram problemáticas para o PDS, mas constituíam-se em fonte de aliciamento de quadros para o PP. As sucessões estaduais de 1978 geraram diversos descontentamentos entre setores arenistas preteridos nas indicações governistas. Deste modo, entre os partidos de oposição, o PP é o que mais ganha ex-arenistas, computando-se 25 deputados federais e 4 senadores em março de 1980 (FLEISCHER, 1988, p. 78). A debandada para o PP só não foi maior devido à manobra efetuada pelo governo com a indicação de Abi-Ackel para o Ministério da Justiça. Entre os políticos arenistas que aderiram ao PP, citam-se o senador Magalhães Pinto, o ex-ministro Cirne Lima, o ex-prefeito Olavo Setúbal, os ex- governadores Sinval Guazelli, Jaime Canet, Roberto Santos, José Fragelli e Paulo Egydio Martins, entre outros (FLEISCHER, 1988, p. 126-131; *Em Tempo*, 20/12/1979, p. 15). Além de figuras importantes como Tancredo Neves e Thales Ramalho, contam-se entre os emedebistas que aderiram ao PP o governador do RJ Chagas Freitas e o deputado federal “chaguista” Miro Teixeira. Do MDB o PP herda 43 deputados federais e três senadores, em março de 1980 (FLEISCHER, 1988, p.78). Aqui também a adesão só não foi maior devido à movimentação de Ulysses Guimarães e outras lideranças para manter a unidade do MDB a todo custo, até mesmo, oferecendo funções de influência no partido para parlamentares compromissados com o PP (*Movimento*, 10/12/1980, p. 4). Ao todo, o PP conquista grande inserção parlamentar e institucional, mantendo a terceira bancada do Congresso Nacional durante toda a sua existência. Em março de 1980, o partido possuía 68 deputados federais e sete senadores; em novembro do mesmo ano, foram registradas 869 comissões estaduais em 11 estados do país (*Movimento*, 3/11/1980, p. 4).

3.3.3 - O Partido Trabalhista Brasileiro

Dos partidos surgidos no início de 1980, o PTB foi o que vivenciou a maior crise, porque a divisão orgânica entre a ala liderada por Leonel Brizola e a ala de Ivete Vargas gerou dois pedidos de registro no TSE. Já adiantamos que por pressão do governo este último concede o registro a Ivete Vargas, obrigando a ala rival a fundar outro partido, o PDT. No entanto, quando da decisão do TSE, em maio de 1980, dos 23 deputados federais do PTB, 22 eram ligados à ala de Brizola. Deste modo, a partir da divisão, o PTB passa a atrair mais ainda setores vinculados a uma perspectiva autocrática, como o ex-governador Alacid Nunes, dissidente governista, e o ex-presidente Jânio Quadros, chegando a cinco deputados federais em março de 1981. Com a fusão entre PMDB e PP, o partido absorve os descontentes e aumenta sua bancada no Congresso para 14 deputados federais e dois senadores (FLEISCHER, 1988, p. 131-132). No entanto, a existência do PTB dependia muito mais de sua inserção parlamentar do que de sua organização e seu enraizamento social, pois era o partido que menor número de comissões provisórias municipais possuía quando de seu registro provisório em outubro de 1980: apenas 334 espalhadas por 10 estados (*Movimento*, 3/11/1980, p. 4).

Já destacamos os limites conservadores da concepção trabalhista alimentada por Ivete Vargas e seu grupo. Além disso, a composição política do PTB e seu caráter estritamente parlamentar o enquadram na condição de *partido institucional*, fortemente orientado por uma perspectiva autocrática. Do ponto de vista social, as bases populares mais sólidas que possui estão ligadas aos dirigentes sindicais “pelegos”, como Joaquim dos Santos Andrade, e a líderes carismáticos e personalistas como Jânio Quadros, este último caracterizando uma relação estritamente inorgânica (*Em Tempo*, 14/1/1982, p. 4). Deste modo, o novo PTB não reproduz as características político-ideológicas e organizativas do antigo, também se enquadrando no campo da *oposição burguesa*, como o PP, porém com uma capacidade de autonomia e contraposição em relação ao governo muito menor.

3.3.4 - O Partido Democrático Trabalhista

Já o PDT carrega uma perspectiva político-ideológica muito mais ampla, propondo-se claramente a ser o representante partidário de uma frente policlassista. Segundo Leonel Brizola, esta frente agregaria desde os trabalhadores urbanos e rurais e a classe média até os setores do bloco no poder comprometidos com uma perspectiva nacionalista e democrática, a “burguesia nacional” (*Movimento*, 11/12/1978, p. 4). Nas condições da reforma da ordem social burguesa o PDT carrega uma clara *vocação hegemônica*, alimentada por uma concepção social-democrata de reforma capitalista combinada com os antigos princípios nacionalistas e trabalhistas do velho PTB. Tanto na “Carta de Lisboa”, documento programático aprovado no Encontro Trabalhista de Lisboa (realizado em Portugal em junho de 1979), quanto no programa político do PDT, esta combinação aparece na proposta de uma política de distribuição de renda e de pleno emprego, baseada na intervenção econômica estatal, ao lado de uma postura nacionalista *instrumental*, que propõe apenas a regulamentação do capital externo em defesa das riquezas e da economia nacionais, e de um trabalhismo abstrato, baseado no “primado dos valores do trabalho”. Além disso, a proposta de construção de uma “sociedade socialista e democrática” aparece ao lado da defesa da livre iniciativa, numa típica formulação social-democrata. O avanço do movimento sindical, numa perspectiva de enfrentamento com a estrutura sindical, faz o PDT absorver esta postura e propor a liberdade e autonomia sindical e a eliminação gradual do imposto sindical, mas o antigo viés trabalhista aparece na proposta de criação de um novo “código do trabalho” no qual sejam consagrados os princípios do “direito social” (*Movimento*, 25/6/1979, p. 10 e 7/1/1980, p. 12; *Em Tempo*, 21/6/1979, p. 12 e PDT, 1980).

A valorização positiva das práticas políticas e da mística do velho PTB aparecem com força no novo PDT. No encontro de fundação do novo partido, ocorrido após a perda do registro para a ala de Ivete Vargas, a “Carta-testamento de Getúlio Vargas” é considerada um documento programático do partido, e as críticas às práticas populistas e manipuladoras do velho PTB em relação aos trabalhadores, partidas de setores envolvidos na articulação petista, são rebatidas por Brizola com veemência, acusando tal visão de elitismo, por “renegar as lutas do passado” (*Carta Trabalhista*, agosto de 1980, p. 1-4).

No entanto, nas condições da disputa política definida pela institucionalidade autoritária, sua perspectiva policlassista e sua *vocação hegemônica* ficam bastante enfraquecidas pela formação do PMDB, por um lado, e do PT, por outro. Isto acontece porque, por um lado, a defesa do socialismo democrático, mesmo nos moldes reformistas

do modelo social-democrata, afasta os setores oposicionistas do bloco no poder, mais identificados com o PMDB. Por outro lado, a imagem paternalista e personalista de seu principal líder, Brizola, e o compromisso com o resgate de métodos populistas de ação política afastam os setores organizados dos trabalhadores mais identificados com a perspectiva antiautocrática do PT. Deste modo, o PDT fica a meio caminho entre uma ampla aliança democrática e reformista hegemônica pela burguesia oposicionista e um projeto popular de conteúdo reformista, mas fortemente antiautocrático, pois sustentado pela autonomia política e organizativa das classes subalternas. Deste modo, o *dilema institucional* se reproduz em seu interior, na medida em que seu compromisso ideológico com uma perspectiva antiautocrática, mesmo que mistificada pelo trabalhismo, esbarra nos limites políticos da *oposição burguesa* que exerce no plano prático.

Assim sendo, o PDT não consegue repetir a inserção social e a aliança política viabilizada pelo velho PTB, no período de 1946 a 1964. Na verdade, o PDT consegue uma inserção parlamentar pequena para um partido com perspectiva policlassista. Após a divisão com o novo PTB, o partido fica com apenas 10 deputados federais, todos egressos do MDB, caindo para nove no final de 1981. Dos 22 deputados federais ligados à ala de Brizola antes da divisão, 13 se deslocam para o PMDB, majoritariamente, e para o PT. Somente em 1982 o PDT consegue a adesão do senador Saturnino Braga, insatisfeito com os resultados políticos da fusão entre PMDB e PP no estado do Rio de Janeiro (FLEISCHER, 1988, p.132). Em outubro de 1982, o partido conseguiu o registro provisório no TSE, apresentando 558 comissões provisórias municipais em 11 estados, porém concentrando suas bases nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul (*Movimento*, 3/11/1980, p. 4).

3.3.5 - O Partido do Movimento Democrático Brasileiro

A citada frente policlassista vai se realizar efetivamente no PMDB. Sua justificação básica é a manutenção da *frente oposicionista* presente no antigo MDB, daí a presença do mesmo arco de forças sociais no novo PMDB. O novo partido aglutina desde setores oposicionistas e não-hegemônicos do bloco no poder, como o médio capital

industrial e a média propriedade rural, passando por setores tradicionais da classe média urbana, até parte dos novos movimentos das classes subalternas, tanto urbanos, quanto rurais. Dos partidos de oposição, o PMDB é o que apresenta maior estrutura e a maior inserção parlamentar. Em outubro de 1982, foram registrados 2.137 diretórios municipais em todos os estados e territórios, com exceção do Amazonas (*Movimento*, 3/11/1980, p. 4). A bancada peemedebista no Congresso Nacional subiu de 94 deputados federais e 17 senadores, em março de 1980, para 113 deputados federais e 20 senadores um ano depois (FLEISCHER, 1988, p. 78). Após a divisão do trabalhismo em PTB e PDT, o PMDB ainda ganha mais 9 deputados federais até o final de 1981.

Politicamente, seu caráter frentista se manifesta na polarização entre seus principais setores: os liberais, por um lado, e a Tendência Popular, por outro. Os liberais, amplamente majoritários na direção do partido, eram compostos pela maioria dos moderados, por parte dos adesistas do antigo MDB e por ex-arenistas dissidentes. Já a Tendência Popular foi formada pelos antigos autênticos do MDB, por representantes dos novos movimentos sociais que se vincularam-se ao partido e por personalidades, como Almino Affonso. As organizações da esquerda marxista que defendiam a manutenção da frente ampla contra a Ditadura Militar, como o PCB (CARONE, 1982, p. 255-263), o PC do B (PC do B, 1980 e 1982) e o MR-8 (MR-8, 1982, p. 23-33), mantiveram-se no PMDB e compuseram-se na Tendência Popular, apesar das dissidências surgidas em função deste processo.

No PCB, ocorre um intenso processo de divisão e debate interno, após a volta dos principais dirigentes do partido ao país, em 1979 e 1980. Os pontos divergentes abrangiam desde questões relativas à estratégia revolucionária e ao caráter do partido, até a posição a tomar diante do processo de abertura e de luta pela legalidade do PCB. Além da posição majoritária de apoio ao PMDB, representada pelo Comitê Central, havia as posições dos chamados “eurocomunistas” e de Luís Carlos Prestes. Bastante influenciados pela experiência dos partidos comunistas da Europa Ocidental (italiano, espanhol e francês) e defensores da centralidade da luta democrática na estratégia socialista, os “eurocomunistas” se aproximavam bastante da posição do Comitê Central, na questão relativa à proposta de fortalecimento da “frente democrática” contra a Ditadura Militar, corroborando na prática o apoio ao PMDB (CARONE, p. 310-319). Já o antigo secretário-geral, destituído do cargo em maio de 1980, defendia que a “frente democrática” deveria ser hegemônica por uma “frente de esquerda”, formada por todos os setores políticos e

agrupamentos compromissados com o socialismo, entre os quais o PCB, de modo a impedir a hegemonia das classes dominantes na frente (CARONE, p. 319- 331). O acirramento da disputa leva Luís Carlos Prestes à ruptura com o partido, à denúncia das posições do PCB, do PC do B e do MR-8 e ao apoio ao PT e ao PDT em nível nacional. Os que o apoiaram se dispersarão em diversos grupos, tendendo a seguir suas orientações partidárias (OZAÍ, s.d., p. 173-175).

Neste período também ocorre no PC do B um processo de discussão e divisão. A partir de uma avaliação crítica sobre a Guerrilha do Araguaia e do questionamento da proposta de luta por um “governo das forças democráticas e da unidade popular”, formulação básica que sustentava o apoio ao PMDB, defendida pelo Comitê Central, diversos comitês regionais (da Bahia, de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Pará e do Paraná) iniciam um processo de questionamento das posições da direção partidária que termina com a expulsão dos dissidentes em setembro de 1980 (PC do B, 1980; OZAÍ, s.d., p. 160-162). Este agrupamento mantém sua unidade e resolve optar pelo PT no mesmo ano por considerá-lo um partido mais amplo. Em 1984, o grupo avança em sua organização interna e funda o Partido Revolucionário Comunista (PRC), mantendo sua atuação no interior do PT (OZAÍ, s.d., p. 195-201).

Apesar da perspectiva da unidade da frente oposicionista, defendida tanto por liberais como Ulysses Guimarães e Franco Montoro, quanto por “populares” como Alberto Goldman e Aurélio Peres, o projeto partidário das duas correntes era bastante distinto. Os setores liberais alimentavam no PMDB a perspectiva de partido institucional que o MDB já possuía, ou seja, um partido fortemente inserido na esfera de representação política, definido em sua vida cotidiana pela rotina eleitoral e dirigido pela sua fração parlamentar. Apesar da preocupação em atrair os movimentos sociais das classes subalternas para o partido, principalmente através da inclusão de demandas econômico-sociais em seu programa, nesta perspectiva prevaleceriam o cupulismo como prática política e a supremacia da direção sobre o resto do partido. Além disso, o compromisso oposicionista do partido limitava-se ao anti-cesarismo, o que se evidencia numa postura política de entendimento diante do governo militar e de combate à radicalização do processo político.

Já a Tendência Popular pretendia superar no PMDB os velhos vícios que denunciava no MDB, como o autoritarismo da direção, a falta de vida partidária efetiva e as relações inorgânicas com a “oposição extra-parlamentar” e com os movimentos sociais. O esforço principal da Tendência Popular ocorreu no sentido de vincular organicamente o

partido às classes subalternas, através de sua participação nas instâncias decisórias do partido e de um programa político que incorporasse efetivamente as demandas populares. Segundo documento da tendência, na situação de ascenso dos movimentos populares, o objetivo é transformar o PMDB num verdadeiro partido de massas, que não se limite a ser apenas sua “expressão parlamentar”, mas que garanta sua participação ativa na vida partidária (PMDB, s.d.). O compromisso *antiautocrático* e antiinstitucional do partido pretendido pela Tendência Popular se evidencia justamente neste ponto.

Estas contradições aparecem já no processo de lançamento do novo partido em dezembro de 1979. Apesar de o documento de lançamento do PMDB destacar a disposição dos parlamentares emedebistas de se manterem unidos num único partido e de incorporar em suas bandeiras propostas como a distribuição de renda e a independência econômica do país, além do direito de greve e da liberdade e autonomia sindical, o novo partido deve continuar a luta do MDB sem “adesismos”, por um lado, e sem “radicalizações”, por outro (*Nossa luta continua*, 1980). Enquanto a Tendência Popular defendia a inclusão de não-parlamentares e de representantes dos movimentos sociais na comissão nacional provisória do novo partido, os liberais vetaram a iniciativa, só aceitaram que personalidades não-parlamentares assinassem o documento de fundação e a muito custo retiraram o veto ao nome do ex-governador Miguel Arraes, um dos principais “desafetos” do governo e dos militares, muito mais identificado com a “contestação” do que com a “oposição”. Nesta primeira comissão nacional, o predomínio dos setores liberais era evidente, pois estes detinham oito dos onze cargos (72%), apesar de deterem pouco mais de 60% da bancada na Câmara Federal (*Movimento*, 10/12/1979, p. 4 e 24/12/1979, p. 3).

Apesar das divergências e da disputa interna, a preocupação política com a manutenção da unidade é central para os diversos setores do partido. Para os liberais, a inclusão de demandas populares no programa partidário é fundamental para atrair os novos movimentos sociais e reforçar sua base eleitoral. Para a Tendência Popular, a inserção parlamentar e eleitoral do partido é necessária para reforçar a luta democrática e reduzir as bases de sustentação do governo militar. Deste modo, a disputa pela hegemonia no PMDB não é suficiente para desfazer sua composição político-social e dividi-lo em dois partidos. Por isto, há uma acomodação entre os dois setores, apesar da hegemonia dos liberais. Esta acomodação se reflete nos estatutos e no programa do PMDB, principalmente nos pontos que foram incorporados a partir da ascensão política dos movimentos populares e da proposta de organização do PT.

Todas as regras definidas pela legislação partidária que favorecem os militantes portadores de mandatos são mantidas nos estatutos do PMDB, dando supremacia à fração parlamentar do partido. Porém, diante da necessidade de ampliar as relações do partido com as classes subalternas, reserva-se um terço dos cargos nos diretórios para não-parlamentares e representantes dos movimentos sociais (PMDB, 1980, p. 49-87). Apesar de não formalizados pela legislação partidária, o PMDB também prevê a criação de núcleos do partido, como o PT, porém como instrumentos para complementar e fortalecer os diretórios através do encaminhamento prático das tarefas e da conquista de novos militantes, e não como instâncias de decisão, de acordo com o documento “Dicas sobre a formação de núcleos do PMDB” (PMDB, s.d.).

No plano político, o programa do PMDB mantém as posições democrático-liberais do antigo MDB, como eleições diretas em todos os níveis, autonomia e independência para os poderes legislativo e judiciário e a defesa das liberdades democráticas. Porém as questões relativas à organização e participação populares ganham um tratamento específico, e inexistente no MDB, como o estímulo às organizações comunitárias locais, inclusive com a transferência de responsabilidades e tarefas político-sociais para elas, e o apoio à liberdade e à autonomia sindical, ao contrato coletivo de trabalho e ao direito de greve. No plano econômico-social, há a incorporação de posições nitidamente social-democratas, como a “sobreposição dos interesses do trabalho sobre os do capital” e o reordenamento das relações entre ambos, com base na democracia interna, nas empresas, e no estabelecimento da “responsabilidade social” das empresas estatais e privadas, através de mecanismos democráticos de controle, formados por representantes da sociedade e do poder legislativo. Nesta perspectiva ainda são propostos o controle do Estado sobre os investimentos, em detrimento da autonomia do grande capital interno e externo, uma política de distribuição de renda e de melhoria dos serviços sociais, além de uma reforma agrária que “dê terra a quem nela trabalha”. A crítica à dependência econômica se desdobra na proposta de controle do capital externo pelo Estado, na renegociação e no reescalonamento da dívida externa (PMDB, 1980, p.13-48).

Com estas características, o programa político do PMDB se dirige a um amplo arco de forças sociais, desde os trabalhadores rurais e urbanos, para quem a distribuição de renda e a reforma agrária são questões fundamentais, até às frações opositoras da classe média urbana e às frações do bloco no poder que possuíam contradições com o capital monopolista interno e externo, caso da média burguesia. Além disso, sua inserção

institucional impedia que este programa o afastasse definitivamente das frações hegemônicas do bloco no poder, pois o credenciavam como alternativa política diante das contradições entre estas e o governo militar. Esta perspectiva torna-se mais visível após a fusão com o PP em 1982.

Deste modo, o PMDB também carrega uma *vocação hegemônica* no campo da reforma capitalista e da luta democrática. Porém, ao contrário do PDT, sua perspectiva é viabilizada, pois consegue atrair efetivamente os setores oposicionistas do bloco no poder e parcelas importantes dos movimentos sociais das classes subalternas. Sua inserção eleitoral e parlamentar garante o voto e o apoio inorgânico das massas oposicionistas na cidade e no campo. Assim, o PMDB não só depende da dinâmica da disputa política estabelecida pelas reformas institucionais, incluída a reforma partidária, para se reproduzir e fortalecer. As próprias condições de disputa estabelecidas pelas reformas e inseridas no projeto aberturista o tornam viável enquanto alternativa de governo. Por isto, ele deve se movimentar no interior desta institucionalidade, aproveitando as possibilidades que ela garante e ganhando os espaços político-institucionais abertos, sem romper com sua lógica autocrática, pois qualquer “retrocesso” seria desastroso em suas pretensões. Nestas condições, a perspectiva antiautocrática presente nos setores do PMDB, ligados aos movimentos sociais das classes subalternas, não pode se realizar. Ao contrário, ela deve ser manejada como um instrumento de legitimação popular, sem, no entanto, definir a forma e o conteúdo do partido. Este é o *dilema institucional* dos setores vinculados à Tendência Popular. Para transformar o PMDB, ao mesmo tempo, numa grande frente democrática contra o governo militar e num partido de massas, com inserção parlamentar-eleitoral e apoio popular, é preciso manter sua unidade e garantir a sua reprodução como um *partido institucional*, viável eleitoralmente conforme as condições estabelecidas pela institucionalidade reformada.

Este entendimento sobre o PMDB está presente tanto na perspectiva partidária apresentada pelo ex-dissidente arenista Raphael de Almeida Magalhães, ligado aos liberais, quanto na do suplente de senador Fernando Henrique Cardoso, bastante próximo à Tendência Popular e um dos mentores da social-democracia no partido. Num artigo denominado “Carta ao PMDB”, o primeiro propõe que o partido deve combinar ação institucional com mobilização popular, pois avalia que o partido só conseguirá atrair os movimentos populares se tiver influência concreta no processo decisório, podendo então “administrar a transição” (*Revista do PMDB*, 1981, p. 57-74). O segundo também propõe

esta combinação entre ação institucional e mobilização popular, no artigo “PMDB: partido de massas?”, devendo o partido intervir “por dentro do Estado”, descartando qualquer processo brusco de depuração do partido de seus setores adesistas e conservadores, pois a participação popular depuraria o partido paulatinamente (*Revista do PMDB*, 1981, p. 25-55). Estes exemplos indicam a influência passivizadora exercida pela reforma partidária, promovida pelo governo com base na institucionalidade autoritária reformada, sobre o PMDB.

Neste processo, o potencial antiautocrático e reformista presente no partido, até mesmo referenciado em seu programa, vai sendo subordinado por uma dinâmica política, definida por uma perspectiva autocrática e meramente anticesarista de oposição. Os próprios membros da Tendência Popular denunciam as manobras da direção liberal, ou a falta de combatividade do partido diante do governo (*Em Tempo*, 20/12/1979, p.15 e *Movimento*, 14/10/1980, p. 4). No entanto, a preservação da unidade determinou até mesmo o recuo de setores da Tendência, diante da necessidade de organizar o grupo com vistas ao seu fortalecimento na disputa interna do partido (*Movimento*, 15/9/1979, p. 7). Na verdade, é o mesmo dilema vivido pelos autênticos no antigo MDB, só que numa conjuntura diferente, onde o avanço dos movimentos sociais potencializa este dilema mais ainda. A hegemonia dos liberais na direção do partido, a prevalência do cupulismo, o predomínio da fração parlamentar sobre a base partidária e a insistência em evitar a radicalização da disputa política indicam que o PMDB é predominantemente um *partido institucional*, de oposição burguesa, anticesarista, mas não antiautocrática. Ao lado do PP, o PMDB é um dos principais instrumentos do *campo de interlocução liberal*, pois seu fortalecimento canaliza o protesto popular para uma dinâmica política autocrática, passivizada pela institucionalidade reformada.

3.3.6 - O Partido dos Trabalhadores

A expressão partidária mais vinculada organicamente à emergência do protesto popular e ao avanço dos movimentos sociais das classes subalternas foi o PT. Como já adiantamos, a perspectiva de criação de um partido próprio para os trabalhadores já se apresentava em diversas organizações da esquerda marxista e partiu da ação efetiva de alguns dos principais dirigentes do “novo sindicalismo”. A principal demanda presente na criação do PT era a da autonomia política e organizativa dos trabalhadores diante do

Estado, dos “patrões” e dos “partidos dos patrões”, através da constituição de um instrumento político específico dos trabalhadores, que superasse sua ação corporativa e os inserisse na arena da disputa política. Esta perspectiva condiciona o PT como um partido de conteúdo antiautocrático e forma antiinstitucional, na medida em que o processo de sua construção procura romper com os limites impostos à ação dos partidos pela institucionalidade autoritária reformada. Nesta questão, particularmente, havia no partido uma clareza muito grande acerca dos limites institucionais a serem transpostos para a construção de um partido efetivamente democrático e vinculado organicamente às classes subalternas, em especial aos trabalhadores. Havia até um temor de que o critério que proibia partidos baseados em “sentimentos de classe” fosse usado para impugnar o registro do PT no TSE, levando seus organizadores a incorporarem no estatuto que o partido também estava aberto a todos os que “vivem do seu trabalho”, até pequenos proprietários urbanos e rurais, desde que se identificassem com seu programa (*Em Tempo*, 6/3/1980. p. 7).

Já na Comissão Nacional Provisória, indicada em outubro de 1979, esta questão adquiriu centralidade, gerando a realização de um estudo detalhado, efetuado por Paulo Skromov, acerca do caráter antidemocrático da legislação partidária (PT, 1980a). As principais propostas organizativas emanadas deste processo de discussão foram a criação de núcleos de base, a realização de pré-convenções e o compromisso dos parlamentares abrirem mão dos privilégios garantidos pela legislação, estabelecendo um verdadeiro “pacto político interno”. Algumas destas propostas não poderiam constar dos estatutos do partido, devido à sua “ilegalidade”, ficando restritas ao regimento interno, o que indica o caráter político das soluções propostas.

Apesar de não serem reconhecidos pela legislação partidária, os núcleos eram considerados a base de toda a estrutura petista, podendo ser formados por local de moradia, local de trabalho, categoria profissional e por movimentos sociais e composto por 21 militantes, no mínimo. Nos diretórios, os militantes dos núcleos teriam reservados dois terços das vagas, sendo que com o apoio de apenas um terço dos núcleos uma convenção municipal poderia ser convocada. Além disso, em questões consideradas importantes, os diretórios e as bancadas parlamentares deveriam consultar os núcleos para tomar qualquer decisão. As pré-convenções eram uma forma de ultrapassar os limites representativos impostos pela legislação partidária às convenções, pois antecederiam as mesmas, viabilizando a participação dos delegados dos núcleos em seu processo de discussão e

deliberação. Finalmente, de modo a evitar qualquer tipo de privilegiamento de um militante em relação aos outros, o voto cumulativo nos encontros e convenções foi abolido e a situação dos parlamentares foi rigorosamente delimitada. Além de abrirem mão do direito automático de se recandidatarem às eleições, os parlamentares deveriam prestar contas de suas atividades, possuir ligações orgânicas com os movimentos sociais e contribuir com 30% de seus vencimentos para o partido (critério válido também para os assessores parlamentares) (PT, 1980b, p. 3-8; PT, 1981a; *Em Tempo*, 3/6/1980, p. 2-7 e 12/8/1981, p. 6-9).

Aliás, este tratamento do papel do parlamentar era produto de princípios organizativos, e também de uma posição programática que tendia a secundarizar a inserção parlamentar do partido. Isto fica claro na prioridade dada à organização e mobilização populares, como meio para a construção do partido em detrimento da conquista de apoio parlamentar no Congresso Nacional (PT, 1980b, p.1). Alguns autores consideram que estas características político-organizativas contribuem decisivamente para dar ao PT o caráter de “partido de massa”, conforme a definição de Duverger, ou seja, um partido popular e socialista ou de “ideologia de esquerda”, distinto do típico partido burguês, o “partido de quadros” (OZAÍ, 1996, p. 142-149 e MENEGUELLO, 1989, p. 31-41).

Do ponto de vista programático, o PT também reflete seu conteúdo radicalmente antiautocrático, porém o caráter francamente anti-capitalista do anteprojeto de maio de 1979 é relativizado em alguns aspectos importantes no programa aprovado no I Encontro Nacional, de maio/junho de 1980. A proposta de lutar por um “governo dos trabalhadores” é substituída pela “construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país, (...) através de seus organismos de base”. A proposta de nacionalização das empresas estrangeiras e de controle estatal sobre os setores econômicos essenciais, de forte conteúdo anti-monopolista e anti-imperialista, não é mencionada, apesar da crítica à exploração econômica dos trabalhadores e da afirmação de que sua luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional. A afirmação de que o objetivo estratégico do PT é a construção de uma “sociedade sem explorados e exploradores” padece de uma certa indefinição, pois não há a sua identificação com qualquer conceito de socialismo ou comunismo (PT, 1980b, p.2 e 3).

Na verdade, este recuo indica um processo de disputa interna relativamente acirrada já neste momento, derivada de distintas concepções a respeito do caráter do PT

como partido e de sua inserção na luta de classes. O anteprojeto de maio de 1979 expressava uma perspectiva política marxista, daí seu forte conteúdo anti-capitalista, pois entre seus autores figuravam dirigentes sindicais ligados ou influenciados por organizações da esquerda marxista, como Paulo Skromov e Henos Amorina. A exclusão de ambos, além do dirigente sindical José Ciccote, da Comissão Nacional Provisória eleita no encontro de maio-junho de 1980 gerou protestos e denúncia do método antidemocrático de escolha dos nomes (*Em Tempo*, 3/6/1980, p. 2-7).

Em linhas gerais, as forças sociais e políticas que formaram o PT — movimento sindical urbano e rural, movimento popular urbano, organizações da esquerda marxista, intelectuais de esquerda, políticos opositores e ativistas católicos — carregavam diversas concepções políticas no campo democrático-popular e socialista (MENEGUELLO, 1989, p. 56-64). Havia no PT desde dirigentes sindicais fortemente influenciados por uma perspectiva classista, porém não-marxista, como Lula, Olívio Dutra e Jacob Bittar, até militantes da ala progressista da Igreja Católica, influenciados por uma concepção cristã de socialismo polarizada por valores como a igualdade e a fraternidade, passando pelos militantes das organizações da esquerda marxista, para quem a proposta do PT se articulava com a perspectiva de construção do partido revolucionário dos trabalhadores, conforme uma orientação leninista. Apesar do caráter antiautocrático e antiinstitucional do partido em termos gerais, a existência de variadas concepções apresentava divergências importantes em seu interior.

Basicamente, havia fortes divergências quanto à inserção do PT na arena da disputa política institucionalizada e quanto ao seu caráter como partido socialista. Genericamente, poderíamos afirmar que haviam duas grandes posições relativamente a estas questões, apesar das diferenças pontuais entre os grupos no interior de cada uma. A primeira delas inseria o PT no projeto de construção de um partido revolucionário no país, que dirigisse a ação político-social dos trabalhadores numa perspectiva de ruptura com a ordem e o Estado burgueses. A segunda compreendia o PT como um partido socialista de massas e legal, cuja principal tarefa é a defesa dos interesses dos trabalhadores e das classes subalternas diante do Estado e do capital, a partir de sua inserção na arena da disputa política institucionalizada.

A primeira posição é influenciada por dois elementos centrais na formulação teórico-política de Lênin: a afirmação do papel do partido como dirigente político diante do movimento dos trabalhadores — tese derivada da formulação sobre o partido de vanguarda

— e a tese de que a construção do Estado socialista pressupõe a destruição do Estado burguês em sua forma e conteúdo. O amplo elenco de problemas teórico-políticos tratados por Lênin ao longo de sua vida intelectual e política dão ao leninismo uma enorme abrangência temática e conceitual. No entanto, os dois elementos levantados constituem o núcleo da formulação política de Lênin e de sua contribuição à teoria política marxista. Além disso, estes temas são tratados nos dois trabalhos de Lênin que talvez tenham sido os mais popularizados de sua vasta obra e tido a maior influência sobre o movimento revolucionário no século XX, respectivamente *Que fazer?*, de 1902 (LÊNIN, 1986) e *O Estado e a revolução*, de 1917 (LÊNIN, 1980, p. 219-305). Todas as organizações da esquerda marxista que participavam do PT absorveram estes dois elementos em sua estratégia política, mesmo aquelas que se reivindicavam do trotsquismo, como a Convergência Socialista (CS), a Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista (ORM-DS), a Organização Socialista Internacionalista (OSI) e a Causa Operária (nome mais conhecido da Organização Quarta Internacional). Estes elementos definiam a posição das respectivas organizações diante do partido e das outras forças.

Dentro desta grande posição, as organizações se dividiam entre aquelas que viam no PT um instrumento “estratégico” para a construção do partido revolucionário e aquelas que o consideravam um instrumento meramente “tático”. Na primeira formulação prevalecia a perspectiva de fortalecimento das instâncias e estruturas petistas enquanto tais, numa perspectiva de unificação dos marxistas revolucionários como grupo dirigente do partido, capaz de atrair os sindicalistas autênticos e as lideranças populares não-marxistas para uma perspectiva revolucionária e de combater as posições reformistas e social-democratas no partido. Entre as organizações identificadas com esta posição citaríamos, principalmente, a ORM-DS (*Cadernos Em Tempo*, 1982), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), recomposto no país após o exílio de seus dirigentes (entrevista com Paulo Faria-10/2/1998; PCBR, 1980), o Movimento dos Trabalhadores (MT), organização baseada nos movimentos sindical e popular urbano em Goiás, Brasília e Pará (entrevista com Alberto Gomes de Oliveira, 31/7/1998; MT, 1983), e a Organização Comunista Democracia Proletária, grupo dissidente da APML (Ação Popular Marxista-leninista) que não concorda com a extinção da organização no interior do PT em 1981 (OZAÍ, s.d., p. 201-203; OCDP, 1983).

A segunda formulação via no PT um instrumento meramente “tático”, de intervenção política na conjuntura com vistas a agregar militantes e movimentos em torno

do verdadeiro partido revolucionário, que se construiria fora do PT. Acusadas de não respeitar as deliberações do partido e de praticarem o “entrismo” e o “fracionismo” no interior do PT, as organizações que defendiam esta posição chegaram a ser advertidas e até ameaçadas de expulsão pela direção partidária em diversos documentos (PT, 1981b; PT, 1982a). As organizações identificadas com esta posição eram, principalmente, a Causa Operária (CAUSA OPERÁRIA, 1980), a OSI (OZAÍ, s.d., p. 178-183), a Covergência Socialista, o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) (MENEGUELLO, 1989, p.72-73) e o Partido Revolucionário Comunista (PRC), já mencionado.

Por outro lado, a segunda grande posição carregava um forte antileninismo, que se manifestava na negação de que o PT devesse dirigir os movimentos populares, pois ele deveria ser muito mais sua expressão do que seu dirigente, “partido reflexo” do movimento (OZAÍ, 1996, p. 146-147), E na concepção de que o Estado burguês poderia ser transformado e democratizado a partir da ação política dos trabalhadores em seu interior e na arena da disputa política. Esta perspectiva aglutinava os segmentos não-marxistas do partido, como grande parte dos sindicalistas autênticos e dos ativistas católicos, e intelectuais marxistas independentes, como o sociólogo Francisco Weffort (*Em Tempo*, 3/12/1981, p. 8). Entre os segmentos não-marxistas havia desde os setores vinculados aos movimentos sociais com uma forte perspectiva classista, como os dirigentes sindicais autênticos e os ativistas católicos, até os setores que apostavam na inserção institucional e parlamentar como meio preferencial de ação do PT, como alguns de seus parlamentares. Estes setores ainda eram fortemente influenciados em seu antileninismo, por uma visão negativa dos partidos que tradicionalmente se reivindicavam da tradição comunista e do leninismo, como o PCB, o PC do B e o MR-8, pois sua opção pelo PMDB era vista como prova de oportunismo e reformismo.

Esta segunda grande posição era majoritária no interior do PT e se reflete nas intervenções pessoais de seus defensores e nas próprias deliberações da direção nacional. Na já citada resolução da Comissão Nacional Provisória, a crítica às organizações da esquerda marxista, que lutavam pela construção de um partido revolucionário, se baseia na formulação de que o PT é um partido de “novo tipo”, ao mesmo tempo de esquerda, legal, democrático, de massas e centralizado, nascido das lutas populares, aberto a todas as correntes e “empenhado em ampliar o espaço político legal para as massas trabalhadoras” (PT, 1981b). No famoso discurso de Lula, pronunciado na I Convenção Nacional do PT, em setembro de 1981, ao mesmo tempo em que critica o “eleitoralismo” e as posições

social-democratas no interior do partido, afirma o caráter socialista e estratégico do PT, condenado o “entrismo” e o “revolucionarismo” dos que o consideram uma mera frente de correntes de esquerda ou um mero partido tático. Além disso, demarcando claramente sua posição em relação à perspectiva leninista das organizações marxistas, Lula insiste em afirmar que o socialismo defendido pelo PT não é baseado em nenhum modelo ou teoria, pois nascerá da luta efetiva dos trabalhadores e não da imposição do partido (PT, 1981c).

As divergências e disputas em torno destas distintas posições acerca do caráter do partido e de sua inserção na arena da disputa política não são suficientes para descaracterizá-lo como partido antiautocrático e antiinstitucional. Há, inclusive, o avanço de elementos anti-capitalistas importantes no programa aprovado na I Convenção Nacional, de 1981, como a defesa da reforma agrária sob controle dos trabalhadores, a proposta de estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores e de suspensão do pagamento da dívida externa, além da afirmação do compromisso do partido com o socialismo e com a propriedade social dos meios de produção (PT, 1981d).

No entanto, a ausência de uma perspectiva unificada acerca dos rumos do partido impediu que este definisse a justa relação entre a sua inserção institucional e o trabalho de mobilização e organização dos trabalhadores numa perspectiva democrática, autônoma e efetivamente anticapitalista. A inserção institucional e o trabalho de base eram tratados como opções antagônicas ou, no mínimo, conflitantes entre as diversas correntes do partido. E neste ponto é necessário destacar que a secundarização do trabalho parlamentar e da inserção institucional não eram atributos exclusivos das organizações da esquerda marxista, sempre cétricas em relação às possibilidades abertas pela chamada “legalidade burguesa”. Ao contrário, lideranças como Lula e outras lideranças oriundas dos movimentos sociais ainda carregavam uma postura bastante resistente diante da dinâmica política institucional, vista como “elitista” e fisiológica. Já vimos como esta postura se apresenta como um componente da cultura política dos movimentos sociais surgidos no final dos anos 70 em seu enfrentamento com o Estado autocrático-burguês (SADER, 1988, p. 199-225) e como a criação do PT se propõe a superá-la, ultrapassando os limites da ação econômico-corporativa e desenvolvendo uma ação político-ideológica. No entanto, na cultura política petista seu peso ainda foi grande por muito tempo.

Esta situação de indefinição fragilizava a perspectiva *antiinstitucional* do PT, diante da influência *passivizadora* exercida pela reforma partidária, pois conforme sua lógica, o partido só conseguiria “fazer política” se tivesse inserção institucional e

parlamentar, capaz de ampliar seu poder de barganha diante da “oposição burguesa” e do governo. Por outro lado, a opção por este caminho era vista como abandono dos compromissos populares e antiautocráticos do partido, numa lógica que refletia ao mesmo tempo toda a estratégia de contenção da crise conjuntural presente no projeto de reforma partidária do governo, mas também os limites organizativos, políticos e ideológicos do PT, como instrumento de unificação política dos movimentos sindical e popular. Aliás, retomando a discussão que fizemos anteriormente, a inviabilidade da CUT se transformar num instrumento orgânico que unificasse os movimentos sindical e popular, superando os limites corporativos de sua ação e dando-lhe uma dimensão ético-política, será ultrapassada com a criação do PT. Desde o princípio, o PT se propõe a ser o representante de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, urbanos ou rurais, integrados em movimentos sociais ou não, numa perspectiva universalizante e contra-hegemônica que se refletia na sua própria composição político-social. Por outro lado, este instrumento orgânico do conjunto das classes subalternas, especialmente dos trabalhadores, emersas à arena da disputa política numa perspectiva antiautocrática, é um partido submetido a uma legislação partidária e a uma institucionalidade política voltadas para esvaziar seu próprio conteúdo antiautocrático.

Deste modo, o PT também vive um profundo *dilema institucional*, refletido dramaticamente na constatação de que os parlamentares fortaleceram sua posição e adquiriram autonomia no interior do partido, no esvaziamento progressivo dos núcleos de base e no baixíssimo desempenho eleitoral do partido em 1982. Segundo Meneguello (1989, p.70-72), como parte do grupo majoritário, os parlamentares se fortalecem na defesa da inserção institucional do PT, particularmente em 1981 e 1982. Além disso, ela constata que os mecanismos criados para sujeitar os parlamentares e seus assessores às direções partidárias não se viabilizaram na prática. Este processo também é constatado por Ozaí (1996, p.150-152), ao avaliar o relativo fracasso dos mecanismos criados para vincular a campanha eleitoral ao fortalecimento da estrutura orgânica do partido, como o fundo comum financeiro e o comitê eleitoral unificado, e evitar desigualdades entre os candidatos ou o aparelhamento das instâncias partidárias por comitês de candidatos. O esvaziamento dos núcleos como instâncias de base e autônomas diante das direções e como órgãos de discussão política entre os militantes também é denunciado por alguns setores do partido já em 1981, como indica o documento assinado por Silvio Caccia Bava, Éder Sader e Marco Aurélio Garcia, denominado “Preparar a resposta dos trabalhadores”, de junho de 1981

(PT, 1981e). Em 1982, este processo se acelera, com a diluição dos núcleos na campanha eleitoral, alguns transformados em meros comitês de apoio a candidaturas (*Em Tempo*, 22/4/1982, p. 5).

Finalmente, o desempenho eleitoral do PT, em 1982, ficou muito aquém de sua organização e enraizamento nacional. Durante os anos de 1980 e 1981, o crescimento do PT foi verdadeiramente impressionante sob todos os aspectos, particularmente se levarmos em consideração a dependência dos outros partidos em relação à inserção institucional para viabilizar sua organização. Desde sua fundação até as eleições de 1982, o partido manteve uma bancada de cinco deputados federais no Congresso Nacional, a menor de todas, aumentada por breves períodos com mais um deputado e um senador (FLEISCHER, 1988, p. 78). No entanto, em maio de 1980, o partido possui 632 núcleos de base e 26.134 militantes, apresentando viabilidade de obter o registro legal em 12 estados (*Em Tempo*, 3/6/1980, p. 2-7). Em outubro de 1980, o PT apresenta 625 comissões municipais espalhadas por 14 estados do país (*Em Tempo*, 23/10/1980, p. 2; *Movimento*, 3/11/1980, p. 4). Em junho de 1981, o número de filiados já ultrapassa os 200 mil (*Em Tempo*, 11/6/1981, p. 3). Em setembro de 1981, o registro é obtido com 858 diretórios municipais, espalhados em 16 estados, subindo para mais de 1000 diretórios municipais em 17 estados e mais de 300 mil filiados em dezembro (*Em Tempo*, 1/10/1981, p. 9 e 3/12/1981, p. 3).

Apesar deste crescimento vertiginoso, nas eleições de 1982, o partido apresentava 288 mil filiados, mas um total de apenas 1,6 milhões de votos em todo o país. Somente em dois estados, SP e AC, a votação petista ultrapassou o limite mínimo de 3% dos votos válidos. Em seis estados, GO, MS, PB, PR, PE e RN, o número de votos para o partido foi menor do que o de filiados (*Em Tempo*, 16/12/1982, p. 6-7). Este resultado representa a enorme disparidade entre sua estruturação orgânica e sua capacidade de inserção institucional, o que reforça o dilema institucional vivido pelo partido. Se, por um lado, esta disparidade é reflexo do caráter autocrático do sistema partidário e da disputa na esfera de representação política institucionalizada, por outro lado, demonstra a incapacidade do partido de combinar o trabalho de base com a intervenção institucional numa perspectiva antiautocrática. A correção do baixo desempenho eleitoral do partido em 1982 significará para muitos de seus setores uma opção pelo atenuamento de suas propostas mais radicais, contribuindo para passivizar seu conteúdo antiautocrático e antiinstitucional.

Após esta caracterização do processo de constituição dos partidos políticos, podemos concluir que a reforma partidária operada pelo governo contribuiu para o processo de contenção da crise conjuntural, pois viabilizou a formação de *partidos institucionais*, voltados para canalizar as contradições sociais e o conflito político para uma esfera da arena da disputa política passivizada e seletivamente controlada, a representação política. A supremacia da esfera de representação burocrática, definida pelo cesarismo militar, sobre a esfera de representação política, mesmo ampliada e pluralizada, e a consolidação do campo de interlocução liberal impediam que a disputa política realizada em seu interior extrapolasse os limites da ordem social burguesa, limitando-se a expressar as contradições e os conflitos *dentro da ordem* e excluindo, ou no máximo isolando, as demandas *contra a ordem*.

O método político privilegiado para a realização desta perspectiva era a separação autocrática entre interesses econômico-sociais e disputa política, introduzindo um grave dilema institucional no único partido antiautocrático e antiinstitucional surgido neste processo, o PT, e nas frações dos outros partidos que também alimentavam esta perspectiva, particularmente no PDT e no PMDB. O que tentamos demonstrar é que ao viabilizar este método político, a reforma partidária complementou a estratégia de contenção da *crise conjuntural* desenvolvida desde 1977. Por um lado, ela ampliou os canais de interlocução e representação das diversas frações do bloco no poder com o Estado, pois além de sua inserção quase exclusiva na esfera de representação burocrática, ainda teria reforçada sua inserção na esfera da representação política. Vimos como isto contribuiu para recompor o governo militar com as frações dissidentes do bloco no poder. Por outro lado, contribuiu para isolar a ação econômico-corporativa da ação ético-política nos movimentos sociais das classes subalternas, em processo de organização e autoafirmação como sujeitos políticos nesta conjuntura. Ou seja, contribuiu para sufocar o principal elemento antiautocrático presente na emergência do protesto popular: a articulação orgânica entre os diversos movimentos sociais e frações das classes subalternas em torno de um projeto político que expresse, ao mesmo tempo, seus interesses específicos e seus interesses gerais.

Conforme Gramsci (1976, p.43-54), esta articulação é condição fundamental para que qualquer bloco histórico dominado consiga disputar a hegemonia e o controle do Estado com o bloco dominante. O sufocamento deste elemento antiautocrático central se deu, por um lado, através da política de “abertura sindical” e do tratamento intolerante e

estigmatizante destinado pelo governo militar às pressões antiautocráticas efetuadas pela Igreja Católica. Por outro lado, através da reforma partidária, nos moldes autocráticos em que ela se deu. Nenhuma destas iniciativas assinaladas diminui a importância do uso e abuso das ações coercitivas e repressivas operadas pelo governo militar, porém elas destacam o peso estrutural da institucionalidade autoritária reformada no caráter da disputa política e na estratégia de contenção da *crise conjuntural*. O sucesso desta estratégia permite que o governo passe por um processo de maior “endurecimento” a partir de 1981, sem que isto signifique a perda da direção política do bloco no poder ou a falência do processo de *abertura*. É o que veremos a partir de agora.

4 - Da alteração da correlação de forças no governo às eleições de 1982 (1981-1982)

O ano de 1981 marca o estabelecimento de uma nova correlação de forças no governo Figueiredo, com o avanço dos setores duros em seu interior, desequilibrando sua composição interna em favor daqueles que tinham um compromisso menos orgânico com o projeto de *abertura*. Já vimos que o governo Figueiredo expressa uma típica composição “revolucionária” entre duros e moderados no campo governista, incluindo tanto os “geiselistas” quanto os “medicistas”. Nas Forças Armadas e nos ministérios militares do governo, os militares duros conquistaram as posições dominantes, o que possibilitou a preservação do aparato repressivo e de informações, mesmo após as reformas institucionais de 1978-1979. A preservação do aparato repressivo e de informações era funcional dentro da estratégia de contenção da *crise conjuntural*, principalmente no tratamento da oposição antiautocrática, funcionando como uma verdadeira *reserva autoritária* do governo após o fim do AI-5. A intensificação dos atentados terroristas nos anos de 1980 e 1981 indica a vitalidade deste aparato e a permanência de uma perspectiva intolerante e estigmatizante, o que gera contradições na estratégia adotada pelo governo.

Estas contradições são determinadas pela resistência dos setores mais duros do campo governista, representada pela escalada terrorista, e pelo agravamento da crise econômica e pelas próprias dificuldades políticas que ela criou. Como vimos, toda a estratégia adotada pelo governo na reforma partidária tinha como um ponto central a

viabilização do PDS como o partido do bloco no poder e por consequência como o partido majoritário na esfera da representação política. Isto explica o comportamento do governo diante do PP e as manobras adotadas para manter a maioria do partido governista no Congresso Nacional, o que garantiria sua capacidade de iniciativa na aprovação de futuras reformas. Além disso, qualquer expectativa quanto à continuidade do processo de abertura sem que houvesse um retrocesso patrocinado pelos duros dependia do desempenho do PDS nas eleições diretas de 1982. Por tudo isto, os setores do governo comprometidos com a operacionalização da estratégia de contenção da *crise conjuntural* por meio do processo de *abertura*, como Golbery do Couto e Silva, eram extremamente sensibilizados pelas consequências políticas negativas que a adoção de uma política econômica recessiva poderia gerar. Isto porque, além de criar descontentamentos no bloco no poder, também diminuiria a capacidade do governo de adotar políticas sociais e distribuir verbas e benefícios, instrumentos vitais nas práticas clientelistas e patrimonialistas do PDS. Deste modo, abre-se uma disputa entre os setores do governo também na questão econômica, o que complexifica suas contradições internas.

4.1 - Recessão econômica e estratégia de acomodação

O fracasso da política econômica desenvolvimentista adotada no segundo semestre de 1979 torna-se evidente um ano depois. As dificuldades externas de financiamento, agravadas com o segundo choque do petróleo e somadas às próprias contradições do padrão de acumulação capitalista, fazem as previsões otimistas do governo para o ano de 1980 caírem por terra. A partir de novembro de 1980, o governo adota uma política econômica claramente monetarista e ortodoxa, bem ao gosto do sistema financeiro internacional, contendo a expansão monetária, aumentando a taxa de juros e cortando drasticamente os investimentos estatais (FISHLOW, 1988, p.168-182). O corte nos investimentos das empresas estatais vinha sendo tentado, desde 1979, com a criação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST-Seplan), encarregada de enquadrar suas políticas de investimento à política de contenção orçamentária do governo. Esta política de cortes eliminou o papel anti-cíclico que os investimentos do setor produtivo estatal tinham assumido até então, contribuindo mais ainda para desaquecer a economia (REISCHSTUL, COUTINHO, 1983, p. 38-58). A orientação ortodoxa e monetarista da política econômica cumpriu um papel clara e intencionalmente recessivo, gerando uma

queda no PIB e aumentando a taxa de desemprego para algo em torno de 7% nas grandes “regiões metropolitanas”, entre 1980 e 1981, considerada alta para os padrões da economia brasileira na época (SOUZA, 1983, p. 147-149).

Na verdade, termina o ciclo de crescimento da economia que se arrastava desde o fim do Milagre Brasileiro, tornando a combinação entre recessão e inflação a marca da economia brasileira de agora em diante. A preocupação central do governo passa a ser a credibilidade internacional do país, estimulando a recessão como forma de estabilizar a economia e atrair novos empréstimos externos. Novos empréstimos chegam, porém em quantidade insuficiente para manter o ritmo de crescimento desejado, aumentando a dívida externa de 53,8 bilhões de dólares em 1980 (22,6% do PIB) para 61,4 bilhões de dólares em 1981 (24,7% do PIB) e para 70,1 bilhões em 1982 (28% do PIB), de acordo com dados do Banco Central (GOLDENSTEIN, 1986, p. 140). Isto leva o governo a novas desvalorizações cambiais e à ampliação da dívida interna como instrumento de captação de renda junto ao capital privado, em troca, porém, do crescimento de suas obrigações financeiras com os credores internos (FISHLOW, 1988, p. 168-182). Para uma taxa de inflação de 110,2% em 1980, a desvalorização cambial foi de 54% e a correção monetária de 50,1%, portanto, bem abaixo da erosão inflacionária. Porém, nos anos de 1981 e 1982, as taxas de desvalorização cambial e de correção monetária acompanham a taxa inflacionária, preservando a remuneração do grande capital. Conforme os dados do Banco Central e da Fundação Getúlio Vargas, em 1981, para uma taxa de inflação de 95,2%, a desvalorização cambial foi de 95,1% e a correção monetária de 95,6%. Em 1982, a tendência se mantém: com a taxa de inflação a 99,7%, a desvalorização cambial foi de 97,7% e a correção monetária foi de 97,8% (GOLDENSTEIN, 1986, p. 143).

Cria-se com isto uma situação em que o capital privado passa progressivamente de devedor a credor do governo, pois apropria-se de títulos públicos protegidos da erosão inflacionária pela política de indexação e juros altos, tornando-os instrumentos financeiros altamente valorizados e seguros (GOLDENSTEIN, 1994, p. 57-96). A recessão intencional não logra o equilíbrio desejado, pois se baseava num endividamento agressivo, externo e interno, do governo, deteriorando mais ainda as contas públicas e a balança de pagamentos, cujo déficit em transações correntes subiu de 12,8 bilhões de dólares em 1980 para 16,3 bilhões em 1982, apesar de uma ligeira queda em 1981, com 11,7 bilhões de dólares de déficit, conforme dados do Banco Central. Esta queda de 1981 se deveu ao esforço para aumentar as exportações, o que gerou um pequeno superávit da balança

comercial de 1,2 bilhões de dólares, incapaz de conter a tendência de aumento do déficit em transações correntes, ainda conforme os mesmos dados (GOLDENSTEIN, 1986, p. 140). É esta *estratégia de acomodação* (GOLDENSTEIN, 1994, p.56-97), baseada na especulação financeira, que preserva a remuneração do capital monopolista diante do agravamento da crise e da erosão inflacionária, mantendo a recomposição entre as frações hegemônicas do bloco no poder e o governo, obtida na passagem da *distensão* à *abertura*.

Até mesmo a fração da burocracia instalada no setor produtivo do Estado, que passa a sofrer com o corte de investimentos, insere-se na estratégia de acomodação, na medida em que as grandes empresas estatais também participaram da ciranda financeira como instrumento de remuneração. Apesar de o “Documento dos Empresários”, de outubro de 1980, condenar uma estratégia recessiva para combater a crise econômica, a intensificação da referida estratégia impede a emergência de qualquer postura dissidente neste período (DINIZ, 1988, p. 174-175). Deste modo, a substituição de uma política econômica expansiva e desenvolvimentista, adotada em meados de 1979, por outra claramente recessiva, a partir de agora não altera fundamentalmente as relações entre o Estado e as classes dominantes. Esta situação permite que o governo continue mantendo a direção política do processo de *abertura*, preservando a vitalidade do cesarismo militar, pelo menos até o final desta etapa.

4.2 - A bomba do Riocentro e a queda de Golbery do Couto e Silva

No governo, o principal mentor desta política econômica recessiva era o ministro do Planejamento, Delfim Neto, o que o identificava com os outros membros de origem “medicista”, principalmente os duros, na posição que defendia um ritmo mais lento e menos abrangente para o processo de *abertura*. O fortalecimento da posição de Delfim Neto ao longo do ano de 1980 gera contradições com outros setores, levando à saída de ministros considerados “liberais” e pró-aberturistas dentro do governo, como Karlos Rieschbieter (ministro do Fazenda), Eduardo Portella (ministro da Educação) e Said Farhat (ministro das Comunicações) (*Movimento*, 22/12/1980, p. 3). Em 1981, estas contradições atingem o ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, levando à sua demissão em agosto. Sua saída do governo foi produto tanto de suas divergências com a política econômica recessiva adotada no final de 1980, quanto de suas contradições com os duros, particularmente com o chefe do SNI, Otávio Medeiros, e com o ministro do Exército,

Walter Pires. A partir do episódio da bomba do Riocentro e dos eventos que se seguiram, a posição de Golbery fica insustentável no governo, determinando sua saída e uma correção de rumo no projeto de *abertura*.

A explosão da bomba no estacionamento do Riocentro, centro de convenções localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), foi uma ação frustrada dentro de uma série de ações terroristas, desencadeadas pelos militares vinculados ao aparato de repressão e informações e por organizações de extrema-direita, desde 1978, com vistas a deter o processo de *abertura*. Entre a Lei de Anistia (1979) e a explosão do Riocentro contam-se doze atentados, principalmente às bancas de revistas que vendiam jornais da “imprensa alternativa” (*Veja*, 1/5/1991, p. 60). No caso do Riocentro, a intenção era interromper tragicamente um show promovido no dia 30 de abril por uma entidade ligada ao PCB, em homenagem ao dia do trabalhador. No entanto, a bomba explodiu no colo no sargento Guilherme Pereira do Rosário, matando-o e ferindo gravemente o capitão Wilson Machado, que o acompanhava na operação.

O objetivo destas iniciativas era não só fustigar e ameaçar os diversos setores da oposição, mas sinalizar para o governo o descontentamento de setores do campo governista e das Forças Armadas com o avanço do projeto de abertura. Já vimos a impossibilidade destes setores mais duros de polarizarem uma posição de enfrentamento com o governo junto às Forças Armadas em função da própria ascensão de militares duros à alta cúpula militar. No entanto, suas iniciativas evidenciavam com clareza a inviabilidade de qualquer ação de “enquadramento” dos setores mais renitentes das Forças Armadas pelo governo, como aconteceu durante a etapa da *distensão*. A supremacia do governo sobre as Forças Armadas foi mantida, porém progressivamente exercida pelo ministro do Exército e não pelo presidente da República (OLIVEIRA, 1994, p. 46), o que diminuía sensivelmente a possibilidade de Golbery do Couto e Silva de determinar a tomada de qualquer “ação corretora e educativa”, como sua própria conferência na ESG aconselhava.

A condição para o ministro do Exército preservar sua supremacia sobre o presidente na questão militar, particularmente após o episódio do Riocentro, dependia justamente de sua “acomodação” com os setores militares mais duros. Enquanto o chefe de gabinete do ministério do Exército, general Sérgio de Ari Pires, é nomeado para o comando do II Exército em São Paulo sua vaga passa a ser ocupada pelo general Coelho Neto, duro tradicionalmente ligado ao CIE (Centro de Informações do Exército), suspeito de ser o autor “intelectual” do atentado do Riocentro para diversos setores do governo, como

Otávio Medeiros e Golbery do Couto e Silva (*Veja*, 1/5/1991, p. 72; *O Estado de São Paulo*, 8/8/1981, p.4-7).²² A predominância dos duros na composição do Alto Comando do Exército reforçava este compromisso, especialmente quando ficou clara a participação de militares ligados ao Departamento de Operações Internas (DOI) do I Exército e ao CIE (Centro de Informações do Exército) no episódio do Riocentro, inclusive com o apoio da organização de extrema-direita “Grupo Secreto” (ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, p. 263-265).

A partir daí, ocorre dentro do governo uma disputa acirrada entre os que defendiam uma punição exemplar para os envolvidos, visando enquadrar o aparato de repressão e de informações, como Golbery do Couto e Silva, e aqueles que pretendiam acobertar a participação de militares no episódio, como o ministro Walter Pires, o comandante do I Exército, general Gentil Marcondes, e o chefe do SNI, general Otávio Medeiros. Enquanto Golbery do Couto e Silva enviava um documento confidencial ao presidente Figueiredo, alertando para as conseqüências políticas do episódio caso o governo não apurasse seriamente o caso, no I Exército era realizada uma manobra para inocentar os militares envolvidos, através de um IPM (Inquérito Policial-Militar) forjado, que acabou sendo arquivado pela Justiça Militar, com o respaldo do próprio Ministério do Exército. Logo depois, foi feito pedido de reabertura do inquérito no Superior Tribunal Militar, porém o pedido foi negado por 10 a 4 (*Veja*, 1/5/1991, p. 62-73). Segundo depoimento do general Ênio dos Santos Pinheiro, militar “duro” e ligado ao aparato de informações, a principal resistência à apuração do episódio do Riocentro partiu do general Otávio Medeiros, para preservar sua candidatura presidencial (D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1995, p. 247). De acordo com o depoimento de outros militares, como os generais Gustavo Moraes Rego e Octávio Costa, havia no governo duas candidaturas à sucessão de Figueiredo: a de Medeiros e a de Mário Andreazza (D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1995, p. 89-90 e 116-120). Segundo Octávio Costa, a candidatura do chefe do SNI tinha o apoio dos duros e foi acompanhada de um fortalecimento político extraordinário durante o governo Figueiredo, inclusive com a criação de uma estrutura tecnologicamente avançada em termos de engenharia militar. Ainda de acordo com Octávio

²² As citações referentes aos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* relativas à saída do general Golbery do Couto e Silva do governo e às suas conseqüências foram consultadas no Dossiê “A queda de Golbery” (CPV, 1995b), organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro (CPV). Neste caso, nem todas as matérias trazem o número da página, porém, quando citada, a paginação segue a numeração original dos referidos jornais.

Costa, a candidatura Medeiros tinha tanta força que contava com um projeto de comunicação e finanças que envolvia o relançamento da Revista *O Cruzeiro*, que deu origem ao famoso "Caso Baumgarten", e a captação de recursos através de uma empresa, a Capemi, favorecida na exploração da madeira da futura represa de Tucuruí (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1995, p.116-120).

No documento enviado a Figueiredo, Golbery do Couto e Silva destaca o "dilema inescapável" do presidente diante do episódio: "ou incapacidade de ação repressora, por falta de autoridade efetiva, ou complacência e comprometimento de fato, em grau maior ou menor, no atentado terrorista, pelo menos em seu acobertamento". Além disso, denuncia a responsabilidade das "linhas hierárquicas distintas das legítimas e legais", envolvendo escalões governamentais, nas ações terroristas e acusa indiretamente o SNI, "órgãos de informações e contra-informações mais vinculados à Presidência", por omissão no episódio, pois conhecedor do fato omitiu-se na tarefa de impedi-lo. Por fim, propõe simplesmente a extinção dos DOI-CODI por ato presidencial e a remontagem do serviço de informações do Exército, como forma de eliminar a cadeia de comando paralela e fortalecer a autoridade do presidente (ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, p. 265-268). Como se sabe, nenhuma destas iniciativas foi tomada e nenhum militar foi punido pelo atentado do Riocentro, indicando o enfraquecimento de Golbery do Couto e Silva dentro do governo.

Além desta questão, as contradições de Golbery do Couto e Silva com os setores duros do governo, após o episódio do Riocentro, também se manifestaram em outros problemas. Primeiramente, havia uma divergência quanto à abrangência do "pacote" eleitoral proposto por Golbery para as eleições de 1982, que propunha apenas alterações menores como a extensão das sublegendas para candidaturas a governador, com vistas a evitar novas dissidências no PDS. Para os duros, medidas como o voto vinculado para todos os cargos, a proibição de coligações entre os partidos e restrições à propaganda da oposição na TV deveriam ser incorporadas, havendo até mesmo quem desejasse a prorrogação de mandatos, conforme a necessidade de garantir a maioria do PDS no colégio eleitoral, que escolheria o sucessor de Figueiredo em 1984, vital para qualquer pretensão de Medeiros. Em contrapartida, Golbery procurava fortalecer o *campo de interlocução liberal*, pois pretendia negociar estas questões com os partidos de oposição, prevendo até mesmo o apoio dos partidos pequenos em troca da eliminação do quociente eleitoral como critério para garantir o registro partidário definitivo. Em segundo lugar, Golbery era contrário à

proposta do ministro Delfim Neto de aumentar a contribuição previdenciária dos trabalhadores de 8% para 10% para resolver a crise da Previdência Social, por considerá-la impopular o suficiente para diminuir as chances eleitorais do PDS em 1982 (*Folha de São Paulo*, 8/8/1981, p. 4-6 e 9/8/1981, s.p.; *O Estado de São Paulo*, 8/8/1981, p.4-7). Deste modo, Golbery do Couto e Silva demite-se em agosto de 1981, alterando a correlação de forças no governo em favor dos duros.

4.3 - O predomínio dos duros no governo e a continuidade da *Abertura*

Na verdade, a saída do ministro da Casa Civil do governo traria diversas conseqüências para o processo de abertura. Em primeiro lugar, a condução do processo pelo governo dar-se-ia num ritmo muito mais lento, ditado pelo ritmo cambaleante da economia e definido fundamentalmente pelo imperativo de viabilizar a maioria governista no colégio eleitoral. Se por um lado isto implicaria na imposição de alterações legais que favorecessem eleitoralmente o partido do governo ainda mais, por outro lado, poderia pôr a perder toda a estratégia de fragmentação da oposição e de criação de um partido auxiliar que fortaleceria o *campo de interlocução liberal*. Em segundo lugar, o governo assumiria uma postura cada vez mais defensiva diante do processo da disputa política, na medida em que as possibilidades de indicação de um militar para suceder Figueiredo por eleição indireta vão se tornando progressivamente remotas, tanto em função do avanço da crise econômica, quanto em função do próprio processo de pluralização e ampliação da esfera da representação política. O compromisso com uma candidatura militar, Medeiros ou Andreazza, reduzia sensivelmente a margem de manobra do governo e as possibilidades de negociação com a oposição burguesa e até mesmo com seu partido, o PDS. As contradições do PDS com o governo se amplificam a partir deste momento, como indicam as dificuldades de relacionamento da direção partidária com Abi-Ackel (*O Estado de São Paulo*, 13/8/1981, s.p.), o fortalecimento dos governadores eleitos em 1982 e a futura indicação de Maluf como candidato à presidência, mesmo com a desaprovação do presidente. O resultado deste processo se manifestará na crise do cesarismo militar na etapa seguinte e no seu colapso em 1985.

Para ocupar o lugar de Golbery do Couto e Silva foi escolhido João Leitão de Abreu, antigo ministro da Casa Civil de Médici e na ocasião ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A escolha de Leitão de Abreu confirma o avanço dos duros na composição

do governo, pois foi feita por Figueiredo juntamente com o ministro do Exército, Walter Pires, e com o ministro da Casa Militar, general Danilo Venturini, sem consulta ao PDS, reforçando os setores “medicistas” (*Folha de São Paulo*, 8/8/1981, p.4-6 e 9/8/1981, s.p.). O predomínio dos setores duros dentro do governo não significa o abandono do processo de abertura, porém sob a condução de Leitão de Abreu terá seu ritmo reduzido. O compromisso do governo com a continuidade do processo de abertura não se deveu apenas à inviabilidade de um retrocesso em relação às reformas institucionais ou ao fim da escalada de atentados terroristas, devido ao relativo isolamento dos setores mais duros. Deveu-se também à influência passivizadora exercida pela institucionalidade autoritária reformada sobre os partidos de oposição. Após o atentado do Riocentro há um processo de acomodação dos partidos de oposição em relação ao governo, principalmente os partidos da oposição burguesa, para evitar um retrocesso político e garantir o cumprimento do calendário eleitoral em 1982. Primeiramente, a oposição, puxada pelo PMDB e pelo PP, mostrou-se solidária com a posição do presidente Figueiredo, reforçando seu papel de fiador da continuidade da abertura, inclusive com o apoio de entidades bastante críticas em relação à omissão do governo diante da escalada terrorista como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) (*Em Tempo*, 14/5/1981, P. 3). Além disso, a necessidade de garantir a realização das eleições diretas para governadores em 1982 e a posse dos eleitos em 1983 fez os partidos de oposição abandonarem a proposta de convocação de uma Assembléia Constituinte.

Já assinalamos que a convocação de uma Assembléia Constituinte significava uma ruptura com a institucionalidade autoritária, mesmo após as reformas de 1978 e 1979. Todos os partidos de oposição defendiam a convocação de uma constituinte com vistas à promulgação de uma nova constituição, com exceção do PP, que propunha apenas uma reforma constitucional. No entanto, já em 1980 a proposta de convocação de uma Assembléia Constituinte começa a ser esvaziada novamente, tanto por uma perspectiva conservadora, quanto por uma perspectiva de esquerda. Além do PP, que afirmava ser mais “realista” a realização de uma reforma constitucional, o PMDB só propunha a constituinte desde que não servisse para radicalizar o processo político, e até concordava com a realização de uma “constituinte com Figueiredo”, conforme opinião de seu presidente nacional, o deputado Ulysses Guimarães (*Em Tempo*, 19/6/1980, p. 7 e 3/7/1980, p. 3). No PT, a proposta de constituinte sempre foi encarada com desconfiança, apesar de constar no

seu programa, pois era vista como uma tentativa de rearticulação das classes dominantes com o Estado, desviando os trabalhadores da prioridade de fortalecer sua organização e mobilização. Além disso, no documento “O PT, os trabalhadores e a Constituinte”, assinado pela Comissão Executiva Nacional, o partido afirmava não haver garantias de que a constituinte seria efetivamente livre, soberana e democrática (*Em Tempo*, 22/1/1981, p. 6). Em 1981, o temor de um retrocesso político faz com que a bandeira da constituinte seja efetivamente abandonada, para evitar qualquer processo de radicalização (*Em Tempo*, 3/12/1981, p. 5). O centro da estratégia oposicionista, principalmente do PMDB, passa a ser a vitória nas eleições de 1982, para conquistar a maioria no Colégio eleitoral e assim ganhar a presidência em 1984 (*O Estado de São Paulo*, 11/8/1981, p.3; *Folha de São Paulo*, 11/8/1981, s.p.).

Mesmo com a saída de Golbery do Couto e Silva do governo, a oposição continua se movimentando no campo de possibilidades aberto pela reforma da institucionalidade autoritária e do sistema partidário. Portanto, esta situação contribui para evitar que o fortalecimento dos duros dentro do governo desencadeie um retrocesso no processo de abertura. Este tinha atingido um tal grau de enraizamento da arena da disputa política e de funcionalidade para uma perspectiva autocrática que tornou possível até mesmo a absolvição dos dirigentes sindicais do ABC Paulista pelo Superior Tribunal Militar (STM) e a posse de Aureliano Chaves na presidência da República durante a licença de Figueiredo, entre setembro e novembro de 1981.

Em fevereiro de 1981, Lula e mais dez dirigentes sindicais são condenados por crime contra a Lei de Segurança Nacional devido à sua participação na greve metalúrgica de 1980 no ABC Paulista. No entanto, em setembro de 1981 esta decisão é revista pelo STM, que resolve absolver os sindicalistas de todas as acusações, inclusive tornando-os elegíveis novamente, numa indicação de que a estratégia de contenção da *crise conjuntural* já prescindia de medidas mais drásticas (D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1995, p. 314 e 315).

No mesmo mês de setembro, devido a um infarte, o presidente Figueiredo é hospitalizado e se licencia da presidência da República. A situação assemelhava-se à crise de 1969, quando a doença do general Costa e Silva gerou uma ruptura na legalidade da cadeia sucessória, com o impedimento da posse do civil Pedro Aleixo na presidência, seguido do governo da Junta Militar e do início de um novo mandato presidencial com o general Médici. Desta vez, no entanto, a situação era outra, pois a doença do presidente não

era tão grave, o que reduzia a possibilidade do vice, Aureliano Chaves, completar o resto do mandato, e nem havia condições militares para uma espécie de “virada de mesa”. Isto se deve tanto ao apoio dos generais Walter Pires, ministro do Exército, Otávio Medeiros, chefe do SNI, e Danilo Venturini, ministro da Casa Militar, à ascensão de Aureliano Chaves, quanto à mobilização realizada por Golbery do Couto e Silva junto a empresários e ao ex-presidente Geisel, que ainda possuía influência em muitos setores das Forças Armadas, em defesa da solução legal. Deste modo, a posse do vice na presidência não suscitou uma nova crise militar, apesar de algumas resistências se manifestarem nos meios militares. Além disso, o ministro do Exército consolidou sua supremacia sobre as Forças Armadas e sobre o governo no episódio, pois atuou como verdadeiro “fiador” do curto governo Aureliano Chaves, além de viabilizar uma espécie de “governo paralelo”, pois os principais ministros (Delfim Neto, Leitão de Abreu, Walter Pires, Danilo Venturini e Otávio Medeiros) continuavam a tratar as questões centrais diretamente com Figueiredo (*Em Tempo*, 1/10/1981, p. 4 e 15/10/1981, p. 5).

4.4 - O Pacote de Novembro e a fusão PMDB-PP

Afastada a possibilidade de retrocesso político após a alteração da correlação de forças em favor dos duros, o núcleo da estratégia do governo será o estabelecimento de medidas que garantam a vitória do PDS em 1982, de modo a viabilizar a maioria governista no colégio eleitoral de 1984. Deste modo, o governo apresenta um novo pacote eleitoral, incorporando as iniciativas reivindicadas pelos duros e promovendo uma reacomodação no sistema partidário. As principais medidas do chamado “Pacote de novembro” foram o estabelecimento do voto vinculado para todos os cargos, a obrigatoriedade de os partidos apresentarem chapa completa (de vereador a governador) para poderem disputar a eleição e a proibição de coligações entre os partidos. Apesar de não contemplar o estabelecimento da sublegenda para governador, que já tinha sido reprovada pelo Congresso Nacional em outubro, o “Pacote de novembro” foi criado para impedir a realização de eleições plebiscitárias, como em 1974 e 1978, pois estas medidas inviabilizavam a formação de “frentes de oposição”, reunindo os partidos oposicionistas contra o partido do governo. Deste modo, o governo pressionava o sistema pluripartidário para a fragmentação e potencializava as chances do PDS (FLEISCHER, 1988, p. 79).

Aprovado por decurso de prazo em janeiro de 1982 o “Pacote de novembro” teve como principal consequência imediata a fusão entre PP e PMDB.

Como indica o discurso de seu presidente, senador Tancredo Neves, na primeira Convenção Nacional do partido em julho de 1981, o PP era frontalmente contrário à sublegenda, ao voto vinculado e à proibição de coligações (DELGADO, 1988, p. 194-197). A presença de inúmeros quadros políticos da ARENA e do MDB entre suas fileiras fazia do PP o verdadeiro “fiel da balança” das eleições de 1982. Na medida em que as sublegendas para governadores foram derrotadas, poderia atrair os descontentes dos outros partidos e encabeçar coligações partidárias com os partidos de oposição e talvez até com o PDS, conforme a situação política em cada estado. No entanto, a proibição de coligações e o voto vinculado obrigava o PP a lançar chapa própria e a disputar com o PDS, de um lado, e com o PMDB, de outro, o que o inviabilizava em muitos estados.

Em resposta, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães articulam a fusão entre seus partidos, o que na verdade foi uma incorporação, pois o programa do PMDB foi mantido e aceito pelos membros do PP (GUTEMBERG, 1994, p. 246-250). As resistências a este processo partiram do senador Magalhães Pinto e do deputado Thales Ramalho, que mais tarde aderiram ao PDS. No PMDB, a fusão foi oficializada na Convenção Nacional de fevereiro de 1982, com a concessão de um terço dos cargos do Diretório Nacional e da Comissão Executiva Nacional para os ex-pepistas, sem nenhuma reação ideológica ou programática da Tendência Popular. A volta de inúmeros adesistas e moderados do ex-MDB, como Chagas Freitas, Miro Teixeira, Tancredo Neves e Thales Ramalho, e de diversos arenistas, como os ex-governadores Aluísio Alves (RN), José Fragelli (MT), Sinval Guazelli (RS), Cid Sampaio (PE), Jaime Canet (PR) e Roberto Santos (BA), foi aceita pela Tendência Popular, na medida em que potencializava a perspectiva de construção de uma frente ampla das oposições, apesar de amplificar seu *dilema institucional* (*Em Tempo*, 14/1/1982, p. 4 e 11/3/1982, p. 3).

Na verdade, a perspectiva de criar o PMDB como um “MDB depurado” foi esvaziada no próprio processo de construção do partido, além de ser considerada francamente desnecessária por setores que reivindicavam o compromisso com as camadas populares. Sendo assim, a fusão com o PP reforça a *vocação hegemônica* do PMDB, pois amplia a articulação do partido com as frações oposicionistas do bloco no poder, sem grandes perdas no campo popular, apesar da debandada de alguns setores para o PT. Além disso, transforma o PMDB no grande partido do “campo de interlocução liberal”, maior e

mais forte que o PP e mais legítimo que o PDS. Esta situação consolida a estratégia de evitar a radicalização do conflito político, para garantir a realização das eleições de 1982, e assim vislumbrar a possibilidade de vitória na sucessão presidencial de 1984, confirmando a condição de *partido institucional* do PMDB. A partir da fusão, a bancada peemedebista na Câmara dos Deputados sobe de 121 para 188 e no Senado de 20 para 30, além do governo do Rio de Janeiro com Chagas Freitas (FLEISCHER, 1988, p. 78).

4.5 - A emenda constitucional de junho e as eleições de 1982: consolidação da institucionalidade autoritária reformada

A fusão PMDB-PP tornou sem efeito grande parte do impacto imaginado pelo governo, ao editar o “Pacote de novembro” para aumentar o favoritismo do PDS. O novo PMDB tornava-se uma ameaça para a estratégia governista, pois reunificava a quase totalidade das frações oposicionistas do bloco no poder, esvaziando uma das intenções originais do projeto de reforma partidária, a fragmentação do partido oficial da oposição. Daí a edição de uma nova reforma eleitoral em maio de 1982, o chamado “Pacote de maio”. A Emenda Constitucional n. 22 foi enviada ao Congresso Nacional, em maio, e aprovada, em junho, após grande esforço do governo para mobilizar toda a bancada pedessista. As principais modificações foram relativas à representação dos estados no Congresso Nacional, à composição do colégio eleitoral que elegeria o próximo presidente da República, ao quórum mínimo exigido para aprovação de emendas constitucionais, às prerrogativas do poder legislativo e à legalização dos partidos.

Numa nova alteração da representação parlamentar dos estados, as bancadas estaduais foram limitadas ao máximo de 60 e ao mínimo de 4 deputados, aumentando o número de deputados federais de 420 para 479 a partir de 1983. Mais uma vez, a finalidade desta alteração era ampliar a representação parlamentar dos estados mais atrasados economicamente, em detrimento dos estados mais desenvolvidos, de modo a favorecer o voto governista nas regiões Norte e Nordeste e reduzir o peso do voto oposicionista no Centro-sul do país. Tomando o exemplo dado por Pereira, Caropreso e Ruy (1984, p.28), enquanto São Paulo tinha sua representação reduzida para 60 deputados federais, quando pelo número de eleitores deveria ter 107, Roraima tinha sua representação aumentada para 4 deputados federais, quando deveria ter apenas um de acordo com o número de eleitores. Baseada nesta lógica, a composição do colégio eleitoral foi alterada, pois de agora em

diante todos os estados teriam 6 delegados indicados pelo partido majoritário na Assembléia Legislativa, independente do número de eleitores ou habitantes de cada um. Deste modo, além dos respectivos deputados federais e senadores, São Paulo e Roraima teriam o mesmo número de delegados, fortalecendo claramente a representação dos estados mais atrasados. Ainda neste ponto, a eleição presidencial indireta foi transferida de 15 de outubro de 1984 para 15 de janeiro de 1985, diminuindo consideravelmente o prazo entre a eleição e a posse do eleito. Temendo que o PDS perdesse a maioria simples que possuía no Congresso Nacional, o governo elevou novamente o quórum mínimo para aprovação de emendas constitucionais, de maioria simples (50% mais 1) para maioria de dois terços. Deste modo, mesmo perdendo a maioria, o partido do governo ainda teria poder de veto sobre as propostas da oposição, forçando-a a negociá-las (*Em Tempo*, 1/7/1982, p. 2).

Nesta reforma, o Congresso Nacional recuperou algumas de suas prerrogativas, fortalecendo a esfera da representação política, porém ainda aquém do que a emenda Flávio Marcílio propunha, como o direito de se auto-convocar e a limitação do decurso de prazo, que só se consumaria após dez sessões seguintes ao prazo de 45 dias de tramitação dos projetos do governo. Além disso, os deputados e senadores não poderiam mais ser processados, a não ser por crimes contra a honra, e os presidentes da Câmara e do Senado poderiam autorizar viagens de parlamentares ao exterior. No tocante às eleições, os prefeitos e vereadores eleitos em 1982 teriam um mandato de seis anos, para dissociar novamente as eleições municipais das estaduais e federais, e os municípios com mais de um milhão de habitantes teriam 33 vereadores. Ainda para favorecer uma perspectiva eleitoral conservadora nas eleições de 1986 seria adotado o voto distrital misto para a Câmara dos Deputados (*Em Tempo*, 1/7/1982, p.2).

Na questão partidária, o governo adiou para 1986 a aplicação dos critérios relativos ao desempenho eleitoral, para a legalização definitiva dos partidos que ainda não haviam conseguido 48 parlamentares no Congresso Nacional, caso do PTB, do PDT e do PT. Este adiamento acabou beneficiando os três partidos citados e evitando um inchaço maior ainda do PMDB, pois nenhum deles atingiu em 1982 o quociente eleitoral exigido. Além disso, o “pacote” permitiu que os parlamentares fizessem novas filiações, o que diminuiu a bancada do PMDB na Câmara dos Deputados em vinte parlamentares e no Senado em três. Dos 67 deputados federais oriundos do PP, dez filiaram-se no PDS, mais dez deputados do próprio PMDB filiaram-se no PTB. Deste modo, o PMDB teve sua bancada reduzida de 188 para 168, o PDS teve sua bancada aumentada de 214 para 224,

voltando a ter folgada maioria na Câmara Federal, e o PTB passou a formar a terceira bancada, pois subiu de quatro para catorze deputados federais e de nenhum para dois senadores (FLEISCHER, 1988, p. 78-79). Estas alterações esvaziaram parcialmente o impacto da fusão entre PP e PMDB, ampliando a maioria pedessista na Câmara dos Deputados, impedindo que os partidos pequenos fossem atraídos para o PMDB e potencializando a inserção parlamentar do PTB com vistas a reforçá-lo como partido auxiliar do governo.

Um último casuísmo foi aprovado em agosto pela maioria pedessista proibindo o voto de legenda (voto no partido), obrigando o eleitor a escrever o número ou o nome de todos os candidatos, de governador a prefeito, para que sua cédula não fosse invalidada e impondo o modelo de cédula eleitoral elaborado pelo governo, o que dificultava o ato de votar para os eleitores menos escolarizados. O impacto favorável das duas últimas medidas ao PDS é questionável e difícil de mensurar, porém a proibição do voto de legenda prejudicou claramente os partidos pequenos, particularmente o PT, pois o pequeno número de candidatos apresentado por estes partidos impedia que os mesmos conquistassem pelo menos o voto de legenda em regiões ou municípios onde não havia candidatos.

Todas estas intervenções do governo nas condições da disputa política indicam ao mesmo tempo a continuidade do processo de ampliação e pluralização da esfera da representação política, porém a adoção de uma postura mais defensiva. Esta é a grande mudança em relação ao período anterior à demissão de Golbery do Couto e Silva, ou seja, a reforma partidária tem por função viabilizar a criação de *partidos institucionais*, e o *campo de interlocução liberal* deve ser fortalecido, mas desde que isto não coloque em risco a supremacia da esfera de representação burocrática sobre a esfera de representação política e nem a possibilidade do cesarismo militar ser abolido na sucessão de Figueiredo. Ambas eram garantidas fundamentalmente pela maioria do partido do governo no Congresso Nacional e pela presença dos militares na alta cúpula da esfera de representação burocrática — o poder Executivo.

A maioria arenista/pedessista sempre foi essencial para o governo preservar sua capacidade de iniciativa política, determinando as alterações que lhe convinham na arena da disputa política. Para citar um exemplo, a reforma constitucional de junho de 1982 era a sexta aprovada exclusivamente pelo PDS desde o Pacote de Abril de 1977 (*Em Tempo*, 1/7/1982, p. 2). Esta postura defensiva se enquadra na perspectiva determinada pela alteração da correlação de forças dentro do governo, com o predomínio dos duros, e pela

articulação da candidatura Otávio Medeiros, principalmente, e Mário Andreazza, secundariamente. O problema é que após as eleições de 1982 a esfera de representação política se fortalece mais ainda, na perspectiva de autonomia diante da esfera de representação burocrática, e o campo de interlocução liberal assume uma capacidade de iniciativa política que ainda não tinha no interior da autocracia burguesa. Deste modo, a estratégia continuísta do governo passa a ser operada num terreno progressivamente difícil e instável, levando à crise e ao colapso do cesarismo militar na etapa seguinte.

As eleições de 1982 consolidam toda a perspectiva autocrática, imaginada pela estratégia de contenção da crise conjuntural adotada pelo governo, desde as reformas institucionais de 1982. A esfera de representação política consegue canalizar para o seu interior as contradições sociais e os conflitos políticos emanados do processo da luta de classes, amplificando os canais de interlocução das diversas frações do bloco no poder com o Estado e passivizando particularmente as demandas antiautocráticas defendidas pelos movimentos sociais das classes subalternas. Este processo se realiza efetivamente no fortalecimento dos partidos vinculados às diversas frações do bloco no poder, principalmente o PDS e o PMDB, na ampliação da inserção institucional dos setores da oposição vinculados ao campo de interlocução liberal, tanto na esfera da representação política quanto na esfera da representação burocrática com a conquista de executivos estaduais, e na subrepresentação da oposição antiautocrática no processo eleitoral.

Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)(LAMOUNIER, 1990, p.186-187), no Congresso Nacional, não ocorrem muitas variações na representatividade de cada partido na Câmara, apesar do crescimento desproporcional do PDS no Senado. O PDS elege 235 dos 479 deputados federais, perdendo a maioria que detinha, porém comparando com sua bancada em agosto de 1982 (224 dos 420 deputados) proporcionalmente sua queda foi pequena, de 53,3% para 49%. No senado, o partido do governo elegeu 15 dos 25 novos senadores (um para cada estado onde o partido ganhou a eleição para governador e mais e três eleitos por Rondônia), aumentando sua bancada de 36 (53,7%) para 45 (65,2%). Os 49% de deputados federais e 60% dos senadores eleitos em 1982 pelo PDS equivaliam a apenas 36,7% e 36,5% dos votos respectivamente, indicando a importância das novas regras que alteraram a representação dos estados no Congresso para a vitória do PDS. O PMDB também se beneficia desta situação, pois conquistou 41,8% dos deputados federais com apenas 36,5% dos votos. Além disso, aumentou ligeiramente sua bancada, elegendo 200 dos 479 deputados federais. Proporcionalmente, sua representação sobe de 40% para

41,8%, comparando com sua bancada em agosto de 1982, que era de 168 para o total de 420 deputados. No Senado, o maior partido de oposição elegeu apenas nove dos 25 novos senadores, diminuindo sua bancada de 27 (40,2%) para 22 (31,8%). O PTB tem sua bancada na Câmara reduzida de 14 para 13 deputados, enquanto no Senado reduz sua representação de dois para um senador. Proporcionalmente, foi o partido que sofreu maior queda, comparando com sua inserção de agosto de 1982, de 3,3% para 2,7% na Câmara e de 2,9% para 1,4% no Senado (FLEISCHER, 1988, p. 78-80).

Ao contrário, o PDT foi o partido que mais cresceu proporcionalmente, elegendos 23 deputados federais e 1 senador, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (LAMOUNIER, 1990, p.186-187). Proporcionalmente, seu crescimento foi considerável na Câmara, pois possuía nove dos 420 deputados federais (2,1%) em agosto de 1982 e consegue eleger 23 dos 479 deputados federais da nova legislatura (4,8%). Isto se deve basicamente à eleição de Leonel Brizola para o governo do Rio de Janeiro, indicando o peso decisivo do pleito para governador nas eleições de 1982. Por sua vez o PT foi o partido que mais sofreu com as medidas casuísticas dos “pacotes eleitorais”, pois obteve 3,2% dos votos para o Senado e 3,0% para a Câmara, no entanto, cresceu apenas ligeiramente na Câmara aumentando sua bancada de cinco para oito deputados federais, conforme os dados já citados do TSE. Comparativamente com sua inserção em agosto de 1982 o partido cresce proporcionalmente de 1,1% para apenas 1,7%. No Senado, o partido acaba perdendo o senador que possuía (FLEISCHER, 1988, p. 78-80). No colégio eleitoral que elegeria o novo presidente da República, o PDS conseguiu 361 dos 686 delegados, mantendo a maioria de 52,6% e demonstrando o acerto, para o governo, das medidas que alteraram a sua composição. Ainda segundo Fleischer (1988, p.80), se prevalecessem as regras criadas pelo Pacote de Abril, pelas quais Figueiredo foi eleito em 1978, o PDS teria apenas 370 (49,7%) do total de 743 membros do colégio, portanto perderia a maioria absoluta.

Nos planos estadual e municipal, a legislação também jogou fortemente a favor da vitória do PDS, de acordo com os dados do TSE (LAMOUNIER, 1990, p.186-187). Conquistando 37,3% dos votos para governadores de estado, o partido do governo elege 12 governadores dos 22 em disputa (54,6%). Com 36% dos votos para deputados estaduais, elege 50,3% do total; com 46,25 dos votos para prefeito, elege 64,3% do total; e com 39% dos votos para vereadores, elege 62,2% do total. Dos 12 governos estaduais conquistados, dez se encaixam na condição de estados mais atrasados: nove no Nordeste (BA, MA, PI,

PE, PB, CE, AL, SE e RN) e um no Centro-Oeste (MT). Os outros dois foram os governos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, neste último devido à divisão dos votos da oposição entre o PMDB e o PDT. O PMDB conquistou nove governos estaduais: três na região Sudeste (SP, MG e ES), um na região Sul (PR), dois no Centro-Oeste (GO e MS) e três na região Norte (PA, AM e AC). Com 35,8% dos votos para deputados estaduais, consegue 42,7% do total das vagas; com 37,2% dos votos para prefeitos, conquista 34,9%; e com 36,8% dos votos para vereadores, conquista 35,7% das cadeiras. Estes dados confirmam que os casuísmos da legislação eleitoral também beneficiam o PMDB na disputa para governadores, apesar de o prejudicarem ligeiramente no restante do pleito. Já o PDT surpreende o governo militar e sua estratégia eleitoral, conquistando o governo do Rio de Janeiro com Leonel Brizola, apesar do esforço feito para burlar o resultado eleitoral, como indica a tentativa de fraude da empresa ProConsult, com o envolvimento do SNI e da Rede Globo, segundo o jornal *Em Tempo* (*Em Tempo*, 2/12/1982, p. 3).

O quadro político que emerge destes resultados reforça o caráter institucional dos partidos e fortalece o *campo de interlocução liberal* como um agente privilegiado no processo de condução do processo de abertura, a partir de sua inserção na esfera da representação política. Na verdade, a perspectiva de autonomia em relação à representação burocrática e ao cesarismo militar sai fortalecida das eleições, seja entre os partidos de oposição, seja no PDS, na medida em que as diversas frações do bloco no poder encontram na esfera da representação política um mecanismo seguro de interlocução com o Estado e de encaminhamento da disputa política, devidamente *imunizado* em relação à perspectiva antiautocrática das classes subalternas pelo seu caráter socialmente seletivo.

Alguns aspectos do processo eleitoral de 1982 confirmam nossa avaliação. Em primeiro lugar, a vitória do PDS nos estados do Nordeste fortalece sua independência diante do governo militar, na medida em que demonstra sua capacidade de legitimação política, mesmo em condições de disputa eleitoral. É claro que as medidas tomadas pelo governo, para regular a disputa eleitoral ou o uso da máquina administrativa dos governos estaduais como instrumento clientelista e patrimonialista, favoreceram a vitória do PDS. No entanto, é importante ressaltar que no Nordeste as eleições foram marcadas por uma polaridade típica do bipartidarismo. Na verdade, só o PDS e o PMDB estavam organizados o suficiente, nesta região, para participar da disputa em condições de vitória, o que contribuía para que o fenômeno das eleições plebiscitárias se repetisse. Em outras palavras, a estratégia pluripartidária do governo não se realizou plenamente nos estados do Nordeste,

principalmente depois da fusão PP-PMDB, criando condições para uma disputa eleitoral polarizada em que o voto de protesto seria canalizado para o PMDB. No entanto, o partido do governo ganhou em toda a região, fortalecendo, entre os novos governadores, uma perspectiva de valorização da autonomia da esfera da representação política como instrumento de legitimação e de preservação de seu poder. Esta nova situação ajuda a explicar a dissidência dos governadores do Nordeste em relação à candidatura do governo militar na disputa presidencial de 1985 (LAVAREDA, 1985, p. 39-60).

Em segundo lugar, o desempenho eleitoral do PMDB consolidou a hegemonia dos setores moderados e conservadores do partido em detrimento dos setores populares, ampliando sua capacidade de interlocução com as diversas frações do bloco no poder, mesmo as frações hegemônicas. Entre os governadores eleitos pelo PMDB, predominam políticos notoriamente ligados ao setor moderado do antigo MDB, como Franco Montoro (SP), Tancredo Neves (MG) e Iris Rezende (GO), ou egressos da antiga ARENA, como Gérson Camata (ES) e Gilberto Mestrinho (AM). A fusão com o PP garantiu o apoio de diversos setores dissidentes da ex-ARENA aos candidatos peemedebistas, como o apoio dos ex-governadores arenistas Irapuan Costa Júnior, Alacid Nunes, Marcelo Miranda e Jaime Canet respectivamente a Iris Rezende (GO), Jáder Barbalho (PA), Wilson Martins (MS) e José Richa (PR). Além disso, as candidaturas do PMDB contaram com o apoio de frações do bloco no poder, como o apoio recebido por Franco Montoro de empresários como Antonio Ermírio de Moraes, Olavo Setúbal e Severo Gomes e de setores da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) representados por Mário Amato e Manoel Garcia e a preferência do empresariado mineiro por Tancredo Neves, segundo pesquisa da revista *Exame (Em Tempo)*, 2/12/1982, p. 2-5). Em terceiro lugar, a inserção parlamentar do PDT na Câmara dos Deputados, passando a ter a terceira bancada, se deveu muito mais às disputas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, do que ao seu enraizamento nacional, pois o partido só disputou eleições em 12 dos 22 estados. Dos 23 deputados federais eleitos pelo PDT em 1982, 16 vieram do Rio de Janeiro e sete do Rio Grande do Sul (CPV, 1982, p.4 e 8). Esta situação reforça o caráter *institucional* do PDT, pois amplia sua dependência política em relação ao processo de disputa definido pela institucionalidade autoritária reformada para viabilizar-se como partido.

Por fim, o *dilema institucional* do PT é amplificado. Apesar de concorrer às eleições em 21 dos 22 estados, indicando seu enraizamento nacional, o PT não elege nenhum governador, nenhum senador e apenas oito deputados federais, seis por São Paulo,

um por Minas Gerais e um pelo Rio de Janeiro (CPV, 1982, p.4 e 8). Já adiantamos como este resultado não reflete o grau de estruturação do partido nos estados e nem de articulação orgânica com os movimentos sociais. Esta situação configura o esvaziamento de sua potencialidade eleitoral nas condições de disputa, definidas por medidas como o voto vinculado e a proibição de coligações, contribuindo para transferir grande parte dos seus votos para a “oposição burguesa” representada pelo PMDB. O argumento de que os votos da oposição não poderiam se dispersar para evitar uma vitória do PDS, o chamado “voto útil”, foi importante no baixo desempenho eleitoral do PT (*Em Tempo*, 2/12/1982, p. 2-5) e demonstra claramente como a disputa política foi definida para privilegiar os partidos institucionais. Além disso, as tendências apresentadas de esvaziamento dos núcleos e de privilegiamento do chamado “eleitoralismo” são reforçadas na campanha eleitoral, como constata a própria Comissão Executiva Nacional. Ao avaliar a campanha, a Comissão avalia que: os comitês unificados não funcionaram em muitos estados em função da dissolução das direções partidárias nas candidaturas; diversas candidaturas se baseavam puramente numa perspectiva “aparelhista” de conquista de espaços na disputa interna, sem vinculação com os movimentos sociais e com a construção efetiva do partido, prática também adotada pela esquerda marxista; a disputa eleitoral ficou desvinculada da organização do trabalho de massas nos núcleos. Por fim, avalia ainda que as propostas eleitorais do partido foram desprezadas em diversos casos, tanto por rebaixamento de seu conteúdo crítico para tornar os candidatos menos estigmatizados como “radicais”, quanto por “doutrinarismo” esquerdista, com o privilegiamento de questões gerais e abstratas (PT, 1982b). Deste modo, o PT vivencia de modo mais intenso o *dilema institucional* presente em seu interior, pois o processo eleitoral demonstrou a relativa *imunização* da esfera da representação política à sua perspectiva antiautocrática, contribuindo para esvaziar seu caráter antiinstitucional.

Estes aspectos do processo eleitoral de 1982 configuram para nós a consolidação de toda a estratégia de contenção da crise conjuntural desencadeada a partir do Pacote de Abril, concluindo mais uma etapa do processo de transição da forma autoritária para a forma democrática do Estado burguês. Apesar de todas as fases, variações e alternativas apresentadas por este processo nesta etapa, há uma unidade temporal e temática marcada pela pluralização e ampliação da esfera da representação política. Esta manteve-se como o centro privilegiado de toda a estratégia autocrática de *passivização* das contradições sociais e do conflito político, paralelamente à preservação da supremacia da

esfera da representação burocrática e do cesarismo militar. Ou seja, a esfera da representação política adquiriu uma dinâmica de disputa que impediu o seu *transbordamento para além da manutenção da ordem burguesa*, possibilitando não só a recomposição entre o governo militar e as frações hegemônicas do bloco no poder, mas o controle e o esvaziamento da perspectiva antiautocrática do movimento emergente das classes subalternas. O êxito desta estratégia permitiu que o governo transferisse parte de suas atribuições autocráticas de controle do conflito político para outras instâncias da sociedade política, como o judiciário, ainda na esfera de representação burocrática, e para a esfera da representação política. As reformas institucionais de 1978-1979 — entre as quais a reforma partidária-, a política de “abertura sindical” e as eleições diretas para governadores, por exemplo, são manifestações do processo de operacionalização desta estratégia, que não foi essencialmente alterada mesmo com o maior “endurecimento” do governo no mandato de Figueiredo e depois com a alteração de sua composição interna, marcada pela demissão do general Golbery do Couto e Silva.

O caráter autocrático desta estratégia atraiu o compromisso da “oposição burguesa” com sua realização, manifesto na sua opção por superar o cesarismo militar, através da consolidação do processo de ampliação e pluralização da esfera da representação política e não pela ruptura com o Estado autocrático. Este compromisso cria uma unidade entre setores do governo e da oposição em torno da manutenção e aprofundamento deste processo, compondo o que denominamos de *campo de interlocução liberal*, cuja viabilidade política é plenamente demonstrada pelas eleições de 1982. O compromisso do campo de interlocução liberal com o aprofundamento do processo de ampliação e pluralização da esfera de representação política, inclusive com o estabelecimento de eleições diretas para presidente da República e o desengajamento político dos militares, se chocará progressivamente com a perspectiva de continuidade do cesarismo militar, manifestada pelo governo já nesta etapa. Porém, as implicações desta contradição só se manifestarão plenamente na etapa seguinte, que se desdobrará até a eleição indireta de um governo civil em 1985.

**CAP. 5 - A etapa final da transição: crise do *cesarismo militar* e sucessão presidencial
(1982-1985)**

1- Da *Abertura* à Nova República

A etapa final do processo de transição da Ditadura Militar à Nova República inicia-se após as eleições de 1982 e se encerra com a ascensão da Aliança Democrática ao governo em 1985. Nesta etapa, a capacidade de direção política do governo militar sobre a arena da disputa política vai se desagregando progressivamente, configurando o processo

de crise e colapso do *cesarismo militar*. Na origem e na determinação deste processo está a confluência entre o agravamento da crise econômica, a consolidação da arena da disputa política definida pela institucionalidade autoritária e o fortalecimento progressivo da capacidade de direção política do *campo de interlocução liberal*. O agravamento da crise econômica nesta etapa é produto da potencialização dos desequilíbrios gerados pela crise do padrão de acumulação capitalista, ainda na década de 1970, e pela estratégia de acomodação adotada a partir do colapso do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Entre os anos de 1983 e 1984, as condições econômicas se deterioram rapidamente, fazendo com que as diversas frações do bloco no poder, principalmente o capital monopolista, alimentem divergências com a política econômica operada com o governo e formulem propostas alternativas diante da crise.

Nestas condições, o processo de *crise conjuntural* volta a se intensificar, mesmo que a possibilidade de ela se transformar em uma *crise de hegemonia* não apareça como na etapa anterior (GRAMSCI, 1976, p.45-46). De todo modo, o recrudescimento da crise conjuntural enfraquece a composição entre governo militar e bloco no poder, contribuindo para a crise do cesarismo militar e para a aproximação definitiva e orgânica das classes dominantes com a oposição burguesa (*autocrática* e *anticesarista*). Paralelamente, a oposição *antiautocrática*, vinculada aos movimentos sociais das classes subalternas, retoma sua capacidade de mobilização e organização, amplificando a oposição ao governo e contribuindo para isolá-lo politicamente. A arena da disputa política reflete esta dinâmica, na medida em que a consolidação da amplificação e pluralização da disputa, com as eleições de 1982, permite que o *campo de interlocução liberal* passe a assumir a direção do processo político, a partir dos governos estaduais e do fortalecimento do caráter institucional dos partidos. Por outro lado, o papel dirigente assumido pelo campo de interlocução liberal nesta etapa amplificará o *dilema institucional* da oposição antiautocrática como não havia ocorrido ainda durante a transição.

Este quadro político e econômico-social aguça as pretensões políticas dos diversos agentes políticos e coloca a questão da sucessão presidencial na agenda da arena política, já em 1983. A perspectiva de conciliação e acomodação política passa a delimitar o processo da disputa nesta etapa, tanto em relação ao campo governista, quanto em relação à oposição *autocrática*. No entanto, a campanha das Diretas Já parece ferir esta lógica, na medida em que coloca claramente a perspectiva de ruptura com a institucionalidade autoritária reformada, pelo menos no tocante à questão sucessória. O potencial

antiinstitucional e antiautocrático da campanha das Diretas manifesta-se também porque a perspectiva de ruptura com a própria *autocracia burguesa* alimentava a intervenção de inúmeros setores e movimentos sociais. No entanto, a própria dinâmica da arena política determina que a campanha das Diretas também seja polarizada por uma perspectiva autocrática, pois para a oposição burguesa o caráter massivo e pluriclassista da campanha ampliaria suas chances na disputa presidencial e no próprio processo de acomodação e conciliação com o campo governista. A derrota da campanha e da perspectiva antiautocrática em seu interior permite a retomada da perspectiva política de acomodação e conciliação numa escala extremamente ampla, pois o isolamento político do governo se intensifica devido à sua recusa em aceitar a sucessão por eleição direta. Daí em diante, a arena da disputa política passa a ser dirigida plenamente pelo campo de interlocução liberal, possibilitando a emergência de uma alternativa política ao cesarismo militar no interior da autocracia burguesa. A criação da Aliança Democrática e a eleição de Tancredo Neves para a presidência da República pelo Colégio Eleitoral basearam-se na composição entre as diversas frações do bloco no poder e na acomodação política entre a oposição burguesa e a quase totalidade do campo governista. Deste modo, a crise conjuntural é resolvida nesta etapa com a eliminação do cesarismo militar, evitando a eclosão de uma crise de hegemonia e inaugurando uma nova etapa no processo da luta de classes no país. Porém, o caráter autocrático da aliança política, que tornou possível este processo, impede que a institucionalidade autoritária seja eliminada junto com o cesarismo. Ao contrário, ela é herdada em suas características básicas pelo novo governo civil que se inicia em 1985, com a diferença de que em lugar do *cesarismo militar* instala-se a *tutela militar*. Desta maneira, não se conclui nesta etapa final da transição da Ditadura Militar à Nova República o processo de transição da forma autoritária para a forma democrática do Estado burguês (SAES, 1994, p. 13-51). Ao invés disso, este processo se prorroga até a Constituição de 1988 e a eleição presidencial de 1989, preservando a autocracia burguesa, porém, numa nova configuração.

2 - A arena política após as eleições de 1982 (1983-1984)

2.1 - Crise econômica e recrudescimento da *crise conjuntural*

Na etapa final da transição da Ditadura Militar à Nova República, o processo de *crise conjuntural* volta a recrudescer, na medida em que a crise econômica se agrava, colocando o governo numa situação progressiva de isolamento político, que acelera a crise do *cesarismo militar*. Esta crise não atinge o caráter de *crise de hegemonia*, pois a estratégia de contenção adotada no período anterior continua a surtir efeito; determina, porém, determina um processo de acomodação no interior da arena da disputa política, cujo efeito mais expressivo é a ascensão do *campo de interlocução liberal* à condição de dirigente do processo político, paralelamente à perda desta condição pelo governo militar. A política econômica adotada pelo governo contribuiu para isolá-lo politicamente, pois este se vê pressionado pelas frações hegemônicas do bloco no poder, de um lado, e pelo movimento das classes subalternas, de outro, com conseqüências inevitáveis no plano da disputa política.

A política econômica adotada pelo governo, nesta etapa, foi determinada pela necessidade de ajustar as contas do país às exigências impostas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelos credores externos. A política recessiva adotada desde o final do ano de 1980 não logra obter o equilíbrio esperado, agravando progressivamente a crise econômica. A disputa eleitoral de 1982 retarda a decisão, mas no final do ano o governo acaba recorrendo ao FMI. A ida ao Fundo pressiona o governo a intensificar a política monetarista e ortodoxa que já vinha desenvolvendo, voltada principalmente para equilibrar as contas públicas e garantir o pagamento posterior dos empréstimos efetuados. Os compromissos assumidos com o FMI baseavam-se na tentativa de obtenção de um superávit comercial de 6 bilhões de dólares em 1983, de modo a diminuir o déficit na balança de pagamentos, e na desindexação dos salários em relação à inflação. As medidas desenvolvidas nesta direção iam desde o estímulo às exportações, até a redução das importações de bens de capital, passando por uma nova política de arrocho salarial (FISHLOW, 1988, p.180).

As dificuldades de realização dos propósitos acordados com o Fundo forçam o governo a desvalorizar em 30% a moeda brasileira, o cruzeiro, já em fevereiro de 1983, para facilitar as exportações e diminuir as importações. Ao longo do ano esta iniciativa se repetiria outras vezes, levando a moeda a uma desvalorização total de 140% entre os meses de março e novembro, e pressionando a inflação para cima. Ao término do ano, a balança comercial havia atingido um superávit de 6,5 bilhões de dólares, superando a expectativa original, e o déficit em transações correntes da balança de pagamentos caiu para 6,2 bilhões

de dólares, 2,7% do PIB (Produto Interno Bruto). No entanto, tais resultados não se deveram somente a um aumento nas exportações, menor do que a queda do déficit na balança de pagamentos sugere, mas também a uma diminuição acentuada no volume de importações, caracterizando uma política de indução da recessão, sentida principalmente na indústria e na agricultura voltadas para o abastecimento interno. O produto industrial caiu 5,2% em 1983, principalmente no setor de bens de capital, cuja queda foi de 19%. Além disso, os preços agrícolas dispararam, acelerando a inflação, pois o aumento de 1,7% na produção agrícola se deveu ao crescimento das culturas de exportação, mas não das culturas vinculadas ao abastecimento interno. Estas, pelo contrário, tiveram quedas acentuadas em 1983, não só devido aos problemas climáticos, mas também às restrições na importação de insumos agrícolas (CARNEIRO, MODIANO, 1992, p.330-337).

Na questão salarial, o governo procurou desindexar os salários, enviando diversos decretos-leis ao Congresso Nacional, chegando a declarar “estado de emergência”, em Brasília, para forçar sua aprovação. Em janeiro de 1983, é enviado o Decreto-lei 2.012, que reduzia o reajuste da faixa salarial de um a três salários mínimos, de 110% para 100%, sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Mesmo contando com o apoio do PDS e do PTB, o decreto do governo é rejeitado pelo Congresso, obrigando-o a enviar o decreto-lei 2024, em maio do mesmo ano. Neste novo decreto, a faixa salarial até sete salários mínimos receberia reajustes de 100% do INPC, de sete a quinze salários, 80% do índice, de 15 a 20 salários, apenas 50% e, acima desta faixa, os reajustes ficariam sujeitos a negociação. Também rejeitado pelo Congresso Nacional, o Decreto-lei 2.024 foi substituído pelo 2.045, que simplesmente previa reajustes de apenas 80% do INPC para todas as faixas salariais. Rejeitado mais este, o governo finalmente aprova o Decreto-lei 2.065, em outubro de 1983, com validade de um ano, definindo os seguintes índices: reajustes de 100% do INPC para a faixa de um a três salários mínimos; 80% do índice para a faixa de três a sete salários, 60% do índice para a faixa de sete a 15 salários e de apenas 50% do índice para as faixas acima desta última. O arrocho salarial imposto pelos respectivos decretos governamentais foi intenso, pois, enquanto cada decreto não era votado e rejeitado, eles entravam em vigor automaticamente. Além disso, o INPC, que media os reajustes salariais, era claramente defasado em relação à taxa real de inflação, medida por índices como o Índice Geral de Preços (IGP) e o Índice de Preços dos Alimentos (IPA), pois de seu cálculo eram expurgados os aumentos considerados “acidentais” e “atípicos”, devidos a problemas climáticos ou outras causas conjunturais. No

final de 1983, enquanto o INPC registrava uma inflação de 172,9%, o IGP chegava a 211% e o IPA a 224,2% (MORAIS, 1986, p.41-46).

Esses índices demonstram, por outro lado, a ineficácia da política econômica do governo em reduzir a espiral inflacionária em 1983, pois, sob qualquer índice, a taxa de inflação ficou bem acima dos 99,7% de 1982 e dos 78% previstos para 1983, no acordo assinado com o FMI. Além disso, o ano de 1983 marca o aprofundamento da recessão econômica. Conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o PIB (Produto Interno Bruto) apresentou uma taxa negativa de 2,8% (ABREU, 1992, p.408).

Em 1984, as condições externas tornam-se mais favoráveis, e a economia brasileira volta a crescer moderadamente, puxada pelo aumento das exportações, sobretudo. Alguns setores se beneficiam do aumento das exportações e retomam o processo de crescimento, influenciando positivamente outras áreas, como os produtos agrícolas e os manufaturados. Além da agricultura de exportação, as culturas voltadas para o abastecimento interno também se expandem, contribuindo para o aumento do produto agrícola em 7,9%. A produção industrial cresce 7% em relação ao ano anterior, apesar de nova queda nas importações, particularmente na indústria de transformação e na indústria extrativa mineral. Até mesmo o setor de bens de capital recupera-se da queda, impulsionado pela demanda criada pelo setor agrícola e pelas exportações, apresentando uma taxa de crescimento de 14,8%, em relação ao ano anterior. O resultado deste processo é o pequeno superávit de 44,8 milhões de dólares em transações correntes da balança de pagamentos, devido, sobretudo, ao novo superávit da balança comercial em 1984. Conforme dados do IBGE, o PIB apresentou taxa positiva de 5,7% no ano de 1984 (ABREU, 1992, p.408). No entanto, apesar do ano de 1984 não apresentar o mesmo quadro recessivo de 1983, a taxa de inflação continuou crescendo, atingindo o índice de 223,8% pelo IGP e de 203,3% pelo INPC (CARNEIRO, MODIANO, 1992, p.337-342). Em outubro de 1984, a política de desindexação dos salários ganhou continuidade com a aprovação de uma nova lei salarial, que reajustava os salários em 100% do INPC até a faixa de três salários mínimos e reajustava em 80% do índice as faixas salariais superiores a esta (NORONHA, 1991, p.109).

Apesar da melhoria nas contas externas entre os anos de 1982 e 1984, o arrocho financeiro imposto pelo FMI continua dificultando o reescalonamento da dívida externa e elevando os pagamentos de juros e serviços, a montantes quase equivalentes aos

empréstimos que entravam. Somando-se esta situação ao quadro deficitário da balança de pagamentos, tem-se o aumento da dívida externa, de 70,1 bilhões de dólares em 1982 para 81,3 bilhões em 1983 e 91,1 bilhões em 1984. Conforme Fishlow (1988, p.168-182), os efeitos recessivos desta orientação desestimulam mais ainda os investimentos produtivos públicos e privados, como explicita a queda da formação bruta de capital fixo, que atinge índices que não eram vistos desde o período anterior ao “Milagre Brasileiro”: 16,1% do PIB, em 1983, e 15,5%, em 1984, conforme dados do IBGE (ABREU, 1992, p.408). A recessão econômica privilegia a chamada “ciranda financeira”, na medida em que, na captação de recursos junto ao setor privado, o governo recorre às desvalorizações cambiais, eleva os juros e mantém a indexação dos títulos públicos, desviando mais ainda o capital produtivo para o sistema financeiro e pressionando para cima os preços e custos. Esta dinâmica perversa amplia o déficit do governo, além da própria inflação, pois leva-o a crescentes emissões monetárias e de títulos para lastrear a “ciranda”. Como evidência deste processo, a dívida interna federal sobe progressivamente, de 12,6% do PIB, em 1981, para 16,1%, em 1982, 21,4%, em 1983, e 25,3%, em 1984 (ABREU, 1992, p.412). Portanto, a estratégia monetarista e ortodoxa dirigida pelo FMI entrou em total assimetria com os resultados obtidos, pois a priorização do equilíbrio nas contas externas não só não impediu, como agravou o desequilíbrio interno (FISHLOW, 1988, p.177-182). A continuidade da recessão e da inflação alimentava um círculo vicioso gerador de dívida pública, interna e externa, e predatório, porém altamente virtuoso para a remuneração do capital nas condições da crise.

Na verdade, a inflação e a ciranda financeira preservavam a remuneração do capital monopolista o máximo possível, diante de uma tendência de queda progressiva da taxa de lucros, devido à queda do ritmo produtivo. A *estratégia de acomodação*, vigente desde o colapso do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), estatizou as dívidas externa e interna geradas por toda a economia, não só pelo Estado, e indexou privilegiadamente os ativos financeiros controlados pelo capital, protegendo-os da inflação e da progressiva ineficiência da correção monetária em remunerá-lo. Desde que a espiral inflacionária indexou todos os valores, inclusive os salários, a correção monetária perdeu a função de remunerar preferencialmente o capital. A partir disto, a remuneração do capital monopolista passou a exigir uma indexação nova e privilegiada às custas da dívida interna e externa do Estado, levando este a reinvestir seus lucros em títulos do Tesouro, como as ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), e no *overnight*. A rentabilidade

deste último, garantida pelos juros altos, atraía tanto o capital desviado da produção, como as rendas da classe média, seduzida pela possibilidade de proteger suas poucas reservas. Desprotegidos mesmo continuaram os setores de baixa renda, a massa dos trabalhadores, remunerados por uma política de reajustes salariais, que sequer repunha as perdas reais causadas pela inflação (GOLDENSTEIN, 1994, p.57-96).

Ao mesmo tempo, a chamada ciranda financeira possibilitava a captação de recursos para o setor público, junto ao setor privado, destinados ao pagamento dos compromissos derivados do endividamento externo. Conforme dados do Banco Central, neste período, há uma aceleração do processo de estatização da dívida externa, pois, do total de 81,3 bilhões de dólares devidos em 1983, apenas 21 bilhões eram computados como dívida privada. Em 1984, a proporcionalidade entre dívida estatal e dívida privada torna-se mais negativa ainda para o setor público, pois, do total de 91,1 bilhões de dólares, apenas 19,3 bilhões são atribuídos à dívida privada (ABREU, 1992, p.410). Este processo determinou que a política de cortes no orçamento e nos investimentos das empresas estatais fosse aprofundado, contribuindo para deteriorar os serviços públicos e levando o setor produtivo estatal a acumular taxas negativas de lucro.

Apesar de a política econômica adotada pelo governo imunizar o capital monopolista dos efeitos mais perversos da crise, a situação recessiva e a ciranda financeira acirram a disputa, entre o setor público e o setor privado, pelo excedente econômico. Isto amplifica as contradições entre o governo militar e o bloco no poder e aproxima mais ainda diversas de suas frações da oposição burguesa (SINGER, 1988, p. 122-123). A estratégia de acomodação, adotada durante a passagem da *Distensão* à *Abertura* e garantidora da recomposição entre o governo militar e as frações hegemônicas do bloco no poder, começa a gerar resultados diferentes, na medida em que acentua a postura crítica das últimas em relação ao primeiro. Apesar de as frações monopolistas da burguesia preservarem seu compromisso com a continuidade do processo de transição, nos marcos da institucionalidade autoritária reformada, situando-se ainda no campo da *autocracia burguesa*, sua tolerância em relação à continuidade do *cesarismo militar* torna-se progressivamente menor. Este posicionamento é importante, pois diminui substancialmente a possibilidade de um retrocesso na etapa final da transição, e contribui para reforçar o processo de ampliação e pluralização da esfera de representação política e da arena política institucionalizada, consolidada com as eleições de 1982.

Além da disputa do excedente econômico na conjuntura de crise, a postura crítica das frações hegemônicas do bloco no poder, diante do governo militar, se deve, fundamentalmente, à sua incapacidade de conduzir a política econômica para além da administração cotidiana da crise. Em outras palavras, a incapacidade do governo militar de conduzir a economia brasileira para um novo padrão de acumulação capitalista, traço evidente desde o fim do II PND, manifesta-se de modo crítico nesta etapa. Na medida em que o padrão de acumulação dependente-associado, vigente desde a Restauração Kubistchek e consolidado com o “Milagre Brasileiro”, aprofunda sua crise, os desequilíbrios internos e externos derivados da sua manutenção apresentam-se com mais clareza e de modo mais dramático. Deste modo, neste momento surgem duas perspectivas econômicas alternativas, entre as frações hegemônicas do capital, que, de um modo ou de outro, apresentam divergências em relação ao imediatismo da política econômica do governo e apontam a possibilidade de criação futura de um novo padrão de capital. Conforme Velasco e Cruz (1988, p.265), os dois discursos econômicos que aparecem neste período contando com respaldo entre setores do empresariado, que em nossa avaliação fundamentam estas perspectivas alternativas, são o *neoliberal* e o *desenvolvimentista*²³.

De um lado, o discurso neoliberal propõe um conjunto de medidas que vão desde a austeridade financeira, o saneamento do déficit público e a redução do papel econômico do Estado, até maior abertura ao capital externo, passando pelo aumento das exportações e pela privatização das empresas estatais. Por outro lado, o discurso desenvolvimentista preconizava medidas, como a manutenção da expansão rápida da economia, a consolidação e diversificação da base industrial, com o desenvolvimento de setores de tecnologia de ponta, a correção das distorções do sistema financeiro — de modo a rearticular o sistema industrial com o sistema financeiro público e privado e dotando-o de capacidade de investimento a longo prazo. Outras medidas seriam a ampliação da produção agrícola, o desenvolvimento de uma política social ativa e a modificação do sistema tributário, com o combate à sonegação, a diminuição dos impostos indiretos e a taxaço sobre os ganhos de capital (CRUZ, 1988, p. 265-268).

²³ - Em relação aos termos propostos por Bielchowsky (1996) para identificar as diversas correntes que participaram do debate econômico brasileiro entre os anos 30 e 60, há uma relativa distinção para o termo neoliberal utilizado nesta conjuntura. Poderíamos afirmar que, apesar da permanência de algumas teses básicas, o processo de industrialização esvaziou significativamente o conteúdo agrarista dos neoliberais dos anos 80, em comparação com os neoliberais tratados por Bielchowsky.

Segundo Cruz, o discurso desenvolvimentista elaborado neste período emerge do processo de aproximação entre setores do empresariado e os economistas de oposição, vinculados ao PMDB. De acordo com o autor, a referida aproximação se estabelece a partir do processo de renovação das lideranças empresariais nas principais entidades corporativas dos empresários, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, a partir do ano de 1980. A criação do Conselho Superior de Economia, pela nova diretoria da FIESP, estabelece a colaboração entre economistas ligados à oposição, como Luiz Gonzaga Belluzzo e Luís Carlos Bresser Pereira, e líderes empresariais conhecidos por assinarem o “Documento dos Oito”, em 1978, e o “Documento dos Empresários”, de 1980, como Antonio Ermírio de Moraes, Cláudio Bardella e Luis Eulálio Bueno Vidigal. Este processo de aproximação se consolida com a vitória do PMDB nas eleições de 1982 em diversos estados, principalmente em São Paulo (CRUZ, 1988, p.265-268).

Em outro trabalho, Cruz ainda destaca a elaboração de uma análise ampla sobre a crise econômica, realizada em 1983 a pedido do Fórum da *Gazeta Mercantil*, em que diversos economistas de oposição tiveram participação ativa, como o mesmo Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Mello, futuros membros da equipe econômica do governo Sarney. Na introdução deste trabalho, publicado no mesmo ano em forma de livro com o título *Brasil x FMI: a armadilha da recessão*, pela *Gazeta Mercantil*, ambos criticam a orientação econômica do FMI e elaboram uma proposta alternativa. Além da proposta de renegociação “soberana” da dívida externa, há uma proposta de saneamento do sistema de financiamento do setor público, por meio do reescalonamento da dívida interna, com vistas a interromper o processo da especulação financeira. Esta posição crítica acerca da questão da dívida externa e da política financeira do governo também é manifesta por setores do empresariado ao longo do ano de 1984, particularmente a FIESP, porque considerava-se que a política de juros altos e as condições de pagamento da dívida poderiam colocar em risco a relativa recuperação econômica verificada naquele ano (CRUZ, 1997, p.58-66).

Paralelamente a esta posição crítica do empresariado, diante da política econômica do governo, há um processo de retomada do movimento sindical nos anos de 1983 e 1984, superando o período de refluxo e desencadeando inúmeras greves pelo país. A política de arrocho salarial promovida pelo governo pressiona as diversas categorias de trabalhadores a intensificarem suas lutas e o processo de mobilização e organização. Tanto

as categorias que já haviam se destacado combativamente na etapa anterior retomam suas lutas, como os metalúrgicos, quanto outras categorias emergem com bastante força no cenário sindical neste momento, como os funcionários públicos, os bancários e outros. Estas categorias dão ao movimento sindical uma feição social mais diversificada, na medida em que se vinculam às camadas baixas e tradicionais da classe média urbana, evidenciando o processo de radicalização política apresentado por estes segmentos sociais diante da crise do cesarismo militar. Nesta etapa, há um crescimento intenso do volume de greves em relação aos anos anteriores, evidenciando o fim do refluxo de 1981 e 1982. Só na área urbana, computam-se em 1981 e 1982, respectivamente, 150 e 144 greves, enquanto 393 greves foram registradas em 1983 e 618 em 1984 (NORONHA, 1991, Anexo-Tabela 1). Nas áreas rurais, as experiências grevistas se expandem e se diversificam nestes anos, juntamente com o processo de luta pela reforma agrária, abrangendo os trabalhadores rurais, e os pequenos proprietários (MEDEIROS, 1989, p. 129-146).

No plano organizativo, o ano de 1983 marca a divisão orgânica do movimento sindical. Por um lado, a proposta de criação de uma central dos trabalhadores é finalmente viabilizada com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto de 1983; por outro, os setores que a ela não aderem mantêm uma articulação própria, que dará origem à Central Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1986.

Após a realização da primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), em agosto de 1981, a proposta de criação da CUT encontrou diversas dificuldades de realização, em função das divisões no interior da Comissão Pró-CUT, eleita na referida conferência. Os sindicalistas vinculados à tendência da “unidade sindical”, questionavam a proposta de realização do congresso de fundação da CUT em 1982, por ser ano eleitoral e por considerarem que não haveria condições para prepará-lo. Na verdade, a “unidade sindical” não aceitava a proposta de que os trabalhadores pudessem indicar delegados ao congresso, caso a diretoria de seu sindicato não convocasse assembléia para a tirada de delegados (GIANOTTI, NETO, 1990, p.38). Esta proposta, que mais tarde foi flexibilizada, sendo aplicada conforme o caso, visava a contemplar a participação das oposições sindicais na CUT, o que era inaceitável para os que defendiam o princípio da unicidade sindical. Além disso, as divergências sobre questões como o papel das federações e confederações na futura central e o imposto sindical permaneciam, dividindo os sindicalistas e impedindo a convocação para o congresso de fundação da Central. Por fim, os dirigentes sindicais autênticos e as “oposições sindicais”, cada vez mais próximos e

contando com o apoio dos militantes da Igreja Católica, propuseram a realização de uma greve geral, como forma de pressão, para que o governo e os empresários atendessem às reivindicações dos trabalhadores, o que contribuiu para afastar mais ainda a tendência da “unidade sindical” (RODRIGUES, 1991, p.30-33).

Deste modo, o congresso de fundação da CUT foi convocado para o mês de agosto de 1983 pelos sindicalistas autênticos e pelas “oposições sindicais”, contando com o apoio das organizações da esquerda marxista e dos militantes católicos, e recebeu o nome de I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (I Conclat). Participaram dele 5059 delegados, representando 912 entidades de todo o país; os sindicalistas “pelegos” e aqueles ligados à “unidade sindical”, à Contag (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura) e à diversas outras confederações e federações, porém, não enviaram representantes, criando um bloco paralelo à CUT. Este setor convocou um outro congresso em novembro de 1983, do qual participaram 4234 delegados de 1243 entidades sindicais, que passou a denominar este bloco de CONCLAT, a qual deu origem à CGT (Central Geral dos Trabalhadores), em 1986 (RODRIGUES, 1991, p. 33-35).

Em relação à política econômica do governo e à institucionalidade autoritária reformada, ambas as articulações sindicais mantêm-se numa perspectiva *antiautocrática*. Em linhas gerais, no plano econômico, ambas defendiam o estabelecimento de uma nova política econômica, voltada para a distribuição de renda, o fim do arrocho salarial, o combate à recessão e à retomada do crescimento e dos níveis de emprego com o privilegiamento do mercado interno e das empresas nacionais. No plano político, as propostas comuns pautavam-se pela defesa de eleições diretas para presidente, pela revogação dos instrumentos de exceção, como a Lei de Segurança Nacional, a lei de greve, a lei de imprensa e a lei dos estrangeiros, além da liberdade de organização partidária. Apesar de reformada no final de 1983, a Lei de Segurança Nacional preservava sua essência autocrática, na medida em que apenas reduziu o número de crimes e rebaixou suas penas. Além disso, eliminou parte dos crimes, já contemplados por outras leis, como as leis de imprensa e de greve, e transfriu alguns deles para o código penal comum, reproduzindo a perspectiva de transferir parte das chamadas atribuições de “salvaguarda da ordem e do Estado”, do governo militar para outras instâncias da sociedade política (MARTINS, 1986, p. 69).

Porém, apesar da identidade quanto a estas questões, havia algumas divergências de fundo no movimento sindical, que indicavam táticas políticas diferentes

para a conjuntura, pois, enquanto a CONCLAT mantinha grande proximidade com o PMDB, a CUT tinha estreitas ligações com o PT. Na questão da dívida externa, enquanto a CONCLAT defendia a moratória unilateral e soberana, com vistas à renegociação em condições mais favoráveis ao país, a CUT defendia o não-pagamento. Na questão agrária, a CUT defendia uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores, e a CONCLAT também, a partir, no entanto, da aplicação do Estatuto da Terra. Por fim, a CONCLAT pregava a convocação de uma Assembléia Constituinte livre e soberana, enquanto a CUT não tinha uma posição definida a respeito (CARONE, 1984, p. 306-311; CUT, 1984b).

Apesar da perspectiva antiautocrática no plano geral, nenhuma das articulações sindicais consegue romper com a estrutura sindical reformada e com a influência *passivizadora* exercida por ela sobre o movimento. A CONCLAT mantinha a defesa do princípio da unicidade sindical e uma postura política mais moderada, diante do governo e da oposição burguesa, que já ocupava alguns governos estaduais. Segundo relato de Ivan Pinheiro, dirigente sindical vinculado ao PCB, enquanto os sindicalistas da “unidade sindical” defendiam a formação de uma frente democrática na luta contra a Ditadura, os setores que organizam a CUT, chamados por ele genericamente de “Oposição”, defendiam a constituição de uma frente de esquerda, independente dos “liberais” (a oposição burguesa). Além disso, as divergências sobre a questão da greve geral contra o governo e a política salarial, defendida pelos cutistas, também contribuam para a divisão. Deste modo, capitaneados pela direção do PCB e da Contag, os setores sindicais contrários à convocação do congresso de fundação da CUT convocam o congresso de novembro, que cria a CONCLAT (FREDERICO, 1991, p.333-348). Inicialmente, o PC do B defende a manutenção da unidade do movimento sindical e critica a convocação do congresso de novembro do CONCLAT, apesar de manter a crítica aos setores que criaram a CUT. Tais setores, identificados como correntes do PT pelo documento “A posição dos comunistas sobre o Conclat” (PC do B, 1983a), são acusados de praticar o pluralismo sindical e de tentar obter “maiorias artificiais” nos encontros da antiga Conclat (Conferência das Classes Trabalhadoras), elegendo delegados de “organizações fantasmas”. No entanto, tal como o MR-8, o PC do B também se integrará ao CONCLAT (RODRIGUES, 1991, p.35).

A CUT nasce reafirmando as posições assumidas pelos setores sindicais que lhe convocaram, e defendendo um sindicalismo classista — e não de conciliação de classe — a liberdade dos sindicatos diante do Estado e a autonomia destes diante dos partidos, a democracia interna e o enraizamento do movimento sindical nas bases, o internacionalismo

“sem alinhamentos” e o estabelecimento do socialismo como objetivo final da luta sindical (GIANOTTI, NETO, 1990, p.42-52). Deste modo, insere-se no campo da oposição *antiautocrática*, particularmente porque assume a liderança do processo de retomada do movimento sindical, nesta etapa, e a luta para romper com a estrutura sindical reformada. No entanto, a unidade orgânica entre o movimento sindical e o movimento popular, proposta desenvolvida ao longo do processo de emergência do protesto popular, não se realizou na CUT, pois esta formou-se como uma central especificamente sindical. Esta característica limitou a ação da CUT ao campo econômico-corporativo, apesar da enorme influência política e ideológica exercida sobre o conjunto dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Além do mais, vinculou a CUT à estrutura sindical oficial, o que contribuiu para que seu compromisso com a destruição dessa fosse paulatinamente atenuado na prática, apesar da sua manutenção no plano discursivo. Conforme Boito Jr. (1991, p.80-82), esta contradição se evidencia com clareza no apoio dado pela Central para que os funcionários públicos, categoria em ascensão nos planos da mobilização e organização naquela conjuntura, adquirissem o direito de ter seus sindicatos livres reconhecidos pelo Estado. Além disso, a CUT defendia a preservação da contribuição assistencial compulsória, o que dificultava a independência financeira do sindicato diante do Estado. Segundo o autor, esta situação impediu que a estrutura sindical fosse destruída no processo de crise da Ditadura Militar, pois nenhuma articulação do movimento sindical desdobrava a luta contra ela em todas as suas conseqüências. Mesmo nos momentos de maior repressão sobre o movimento sindical, como as intervenções sobre os sindicatos, o governo evitava empurrar os trabalhadores para uma situação de ruptura com a entidade e de criação de sindicatos alternativos (BOITO JR., 1991, p. 71-72). Assim, a estrutura sindical reformada continuou exercendo uma forte influência passivizadora sobre o conjunto do movimento sindical, mesmo nesta conjuntura de radicalização política.

2.2 - O campo de interlocução liberal sob a lógica da conciliação política

O comportamento crítico do empresariado, particularmente das frações hegemônicas do bloco no poder, e dos trabalhadores, nesta etapa, contribui para alterar a correlação de forças na arena da disputa política em favor do fim do governo militar. A configuração da arena política nesta etapa é conseqüência do processo de ampliação e

pluralização da esfera de representação política, desenvolvido na etapa anterior, e definido, pela reforma da institucionalidade autoritária, como parte da estratégia de contenção da *crise conjuntural*. Deste modo, ela é delimitada pela estrutura partidária vigente, pela ascensão dos partidos de oposição aos governos estaduais, pelo fortalecimento da oposição nos legislativos estaduais e no Congresso Nacional, pela emergência do movimento social das classes subalternas, entre outros. Porém, devido ao isolamento político do governo, ela também é delimitada pelo processo de crise do *cesarismo militar* e de ascensão do *campo de interlocução liberal* à condição de dirigente do processo político. Como vimos, este campo carrega uma perspectiva *autocrática*, mas ele se distingue do governo militar por localizar-se em outras esferas da sociedade política, não só no executivo federal, e por representar uma alternativa civil e liberal-democrática para o Estado *autocrático-burguês* brasileiro. Deste modo, a arena da disputa política também vai expressar o processo de recrudescimento da crise conjuntural, determinando a superação do cesarismo militar, através da preservação da institucionalidade autoritária reformada.

As condições institucionais determinantes deste processo emergem com as eleições de 1982. Em primeiro lugar, a ascensão de parte da oposição burguesa aos governos de alguns estados permite que parte da esfera de representação burocrática (os executivos estaduais) seja ocupada diretamente por setores políticos comprometidos com o fim do cesarismo militar. O asfixiante centralismo político e orçamentário imposto pela Ditadura Militar, em sua etapa de institucionalização, limitava essencialmente a capacidade de ação dos governos estaduais. No entanto, não impedia que a aproximação entre frações do bloco no poder e os partidos institucionais de oposição se intensificasse, como já adiantamos no caso da relação entre economistas de oposição e empresários. Além disso, a disputa eleitoral pelos governos estaduais aumentou o poder de barganha e de pressão dos governadores eleitos pelo PDS junto ao governo federal, devido ao fato de que sua legitimidade passou a depender do processo eleitoral, mesmo que de modo não exclusivo. Em segundo lugar, o aumento da bancada oposicionista no Congresso Nacional permitiu que este ampliasse sua autonomia diante do executivo federal, mesmo sob as limitações impostas pela institucionalidade autoritária reformada, configurando o fortalecimento da esfera de representação política. O fato de o PDS não poder mais aprovar sozinho os decretos governamentais ou emendar a constituição possibilitou ao Congresso exercer um papel mais ativo, como até rejeitar medidas do governo, possibilidade efetivada nas sucessivas derrotas deste na questão da política salarial.

Por fim, já assinalamos que as eleições de 1982 fortalecem o *caráter institucional dos partidos*, pois expressam para a oposição burguesa a viabilidade da ascensão política por causa e por dentro da institucionalidade autoritária reformada. Deste modo, os partidos da oposição burguesa terão seu caráter institucional fortalecido e a institucionalidade autoritária reformada continuará determinando os limites de sua ação. Se somarmos a estas características a influência passivizadora da estrutura sindical, já assinalada, e o agravamento do dilema institucional do PT causado pelas eleições de 1982, poderemos compreender, em parte, por que a crise conjuntural não se transforma em crise de hegemonia, mesmo sofrendo um recrudescimento nesta etapa.

Logo após a posse dos novos governadores, a agenda política passa a ser determinada por diversas propostas de “união nacional”, que, de uma forma ou de outra, apontavam para a sucessão presidencial do ano seguinte. Tanto da parte da oposição institucional, em especial dos novos governadores, quanto da parte do governo emergiam propostas de conciliação política, de diálogo e de aliança em torno de uma candidatura de consenso. O agravamento da crise econômica fortalecia esta demanda dentro do campo governista, por um lado, e abria novas possibilidades para a oposição burguesa, de outro lado. Entre os governadores de oposição, as propostas mais explícitas eram defendidas pelo governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, e pelo governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. Tancredo Neves movimentava-se no sentido de ampliar o diálogo com o governo e defendia a definição de uma candidatura de consenso, no que contava com o apoio de outros governadores do PMDB, como Gilberto Mestrinho (AM) e Wilson Braga (MS), chegando a sugerir o nome de Aureliano Chaves como candidato pelo PDS. Leonel Brizola, por sua vez, propunha a reeleição de Figueiredo para mandato de dois anos, seguida de eleições diretas, pois, deste modo, poderia continuar seu mandato como governador do Rio de Janeiro e concorrer à eleição presidencial em 1986. Da parte do governo, as propostas iam desde a reeleição de Figueiredo para um mandato de quatro anos, seguida de eleições diretas para presidente, defendida pelo ministro César Cals (Minas e Energia), até a definição de uma candidatura de consenso, com trânsito nos diversos partidos, aventada pelo próprio Figueiredo (*Em Tempo*, 2/6/1983, p.3).

Esta postura conciliadora vai definir a própria composição política dos governos estaduais de oposição, como em São Paulo e em Minas Gerais. Em São Paulo, o governador Franco Montoro montou um governo de composição ampla, numa clara intenção de ampliar seu espaço de articulação. Seu governo reunia desde o empresário

Einar Kok, liderança ligada à FIESP, até José Carlos Dias, vinculado à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, e membros do PCB, do PC do B e do MR-8 no segundo escalão, passando por Manuel Prieto (secretário de Segurança Pública), ligado ao ex-governador Paulo Egydio e às Forças Armadas, e Nilton Viana (comando da Polícia Militar), com ligações no Ministério do Exército (*Em Tempo*, 5/5/1983, p.4). Em Minas Gerais, Tancredo Neves montou seu secretariado em aliança com o PDS e o PTB, entregando as áreas econômica e social a tecnocratas e ex-arenistas (*Em Tempo*, 21/4/1983, p.4).

A perspectiva conciliadora dos governadores do PMDB tem uma influência progressiva no partido, na medida em que estes passam a assumir a sua direção política, por cima da direção nacional. Na verdade, com a participação nos governo estaduais, o PMDB reforça a supremacia dos detentores de mandato sobre o conjunto dos militantes, característica típica dos partidos burgueses. Se até agora o PMDB foi dirigido pela sua fração parlamentar, de agora em diante os governadores tornam-se os grandes dirigentes do partido, pois além de comandarem as máquinas administrativas estaduais, fontes inesgotáveis de emprego e poder para militantes e simpatizantes, ainda controlam as respectivas bancadas estaduais no Congresso Nacional. Esta situação pode ser explicitada pela posição vitoriosa dos governadores em favor do diálogo e da conciliação, em contradição com a proposta articulada pelos setores de esquerda, que queriam que estes se alinhassem contra o governo militar (*Em Tempo*, 20/10/1983, p. 4). O próprio lançamento da candidatura presidencial de Tancredo Neves, em 1984, evidencia este processo, na medida em que os governadores lançara-na sem consulta à direção partidária e sem levar em conta os interesses do presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães. Na Convenção Nacional de dezembro de 1983 os setores ditos “tancredistas”, reunidos na chapa Unidade, passam a deter a maioria do partido, com o apoio de 108 dos 200 deputados federais peemedebistas. Além disso, dividem o Diretório Nacional e ocupam a secretaria-geral, determinando o avanço progressivo dos setores oriundos do antigo PP, em aliança com os antigos moderados peemedebistas na direção partidária (*Em Tempo*, 26/01/1983, p. 9, DIMENSTEIN, 1985, p. 66-73). Por fim, em 1984, o próprio Tancredo Neves vence a disputa pela secretaria-geral do partido, derrotando o ex-autêntico deputado Francisco Pinto, ligado à Tendência Popular (*Em Tempo*, 26/7/1984, p.5).

A supremacia política dos governadores no PMDB e o predomínio da perspectiva de conciliação com o governo expressam o caráter institucional apresentado

pelo partido nesta etapa, pois sua ação política continua sendo determinada pela canalização do conflito político para a arena política definida pela institucionalidade autoritária reformada. Além disso, expressam a acomodação com a própria reprodução desta institucionalidade, pois qualquer pretensão de ascensão do partido ao governo federal é entendida conforme as possibilidades definidas pela eleição presidencial indireta, em cujo Colégio Eleitoral o PDS ainda possuía a maioria. Dos 686 membros do Colégio, computavam-se 359 para o PDS em meados de 1983, enquanto que toda a oposição unida, incluindo o PTB, detinha apenas 327 (*Em Tempo*, 2/6/1983, p.2). Assim, qualquer candidatura do PMDB só poderia vencer com o apoio do governo e do PDS ou, pelo menos, de seus setores expressivos, como, de fato, aconteceu na eleição de Tancredo Neves. Mesmo sendo inviável uma candidatura do PMDB, o partido participaria do governo de qualquer candidato de consenso que viesse a ser eleito com o seu apoio, mesmo sendo do PDS. Deste modo, a proposta conciliadora dos governadores e do partido é alimentada por um cálculo estratégico diretamente voltado para a questão da sucessão presidencial.

Esta postura de conciliação adotada pelo PMDB, particularmente pelos governadores do partido, se articula com a própria postura das frações hegemônicas do bloco no poder, críticas diante da política econômica do governo, mas comprometidas com as condições de disputa política definida pela institucionalidade autoritária reformada. A aproximação destas frações com o partido é reforçada nesta etapa e tem nos governos estaduais um pólo privilegiado de interlocução e articulação, o que contribui para consolidar a posição dirigente dos governadores na estrutura partidária. A antiga liderança, localizada na bancada parlamentar, e personalizada por Ulysses Guimarães, sofre um relativo deslocamento, na medida em que os governos estaduais tornam-se novos centros irradiadores de ação partidária e de relacionamento entre o partido e o bloco no poder. Na cúpula moderada do PMDB, a posição mais crítica diante do governo e de sua política econômica era justamente a de Ulysses Guimarães. Em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, em agosto de 1983, Ulysses prega a união e o diálogo de todos os partidos diante da crise, porém condena o Colégio Eleitoral, defendendo as eleições diretas, e propõe a moratória unilateral na questão da dívida externa, avançando uma postura de ruptura com o FMI que nem os economistas de oposição apoiavam (PMDB, 1983). Como vimos, estes propunham a renegociação soberana da dívida, mas não a moratória unilateral.

Nem mesmo a esquerda do PMDB, particularmente as organizações da esquerda marxista que atuavam no partido, é tão explícita nas suas propostas. Enquanto o PCB defende uma renegociação soberana, que não prejudique a recuperação econômica do país (PCB, 1985), o MR-8 fala apenas em moratória (MR-8, 1984). Apenas o PC do B define com clareza a proposta de ruptura com o FMI, como fica explícito em palestra pronunciada pelo seu secretário-geral, João Amazonas, em novembro de 1983 em Belo Horizonte (MG) (PC do B, 1983b). Esta posição crítica de Ulysses Guimarães irá se aprofundar com a campanha das Diretas Já, afastando-o mais ainda das articulações que levaram ao lançamento da candidatura de Tancredo Neves e inviabilizando sua própria candidatura presidencial pelo PMDB, mesmo que no pleito indireto.

No PDT, o processo de acomodação com a institucionalidade autoritária reformada também se faz sentir, particularmente após a ascensão de Leonel Brizola ao governo do Rio de Janeiro, configurando o fortalecimento da direção política do governador no interior do partido. Após a posse no governo do Rio de Janeiro, a posição dirigente de Leonel Brizola se fortalece, determinando a movimentação do partido conforme a dinâmica do governo estadual e as pretensões políticas do governador. Já assinalamos sua proposta de prorrogação do mandato de Figueiredo, seguido de eleições presidenciais diretas em 1986, o que o fortalecia como futuro candidato e contribuía para diminuir as resistências em torno de seu nome em muitos setores do governo militar. Esta postura de aproximação com o governo militar e de busca para uma saída consensual também era defendida pelo único senador do partido, Roberto Saturnino Braga. Em artigo publicado no jornal *Tribuna Socialista*, ligado ao PDT, Saturnino Braga defendia a criação de um governo de “união nacional”, comprometido com a convocação de eleições presidenciais diretas e de uma Assembléia Nacional Constituinte. Além disso, o senador expressava sobre a questão econômica uma posição muito próxima daquela defendida por setores importantes do bloco no poder, pois, segundo ele, o referido governo deveria comprometer-se com reformas econômicas, que significassem combate ao desemprego, à recessão e à especulação financeira, priorizassem da produção e revogassem os acordos com o FMI, estabelecendo, porém, condições mais favoráveis de pagamento e não a sua suspensão (*Tribuna Socialista*, dezembro de 1983, p.8 e 9).

Nas bases do PDT, a posição dominante era de repúdio a estas propostas. Num encontro realizado em dezembro de 1983, denominado I Encontro das Bases do PDT, as bases partidárias defenderam a realização de eleições presidenciais diretas e criticaram com

veemência as propostas de prorrogação do governo Figueiredo, defendida por Brizola, e de mandato tampão, desdobramento da proposta de governo de união nacional, de Saturnino Braga. Ainda no referido encontro, a aliança promovida pelo governo estadual com o PMDB e o PTB na Assembléia Legislativa do estado foi denunciada como uma atitude antidemocrática tomada pelo governo, pois não houve consulta ao partido, e fisiológica, pois baseou-se na distribuição de cargos aos partidos aliados (*Tribuna Socialista*, janeiro de 1984, p.11-14). Este embate entre os setores dirigentes do PDT e suas bases indicam que a conquista do governo estadual do Rio de Janeiro fortaleceu o caráter institucional do partido e o *dilema institucional* de seus setores *antiautocráticos*. Além disso, consolidou a supremacia política do governo estadual sobre a estrutura partidária, particularmente porque a inserção do partido na arena política dependia fundamentalmente de sua presença política neste estado, responsável não só por cargos e funções distribuídos entre os militantes do partido, mas pela grande maioria da bancada federal pedetista — 16 dos 23 deputados federais e o único senador (CPV, 1982) — e por uma posição privilegiada no campo de interlocução liberal.

Na conjuntura posterior às eleições de 1982, o PTB consolida seu caráter institucional e sua perspectiva *autocrática*, assumindo plenamente a condição de partido auxiliar do governo, como ficou explicitado na aliança sedimentada com o PDS já a partir da votação do decreto-lei 2012, em janeiro de 1983 (MORAIS, 1986, p.41, *Em Tempo*, 2/06/1983, p.3 e 4). Esta postura expressa com clareza a dependência do partido em relação à sua inserção na esfera de representação política. Já assinalamos a importância das manobras operadas pelo governo para garantir o registro do PTB e o aumento de sua bancada federal. No entanto, a reduzida bancada federal eleita em 1982, somada à pequena margem de votos conseguida nas eleições para os governos estaduais, com exceção de São Paulo, fortalecia a perspectiva fisiológica do partido diante do governo, fazendo sua sobrevivência depender ainda mais dos acordos articulados no Congresso Nacional com o PDS. Deste modo, nesta etapa, o PTB fragiliza ainda mais sua condição de partido de oposição, mesmo que numa perspectiva burguesa. Na campanha das Diretas Já, em 1984, o PTB terá uma intervenção limitada, participando marginalmente do Comitê Suprapartidário Pró-Diretas, e tendo um de seus deputados listados entre os que não compareceram à votação da emenda Dante de Oliveira contribuído para sua reprovação (*Folha de São Paulo*, 24/4/1994, p.6.6).

O PT, por sua vez, mantém sua perspectiva *antiautocrática*, porém acirra suas divisões internas e aprofunda seu *dilema institucional*. Apesar das dificuldades eleitorais de 1982, o partido manteve seu compromisso com a autonomia e independência política dos trabalhadores (PT, 1982c), rechaçando as propostas de incorporação aos outros partidos de oposição, até mesmo a fusão com o PDT e o PTB, sugerida por Brizola (PT, 1983a). No entanto, os problemas relativos à debilidade organizativa e ao esvaziamento dos núcleos de base se agravam, tornando-se objeto de diversas orientações corretivas da direção partidária. Ainda no final de 1983, a legalização definitiva do partido não havia sido obtida, apesar de todos os esforços, como indica circular da secretaria geral constatando a sua “quase legalização”, segundo termos do documento, em 11 estados e a existência de “grandes possibilidades” em mais 4 (PT, 1983b).

A postura geral do partido, diante da arena da disputa política, era de reafirmação da luta contra a Ditadura Militar e de independência diante dos governos estaduais conquistados pela oposição (*Em Tempo*, 17/34/1983, p.3). Uma evidência das relações conflituosas entre o PT e os governos estaduais de oposição aconteceu em São Paulo, nos meses de março e abril de 1983. Enquanto o partido apoiava os protestos dos desempregados contra a falta de emprego na capital paulista, com saques e enfrentamentos com a polícia, o governo Montoro as reprimiu firmemente (*Em Tempo*, 7/4/1983, p.2 e3). Em novembro de 1983, o Diretório Nacional aprovou um projeto político, em que denuncia a tentativa do governo de ganhar a disputa presidencial através do Colégio Eleitoral, como forma de viabilizar a “institucionalização da Ditadura Militar”. Porém, também criticou as candidaturas oriundas do campo de oposição, como a de Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Leonel Brizola, todas consideradas limitadas em relação aos interesses dos trabalhadores. Os eixos de luta prioritários, definidos pelo documento, eram o combate contra o arrocho salarial e o desemprego, a luta contra a Lei de Segurança Nacional, a lei de greve e demais leis repressivas, a reforma agrária sob controle dos trabalhadores, a moratória unilateral da dívida externa e a nacionalização dos bancos e monopólios e a luta pelas eleições presidenciais diretas (PT, 1983c). Em relação à CUT, o PT declarou abertamente seu apoio e solidariedade à Central, e à proposta de greve geral (PT, 1983d).

Apesar da manutenção da perspectiva *antiautocrática* do PT, diante da institucionalidade autoritária reformada e do bloco no poder, as distintas visões sobre o papel do partido se mantêm, aprofundando a sua divisão em 1983. Em junho de 1983, a grande maioria dos setores antileninistas do partido se reúne numa articulação intra-

partidária, formando o agrupamento da Articulação dos 113, mais tarde denominada Articulação. Segundo seu documento de lançamento, a referida tendência se organizava com vistas a combater no interior do partido tanto a perspectiva de diluição do PT na “frente de oposição liberal”, como o PMDB, ou de sedução pelo “socialismo sem trabalhadores” do PDT, quanto as posições vanguardistas, vinculadas à proposta de criação de um partido vanguardista tradicional (VIANA, 1991, p. 121-123). Na verdade, a criação da Articulação dava unidade orgânica aos setores que já se agrupavam em torno da proposta de que o PT deveria ser um partido socialista, legal e de massas — que inserimos na grande posição antileninista —, e que se confrontavam com a perspectiva das organizações da esquerda marxista, que, por sua vez, almejavam a construção de um partido revolucionário. Da Articulação participavam tanto os sindicalistas autênticos, como Lula, Olívio Dutra e Jacó Bittar, quanto intelectuais marxistas, como Francisco Weffort, além de militantes católicos, entre outros. A hegemonia destes setores no interior do PT se expressará na Convenção Nacional de abril de 1984, quando a chapa apoiada pela Articulação para o Diretório Nacional, encabeçada por Lula, obteve 179 votos, indicando 32 membros efetivos e 11 suplentes, enquanto a chapa apoiada pelas organizações da esquerda marxista (ORM-DS, OCDP, MEP, PRC, MT, PCBR e PC do B-Ala Vermelha) obteve 93 votos, indicando apenas 17 membros efetivos e 6 suplentes (*Em Tempo*, 3/6/1984, p.10).

Já destacamos que as distintas visões sobre o papel do PT impedem que se estabeleça em seu interior uma justa relação entre a sua inserção institucional e o trabalho de mobilização e organização dos trabalhadores, entendidas como alternativas antagônicas ou, no mínimo, conflitantes. O acirramento da divisão interna nesta etapa contribuiu para impedir o avanço de uma perspectiva unificada acerca desta questão, preservando o referido antagonismo. A indefinição do partido sobre a proposta de convocação de Assembléia Constituinte, só aprovada no final de 1984 e alvo de intenso debate, evidencia esta dificuldade (PT, 1984b) Nesta etapa, a baixa representação do partido no Congresso Nacional e sua exclusão absoluta em relação aos governos estaduais de oposição — pois o PT não participa de nenhum deles — acirram o *dilema institucional* do partido, na medida em que dificultam sua inserção na arena política institucionalizada, recolocando o antigo problema. Principalmente após a derrota da campanha das Diretas Já e a viabilização da candidatura de Tancredo Neves, esta problemática aparecerá de modo dramático,

colocando o partido numa situação delicada e obrigando-o a optar entre a independência política e a acomodação com a Aliança Democrática.

Paralelamente ao avanço da oposição burguesa, na arena da disputa política, e à debilidade da oposição antiautocrática, o campo governista vive um processo de pluralização de posições políticas, com o inevitável desgaste da capacidade dirigente do governo e o aceleração de suas divisões internas. Após o episódio do Riocentro e as eleições de 1982, o PDS amplia sua margem de manobra diante do governo e demonstra plenamente o caráter diversificado de sua composição político-social no interior do bloco no poder. Seja porque o governo perde a capacidade de gestar uma nova candidatura militar em seu interior, seja por que os governadores eleitos pelo PDS possuem uma nova base de legitimidade política, o fato é que a perspectiva da sucessão presidencial vai aguçar as pretensões de diversas lideranças governistas, geralmente numa perspectiva divisionista e fratricida. Esta situação é resultado do próprio processo de ampliação/pluralização da arena da disputa política, com o conseqüente fortalecimento da esfera de representação política e de outras instâncias da esfera de representação burocrática, distintas do executivo federal. O agravamento da crise econômica e a debilidade da política econômica do governo contribuem para minar a capacidade do presidente Figueiredo de conduzir o processo sucessório no campo governista, como grande *condottieri* do bloco no poder, e definir o candidato que melhor lhe conviesse. Ao contrário, as diversas candidaturas emergentes no campo governista impedem progressivamente que o presidente assuma o comando do processo sucessório, antecipando-se à sua direção e potencializando contraditoriamente a autonomia do PDS diante do governo e sua posterior implosão. Cada vez mais, o candidato ideal do governo passa a ser o próprio presidente, fortalecendo a perspectiva prorrogacionista e contraditando a própria institucionalidade por ele estabelecida e resguardada.

Por mais que setores da oposição defendessem a prorrogação do mandato de Figueiredo, esta proposta feria a própria lógica da institucionalidade autoritária, tornando-se inviável politicamente, pois contraditava a própria perspectiva autocrática de transferência dos mecanismos de salvaguarda da ordem para outras instâncias da sociedade política, além do executivo federal sob supremacia militar. Além disso, colocaria em xeque todo o processo de diversificação dos canais de interlocução entre as frações do bloco no poder e o Estado, mediado pelo fortalecimento dos partidos institucionais e da esfera de representação política. Diante desta situação, até mesmo os militares se posicionaram

contrariamente a uma candidatura militar. Isto explica o pretense desinteresse do presidente com o processo sucessório, alegado pela imprensa e por análises publicadas na época (DIMENSTEIN, 1985, p. 11-14 e *Veja*, 16/1/1985, p.24-27), e o próprio compromisso dos militares com uma saída democrática, o que não se justifica por qualquer consciência democrática pressuposta e inevitável, mas pela configuração objetiva da correlação de forças. Explica também, por que um novo golpe foi inviável quando se tornou certo que a oposição burguesa ocuparia o futuro governo.

Entre as candidaturas emergentes no campo governista, logo após as eleições de 1982, contam-se, principalmente, a do vice-presidente Aureliano Chaves, a do ex-governador Paulo Maluf e a do ministro Mário Andreazza. Após o episódio do Riocentro e do escândalo Capemi/Baumgarten a candidatura do chefe do SNI, general Otávio Medeiros, perdeu força até não se colocar mais como uma alternativa efetiva. Alimentando alguma possibilidade futura ainda se colocavam as candidaturas do senador Marco Maciel, do ex-governador Antonio Carlos Magalhães, do ex-ministro Costa Cavalcante e até, numa possibilidade remota, a do ministro Leitão de Abreu (DIMENSTEIN, 1985, p. 11-27). Portanto, nenhuma candidatura efetivamente militar, que pudesse partir do governo e impor-se ao PDS, como Geisel e o próprio Figueiredo foi imposta à ARENA. Esta pluralidade de candidaturas colocava o campo governista numa situação de acirramento da disputa por espaços na estrutura partidária e no governo.

Dos candidatos a presidente pelo PDS, aquele que procurou viabilizar sua pretensão, através do avanço sobre a estrutura do partido, foi o ex-governador Paulo Maluf. Sabendo que não contava com o apoio de setores expressivos do governo, como o ministro da Casa Civil Leitão de Abreu e o próprio Figueiredo, além do vice-presidente Aureliano Chaves e do ministro Andreazza, Maluf procurou conquistar o controle do PDS e desta forma impor seu nome ao próprio governo. Desde 1982, Maluf atuou para obter a maioria da direção nacional do partido, derrotando as posições favoráveis a Aureliano Chaves e garantindo as condições para referendar seu nome na convenção partidária que homologaria o candidato pedessista à presidência da República. Já na convenção do partido em julho de 1983, a chapa apoiada por Maluf conquistou 35% dos votos e garantiu a forte presença dos malufistas na direção do partido (DIMENSTEIN, 1985, p.26). Agindo desta forma, Maluf contribuiu para enfraquecer a própria capacidade de condução do processo sucessório, pelo presidente, e fortaleceu o PDS como instância decisiva na definição da candidatura governista.

Por outro lado, o potencial candidato do governo seria o vice-presidente Aureliano Chaves, pois além de possuir grande apoio dos setores antimalufistas do PDS, ainda contava com forte penetração na Marinha e na Aeronáutica, com o apoio do ex-presidente Geisel e dos militares chamados “geiselistas”, com o apoio de frações do capital monopolista, como o banqueiro Olavo Setúbal, e com a simpatia de setores da oposição e de parcelas expressivas da opinião pública, qualificando-se como principal alternativa governista para a proposta de consenso nacional (*Veja*, 16/1/1985, p.25-26). Segundo Soares (1984, p.70), conforme pesquisas de opinião, em meados de 1983, Aureliano Chaves era o presidenciável que liderava as intenções de voto do eleitorado, caso houvessem eleições diretas para presidente (34% nas áreas urbanas e 53% nas pequenas cidades). No entanto, Aureliano Chaves passou a sofrer o veto do presidente Figueiredo e dos principais ministros da área militar, como o ministro do Exército, general Walter Pires, e o chefe do SNI, general Otávio Medeiros, após o segundo período de presidência interina exercido por ele, entre julho e agosto de 1983. No exercício da presidência, Aureliano Chaves procurou fortalecer sua posição como candidato, buscando ampliar sua capacidade de interlocução com o campo governista, atuando de modo excessivamente autônomo diante do presidente, na opinião deste, o que os afastou definitivamente (*Veja*, 16/1/1985, p.33-34). Nas condições do cesarismo militar, mesmo em crise, o veto do presidente da República constituía-se num obstáculo intransponível para as pretensões de Aureliano Chaves. Deste modo, ele também procurou ampliar seus canais de interlocução política, dirigindo-se diretamente a setores do empresariado, como a FIESP, e à oposição burguesa, sendo recebido por ambos os setores, o que contribuiu para enfraquecer a capacidade dirigente do presidente (*Em Tempo*, 2/6/1983, p.2).

Em terceiro lugar, Mário Andreazza contava com relativa simpatia dentro do governo, e aglutinava diversos setores antimalufistas do PDS, como grande parte dos governadores do Nordeste. Porém, sofria o veto de setores importantes das Forças Armadas, como os militares geiselistas (DIMENSTEIN, 1985, p. 25). Além destas três candidaturas principais, ainda havia a perspectiva prorrogacionista, alimentada pelo próprio Figueiredo e por setores importantes do governo, como os ministros militares e os ministros Leitão de Abreu e César Cals, e do PDS, como o deputado Nelson Marchezan. No entanto, as contradições da referida proposta com a própria institucionalidade autoritária reformada, tornavam-na inviável para o campo governista e para o próprio bloco no poder.

No final de 1983, quase um ano após receber da direção do PDS a coordenação do processo de definição do candidato governista, Figueiredo a devolve publicamente, após realizar amplo processo de consulta e constatar as divisões que permeavam o partido (DIMENSTEIN, 1985, p. 11-12). A divisão do campo governista, e do PDS, em relação às respectivas candidaturas presidenciais, expressa as contradições que o processo de ampliação e pluralização da esfera de representação política trouxe para o partido do governo. Isto porque, para o PDS realizar plenamente sua condição de partido institucional, canalizando o conflito político para a arena institucionalizada, ele teria que adquirir crescente capilaridade frente aos interesses das diversas frações do bloco no poder, cada vez mais distintas e diversificadas com o avanço da crise econômica. Porém, para manter sua unidade e cumprir a função de legitimação da institucionalidade autoritária reformada, o partido deveria subordinar-se à direção política do governo, o que se tornava progressivamente difícil nas condições de *crise do cesarismo militar*. Deste modo, a potencialização do PDS, como partido institucional, nesta etapa da transição, implicará a sua crise e implosão futura. Portanto, nas condições de crise do cesarismo militar, o PDS perderá a função de legitimação da institucionalidade, pois, na ausência da unidade imposta pelo governo, prevalecerão as divisões determinadas pelos interesses divergentes em seu interior.

3 - A campanha das Diretas Já: entre a ruptura institucional e a *passivização* do conflito político (1984)

A campanha das Diretas Já consolida o processo de crise do *cesarismo militar* e elimina qualquer possibilidade de o campo governista preservar sua unidade e conquistar legitimidade, entre as diversas frações do bloco no poder, para mais um governo militar. A aliança policlassista, viabilizada em torno da proposta de eleição direta para presidente da República, isola o governo mais ainda do ponto de vista político, acelerando seu processo de divisão e dilapidando sua capacidade de direção da arena da disputa política. O caráter massivo da campanha, com a participação de milhões de pessoas nos comícios e manifestações, mobiliza diversos setores sociais ainda ausentes da disputa política, atraindo as massas populares, principalmente urbanas, para uma posição *anticesarista* explícita. Esta nova situação política decompõe progressivamente a base social e política do governo, dificultando qualquer perspectiva de manutenção do cesarismo militar na

sucessão de Figueiredo. Paralelamente, o *campo de interlocução liberal* conquista definitivamente a direção política do processo de transição, por meio de uma estratégia de captura da perspectiva transformadora e *antiinstitucional* apresentada pelo movimento das Diretas, através da *passivização* e do *transformismo*.

3.1 - Mobilização popular e perspectiva *antiinstitucional*

A emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização de eleições diretas para presidente da República na sucessão do general Figueiredo, foi apresentada ao Congresso Nacional em janeiro de 1983. No entanto, somente em junho se realizam o primeiro comício Pró-Diretas, organizado pela direção nacional do PMDB em Goiânia (GO), e o primeiro encontro para definir a formação de uma frente suprapartidária, em defesa das eleições diretas, com os governadores de São Paulo, Franco Montoro e do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e o presidente do PT, Luís Inácio da Silva (Lula). Na verdade, estas iniciativas se perdem na conjuntura política do ano de 1983, não acarretando maiores conseqüências. Apenas no final do ano, em novembro, é que se realiza um comício em São Paulo, convocado pelo Comitê Suprapartidário Pró-Diretas, mas claramente liderado pelo PT, dando início à campanha e obrigando os governadores do PMDB a emitirem um manifesto favorável às eleições diretas. Apesar de o governador Franco Montoro ter assinado o referido manifesto, o apoio do governo paulista foi mínimo, sequer contando com seu comparecimento, deixando ao PT e aos movimentos sociais, principalmente à CUT, a responsabilidade da iniciativa (*Folha de São Paulo*, 24/4/1994, p. 6.4, *Em Tempo*, 1/12/1983, p.3). Oficialmente, a campanha nacional pelas Diretas Já só será lançada em Curitiba (PR), em janeiro de 1984, porém o engajamento definitivo do PMDB na campanha só ocorre no grande comício de São Paulo, realizado em 25 de janeiro de 1984, com o apoio orgânico do governo paulista. Até o dia 25 de abril, data da votação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, ocorrem dezenas de comícios e manifestações favoráveis às eleições diretas pelo país afora, cada um com milhares de pessoas, destacando-se os comícios de abril no Rio de Janeiro e em São Paulo, com mais de um milhão em cada (*Folha de São Paulo*, 24/4/1994, p. 6.4).

A relativa demora no desencadeamento da campanha e no apoio dos governadores de oposição, fundamental para dar-lhe um caráter nacional e sustentação institucional, se explica pelo conteúdo *antiinstitucional* que a proposta das Diretas poderia

potencializar na arena da disputa política. Isto porque ela rompia com a própria lógica definida pela institucionalidade autoritária reformada para o processo sucessório, em que o governo militar e seu partido teriam um peso decisivo na definição do futuro presidente e de seu governo. A realização de eleições diretas em 1984 desmontaria esta lógica e introduziria um elemento potencialmente desestabilizador no conteúdo conciliador predominante na arena política no período. Por isto, todo o campo governista foi contra, com exceção de determinadas lideranças como Aureliano Chaves, Espiridião Amin (ex-governador de Santa Catarina) e Wellington Moreira Franco e do grupo Pró-Diretas do PDS. A posição de Aureliano Chaves se justifica por sua popularidade e pelas chances consideráveis que possuía num pleito direto, mas ainda carregava certa ambigüidade, pois quando o governo enviou uma nova proposta de emenda constitucional adiando as diretas para 1988, ele posicionou-se favorável à negociação em torno da mesma (*Folha de São Paulo*, 24/4/1994, p.6.6). Entre os diversos setores da oposição burguesa, o apoio às diretas nunca eliminou a perspectiva de conciliação e de unidade em torno de uma candidatura consensualmente definida com o campo governista, mesmo que em um pleito direto.

Assim, a campanha das Diretas Já carregava uma dupla dimensão, derivada de seu caráter policlassista. Para os setores políticos e sociais vinculados à oposição *antiautocrática*, a realização das eleições diretas para presidente carregava a perspectiva de viabilização de um governo democraticamente eleito, porém comprometido com a reversão do modelo econômico e com a eliminação da institucionalidade autoritária reformada, em todos os seus aspectos, articulando organicamente as dimensões política e econômica da luta *antiautocrática*. Já os setores vinculados à oposição burguesa limitavam a questão da eleição direta a uma dimensão meramente política, vinculada ao caráter do processo de escolha do futuro presidente e à possibilidade de ascensão ao executivo federal. A eliminação da institucionalidade autoritária não era claramente colocada, quando não era francamente escamoteada, e o tratamento da questão econômica limitava-se à retórica. O *politicismo* desta perspectiva revela que, para a oposição burguesa, a eleição direta para presidente se colocava como uma alternativa no campo da própria *autocracia burguesa*, sendo necessário desvincular a campanha das Diretas Já de qualquer conteúdo *antiinstitucional* e *antiautocrático*.

Para a oposição *antiautocrática*, a campanha das Diretas Já se constituía no grande instrumento para romper com os limites impostos pela institucionalidade autoritária à sua atuação política e à organização dos trabalhadores. Daí o seu compromisso com o

fortalecimento orgânico da campanha, numa perspectiva de autonomia do movimento diante dos governos de oposição, e a denúncia da autocracia burguesa em sua totalidade e não apenas do regime militar. A CUT, por exemplo, articulava a luta pelas eleições diretas a uma plataforma de lutas que também envolvia o fim da política econômica do governo, a conquista da liberdade e autonomia sindical, a criação do salário-desemprego e da estabilidade no emprego e a realização de uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores. Para viabilizar o encaminhamento desta plataforma de lutas, a CUT propunha a realização de uma greve geral no dia 25 de abril, para pressionar o Congresso pela aprovação da emenda Dante de Oliveira (CUT, 1984a). Já a CONCLAT não defendia a greve geral, mas apoiava a conquista das eleições diretas, relacionando-a à revogação da legislação de exceção e à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte (CARONE, 1984, p.306-311). Para a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, eleições diretas sem mudança na ordem política e no modelo econômico-social seria mero “arranjo de cúpula”, segundo documento divulgado na época. Entre as medidas reivindicadas, colocavam-se desde a liberdade de organização política e partidária e a revogação da lei de greve e da Lei de Segurança Nacional, até o reconhecimento político dos movimentos contra o desemprego e o arrocho salarial e o apoio à reforma agrária e aos movimentos pela posse da terra (CJP, 1984).

Entre os partidos de esquerda, a posição também era de defesa da perspectiva antiautocrática, apesar de haver uma diferença importante entre o PT e as organizações da esquerda marxista que atuavam no PMDB, pois estas encaravam a campanha das Diretas Já dentro da tática de fortalecimento de uma frente política ampla contra a Ditadura Militar. O PT entende a luta pelas eleições diretas no bojo da luta contra a política salarial, o desemprego, a estrutura sindical e os acordos com o FMI, condena a perspectiva de conciliação com o governo e de participação em eleições indiretas e conclama todos os partidos de oposição a repudiar o Colégio Eleitoral e a prosseguir a luta pelas Diretas, mesmo depois de a emenda Dante de Oliveira ser rejeitada (PT, 1984a). Esta postura do PT visava preservar sua posição de independência política, como ficou evidenciado na não-aceitação da proposta de candidatura única das oposições e no repúdio à candidatura de Tancredo Neves, posteriormente (*Em Tempo*, 26/7/1984, p.6).

Por outro lado, o PCB, o PC do B e o MR-8 também davam um conteúdo *antiautocrático* à luta pelas Diretas, com a sua articulação à convocação de uma Assembléia Constituinte e à luta pela reformulação do modelo econômico. No entanto,

inserir-na na tática de constituição de uma ampla frente das forças democráticas. Para o PCB, após as reformas institucionais de 1978-1979, principalmente o fim do AI-5 e a reforma partidária, e as eleições de 1982, a proposta de constituição de uma frente antifascista foi superada, sendo substituída pela frente democrática, articulada com vistas a evitar tanto à auto-reforma do regime, quanto uma negociação de cúpula entre o governo e os setores conservadores da oposição, de modo a excluir as massas populares. Ao contrário, a frente democrática deveria manter a sua amplitude política e social e articular uma solução negociada para os impasses econômicos e políticos do período. Porém, a referida frente deveria contar com a efetiva participação dos trabalhadores, com vistas a garantir a reorganização democrática e a reorientação econômica da sociedade, através de um governo de coalizão democrática (PCB, 1984, p.28-32 e 169-181). Para o MR-8, a principal contradição de classes do período é a que opunha as forças democráticas e nacionais, desde empresários e trabalhadores a civis e militares, às forças do capital financeiro internacional. Deste modo, a luta pelas eleições diretas, mesmo após a derrota da emenda Dante de Oliveira, só seria efetivamente vitoriosa se fosse baseada na unidade das forças democrática e nacionais (MR-8, 1984).

Por fim, o PC do B propugnava uma aliança menos ampla, limitando-a ao campo oposicionista e defendendo a unidade das oposições em torno de um candidato único das oposições e de um programa mínimo que garantisse desde o rompimento dos acordos com o FMI e a suspensão do pagamento da dívida externa, até a legalização de todos os partidos políticos e a revogação de toda legislação de exceção (PC do B, 1984a).

3.2 - A institucionalidade autoritária reformada derrota as Diretas

A oposição burguesa, de caráter *autocrático* e *anticesarista*, atuava na campanha das Diretas, com vistas a fortalecer sua posição na arena da disputa política, como alternativa de governo para as frações hegemônicas do bloco no poder. Por conta disto, a perspectiva da negociação e da conciliação com o governo e com os setores descontentes do PDS determinava os esforços da oposição burguesa no sentido de impedir que a campanha das Diretas Já se radicalizasse ao ponto de impedir qualquer margem de interlocução. Deste modo, o conteúdo oposicionista da campanha teria que se limitar a uma perspectiva meramente *anticesarista*, vinculada apenas à defesa da mudança no mecanismo de escolha do presidente da República, sem maiores vinculações com a questão da

institucionalidade autoritária e do modelo econômico-social, sempre tratados em abstrato. Conforme Franco Montoro, um dos principais representantes da oposição burguesa na campanha, o que importava era “acabar com a ditadura” e atingir a “normalização democrática”, mesmo que para isto a oposição devesse disputar a sucessão no Colégio Eleitoral (*Folha de São Paulo*, 24/4/1994, p.66). O maior comício da campanha, realizado no dia 15 de abril de 1984, em São Paulo, no Vale do Anhangabaú, e que reuniu mais de 1,7 milhão de pessoas, só aconteceu por pressão do PT e das bases do PMDB. Entre lideranças do PMDB paulista e do governo Montoro, como o senador Fernando Henrique Cardoso (presidente regional do PMDB) e o secretário de governo Roberto Gusmão, ponderava-se que a realização de um novo comício em São Paulo poderia radicalizar o quadro político, deixando o presidente Figueiredo sem alternativa para negociar uma saída para a crise do regime (*Folha de São Paulo*, 24/4/1994, p. 6.6).

O principal crítico da possibilidade de radicalização aberta pela campanha era o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Em diversas ocasiões, Tancredo Neves condenou a radicalização e conclamou os diversos setores políticos para o diálogo e para a unidade. No discurso pronunciado por ele, no dia 21 de abril de 1984, em Ouro Preto, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, Tancredo Neves defendeu que só haveria saída para “conflitos irreversíveis” e “impasses intransponíveis” se as forças representativas do poder e da sociedade civil evitassem o “radicalismo” e os “confrontos desiguais e funestos” (DELGADO, 1988, p. 255-260). Nos dias 16 e 23 de abril, Tancredo Neves ainda sinaliza com a possibilidade de entendimento com o governo em torno da emenda enviada por este ao Congresso, Emenda Figueiredo, prevendo eleições diretas somente em 1988, e contribuindo para fortalecer a manobra governista de reprovação da emenda Dante de Oliveira (*Folha de São Paulo*, 24/4/1994, p. 6.4 e 6.6).

Além desta postura geral, a oposição burguesa participava da campanha das Diretas Já, com três candidaturas presidenciais claramente apresentadas ou, no mínimo, presumidas, o que a transformava, também, numa campanha eleitoral dissimulada. Tratam-se das candidaturas de Ulysses Guimarães — anunciada pelo mesmo já em dezembro de 1983 (DIMENSTEIN, 1985, p.77) —, de Tancredo Neves — nome ideal da oposição como o chamado “candidato de união nacional” —, e de Franco Montoro — com o mesmo perfil do governador de Minas, porém, com menos chances. Empolgado com a possibilidade da sucessão de Figueiredo ser definida por eleição direta, Ulysses Guimarães anuncia o seu próprio nome como candidato em um pleito direto, aproveitando-se de sua posição como

presidente nacional do PMDB e apostando no potencial de legitimidade que a campanha das Diretas poderia lhe trazer. A candidatura de Tancredo Neves começou a ser construída desde a sua eleição para governador de Minas Gerais. Desde então, Tancredo Neves se movimentou no sentido de eliminar as resistências a seu nome no campo governista, dialogando efetivamente com setores do PDS e do governo, como o vice-presidente Aureliano Chaves, os ministros Mário Andreazza e Walter Pires, o ex-governador Antonio Carlos Magalhães e até o presidente Figueiredo. Como já vimos, também se movimentou no sentido de ganhar o controle do PMDB e enfraquecer, na direção partidária, os setores mais à esquerda, que sempre alimentaram fortes resistências a seu nome. Em fevereiro de 1984, sua candidatura será publicamente lançada pelo ex-autêntico Fernando Lyra, indicando o nível de penetração de seu nome em setores do partido que lhe eram tradicionalmente hostis (DIMENSTEIN, 1985, p. 61-74, *Veja*, 16/1/1985, p.35).

Tal como Tancredo Neves, o comando de um governo estadual e a postura conciliadora e moderada transformavam Franco Montoro num potencial candidato, mesmo que em eleição direta, determinando seu compromisso com a criação do Comitê Suprapartidário Pró-Diretas e seu engajamento na campanha, com vistas a ampliar seus canais de interlocução política. No entanto, a força da candidatura de Tancredo Neves acabou esvaziando as pretensões de Montoro, levando-o a apoiar, organicamente, o governador mineiro, depois da reprovação da emenda Dante de Oliveira (DIMENSTEIN, 1985, p. 85). Leonel Brizola, por sua vez, tinha pequenas possibilidades numa disputa direta. Conforme Soares (1984, p.65-73), além da pequena estrutura nacional de seu partido, seu nome possuía penetração insuficiente nas camadas populares para garantir a sua eleição presidencial. Além disso, o veto militar a seu nome contribuía fortemente para tornar sua candidatura inviável naquela conjuntura (DIMENSTEIN, 1985, p.43), o que não o impediu de adotar uma postura conciliadora diante do governo.

No campo governista, a campanha das Diretas foi vista negativamente. Com raras exceções, a postura do governo, dos militares e do PDS foi de condenar a campanha como ação perturbadora da ordem e como precipitação. Mesmo o ex-presidente Geisel, que era contra a prorrogação do mandato de Figueiredo e cujo apoio a Tancredo Neves sedimentou a penetração deste na área militar, afirmou que considerava a campanha das Diretas uma insurgência contra o sistema eleitoral e mais uma tentativa frustrada da oposição de pressionar o governo além do que a transição lenta e gradual previa (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.443-444). Os ministros militares fecharam questão contra

as Diretas e o ministro do Marinha, almirante Maximiano da Fonseca, foi demitido em março de 1984, por considerar que a campanha transcorria tranqüilamente e “sem baderna”. O conjunto do PDS também tinha posição contrária às eleições diretas, por temer uma provável derrota do partido, desgastado pelas dificuldades do governo em superar a crise econômica (DIMENSTEIN, 1985, p.32-33). Entre os candidatos do PDS, somente Aureliano Chaves manifestou posição favorável às eleições diretas, devido ao seu favoritismo, porém sem se envolver organicamente na campanha. O comportamento de Figueiredo foi o de expressar a posição majoritária do campo político que chefiava, apesar de manifestar algumas poucas vezes sua simpatia pela proposta das eleições diretas. Em dezembro de 1983, Figueiredo afirma em rede nacional de rádio e televisão que a campanha das Diretas Já era um movimento perturbador da ordem. Em março de 1984, no vigésimo aniversário da chamada “Revolução de 1964”, Figueiredo volta à carga em cadeia de rádio e televisão, reafirmando que seu sucessor seria eleito pelo Colégio Eleitoral (*Folha de São Paulo*, 24/4/1994, p.6.4).

A postura inequívoca do governo diante da emenda Dante de Oliveira origina uma última manobra para garantir a eleição indireta na sucessão de Figueiredo. No mesmo dia em que acontecia o maior comício de toda a campanha, em 15 de abril no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, o governo envia ao Congresso a chamada emenda Figueiredo (também chamada emenda Leitão de Abreu). De acordo com esta proposta de reforma constitucional, as eleições diretas para presidente ficariam somente para o ano de 1988, valendo apenas para a sucessão do sucessor de Figueiredo. Deste modo, a emenda reduzia o próximo mandato presidencial para quatro anos, acenava com a possibilidade de eleições diretas para prefeitos das capitais e ainda ampliava algumas prerrogativas do Congresso Nacional, para facilitar sua aprovação e diminuir as posições favoráveis à emenda Dante de Oliveira no PDS. O envio da proposta ao Congresso reforça na oposição burguesa a perspectiva de negociação e conciliação com o governo, pois abria-se a possibilidade de constituição de um governo de transição, eleito indiretamente com base num amplo consenso.

Deste modo, os partidos da oposição burguesa vetaram a proposta de realização de uma marcha popular sobre Brasília, para pressionar os congressistas, e contribuíram para esvaziar a proposta de greve geral defendida pela CUT e pelo PT (*Em Tempo*, 15/3/1984, p.3). Em Minas Gerais, o governo de Tancredo Neves determina a repressão policial da manifestação denominada “vigília pelas Diretas” organizada pelos movimentos

sociais e partidos de esquerda em Belo Horizonte (*Em Tempo*, 24/5/1984, p.2). Reforçando estas iniciativas desmobilizadoras, o governo decreta “estado de emergência” no Distrito Federal e em 10 municípios goianos próximos, utilizando, mais uma vez, os dispositivos que substituíram o AI-5. Além disso, coloca no comando das operações repressivas o comandante militar do Planalto, general Newton Cruz, notório representante dos duros do governo. No dia da votação da emenda Dante de Oliveira, a estratégia de não-comparecimento adotada pelo PDS funcionou, pois faltaram à votação 113 deputados federais, até mesmo um do PTB (o deputado Mendonça Falcão-SP). Apesar dos 298 votos a favor (todos os deputados federais do PMDB, do PDT e do PT, quase todos do PTB e 64 do PDS), faltaram 22 votos para que a emenda atingisse o quórum de dois terços, exigido para aprovação de reformas constitucionais.

No dia 25 de abril de 1984, a principal tentativa de ruptura com a institucionalidade autoritária reformada era derrotada e o governo militar exercia pela última vez sua capacidade de direção da arena da disputa política. O caráter massivo e popular da campanha das Diretas Já não impediu que a institucionalidade autoritária reformada a derrotasse, canalizando a perspectiva *antiinstitucional* que aquela carregava para a arena de disputa definida institucionalmente. Contraditoriamente, a aprovação da emenda das Diretas dependia da própria disputa política institucionalizada, e numa arena, no caso o Congresso Nacional, em que a maioria parlamentar do PDS e o cesarismo militar valeram mais uma vez como instrumentos de passivização das demandas populares. A possibilidade de que a crise do *cesarismo militar* implicasse no agravamento da *crise conjuntural* ao ponto da emergência de uma *crise de hegemonia* foi afastada. Dirigida pelo *campo de interlocução liberal*, a arena política voltava a ser totalmente determinada pela lógica da conciliação política e do transformismo.

4 - Rumo à Nova República: colapso do *cesarismo militar* e preservação da *autocracia burguesa* (1984-1985)

4.1 - A candidatura da oposição burguesa e a implosão do PDS

A conjuntura política que se estende dos meses de abril de 1984 à março de 1985 é marcada por um amplo processo de negociação política sediado, fundamentalmente, no *campo de interlocução liberal* e que envolve o conjunto da oposição burguesa, setores

da oposição antiautocrática e setores expressivos do campo governista. Este processo de negociação viabiliza a criação da Aliança Democrática e a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência da República, permitindo a recomposição entre as diversas frações do bloco no poder, em torno de uma solução para a crise do *cesarismo militar* que não representasse ruptura imediata com a institucionalidade autoritária reformada e, principalmente, com a ordem social burguesa. Além disso, tal processo aguça o *dilema institucional* da oposição *antiautocrática* numa dimensão que ainda não tinha ocorrido, determinando a sua derrota política nesta conjuntura.

No mesmo dia em que a emenda Dante de Oliveira era votada e reprovada no Congresso Nacional, os governadores do PMDB se reuniam em Brasília e decidiam lançar o partido na disputa sucessória indireta (GUTEMBERG, 1994, p.193). Esta iniciativa determinou o esvaziamento de qualquer possibilidade de retomada da luta pelas eleições diretas na sucessão do presidente Figueiredo, como ainda propunha a emenda Teodoro Mendes, também registrada no Congresso. Devidamente deslocada da pauta de votações, com o auxílio da bancada peemedebista, a emenda nunca chegou a ser apreciada (*Em Tempo*, 13/9/1984, p.2). A partir deste processo, a mobilização política gerada pela campanha das Diretas Já passou a ser capturada pela oposição burguesa em favor de seu projeto de participação na disputa sucessória indireta. A própria votação da emenda Dante de Oliveira, com 64 deputados federais do PDS votando ao lado da oposição, indicava a formação de uma nova maioria no Congresso, que poderia garantir a vitória da oposição no Colégio Eleitoral, como, aliás, foi constatado pelo próprio senador Fernando Henrique Cardoso, em discurso pronunciado no Senado, e sugerido como estratégia para acabar com o regime militar (PMDB, 1984a). De fato, a adesão de 64 deputados federais pedessistas à candidatura da oposição, criava a possibilidade matemática da vitória, pois diminuía a representação do PDS, no Colégio Eleitoral, de 359 para 295 delegados e aumentava a da oposição, de 327 para 391.

A criação da candidatura de oposição envolvia a definição de um nome capaz de capitalizar tanto o clamor popular por mudanças, expresso na campanha das Diretas, quanto o apoio de setores expressivos do governo. Isto porque, a partir da campanha pelas eleições diretas, o processo de isolamento político do governo se aprofunda, e a divisão do PDS também, transferindo do campo governista para a oposição burguesa a capacidade de indicar a almejada candidatura de união nacional. Nesta situação, o PMDB torna-se o único partido capaz de indicar a referida candidatura, realizando plenamente a sua *vocação*

hegemônica, o que potencializa as chances do governador Tancredo Neves. O trabalho de interlocução política diante do campo governista, assumido desde sua posse no governo de Minas Gerais, e o próprio comportamento conciliador desenvolvido por ele ao longo de todo o período da Ditadura Militar tornavam-no favorito diante dos outros candidatos do PMDB, Ulysses Guimarães e Franco Montoro. O próprio Ulysses Guimarães admitia, em dezembro de 1983, que seu nome era favorito numa eleição direta, mas que em eleições indiretas o nome preferido era o de Tancredo Neves (*Folha de São Paulo*, 24/4/1994, p. 6.6). Para os dirigentes do PMDB, participar da disputa sucessória indireta não era uma novidade, pois desde a eleição de Geisel, em 1974, a oposição institucional, então no antigo MDB, lançava sua candidatura. Na eleição de Figueiredo, o nível de acomodação da oposição institucional com o processo eleitoral, definido pela institucionalidade autoritária, chegou ao ponto do lançamento da candidatura do general Euler Bentes, que, como vimos, expressava uma estratégia transformista de combate ao cesarismo militar através do seu próprio reforço. Deste modo, o lançamento de uma candidatura peemedebista no Colégio Eleitoral nada mais era do que a reprodução da função institucional exercida pelo PMDB, ou seja, a função de canalizar o conflito político para a arena política definida e delimitada pela institucionalidade autoritária. Para a oposição conquistar o governo e acabar com o cesarismo militar, teria que percorrer os caminhos definidos pelo próprio governo militar. Ao cumprir este papel, a oposição institucional irá *passivizar* a perspectiva mobilizadora e transformadora expressa pela campanha das Diretas Já.

A articulação e o lançamento da candidatura de Tancredo Neves no PMDB foi iniciativa direta dos governadores do partido, evidenciando sua supremacia política sobre a direção partidária e o papel dirigente assumido pelo *campo de interlocução liberal* na conjuntura pós-Diretas. Segundo seu próprio depoimento, Ulysses Guimarães resistia na ida ao Colégio Eleitoral e insistia na continuidade da luta pelas eleições diretas (GUTEMBERG, 1994, p. 196-197). No entanto, foi simplesmente alijado das articulações que levaram o partido a optar pela ida ao Colégio Eleitoral e pelo nome de Tancredo Neves. O anúncio da candidatura de Tancredo foi feito pelos nove governadores do partido, mais o governador Leonel Brizola, em São Paulo, no dia 19 de junho de 1984. Isto depois do governador de Minas se assegurar de que o PDS iria para o Colégio Eleitoral irremediavelmente dividido, pois Sarney já havia renunciado à presidência do partido, e que Ulysses Guimarães não lhe oporia resistência. Articulado por Franco Montoro e Roberto Gusmão, secretário de governo, já plenamente engajados na candidatura do

governador de Minas, juntamente com os senadores paulistas Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes, o encontro consolidou o projeto acertado no dia da votação da emenda Dante de Oliveira, em Brasília. A esta altura, Tancredo Neves já havia assegurado o apoio dos setores de esquerda do PMDB, como Miguel Arraes, Francisco Pinto e Dante de Oliveira, e o apoio formal e explícito de Ulysses Guimarães seria dado no dia seguinte (DIMENSTEIN, 1985, p. 74-85). As discordâncias quanto à ida do PMDB ao Colégio Eleitoral mantiveram-se no partido, como indica a posição do deputado federal Manoel Costa (PMDB, 1984b), de Minas Gerais, e do senador Itamar Franco, porém serão progressivamente esvaziadas.

Em relação às organizações da esquerda marxista que atuavam no PMDB, a candidatura de Tancredo obteve todo o apoio, como a própria postura das mesmas diante da campanha das Diretas indicava. PCB, PC do B e MR-8 participaram organicamente da campanha, atraindo o apoio de diversos setores dos movimentos sociais e contribuindo para reforçar a mobilização popular em torno da mesma (*Veja*, 16/1/1985, p.50-51, OZAÍ, s.d., p.164-166).

Paralelamente, no campo governista, a conjuntura posterior à votação da emenda Dante de Oliveira é marcada pela implosão do PDS e pela total incapacidade do governo militar de dirigi-lo politicamente. Desde fevereiro, o governo e a direção do PDS tentavam viabilizar uma alternativa de consenso para garantir a unidade do campo governista diante das diversas candidaturas presidenciais que se apresentavam em seu interior. Entre os quatro candidatos que assumiam a intenção de disputar a convenção do PDS — Aureliano Chaves, Marco Maciel, Paulo Maluf e Mário Andreazza —, a proposta de retirada de todas as candidaturas em favor de um nome de consenso foi apoiada pelos dois primeiros e rechaçada pelos dois últimos, enquanto a proposta de que os derrotados na convenção apoiassem o vencedor gerou posicionamentos inversos. Diante do impasse e da impossibilidade de se estabelecer o consenso no campo governista, Aureliano Chaves e Marco Maciel passam a cogitar cada vez mais a possibilidade de negociar com a oposição um nome de consenso (DIMENSTEIN, 1985, p. 41-42). O passo seguinte do governo no sentido de garantir a unidade foi o envio da emenda Figueiredo ao Congresso, em abril de 1984. Além de esvaziar o apoio pedessista à proposta das eleições diretas, a emenda tinha a finalidade de recompor a unidade no partido do governo, pois abria a possibilidade de um governo de transição, eleito indiretamente com o apoio da própria oposição.

No entanto, a referida emenda foi retirada no final de junho de 1984 devido, principalmente, às discordâncias surgidas no governo, quanto a alguns de seus aspectos, como o resgate do direito do Congresso legislar sobre questões orçamentárias, entre outras. Além disso, havia o receio de que a oposição conseguisse aprová-la mudando a data das eleições diretas de 1988 para 1984. No mesmo mês de junho, o presidente do PDS, senador José Sarney, propõe a realização de uma prévia no partido, com vistas a apurar qual dos candidatos possuía mais apoio, porém a proposta foi definitivamente descartada pelo governo, pois visava prejudicar Maluf e garantir a indicação de Aureliano Chaves, claramente o preferido entre os pedessistas. Logo em seguida ao veto de Figueiredo à proposta da prévia, Sarney renuncia à presidência do PDS, em 11 de junho, abrindo a dissidência no campo governista (DIMENSTEIN, 1985, p.37-48). A partir disto, a dissidência pedessista começa a crescer, potencializada pela aliança anti-Maluf, estabelecida entre Aureliano Chaves e Marco Maciel desde o princípio do ano e reafirmada agora.

Após a renúncia de Sarney, enquanto a ala malufista cresce na Executiva do partido, a dissidência do PDS cresce com a adesão do senador Jorge Bornhausen, que também renuncia à presidência do partido, após propor inutilmente ao governo a retirada de todas as candidaturas em nome do deputado Nelson Marchezan, e de tentar resgatar a idéia das prévias. Logo em seguida, no início de julho, Marco Maciel também rompe com o governo e aproxima os dissidentes da candidatura de Tancredo Neves. A principal dificuldade para a aproximação ainda residia no posicionamento de Aureliano Chaves, resistente a apoiar seu tradicional adversário político em Minas Gerais e compromissado com o ex-presidente Geisel em adiar a ruptura com o governo (*Veja*, 16/1/1985, p.32-36). No mesmo mês de julho, Geisel ainda fará uma última tentativa junto a Figueiredo, no sentido de que este assumisse efetivamente o comando da disputa sucessória, impondo ao partido seu candidato e evitando a vitória de Tancredo Neves. No entanto, segundo seu próprio depoimento, o intento foi em vão (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p. 430-440). O fracasso da tentativa de Geisel libera os dissidentes do PDS para a formação da Frente Liberal e para a aproximação com o candidato do PMDB.

4.2 - A criação da Aliança Democrática

O chamado “Acordo Mineiro”, estabelecido entre Aureliano Chaves e Tancredo Neves, envolveu a participação dos dissidentes pedessistas mineiros no governo estadual, com até mesmo a adesão de figuras proeminentes dos governos militares, como Magalhães Pinto e Rondon Pacheco. Porém, o ponto básico exigido por Aureliano Chaves e aceito por Tancredo Neves e pelo PMDB era a recusa ao revanchismo. Para o vice-presidente, a campanha de Tancredo Neves e seu futuro governo deveriam recusar qualquer tipo de revanchismo e de ataque direto e frontal à chamada “Revolução de 1964”. O compromisso de Tancredo Neves com estes pontos abriu o caminho para a conquista do apoio de importantes militares “geiselistas”, como o comandante do III Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, e o general Ivan de Sousa Mendes, e do próprio ex-presidente Geisel, em setembro de 1984 (DIMENSTEIN, 1985, p.86-88 e 104-105). Ao longo de sua campanha, Tancredo Neves reafirmará seu compromisso em combater o revanchismo e em resgatar o papel tutelar definido constitucionalmente para as Forças Armadas, na defesa interna e externa do país, como no discurso pronunciado em novembro de 1984 no Espírito Santo. Em janeiro de 1985, já eleito, declarará em entrevista coletiva que a Lei de Anistia já havia tratado dos casos de tortura, repressão e assassinatos cometidos no passado e que reabrir-los significaria uma atitude revanchista (DELGADO, 1988, p. 282-283 e 330-331). Mesmo entre setores da oposição antiautocrática a recusa ao revanchismo era explícita, como deixa claro entrevista dada pelo secretário-geral do PCB, Giocondo Dias, à revista *Socialismo & Democracia*, no início de 1985. Para ele, o revanchismo dificultaria o processo democrático (*Socialismo & Democracia*, 1985, p. 76).

Em 7 de agosto, é lançada a Aliança Democrática, reunindo o PMDB e a Frente Liberal, em torno das candidaturas de Tancredo Neves e José Sarney para presidente da República e vice, respectivamente. A plataforma da Aliança expressa a ampla composição político-social que lhe dava sustentação, particularmente entre as frações hegemônicas do bloco no poder. A chamada “reorganização institucional” do país implicava o estabelecimento de eleições diretas em todos os níveis, o restabelecimento da independência e das prerrogativas dos poderes Legislativo e Judiciário, o fortalecimento da federação e a reforma partidária e eleitoral, visando a possibilitar a formação de novos partidos. Porém, a convocação da Assembléia Constituinte só ocorreria no ano de 1986, que mais tarde degeneraria na proposta de Congresso Constituinte e nenhuma referência era feita quanto à revogação da Lei de Segurança Nacional e de outros dispositivos

repressivos, bandeira fundamental da oposição antiautocrática. Na questão econômica, o documento era suficientemente vago para garantir o apoio, tanto dos setores *desenvolvimentistas*, quanto dos setores *neoliberais* do bloco no poder. Temas como a retomada do desenvolvimento, o combate à inflação, a reprogramação da dívida externa, a reforma tributária, o saneamento financeiro e o apoio à livre iniciativa e às empresas nacionais eram consensuais entre as diversas frações do empresariado, pelo menos na forma genérica como apareciam no documento. As questões vinculadas mais diretamente às demandas das classes subalternas também apareciam genericamente como a defesa da autonomia e liberdade sindical, a revisão da política salarial, com a eliminação do arrocho, e o apoio às pequenas e médias empresas (DIMENSTEIN, 1985, p. 224-226).

Em discurso proferido alguns dias depois, por ocasião de sua indicação oficial como candidato do PMDB, Tancredo Neves reafirma o compromisso de sua candidatura com as mais variadas frações do bloco no poder, ao tratar cautelosamente a questão das estatais, centro nervoso do debate entre neoliberais e desenvolvimentistas, afirmando apenas que sua privatização não podia significar desnacionalização da economia, evitando tomar uma posição clara a respeito. Além disso, no mesmo discurso, o candidato descarta a adoção de “medidas radicais” para a questão da terra e afirma que o problema agrário poderia ser resolvido pela simples aplicação do Estatuto da Terra, projeto do governo Castelo Branco que postula o avanço do capitalismo no campo. A posição sobre a chamada “legislação de exceção” fica esclarecida, na medida em que o candidato afirma que as “leis arbitrárias” como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e a Lei de Greve, deviam ser, segundo ele, “escoimadas do espírito totalitário que as inspira”, comprometendo-se com sua reforma e não com sua revogação (DELGADO, 1988, p. 267-276). Neste ponto, aliás, Tancredo Neves não alterou a posição que defendia desde os anos de 1977 e 1978, como vimos.

Depois de eleito, o próprio Tancredo Neves afirmará sua posição contrária à moratória unilateral da dívida externa, considerada danosa para a própria estabilidade econômica do país, e vinculará a melhoria salarial dos trabalhadores ao fim da inflação e não ao reajuste dos salários. Por sua vez, o combate à inflação dependeria de um amplo pacto social, em que governo, trabalhadores e empresários estabeleceriam um entendimento mínimo (DELGADO, 1988, p. 331-333). A proposta do pacto social era considerada estratégica para as mais diversas frações do bloco no poder, apesar de renegada por parcelas consideráveis do movimento sindical. Deste modo, os compromissos

políticos e programáticos assumidos pela Aliança Democrática evidenciam sua vinculação orgânica ao bloco no poder e sua constituição em alternativa política estratégica de suas frações hegemônicas diante do colapso do *cesarismo militar*. O apoio do empresariado à Aliança Democrática cresce aceleradamente no segundo semestre de 1984, incorporando não só os setores monopolistas do capital nacional, como a FIESP e líderes empresariais, como Antonio Ermírio de Morais, Abílio Diniz e Olavo Setúbal, mas o próprio capital estrangeiro aqui instalado (*Em Tempo*, 8/11/1984, p. 2, 3 e 8). Assim, a Aliança Democrática, localizada no *campo de interlocução liberal*, passa a dirigir politicamente o bloco no poder, restando ao governo militar apenas a capacidade de barganhar alguns pontos.

A saída dos dissidentes do PDS fortalece mais ainda a posição de Maluf em seu interior, levando-o a recusar qualquer proposta de retirada de sua candidatura e a fortalecer mais ainda o partido como instância decisória na indicação da candidatura governista. Na convenção do partido, em agosto de 1984, Maluf derrota facilmente a candidatura de Mário Andreazza, tornando-se o candidato oficial do governo e do PDS no Colégio Eleitoral. Conforme a Lei Orgânica dos Partidos, a convenção do PDS também privilegia os estados que tinham maior representação no Congresso, em detrimento dos estados mais populosos ou com mais eleitores. Deste modo, privilegiava os estados do Nordeste, onde o PDS era proporcionalmente mais forte (SOARES, 1984, p. 85-91). Nestas condições, o fato de Andreazza poder contar com o apoio da maioria dos governadores do Nordeste seria um trunfo decisivo a seu favor. Porém, Maluf avançou sobre os convencioneiros através de métodos fisiológicos e clientelistas, gerando a ruptura dos andreazzistas com sua candidatura após a convenção.

Desde junho, Tancredo Neves havia se reunido com Mário Andreazza e com ex-governador Antonio Carlos Magalhães, abrindo a possibilidade de uma composição futura. Logo após a convenção do PDS, Antonio Carlos Magalhães adere à candidatura de Tancredo Neves e pressiona os governadores andreazzistas a fazê-lo, chegando a romper publicamente com o governo, em setembro de 1984, no episódio da troca de acusações com o ministro da Aeronáutica (*Veja*, 16/1/1985, p.38-39). O descompromisso de Andreazza com Maluf e o temor de que o novo governo lhes seria hostil levaram os governadores do PDS a calcular a adesão a Tancredo como o caminho mais fácil para preservar sua sobrevivência política. Após reunião com Figueiredo, quando colocaram as razões para não apoiar Maluf e não terem recebido nenhum ultimato para fazê-lo no

Colégio Eleitoral, os governadores de estado que apoiaram Andreazza também aderem à candidatura de Tancredo Neves (DIMENSTEIN, 1985, p. 133-135). A autonomia dos governadores de estado, diante do governo, neste episódio, evidencia mais um passo no processo de fortalecimento do *campo de interlocução liberal* e evidencia o colapso do *cesarismo militar*. Por fim, consolida a participação da quase totalidade do campo governista na Aliança Democrática, já fortemente representado com a Frente Liberal e agora fortalecido com os governadores pedessistas. O isolamento político da candidatura do governo levou Maluf a propor a Figueiredo o envio de uma emenda ao Congresso estabelecendo um mandato-tampão de dois anos e eleições diretas em 1986, como forma de fraturar o bloco de apoio a Tancredo Neves. No entanto, tal proposta esbarrou na posição contrária do ministro Leitão de Abreu, evidenciando o alheamento do governo em relação à sua própria candidatura (DIMENSTEIN, 1985, p. 123-127).

Na oposição *antiautocrática*, o referido processo de acomodação entre os diversos setores do bloco no poder, com a candidatura de Tancredo Neves, amplificará seu *dilema institucional*, numa proporção ainda não vista, na medida em que configura a captura das demandas populares por democratização para a perspectiva *autocrática*. Deste modo, a oposição antiautocrática fica numa posição debilitada na arena da disputa política, pois vê-se pressionada a apoiar o processo de articulação que originou e fortaleceu a candidatura Tancredo Neves, sob o risco de isolar-se politicamente.

Nas organizações da esquerda marxista que atuavam no PMDB, já assinalamos que o apoio a Tancredo realizava a tática de formação da frente ampla contra a Ditadura Militar. Talvez para o PC do B, a Aliança Democrática tenha ficado ampla demais com a participação de setores expressivos do campo governista. Porém, o apoio à candidatura Tancredo Neves foi materializado desde o seu lançamento. Apesar do apoio à candidatura da Aliança Democrática e da participação efetiva nos comícios e manifestações da campanha, as reivindicações básicas das organizações da esquerda marxista não estavam absolutamente garantidas e algumas delas foram explicitamente questionadas pelo candidato. Genericamente, as principais reivindicações giravam em torno da suspensão do pagamento da dívida externa (PC do B), da moratória (MR-8) ou da renegociação em condições que não impedissem a recuperação econômica e social e não feriam a soberania nacional (PCB), da revogação de toda legislação de exceção, da convocação imediata da Assembléia Constituinte, do início imediato da reforma agrária, da livre organização

partidária, além do resgate da legalidade democrática (PCB, 1985, PC do B, 1984b, MR-8,1984).

Já assinalamos a posição contrária de Tancredo Neves quanto à questão da moratória unilateral, o silêncio da Aliança Democrática quanto à proposta de revogação da Lei de Segurança Nacional e de toda a legislação de exceção e o compromisso com a convocação da Assembléia Constituinte só em 1986. Os dois últimos pontos significavam que até a promulgação da nova constituição, elementos fundamentais da institucionalidade autoritária continuariam em vigor, dependendo exclusivamente do compromisso político do governo em aplicá-los ou não. Além disso, a perspectiva de legalização das respectivas organizações, em campanha aberta em defesa desta questão, não estava de modo algum assegurada, pois Tancredo Neves procurava eximir-se da responsabilidade com tal iniciativa, deslocando-a para decisão do judiciário, além de afirmar a alguns de seus interlocutores, como o ministro do Exército Walter Pires, que considerava remota esta possibilidade (DIMENSTEIN 1985, p. 181). Na mesma época, diante das pressões da área militar do governo, a Aliança Democrática resolve suspender alguns comícios e negociou com as organizações marxistas a retirada de suas bandeiras e faixas das manifestações, para evitar a radicalização do processo político (*Veja*, 16/1/1985, p.50-51). Em entrevista concedida à revista *Senhor*, em janeiro de 1985, Tancredo Neves reproduz uma formulação autocrática típica da estratégia vislumbrada por Golbery do Couto e Silva para a reforma partidária de 1979. Segundo ele, a legalização dos partidos de esquerda serviria para demonstrar sua baixa representação eleitoral e impedir que eles elegeassem muitos representantes no Congresso Nacional por meio de sua “infiltração” em outros partidos (CPV,1985a, p. 15-18). Deste modo, a perspectiva *antiautocrática* das organizações da esquerda marxista do PMDB ficou subordinada à dinâmica institucional da candidatura Tancredo Neves e à sua perspectiva *autocrática*.

Nos setores *antiautocráticos* do PDT, o *dilema institucional* que vivenciavam também se aguçou, na medida em que o apoio à candidatura Tancredo Neves foi determinada pelo envolvimento pessoal de seu principal dirigente político, o governador Leonel Brizola, no seu processo de articulação. Deste modo, o caráter institucional do PDT, reforçado depois das eleições de 1982, determinou sua participação no amplo acordo que pôs fim à Ditadura Militar.

No PT, a formação da Aliança Democrática e o favoritismo de sua candidatura colocam o partido diante do seu *dilema institucional*, numa perspectiva jamais vista, pois

até então a proposta da independência política do partido no campo da oposição era encarada como um princípio básico por suas mais diferentes correntes. No entanto, as pressões da arena da disputa política por sua adesão tornam-se quase irresistíveis, colocando em risco a própria inserção institucional do partido, diante da possibilidade de isolamento político, caso a posição contrária fosse mantida. Este temor fez com que a questão da candidatura única das oposições dividisse ao meio o Diretório Nacional, em junho de 1984. Apesar de a Convenção Nacional de abril ter reafirmado o propósito do PT de preservar sua independência política, diante dos partidos da oposição burguesa, a proposta de apoio à candidatura única das oposições em eleições diretas, com Tancredo Neves já lançado pelo PMDB, conquistou a aprovação de metade do Diretório Nacional. Lançada por Francisco Weffort e apoiada por lideranças expressivas da Articulação dos 113, como Lula e o líder da bancada federal Airton Soares, a proposta era justificada a partir da necessidade de o PT se colocar à frente dos fatos políticos e retomar a luta e as mobilizações pelas diretas, contribuindo com uma proposta de programa comum. A referida posição foi atacada por outros setores da própria Articulação dos 113, como Perseu Abramo, e pelo conjunto das organizações da esquerda marxista que atuavam no PT, com exceção de lideranças vinculadas à Ala Vermelha (PC do B- Ala Vermelha), como Antonio Neiva e Armando Rollemberg, que apoiaram a proposta de Weffort (*Em Tempo*, 14/6/1984, p. 4 e 5).

Em julho, em nova reunião do Diretório Nacional, a proposta de apoio a uma candidatura única e a um programa único das oposições foi definitivamente rechaçada e o partido fechou questão contra a ida ao Colégio Eleitoral. Na nota que definia esta posição, o partido defendia a continuidade da luta pelas eleições diretas, contra o Colégio Eleitoral e contra qualquer candidatura indireta. Além disso, convocava uma paralisação cívica contra o Colégio e o apoio à proposta de greve geral (*Em Tempo*, 26/7/1984, p.6).

Apesar desta posição, em outubro, setores da bancada federal do partido, como os deputados Airton Soares, Bete Mendes e José Eudes, passam a defender o apoio a Tancredo Neves, enquanto alguns setores do partido se engajam em sua campanha, contestando a decisão do Diretório Nacional (*Em Tempo*, 11/10/1984, p.4, 13/12/1984, p.8). A defesa da incorporação do PT na Aliança Democrática e do apoio à eleição indireta de Tancredo Neves partia dos seus parlamentares, justamente os setores do partido mais inseridos na arena política institucionalizada e mais sensíveis aos riscos do isolamento político. A orientação da direção partidária para que a bancada federal não comparecesse

ao Colégio Eleitoral acabou sendo desrespeitada pelos referidos parlamentares, que votaram na chapa Tancredo Neves/José Sarney. Devido a este ato, os parlamentares foram expulsos do PT, em 1985, e o PT perdeu quase a metade de sua bancada federal, diminuindo mais ainda sua inserção institucional.

No movimento sindical, a candidatura Tancredo Neves também exercerá uma forte influência *passivizadora*, aprofundando mais ainda a distância entre a CUT e a CONCLAT. De composição heterogênea, a CONCLAT era formada tanto por antigos dirigentes sindicais identificados como “pelegos” e extremamente vinculados à estrutura sindical oficial, como Joaquim dos Santos Andrade, quanto por sindicalistas ligados às organizações da esquerda marxista vinculadas ao PMDB. Deste modo, a partir de reivindicações bastante próximas daquelas apresentadas por estes setores, a CONCLAT apóia a candidatura de Tancredo Neves e torna-se o principal sustentáculo da sua proposta de “pacto social” no movimento sindical (CPV, 1985a, p. 52-53). A proposta de “pacto social” era mais uma iniciativa para conferir legitimidade popular à candidatura da Aliança Democrática e de garantir o apoio dos movimentos sociais das classes subalternas em torno de uma *perspectiva autocrática de extinção do cesarismo militar*. Na verdade, conforme o próprio Tancredo Neves afirma em entrevista concedida à revista *Senhor*, o pacto social seria precedido por uma trégua entre trabalhadores, empresários, governo e a sociedade em geral, e giraria em torno das principais propostas da Aliança Democrática, como o combate à inflação, motivo principal da trégua, a retomada do crescimento econômico, a aplicação do Estatuto da Terra, a reforma da legislação trabalhista e da legislação de exceção e a convocação da Assembléia Constituinte (CPV, 1985a, p. 15-18).

A CUT, por outro lado, acusa a proposta de “pacto social” de tentar fazer os trabalhadores aceitar o acordo com o FMI, apoiar o processo eleitoral indireto, abrir mão de realizar greves em favor da negociação e aceitar a política de arrocho salarial em nome da proposta de trégua da Aliança Democrática. Deste modo, a CUT vai se posicionar não só contra o “pacto social”, mas contra a própria candidatura da Aliança Democrática, mantendo suas propostas de eleições livres e diretas já, de rompimento com o FMI, de não pagamento da dívida externa, de revogação da Lei de Segurança Nacional, de combate ao arrocho salarial, de reforma agrária sob controle dos trabalhadores e de liberdade e autonomia sindical (CUT, 1984b). Esta posição crítica da CUT e do PT, diante da Aliança Democrática, divergiu da postura predominante no campo da oposição *antiautocrática*, determinando seu isolamento político na conjuntura posterior à reprovação da emenda

Dante de Oliveira. A maior evidência deste processo é a enorme dificuldade para reeditar a campanha das Diretas Já, sem o apoio de quase todo o conjunto da oposição antiautocrática.

4.3 - A composição pelo alto e a preservação da institucionalidade autoritária reformada

A candidatura de Tancredo Neves e a Aliança Democrática exercem uma enorme influência *passivizadora* sobre o conjunto das classes subalternas, de seus movimentos sociais e da oposição *antiautocrática*, evidenciando a derrota política desta perspectiva na etapa final da transição à democracia. O transformismo exercido sobre setores expressivos da oposição antiautocrática e sobre a própria campanha das Diretas Já esvaziavam qualquer receio entre certos setores do campo governista de que a ascensão de Tancredo e da oposição burguesa ao governo federal significasse a chamada “ascensão das esquerdas” e uma ruptura com a institucionalidade autoritária e com a própria correlação de forças vigente, em linhas gerais, desde o início da transição. Este fator avaliza, então, a acomodação final da Aliança Democrática com os últimos setores do governo, que ainda lhe opunham alguma resistência, a cúpula militar, concluindo o processo de *composição pelo alto* dentro do bloco no poder (FERNANDES, 1986, p. 22).

Nos meses finais de 1984, a candidatura de Tancredo Neves avança sobre grande parte da alta oficialidade das três armas, principalmente graças ao apoio dos chamados militares “geiselistas” e do próprio ex-presidente Geisel. O núcleo “geiselista” que apoiava Tancredo Neves, entre as Forças Armadas, era formado pelos generais Reynaldo de Mello Almeida (ex-comandante do I Exército no governo Geisel), Octávio Costa (ex-Assessor Especial de Relações públicas do governo), Moraes Rego, assessor de Geisel na Norquisa, todos já na reserva (DIMENSTEIN, 1985, p.172). Segundo depoimento do general Octávio Costa, deste grupo ainda participava o general da reserva Meira Matos, também “geiselista” (D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1995, p. 126). No entanto, Tancredo contava na ativa com o apoio dos generais Ivan de Souza Mendes, chefe do Departamento de Engenharia e Construção do Exército, Adhemar Machado, Comandante Militar da Amazônia e Leônidas Pires Gonçalves, comandante do III Exército (DIMENSTEIN, 1985, p.177). Na Marinha e na Aeronáutica, a articulação com Aureliano Chaves garantia a Tancredo Neves o apoio de grande parte dos respectivos Altos

Comandos, caracterizando a penetração de sua candidatura entre os militares. Na Marinha, esta posição era o resultado de um forte compromisso contra qualquer manobra golpista, como indicam a posição do ex-ministro Maximiano da Fonseca na questão da campanha das Diretas Já e a própria elaboração de um plano antigolpe, pelo referido ministério antes de sua saída, que, conforme seu depoimento, contaria ainda com o apoio da Aeronáutica (*IstoÉSenhor*, 8/1/1992, p. 12-17).

Em agosto de 1984, mês em que se consolidam a Aliança Democrática e a indicação de Maluf no PDS, os ministros do Exército, da Aeronáutica e do Estado Maior das Forças Armadas, general Waldir Vasconcelos, elaboram uma proposta ao presidente Figueiredo, para que ele assumisse o comando da candidatura pedessista e pressionasse os diversos setores do governo, até mesmo Andreazza, a apoiá-la. Porém, o processo de desagregação da capacidade de direção política do governo é tão intenso nesta conjuntura, que a empreitada torna-se impossível, restando aos ministros do Exército e da Aeronáutica apenas acusar os dissidentes do governo de traição e alertar para o processo de radicalização política (DIMENSTEIN, 1985, p. 227-231).

Em setembro, mês em que Geisel define-se por Tancredo Neves, o apoio a ele chegava à metade dos membros do Alto Comando do Exército. Além dos generais da ativa já citados, segundo Moraes Rego, os generais Cerqueira Lima, chefe do Departamento Geral de Pessoal, Brum Negreiros, chefe do Departamento Geral de Serviços, e Jair Sá Freire de Pinho, comandante do IV Exército, apoiavam Tancredo, e o comandante do II Exército, general Sebastião Ramos de Castro, já não lhe oporia resistência (DIMENSTEIN, 1985, p.177). No dia 19 do mesmo mês, o presidente Figueiredo ainda condena, em cadeia de rádio e televisão, os dissidentes do PDS, confirma seu apoio a Maluf e seu compromisso com a realização do Colégio Eleitoral, mas alerta, mais uma vez, para o perigo de radicalização do processo político, denunciando a presença de “organizações clandestinas” nos comícios da Aliança Democrática, considerada uma atitude inaceitável e perturbadora da normalidade democrática, segundo ele. Os Altos Comandos das três Armas emitem notas apoiando o presidente, em 21 de setembro, e também alertando para o risco de radicalização política, porém, devido ao peso dos militares que apoiavam a Aliança Democrática na alta cúpula militar do governo e das Forças Armadas, as referidas notas são concluídas com declarações de isenção dos militares em relação às atividades político-partidárias. No mesmo dia, em conversa como ex-Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, o presidente Figueiredo admitia a efetivação de um golpe contra o processo

sucessório para “não deixar o país cair nas mãos das esquerdas que cercam Tancredo”. No entanto, logo em seguida, o próprio Figueiredo considerava remota a possibilidade de sucesso da empreitada, pois poderia até ocorrer uma “guerra civil” (DIMENSTEIN, 1985, p. 232-235).

Este quadro indica que a perspectiva presente em setores do governo, em torno da ruptura com o processo sucessório, alimentada, principalmente, pela possibilidade de manter Figueiredo na presidência, tornava-se inviável naquela conjuntura, por se chocar frontalmente com a dinâmica da disputa política, definida pela própria institucionalidade autoritária reformada. Desde maio de 1984, o próprio presidente sabia que entre a alta oficialidade do Exército, generais de quatro estrelas e os generais de três estrelas que tinham comandos, a maioria era contrária a mudanças nas regras do jogo sucessório, não apresentava preferência por nenhum dos candidatos a presidente e não simpatizava com a possibilidade de uma candidatura militar, apesar de alguns generais afirmarem que temiam o risco de “esquerdização” política com a candidatura Tancredo Neves (*Veja*, 16/1/1985, p.42). Deste modo, serviu unicamente para sedimentar a acomodação dos setores resistentes do governo, principalmente a alta cúpula militar, com a candidatura Tancredo Neves e com seu futuro governo. Esta postura indicava também o definitivo alheamento destes setores em relação à candidatura Maluf. Os próprios ministros militares passaram a negociar com a Aliança Democrática a partir disto, eliminando qualquer ameaça de golpe ou de reversão do processo sucessório.

As principais demandas dos ministros militares em relação à candidatura da Aliança Democrática giravam em torno da possibilidade da chamada “ascensão das esquerdas” e de atitudes revanchistas do governo Tancredo Neves. Como vimos, estas preocupações foram devidamente desfeitas pela influência *passivizadora* da candidatura da Aliança Democrática sobre a oposição antiautocrática, pelas declarações públicas, e pessoais, de Tancredo contra o revanchismo e pelo esvaziamento da participação das organizações da esquerda marxista na campanha e até pelo cancelamento de alguns comícios. Deste modo, os encontros de Tancredo Neves com os ministros militares serviram, basicamente, para a negociação dos futuros ministérios militares e para a eliminação dos últimos redutos resistentes dentro do governo. Tancredo Neves encontrou-se com os ministros da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, e da Marinha, Alfredo Karam, reafirmando o compromisso contra o revanchismo e contra qualquer retaliação contra o governo Figueiredo e até negociando a indicação do futuro ministro da Marinha

(DIMENSTEIN, 1985, p. 181). Até com intermediários do chefe do SNI, general Otávio Medeiros, Tancredo Neves havia assumido que governaria “olhando para o futuro e não para o passado”, numa indicação de que não promoveria retaliações ou revanchismo (*Veja*, 16/1/1985, p. 42).

Já o ministro Walter Pires encontrou-se com Tancredo Neves diversas vezes, entre agosto e dezembro de 1984, para negociar a indicação de diversos cargos militares no futuro governo, dando apoio à nomeação de Leônidas Pires Gonçalves para o ministério do Exército, e, secretamente, sua nomeação para a embaixada brasileira em Lisboa, segundo depoimento do general Octávio Costa (D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1995, p. 129-131). Além de tranquilizar o candidato de que não haveria nenhum golpe contra sua vitória, foi a partir das negociações com Tancredo Neves que Walter Pires inviabilizou a substituição de Leônidas Pires Gonçalves por Octávio Medeiros no Comando do III Exército — desejo alimentado publicamente pelo chefe do SNI —, e transferiu o general Newton Cruz do Comando Militar do Planalto para um departamento burocrático do Exército. Esta manobra esvaziou o temor ainda alimentado pelas lideranças da Aliança Democrática de que algum golpe ainda pudesse partir do comandante militar do Planalto (*Veja*, 16/1/1985, p.44-45).

Na verdade, a movimentação de Walter Pires indica com clareza o exercício de sua supremacia sobre as Forças Armadas, em lugar do próprio presidente da República, situação concreta desde o episódio do Riocentro, e a preservação desta condição neste momento, acompanhando o desejo do conjunto das Forças Armadas, como já assinalamos. Na verdade, qualquer reação golpista diante do processo sucessório abalaria a supremacia do ministro do Exército, e a própria unidade militar, uma das conseqüências principais das reformas institucionais de 1978-1979. Esta perspectiva é confirmada pelo desejo generalizado, em grande parte dos militares, de abandonar o governo após o final do mandato de Figueiredo e pelo próprio sucesso dos militares na preservação de sua autonomia diante do futuro governo. O compromisso assumido e repetido pela Aliança Democrática, e por seu candidato, contra o revanchismo e qualquer forma de retaliação, além da simples reforma da Lei de Segurança Nacional, reafirmou a autonomia política e operacional conquistada pelas Forças Armadas com a Lei de Anistia de 1979. Conforme Eliézer R. de Oliveira (1994, p. 109-110), a anistia evitou que o processo político colocasse em jogo a autonomia e o espaço político do aparelho militar e que a questão do julgamento das Forças Armadas pela sociedade deixasse de ser uma questão política relevante. Agora,

este processo de preservação da autonomia militar se reproduz e se configura como uma das principais heranças da Ditadura Militar para a Nova República. Em fevereiro de 1985, pouco mais de um mês antes da posse do novo governo, esta autonomia foi ampliada, com a transferência da prerrogativa do presidente da República para os ministros militares de passar oficiais superiores para a reserva ou nomeá-los para missões no exterior (ZAVERRUCHA, 1994, p.169). Deste modo, o processo de acomodação da alta cúpula militar com a Aliança Democrática e seu futuro governo foi a última iniciativa do *cesarismo militar* antes de seu colapso, o que permitiu que este se metamorfoseasse num novo elemento da institucionalidade autoritária preservada na Nova República: *a tutela militar*.²⁴

O sucesso de todo o processo de acomodação política em torno da Aliança Democrática e da candidatura de Tancredo Neves determinará a sua vitória sobre Paulo Maluf, com 480 dos 686 votos do Colégio Eleitoral, no dia 15 de janeiro. Autorizada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que invalidou o recurso à fidelidade partidária na eleição pelo Colégio Eleitoral, a maioria dos delegados do PDS votou em Tancredo Neves, sufragando a derrota do candidato de seu partido (DIMENSTEIN, 1985, p. 236-238 e 241). Após a vitória, Tancredo Neves inicia a composição de seu ministério. O processo de composição das diversas frações do bloco no poder e de acomodação política entre os diversos setores *autocráticos* da arena da disputa política, com a participação de alguns setores *antiautocráticos*, vai se manifestar organicamente na composição do ministério de Tancredo Neves.

O PMDB, partido de Tancredo Neves, indicará 11 ministros, privilegiando os setores moderados, sendo que sete deles eram ligados ao chamado grupo “tancredista”, muitos vindo do ex-PP, ou aderiram à sua candidatura na campanha, como Affonso Camargo (Transportes), Carlos Sant’Anna (Saúde), Roberto Gusmão (Indústria e Comércio), Aluizio Alves (Administração), Renato Archer (Ciência e Tecnologia), José Aparecido (Cultura) e Fernando Lyra (Justiça). Os outros ministros do partido eram Flávio

²⁴ - Segundo Eliézer R. de Oliveira (1994, p. 111), a tutela militar, estabelecida no governo Sarney, se basearia numa relação de apoio político e, ao mesmo tempo, de indicação de diversos limites às políticas do governo. Segundo ele, os compromissos estabelecidos entre a Aliança Democrática e as lideranças militares eram a “preservação da definição constitucional que garante ao aparelho militar o direito de intervir na ordem interna; - a indústria de armamentos seria igualmente preservada sob orientação das Forças Armadas; - preservação do programa nuclear paralelo; - preservação da autonomia das Forças Armadas quanto à doutrina militar, à segurança nacional, à concepção estratégica e ao desenvolvimento tecnológico. Enfim, o preparo autárquico das Forças Armadas não seria alterado; - não-julgamento das Forças Armadas por seu envolvimento e suas responsabilidades na repressão política”.

Peixoto (Urbanismo), indicação do governador Íris Rezende, Waldir Pires (Previdência Social), liderança da ala esquerda do partido, e Pedro Simon (Agricultura), moderado ligado a Ulysses Guimarães. Além desses, contam-se Almir Pazzianotto (Trabalho), ex-advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, cuja indicação foi negociada com os setores do movimento sindical que apoiaram Tancredo, e João Sayad (Planejamento), membro do grupo dos economistas do PMDB, vinculados à perspectiva desenvolvimentista. A indicação de Sayad evidencia o princípio da acomodação política presente no ministério, pois ele dividirá o comando da área econômica com Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo, indicado para o ministério da Fazenda e vinculado à perspectiva econômica neoliberal de setores das frações hegemônicas do bloco no poder. Para o Congresso o PMDB indicou o líder da Câmara, deputado Pimenta da Veiga, o líder do Senado, senador Humberto Lucena, e o líder no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso (CPV, 1985b, p. 4-16).

O PFL, segundo partido da Aliança Democrática, indica suas principais lideranças, como Marco Maciel (Educação), Aureliano Chaves (Minas e Energia), o ex-pepista Olavo Setúbal (Relações Exteriores), além de Paulo Lustosa (Desburocratização). O PTB indica o chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, membro do governo de Tancredo em Minas Gerais, e o PDS indica Antonio Carlos Magalhães, para o Ministério das Comunicações. Na área militar, os novos ministros são o general Leônidas Pires Gonçalves (Exército), o almirante Henrique Saboya (Marinha), *tertius* escolhido entre as indicações do ex-ministro Maximiano da Fonseca e do almirante Duarte Pinto, o brigadeiro Moreira Lima (Aeronáutica), membro do grupo que assessorou Tancredo Neves na campanha, o general Baima Denys (Gabinete Militar), amigo pessoal do presidente eleito, o almirante José Maria do Amaral (Estado Maior das Forças Armadas), indicação do ex-ministro Maximiano da Fonseca, e o general Ivan de Souza Mendes, novo chefe do SNI (CPV, 1985b, p. 4-16).

O caráter politicamente *autocrático* do governo Tancredo Neves se manifesta não somente pela composição entre os principais setores autocráticos, governistas e oposicionistas, realizada em seu interior, realizando politicamente uma verdadeira *composição pelo alto* (FERNANDES, 1986, p. 22). Manifesta-se também por *viabilizar o fim do cesarismo militar, sem romper com a institucionalidade autoritária que lhe dava sustentação*. A vitória da Aliança Democrática foi possível justamente porque se sustentava numa determinada dinâmica da disputa política, que se beneficiou do processo

de ampliação e pluralização da esfera de representação política, por sua vez definido pela reforma da institucionalidade autoritária. Deste modo, a ascensão da Aliança Democrática ao governo federal foi resultado do êxito da referida institucionalidade em canalizar o conflito político para uma arena de disputa definida por uma perspectiva *autocrática*, limitada às *pressões dentro da ordem* e excludente ou *passivizadora* em relação às *pressões contra a ordem*.

O avanço da capacidade dirigente do *campo de interlocução liberal*, em relação ao governo militar, não alterou este quadro; ao contrário, deu-lhe uma legitimidade que o *cesarismo militar* havia perdido tanto diante do bloco no poder, quanto diante das classes subalternas. O movimento *transformista* (GRAMSCI, 1976, p. 75-81), operado pelo campo de interlocução liberal, realizou-se distintamente tanto entre os “de cima”, quanto entre os “de baixo”. Diante do bloco no poder, a legitimidade da *autocracia burguesa* foi reforçada por meio da ampliação da capacidade de representação direta de suas diversas frações no interior da sociedade política, garantindo sua recomposição em novas bases. Este processo ocorreu tanto na esfera de representação política, com o fortalecimento dos *partidos institucionais* e do Congresso, quanto na esfera de representação burocrática, com o deslocamento dos militares da função cesarista de direção política do Estado e do bloco no poder, para a função de tutela, permitindo a referida composição pelo alto.

Diante das classes subalternas, a *autocracia burguesa* se legitimou graças a uma estratégia amplificada de *passivização*, garantida pela própria institucionalidade autoritária reformada, que canalizou toda a demanda mudancista e o potencial *antiautocrático* e *antiinstitucional* manifesto pela campanha das Diretas Já e pela própria organização dos movimentos sociais das classes subalternas para uma aliança político-social burguesa, comprometida com a manutenção da ordem social burguesa e do Estado *autocrático-burguês*. O uso e o abuso do transformismo possibilitaram a adesão de inúmeros setores da oposição antiautocrática, consolidando uma *democracia de cooptação*, consensualista na retórica, mas autocrática no conteúdo, pois manipulada para mobilizar apoio popular, desmobilizando os movimentos sociais das classes subalternas e suas práticas *antiautocráticas* (FERNANDES, 1986, p. 20).

Assim, a vitória da candidatura presidencial de Tancredo Neves consolidou um processo de transição política cujos marcos históricos já se encontravam definidos no próprio projeto de *Distensão* e no encaminhamento do processo de *Abertura*. Guardadas as

devidas diferenças e a própria dinâmica do processo político desenrolado no período iniciado em 1974 e terminado em 1985, que procuramos interpretar, podemos afirmar que a perspectiva do projeto distensionista se realizou, ou seja, garantiu que a preservação da *autocracia burguesa* não dependesse organicamente do *cesarismo militar*. Conforme os termos de Fernandes (1987, p. 321-353), a constatação de que o caráter *sincrético* do Estado autocrático-burguês brasileiro foi essencialmente preservado é inevitável, com sua combinação típica entre *oligarquismo*, *democratismo restrito*, metamorfoseado numa democracia de cooptação, e *militarismo*, este último menos visível, mas ainda preservado subterraneamente pela tutela militar e pela Lei de Segurança Nacional. A morte de Tancredo Neves, principal líder e articulador da Aliança Democrática e personagem que encarnou em sua ação política o ideal *autocrático e passivizador* que a sustentava, não reverteu o processo de transição em curso. Na véspera da posse do novo governo, a doença de seu chefe político não deu origem a uma crise política e nem impediu que o vice-presidente, José Sarney, assumisse o cargo em seu lugar, a própria Constituição Autoritária o garantia. As desilusões e demonstrações de desafeto daquele dia, particularmente do presidente que saía, não alteraram o curso do processo político, pois a substituição do governo militar por um governo civil, *autocrático e sob tutela militar*, já havia-se institucionalizado. Terminava, então, a transição da Ditadura Militar à Nova República.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição da Ditadura Militar à Nova República foi regida e determinada por uma perspectiva política *autocrática*. Ao longo dos onze anos que marcam a transição, a perspectiva autocrática do governo militar e do bloco no poder determinou o ritmo e a abrangência do processo de disputa política, mesmo diante das suas vicissitudes e contradições. Tendo na sua origem um processo de acirramento das contradições interburguesas e das relações entre Estado e bloco no poder, caracterizador de uma situação de *crise conjuntural*, o projeto distensionista dá início à transição, potencializando e dinamizando os canais de interlocução política previstos pela própria institucionalidade autoritária vigente, estabelecida no período decorrido entre 1964 e 1974. Deste modo, a chamada *Distensão* tinha por eixo estratégico a ampliação e diversificação dos canais de interlocução entre classes dominantes e Estado, por meio da dinamização da esfera de representação política, no interior da sociedade política. Originalmente, o projeto distensionista defendido e operado pelo governo militar carrega a perspectiva de transferência de parte das atribuições de defesa e salvaguarda da ordem social e do Estado para outras instâncias da sociedade política, além do Executivo Federal, sob *cesarismo militar*. Esta iniciativa implica na dinamização da esfera de representação política, através

do Congresso Nacional, dos partidos e das eleições, e na transferência para o poder Judiciário de prerrogativas legais concentradas no executivo em função do AI-5.

A crise do padrão de acumulação dependente-associado, aliada ao colapso da tentativa governamental de viabilizar outro padrão de acumulação por meio do II PND, acirra as contradições entre Estado e bloco no poder. O caráter socialmente desagregador e excludente do padrão de acumulação capitalista vigente determina que o descontentamento político das classes subalternas seja canalizado para a esfera de representação política dinamizada, por meio de sua forte associação com o voto oposicionista nas grandes cidades, o que amplifica a legitimidade política do partido da oposição institucional, o MDB. Rapidamente esta alternativa política apresenta-se claramente limitada para setores das classes subalternas, que emergem na arena da disputa política carregando uma perspectiva claramente *antiautocrática*, desencadeando a emergência do protesto popular. Além disso, o aprofundamento das dissensões militares, evidência das contradições no interior do bloco no poder, coloca o próprio projeto distensionista em questão, na medida em que cria a possibilidade de ruptura da unidade militar, condição indispensável para a vigência do *cesarismo militar*. Deste modo, a passagem da *Distensão* para a *Abertura* ocorre sob a possibilidade de evolução da crise conjuntural para uma *crise de hegemonia*, determinando que o processo de *reforma da institucionalidade autoritária* fosse viabilizado pelo reforço, e não pela eliminação, do cesarismo militar.

O processo de ampliação e pluralização da esfera de representação política, aliado à recomposição do governo militar com as frações hegemônicas do bloco no poder e à política de repressão e passivização dos movimentos sociais das classes subalternas, permite que a disputa política se mantenha nos limites estabelecidos pela institucionalidade autoritária reformada, viabilizando a *estratégia de contenção da crise conjuntural*, durante a segunda etapa do processo de transição. As eleições de 1982 consolidam a perspectiva autocrática presente na reforma da institucionalidade autoritária. Na medida em que fortalecem os partidos institucionais, colocam a oposição antiautocrática sob forte *dilema institucional* e reafirmam a estratégia política da oposição burguesa, de ascensão ao governo federal por dentro e por causa da institucionalidade autoritária, consolidando o *campo de interlocução liberal*.

Na última etapa do processo de transição, a crise conjuntural vivenciada desde o início volta a recrudescer, impulsionada pela crise econômica. As contradições entre as frações hegemônicas do bloco no poder e o governo militar voltam a se intensificar,

determinando a decomposição de sua capacidade de direção política e a crise do *cesarismo militar*. O fortalecimento da capacidade dirigente do campo de interlocução liberal nesta etapa é efeito do próprio processo de ampliação e pluralização da esfera de representação política, ocorrido na etapa anterior. A perspectiva autocrática do campo de interlocução liberal permite que a crise do cesarismo militar não se desdobre numa situação de ruptura com a institucionalidade autoritária reformada, pois a recomposição entre as diversas frações do bloco no poder e o Estado exige um movimento de acomodação política definido pela sucessão presidencial e pela definição do futuro governo. A campanha das Diretas Já feria a lógica deste movimento de acomodação, determinando que o campo governista e a própria oposição burguesa se comportassem no sentido de esvaziar, senão eliminar, sua potencialidade *antiautocrática* e *antiinstitucional*. Mesmo derrotada, a campanha determinou a inviabilidade política da perspectiva de continuidade do *cesarismo militar*, abrindo caminho para que o movimento de acomodação se consolidasse através de uma alternativa política francamente definida pela composição entre as diversas frações do bloco no poder e entre os mais variados setores da oposição autocrática e do campo governista. A vitória da Aliança Democrática na sucessão presidencial permitiu que o cesarismo militar fosse superado sem que a institucionalidade autoritária reformada também fosse. Apesar de amputada de sua principal característica, a preservação da institucionalidade autoritária permitiu que o governo da Nova República se definisse autocraticamente e que o *cesarismo militar* moribundo pudesse metamorfosear-se em *tutela militar*, garantindo que o caráter *autocrático-burguês* do Estado fosse mantido. Novamente as diversas frações do bloco no poder poderiam exercer diretamente o poder político, sem depender de soluções cesaristas para reproduzir sua dominação social, porém resguardando-se contra qualquer eventualidade que o processo de disputa política posterior à Ditadura Militar pudesse gerar.

O papel da institucionalidade autoritária em todo este processo de transição foi decisivo para que a perspectiva política autocrática fosse dominante em seu interior e para que o seu desfecho ocorresse com base num movimento de acomodação interburguesa ampla, e não através de um movimento de ruptura antiautocrática, que sedimentasse uma *revolução democrática*, em que as classes subalternas pudessem inserir-se na arena da disputa política, preservando sua independência e autonomia, e universalizando na prática o estatuto da cidadania política. Por isto, de modo nenhum esta revolução democrática está condicionada à destruição do Estado burguês, pois é uma realidade palpável em diversas

sociedades burguesas. No entanto, no terreno histórico nacional, sua viabilidade é estruturalmente limitada pelo caráter autocrático do Estado e do processo de transformação capitalista, dependente e tardio, o que limita a disputa política institucionalizada às frações do bloco no poder.

Deste modo, a institucionalidade autoritária configura um determinado padrão de disputa política, que privilegia a participação política das classes dominantes e sua interlocução com o Estado, em detrimento da inserção política do conjunto das classes subalternas. Esta institucionalidade não se reduz aos limites legais impostos à atividade política pelo Estado, apesar de sustentar-se neles essencialmente, e nem à sua estruturação como aparelho de dominação. Ao contrário, ela abrange também o próprio horizonte político dos diversos atores inseridos no processo de disputa política, sua perspectiva diante da *autocracia burguesa* e sua própria práxis política. A práxis política dos diversos agentes é fundamental para definir suas formas de ação, seu modo de fazer política, ou seja, sua postura diante da relação entre governantes e governados. Nas condições da institucionalidade autoritária, esta relação é baseada na desmobilização política dos governados, pois a mobilização destes e sua independência e autonomia, principalmente, são encaradas como ameaças ao Estado e à ordem social. Assim, a institucionalidade autoritária não se resume às condições da disputa política estabelecidas pelo Estado, a partir do monopólio da lei e da força por ele exercido, pois incorpora a perspectiva política predominante entre os agentes políticos inseridos na arena da disputa política.

Deste modo, a institucionalidade autoritária exerceu a função de domesticação do conflito político, amortecendo as contradições sociais que dividiam a sociedade de alto a baixo, através da relativa imunização da arena da disputa política diante delas. Esta, por sua vez, adquiria progressiva capilaridade e permeabilidade diante dos diversos interesses presentes no bloco no poder, limitando-se ao seu horizonte histórico e impedindo que suas contradições internas explodissem numa crise de hegemonia de conseqüências imprevisíveis para o caráter autocrático do Estado e do padrão de transformação capitalista. Isto explica por que o governo militar exerceu a direção política do bloco no poder durante quase todo o tempo, e por que as frações burguesas hegemônicas limitaram-se a acomodar-se com a institucionalidade autoritária nos momentos mais agudos de contradição com o cesarismo militar. O isolamento do governo na última etapa da transição não foi suficiente para determinar a eclosão da referida crise de hegemonia, pois o fortalecimento do campo

de interlocução liberal indicava o próprio êxito da institucionalidade autoritária na definição da arena da disputa política.

Paralelamente, a institucionalidade autoritária adquiria a capacidade de excluir ou *passivizar* a perspectiva política *antiautocrática* das classes subalternas na arena da disputa política, limitando sua ação política a uma postura meramente corporativista, francamente debilitada em termos de disputa de hegemonia. A hegemonia só pode ser disputada por uma classe ou por um bloco de classes, na medida em que seus interesses particulares colocam-se na disputa política como interesses universais, vinculados organicamente à perspectiva dos setores majoritários da sociedade. No entanto, a institucionalidade autoritária sempre se moveu no sentido de passivizar as demandas políticas das classes subalternas, principalmente de seus setores mais combativos e organizados, ou de simplesmente excluí-las. Os métodos desenvolvidos neste sentido iam desde a repressão pura e simples, até a canalização das demandas populares para a esfera de representação política institucionalizada, ou para a esfera de representação burocrática. De todo modo, a identidade entre interesses particulares e interesses universais, base concreta da conquista da hegemonia, ficava inviabilizada, pela separação orgânica entre economia e política. Deste modo, a institucionalidade autoritária distribuía as demandas populares conforme a esfera de representação adequada, dificultando enormemente a possibilidade de construção de um movimento *contra-hegemônico*.

O papel da política de abertura sindical e o dilema institucional colocado permanentemente diante do PT e do conjunto da oposição *antiautocrática* indicam com clareza a importância decisiva deste método político ao mesmo tempo *politicista* e *economicista*, garantido ideologicamente pela Doutrina de Segurança Nacional, base ideológica do *cesarismo militar*. Especialmente após a *emergência do protesto popular*, este método torna-se crucial para a preservação da autocracia burguesa, pois esta era novamente questionada, depois de uma década de refluxo, porém numa perspectiva muito mais ofensiva, que colocava concretamente a possibilidade de eclosão de uma crise de hegemonia. Na medida em que a unidade orgânica entre as diversas frações das classes subalternas não se concretizava politicamente, através de um instrumento imune diante da influência passivizadora da institucionalidade autoritária, constituindo um bloco *contra-hegemônico*, estas poderiam tornar-se base social dos setores políticos autocráticos, tanto no governo, quanto na oposição burguesa. É importante destacar que este processo também se deveu às debilidades e limitações dos movimentos sociais das classes subalternas,

muitas vezes incapazes de romper com a lógica política vigente na arena política. Daí a relativa imunização da arena da disputa política diante das demandas das classes subalternas e da perspectiva antiautocrática desenvolvida por elas nesta fase.

Ao ampliar e pluralizar a esfera de representação política, ao mesmo tempo em que mantinha o cesarismo militar, o governo criava condições para que o Estado autocrático-burguês pudesse tornar-se mais permeável aos interesses variados e conflitantes das frações do bloco no poder, particularmente nas condições de crise do padrão de acumulação capitalista. Por isto, é um equívoco metodológico e interpretativo limitar o processo de transição às contradições entre uma *sociedade civil* que se expandia, graças ao próprio desenvolvimento capitalista, e um *Estado militar* autoritário e altamente centralizado. Na verdade, a sociedade civil não é um todo homogêneo e indiferenciado; pelo contrário, ela também é dividida de alto a baixo pelas contradições sociais, sendo necessária uma delimitação clara dos diversos aparelhos de hegemonia localizados em seu interior. Em primeiro lugar, os aparelhos hegemônicos, vinculados à defesa da ordem social e da hegemonia burguesas, sempre preservaram seus canais de interlocução com o Estado, particularmente aqueles vinculados às frações hegemônicas do capital, como as associações corporativas e extra-corporativas. Os *anéis burocráticos* constituíam-se em instrumentos privilegiados de interlocução entre classes dominantes e Estado, sendo absolutamente incorreta a visão de que os mesmos achavam-se afastados do processo político. Além disso, a maioria dos aparelhos hegemônicos que intervíram no processo de transição já existiam antes, como a OAB, a ABI, a CNBB, a grande Imprensa, além das associações corporativas e extras-corporativas e sobreviveram à etapa de consolidação da institucionalidade autoritária, entre 1969 e 1974. A maioria delas carregava uma perspectiva autocrática, apesar de anticesarista em muitos casos, não se colocando numa posição antagônica diante dos processos de *Distensão* e *Abertura* conduzidos pelo governo militar. Finalmente, o processo de ampliação e pluralização da esfera de representação política amplificou a intervenção política destes aparelhos no interior do Estado, na medida em que eles aumentavam seus canais de interlocução e suas possibilidades de representação direta por meio dos partidos institucionais, das eleições e do Congresso. Na etapa final da transição, a consolidação do processo de ampliação e pluralização da esfera de representação política diminui a presença destes aparelhos na cena política, reproduzindo a perspectiva autocrática de que a ação política cabia aos partidos e não às associações e entidades civis.

Por outro lado, os aparelhos contra-hegemônicos, vinculados à perspectiva antiautocrática de independência e autonomia política das classes subalternas, vão sofrer uma ruptura radical depois do golpe de 1964, pois além de terem seus canais de interlocução com o Estado violentamente cortados, ainda vão vivenciar um profundo processo de esvaziamento e desmobilização devido ao processo repressivo. De fato, durante a etapa de consolidação da institucionalidade autoritária, os aparelhos contra-hegemônicos vão desaparecer da cena política, só retomando sua importância após um longo processo *molecular* de reorganização e mobilização, que explodirá na emergência do protesto popular em 1978. Os aparelhos sobreviventes que carregavam uma potencialidade contra-hegemônica, como o movimento sindical, vão passar bastante tempo numa situação de absoluta passividade, o que os colocava ao lado da autocracia burguesa e não do lado contrário. A manutenção do aparato repressivo e de informações durante todo o processo de transição tinha como alvo privilegiado os movimentos sociais das classes subalternas, muito mais amplos e massivos que as organizações da esquerda armada do início dos anos 70. Os processos de dinamização e ampliação/pluralização da esfera de representação política dificultaram intensamente a representação política das classes subalternas, caracterizando um claro descompasso entre seu poder de mobilização e organização e sua inserção na arena política institucionalizada, como a experiência do PT deixa claro. Por fim, os aparelhos contra-hegemônicos vão manter sua presença na cena política até o final, mesmo que de forma débil, pois sua baixa representatividade na esfera de representação política indicará a necessidade de manter sua força reivindicativa e mobilizadora.

Sendo assim, de modo algum houve um processo de alheamento entre Estado e Sociedade Civil durante a Ditadura Militar. O que houve foi o privilegiamento da interlocução de determinados tipos de aparelhos, os hegemônicos, em prejuízo da interlocução com outros tipos, os contra-hegemônicos. O processo de transição possibilitou que esta relação desigual se perpetuasse e aperfeiçoasse, mesmo contribuindo para que o caráter autocrático do Estado burguês se mantivesse, mesmo com a crise do cesarismo militar. O colapso do cesarismo militar permitiu que a faceta mais cruel e violenta da autocracia burguesa e do Estado sincrético brasileiro fosse ocultada sob a faceta democrática, repentinamente elevada à condição de faceta exclusiva por diversos analistas e cientistas sociais com a inauguração da Nova República. Na verdade, as três facetas continuavam organicamente imbricadas no Estado sincrético brasileiro, determinando a simbiose entre *oligarquismo*, *democratismo restrito* e *militarismo*. Porém, a faceta

militarista tornou-se menos vistosa, pois migrava do centro do palco para os bastidores, indicando que a contra-revolução implantada com o golpe de 1964 e encarnada no cesarismo militar recuava, para dar lugar a uma nova forma de dominação político-social, mais democrática, mas não menos autocrática. Ao invés do tratamento simplesmente repressivo dispensado pela autocracia burguesa às classes subalternas, caracterizando a contra-revolução preventiva, adotou-se a combinação entre o democratismo restrito, exclusivizado pelas frações do bloco no poder, e a democracia de cooptação, manipuladora das demandas populares e passivizadora dos seus movimentos sociais.

A pretensa democracia implantada com a Nova República preservou os aspectos essenciais da autocracia burguesa, como a supremacia da esfera de representação burocrática sobre a esfera de representação política, o caráter institucional da estrutura partidária, a influência passivizadora da institucionalidade autoritária sobre a oposição antiautocrática, a relativa imunidade e impermeabilidade da arena da disputa política diante das demandas das classes subalternas, além da chamada legislação de exceção e do cesarismo militar metamorfoseado em tutela militar, ambos disponíveis para qualquer eventualidade crítica. Mais tarde, grande parte destes aspectos essenciais serão preservados pela institucionalidade democrático-liberal instalada com a Constituição de 1988, consolidando um padrão de democracia ainda fortemente determinado por uma perspectiva autocrática, apesar de todos os avanços dos movimentos sociais das classes subalternas nos últimos anos.

Esta constatação relativiza essencialmente a pretensa derrota sofrida pelos militares, enquanto grupo dirigente do bloco no poder, com o fim do cesarismo militar. Na verdade, a perda de legitimidade sofrida pelos militares na etapa final da transição, principalmente na condição de cúpula dirigente do Estado, não significou o abandono da perspectiva autocrática que estes alimentavam e que os motivou na implantação do cesarismo militar. O papel exercido pela Doutrina de Segurança Nacional na fundamentação político-ideológica da institucionalidade autoritária e o enraizamento desta na arena da disputa política, mesmo depois do cesarismo militar, indicam a força política deste setor da burocracia de Estado e o vigor de sua vocação como grupo dirigente do bloco no poder. A articulação orgânica dos militares vitoriosos em 1964 com a perspectiva histórica das frações hegemônicas do bloco no poder, capital monopolista nacional e externo, a partir da consolidação do padrão de acumulação dependente-associado, determinou que estes não se limitassem a cumprir a função de braço armado do poder

burguês, mas assumissem a função de dirigentes políticos, na época do cesarismo militar, ou de parte expressiva do grupo dirigente, em parceria com o campo de interlocução liberal, depois. Deste modo, a perda de legitimidade vivenciada pelos militares na etapa final da transição não foi suficiente para mudar a qualidade de sua inserção na arena da disputa política, apesar de alterá-la significativamente, pois em última instância, a manutenção e defesa da ordem social cabia a eles.

A constatação dos limites do regime democrático vigente no Brasil dos anos 90, em particular os dilemas agudos que se colocam para os movimentos sociais das classes subalternas, motivou originalmente a realização deste trabalho. O baixo nível de representatividade política presente na dinâmica partidária e eleitoral, a consolidação do método da *revolução passiva* e da *composição pelo alto* como moeda de troca comum na arena política, e, principalmente, a pequena inserção das demandas das classes subalternas na agenda política do Estado, como mostra o caso do MST e da luta pela reforma agrária, são evidências de que a democracia brasileira é débil. Isto se deve menos à pretensa imaturidade da experiência democrática brasileira, de instalação ainda recente nesta República centenária, porém de poucos momentos democráticos. Ao contrário, se deve mais a um determinado padrão de hegemonia burguesa, agregado, que não se baseia na integração social e no enraizamento dos valores burgueses em todos os recantos e poros da estrutura social, solidamente instalados e geradores de consenso, mas que se baseia no domínio autocrático do Estado e da Nação, ambos limitados ao bloco no poder, e suas áreas de influência, e relativamente imunes à enorme massa popular urbana e rural, carentes de plena cidadania nos aspectos político e social. A democracia oriunda deste padrão agregado de hegemonia não pode ser qualificada abstratamente, como uma categoria etérea e descolada do real; ao contrário, ela é organicamente vinculada a um *modelo autocrático-burguês de transformação capitalista e de Estado*, que se consolidou com a Ditadura Militar, preservou-se com a composição pelo alto, criadora da Nova República e ainda define a realidade brasileira na era da globalização e do neoliberalismo. A revolução democrática ainda está por vir, mas não pelas mãos do bloco no poder, e sim pelas mãos das classes subalternas, que se antagonizam com a autocracia burguesa, em cada ação política independente e autônoma levada na arena da disputa política.

REFERÊNCIAS

1 — Fontes:

a) Livros: Depoimentos, relatos jornalísticos, biografias e coletâneas de documentos

ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

—. *Tempo de crise*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ALVES, Márcio Moreira. *Teotônio, guerreiro da paz*. Petrópolis: Vozes, 1983.

ARGOLO, José A., RIBEIRO, Kátia, FORTUNATO, Luiz Alberto. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

CARONE, Edgar (Org.). *O P.C.B. 1964-1982*. São Paulo: DIFEL, V.3, 1982.

—. (Org.). *Movimento operário no Brasil 1964-1984*. São Paulo: DIFEL, 1984.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, V.1, 1977.

—. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, V.2, 1978.

CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1979.

—. *A guerra das estrelas (1964-1984): os bastidores das sucessões presidenciais*. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A. D. e CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do golpe: memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994a.

—. (Orgs.). *Os anos de chumbo: memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994b.

—. (Orgs.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

- D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *Tancredo Neves: sua palavra na história*. Fundação Tancredo Neves, s.l., 1988.
- DIMENSTEIN, Gilberto, et alii, *O complô que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Editora JB, 1985.
- FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FREDERICO, Celso(org.). *A esquerda e o movimento operário 1964/1984*. V. 1. São Paulo: edições Novos Rumos, 1987
- (Org.). *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. V. 2. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- (Org.). *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. V. 3. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- GOMES, Severo. *Tempo de Mudar*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1977.
- GUTEMBERG, Luiz. *Moisés: codinome, Ulysses Guimarães: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- KRIEGER, Daniel. *Desde as missões...saudades, lutas e esperanças*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1977.
- LACERDA, Carlos. *Depoimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- STUMPF, André Gustavo e PEREIRA FILHO, Merval. *A segunda guerra: sucessão de Geisel*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Instruções para fundação, funcionamento e extinção dos Partidos Políticos*. Brasília: TSE, 1980.
- VIANA, Gilney A. *A revolta dos bagrinhos*. Belo Horizonte: Segrac,1991.

b) Arquivos

- Cadernos Em Tempo*. “Caminhos da Revolução no Brasil”, São Paulo: Em Tempo, 1982, Arquivo Pessoal.
- CAUSA OPERÁRIA. *Jornal Causa Operária*,1980, Arquivo CPV.
- CENTELHA, “Por uma Assembléia Constituinte Democrática e Soberana”, 1977, Arquivo CPV

- CPV. *Eleições 15/11/1982*. São Paulo:Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro, 1982, Arquivo CPV.
- . *Dossiê 'A transição conservadora e o pacto'*, São Paulo: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, 1985a, Arquivo CPV.
- . *'Política geral: composição do Senado e da Câmara, composição dos Ministérios, declarações oficiais do presidente José Sarney'*. São Paulo: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, 1985b, Arquivo CPV.
- . *Dossiê 'A Igreja, os movimentos e o Estado'*. São Paulo:Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro, 1995a, Arquivo CPV.
- . *Dossiê 'A queda de Golbery'*. São Paulo: Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro, 1995b, Arquivo CPV.
- CJP. “Eleições diretas”, 1984, Arquivo CPV.
- CUT. “Vamos parar o Brasil no dia 25 de abril”, 4/4/1984, 1984a, Arquivo CPV.
- . “Posição da CUT sobre o pacto social”, 16/11/1984, 1984b, Arquivo CPV.
- MDB. *Estatuto, Programa e Código de Ética*. Coleção MDB- Alberto Pasqualini. vol. II.,1972,1976. Arquivo CPV
- MEP. “A questão da constituinte e a luta política atual”, junho-julho de 1977, Arquivo CPV.
- . “O momento atual e nossa tática”, 1978, Arquivo pessoal.
- MR-8. “Teses para o III Congresso — Situação Nacional”, Comitê Central, janeiro de 1982, Arquivo CPV.
- . “O Brasil vencerá”, Resolução do Comitê Central, 29/4/1984, 1984, Arquivo CPV.
- MT. “Unir todos os militantes dispostos a construir o PT como partido de lutas e de massas”, 1983, Arquivo Pessoal.
- PCB. “Uma alternativa democrática para a crise brasileira (Encontro Nacional pela Legalidade do PCB)”, 2 ed., São Paulo, Editora Novos Rumos, 1984, Arquivo CPV.
- . “Os comunistas e a transição democrática”, *Voz da Unidade*, 23/02/1985, 1985, Arquivo CPV.
- PCBR. “A situação nacional e a construção do PT”, 1980, Arquivo Pessoal.
- PC do B. “Mensagem aos brasileiros: Levar adiante e até o fim a luta contra a ditadura”, Comitê Central, janeiro de 1975, Arquivo CPV.
- . VII Conferência Nacional, junho de 1979, Arquivo CPV.

- “Situação brasileira, tarefas e propostas políticas do PC do B”- Informe político do Comitê Central, junho de 1980, Arquivo CPV.
 - “Situação atual e nossas tarefas”- Comitê Regional da Bahia, 1980, Arquivo CPV.
 - “A campanha eleitoral é uma das principais tarefas dos comunistas”- Comitê Central, 1982, Arquivo CPV.
 - “A posição dos comunistas diante do Conclat”, 1983a, Arquivo CPV.
 - “Por fim ao regime militar para sair da crise”, João Amazonas, 25/22/1983, 1983b, Arquivo CPV.
 - “Unidade das oposições pela vitória das Diretas Já”, Comissão pela Legalidade do PC do B, 1984a, Arquivo CPV.
 - “Povo de São Paulo”, Comissão pela Legalidade do PC do B, 7/12/1984, 1984b, Arquivo CPV.
- PDT. “Síntese do Programa”, janeiro de 1980, Piracicaba-SP, Arquivo CPV.
- PMDB. “Proposta para discussão”, Tendência Popular, s.d., Arquivo CPV.
- *Manifesto, programa e estatuto*. São Paulo: Comissão Diretoria Regional Provisória de São Paulo, 1980, Arquivo CPV.
 - “Dicas sobre a formação de núcleos do PMDB”, São Paulo: Comissão de Trabalho Partidário da Executiva Regional de São Paulo, s.d., Arquivo CPV.
 - “A Travessia”, discurso pronunciado por Ulysses Guimarães na Câmara dos Deputados em 23/8/1983, 1983, Arquivo CPV.
 - “A nova maioria”, discurso pronunciado pelo senador Fernando Henrique Cardoso em 27/4/1984, Brasília, 1984a, Arquivo CPV.
 - “Não à conciliação. Diretas Já”, deputado federal Manoel Costa (MG), 1984b, Arquivo CPV.
- PST. “Porque o Partido Socialista”, 1978, Arquivo CPV.
- PT. “Documento sobre o Partido dos Trabalhadores”, 1979, Arquivo CPV.
- “A militância, a democracia interna e o estatuto do PT”, Paulo Skromov, 1980a, Arquivo CPV.
 - “Governe o Brasil, entre para o PT”, 1980b, Arquivo CPV.
 - “Regimento Interno”, 1981a. Arquivo CPV.
 - “Resolução da Comissão Nacional Provisória”, Comissão Nacional Provisória, 1981b, Arquivo CPV.

- “Discurso de Lula na I Convenção Nacional do PT”, Luís Inácio da Silva, Comissão Executiva Nacional, 1981c, Arquivo Pessoal.
- “Terra, trabalho e liberdade”, 1981d, Arquivo CPV.
- “Preparar a resposta dos trabalhadores”, Silvio Caccia Bava, Éder Sader e Marco Aurélio Garcia, junho de 1981, 1981e, Arquivo CPV.
- “Novamente sobre as relações do PT com as demais correntes políticas de esquerda”, Comissão de Organização da Executiva Nacional, 1982a, Arquivo CPV.
- “Avaliação da campanha eleitoral”, Comissão Executiva Nacional, 1982b, Arquivo CPV.
- “O PT e o novo momento político”, Executiva Nacional, 1982c, Arquivo CPV.
- “Nota do PT contra a nova lei salarial e outros informes”, Secretaria Geral Nacional, 1983a, Arquivo CPV.
- Circular n. 22/83, Secretaria Geral Nacional, novembro de 1983, 1983b, Arquivo CPV.
- “O projeto político do PT”, Comissão Executiva Nacional, Boletim Nacional, novembro de 1983, 1983c, Arquivo CPV.
- “Viva a Central Única dos Trabalhadores, pela greve geral”, 1983d, Arquivo CPV.
- “Teses para a atuação do PT”, Diretório Nacional, 5 e 6 de maio de 1984, 1984a, Arquivo CPV.
- “Sobre a ‘Constituinte’”. 1984b, Arquivo CPV.

c) Jornais e revistas

Autonomia, Revista do Centro de Assessoria, Pesquisa e Publicações Sindicais, n.1 e 2, São Paulo, 1980 e 1981.

Em Tempo. São Paulo, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982.

IstoÉSenhor, n. 1162, São Paulo, 1992.

Movimento. São Paulo, 1975,1976,1977, 1978, 1979, 1980 e 1981.

Nossa luta continua, Boletim do senador Franco Montoro, Brasília,1980, Arquivo CPV.

Opinião. São Paulo, 1972, 1973,1974, 1975 e 1976.

Carta Trabalhista, PDT. agosto de 1980.

Perspectiva Internacional. São Paulo, junho/julho de 1983, 1983.

Realidade. ns. 28 e 63. São Paulo, 1968 e 1971.

Revista do PMDB, ano 1, n. 1, julho de 1981, Rio de Janeiro: Fundação Pedrosa Horta, 1981, Arquivo CPV.

Socialismo & Democracia, ano II, n.5, jan/mar-1985, São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

Tribuna Socialista, Rio de Janeiro, 1983 e 1984.

Veja. ns. 854 e 1180, São Paulo, 1985, 1991.

Visão. São Paulo, 1973, 1974, 1975 e 1976.

d) Entrevistas

FARIA, Paulo. Goiânia, 1998. Entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 1998.

OLIVEIRA, Alberto Gomes de. Goiânia, 1998. Entrevista concedida ao autor em 31 de julho de 1998.

2 - Bibliografia:

a) Livros

ABREU, M. P. (Org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ALVES, M.H.M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho*. 2 ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1992.

— *Crise e poder*. 3 ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.

BANDEIRA, Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. e COUTINHO, Renata (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*- volume 2. segunda edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BICUDO, Hélio. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. 6. ed. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1977.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOITO JR. Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

— *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- *A construção da democracia: estudos sobre política brasileira*. 3 ed. São Paulo: Siciliano, 1993.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- CRUZ, Sebastião Velasco e. *Estado e economia em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Campinas-SP: Editora da Universidade de Campinas, 1997.
- DRAIBE, Sônia; *Rumos e metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato. *Empresário nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato, LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- *A ditadura em questão*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.
- *Nova República?*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.
- FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, V. 2, 1981.
- (Org.). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Ed. UnB, 1988.
- GIANNOTTI, Vito, NETO, Sebastião. *CUT, por dentro e por fora*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GOLDENSTEIN, Sérgio. *A dívida externa brasileira 1964-1982: evolução e crise*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

- . *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- KUCINSKI, Bernardo. *Abertura: a história de uma crise*. São Paulo: Brasil Debates, 1982.
- . *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.
- LAMOUNIER, Bolivar (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.
- LÊNIN, V.I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa Omega, t.2,1980.
- . *Que fazer?*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MACIEL, David. *Estado e hegemonia burguesa no processo de Abertura política no Brasil (1974- 1985)*. Catalão (GO), 1995, mimeo. Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás.
- MANTEGA, Guido, MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, Carlos Estevão. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- . *O poder do atraso: ensaios de sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARTINS, Roberto R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido — 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MORAES, João Q. de, COSTA, Wilma P., OLIVEIRA, Eliézer R. *A tutela militar*. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- MORAIS, Reginaldo. *Pacto social: da negociação ao pacote*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- MOTTA, Fernando. *Empresários e hegemonia política*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Belo Horizonte, 1993, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais.

- MULLER, Geraldo. *Complexo agro-industrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- O'DONNEL,Guillermo, SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence. *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo:Ed. Vértice e Ed. Revista dos Tribunais, 1988.
- O'DONNEL,Guillermo e SCHMITTER, Philippe. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Ed. Vértice e Ed. Revista dos Tribunais, 1988.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- . *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papyrus, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- . *A economia da dependência imperfeita*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- . *Elegia para uma re(li)gião*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1981.
- . *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- OZAÍ, Antonio. *História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)*. 2 ed. São Paulo: Dag Gráfica e Editorial, s.d.
- . *Partido de massa e partido de quadros: a social-democracia e o PT*. São Paulo: CPV, 1996.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, Raimundo, CAROPRESO, Álvaro, RUY, José Carlos. *Eleições no Brasil pós-64*. São Paulo: Global, 1984.
- REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guillermo (Orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice e Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- ROMAGNOLI, Luiz Henrique, GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo:Alfa- Omega, 1979.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, lutas e falas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1988.
- SADER, Emir (Org.). *Gramsci: poder política e partido*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1985.
- . *Democracia*. São Paulo: Ática, 1987
- . *Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80*. Campinas (SP): IFCH/Unicamp, s.d.
- . *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas (SP): IFCH/Unicamp, 1994.
- SINGER, Paul, BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs). *São Paulo: o povo em movimento*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, Cebrap, 1983.
- SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos: militares vs. militares*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SILVEIRA, Paulo (Org.). *Poulantzas: sociologia*. São Paulo: Ática, 1984.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Gláucio A. D. *Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SOARES, Walmer J. *Os interesses industriais na consolidação do nacional-desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Iuperj/PUC, s.d.
- SOUZA, Maria C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 à 1964)*. 2. ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1983.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Ed. Arte Nova, 1975.
- . (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- . *Os militares: da Abertura à Nova República*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de sabres: controle civil ou tutela militar?*. São Paulo: Ática, 1994.

b) Artigos

- ABRAMO, Perseu. A ideologia conservadora do PDS in *Movimento*, 18/2/1980, p. 7.
- BAHIA, Luiz Henrique. Reforma Constitucional e ordem autoritária: Congresso Nacional na oitava legislatura in FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, V. 2, 1981.
- BOITO Jr., Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical in BOITO Jr., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Os partidos e a participação popular. in FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: ed. UnB, V.2, 1981.
- . Um ponto sem retorno. in *Opinião*, 29/11/1974, p.3.

- CARNEIRO, Dionísio Dias e MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. in ABREU, M.P. (Org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Empresários, economistas e perspectivas da democratização no Brasil in REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guillermo (Orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice e Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- DINIZ, Eli. Máquina política e oposição: o MDB no Rio de Janeiro in FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, V. 2, 1981.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de, SOUZA, Beatriz Muniz de, PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. Comunidades Eclesiais de Base in SINGER, Paul, BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, Cebrap, 1983.
- FLEISCHER, David. O novo pluripartidarismo: perfil socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1983) in FLEISCHER, David (Org.). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Ed. UnB, 1988.
- . As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral versus sistema partidário in FLEISCHER, David (Org.). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Ed. UnB, 1988.
- FIORI, José Luís. Sonhos prussianos, crises brasileiras — leitura política de uma industrialização tardia. *Ensaio FEE* (Porto Alegre). v.11,n.1, 1990, p.41-61.
- FISHLOW, Albert. Uma história de dois presidentes: economia política da gestão da crise. in STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário”revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. in STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LAVAREDA, José Antônio. O Partido da Frente Liberal: o dissenso dos governadores pedessistas nordestinos e a busca de uma nova imagem in FALCÃO, Joaquim (Org.). *Nordeste: eleições*. Recife:Fundação Joaquim Nabuco-Ed. Massangana. 1985.
- NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80 in BOITO Jr., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

- NOVAES, Regina Reyes. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural in BOITO Jr., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes in MOISÉS, José Álvaro et al. *Contradições urbanas e conflitos sociais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1978.
- REICHSTUL, Henri Phillippe, COUTINHO, Luciano G. Investimento estatal 1974-1980: ciclo e crise. in BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. e COUTINHO, Renata (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, V.2, 1983.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. in BOITO Jr., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SAES, Décio. De quem é o MDB?. in *Em Tempo*, 1/3/1979, p.3
- SINGER, Paul. As contradições do Milagre in KRISCHKE, Paulo J. (Org.). *Brasil: do 'Milagre' à 'Abertura'*. São Paulo: Cortez, 1982.
- SINGER, Paul. Reflexões sobre inflação, conflito distributivo e democracia. in REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guillermo (Orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice e Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- SOUZA, Paulo R. Os impasses atuais das políticas de emprego e salário. in BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. e COUTINHO, Renata (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, V.2, 1983.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Análise crítica das políticas para o setor agropecuário. in BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. e COUTINHO, Renata (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, V.2, 1983.
- WEFFORT, Francisco. O impasse da oposição. in *Opinião*, 28/3/1975, p.3.